



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1940

Quinta-feira - 25 de Fevereiro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Garopaba.....	222	Paraíso	485
Alto Bela Vista.....	27	Garuva	224	Passo de Torres.....	487
Anchieta	30	Gaspar	244	Passos Maia	488
Antônio Carlos	31	Governador Celso Ramos	246	Paulo Lopes	489
Arabutã	32	Grão Pará	247	Penha.....	492
Arroio Trinta.....	33	Guaraciaba	252	Peritiba.....	503
Ascurra.....	34	Guaramirim.....	254	Petrolândia	504
Balneário Piçarras.....	42	Guarujá do Sul	257	Pinheiro Preto	505
Barra Bonita.....	43	Herval d'Oeste	259	Pomerode.....	537
Barra Velha.....	44	Ibiam	270	Porto Belo.....	538
Benedito Novo	45	Ilhota	285	Porto União.....	539
Biguaçu	46	Imbituba	291	Presidente Nereu.....	540
Blumenau	47	Indaial.....	302	Rio dos Cedros.....	549
Bom Jardim da Serra	48	Ipumirim	314	Rio do Sul.....	544
Bom Jesus do Oeste	53	Irineópolis	316	Santa Cecília	553
Bom Retiro	54	Itá	317	Santa Rosa do Sul	554
Botuvera.....	65	Itapiranga.....	318	Santiago do Sul.....	555
Braço do Trombudo	66	Itapoá	329	São Bento do Sul.....	557
Brunópolis	92	Ituporanga	336	São Carlos	560
Brusque.....	93	Jaraguá do Sul	338	São Domingos.....	561
Caçador.....	98	Joaçaba	341	São João do Sul	562
Camboriú.....	103	Lacerdópolis.....	344	São Joaquim	570
Campo Alegre	104	Lages	345	São José.....	577
Campo Erê.....	107	Lajeado Grande.....	349	São José do Cedro.....	584
Campos Novos.....	108	Lauro Muller	350	São Lourenço do Oeste.....	586
Canelinha	109	Lebon Regis.....	351	São Miguel do Oeste.....	588
Canoinhas.....	110	Luzerna	358	São Pedro de Alcântara.....	589
Capinzal	186	Mafra	361	Schroeder.....	597
Catanduvas.....	187	Maracajá	363	Seara	604
Caxambu do Sul.....	191	Maravilha.....	364	Serra Alta	605
Chapadão do Lageado	192	Massaranduba.....	378	Sul Brasil	639
Cocal do Sul.....	193	Meleiro	383	Timbé do Sul	640
Concórdia	194	Modelo	384	Timbó	641
Cordilheira Alta	195	Mondaí.....	385	Três Barras	644
Coronel Freitas.....	196	Monte Carlo	386	Trombudo Central.....	667
Coronel Martins.....	197	Morro da Fumaça	449	Tunápolis.....	668
Correia Pinto.....	198	Navegantes	450	União do Oeste	690
Corupá	199	Nova Trento	471	Urussanga	691
Curitibanos	200	Novo Horizonte	474	Vargeão.....	692
Dionísio Cerqueira	201	Orleans	475	Vargem Bonita	693
Ermo	203	Otacílio Costa.....	476	Videira.....	695
Faxinal dos Guedes.....	205	Paial	477	Vitor Meireles.....	706
Forquilha	206	Palhoça	478	Xanxerê.....	707
Fraiburgo.....	207	Palmitos	480	Xavantina	709
Galvão.....	221	Papanduva.....	481	Xaxim.....	712

Associações

AMAUC.....	714
AMAVI.....	714

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1940

Quinta-feira - 25 de Fevereiro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Consórcios

ARIS	715	CIMVI.....	726	CIRSURES.....	760
CIGA	715	CIS/AMUREL.....	758		
CIMCATARINA.....	718	CODEPLAN.....	759		

Editais de Notificação

Ouro	762
------------	-----

Água Doce

PREFEITURA

04 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº11/2014

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 11/2014

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Escolar n. 11/2014, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa LEONIR GLACIONE TRINDADE DA SILVEIRA ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 08.879.433/0001-70 com sede Rua Padre Anchieta, 173 – Água Doce – SC, neste ato representado pelo Sr. LEONIR GLACIONE TRINDADE DA SILVEIRA residente e domiciliado em Água Doce – SC, inscrito no CPF sob N.º 021.782.039-57, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado o valor por quilômetro dos itens abaixo:

Trajetos	Reajuste	Valor
Trajetos 12	10,9612 (IGP-M últimos 12 meses)	R\$ 1,73

Cláusula Aditiva Segunda: O valor total para 2016 será de R\$ 126.290,00.

Cláusula Aditiva Terceira: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 22 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

LEONIR GLACIONE TRINDADE DA SILVEIRA

Leonir Glacione Trindade da Silveira

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB/SC 27419

06 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº15/2013

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 15/2013

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Escolar n. 15/2013, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa ADÍLIO DA SILVA PAZ ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 06.419.182/0001-43 com sede no Assentamento Nove de Novembro, S/N – Interior – Água

Doce – SC, neste ato representado pelo Sr. ADÍLIO DA SILVA PAZ residente e domiciliado em Água Doce – SC, inscrito no CPF sob N.º 400.772.509-82, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado o valor por quilômetro dos itens abaixo:

Trajetos	Reajuste	Valor
Trajetos 4	10.9612 (IGP-M últimos 12 meses)	R\$ 3,67

Cláusula Aditiva Segunda: O valor total para 2016 será de R\$ 132.120,00.

Cláusula Aditiva Terceira: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 22 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

ADÍLIO DA SILVA PAZ

Adílio da Silva Paz

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB/SC 27419

06 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº16/2013

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 16/2013

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Escolar n. 16/2013, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa LEONIR GLACIONE TRINDADE DA SILVEIRA ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 08.879.433/0001-70 com sede Rua Padre Anchieta, 173 – Água Doce – SC, neste ato representado pelo Sr. LEONIR GLACIONE TRINDADE DA SILVEIRA residente e domiciliado em Água Doce – SC, inscrito no CPF sob N.º 021.782.039-57, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado o valor por quilômetro dos itens abaixo:

Trajetos	Reajuste	Valor
Trajetos 7	10,9612 (IGP-M últimos 12 meses)	R\$ 1,55
Trajetos 9	10,9612 (IGP-M últimos 12 meses)	R\$ 1,44

Cláusula Aditiva Segunda: O valor total para 2016 será de R\$ 198.570,00.

Cláusula Aditiva Terceira: As demais cláusulas do Contrato ora

aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 22 de fevereiro de 2016
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal
Contratante

LEONIR GLACIONE TRINDADE DA SILVEIRA
Leonir Glacione Trindade da Silveira
Contratada

TESTEMUNHAS:
Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB/SC 27419

06 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº18/2013

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 18/2013

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Escolar n. 18/2013, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa EDSON PRESTES PEREIRA pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 11.447.164/0001-88 com sede na Linha Três Pinheiros – Interior – Água Doce – SC, neste ato representado pelo Sr. EDSON PRESTES PEREIRA residente e domiciliado em Água Doce – SC, inscrito no CPF sob N.º 710.415.919-34, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado o valor por quilômetro dos itens abaixo:

Trajetos	Reajuste	Valor
Trajetos 6	10,9612 (IGP-M últimos 12 meses)	R\$ 1,56

Cláusula Aditiva Segunda: Fica aditado a km total do trajeto, passando de 53.000 km/ano para 59.000 km/ano.

Cláusula Aditiva Terceira: O valor total para 2016 será de R\$ 92.040,00.

Cláusula Aditiva Quarta: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 22 de fevereiro de 2016
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal
Contratante

EDSON PRESTES PEREIRA
Edson Prestes Pereira
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB/SC 27419

06 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº19/2013

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 19/2013

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte Escolar n. 19/2013, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, e de outro lado a empresa e de outro lado a empresa JACIR PRUDENCIO pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 13.309.549/0001-04 com sede na Rua Horizonte, 49 Centro – Água Doce – SC, neste ato representada pelo Sr. JACIR PRUDENCIO residente e domiciliado em Água Doce – SC, inscrito no CPF sob N.º 509.807.859-87, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado o valor por quilômetro dos itens abaixo:

Trajetos	Reajuste	Valor
Trajetos 2	10,9612 (IGP-M últimos 12 meses)	R\$ 2,24

Cláusula Aditiva Segunda: O valor total para 2016 será de R\$ 80.640,00.

Cláusula Aditiva Terceira: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 22 de fevereiro de 2016
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal
Contratante

JACIR PRUDÊNCIO
Jacir Prudêncio
Contratada

TESTEMUNHAS:
Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB/SC 27419

08 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº5/2013

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 5/2013

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços n. 5/2013, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NOVELLI SGANZERLA, e de outro lado a empresa e de outro lado a EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA estabelecida na Rua Dário Fontana, 216, centro – Luzerna – SC, CNPJ n. 83.411.843/0001-08 neste ato representado por seu Sócio, Senhor EITOR HOPPEN, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica reajustado o valor do item 01 em 10,9612 (IGP-M acumulado últimos doze meses), passando de R\$ 4,59 para R\$ 5,09.

Cláusula Aditiva Segunda: O valor total ára 2016 será de R\$ 152.700,00.

Cláusula Aditiva Terceira: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 22 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

EITOR HOPPEN

Empresa Joaçabense de Transp. Coletivos Ltda

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB/SC 27419

CONTRATO Nº 22/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 22/2016 DE 19/02/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Magagnan, n. 322, Centro, Água Doce – SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeita Municipal, Sr. Novelli Sganzerla, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a BISCARO CONSULTORIA, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.287.570/001-11, com sede na Avenida Pio XII, n.º 637, CEP 89.595-000, Salto Veloso/SC, neste ato representada por Amarildo Pedro Biscaro, brasileiro, portador do CPF n. 400.987.379-53, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objetivo a prestação de serviços de capacitação sobre estudo e reestruturação do Estatuto e Plano de Carreira do magistério Público Municipal, assegurada através da Lei Complementar nº. 098/2015 de 23/06/2015, item IX, eixo IV, que trata da valorização do magistério, cuja meta 18.4 dispõe sobre o cumprimento e reavaliação periódica do plano de carreira do magistério público municipal e demais profissionais da educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA

2.1 – Os serviços serão prestados conforme segue:

- Encontros mensais com a Comissão Responsável: de fevereiro à julho de 2016
- Encontros mensais com Grupos de Trabalho
- Plenária final: 15/07/2016
- Público alvo: todos os servidores do quadro do magistério público municipal.

2.2 – A execução dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Contrato sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

2.3 – O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Município de Água Doce – SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1 – O Município de Água Doce pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços contratados e efetivamente executados, de acordo com os preços correspondentes, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), divididos em três parcelas conforme cronograma:

· 28/02/2016 – R\$ 2.500,00

· 30/04/2016 – R\$ 2.500,00

· 18/07/2016 – R\$ 2.600,00

Os pagamentos pelos serviços prestados serão feitos mediante apresentação de nota fiscal, emitida regularmente pela CONTRATADA. Em sendo pessoa jurídica, deverão ser apresentadas Certidões de Regularidade para com o FGTS e INSS.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II – por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).”

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

4.3 – Em caso de prorrogação do prazo de vigência os valores serão revistos anualmente através de Termo Aditivo, aplicando-se o índice do IGP-M verificado no período ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 – Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos próprios do Município.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 – As despesas decorrentes do presente processo licitatório, correrão por conta dos recursos orçamentários do exercício de 2015:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

2.020 – Manutenção do Departamento de Ensino

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/57 – Aplicações Diretas

2.029 – Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001/79 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de materiais necessários, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

8.2 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.3 – A CONTRATADA providenciará toda a documentação necessária para a execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município.

8.4 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

8.5 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.6 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 – Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços

9.2 – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

9.3 – Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

9.4 – Disponibilizar equipe da prefeitura para, caso seja necessários, acompanhamento e fiscalização dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

10.2 – Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade.

10.3 – Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1 – A fiscalização Dos serviços será efetuada por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos, o termo de contrato, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

11.3 – A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo dos serviços e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

13.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

14.1 – Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 – O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

14.3 – E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Água Doce, SC, 19 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

AMARILDO PEDRO BISCARO

Biscaro Consultoria

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB/SC 27419

CONTRATO Nº 23/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA N.º 23/2016 DE 19/02/2016

A Prefeitura Municipal de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, 322 – Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Novelli Sganzerla, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Francisco Caron, residente na Linha Zona Nova – Interior do município de Água Doce, portador do CPF 195.644.229-49, DAP SDW0195644229491910110358, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º semestre de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 002/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de julho de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 002/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 1.950,00 (Um mil novecentos e cinquenta reais), conforme listagem anexa a seguir:

Identificação do Agricultor	Produto	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Francisco Caron DAP SDW0195644229491910110358	Bolacha caseira – 1 kg – tipo rosca de coco ou polvilho	KG	130	15,00	1.950,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/45 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/46 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/47 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/48 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 002/2016, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de julho de 2016.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de julho de 2016, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 19 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

FRANCISCO CARON

Prefeito Municipal

Contratado

Contratante

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN

CPF: 005.614.419-95

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 24/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA N.º 24/2016 DE 19/02/2016

A Prefeitura Municipal de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, 322 – Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Novelli Sganzerla, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado José Albino Kunzler, residente na Linha Paiol de Telhas – Interior do município de Água Doce, portador do CPF 812.109.659.68, DAP SDW0812109659681708110426, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º semestre de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 002/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de julho de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 002/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 845,00 (Oitocentos e quarenta e cinco reais), conforme listagem anexa a seguir:

Identificação do Agricultor	Produto	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
José Albino Kunzler DAP SDW0812109659681708110426	Alface	UN	130	6,50	845,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/45 – Aplicações Diretas
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/46 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/47 – Aplicações Diretas
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/48 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 002/2016, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamenta, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;

- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de julho de 2016.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de julho de 2016, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 19 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

JOSÉ ALBINO KUNZLER

Prefeito Municipal

Contratado

Contratante

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN

CPF: 005.614.419-95

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 25/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA N.º 25/2016 DE 19/02/2016

A Prefeitura Municipal de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, 322 – Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Novelli Sganzerla, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Valdemar Rover, residente na Linha Nova Vicenza – Interior do município de Água Doce, portador do CPF 346.109.799-34, DAP SDW0346109799341709130258, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º semestre de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 002/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de julho de 2016.

- a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 002/2016.
- b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 1.400,00 (Um mil quatrocentos reais), conforme listagem anexa a seguir:

Identificação do Agricultor	Produto	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Valdemar Rover DAP SDW0346109799341709130258	Aipim	KG	400	3,50	1.400,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/45 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/46 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/47 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/48 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 002/2016, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de julho de 2016.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de julho de 2016, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 19 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

VALDEMAR ROVER

Prefeito Municipal

Contratado0

Contratante

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN

CPF: 005.614.419-95

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 26/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA N.º 26/2016 DE 19/02/2016

A Prefeitura Municipal de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, 322 – Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Novelli Sganzerla, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Adriane de Oliveira Tonial, residente na Linha Paiol do Fundo – Interior do município de Água Doce, portadora do CPF 015.980.199-02, DAP SDW0015980199021005120958, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º semestre de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 002/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de julho de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 002/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 4.650,00 (Quatro mil seiscentos e cinquenta reais), conforme listagem anexa a seguir:

Identificação do Agricultor	Produto	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Adriane de Oliveira Tonial DAP SDW0015980199021005120958	Macarrão caseiro	KG	240	10,00	2.400,00
	Bolacha caseira – 1 kg – tipo rosca de coco ou polvilho	KG	150	15,00	2.250,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/45 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/46 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/47 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/48 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 002/2016, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamenta, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de julho de 2016.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de julho de 2016, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 19 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

ADRIANE DE OLIVEIRA TONIAL

Prefeito Municipal

Contratado

Contratante

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN

CPF: 005.614.419-95

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 27/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA N.º 27/2016 DE 19/02/2016

A Prefeitura Municipal de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, 322 – Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Novelli Sganzerla, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Humberto Luiz Balestrin, residente na Linha Nova Vicenza – Interior do município de Água Doce, portador do CPF 028.117.649-33, DAP SDW0028117649332606150912, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º semestre de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 002/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de julho de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 002/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 3.135,00 (Três mil cento e trinta e cinco reais), conforme listagem anexa a seguir:

Identificação do Agricultor	Produto	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Humberto Luiz Balestrin DAP SDW0028117649332606150912	Pão caseirinho – 500 gr cada unidade	KG	330	9,50	3.135,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/45 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/46 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/47 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/48 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 002/2016, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de julho de 2016.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de julho de 2016, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 19 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

HUMBERTO LUIZ BALESTRIN

Prefeito Municipal

Contratado

Contratante

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN

CPF: 005.614.419-95

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 28/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA N.º 28/2016 DE 19/02/2016

A Prefeitura Municipal de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, 322 – Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Novelli Sganzerla, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Gilmar Zagonel, residente na Linha Nova Concórdia – Interior do município de Água Doce, portador do CPF 590.405.649-49, DAP SDW0590405649491510100836, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º semestre de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 002/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de julho de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 002/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 375,00 (Trezentos e setenta e cinco reais), conforme listagem anexa a seguir:

Identificação do Agricultor	Produto	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Gilmar Zagonel DAP SDW0590405649491510100836	Laranja madura de boa qualidade	KG	150	2,50	375,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/45 – Aplicações Diretas
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/46 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/47 – Aplicações Diretas
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/48 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 002/2016, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;

- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de julho de 2016.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de julho de 2016, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 19 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

GILMAR ZAGONEL

Prefeito Municipal

Contratado

Contratante

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN

CPF: 005.614.419-95

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 29/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA N.º 29/2016 DE 19/02/2016

A Prefeitura Municipal de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, 322 – Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Novelli Sganzerla, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Valdevino Alves Paz, residente na Assentamento 9 de Novembro – Interior do município de Água Doce, portador do CPF 924.611.589-92, DAP IN-SC 006200000132201014, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º semestre de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 002/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de julho de 2016.

- a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 002/2016.
- b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar,

o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 1.648,00 (Um mil seiscentos e quarenta e oito reais), conforme listagem anexa a seguir:

Identificação do Agricultor	Produto	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Valdevino Alves Paz IN-SC 006200000132201014	Cenoura	KG	350	2,50	875,00
	Laranja madura de boa qualidade	KG	150	2,50	375,00
	Beterraba	KG	200	1,99	398,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/45 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/46 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/47 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/48 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 002/2016, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de julho de 2016.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de julho de 2016, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 19 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

VALDEVINO ALVES PAZ

Prefeito Municipal

Contratado

Contratante

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN

CPF: 005.614.419-95

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 30/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA N.º 30/2016 DE 19/02/2016

A Prefeitura Municipal de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, 322 – Centro, inscrita no CNPJ sob n.º 82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Novelli Sganzerla, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Lourenço José Toigo, residente na Linha Zanto Antonio – Interior do município de Água Doce, portador do CPF 924.611.589-92, DAP IN-SC 006200000132201014, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º semestre de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 002/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados

CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de julho de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 002/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais), conforme listagem anexa a seguir:

Identificação do Agricultor	Produto	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Lourenço José Toigo DAP SDW0196367929680408141132	Linguinha suína tradicional	KG	200	9,00	1.800,00
	Carne suína em pedaços sem gordura e osso, embalagem de 1 kg	KG	400	10,00	4.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/45 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/46 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/47 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/48 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 002/2016, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamenta, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de julho de 2016.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de julho de 2016, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 19 de fevereiro de 2016

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal
Contratante

LOURENÇO JOSÉ TOIGO
Contratado

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA
CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONTRATO Nº 31/2016

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 31/2016 DE 22/02/2016

Contrato de locação de imóvel, que entre si fazem de um lado a Prefeitura Municipal de Água Doce – SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan, 322 na cidade de Água Doce – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF nº 160.789.509-91, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a Sr. DANIELLE KARINE DE LIMA, pessoa física, inscrita no CPF nº 062.438.239-70, brasileira, do lar, maior, solteira, com endereço na Rua Fernando Katschor, na cidade de Luzerna – SC, de agora em diante denominada Contratada, que na melhor forma de Direito e pelas cláusulas abaixo celebram o presente contrato da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é Locação de área urbana, localizada na Travessa 25 de Julho, centro, com galpão destinado a garagem para veículos de pequeno porte com 01 pavimento medindo 118,35m² e uma garagem para veículos de pequeno porte, com 01 pavimento medindo 27,00m², área para manobra dos veículos e área de acesso. O espaço será cercado com portão. As instalações ficarão a disposição da Prefeitura Municipal de Água Doce servindo de garagem para veículos da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO REAJUSTE

Pelo uso do espaço, o Contratante pagará para o Contratado 6 parcelas no valor de R\$ 817,00 (oitocentos e dezessete reais) sendo o total de R\$ 4.902,00 (quatro mil novecentos e dois reais).

No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo. Após será corrigido pela variação do IGPM-FGV ou outro indexador que vier a substituí-lo, dos últimos doze meses. Na indisponibilidade do IGPM de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor acima descrito será pago sempre no dia 05 (cinco) do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes com a execução do presente Contrato, serão por conta das seguintes dotações do orçamento da Prefeitura Municipal de Água Doce

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 – DEPARTAMENTO DE ENSINO
2.022 – Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0/65 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES

São responsabilidades do contratante:

I – pagar o valor do aluguel, na data apazada;
II – desocupar o imóvel quando da rescisão ou termino do contrato;
III – arcar com o pagamento das despesas de manutenção e conservação do referido imóvel;
IV – O município vai disponibilizar 34 chapas tipo metálicas com espessura de 0,5mm, perfil ondulado, com 1 metro de largura e 6 metros de comprimento, usadas, para serem aproveitadas na cobertura da garagem que vai ficar a disposição da prefeitura. As chapas foram avaliadas em R\$ 1.093,03 (um mil e noventa e três reais e três centavos) conforme laudo de avaliação em anexo. No término da vigência do contrato este material deverá ser devolvido ou ressarcido ao município pelo valor atual de mercado na ocasião da devolução do imóvel.

São Responsabilidades da contratada:

I – Disponibilizar o espaço com os galpões construídos de acordo com o descrito na cláusula primeira de acordo com projeto técnico de engenharia;
II – Disponibilizar o espaço cercado, com portão eletrônico inibindo o acesso de pessoas estranhas;
III – No término da vigência do contrato devolver as chapas disponibilizadas pela prefeitura ou ressarcir o município pelo valor atual de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O prazo de duração do presente é da data da assinatura até 31 de agosto de 2016, podendo haver prorrogações sucessivas na forma estabelecida pela Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e demais normas legais aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, de comum acordo entre as partes, no interesse público, na ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da lei nº 8.666/93 de 21.06.1993 com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

O descumprimento de cláusula(s) deste contrato de parte da Contratada aplicar-se-ão isoladas ou conjuntamente, as seguintes penas:

- advertência;
- multa de 10% sobre o valor do contrato;
- suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

A declaração de inidoneidade poderá abranger além da empresa, sua diretora e responsável técnico;

- rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E, para que este contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Água Doce (SC), 22 de fevereiro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal
Contratante

DANIELLE KARINE DE LIMA
Contratada

TESTEMUNHAS :

Cristiano Savaris da Silva
CPF nº 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF nº 005.614.419-95

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONVOCAÇÃO
CONVOCAÇÃO

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o (a) Senhor (a) Caroline Lampert, aprovado no Concurso Público 015/2014, no cargo de Enfermeira para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para assumir a vaga em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 24 de fevereiro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

Caroline Lampert

Recebido em ____/ ____/ ____.

PORTARIA 062/2016

PORTARIA Nº 062/2016 de 24 de fevereiro de 2016

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário LUIZ DA SILVA, inscrito sob CPF nº 845.802.679-15, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, a partir de 15/02/2016 a 15/03/2016, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 24 de fevereiro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.155 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016 NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. KELLY REGALIN para exercer o cargo de PROFESSOR BASE DIVERSIFICADA - NÍVEL SUPERIOR - 20 HORAS, para atuar no Telecentro integrado a rede Pública Municipal de Ensino em caráter temporário, classificada em 1º lugar em INFORMÁTICA no Processo Seletivo 01/2015, homologado através do Decreto 2.090 de 17 de dezembro de 2015, com vencimento salarial previsto no Anexo Único, da Lei Complementar nº 014, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 23 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.156 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016 NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando: o afastamento da servidora Rosangela Freis Schwingel para assumir cargo eletivo no Estado de Santa Catarina.

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. ELISABETH ROSANE BREUNIG KUSTER, para exercer o cargo de PROFESSOR II – 20 HORAS, Habilitação PORTUGUES/ALEMÃO, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino em caráter temporário, classificada em 2º lugar no Processo Seletivo 01/2015 de PROFESSOR DE PORTUGUES, homologado através do Decreto 2.090 de 17 de dezembro de 2015, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 24 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.157 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016 NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. ADIRCE LUCAS DE MELLO para exercer o cargo de PROFESSOR BASE DIVERSIFICADA - NÍVEL SUPERIOR - 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino em caráter temporário, classificada em 1º lugar em ARTES no Processo Seletivo 01/2015, homologado através do Decreto 2.090 de 17 de dezembro de 2015, com vencimento salarial previsto no Anexo Único, da Lei Complementar nº 014, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 24 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.158 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016
SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições da Lei Municipal nº 686, de 19 de Fevereiro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Município, crédito adicional especial, no valor de R\$ 5.580,00 (cinco mil quinhentos e oitenta reais) para atender as seguintes ações orçamentárias:

Órgão:	02 – GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade	02.01 – Gerência de Administração e Finanças
Funcional	04.131.0004.2099 – Contribuição ao Consórcio CIGA
(209)	3.3.93.00.00.00.0.1.000 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe. – Aplicações Direta
Valor a suplementar	R\$ 5.580,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

Órgão:	02 – GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade	02.01 – Gerência de Administração e Finanças
Funcional	04.131.0004.2099 – Contribuição ao Consórcio CIGA
(19)	3.1.71.00.00.00.0.1.000 – Transferência a Consórcios Públicos – Aplicações Direta
Valor a anular	R\$ 2.003,00
(20)	3.3.71.00.00.00.0.1.000 – Transferência a Consórcios Públicos – Aplicações Direta
Valor a anular	R\$ 105,00
(21)	4.4.71.00.00.00.0.1.000 – Transferência a Consórcios Públicos – Aplicações Direta
Valor a anular	R\$ 744,00

Órgão:	03 – GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade	03.01 – Gerência de Administração e Finanças
Funcional	04.122.0003.1.003 – Estruturação das Atividades Administrativas
(12)	4.4.90.00.00.00.0.1.000 – Investimentos – Aplicações Direta
Valor a anular	R\$ 2.728,00

Art. 3º Fica aberto, no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 131.172,00 (cento e trinta e um mil cento e setenta e dois reais) para atender as seguintes ações orçamentárias:

Órgão:	08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade	08.01 – Fundo Municipal de Saúde
Funcional	10.301.0034.2.060 – Serviços Médicos, Hospitalares e de Diagnóstico
(50)	3.3.50.00.00.00.0.1.301 – Transferências a instituições provadas sem fins lucrativos – Aplicações Direta
Valor a suplementar	R\$ 131.172,00

Art. 4º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pelas seguintes anulações de dotações:

Órgão:	08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade	08.01 – Fundo Municipal de Saúde
Funcional	10.301.0034.2.060 – Serviços Médicos, Hospitalares e de Diagnóstico
(15)	3.3.71.00.00.00.0.1.301 – Transferências a consórcios públicos – Aplicações Direta

Valor a anular	R\$ 40.000,00
(16)	3.3.90.00.00.00.0.1.301 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Direta
Valor a anular	R\$ 40.000,00

Superávit Financeiro	Recursos do superávit financeiro do exercício 2015 apurados no balanço patrimonial
Valor a anular	R\$ 51.172,00

Art. 5º - Fica autorizada a alteração das metas físicas, prioridades e valores constantes da Lei 626 de 12/11/2013 que aprovou o PPA para o quadriênio 2014/2017 e a Lei Municipal 678 de 17/11/2015 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para 2016, e a Lei 682 de 17/12/2015 que aprovou a LOA para o exercício de 2016, visando adequar a abertura deste crédito especial a estas leis.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,
em 24 de Fevereiro de 2016.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.159 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, GREI SIMARA BERNO SCHWINGEL, ocupante do cargo de provimento em comissão de ENCARGADA DE UNIDADE ESCOLAR a partir de 26 de fevereiro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1995 de 04 de março de 2013.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 24 de fevereiro de 2016.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

LEI MUNICIPAL Nº 687 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Município, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), para atender as seguintes ações orçamentárias:

02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e Finanças
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	Administração Geral
04.122.0003	Ações de Administração Geral
04.122.0003.2.007	Atividades Administrativas e Burocráticas
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 80.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

11.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - FAM
11.01	Fundo Municipal de Assistência Médica - FAM
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0054	Assistência à Saúde dos Servidores
10.301.0054.2.096	Serviços de Assistência à Saúde dos Servidores
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas
	R\$ 80.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 23 de Fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 008_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 008/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Registro de Preço visando a contratação de empresa para fornecimento de marmita para alimentação dos funcionários do Setor de Obras e Serviços Rodoviários, que realizam trabalhos no interior do município, pelo período de 12 meses após a Homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 16:30 horas do dia 10/03/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 24 de fevereiro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Antônio Carlos**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 002/2016****EXTRATO DO CONTRATO 02/2016**

Contrato 02/2016. Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 02/2016 – art. 24, inciso II da Lei 8.666/93. Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS-SC. Contratada: SEMINOTTI INFORMÁTICA LTDA ME. Objeto: Contratação de Empresa especializada na realização de manutenção preventiva e corretiva dos computadores e equipamentos da Câmara Municipal de Antônio Carlos-SC Prazo: O presente instrumento terá vigência de 01 de fevereiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, conforme interesse das partes, nos termos do disposto no artigo 57 da Lei nº 8.666/93, alterada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, mediante Termo de Aditamento. Valor: O Valor global do presente Contrato é de R\$2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais), sendo pagos em 11 (onze) parcelas mensais de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais)..

Arabutã

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 009/2016 SEQUÊNCIA 003

ATA 003

Processo Licitatório nº. 009/2016 – Pregão Presencial nº 005/2016
Objeto: Registro de preço de gêneros alimentícios para a Gerência de Assistência Social, conforme identificação constante do Formulário-Proposta, anexo I do Edital.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio, após o comunicado interno da Gerência de Assistência Social, informam que foi constatado:

a) Não apresentou amostras, sendo para tanto desclassificada:

1 - TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ: item 48, 52 e 53.

b) Tendo em vista a desclassificação acima, foram analisados os produtos classificados em segundo lugar (empresa COOPERATIVA DE PROD. E CONS. CDIA – FILIAL), sendo que os itens 52 e 53 foram aprovados, por se tratarem de produtos conhecidos pela Gerência de Assistência Social. Já, no que se refere ao item 48, este deve ser cancelado, pois o produto classificado em segundo lugar, não possui as exigências do Edital, especialmente no peso (gramas).

Assim, entendemos, que depois de decorrido o prazo recursal, se encontram satisfeitas as condições para que se viabilize a homologação/adjudicação do certame licitatório.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pela Pregoeira e pelos membros da Equipe de Apoio presentes ao final da sessão.

Arabutã, 24 de fevereiro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI
DULCI DRIEMEIER
FELIPE PATZLAFF
DELSI DRIEMEIER

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 015/2016 SEQUÊNCIA 001

ATA 001

Processo Licitatório nº. 015/2016 – Pregão nº 011/2016

Objeto: Registro de preços de sementes de pastagem de inverno fiscalizadas com germinação mínima de 80% a 95%, conforme especificações constantes do Formulário-Proposta em anexo I.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio se reuniram com a finalidade de promover análise da impugnação realizada pela empresa BENTEC COMÉRCIO SEMENTES LTDA – EPP, que impugnou a ausência de exigência do "Registro do licitante no Registro Nacional de Sementes e Mudas – Renasem".

Assim, solicitamos parecer da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Serviços e Meio Ambiente, que informou a necessidade de incluir tal documento nas exigências do Edital.

Portanto, acolhemos a impugnação para ser incluída tal exigência no Edital.

Ato contínuo, o parecer foi submetido à apreciação da autoridade superior, que igualmente, manteve a posição já firmada, assim o ato convocatório fica retificado e a data de abertura das propostas

comerciais e habilitação alterada para 09 de março de 2016, às 13h30.

Do teor da presente manifestação as empresas BENTEC COMÉRCIO SEMENTES LTDA – EPP deverá ser cientificada. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio.

Arabutã, 23 de fevereiro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA
Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI
DULCI DRIEMEIER
FELIPE PATZLAFF
DELSI DRIEMEIER

PORTARIA 069/2016

PORTARIA Nº. 069/2016

PRORROGA LICENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a licença maternidade da servidora DAIANE ALBIERO DEUNER, inscrita no CPF-MF sob nº 034.928.909-38, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Gerente da Saúde, por mais 60(sessenta) dias consecutivos, a contar do dia 18 de fevereiro 2016, conforme art.105 da Lei Complementar nº159/2014.

Art.2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 18 de fevereiro 2016.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 24 de fevereiro de 2016.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2016 - CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER A FUNÇÃO DE OFICINEIRO DO CRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0004/2016 - PR

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER A FUNÇÃO DE OFICINEIRO DO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PELO PERÍODO DE MARÇO A NOVEMBRO DE 2016, NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 14h:00m do dia 11/03/2016.

Abertura dos Envelopes: Às 14h:30m do dia 11/03/2016.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 24 de fevereiro de 2016.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS - PREGÃO N. 10-2016

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 000010/2016

Às 24/02/2016, às 8h30min, na Sala de Licitações da Comissão Permanente de Licitação, reuniu-se o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de ASCURRA, Sr. THADEU BADALOTTI, e os membros da equipe de apoio SOLANGE MARIA LOURENCO, RENATO MOSER e ELAINE G. D. COELHO designados no Decreto nº 5375/2015, com a finalidade de proceder a abertura dos envelopes da licitação acima referida. Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a sessão pública, efetuando o credenciamento, recebimento dos envelopes, que teve como participante(s) a(s) empresa(s) PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP, AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME,.

Em seguida, o Pregoeiro deu início com a abertura do envelope da proposta de preço.

Item: 00001 ACHOCOLATADO EM PO INSTANTANEO - EMBALAGEM DE 1KG. COMPOSTO DE NO MINIMO 8 VITAMINAS, RICO EM FERRO (MINIMO DE 8MG/100G) E DEMAIS MINERAIS, ACUCAR, CACAU EM PO, MALTODEXTRINA, AROMATIZANTES, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. SEM PRESENÇA DE GLUTEN E LACTOSE. EMBALAGEM EM LATA ALUMINIZADA COM PROTETOR INTERNO OU SACO DE POLIETILENO LEITOSO ATOXICO. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. DATA DE FABRICACAO: MAXIMO 30 DIAS.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	7,7700
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	8,0000

Item: 00002 ACUCAR MASCAVO - PACOTE DE 500G. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. DATA DE FABRICACAO: MAXIMO 30 DIAS.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	5,8400
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	7,0000

Item: 00003 ACUCAR REFINADO - PACOTE DE 5KG. PRODUTO PROCESSADO DE CANA-DE-ACUCAR COM MOAGEM REFINADA. NAO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, BOLOR. EMBALAGEM PLASTICA, RESISTENTE. DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE DE, NO MINIMO 12 MESES. ROTULAGEM CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	11,5000
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	11,5000

Item: 00004 ALETRIA - PACOTE DE 500G. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, AGUA, OVOS, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, NAO DEVERA APRESENTAR SUJIDADES, BOLOR, MANCHAS, FRAGILIDADE A PRESSAO DOS DEDOS OU EMPAPAMENTO APOS COCCAO. VALIDADE DE 12 MESES, EMBALAGEM DE POLIETILENO.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	2,9900
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	3,2000

Item: 00005 AMIDO DE MILHO 100% PURO. PACOTE DE 500G. AMIDO PARA PREPARO DE BOLOS, CREMES, MASSAS DOCES E SALGADAS. EMBALAGEM RESISTENTE E INTACTA. DATA DE FABRICAÇÃO MÁXIMA DE 30 DIAS, E VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES. ROTULAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	2,1200
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	4,0000

Item: 00006 ARROZ - PCT DE 5KG. SUB-GRUPO: PARBOILIZADO, CLASSE LONGO FINO, TIPO 1. A EMBALAGEM DEVE SER DE PLÁSTICO TRANSPARENTE, RESISTENTE. DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MINIMA DE 12 MESES. ROTULAGEM CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	9,7500
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	10,4000
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	10,4000

Item: 00007 ARROZ POLIDO - PCT DE 5KG. LONGO, TIPO 1, CLASSE LONGO FINO, SAFRA NOVA. O PRODUTO NAO DEVE APRESENTAR GRAOS DISFORMES, PERCENTUAL DE IMPUREZAS ACIMA DE 5% (PEDRAS, CASCAS E CARUCHOS), EMBALAGENS DE POLIETILENO. REGISTRO MINISTERIO DA AGRICULTURA, VALIDADE 6 MESES.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	2,0900

Item: 00008 AVEIA EM FLOCOS FINOS - PCT DE 500G. 100% NATURA E INTEGRAL. EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ATOXICO, OU CAIXA DE PAPELÃO C/ PROTETOR INTERNO. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 8 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	4,0500
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	5,0000

Item: 00009 AVEIA FARINHA - PCT DE 500G. 100% NATURA E INTEGRAL. EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ATOXICO, OU CAIXA DE PAPELÃO C/ PROTETOR INTERNO DE ATÉ 500G A UNIDADE. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 8 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	4,0500
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	5,8000

Item: 00010 BISCOITO DOCE (TIPO MARIA OU TIPO MAIZENA) - PACOTE DE ATÉ 800G. EMBALAGEM PLÁSTICA COM DUPLA PROTEÇÃO. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, SAL REFINADO, ACÚCAR, AMIDO DE MILHO, SORO DO LEITE EM PO. EMBALAGEM DE POLIETILENO ATOXICO, TRANSPARENTE (DUPLA EMBALAGEM). ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 5 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	5,9000
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	5,9800

Item: 00011 BISCOITO SALGADO - PCT DE ATÉ 800G. EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE E RESISTENTE, SEM PRESENÇA DE BISCOITOS QUEBRADOS. FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FOLICO, GORDURA VEGETAL, ACÚCAR, ACÚCAR INVERTIDO, SAL, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE SÓDIO E BICARBONATO DE AMÔNIO, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA. DATA DE FABRICAÇÃO MÁXIMA DE 30 DIAS, E PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 MESES. ROTULAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	3,5400
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	5,9000

Item: 00012 BOLACHA DE MEL SEM GLACE - PCT DE ATÉ 1.400G. EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, ACÚCAR E SAL, AMONÍACO, MEL DE ABELHA, ÁGUA. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 15 DIAS E VALIDADE MINIMA DE 90 DIAS. ROTULAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	9,0000
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	7,5400

Item: 00013 CAFÉ TORRADO E MOÍDO - PCT DE 500G. EMBALADO A VÁCUO COM SELO DE PUREZA ABIC, E SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE ISO 9001, SABOR TRADICIONAL. NÃO DEVE ESTAR EMPEDRADO (APRESENTAR PO FINO E SOLTO), DE ODOR AGRADÁVEL E COLORAÇÃO MARROM ESCURA. DATA DE VALIDADE MINIMA DE 12 MESES. ROTULAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	7,3000
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	5,9700
PRINCESA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	7,4900

Item: 00014 CANELA EM RAMA - PCT DE 15G. ROTULAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	1,6500
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	6,4300

Item: 00015 CANELA EM PO - PCT DE 25G. ROTULAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	0,9800
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	2,2000

Item: 00016 COLORAU/COLORIFICO - PACOTE DE 500 GR- EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, INGREDIENTES: FARINHA DE MILHO, SAL, ÓLEO VEGETAL E CORANTE NATURAL URUCUM.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	1,2700
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	4,4000

Item: 00017 CRAVO DA ÍNDIA - PCT DE 12G. ROTULAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	2,2000
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	3,5900

Item: 00018 CREME VEGETAL - COM SAL, CONTER ENTRE 40% E 65% DE LÍPIDEOS. EMBALAGEM EM POTES DE POLIETILENO ATOXICO DE 500G A UNIDADE COM PROTETOR INTERNO. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. DEVE SER ENTREGUE EM VEICULO REFRIGERADO. REGISTRO NO ORGAO COMPETENTE. VALIDADE MINIMA DE 170 DIAS A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	2,1000
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	1,6700

Item: 00019 CARNE BOVINA PATINHO MOIDA - FRESCA, CONGELADA, SEM OSSO, SEM APARAS E APONEVROSES, COM NO MAXIMO 15% DE GORDURA. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS CARACTERISTICAS ORGANOLEPTICAS PROPRIAS. EMBALAGEM COM PESO LIQUIDO DE 1KG, CONTENDO NO ROTULO TODAS AS NORMAS EXIGIDAS PELA ANVISA. EMBALAGEM SECUNDARIA EM CAIXA DE PAPELAO CARTONADA, LACRADA, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, VALIDADE E REGISTRO DE INSPECAO. DATA DE ENTREGA NAO DEVE EXCEDER A 15 DIAS DATA DA FABRICACAO. DEVE SER ENTREGUE CONGELADO

Fornecedor	Proposta
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	18,9000
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	18,9000

Item: 00020 CARNE BOVINA - MUSCULO COM OSSO - PCT DE 1KG. CARNE CONGELADA COM POUCA GORDURA, DE COR VERMELHA CEREJA E COM ODOR AGRADAVEL. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 1KG. DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS E VALIDADE MINIMA DE 6 MESES. TRANSPORTADA SOB REFRIGERACAO. ROTULAGEM CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	11,5000
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	11,5000

Item: 00021 CARNE BOVINA PATINHO ISCAS. CONGELADA, SEM OSSO, SEM APARAS E APONEVROSES, COM NO MAXIMO 15% DE GORDURA. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS CARACTERISTICAS ORGANOLEPTICAS PROPRIAS. EMBALAGEM COM PESO LIQUIDO DE 1KG, CONTENDO NO ROTULO TODAS AS INFORMACOES EXIGIDAS PELA ANVISA. O PRODUTO DEVE SER TRANSPORTADO EM VEICULO COM ISOLAMENTO TERMICO E EQUIPAMENTO DE PRODUCAO DE FRIO. DATA DE ENTREGA NAO DEVE EXCEDER A 15 DIAS DA DATA DE FABRICACAO. DEVE SER ENTREGUE CONGELADO.

Fornecedor	Proposta
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	19,3000
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	19,3000

Item: 00022 CARNE SUINA - PERNIL - CORTADO EM CUBOS, SEM GORDURA, SEM OSSO E CONGELADO. PCT DE 1KG CONGELADO. ROTULAGEM CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	9,9800
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	9,9800

Item: 00023 DOCE DE FRUTA - TIPO CASEIRO, PRODUZIDO COM FRUTAS IN NATURA DE 1ª QUALIDADE, SEM AROMATIZANTES E CORANTES ARTIFICIAIS, EM EMBALAGEM DE VIDRO OU PLASTICO ATOXICO, DEVENDO CONSTAR ROTULAGEM CONFORME LEGISLACAO VIGENTE. POTE DE 1KG.

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	6,0000
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	6,2000

Item: 00024 ERVA DOCE P/ CHA - CXA C/ 10 PCT -ROTULAGEM CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	2,5700
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	2,6000

Item: 00025 EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO - SACHE DE 340G. INGREDIENTES: TOMATE, ACUCAR E SAL. COR VERMELHA. ODOR E SABOR PROPRIOS. TEXTURA CREMOSA. ASPECTO: MASSA MOLE HOMOGENEIA. SEM ADITIVOS. COM DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE DE, NO MINIMO 24 MESES. ROTULAGEM CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	1,4900
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	1,5800

Item: 00026 FARINHA DE MANDIOCA - Pct de 1kg. GRUPO FARINHA SECA. SUB-GRUPO: FINA. CLASSE BRANCA, TIPO 1. COM DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 12 MESES. ROTULAGEM CONFORME LEGISLACAO.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	2,8600
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	3,2800
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	3,2900

Item: 00027 FERMENTO PARA BOLO - LATA DE 250G. INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO OU FECULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCALCICO, BICARBONATO DE SODIO E CARBONATO DE CALCIO. DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS E PRAZO DE VALIDADE MINIMA

DE 5 MESES. DEVE APRESENTAR ROTULAGEM CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	3,8200
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	5,5000

Item: 00028 FARINHA DE MILHO FINA - PCT. DE 1KG. COMPOSICAO 100% MILHO, COR AMARELA, EM EMBALAGEM PLASTICA TRANSPARENTE, RESISTENTE. COM DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE DE, NO MINIMO 6 MESES. ROTULAGEM CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	1,6900
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	1,8000
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	1,9000

Item: 00029 FARINHA DE MILHO GROSSA - PCT. DE 1KG. COMPOSICÃO 100% MILHO, COR AMARELA, EM EMBALAGEM PLASTICA TRANSPARENTE, RESISTENTE. COM DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE, NO MINIMO 06 MESES. ROTULAGEM CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	1,8000
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	1,8900
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	1,9000

Item: 00030 FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - PCT. DE 1KG. NAO APRESENTAR COR ESCURA OU MISTURA COM OUTRAS FARINHAS, FORMACAO DE GRUPOS (UMIDADE), E RESIDUOS DE IMPUREZAS. ACONDICIONADA EM PACOTES PLASTICOS TRANSPARENTES OU PAPEL. DATA DE FABRICACAO E VALIDADE DE NO MAXIMO 6 MESES. ROTULO CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	2,0700
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	2,5000
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	2,5000

Item: 00031 FARINHA LACTEA - INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO TORRADA, LEITE EM PO INTEGRAL, ACUCAR, SAL, MISTURA MINERO-VITAMINICO E VANILINA, INSTANTANEA, SACHES DE 230G., COM DATA DE FABRICACAO RECENTE. EMBALAGEM DE ACORDO COM A LEGISLACAO.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	4,0300
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	5,4500

Item: 00032 FEIJAO PRETO - PCT. DE 1KG - TIPO 1, NOVO DE 1ª QUALIDADE, SEM A PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS CARUNCHADS E TORRADOS. EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE. DATA DE FABRICACAO E VALIDADE DE NO MINIMO 6 MESES. DEVE APRESENTAR ROTULAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	4,1000
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	4,1400
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	4,1500

Item: 00033 FEIJAO VERMELHO - TIPO 1, ISENTO DE MATERIAS ESTRANHAS, IMPUREZAS, INSETOS VIVOS OU MORTOS. EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ATOXICO, DE 1KG A UNIDADE. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 8 MESES PARA CONSUMO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	6,0900
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	6,1000

Item: 00035 FRANGO CONGELADO (COXA E SOBRE COXA) - O PRODUTO DEVE APRESENTAR CONSISTENCIA FIRME, COR AMARELO PALIDO, LIGEIRAMENTE ROSADA E CHEIRO PROPRIO. O PERCENTUAL DE AGUA (GELO) NAO PODE SER SUPERIOR A 15% DO PESO. EM EMBALAGEM PLASTICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE. DEVERA CONSTAR DATA DE FABRICACAO E VALIDADE DE NO MINIMO 12 MESES. TRANSPORTAR SOB REFRIGERACAO. DEVE APRESENTAR ROTULAGEM CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	6,6000
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	6,6000

Item: 00036 IOGURTE COM POLPA DE FRUTA - PACOTE PLASTICA DE 1000G. SABORES DIVERSOS. REGISTRO NO ORGAO COMPETENTE E FISCALIZADO PELO SIF, SIM OU SIE. O PRODUTO DEVERA SER TRANSPORTADO EM VEICULO COM ISOLAMENTO TERMICO E EQUIPAMENTO DE PRODUCAO DE FRIO, RESPEITANDO AS NORMAS EXIGIDAS PELO ANVISA. ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR. PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 20 DIAS PARA CONSUMO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.

Fornecedor	Proposta
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	4,8000

Item: 00038 LEITE UHT - EMBALAGEM MULTI CARTONADA DE 1 LITRO. INTEGRAL E ENRIQUECIDO COM FERRO. REGISTRO NO ORGAO COMPETENTE E FISCALIZADO PELO SIF, SIM OU SIE. PRAZO DE VALIDADE DE 4 MESES PARA CONSUMO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	2,1800
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	2,5900
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	2,5900

Item: 00039 LEITE UHT ISENTO DE LACTOSE - INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL E/OU LEITE INTEGRAL RECONSTITUÍDO, LEITE DESNATADO E/OU LEITE DESNATADO RECONSTITUÍDO, LEITE EM PO DESNATADO, ENZIMA LACTASE E FERMENTO LACTEO. DIVERSOS SABORES. REGISTRO EM ORGAO COMPETENTE E FISCALIZADO PELO SIF, SIM OU SIE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 4 MESES PARA O CONSUMO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	3,2000

Item: 00040 LEITE EM PO - LEITE INTEGRAL, EMBALAGEM DE 1KG. EMBALAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO.

Fornecedor	Proposta
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	17,7000
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	17,7000
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	17,7000

Item: 00041 MACARRAO PARA SOPA (LETRINHA) - PCT DE 500G. APRESENTAR EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE, RESISTENTE E INTEGRA. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, FERRO E ÁCIDO FOLÍCO, OVOS INTEGRAIS DESIDRATADOS, CAROTENÓIDES, VEGETAIS DE URUCUM E CURCUMA EM PO (CORANTE NATURAL). VALIDADE MÍNIMA DE 9 MESES. ROTULAGEM DE ACORDO COM LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	3,1200
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	3,2000

Item: 00042 MACARRAO TIPO PENNE - INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, SEM OVOS. NÃO DEVERÁ CONTER BOLOR, MANCHAS OU INSETOS. EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO ATÓXICO DE 1KG. VALIDADE SUPERIOR A 8 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. DEVE APRESENTAR ROTULAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE, RESISTENTE.

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	3,4000
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	4,1500

Item: 00043 MACARRAO VITAMINADO - TIPO PARAFUSO. CONTENDO FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, COM OVOS, BETACAROTENO EQUIVALENTE A 2000 A 4000 UI DE VITAMINA A POR KG. NÃO DEVERÁ APRESENTAR BOLOR, MANCHAS OU INSETOS. EMBALAGEM EM SACOS DE POLIETILENO ATÓXICO, DE ATÉ 1KG A UNIDADE. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DE ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 8 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	4,5000
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	1,7900

Item: 00044 MILHO DE PIPOCA - PACOTE DE 500G.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	2,0600
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	2,4000

Item: 00045 MISTURA PARA PREPARO DE MINGAU DIVERSOS SABORES - ENRIQUECIDO DE 13 VITAMINAS E MINERAIS, ENRIQUECIDO COM FERRO - SACHE DE 230G.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	3,7700

Item: 00047 ÓLEO DE SOJA REFINADO - 900ML. COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO 12 MESES. ROTULO CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	3,1000
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	4,3900

Item: 00048 ÓREGANO FLOCOS - PCT DE 100G.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	4,8700
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	6,4500

Item: 00050 PO PARA O PREPARO DE GELATINA (SABORES LÍMÃO, MORANGO, ABACAXI E UVA) - ACÚCAR REFINADO, GELATINA COMESTÍVEL, SAL REFINADO, ACIDULANTE ESTABILIZANTE, CORANTE ARTIFICIAL E AROMA NATURAL. EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO

DE ATE 1KG. ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 8 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	7,7000
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	7,7400

Item: 00051 PO PARA O PREPARO DE PUDIM (SABORES CHOCOLATE, COCO, BAUNILHA E MORANGO) - INGREDIENTES: LEITE EM PO, ACUCAR, AMIDO DE MILHO, CACAU EM PO, SAL, AROMA NATURAL DE BAUNILHA. COMPOSICAO: NUMA PORCAO DE 25G DE PO 08 100G DE PRODUTO PREPARADO, DEVE CONTER NO MAXIMO 21G DE CARBOIDRATOS E 0,5G DE GORDUAS SATURADAS E NO MINIMO 50G DE CALCIO. EMBALAGEM EM PACOTES DE POLIETILENO ATOXICO COM ATE 2KG. REGISTRO EM ORGAO COMPETENTE. VALIDADE SUPERIOR A 10 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	5,4000
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	5,9000

Item: 00055 SAGU - PCT DE 500G - RÓTULO CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	3,1800
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	3,3000

Item: 00056 SAL REFINADO IODADO - 1KG. NAO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE OU MISTURAS INADEQUADAS AO PRODUTO ENRIQUECIDO COM IODO. EMBALAGEM PLASTICA TRANSPARENTE RESISTENTE. PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 30 DIAS. RÓTULO CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	0,8500
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	1,0000

Item: 00057 SALSICHA - PCT DE 1KG. - DE CARNE SUINA E BOVINA CONGELADA. DEVERÁ CONSTAR DATA DE FABRICACAO MAXIMÁ DE 30 DIAS E VALIDADE DE NO MINIMO 45 DIAS. COM REGISTRO NO CIF OU CIDASC. RÓTULO CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	5,9900

Item: 00058 SASSAMI DE FRANGO - O PRODUTO DEVE APRESENTAR CONSISTENCIA FIRME, COR AMARELO PALIDO, LIGEIRAMENTE ROSADA E CHEIO PROPRIO. O PERCENTUAL DE AGUA (GELO) NAO PODE SER SUPERIOR A 15% DO PESO. PACOTES INDIVIDUAIS DE APROXIMADAMENTE 1KG. ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR. VALIDADE DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE CONGELADO. TRANSPORTAR SOB REFRIGERACAO.

Fornecedor	Proposta
PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	10,5000

Item: 00059 VINAGRE DE ÁLCOOL - EMBALAGEM PLÁSTICA DE 900 ML. COMPOSICAO: VINAGRE SIMPLES, FERMENTAÇÃO ACÉTICA NATURAL DE ÁLCOOL HIDRATADO, ACIDEZ 4%, CONSERVANTE/NS 220. PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 24 MESES RÓTULO DA EMBALAGEM CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	1,0400
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	1,1500

Item: 00066 ALHO - COM CASCA, COR CLARA, SEM SUJIDADES, BULBO INTEIRICO.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	27,7400

Item: 00093 PEIXE - FILE DE TILAPIA CONGELADO - PCT DE 1KG. FILES CONGELADOS DE PESCADO, INTEGROS, LIMPOS, EVISCERADOS, MANIPULADOS SOB RIGIDAS CONDICoes DE HIGIENE, LIVRES DE ESPINHAS, PELE, CARTILAGEM E RESIDUOS DE VISCERAS. OS FILES DEVEM SER SUBMETIDOS A PROCESSO DE CONGELAMENTO RAPIDO E GLACIAMENTO INDIVIDUAL E ARMazenados em temperatura igual ou inferior a -18°C. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR COR, SABOR E ODOR CARACTERISTICO.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	20,8000

Item: 00097 POLPA DE FRUTAS - FRUTA INTEGRAL CONGELADA, SEM ADICAO DE ACUCAR E CONSERVANTES. AS FRUTAS DEVERAO SER MADURAS, LIMPAS, ISENTAS DE MATERIA TERROSA, PARASITAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS, DEVERAO ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVACAO. PACOTES DE 500G E 1KG.

Fornecedor	Proposta
GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	7,4700

Item: 00100 SUCO DE FRUTAS INTEGRAL - (SEM ACUCAR E SEM CONSERVANTES) 1 LITRO

Fornecedor	Proposta
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	6,1500

GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME

8,3700

, em sequência o pregoeiro deu início a negociação que resultou na proposta final referente ao(s) item(s)

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	6,7000	0,0000
2	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	5,3000	0,0000
3	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	11,5000	11,4900
4	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	2,4900	0,0000
5	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	1,8400	0,0000
6	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	9,4500	0,0000
7	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	2,0900	0,0000
8	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	3,8000	0,0000
9	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	3,7400	0,0000
10	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	5,3400	0,0000
11	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	5,9000	0,0000
13	PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	7,4900	0,0000
14	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	1,6500	0,0000
15	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	0,9800	0,0000
16	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	4,4000	0,0000
17	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	2,2000	0,0000
19	PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	18,8000	0,0000
20	PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	11,4900	0,0000
21	PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	19,2900	0,0000
22	PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	9,9500	0,0000
23	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	5,7000	0,0000
24	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	2,5000	0,0000
25	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	1,1200	0,0000
26	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	2,5000	0,0000
27	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	3,8200	0,0000
28	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	1,5800	0,0000
29	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	1,5800	0,0000
30	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	1,8000	0,0000
31	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	4,0300	0,0000
32	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	3,8000	0,0000
33	PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	5,9900	0,0000
35	PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	6,5900	0,0000
36	PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	4,8000	0,0000
38	PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	2,5800	0,0000
39	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	3,2000	0,0000
40	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	17,6400	17,6000
41	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	3,1200	0,0000
42	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	3,4000	0,0000
44	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	2,0600	0,0000
45	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	3,7700	0,0000
48	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	4,8700	0,0000
50	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALI	7,7000	0,0000
51	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	5,4000	0,0000
55	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	3,1800	0,0000
56	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	0,8500	0,0000
57	PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	5,9900	0,0000
58	PRINCESA COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP	10,5000	0,0000
59	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	1,0400	0,0000
93	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	20,8000	0,0000
97	GIOVANI BRUNO GIRARDI - ME	7,4700	0,0000

. Posteriormente o envelope de documentação das empresas vencedoras foi aberto para análise e verificação, sendo que as empresas Giovani Bruno Girardi ME e Princesa e Comércio Transporte LTDA ME possuem negativas vencidas, os quais possuem dois dias para apresentar as certidões regularizadas. Foram solicitadas amostras dos produtos para as empresas vencedoras, devendo estas providenciar as amostras até sexta-feira (24/2/2016). Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante presente:

Pregoeiro
THADEU BADALOTTI
Equipe de Apoio
SOLANGE MARIA LOURENCO

RENATO MOSER
ELAINE G. D. COELHO

Representantes Empresas
JAILSON LUIZ BUZZI
MARLON EISING
GIOVANI BRUNO GIRARDI

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 002/2016- PMBP/ PROCESSO LICITATÓRIO 013- PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 013/2016 - PMBP

Pregão Presencial nº 002/2016-PMBP - SRP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para aquisição de grelhas para boca de lobo, lajotas, meio fios, pavers e tubos de concreto para ampliação e/ou substituição em vias públicas do Município. Recebimento dos Envelopes até: 10/03/2016 às 09h. Data da Sessão Pública: 10/03/2016 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 24 de fevereiro de 2016. OSMAR FIDELIS – Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Rurais.

Barra Bonita

PREFEITURA

LEI Nº 757/2016 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EFETIVAR A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ATÉ A IMPORTÂNCIA DE R\$49.949,52 (QUARENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS) NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, PARA A EXECUÇÃO

LEI Nº 757/2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EFETIVAR A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ATÉ A IMPORTÂNCIA DE R\$49.949,52 (QUARENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS) NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, PARA A EXECUÇÃO DO CONVÊNIO CONFORME PROPOSTA SIGEF 16168 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Darci João Frizon, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina:

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina conforme proposta Sigef n. 16168.

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 2º - Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 749/2015, mais precisamente no que tange ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Barra Bonita, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 49.949,52 (Quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), nas dotações abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 07.000 – SECRET.MUNIC.DE VIAÇÃO OBRAS E SER. URBANOS
UNID/ORÇ: 07.001 - VIAÇÃO E OBRAS

PROJ/ATIV: 026.782.0031.2017 – MANUT. DAS ATIV. DA UNID. VIAÇÃO E OBRAS
CAT.ECON.: 3390000000000 – Aplicações Diretas - Custeio
FONTE/REC: 012400 – Transf. de Convênios Outros
..... R\$. 49.949,52

Total R\$ 49.949,52

Art. 3º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$. 49.949,52 (Quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), na receita abaixo especificada:

RECEITA: 17000000000000 – Transferências de Capital
17600000000000 – Transferências de Convênios
17620000000000 - Transferências Convênios dos Estados e suas Entidades
17629900000000 - Outras Transferências de Convênios dos Estados
17629900010001 - Outras Transferências de Convênios dos Estados

FONTE/REC: 012400 – Transf. de Convênios Outros
..... R\$. 49.949,52

Total R\$. 49.949,52

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º - Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 742/2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente às suplementações e reduções introduzidas na presente Lei.

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º - Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 675/2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, SC em 24 de fevereiro de 2015.

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal

LEI 756/2016 - ALTERA O ART. 20 DA LEI 699/2014 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lei Nº 756/2016

ALTERA O ART. 20 DA LEI 699/2014 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI JOÃO FRIZON, PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade aos incisos I e III do artigo 73 da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997.

FAÇO SABER a todos os habitantes do município de Barra Bonita, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Altera o artigo 20 da Lei 699/2014, de 30 de maio de 2014 passando a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 20. O valor a ser pago mensalmente será de R\$1.000,00 (um mil reais) de auxílio moradia; R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) de auxílio alimentação e R\$400,00 (quatrocentos reais) de auxílio transporte, montando um valor mensal de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). ”

Art. 2º. A despesa da presente lei correrá por conta do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde;

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita, SC, 24 de fevereiro de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

PP 004/2016 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 011/2016 - Pregão Presencial nº 004/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para aquisição de material impresso para divulgação de eventos e atrações turísticas do município. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 09/03/2016 às 15:45 horas. Data da Sessão Pública: 09/03/2016 às 15:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito.

PP 015/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 023/2016 - Pregão Presencial nº 015/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para aquisição de placas de identificação de ruas, placas de sinalização e totem para as ruas do município. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 09/03/2016 às 14:15 horas. Data da Sessão Pública: 09/03/2016 às 14:00 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de fevereiro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito.

Benedito Novo

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Processo Licitatório nº 22/2016

Dispensa de licitação nº 22/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08).

CONTRATADO: LUCINDA REDDIN KRAUSE (146.796.479-49).

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL COM APROXIMADAMENTE 112M² DE PROPRIEDADE DE LUCINDA REDDIN KRAUSE, LOCALIZADO NA RUA CRUZ E SOUZA, Nº 1.099, PARA FUNCIONAMENTO DO PROJETO VIDA.

VALOR MENSAL: R\$ 920,00 (novecentos e vinte reais).

VALOR TOTAL: R\$ 10.120,00 (dez mil cento e vinte reais).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8666/93.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/02/2016 a 31/12/2016.

Benedito Novo, 26 de fevereiro de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito.

TERMO DE ESCLARECIMENTO TP 17/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2016

TERMO DE ESCLARECIMENTO

O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC, esclarece aos interessados que questionaram, que na exigência do item 9.1.3.2 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, (2015), não atentamos que o prazo legal para providenciar o balanço do exercício 2015 é até 30/04/2016 (art. 1058 da Lei Federal 10.406/02 – Código Civil Brasileiro), portanto, deverá ser apresentado o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do exercício social anterior, ou seja, de 2014.

Publique-se.

Benedito Novo/SC, 23 de fevereiro de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
PREFEITO

LADEMIR KUMMROW
Assessor Jurídico
OAB/SC nº 17.560

Biguaçu

PREFEITURA

PP256-2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 256/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARROCERIA METÁLICA DO TIPO PRANCHA DEVIDAMENTE INSTALADA EM CAMINHÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 10 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 10 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site www.download.betha.com.br para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 24 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

TERMO DE REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº. 03 - 2205/2015 - SAMAE

TERMO DE REVOGAÇÃO

Concorrência nº 03-2205/2015

OBJETO: Contratação de empresa para Elaboração de Projeto de "AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DA ETA II, DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU / SC", conforme especificações constantes neste Edital e no Termo de Referência.

REVOGAÇÃO

Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta, revoga-se a licitação acima epigrafada.

A Comissão Especial de Licitações decide revogar o processo em epígrafe, pois, conforme Fls 1.276 a 1.279, foram identificados fatos intervenientes que tornaram o escopo licitado incerto, comprometendo assim o prosseguimento da contratação do objeto do referido processo, considerando os termos do Artigo 49, caput, da Lei 8.666/93 e alterações.

Fica, portanto, REVOGADA a licitação antes referenciada, em todos os seus termos.

REVOGUE-SE, cumpridas as formalidades legais.

Blumenau, 23 de fevereiro de 2016

Valdair José Matias

Diretor Presidente

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATUAIS 01-01-2016 A 24-02-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 01/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: SAFRA DIESEL LTDA

Valor : 490.776,00 (quatrocentos e noventa mil setecentos e setenta e seis reais)

Vigência : Início: 13/01/2016 Término: 12/01/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO FRACIONADA DE COMBUSTÍVEIS, FILTROS, LUBRIFICANTES E DERIVADOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS.

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 02/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA L

Valor : 5.588,00 (cinco mil quinhentos e oitenta e oito reais) Vigência : Início: 13/01/2016 Término: 12/01/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO FRACIONADA DE COMBUSTÍVEIS, FILTROS, LUBRIFICANTES E DERIVADOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS.

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 03/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA Valor : 6.826,47 (seis mil oitocentos e vinte e seis reais e quarenta e sete centavos)

Vigência : Início: 13/01/2016 Término: 12/01/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO FRACIONADA DE COMBUSTÍVEIS, FILTROS, LUBRIFICANTES E DERIVADOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS.

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 04/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: JULIO SILVESTRI FILHO - ME

Valor : 669,40 (seiscentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 13/01/2016 Término: 12/01/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO FRACIONADA DE COMBUSTÍVEIS, FILTROS, LUBRIFICANTES E DERIVADOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS.

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº : 05/01 - Contrato Nº: 36/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: LOURDES GODINHO DA SILVA VALENTE Valor : 10.800,00 (dez mil oitocentos reais) Vigência : Início: 13/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2015

Recursos : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (74)

Objeto : 1º termo aditivo/LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR TURMA DA EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ ESCOLAR DO CEI ELIZA ROSA DE CARVALHO

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº : 06/02 - Contrato Nº: 64/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: NETJOB TECNOLOGIA LTDA Valor : 13.200,00 (treze mil duzentos reais) Vigência : Início: 13/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2014

Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (20) Objeto : 2º TERMO ADITIVO/Contratação para Serviços de Assessoria aos Sistemas de Gestão Administrativa/Tributária.

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 07/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: ACÁCIA ENGENHARIA LTDA EPP

Valor : 384.585,50 (trezentos e oitenta e quatro mil quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 13/01/2016 Término: 20/06/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS COM LAJOTAS, CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PLACAS INFORMATIVAS CONFORME PROJETO COM RECURSOS DO FUNDAM

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 08/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: NCM CONSTRUÇÕES LTDA ME

Valor : 972.021,39 (novecentos e setenta e dois mil e vinte e um reais e trinta e nove centavos)

Vigência : Início: 13/01/2016 Término: 13/05/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS COM LAJOTAS, CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PLACAS INFORMATIVAS CONFORME PROJETO COM RECURSOS DO FUNDAM

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 09/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: DE BONA TERRAPLANAGEM LTDA ME Valor : 329.890,00 (trezentos e vinte e nove mil oitocentos e noventa

reais)
Vigência : Início: 18/01/2016 Término: 20/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINÁRIO PESADO PARA RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 10/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: INFO PUBLIS INFORMATICA E ASSESSORIA EM SISTEMAS D
Valor : 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) Vigência : Início: 20/01/2016 Término: 20/06/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA CONTÁBIL EM PROCESSAMENTO DE DADOS E ENVIO E-SFING/TCE
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 12/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: FABIOLA POLICARIO TORGA 08032869611
Valor : 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) Vigência : Início: 21/01/2016 Término: 20/07/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA CONSTRUÇÃO DE DIAGNOSTICO TURÍSTICO E INVENTÁRIO TURÍSTICO 2ª PARTE DE BOM JARDIM DA SERRA/SC.
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº : 16/01 - Contrato Nº.: 46/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: JOAO LUIZ RIBEIRO VELHO
Valor : 19.897,20 (dezenove mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2015
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (51)
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A BIBLIOTECA MUNICIPAL E O PROJETO BEIJA-FLOR.
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 15/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA Valor : 4.296.015,54 (quatro milhões duzentos e noventa e seis mil e quinze reais e cinquenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 02/02/2016 Término: 01/02/2017
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, OBRAS DE ARTE CORRENTES, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA BJS-050 COM CONSTRUÇÃO DE OBRA DE ARTE ESPECIAL, ESTACA 142+16,87 A ESTACA 500 EM SALDO REMANESCENTE CONFORME PLANILHAS E PROJETO.
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 17/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP
Valor : 313.287,00 (trezentos e treze mil duzentos e oitenta e sete reais)
Vigência : Início: 03/02/2016 Término: 02/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE PNEUS NOVOS RECAPAGENS
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 18/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME
Valor : 23.752,35 (vinte e três mil setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos)
Vigência : Início: 05/02/2016 Término: 04/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS E PARA MERENDA ESCOLAR.
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 19/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: SUPERMERCADO RH LTDA
Valor : 277.708,04 (duzentos e setenta e sete mil setecentos e oito reais e quatro centavos)
Vigência : Início: 05/02/2016 Término: 04/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS E PARA MERENDA ESCOLAR.
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 20/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME Valor : 37.834,40 (trinta e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 05/02/2016 Término: 04/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS E PARA MERENDA ESCOLAR.
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 21/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA Valor : 691,60 (seiscentos e noventa e um reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 05/02/2016 Término: 04/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS E PARA MERENDA ESCOLAR.
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 22/2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
 Contratada...: CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME Valor : 22.105,05 (vinte e dois mil cento e cinco reais e cinco centavos)
 Vigência : Início: 05/02/2016 Término: 04/02/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACTIONADA DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS E PARA MERENDA ESCOLAR.
 Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 23/2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
 Contratada...: COMERCIO DE GAS LUCIANO LTDA - EPP
 Valor : 17.535,00 (dezessete mil quinhentos e trinta e cinco reais) Vigência : Início: 11/02/2016 Término: 10/02/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GÁS GLP PARA ENTIDADES DIVERSAS
 Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 24/2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
 Contratada...: POSTO IPIRELLA LTDA - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS Valor : 267.905,66 (duzentos e sessenta e sete mil novecentos e cinco reais e sessenta e seis centavos)
 Vigência : Início: 09/02/2016 Término: 08/02/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS EM SALDO REMANESCENTE DO PR-01/2016
 Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 25/2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
 Contratada...: ALISSON TIBERIO BOTOLUZZI
 Valor : 44.552,37 (quarenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos)
 Vigência : Início: 02/02/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 2016, CONFORME DETERMINA A LEI 11.947/09
 Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 26/2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
 Contratada...: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME Valor : 11.919,16 (onze mil novecentos e dezenove reais e dezesseis centavos)
 Vigência : Início: 16/02/2016 Término: 15/02/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO ESCOLAR PARA SECRETARIAS E ENTIDADES DIVERSAS.
 Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 27/2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
 Contratada...: CELIA REGINA W. SANI - ME
 Valor : 13.549,86 (treze mil quinhentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos)
 Vigência : Início: 16/02/2016 Término: 15/02/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO ESCOLAR PARA SECRETARIAS E ENTIDADES DIVERSAS.
 Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 28/2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
 Contratada...: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA - ME
 Valor : 14.874,19 (quatorze mil oitocentos e setenta e quatro reais e dezenove centavos)
 Vigência : Início: 16/02/2016 Término: 15/02/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE P/ DIVERSAS SECRETARIAS
 Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 29/2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
 Contratada...: NADINE ALBERTON VIEIRA - ME
 Valor : 48.955,70 (quarenta e oito mil novecentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos)
 Vigência : Início: 16/02/2016 Término: 15/02/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E DIDÁTICO ESCOLAR PARA SECRETARIAS E ENTIDADES DIVERSAS.
 Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº : 30/02 - Contrato Nº: 99/2014
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
 Contratada...: ACÁCIA ENGENHARIA LTDA EPP Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 08/02/2016 Término: 07/06/2016
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : ADITIVO DE PRAZO/CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCLUSÃO DA OBRA DO ESPAÇO EDUCATIVO INFANTIL- TIPO C / PROINFÂNCIA
 Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº : 37/03 - Contrato Nº: 42/2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
 Contratada...: ANDRE DE SOUZA (TRANSPORTE ESCOLAR ANDRE) Valor : 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais)
 Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2013
 Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00 (59)
 Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO / TRANSPORTE ESCOLAR
 Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº : 31/03 - Contrato Nº: 17
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA

SERRA

Contratada...: ODAIR JOSE DE ASSUNCAO

Valor : 44.070,00 (quarenta e quatro mil e setenta reais)

Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (62) Objeto

..... : TERCEIRO TERMO ADITIVO / SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR-LINHA BOM JARDIM/SÃO JOAQUIM

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº : 32/03 - Contrato Nº: 18

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada...: JOSÉ ADÃO DE ASSUNÇÃO

Valor : 32.421,00 (trinta e dois mil quatrocentos e vinte e um reais)

Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (81) Objeto

..... : TERCEIRO TERMO ADITIVO / SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR-PASSO VELHO/ADOLFO JOSÉ MARTINS

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº : 33/03 - Contrato Nº: 19

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada...: SEBASTIÃO BORGES DA SILVA

Valor : 54.360,00 (cinquenta e quatro mil trezentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (59) Objeto

..... : TERCEIRO TERMO ADITIVO / SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR-VARGINHA/ADOLFO JOSE MARTINS

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº : 34/03 - Contrato Nº: 20

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada...: JAIRO RIBEIRO JUNIOR

Valor : 44.844,00 (quarenta e quatro mil oitocentos e quarenta e quatro reais)

Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (81) Objeto

..... : TERCEIRO TERMO ADITIVO / SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR-CASA BRANCA/ADOLFO JOSE MARTINS/SAO GERONIMO

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº : 35/03 - Contrato Nº: 21

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada...: ANDRE DE SOUZA (TRANSPORTE ESCOLAR ANDRE) Valor : 115.746,00 (cento e quinze mil setecentos e quarenta e seis reais)

Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (60) Objeto

..... : TERCEIRO TERMO ADITIVO / SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR- 1 SAIQUI/CAPÃO RICO/BOCA DA SERRA/ADOLFO J. MARTINS; 2. SANDOVAL/SANTA BARBARA/SAO GERONIMO/CRECHE ELIZA ROSA/ADOLFO J. MARTINS; 3. SAO BENTO/ADOLFO JOSE MARTINS

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº : 36/03 - Contrato Nº: 22

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada...: ELIZANDRO PADILHA DE ASSUNÇÃO

Valor : 22.422,00 (vinte e dois mil quatrocentos e vinte e dois reais)

Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (84) Objeto

..... : TERCEIRO TERMO ADITIVO / SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR/SITIO SENHORA AFONSA/SITIO ROGERIO ANASTACIO/ ESCOLA ALTOS DA BOA VISTA

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº : 38/03 - Contrato Nº: 43/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada...: LEANDRO DE ASSUNÇÃO

Valor : 37.572,00 (trinta e sete mil quinhentos e setenta e dois reais)

Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2013

Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO / TRANSPORTE ESCOLAR/LAGEADINHO-ADOLFO JOSÉ MARTINS

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº : 39/03 - Contrato Nº: 37/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada...: LEANDRO DE ASSUNÇÃO

Valor : 43.632,00 (quarenta e três mil seiscentos e trinta e dois reais)

Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014

Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (59) Objeto

..... : SEGUNDO TERMO ADITIVO / CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR/PONTE DA VARZEA/ SÃO GERONIMO-NOTURNO

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº : 40/03 - Contrato Nº: 38/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada...: ANTONIO CARLOS ANTUNES BORGES

Valor : 27.846,00 (vinte e sete mil oitocentos e quarenta e seis reais)

Vigência : Início: 17/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014

Recursos : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (84) Objeto

..... : SEGUNDO TERMO ADITIVO / CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº...: 41/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada...: CELIA REGINA W. SANI - ME

Valor : 8.623,14 (oito mil seiscentos e vinte e três reais e quatorze centavos)

Vigência : Início: 22/02/2016 Término: 21/02/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SECRETARIAS E ENTIDADES DIVERSAS

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº...: 42/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada...: CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

Valor : 6.833,75 (seis mil oitocentos e trinta e três reais e

setenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 22/02/2016 Término: 21/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SECRETARIAS E ENTIDADES DIVERSAS
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 43/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME
Valor : 8.097,69 (oito mil e noventa e sete reais e sessenta e nove centavos)
Vigência : Início: 22/02/2016 Término: 21/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SECRETARIAS E ENTIDADES DIVERSAS
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 44/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: NADINE ALBERTON VIEIRA - ME
Valor : 10.653,35 (dez mil seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e cinco centavos)
Vigência : Início: 22/02/2016 Término: 21/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SECRETARIAS E ENTIDADES DIVERSAS
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 45/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: T M SCHLICKMANN & CIA LTDA - ME
Valor : 9.190,37 (nove mil cento e noventa reais e trinta e sete centavos)
Vigência : Início: 22/02/2016 Término: 21/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SECRETARIAS E ENTIDADES DIVERSAS
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE B. JARDIM DA SERRA EXTRATO CONTRATUAL
Aditivo Nº : 02/01 - Contrato Nº: 6/2015
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE B. JARDIM DA SERRA
Contratada...: ACÁCIA ENGENHARIA LTDA EPP Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 16/02/2016 Término: 09/04/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO/CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS DO CRAS, EM SALDO REMANESCENTE CONFORME PLANILHAS, CRONOGRAMA E DEMAIS ANEXOS.
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº : 03/01 - Contrato Nº: 01/2015
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE B. JARDIM DA SERRA
Contratada...: INES CORDOVA NUNES Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 16/02/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : 1º termo aditivo/LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE BOM JARDIM DA SERRA EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 01/2016
Contratante.: FUNDO MUN. DE SAUDE DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: CRIOBRAS AR GAS LTDA
Valor : 6.835,00 (seis mil oitocentos e trinta e cinco reais)
Vigência : Início: 11/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÁS MEDICINAL

Bom Jardim da Serra, 24 de Fevereiro de 2016
Edelvanio Nunes Topanoti
Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 024/2016 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 024/2016, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. LUCIANE FATIMA FACIOCHI JANCKE, inscrita na matrícula sob nº 515-0, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, conforme Atestado Médico, no período de 22 de fevereiro de 2016 a 26 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 25 de fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 347/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 347/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2016

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 14:00 horas do dia 08 de Março de 2016, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a contratação de serviços para confecção moldagem e ajustes de próteses dentárias totais superior e inferior e parciais removíveis para o exercício de 2016.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 25 de Fevereiro de 2016.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

154.02.16 - P. DES. MÉDICA DEBORA SIQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 154/16 de 11.02.16

Designa Médica Contratada em Caráter Temporário e Concede Gratificação para Atendimento de Urgência e Emergência

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso VIII da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Debora Cristina Siqueira, para exercer o cargo de Médico - Nível – 11, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, em virtude de sua Classificação em 1º lugar na Chamada Pública nº 01/2016, e concede uma Gratificação mensal para atendimento de urgência e emergência, correspondente a 50% (cinquenta por cento), com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Equipe Saúde da Família – ESF – Interior, a contar do dia 01 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

155.02.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANDRE SIMIANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 155/16 de 11.02.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 13 (treze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 26 de janeiro com término no dia 07 de fevereiro de 2016, ao Funcionário André Simiano, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

207.02.16 - P. TAXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 207/16 de 17.02.16

DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI PARA O SR. JOSÉ AGOSTINHO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. JOSÉ AGOSTINHO DA SILVA, inscrito no C.P.F. n.º 295.034.939-00, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

208.02.16 - P. TAXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 208/16 de 17.02.16

DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI PARA O SR. JOSÉ AGOSTINHO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº

2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sra. NILTON SOARES, inscrito no CNPJ. n.º 250.726.259-15, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

209.02.16 - P. TAXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 209/16 de 17.02.16
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI PARA O SR. JOSÉ AGOSTINHO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sra. PEDRO MANOEL DA SILVA, inscrito no CNPJ. n.º 148.117.589-00, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

210.02.16 - P. REMANEJAMENTO ANGELITA AP. S. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 210/16 de 18.02.16

Remaneja Servidora

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Remanejar a servidora Angelita Aparecida de Souza Vieira, ocupante do cargo de Pedagoga, Padrão 1 – Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

211.02.16 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE ANDRE SIMIANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 211/16 de 18.02.16

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 30 de maio de 2016, ao Funcionário André Simiano, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

212.02.16 - P. DES. PROF. PATRICIA M. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 212/16 de 18.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Patrícia Marinho da Silva, para atuar como Professora 20 horas semanais na Escola do Campo Paraíso da Serra e Pré Escolar Capistrano, no período de 18 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Chamada Pública 02/2016 para Contratação de Professor ACT – Educação Física, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

213.02.16 - P. DES. PROF. VANDERLEI C. LIZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 213/16 de 18.02.16

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Vanderlei Córdova de Liz, para atuar como Professor 20 horas semanais nas Escolas do Campo Canoas e Cambará, no período de 18 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Chamada Pública 02/2016 para Contratação de Professor ACT – Educação Física, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

214.02.16 - P. DES. PROF. PATRICIA M. HOFFMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 214/16 de 18.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Patrícia Michels Hoffmann, para atuar como Professor 20 horas semanais na Creche Municipal Patrícia Deucher, no período de 18 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Chamada Pública 02/2016 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

215.02.16 - P. DES. PROF. LUCIANA M. HOFFMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 215/16 de 18.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Luciana Moretti Hoffmann, para atuar como Professor 20 horas semanais na Escola do Campo Barbaquá, no período de 18 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Chamada Pública 02/2016 para Contratação de Professor ACT – Educação Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

216.02.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JANETE AP. P. JESUS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 216/16 de 18.02.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 18 de fevereiro de 2016, a Funcionária Janete Aparecida Paim de Jesus, ocupante do cargo de Professor I – 3 - Padrão I - Nível 22 do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

217.02.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PAULO E. C. MONTEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 217/16 de 19.02.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 17 de fevereiro de 2016, ao funcionário Paulo Eugenio Carneiro Monteiro, Ocupante do cargo de Médico – Nível 11, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

218.02.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ROSEMELIA G. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 218/16 de 19.02.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2016, a Funcionária Rosemelia Gamba da Rosa, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 22 do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

219.02.16 - P. PROM. HABILITAÇÃO DELMA I. R. DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 219/16 de 19.02.16

Concede Promoção por Nova Habilitação

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 13 e 14 da Lei Complementar n.º 03/04 de 31.03.04 (Dispõe Sobre o Novo Plano de Cargos e Salários do Poder Executivo) e alterado pela Lei Complementar 12/06 de 21 de Março de 2006 (Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar 03/04 que trata de Cargos e Salários, Reestrutura do Quadro de Pessoal do Poder Executivo e dá Outras Providências):

Resolve:

Conceder promoção por nova habilitação, com percentual de 5% sobre o seu padrão de vencimentos de acordo com o que determina o artigo 13 e 14 da Lei Complementar 03/04 de 31 de Março de 2004, alterado pela Lei Complementar 12/06 de 21 de Março de 2006, a funcionária Delma Isabel Rabelo dos Santos, ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1 em virtude da conclusão do Curso de Ensino Médio no SESI – Educação de Jovens e Adultos em Bom Retiro, SC, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, conforme requerimento datado de 13 de janeiro de 2016 e despacho em 15 de fevereiro de 2016 de acordo com parecer jurídico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

220.02.16 - P. PROM. HABILITAÇÃO ANTONIA D. R. ALBUQUERQUE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 220/16 de 19.02.16
Concede Promoção por Nova Habilitação

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 13 e 14 da Lei Complementar n.º 03/04 de 31.03.04 (Dispõe Sobre o Novo Plano de Cargos e Salários do Poder Executivo) e alterado pela Lei Complementar 12/06 de 21 de Março de 2006 (Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar 03/04 que trata de Cargos e Salários, Reestrutura do Quadro de Pessoal do Poder Executivo e dá Outras Providências):

Resolve:

Conceder promoção por nova habilitação, com percentual de 5% sobre o seu padrão de vencimentos de acordo com o que determina o artigo 13 e 14 da Lei Complementar 03/04 de 31 de Março de 2004, alterado pela Lei Complementar 12/06 de 21 de Março de 2006, a funcionária Antonia Dejanir Rabelo Albuquerque, ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1 em virtude da conclusão do Curso de Ensino Médio no SESI – Educação de Jovens e Adultos em Bom Retiro, SC, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, conforme requerimento datado de 13 de janeiro de 2016 e despacho em 17 de fevereiro de 2016 de acordo com parecer jurídico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

221.02.16 - P. EXON. WANIA AP. FERNANDES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 221/16 de 19.02.16

Exonera Servidora a Pedido

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Resolve:

Conceder Exoneração a servidora Wania Aparecida Fernandes, do Cargo de Profissional de Enfermagem – Padrão I - Nível – 9, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 615/14 de 07.07.14, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 19 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

222.02.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ERONETE AP. S. MAFFIOLETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 222/16 de 22.02.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 17 de fevereiro com término no dia 04 de março de 2016, a Funcionária Elizete Luzia da Silva Mafioletti, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Paraíso da Serra.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

223.02.16 - P. FÉRIAS SEBASTIÃO J. RODRIGUES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 223/16 de 22.02.16
Concede Férias Regulamentares

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) ao funcionário Sebastião João Rodrigues, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 012/2016 de 22 de fevereiro de 2016, para gozá-las a contar do dia 22 de fevereiro com término no dia 22 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

224.02.16 - P. EXON. DEBORA C. SIQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 224/16 de 22.02.16

Exonera Servidora a Pedido

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Resolve:

Conceder Exoneração a servidora Debora Cristina Siqueira, do Cargo de Médica – Padrão I - Nível – 11, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 154/14 de 11.02.15, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 22 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

225.02.16 - P. EXON. ANA MARIA A. HINCKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 225/16 de 23.02.16

Exonera Servidora a Pedido

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Resolve:

Conceder Exoneração a servidora Ana Maria Alexandre Hinckel, do Cargo de Agente de Saúde – Padrão I - Nível – 1, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 213/12 de 07.03.12, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 23 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

226.02.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE DALISE B. VAZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 226/16 de 23.02.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 19 de fevereiro de 2016, a funcionária Dalise Buratto Vaz, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

227.02.16 - P. FÉRIAS ANA P. SCHNEIDER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 227/16 de 24.02.16

Concede Férias Regulamentares

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) a funcionária Ana Paula Schneider, Ocupante do cargo de Atendente de Consultório Dentário - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – Programa Saúde Bucal, para gozá-las a contar do dia 26 de fevereiro com término no dia 26 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

228.02.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CELIANE RABELO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 228/16 de 24.02.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 23 de fevereiro de 2016, a funcionária Celiane Rabelo, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro

de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

229.02.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANGELITA AP. S . VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 229/16 de 24.02.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 22 de fevereiro de 2016, a funcionária Angelita Aparecida de Souza Vieira, ocupante do cargo de Pedagoga - Padrão 1 – Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

230.02.16 - P. FÉRIAS CARLOS ALBERTO NECKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 230/16 de 24.02.16
Concede Férias Regulamentares

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Carlos Alberto Neckel, Ocupante do cargo de Motorista, Padrão I – Nível 04, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 012/2016 de 23 de fevereiro de 2016, para gozá-las a contar do dia 23 de fevereiro com término no dia 23 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

231.02.16 - P. TAXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 231/16 de 24.02.16
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI PARA O SR. JOSÉ AGOSTINHO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. MARCO ANTONIO GORGES, inscrito no C.P.F. n.º 899.525.379-72, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

232.02.16 - P. TAXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 232/16 de 24.02.16
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI PARA O SR. JOSÉ AGOSTINHO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. NILTON SOARES, inscrito no C.P.F. n.º 250.726.259-15, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 208/2016 de 17/02/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

233.02.16 - P. TAXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 233/16 de 24.02.16
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI PARA O SR. JOSÉ AGOSTINHO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. PEDRO MANOEL DA SILVA, inscrito no C.P.F. n.º 148.117.589-00, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 209/2016 de 17/02/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

234.02.16 - P. TAXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 234/16 de 24.02.16
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI PARA O SR. JOSÉ AGOSTINHO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. ZELINO MUNARIM, inscrito no C.P.F. n.º 471.032.309-78, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

235.02.16 - P. TAXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 235/16 de 24.02.16
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI PARA O SR. JOSÉ AGOSTINHO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. ARLINDO ANTONIO ALEXANDRE, inscrito no C.P.F. n.º 177.329.560-87, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual

de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

236.02.16 - P. TAXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 236/16 de 24.02.16
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI PARA O SR. JOSÉ AGOSTINHO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. ALDORI DA SILVA, inscrito no C.P.F. n.º 637.816.629-34, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

237.02.16 - P. TAXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 237/16 de 24.02.16
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI

PARA O SR. JOSÉ AGOSTINHO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. CARLOS ERNI LOURENÇO DE MEDEIROS, inscrito no C.P.F. n.º 342.003.129-72, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

238.02.16 - P. TAXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 238/16 de 24.02.16
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI PARA O SR. JOSÉ AGOSTINHO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sra. VANIA SCHULLER, inscrito no C.P.F. n.º 053.612.859-60, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

239.02.16 - P. TAXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 239/16 de 24.02.16

DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI PARA O SR. JOSÉ AGOSTINHO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. OSNI HEINZ, inscrito no C.P.F. n.º 136.040.319-15, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

24 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

CHAMADA PÚBLICA SAÚDE 03.16

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

CHAMADA PÚBLICA N. 03/2016

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro, Santa Catarina, Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, juntamente com a Responsável pela Secretária Municipal de Saúde, senhora Eriçleia Faustino da Mota, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, bem como pela existência temporária de vagas para Médico – 40 horas semanais, uma vez que, mesmo após realizado Processo Seletivo 06/2015 realizado no final do ano passado, não houve candidatos interessados, bem como já contratada a candidata pela Chamada Pública n, 01/2016, tornam público, pelo presente Edital, as normas para CHAMADA PÚBLICA, nos itens a seguir:

1. DAS VAGAS:

01 vaga médico 40 horas semanais.

2. Pelo presente edital, ficam convocados os interessados em assumir a vaga temporária existente de médico a contar da contratação até 31.12.2016, a comparecerem junto a Secretaria de Administração e Fazenda, na Av. Major Generoso, 19, centro Bom Retiro/SC, no dia 03/03/2016 das 9h às 11h, munidos da documentação exigida nos itens que seguem, a fim de participarem da prova de títulos, prova de tempo de serviço e prova de horas de curso, devendo para tanto cumprirem as normas abaixo descritas.

3. Considerando que não há tempo hábil para aplicação de provas objetivas e que já foi realizado Processo Seletivo, do qual não obtivemos êxito, serão classificados os candidatos que comparecerem pela avaliação de títulos, tempo de serviço e horas de curso na área da saúde, nos seguintes termos:

3.1 DA PROVA DE TÍTULOS:

3.1.1. A Prova de Títulos Acadêmicos é constituída pela análise e pontuação de documentos apresentados pelos candidatos comprovando a conclusão, ou estar cursando curso de pós-graduação, mestrado e doutorado que serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	
Doutorado	5,00 pontos
Mestrado	3,00 pontos
Pós-Graduação na área da Saúde	1,50 pontos

3.1.2 O título deve ser apresentado original e cópia, ou cópia autenticada e ser regularmente emitido por estabelecimento de ensino, reconhecido pelo MEC ou por órgãos públicos dos governos federal, estadual ou municipal.

3.1.3. Os títulos de cursos de pós-graduação não serão avaliados cumulativamente, sendo computado, caso o candidato entregue mais de um diploma ou certificado, o de maior valor acadêmico.

3.2 DA PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO

3.2.1. A Prova de tempo de serviço é constituída pela análise e pontuação de documentos apresentados pelos candidatos comprobatórios do tempo de serviço no setor de saúde público ou particular, que serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

TEMPO DE SERVIÇO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	PONTUAÇÃO
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração mínima de 1 ano	0,20
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 1 ano e 1 dia a 2 anos	0,40
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 2 anos e 1 dia a 3 anos	0,60
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 3 anos e 1 dia a 4 anos	0,80
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 4 anos e 1 dia a 5 anos	1,00
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 5 anos e 1 dia a 6 anos	1,20
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 6 anos e 1 dia a 7 anos	1,40
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 7 anos e 1 dia a 8 anos	1,60

Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 8 anos e 1 dia a 9 anos	1,80
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com duração superior a 9 anos e 1 dia.	2,00

3.2.2 Poderão ser apresentados para comprovação do tempo de serviço:

a) Certidão e/ou atestado de tempo de serviço emitida por órgão público dos poderes Municipal, Estadual ou Federal, em que conste a identificação do servidor e ter o beneficiário exercido o cargo de médico pelo tempo especificado em ANOS, MESES E DIAS; e ou
b) Declaração e/ou atestado emitido pela Direção e ou Setor de Recursos Humanos de estabelecimento de saúde particular, constando a identificação do candidato e o tempo de serviço em ANOS, MESES E DIAS.

3.3 DA PROVA DE HORAS DE APERFEIÇOAMENTO

3.3.1 Horas de aperfeiçoamento. A pontuação decorrente da contagem de cursos de aperfeiçoamento obedecerá aos critérios constantes da tabela abaixo.

NÚMERO DE HORAS	PONTUAÇÃO
81 A 120 HORAS	1,00
41 A 80 HORAS	0,60
40 HORAS	0,20

3.3.2 Frequência em Cursos de Formação Continuada: somente serão aceitos Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento que estejam devidamente registrados no órgão competente, relativo aos anos de 2014 a 2015. A carga horária dos Cursos a ser computada não excederá a 120 horas.

3.3.3. Não serão pontuados os documentos que não atenderem estritamente o disposto nos itens 3.1.1, 3.2.1 e 3.3.1, não entregues no prazo e locais determinados, borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível ou ainda não entregues pelo próprio candidato, ou mediante procuração pública específica para tal.

3.4. A nota da prova de títulos acadêmicos, tempo de serviço e horas de curso será o somatório dos pontos obtidos na prova de títulos acadêmicos + na prova de tempo de serviço + horas de cursos.

3.5. A nota final das provas será a soma final da pontuação obtida na prova de títulos acadêmicos + pontuação da prova de tempo de serviço + horas de cursos obtendo assim a nota final.

3.6. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota final obtida.

3.7. Ocorrendo empate na pontuação obtida na nota final, terá preferência, para fins de desempate, o candidato que, sucessivamente:

- a) tiver maior idade;
- b) tiver maior número de filhos.

3.8. Os candidatos deverão comparecer no dia 03/03/2016, das 9h às 11h, munidos da seguinte documentação para efetivação de sua inscrição:

- a) Carteira de identidade (cópia);
- b) CPF (cópia);
- c) Título de Eleitor (cópia);
- d) Comprovante de habilitação mediante apresentação de certificado/Comprovante de Frequência ou histórico escolar, expedidos por órgãos competentes (original e cópia ou cópia autenticada); e registro no conselho de classe.
- e) Documento comprobatório de participação em programas de formação continuada, Aperfeiçoamento e atualização, expedidos e registrados por órgão competente, realizados em 2014 a 2015 (original e cópia ou cópia autenticada).
- f) Atestado de tempo de serviço no serviço Público de saúde na área específica de médico expresso por períodos de contratação, em ANOS, MESES E DIAS, expedido por órgão competente, (considerados até 29/02/2016) (original e cópia ou cópia autenticada);

4 – DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final.

4.2. Os candidatos deverão comparecer no dia 07/03/2016, no Departamento de Pessoal na Secretaria Administração e Fazenda, munidos da seguinte documentação:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia).
- b) Certidão de nascimento "se solteiro" ou Certidão de casamento (cópia).
- c) CPF (cópia).
- d) Título de Eleitor (cópia).
- e) Comprovante da última votação (cópia).
- f) PIS ou PASEP (cópia).
- g) Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o cargo.
- h) Comprovante de quitação militar – Certificado de Reservista "se do sexo masculino" (cópia).
- i) Atestado médico oficial admissional de boa saúde física e mental.
- j) Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público e/ou Declaração de Acumulação para Cargo de Professor.
- k) Uma fotografia colorida 3x4 atual.
- l) Comprovante de registro no órgão de classe profissional.

4.3 Toda a documentação deverá ser entregue de forma reunida, não sendo aceito protocolo de parte dos documentos. O comparecimento dos candidatos sem as documentações legalmente exigidas neste edital de Chamada Pública e fora do prazo previsto ou o não comparecimento até a data prevista, implicará na desclassificação automática do candidato ora convocado, passando-se a convocação dos demais sucessivamente, sempre respeitando a ordem de classificação.

Bom Retiro (SC), 23 de fevereiro de 2016.

Marcia M. H. Fernandes

Prefeita em Exercício

Ericleia Faustino da Mota

Responsável Sec. Municipal de Saúde

MINUTA EDITAL PP 02/2016 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 FMAS

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Assistência Social torna público Edital Pregão Presencial 02/2016 para Aquisição de suprimentos de informática e material de expediente para atender o Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro no exercício de 2016. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 09/03/16 as 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro/SC, 25 de fevereiro de 2016.

Marcia Mariza H. Fernandes

Prefeita Municipal em Exercício

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 1.876/2016**

DECRETO Nº 1.876/2016

"Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2016"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 11.106,46 (Onze mil, cento e seis reais e quarenta e seis centavos), conforme abaixo especificado:

04.00	-Secretaria de Educação
04.01	-Divisão de Educação
12.361.0025.2000014	-Manutenção Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
3.3.1.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.18(264)	-Superávit Financeiro - FR 318
	Valor R\$ 11.106,46

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 22 de fevereiro de 2016.

Botuverá, 24 de fevereiro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2016- FM PNEUS

Extrato de Contrato nº 20/2016

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: FM PNEUS LTDA

Valor: R\$ R\$ 46.450,00 (Quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais)

Objeto: Recape de pneus.

Fund.Legal: O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a contratada apresentou no Processo Licitatório nº 12/2016 – Edital de Pregão nº 07/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2016- RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI

Extrato de Contrato nº 21/2016

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

Valor: R\$ R\$ R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais).

Objeto: Recape de pneus.

Fund.Legal: O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a contratada apresentou no Processo Licitatório nº 12/2016 – Edital de Pregão nº 07/2016.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 012/2016

DECRETO Nº 012/2016

Define a programação financeira, o cronograma de execução mensal de desembolso e o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2016 e estabelece outras providências.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0858/2015 de 17.12.2015, etc...

D E C R E T A:

Art. 1º Para a execução orçamentária de 2016, fica estabelecida a programação financeira, fixado o cronograma de execução mensal de desembolso e definido o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação, consoante a Lei Municipal nº 858/2015, de 17 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Braço do Trombudo para o exercício de 2016.

Parágrafo único. Fazem parte integrada deste Decreto:

I – O Anexo I – Dispõe sobre o desdobramento da receita em metas mensais, bimestrais e para o exercício, da receita estimada no orçamento, evidenciado na forma analítica as receitas de acordo com a classificação legal; e

II – O Anexo II – Dispõe sobre a programação e cronograma de execução mensal de desembolso sintético que os órgãos municipais ficam autorizadas a utilizar no exercício de 2015, com base nas metas de arrecadação constantes no Anexo I, servindo como demonstrativo para a publicação legal, em atendimento aos artigos 8º e 13, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 23 de fevereiro de 2016.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

ANEXO I
DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO

RÚBRICAS	RECEITAS	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	TOTAL
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.787.252,46	2.787.252,46	2.797.245,90	2.891.902,83	2.830.987,78	2.816.016,57	16.910.658,00
1.1.0.0.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	139.901,16	139.901,16	149.894,60	244.551,53	183.636,48	168.665,07	1.026.550,00
1.2.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.500,00	24.500,00	24.500,00	24.500,00	24.500,00	24.500,00	147.000,00
1.3.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	21.479,96	21.479,96	21.479,96	21.479,96	21.479,96	21.480,20	128.880,00
1.4.0.0.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
1.6.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	131.666,68	131.666,68	131.666,68	131.666,68	131.666,68	131.666,60	790.000,00
1.7.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.430.088,00	2.430.088,00	2.430.088,00	2.430.088,00	2.430.088,00	2.430.088,00	14.580.528,00
1.9.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	38.616,66	38.616,66	38.616,66	38.616,66	38.616,66	38.616,70	231.700,00
2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	225.166,66	225.166,66	225.166,66	225.166,66	225.166,66	225.166,70	1.351.000,00
2.1.0.0.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	166.666,66	166.666,66	166.666,66	166.666,66	166.666,66	166.666,70	1.000.000,00
2.4.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	58.500,00	58.500,00	58.500,00	58.500,00	58.500,00	58.500,00	351.000,00
	TOTAL	3.012.419,12	3.012.419,12	3.022.412,56	3.117.069,49	3.056.154,44	3.041.183,27	18.261.658,00
	ACUMULADO (BIMESTRAL)	3.012.419,12	6.024.838,24	9.047.250,80	12.164.320,29	15.220.474,73	18.261.658,00	

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 23 de janeiro de 2015.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

ANEXO II
PROGRAMAÇÃO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO SINTÉTICO

MODALIDADE	DESPESAS	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	TOTAL
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.611.442,95	2.611.442,95	2.611.442,95	2.611.442,95	2.611.442,95	2.611.443,25	15.668.658,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.415.968,13	1.415.968,13	1.415.968,13	1.415.968,13	1.415.968,13	1.415.968,17	8.495.808,82
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	14.499,96	14.499,96	14.499,96	14.499,96	14.499,96	14.500,20	87.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.180.974,86	1.180.974,86	1.180.974,86	1.180.974,86	1.180.974,86	1.180.974,88	7.085.849,18
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	431.333,23	431.333,23	431.333,23	431.333,23	431.333,23	431.333,85	2.588.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	391.250,00	391.250,00	391.250,00	391.250,00	391.250,00	391.250,00	2.347.500,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	916,59	916,59	916,59	916,59	916,59	917,05	5.500,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	39.166,64	39.166,64	39.166,64	39.166,64	39.166,64	39.166,80	235.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,40	5.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,40	5.000,00
	TOTAL	3.043.609,50	3.043.609,50	3.043.609,50	3.043.609,50	3.043.609,50	3.043.610,50	18.261.658,00
	ACUMULADO (BIMESTRAL)	3.043.609,50	6.087.219,00	9.130.828,50	12.174.438,00	15.218.047,50	18.261.658,00	

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 23 de janeiro de 2015.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

DECRETO 013/2016

DECRETO Nº 013/2016.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0858/2015 de 17.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.039,67 (Cinco mil e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.034 – Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb

(204) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.3.0018.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.039,67

TOTAL R\$ 5.039,67

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2015 do recurso 3.0018 – Transferências do FUNDEB.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 23 de fevereiro de 2016.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

DECRETO 014/2016

DECRETO Nº 014/2016

Estabelece o prazo para pagamento da Taxa de Renovação e Licença, ISS Fixo (imposto sobre serviço fixo) e Taxa Licença e Fiscalização dos Atos da Saúde Pública (alvará sanitário).

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal, do município de Braço do Trombudo, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o prazo para pagamento da Taxa de Renovação e Licença, ISS Fixo (imposto sobre serviço fixo) e Taxa Licença e Fiscalização dos Atos da Saúde Pública (alvará sanitário), fixando o vencimento, conforme segue:

Parcela Única Venc. 15/03/2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 23 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 1/2016 - SRP FMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1/2016

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 1/2016 - SRP FMAS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 09.03.2016, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município

de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 24 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO 09/2015

EXTRATO DE CONTRATO 09/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo,

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

CNPJ 83.051.191/0027-62

sito a à Rua Jaraguá 145, Bairro Canoas

Cidade RIO DO SUL – SC

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93.

Valor: R\$ 24.707,98 (vinte e quatro mil, setecentos e sete reais e noventa e oito centavos)

Vigência até 31.12.2016.

Data da assinatura: 24.02.2016

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 032/2016

PORTARIA 032/2016

DESIGNA SERVIDORES

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais etc...

Resolve:

Art. 1º Ficam designados os servidores públicos municipais, para serem Gestores Fiscais de Contratos Administrativos, de acordo com a Art. 67 da Lei 8.666/93, sendo eles:

Conrado Rinnert Neto - Contratos pertinentes a obras e serviços de engenharia (construções, pavimentações) e afins;

Guilherme Adelino Neu e Jonatan Koenig Truppel – Contratos pertinentes a construções de pequenas obras, serviços comuns e aquisição de bens e materiais, provenientes da Secretaria de Obras;

Mara Eliza Schaade – Contratos pertinentes coleta de lixo, serviços comuns, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes do setor do meio ambiente.

Priscila Gonçalves Dos Santos Coelho e Fábio Dalmarco – Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, engenharia, sistema de softwares, assessoria e consultoria, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes da Secretaria de Administração de Finanças.

Denise Schussler Werter – Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, sistema de softwares, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes do Gabinete do Prefeito.

Isolene Grahl e Janaina Seidler Lottin da Silva – Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, sistema de softwares, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes da Secretaria de Educação.

Marina Solange G. Erbs e Denise Schussler Werter – Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, sistema de softwares, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes da Secretaria de Saúde.

Gilson Junior da Silva e Iracema C. Hubes de Oliveira – Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, sistema de softwares, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes da Secretaria de Turismo, Cultura e Lazer.

Gilson Junior da Silva – Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, sistema de softwares, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes da Secretaria do Desporto.

Guilherme Adelino Neu e Cristiano Samp – Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, sistema de softwares, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes do Setor da Agricultura.

Deizi Baade Knappmann e Roberto Carlos Petri - Contratos pertinentes a prestação de serviços comuns, sistema de softwares, aquisição de bens e materiais, dentre outros, provenientes do Centro de Referência Assistência Social (CRAS).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, ficando revogada a Portaria nº 083/2014, de 28 de abril de 2014.

Braço do Trombudo, em 23 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 033/2016

PORTARIA Nº 033/2016

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, Art. 63 e Lei Complementar 118/2013 de 05.06.2013...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para repouso a gestante, a servidora Silmara Aparecida Cardoso ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 22.02.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 22.02.2016.

Braço do Trombudo, em 23 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 034/2016

PORTARIA 034/2016

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino, em substituição da professora Silmara Aparecida Cardoso que se encontra em licença para repouso a gestante:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Kelin Pereira	40	Professor Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	01.02.2016 a 19.08.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 23 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 035/2016

PORTARIA 035/2016

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Janaina Aparecida da Cruz	40	Professor Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	01.02.2016 a 23.12.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 23 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 036/2016

PORTARIA 036/2016

Prorroga efeitos de Portaria.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

Resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo período de 1 (um) ano os efeitos da Portaria 007/2015, de 03.02.2015, que coloca servidor a disposição de outro órgão - cessão de servidor público municipal Cristiano Hadlich, para prestar serviços junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Cartório da 57ª Zona Eleitoral da Comarca de Trombudo Central.

Art. 2º Revoga portaria nº 022/2015 de 17 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 24 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 8 2016

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Número do Registro de Preços: 8/2016 **Data do Registro:** 24/02/2016 **Válido até:** 24/02/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Materiais para pavimentação de área de estacionamento em frente a sede da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Melo fio em concreto 100x30x10x6 cm (17703)	PC	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	16,9000	1
2	Lapta sextavada com dimensões de 8x25 cm Classe 35 MPA (17704)	M2	CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	17,0000	2
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	33,9500	1
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	34,0000	2
3	Paver na cor cinza, com dimensões de 8x10x20 cm Classe 35 MPA (17705)	M2	CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	42,9000	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	42,9500	2
4	Paver Podotátil direcional, com dimensões de 6x20x20cm (17706)	PC	CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	6,4900	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	6,5000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	11,5000	3
5	AREIA MEDIA (7)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	89,0000	1
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	90,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 8/2016		Data do Registro: 24/02/2016		Válido até: 24/02/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Materiais para pavimentação de área de estacionamento em frente a sede da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Deschamps	0	95,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2016

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 8/2016							Data do Registro: 24/02/2016		Válido até: 24/02/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Materiais para pavimentação de área de estacionamento em frente a sede da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2016

PROCESSO Nº 10/2016

- (6859) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
- (8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
- (9478) - CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME

Braço do Trombudo, 24 de Fevereiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2015

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°02/2015 FMAS

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 25/05/2015 Válido até: 25/05/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande no sabor de laranja ou chocolate, sendo macio e fresco. (829)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	14,1205	1
2	Bolacha tipo caseira, no sabor de polvilho ou côco, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (830)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	16,4775	1
3	Sanduche feito com pão pulmann, fresco, macio sem presença de sujidades, com patê de frango. (831)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	2,9665	1
4	Sanduche natural de mini pão francês. (maionese queijo, presunto, alface e tomate). Feitos no dia da entrega e embalados individualmente. (832)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	1,8232	1
5	Cuca integral, macia, fresca, sem sujidades, nossabores (farofa, banana c/ farofa, maça c/ farofa, abacaxi c/ farofa, uvas passas c/ farofa). (833)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	16,7535	1
6	Rosca de polvilho, tamanho grande, redonda, fresca, sem presença de sujidade. Feito no dia da entrega. (834)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	4,2968	1
7	Pastel assado grande, recheado com carne de frango, massa sequinha, sem sujidade. Assados 1 hora antes da entrega. (835)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	2,9665	1
8	Bolo de cenoura, fresco, sem cobertura, sem presença de sujidades. (836)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	13,7970	1
9	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidades, feitos no dia da entrega. (838)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	16,7535	1
10	Sanduche feito no pão pulmann, fresco, macio, sem presença de sujidades, complices (presunto, queijo, pepino, cenoura e maionese). (839)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	3,8872	1
11	Sanduche com pão francês, tamanho médio, fresco, feito no dia da entrega, com, maionese, presunto cozido e queijo. (840)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	2,2174	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2015

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 25/05/2015 Válido até: 25/05/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Cuca caseira de banana c/ farinha ou abacaxi c/ farinha, macia, fresca e sem sujidades, com peso aproximado de 1 Kg. (841)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	8,6822	1
13	Bolo recheado, com creme de laranja ou polpa de abacaxi, cremes de recheio e cobertura com nata, fresco e sem presença de sujidades (842)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	19,7099	1
14	Orelha de gato. Tamanho médio, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (383)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki Sabor	0	13,8955	1
15	Abacaxi pérola (doce). Tamanho médio. (847)	UND	NELSON KNAUL ME (6150)	PÉROLA	0	5,7529	1
16	Banana caturna. (844)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	CATURRA	0	1,8677	1
17	Laranja pera. Tamanho médio. (845)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	PERA	0	2,0375	1
18	Maçã gala ou fugi. Tamanho médio (846)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	GALLA OU FU	0	4,7642	1
19	Mamão formosa, tamanho médio. (843)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	FORMOSA	0	3,8853	1
20	Melão (1431)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	PAULISTA	0	7,5108	1
21	Uva rosada comum (época) (1432)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	COMUM	0	5,2835	1
22	Caqui (época) (1433)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	CAFÉ	0	4,1150	1
23	Pokan (época) (1434)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	POCAN	0	3,7364	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 25/05/2015		Válido até: 25/05/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Tangerina (época) (1435)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	COMUM	0	3,5656	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 25/05/2015		Válido até: 25/05/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2015

PROCESSO Nº 2/2015

(6003) - PANIFICADORA KI SABOR

(6150) - NELSON KNAUL ME

Braço do Trombudo, 25 de Maio de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 1/14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2015 FMS

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 25/08/2016 Válido até: 25/08/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Condicionador de ar split, ciclo quente e frio, com controle, função refrigeração, aquecimento, desumificação, ventilação, silencioso, com no mínimo 3 velocidades, direcionador de ar horizontal e vertical, cor branca, classificação energética A, voltagem 220 v, 9.000 btus instalado. (4969)	UND	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	PHILCO	0	1.595,0000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	KOMECCO	0	1.596,0000	2
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	springer	0	1.614,0000	3
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	ELECTROLUX	0	1.615,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	karneco	0	1.618,0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	LG	0	1.619,6300	6
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	PHILCO	0	1.619,6300	7
2	COMPUTADOR COM PROCESSADOR SOCKET LGA 1150, 3,5 GHZ, DOIS NÚCLEOS, 3MB CACHE, 54W POTÊNCIA, 22nm, 4GB DE MEMÓRIA DDR3 1600MHz, PLACA MÃE SOCKET 1150, COM 4 SLOTS DE MEMÓRIA SUPORTANDO O MÁXIMO DE 32 GB DDR3 1600/1333, DUAL CHANNEL, SLOTS DE EXPANSÃO: 1 x PCIe 3.0/2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 1, 1 x PCI PLACA DE VIDEO ONBOARD COM SUPORTE A SAÍDA DE VIDEO VGA/HDMI/DVI/RGB, REDE ONBOARD 10/100/1000, PLACA DE SOM ONBOARD COM 7.1 CANAIS DE AUDIO, 1 x SAÍDA OPTICAL SPDIF, 4 PORTAS USB 3.0 (2 PORTAS INTEGRADAS NA PLACA, 2 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO) 8 PORTAS USB 2.0/1.1 (4 PORTAS INTEGRADAS NA PLACA, 4 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO) 4x PORTAS SATA 6.0 Gb/s, 2 x PORTAS SATA 3.0 Gb/s, 1 x PORTA PS/2 PARA TECLADO/MOUSE, HD SATA III 500GB 7200RPM GRAVADORA DE DVD SATA, GABINETE NA COR PRETA COM 4 BAÍAS, ENTRADA DE USB FRONTAL, FONTE DE 450 WATTS, MOUSE PS/2 OU USB OPTICO PRETO, TECLADO PS/2 OU USB PRETO, CAIXA DE SOM AMPLIFICADAS COM ALIMENTAÇÃO PELA PORTA USB. (4970)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (6712)	PAUTA	0	1.669,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	NTC	0	1.670,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	CENTRUM	0	1.670,0000	3

Página: 2/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

3	COMPUTADOR COM PROCESSADOR SOCKET LGA 1150, 3.0ghz, NÚCLEO DUPLQ, 3MB CACHE, 65W POTÊNCIA, 22nm, 4GB DE MEMÓRIA DDR3 1600MHz, PLACA MÃE SOCKET 1150, COM 4 SLOT DE MEMÓRIA SUPORTANDO O MÁXIMO DE 32 GB DDR3 1600/1333, DUAL CHANNEL SLOTS DE EXPANSÃO: 1 x PCIe 3.0/2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 1, 1 x PCI, PLACA DE VIDEO ONBOARD COM SUPORTE A SAÍDA DE VIDEO VGA/HDMI/DVI/RGB, REDE ONBOARD 10/100/1000, PLACA DE SOM ONBOARD COM 7.1 CANAIS DE AUDIO, 1 x SAÍDA OPTICAL SPDIF, 4 PORTAS USB 3.0 (2 PORTAS INTEGRADAS NA PLACA, 2 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO) 8 PORTAS USB 2.0/1.1 (4 PORTAS INTEGRADAS NA PLACA, 4 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO), 4x PORTAS SATA 6.0 Gb/s, 2 x PORTAS SATA 3.0 Gb/s, 1 x PORTA PS2 PARA TECLADO/MOUSE, HD SATA III 500GB 7200RPM, GRAVADORA DE DVD SATA, GABINETE NA COR PRETA COM 4 BAYAS, ENTRADA DE USB FRONTAL, FONTE DE 450 WATTS, MOUSE PS2 OU USB OPTICO PRETO, TECLADO PS2 OU USB PRETO, CAIXA DE SOM AMPLIFICADAS COM ALIMENTAÇÃO PELA PORTA USB. (4971)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (6712)	PAUTA		0	1.367,0000	1
4	Notebook com processador 1.70 GHz, dois núcleos, 3MB de cache, 15 w de potência, 22 nm, DMI2 5GT/s, 4GB de memória DDR3 1600MHz, 3 x USB, 1 x VGA, 1 x HDMI, web cam integrada, rede 10/100/1000Mbps, Wi-Fi 802.11b/g/n, tela de 15.6" LED, HD SATA 500GB, 2 alto-falantes e microfone integrados, entrada para tone de ouvido e microfone, bateria de 6 células lítium ion com duração de aproximadamente 4 horas, teclado padrão português ABNT2, Sistema Operacional Windows 8.1 64 bits português original, garantia do fabricante de 1 ano, com acessórios - carregador (fonte) e maleta de couro na cor preta. (4972)	UND	MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	ACER		0	2.018,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	NTC		0	1.368,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	CENTRIUM		0	1.375,0000	3
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	ACER		0	2.019,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ACER		0	2.022,0000	3
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	ACER		0	2.022,0000	4
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	acer		0	2.022,0000	5

Página: 3/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 25/08/2015 Válido até: 25/08/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER, velocidade de impressão em preto Normal de até 21 ppm, ciclo de serviço (mensal, A4) até 8000 páginas, qualidade de impressão preto(ótima) até 600 x 600 dpi, tela LCD 2 linhas, velocidade do processador 600 mhz, recursos de impressão móvel, conectividade padrão USB 2.0, porta para rede Ethernet 10/100Base-T, memória padrão 128 MB, bandeja de entrada para 100 folhas, bandeja de saída para 100 folhas com a face para baixo, tamanhos de mídia suportados A4/A5, ISO B5, ISO C5, ISO C56, ISO C6, ISO DL, 16K, cartão-postal europeu, papel (normal, para impressão a laser), envelopes, transparências, etiquetas, cartolina, postais, gramaturas de mídia suportado 60 163g/m², tipo de scanner de base plana, alimentador automático de documentos, formatos dos arquivos digitalizados JPEG, TIFF (compactado e não compactado), PDF, GIF, e BMP, resolução de digitalização, óptica até 1200 dpi, tamanho da digitalização (no scanner de mesa), máximo 216 x 297 mm, tamanho da digitalização (ADF), mada (Frente e Verso - 60 a 105 g/m² (16 a 28 lb); Tipos de mídia - Papel (laser, sulfite, fotográfico, áspero, vellum), envelopes, etiquetas, cartão, transparências, cartões-postais, Capacidade de entrada e saída de papel, Capacidade de Entrada: slot de alimentação prioritária para 10 folhas, bandeja de entrada para 150 folhas e até 15 envelopes; Capacidade de saída: escaninho para 100 folhas viradas para baixo, até 15 envelopes, até 100 transparências, ciclo de trabalho máximo mensal até 5.000 páginas; volume e páginas mensais recomendada - de 250 a 1.500 páginas, Funções especiais, Recurso HP e Print, Suporte a SureSupply4; Gerenciamento da impressão -HP Status and Alerts e HP Usage Tracking (instalação so pelo CD); Recursos sem fio - WiFi 802.11b/g/n; Impressão móvel - HP ePrint, Apple AirPrint™, Wireless Direct, Print; Memória Capacidade, 8MB, Velocidade do processador Tensilica/226 MHz, Software incluso, HP Usage Tracking; HP Status and Alerts; CD Launch Pad; Control Panel; Simulador, Driver de impressor, Programa de instalação/desinstalação de software, Alimentação 110 volts, Consumo aproximado de energia 370 watts ativo; 0,6 watts desligado; 2,0 watts (Auto-Off), (4973)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	HP	0	996,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	HP	0	997,0000	2
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	HP	0	1.000,0000	3
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	hp	0	1.012,0000	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	HP	0	1.015,8000	5
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	HP	0	1.015,8000	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	hp m127	0	1.015,8000	7

Página: 4/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 25/08/2015 Válido até: 25/08/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	HD externo, capacidade de 1TB, interface USB 3.0 ou 2.0, sistema operacional Windows/Mac, dimensões aproximadas 15,4 x 110,5 x 82mm, taxa de transferência USB 3.0 até 5 gbps e USB 2.0 de até 480 mb/s (4974)	UND	MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	ADATA	0	443,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	SAMSUNG	0	443,1000	2
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	adata	0	443,8000	3
			ESPOWAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP.P/ESCRITORIO LT (6083)	Western	0	448,5000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	samsung	0	450,0000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ADATA	0	450,0000	6
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	WESTERN DIK	0	451,2000	7
7	Cadeira tipo secretária executiva cor preta, giratória a gás, em couro, espuma injetada anatomicamente com densidade de 45 a 50 Kg m³ e espessura média de 45/50mm, estrutura metálica com capa na cor preta, mecanismo de regulagem sistema Back System, braços tipo digitador com regulagem de altura e acabamento polipropileno injetado de alta resistência com alma de aço, rodízio nylon, largura total de 59 cm, altura total de 104 cm e profundidade total de 59 cm. (4975)	UND	Luis Cesar Reis EPP (6815)	Reiflex	0	183,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	CONCORREN	0	184,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pethiflex	0	190,0000	3
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	PETHIFLEX	0	191,6700	4
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	reiflex	0	191,6700	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 5/14

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 25/08/2015 Válido até: 25/08/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Cadeira tipo secretária, couro, estrutura metálica fixa 4 pés, na cor preta, largura total de 43 cm, altura total de 82,5 cm e profundidade total de 51 cm. (4976)	UND	Luis Cesar Reis EPP (6815)	Reiflex	0	83,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	CONCORREN	0	83,9000	2
			ESPOMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP. P/ESCRITORIO LT (6083)	Metalcad/ Giro	0	85,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pethiflex	0	89,0000	4
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	REFLEX	0	89,0000	5
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	reflex	0	89,8900	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PETHIFLEX	0	90,0000	7
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	PETHIFLEX	0	90,0000	8
9	Arquivo de aço com 04 (quatro) gavetas, para pasta suspensa e com chave (4991)	UND	ESPOMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP. P/ESCRITORIO LT (6083)	Lunasa	0	335,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	MM	0	349,0000	2
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	Lunasa	0	514,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LUNASA	0	515,0000	4
			Luis Cesar Reis EPP (6815)	Reiflex	0	515,0000	5

Página: 6/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 25/08/2015 Válido até: 25/08/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	ESTABILIZADOR 300 VA - AUTO DIAGNÓSTICO DE PARTIDA (AUTO TESTE), PARTIDA COM ZERO CROSSING, FILTRO DE LINHA (MODO COMUM E DIFERENCIAL), PROTEÇÃO CONTRA SUB E SOBRE TENSÃO COM DESLIGAMENTO E REARME AUTOMÁTICO DE SAÍDA, TENSÃO DE ENTRADA 115V OU 220V E TENSÃO DE SAÍDA SOMENTE 115V (BIVOLT NA ENTRADA E MONOVOLT NA SAÍDA), PROTEÇÃO DE SURTOS DE TENSÃO E SOBRECORRENTE. (4977)	UND	MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	RAGTECH	0	79,9000	1
			ESPOIMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP.P/ESCRITORIO LT (6083)	ADFTRONIK	0	80,0000	2
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	EXXA POWER	0	85,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ENERMAX	0	85,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sms	0	85,0000	5
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	ENERMAX	0	86,0000	6
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	ragtech	0	86,0000	7
11	Nobreak 1500 VA Tensão de entrada nominal bivolt automático, frequência de entrada 47 HZ - 63 Hz, faixa de tensão de entrada 95v-245v, sobretensão 140V/245V, potência de saída nominal contínua 1500VA/750W, potência de pico nominal 900W, tensão de saída nominal 120V (220V configurável através de jumper interno), frequência de saída em modo inversor 60Hz +/- 1%, tempo de adiantamento do inversor <0,8ms, forma-de-onda em modo inversor semi-senoidal, bateria do tipo estacionária livre de manutenção, 1 bateria interna de 38Ah/12V, tempo de recarga da bateria de 10h após 90% descarregada, vida útil da bateria entre 2 e 5 anos, dimensões 490 x 192 x 236 (mm), peso aproximado 31 Kg, cabo AC plugue padrão NBR14136, tensão de operação 12V, faixa de saída em modo inversor 120V +/-5% (220V +/- 5%), rendimento a plena carga em rede >=95% para 120V/120V ou 220V/220V >= 90% para 120V/220V ou 220V/120V, rendimento a plena carga em bateria >=80%, desligamento do nobreak quando houver sobrecarga 110%; 7min redada (frente e Verso - 60 a 105 g/m² (16 a 28 lb); (4978)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	nhs	0	1,486,0000	1
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	NHS	0	1,486,4000	2

Página: 7/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

12	Tela LED Wide, tamanho da tela 18,5" Resolução 1366X768, Tempo de resposta 5ms, Furacão VESA 75mm, Brilho 200 CD/m2, Contraste 5.000.000:1,01 conexão DVI, 01 conexão vga. (4983)	UND	GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	APC	0	1.486,5000	3
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	NHS	0	1.490,0000	4
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	AOC	0	515,0000	1
			ESPOMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP.PIESCITORIO LT (6083)	SAMSUNG	0	516,0000	2
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	LG	0	517,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	samsung	0	517,5000	4
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	samsung	0	519,0000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	AOC	0	521,0000	6
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	AOC	0	525,0000	7
			ESPOMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP.PIESCITORIO LT (6083)	Lunasa	0	55,0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	Lunasa	0	55,9000	2
			Luis Cesar Reis EPP (6815)	Reiflex	0	95,0000	3

13 Suporte para CPU em MDF, com rodas (4984)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 8/14

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

14	Arquivo em MDF com quatro gavetas para pasta suspensa, altura 1,25, largura 0,47 e profundidade 0,45 m sendo tampo em MDF 40 mm, estrutura em MDF 18 mm, corrediça telescópica, chave frontal que fecha todas as gavetas, sapatas niveladora. (4985)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sani moveis	0	482.0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	MSI	0	483.0000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PANK	0	484.0000	3
			Luis Cesar Reis EPP (6815)	Reiflex	0	485.0000	4
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	REFLEX	0	500.0000	5
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	reiflex	0	504.0000	6
15	Cavaleiro volante com 1 gavetão para pasta suspensa e 2 gavetas - altura 0,71m - largura 0,47 - profundidade 0,45. Com 4 com rodizio nos pés e chave na lateral. Espessura do MDF, tampo e estrutura 40 mm, gavetas 18mm (4986)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sani moveis	0	408.5000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	MSI	0	409.0000	2
			Luis Cesar Reis EPP (6815)	Reiflex	0	410.0000	3
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	REFLEX	0	410.0000	4
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	reiflex	0	413.0000	5

Página: 9/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Nobreak 700 VA Tensão de entrada nominal bivolt automático, frequência de entrada 47 HZ - 63 Hz, faixa de tensão de entrada 95V-140V/180-245V, subtenção 95V/180, sobretensão 140V/245V, potência de saída nominal contínua 700VA/300W, potência de pico nominal 350W, tensão de saída nominal 120 V (220V configurável através de jumper interno), frequência de saída em modo inversor 60Hz +/-0,1%, tempo de acionamento do inversor <0,8ms, forma-de-onda em modo inversor semi-senoidal, bateria do tipo selada VRLA livre de manutenção, 1 bateria interna de 7Ah/12V, tempo de recarga da bateria de 10h após 90% descarregada, vida útil da bateria entre 2 e 5 anos, dimensões 261 x93,4 x168 (mm), peso aproximado 7 Kg, cabo AC plugue padrão NBR14136, tensão de operação 12V, faixa de saída em modo inversor 120V +/-5% (220V +/- 5%), rendimento a plena carga em rede >=95% para 120V/120V ou 220V/220V >= 90% para 120V/220V ou 220V/120V, rendimento a plena carga em bateria >=80%, desligamento do nobreak quando houver sobrecarga 110%; 7In rede=50s inversor, 160% 1 min rede/15s inversor, acionamento do inversor para subtenção e sobretensão na rede elétrica com retorno e desligamento automático, desligamento automático contra descarga profunda de bateria no modo inversor, desligamento programado por carga mínima na saída e ausência da rede elétrica superior a uma hora, varistores óxido metálico contra surtos de tensão (4987)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6922)	nhs	0	592,0000	1
17	Mesa de 1,80 de comprimento - 0,80m de largura - 0,75 de altura, MDF espessura de 40 mm, Pés e estrutura painel em MDF de espessura 40 mm, com sapata reguladora de altura (4988)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sani moveis	0	588,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	MSI	0	589,0000	2
			Luis Cesar Reis EPP (6815)	Reflex	0	590,0000	3
			ESPOMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP.PI/ESCRITORIO LT (6083)	NHS	0	592,5000	2
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	NHS	0	594,5000	3
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	SMS	0	595,0000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ROG	0	600,0000	5
			Sandio Vilmar Pires ME (6712)	NHS	0	622,0000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 10/14

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 25/08/2015 Válido até: 25/08/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Mesa auxiliar, tampo encaixado 40 mm, 900x450x670mm, pés e estrutura painel MDF de espessura 40 mm, com sapata reguladora de altura. (4988)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	reflex	0	599,0000	4
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	REFLEX	0	600,0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PANK	0	607,3300	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sani moveis	0	268,0000	1
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	MSI	0	268,5000	2
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	reflex	0	269,9000	3
			Luis Cesar Reis EPP (6815)	Reflex	0	270,0000	4
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	REFLEX	0	279,0000	5

Página: 11/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 25/08/2015 Válido até: 25/08/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	<p>Impressora tipo laser: Display Funções do display - Três LEDs indicadores (Sem fio, Atenção, Pronto); - Dois botões (Sem fio, Cancelar), Resolução de impressão, Normal, Em preto e branco (normal); até 400 x 600 x 2 dpi (600 dpi de saída efetiva), Otimizada, Em preto e branco (ótima); até 600 x 600 x 2 dpi (1.200 dpi de saída efetiva), Velocidade de impressão Monocromática - ISO (monta, carta); 8,5 segundos; Em preto e branco (Carta); até 19 ppm; Em preto e branco (A4); até 18 ppm. Conectividade USB, Wi-Fi, -01 USB 2.0 de alta velocidade; 01 Wifi 802.11b/g/n; Impressão frente e verso sim; Manual (suporta a driver fornecido); Manipulação de papel 11maninho de papel suportado; Mídia aceita - Carta, Ofício, executivo, cartões -postais; envelopes (nº 10, Montarch); Mídia personalizada - Bândeja de entrada para 150 folhas: 147 x 211 x 216 x 356 mm (5,8 x 8,27 x 8,5 x 14 pol) e Slot de alimentação prioritária: 76 x 127 x 216 x 356 mm (3 x 5 pol a 6,5 x 14 pol), Tipo de mídia suportada, Gramatura de mídia recomendada (Frente e Verso) - 60 a 105 g/m² (16 a 28 lb); Tipos de mídia - Papel (laser, sulfite, fotográfico, áspero, vellum), envelopes; etiquetas, cartão, transparências, cartões-postais; Capacidade de entrada e saída de papel, capacidade de entrada, slot de alimentação prioritária para 10 folhas, bandeja de entrada para 150 folhas e até 15 envelopes; Capacidade de Saída: escaninho para 100 folhas viradas para baixo, até 15 envelopes, até 100 transparências, todo o trabalho máximo mensal até 5.000 páginas, volume e páginas mensais recomendada - De 250 a 1.500 páginas. Funções especiais, Recurso HP e Print; Suporte a SureSupply4; Gerenciamento da impressão - HP Status and Alerts e HP Usage Tracking (Instalação so pelo CD); Recurso sem fio - Wifi 802.11b/g/n; Impressão móvel - HP ePrint, Apple ePrintTM, Wireless Direct, Print; Memória capacidade - 8mb; Velocidade do processador - Tensilica/286 MHz; Software incluso, HP Usage tracking; HP Status and Alerts; CD LaunchPad; Control Panel; Simulator; Driver de impressão; programa de instalação/desinstalação de software, Alimentação 110 volts, Consumo aproximado de energia 370 watts ativo; 0,6 watts desligado; 2,0 watts (Auto-Off) no modo de economia de energia; 2,7 watts em espera. Requisitos do sistema PC, Microsoft® Windows® 7 (32 bits/64 bits); 1 GB de RAM; Windows Vista® (32 bits/64 bits), Windows® XP, Windows® Server 2008 (32 bits/64 bits); - Windows® Server 2003: 512 MB de RAM; todos os sistemas: 350 MB de espaço livre no disco, unidade de CD-ROM; porta USB, MAC Mac OSX v 10.5, 10.6, 10.7; 256 MB de RAM; 150 MB de espaço disponível no disco rígido; unidade de CD, ROM; Porta USB, Peso aproximado Peso do Produto, 5,3 KG. Dimensões do produto LAIURA, 34,9 cm, Altura 23,8cm, Profundidade 19,6 cm. Garantia Prazo (garantia), 01 ano (3 meses de garantia legal e mais 9 meses de garantia especial concedida pelo fabricante), Resolução da tecnologia de impressão HP FastRes 600, HP FastRes 1200, Conexão opcional Servidor de impressão HP Jetdirect en3700 Fast Ethernet, Servidor de impressão HP Jetdirect em1700 IPv4/IPv6; Servidor de impressão sem fio HP Jetdirect eAV2500 802.11g; Recursos do Software Printer Smart HP ePrint, Apple AirPrintTM, Wireless Direct Print, Snair Instal, tecnologia HP Auto-On/Auto-Off; sistema operacionais compatíveis Microsoft® Windows® 7 (32 bits/64bits), Windows® Vista (32 bits/64bits) Windows® XP (32bits/64bits), Windows® Server 2008 (32 bits/64bits) Windows® Server 2003 (32 bits/64bits), Mac OS X v 10.5, v 10.6, v 10.7, Linux (acesse http://www.hp.com.br para obter informações mais atuais), Cartuchos de reposição Cartucho preto HP LaserJet (1.600 páginas) CE285A, itens incluidos 01 impressora HP LaserJet Pro P1102w; CArtucho inicial preto HP LaserJet; Cabo de alimentação; Cd(s) com software e documentação da impressora; guia de primeiros passos; folheto de suporte e folheto de instalação inteligente; cabo de instalação USB (1 m), (4990)</p>	UND	Sando Vilmar Pires ME (6712)	HP	0	697,0000	1

ESPOMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP. P/ESCRITORIO LT HP (6083)

2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 12/14

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Brago do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	HP	0	698,3000	3
			GISIANE MATILDE VIEIRA - ME (6814)	HP	0	720,0000	4
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6715)	HP	0	720,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	hp mono	0	723,0000	6
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	hp	0	724,0000	7

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 13/14

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	HP	0	724.6700	8

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 25/08/2015		Válido até: 25/08/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2015

PROCESSO Nº 17/2015

- (6083) - ESPOMAK-COMERCIO MATERIAIS E EQUIP.P/ESCRITORIO LT
- (6593) - CELIA REGINA WAMBOMMIEL ME
- (6622) - BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTD ME
- (6709) - JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME
- (6712) - Sandro Vilmar Pires ME
- (6715) - MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
- (6787) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME
- (6814) - GISIANE MATILDE VEIRA - ME
- (6815) - Luis Cesar Reis EPP

Braço do Trombudo, 25 de Agosto de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

LEI MUN. Nº 863

LEI Nº 863 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

ALTERA LEI 854/2015 QUE AUTORIZA CONVÊNIO COM LAR JOÃO DIDOMÊNICO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS – SC.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, FAZ saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o art. 3º da Lei Municipal 854/2015, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar o valor de R\$ 2.760,00 (dois mil setecentos e sessenta reais) mensais, a partir da assinatura de Convênio específico, vigorando de 02 de fevereiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, SC, em 24 de fevereiro de 2016.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

Registrado e Publicado no DOM.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.546, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.546, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.
Nomeia Diretora de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Soraia Regis Pereira para ocupar o cargo de provimento em comissão, como Diretora de Escola, lotada no Centro de Educação Infantil Laura Cattani Leite, fixando-lhes os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 146/2009 e alterações, a partir de 22 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/02/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.548, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.548, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.
Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Anderson Roberto Pereira do cargo de Enfermeiro, lotada na Secretaria de Saúde, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.549, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.549, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.
Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Ana Maria Frutuoso do cargo de Professora Auxiliar, lotada na Secretaria da Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.550, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.550, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.
Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Bianca Chaves Machado do cargo de Monitora Auxiliar II, lotada na Secretaria da Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.554, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.554, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Nelio Bauer do cargo de Professor, lotado na Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.556, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.556, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Lourdes Morsch do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, matrícula 4979, lotada no Instituto Brusquense de Planejamento, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal, em virtude de aposentadoria.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.544, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.544, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Substitui membro titular da Secretaria de Saúde do Município no Comitê Regional de Prevenção dos Óbitos Materno, Infantil e Fetal – Região de Saúde do Médio Vale do Itajaí.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município de Brusque, considerando o disposto na Portaria nº 9.372, de 08 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir Beatriz Pereira Küster por Mireli Aparecida Rubik, Técnica de Enfermagem responsável pelo Sistema de Informação de Mortalidade – SIM, no Comitê Regional de Prevenção dos Óbitos Materno, Infantil e Fetal – Região de Saúde do Médio Vale do Itajaí, com membro titular representante da Secretaria de Saúde do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.545, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.545, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Diretora de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Tatiana Grippa para ocupar o cargo de provimento em comissão, como Diretora de Escola, lotada no Centro de Educação Infantil Helga Stoltenberg, fixando-lhes os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 146/2009 e alterações, a partir de 22 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/02/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.553, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.553, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Murilo Moritz do cargo de Dentista, lotado na Secretaria de Saúde, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 01/2016 - LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2016

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

OBJETO: fornecimento de licença de uso, com instalação, implantação, conversão de dados, treinamento e atualização de um sistema de votação eletrônica.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 13h30 do dia 14 de março de 2016, na recepção da Câmara Municipal, na Rua Eduardo von Buettner, 65, Centro – Brusque/SC. (Fone: 047 3351.2891).

ABERTURA DOS ENVELOPES: em seguida à entrega dos envelopes, no mesmo dia (14/03/2016), na sala de Reuniões, no endereço supracitado.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível na íntegra, na Internet no endereço www.camarabrusque.sc.gov.br, ou no endereço acima citado.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

PORTARIA Nº 409/2016

PORTARIA Nº 409/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para tratar de assuntos particulares, à servidora FLORA TROINA MARASLIS, matrícula nº 741280, efetivo e estável no cargo de Farmaceutico e Bioquímico, por um período de 04 (quatro) anos, conforme solicitação da mesma, a contar de 01/03/2016.

Parágrafo 1º – A licença de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 137, da LC 147/2009, nos termos do pedido da servidora e, a anuência da Secretária de Saúde do Município.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2016.

2. CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 410/2016

PORTARIA Nº 410/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, com fulcro no Edital 20/2015, da Secretaria Municipal de Educação, que trata da alteração de carga horária semanal dos professores efetivos e estáveis no ensino fundamental e na educação infantil,

RESOLVE:

Art. 1º – Alterar a carga horária semanal dos professores a seguir elencados, a partir de 01/02/2016, conforme segue:

NOME	CARGA HORÁRIA ATUAL	NOVA CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA
ALTAIR ORLANDO DA COSTA	20 HORAS	30 HORAS	CIÊNCIAS
DENISE DUBIELLA	20 HORAS	40 HORAS	ARTE
NADIR BOING MAESTRI	20 HORAS	40 HORAS	MATEMÁTICA
NORBERTO HUBER	20 HORAS	30 HORAS	GEOGRAFIA / HISTÓRIA

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/02/2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de Fevereiro de 2016.

2. CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 10.510, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.510, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Diretor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ademir Luiz de Souza para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor, símbolo CC-4, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.547, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.547, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Alessandra Celeste do cargo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria da Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.551, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.551, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, João Gabriel de Castro Pereira do cargo de Médico, lotado na Secretaria de Saúde, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.552, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.552, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Lizandra Emerim de Oliveira do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.555, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.555, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Rosiellen Patricia Marques do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.557, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA nº 10.557, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Maria Clesi Eusébio do cargo de Servente de Serviços Gerais, matrícula 430277, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal, em virtude de aposentadoria.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.710

DECRETO Nº 6.710, de 23 de fevereiro de 2016.
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 5.241,22m² (cinco mil, duzentos e quarenta e um metros e vinte e dois decímetros quadrados), objeto do Registro nº 31.479, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua H do Loteamento Cidade Nova, no Bairro Martello, nesta cidade, de propriedade de Fortt Caçador Construtora e Incorporadora Ltda, ficando após o desmembramento constituído de duas glebas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – gleba A com 565,25m² (quinhentos e sessenta e cinco metros e vinte e cinco decímetros quadrados), parte do marco 7=PP, situado na confrontação com o Gleba B deste projeto de Desmembramento; deste, segue, confrontando com a Gleba B deste projeto de Desmembramento com o azimuth de 83°33'43" e a distância de 41.17 m até o marco 9; deste, segue, confrontando com a Gleba B deste projeto de Desmembramento com o azimuth de 173°31'07" e a distância de 14.13 m até o marco 5; deste, segue, confrontando com a "Área Verde" do Loteamento Cidade Nova com o azimuth de 263°52'19" e a distância de 39.45 m até o marco 6; deste, segue, confrontando com a "Área Institucional 02" do Loteamento Cidade Nova com o azimuth de 346°29'12" e a distância de 14.02 m até o marco 7=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

II – gleba B com 4.675,97m² (quatro mil, seiscentos e setenta e cinco metros e noventa e sete decímetros quadrados), parte do marco 0=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 17.562; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 17.562 com o azimuth de 83°33'43" e a distância de 127.34 m até o marco 1; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.992 com o azimuth de 177°52'02" e a distância de 164.34 m até o marco 2; deste, segue, confrontando com o Lote nº 291 (Matrícula nº 31.403) e Lote nº 290 (Matrícula nº 31.402) do Loteamento Cidade Nova com o azimuth de 256°29'12" e a distância de 19.79 m até o marco 3; deste, segue, confrontando com "Área Verde" do Loteamento Cidade Nova com o azimuth de 357°52'02" e a distância de 146.74 m até o marco 4; deste, segue, confrontando com "Área Verde" do Loteamento Cidade Nova com o azimuth de 263°52'19" e a distância de 60.70 m até o marco 5; deste, segue, confrontando com a Gleba A deste Projeto de Desmembramento com o azimuth de 353°31'07" e a distância de 14.13 m até o marco 9; deste, segue, confrontando com a Gleba A deste Projeto de Desmembramento com o azimuth de 263°33'43" e a distância de 41.17 m até o marco 7; deste, segue, confrontando com a "Área Institucional 02" do Loteamento Cidade Nova com o azimuth de 276°04'40" e a distância de 2.24 m até o marco 8; deste, segue, confrontando com a Rua H do Loteamento Cidade Nova com o azimuth de 328°56'26" e a distância de 5.55 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Parágrafo único. Este desmembramento fica isento da doação de 15% (quinze por cento) de sua totalidade para a implantação de equipamento comunitário, por ser lote decorrente de loteamento cuja destinação de área pública já foi atendida.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de fevereiro de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.711

DECRETO Nº 6.711, de 23 de fevereiro de 2016.
Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 6.527/2015, para compor o Conselho Municipal dos Direitos de Mulher - COMDIM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 6.527, de 02 de setembro de 2015, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

3- Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Ana Paula Simioni
Suplente: Cheila Siega

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de fevereiro de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017, de 23 de fevereiro de 2016.

Convoca aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

O cidadão classificado conforme Edital de Concurso Público nº 002/2015, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, de homologação da Listagem Final de Classificação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme seqüência de classificação:

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40HS**CL.: WAGNER SEVERGNINI**

a) O cidadão deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso Público.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.528

PORTARIA Nº 26.528, de 17 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, conversão em dinheiro de licença prêmio, a que fazem jus, por motivos pessoais, especificando códigos, nomes, cargos efetivos, órgãos de lotação, conversão e períodos de aquisição, para pagamento no mês de fevereiro de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Lotação	Conv.	Período Aquisitivo
10463	Alice Regina Sturmer Blank	Bioquímico 35hs	006	1/3	21/01/2011 a 21/01/2016
5790	Antonio Carlos do Nascimento Bittencourt	Assistente Administrativo	002	1/3	04/04/2010 a 04/04/2015
3860	Lucinei Xavier Paes	Assistente Administrativo	FMC	1/3	19/05/2008 a 19/05/2013
3304	Silvana Alves Ribeiro Bardella	Profª do Ensino Fundamental I	005	1/3	01/08/2007 a 01/08/2012
2137	Maria Antonia Fabiani Padilha	Profª do Ensino Fundamental II	005	1/3	01/04/2010 a 01/04/2015
5684	Maria Antonia Fabiani Padilha	Profª do Ensino Fundamental II	005	1/3	28/02/2005 a 28/02/2010
2497	Vilmar Goes	Auxiliar Serv. Agric. Florestais	002	1/3	01/03/2006 a 01/03/2011

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 17 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.530

PORTARIA Nº 26.530, de 17 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, nominados a seguir, lotados nas Secretarias Municipais da Educação, da Administração, da Saúde e Fundação Municipal de Cultura, Licenças Prêmios a que fazem jus, especificando matrículas, nomes, cargos, períodos de aquisição e períodos de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de Aquisição (meses)	Período de gozo
10542	Alexandre Maicon de Lima	Secretário Escolar	01/02/2011 a 01/02/2016 – 03 m	22/02/2016 a 21/05/2016
876	Bartira Elisa Tomazini	Secretário Escolar	01/09/2010 a 01/09/2015 – 03m	01/02/2016 a 30/04/2016
10430	Bruna Stello Padilha	Auxiliar de Creche e Berçário	03/01/2011 a 03/01/2016 – 03m	22/02/2016 a 21/05/2016
4412	Carmen Lúcia Souza Maia	Servente	19/02/2004 a 19/02/2009 – 01m	10/02/2016 a 10/03/2016
4412	Carmen Lúcia Souza Maia	Servente	19/02/2009 a 19/02/2014 – 02m	11/03/2016 a 09/05/2016
10530	Cristina de Castilho	Auxiliar de Creche e Berçário	01/02/2011 a 01/02/2016 – 03m	01/02/2016 a 30/04/2016
690	Elizete Ventz Furlan	Profª Ensino Fundamental I	08/01/1993 a 08/01/1998 – 01m	22/02/2016 a 22/03/2016
690	Elizete Ventz Furlan	Profª Ensino Fundamental I	08/01/1998 a 08/01/2003 – 03m	23/03/2016 a 21/06/2016
690	Elizete Ventz Furlan	Profª Ensino Fundamental I	08/01/2003 a 08/01/2008 – 03m	22/06/2016 a 19/09/2016
690	Elizete Ventz Furlan	Profª Ensino Fundamental I	08/01/2008 a 08/01/2013 – 03m	20/09/2016 a 18/12/2016
732	Elzira Costa	Servente	01/01/1997 a 01/01/2002 – 02m	22/02/2016 a 21/04/2016
732	Elzira Costa	Servente	01/01/2002 a 01/01/2007 – 03m	22/04/2016 a 19/07/2016
732	Elzira Costa	Servente	01/01/2007 a 01/01/2012 – 03m	20/07/2016 a 18/10/2016
10532	Franciele Escher	Auxiliar de Creche e Berçário	01/02/2001 a 01/02/2016 – 03m	22/02/2016 a 21/05/2016
2445	Hildegard Dall Pizzol	Profª do Ensino Fundamental II	08/02/2011 a 08/02/2016 – 03m	22/02/2016 a 21/05/2016
431	Iracy Aparecida Berti	Profª do Ensino Fundamental II	11/03/2008 a 11/02/2013 – 03m	22/02/2016 a 21/05/2016
681	Jânio de Azambuja Viana	Prof. do Ensino Fundamental II	02/03/1992 a 02/03/1997 - 02m	19/02/2016 a 18/04/2016
161	Lair de Fatima Carneiro Klabunde	Profª do Ensino Fundamental I	05/10/1993 a 05/10/1998 – 01m	22/02/2016 a 22/03/2016
161	Lair de Fatima Carneiro Klabunde	Profª do Ensino Fundamental I	05/10/1998 a 05/10/2003 – 03m	23/03/2016 a 21/06/2016
161	Lair de Fatima Carneiro Klabunde	Profª do Ensino Fundamental I	05/10/2003 a 05/10/2008 – 03m	22/06/2016 a 19/09/2016
161	Lair de Fatima Carneiro Klabunde	Profª do Ensino Fundamental I	05/10/2008 a 05/10/2013 – 03m	20/09/2016 a 18/12/2016
493	Luciane Aparecida da Silva Santos	Profª do Ensino Fundamental I	13/02/2000 a 13/02/2005 – 03m	17/02/2016 a 16/05/2016
326	Marilene Girardi Escher	Profª do Ensino Fundamental I	06/03/1990 a 06/03/1995 – 03m	22/02/2016 a 21/05/2016
326	Marilene Girardi Escher	Profª do Ensino Fundamental I	06/03/2010 a 06/03/2015 – 03m	22/05/2016 a 19/08/2016
194	Neide Teresinha Paachen da Rosa	Especialista em Assuntos Educacionais	05/10/2008 a 05/10/2013 – 03m	22/02/2016 a 21/05/2016
526	Nilva Cendron Czerniak	Profª do Ensino Fundamental I	02/02/2003 a 02/02/2008 – 03m	22/02/2016 a 21/05/2016
526	Nilva Cendron Czerniak	Profª do Ensino Fundamental I	02/02/2008 a 02/02/2013 – 03m	22/05/2016 a 19/08/2016
10543	Ramires Mair Lopes Ramos dos Santos	Secretário Escolar	08/02/2011 a 08/02/2016 – 03m	22/02/2016 a 21/05/2016
10434	Rita Terezinha Galvan Morgenstern	Auxiliar de Creche e Berçário	03/01/2011 a 03/01/2016 - 01m	22/02/2016 a 22/03/2016
8309	Vanessa de Souza da Silva Gilioli	Professora de Educação Infantil	02/02/2009 a 02/02/2014 – 01m	22/02/2016 a 22/03/2016
10525	Waldir Shuppel	Prof. do Ensino Fundamental I	01/02/2011 a 01/02/2016 – 03m	22/02/2016 a 21/05/2016
1275	Maria Fátima Ruppel	Servente	07/08/2002 a 07/08/2007 – 01m	01/02/2016 a 01/03/2016
861	Irini Milan	Telefonista	05/10/2003 a 05/10/2008 – 02m	01/03/2016 a 29/04/2016
861	Irini Milan	Telefonista	05/10/2008 a 05/10/2013 – 03m	30/04/2016 a 28/07/2016
1140	Luiz Fernando dos Santos	Odontólogo	01/02/2000 a 01/02/2005 – 01m	09/03/2016 a 07/04/2016
856	Paulo Cesar Jarschel	Diretor Serv. Adm. Financ.	19/03/2002 a 19/03/2007 – 03m	02/03/2016 a 30/05/2016
856	Paulo Cesar Jarschel	Diretor Serv. Adm. Financ.	19/03/2007 a 19/03/2012 – 03m	31/05/2016 a 28/08/2016
9008	Anderson Fabricio Pereira	Instrutor Banda Marcial	15/02/2011 a 15/02/2016 – 03m	23/02/2016 a 22/05/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.541

PORTARIA Nº 26.541, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira, Vencimentos do Servidor Público Municipal, e ainda o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

Resolve:

DESIGNAR o Servidor Público Municipal ADÃO RIBEIRO DE CAMARGO, matrícula nº 2507, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais, para exercer a Função de Confiança de Chefe de Equipe e Serviços da Administração Direta, do "Grupo Ocupacional Confiança", Referência FCC-2, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de fevereiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.542

PORTARIA Nº 26.542, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira, Vencimentos do Servidor Público Municipal, e ainda o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

Resolve:

DESIGNAR o Servidor Público Municipal ADÃO ORTIZ DE GOES, matrícula nº 5065, ocupante do cargo de Carpinteiro, para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Serviços Administrativos Operacionais de Manutenção de Estradas Vicinais, do "Grupo Ocupacional Confiança", Referência FCC-3, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de fevereiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.548

PORTARIA Nº 26.548, de 19 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira, Vencimentos do Servidor Público Municipal, ainda o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui

a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

Resolve:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal SOLANGE VIEIRA DA SILVA, matrícula nº 9464, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer a Função de Confiança de Coordenadora da Divisão de Manutenção de Cemitérios e Serviços Funerários, do "Grupo Ocupacional Confiança", Referência FCC-3, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, enquanto perdurar o impedimento do titular, com efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de fevereiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.559

PORTARIA Nº 26.559, de 23 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

Resolve:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, da Secretaria Municipal da Saúde, pelo motivo de exercerem plantões junto ao Pronto Atendimento Municipal, ausência de inscritos em Concurso Público e/ou aguardando nomeação e preenchimento de cargos pelos servidores concursados, especificando código, nome, cargo, carga horária e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Prorrogar até - Período
12884	Cícero Pereira	Médico	40	De 01/03/2016 a 31/03/2016
13474	Dilson Luiz Correa	Médico	40	De 01/03/2016 a 31/03/2016
12773	Everton Zeni	Médico	20	De 01/03/2016 a 31/03/2016
13370	Raphael Salgado Pedroso	Médico	40	De 01/03/2016 a 31/03/2016
12727	Rudyr Fausto Buba	Médico	40	De 01/03/2016 a 31/03/2016
12583	Sullivan Francisco da Silva	Médico	10	De 01/03/2016 a 31/03/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de fevereiro de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

SUSPENSÃO DO PROCESSO DE LICITACAO 114 – 2015 - CONCORRENCIA 07-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR SC

SUSPENSÃO DO PROCESSO DE LICITACAO 114 – 2015 - CONCORRENCIA 07-2015 – PREFEITURA

FICA SUSPENSO O PROCESSO DE LICITACAO 114 – 2015 - CONCORRENCIA 07-2015 – PREFEITURA, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE EXPLORAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE ESTACIONAMENTO CONTROLADO DE VEÍCULOS – ESTAR, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE CONTROLE E OPERAÇÃO DO SERVIÇO NO MUNICÍPIO, A ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES ESTAVA PREVISTA PARA O – DIA – 26/02/2016 as 14h00min, MOTIVO – EM DECORRENCIA DE VARIOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS NÃO HAVENDO TEMPO HABIL PARA ANALISE E RESPOSTA ATE A DATA DA ABERTURA, Maiores informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos Sítio Av Santa Catarina 195 ou no site Não será fornecida informação por telefone, Caçador 24 de fevereiro de 2016

GILBERTO AMARO COMAZZETO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO Nº.: 22/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 22/2016

Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Contratada.: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIP

Valor : 3.726,00 (três mil setecentos e vinte e seis reais) Vigência : Início: 25/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016

Recursos : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 590.897,33

Objeto : Dispensa de Licitação, com base no art. 24, XXVI, da Lei

8.666/93, para a contratação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação do serviço de desenvolvimento, manutenção e hospedagem do site da Câmara Municipal de Caçador.

Caçador, 18 de Fevereiro de 2016

Ricardo Pelegrinello

Presidente da Câmara Municipal de Caçador

Camboriú

PREFEITURA

EDITAL 01 NATHALIA DOS ANJOS

Edital nº01/2016

A Prefeitura Municipal de Camboriú através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, em obediência com a Lei Municipal nº 018/2008, vem através deste notificar as senhoras Nathalia dos Anjos, portadora do CPF nº 060.367.329-89 e Roberta Cristina dos Anjos, portadora do CPF nº 060.367.329-89 e ou proprietário do imóvel localizado na Rua Tarumã, lote 09, Bairro Taboleiro, Município de Camboriú, inscrição cadastral nº 01.03.095.0172.001 para que no prazo de 10 (dez) dias da contar da publicação deste Edital, tome as medidas necessárias no sentido de realizar a regularização de uma edificação no referido imóvel. A não obediência implicará na aplicação das penalidades previstas em Lei.

Saliento que o referido procedimento faz-se necessário, pelo motivo que a obra encontra-se em desacordo com a Lei Municipal nº 018/2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de fevereiro de 2016.
RODRIGO MEIRINHO MORIMOTO
Secretário Municipal de Planejamento Urbano

EDITAL 02 EVOLUTION EMPRESAS

Edital nº02/2016.

A Prefeitura Municipal de Camboriú através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, vem através deste notificar a Evolution Empresas, com sede na Av. Dr. Reinaldo Schmithausen nº 3500, Bairro Cordeiros, Município de Itajaí, para que no prazo de 30 (trinta) dias da contar da publicação deste Edital, tome as medidas necessárias no sentido de apresentar na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, os projetos de regularização do parcelamento do solo irregular no imóvel descrito na Matrícula nº6448 do 1º Registro de Imóveis Balneário Camboriú.

O não cumprimento e respondidos os termos supramencionados no prazo estipulado, será entendida como negação tácita do pedido de notificação extrajudicial, implicando na aplicação das penalidades previstas na Lei Federal 6.766 de 19 de dezembro de 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de fevereiro de 2016.
RODRIGO MEIRINHO MORIMOTO
Secretário Municipal de Planejamento Urbano

TERMO DE ALTERAÇÃO PR Nº04 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ALTERAÇÃO
PREGAO PRESENCIAL Nº. 004/2016-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital de PREGÃO PRESENCIAL 004/2016-PMC, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (FRIOS, PÃES E BOLO) PARA COMPLEMENTAR A ALIMENTAÇÃO DAS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", teve a data de Abertura das Propostas e documentos de Habilitação alterada para às 16:00 horas do dia 01/03/2016, na sala reuniões do Depto. de Compras da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Camboriú. INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500.

Camboriú, 24 de Fevereiro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA CHAMADA PÚBLICA 03/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2016

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior e Maria Cristina Marciniak Munhoz, integrantes da Comissão de Licitações, responsáveis pelo julgamento do Processo de Dispensa de Licitação, Chamada Publica nº 03/2016, que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar, diretamente do produtor da agricultura familiar ou empreendedor rural local. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, não houve representantes na sessão. Passou-se ao recebimento dos envelopes contendo os documentos para habilitação e o projeto de venda, para classificação. Recebeu-se o envelope do seguinte grupo: "Agricultoras Agroecológicas" - grupo informal, tendo a EPAGRI como entidade articuladora, integrado pelas seguintes agricultoras da Agricultura Familiar: Sra. Iracema Rodrigues Farias, Sra. Marli Inês da Cruz, Sra. Meri Terezinha Simões de Farias, Sra. Nívea Simões de Farias, Sra. Renata Erna Schutzler Grosskopf, Sra. Rosélia Uhlig de Farias, Sra. Mari Zilei Simões de Farias de Melo, Sra. Silmara de Almeida Coelho. Abaixo relação dos preços, quantidades e proponentes apresentados no projeto de venda:

Item	Qtde anual prevista	Unid.	Descrição	Valor de referência Entidade Executora	Proponente	Qtde Apresentada no projeto de vendas	Valor Unit. Apresentado no projeto de vendas
01	200	KG	CEBOLA, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e/ou cortes. Tamanho e coloração uniforme, devendo estar bem desenvolvida, isentas de sujidades e parasitas. Livre de qualquer tipo de agrotóxico	4,70	-----	-----	-----
02	1300	KG	CENOURA, fresca, firme, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanhos regulares, , coloração própria da espécie, estar bem desenvolvida e livre de qualquer tipo de agrotóxico.	3,80	Nívea Simões de Farias	1.300,00	3,80
03	900	KG	BETERRABA, fresca, compacta e firme, isentas de enfermidades e sujidades, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida e livre de qualquer tipo de agrotóxico.	3,60	Marli Inês da Cruz	900,00	3,60
04	1100	UNIDADE	REPOLHO Branco, fresco, liso, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido, firme e intacto, sem lesões, estar livre de qualquer tipo de agrotóxico. Cada unidade deverá pesar 1 kg ou mais, caso a unidade pesar menos que 1 kg, o fornecedor deverá completar com outra unidade para obter a quantidade solicitada.	2,50	Marli Inês da Cruz	1.100	2,50
05	1000	UNIDADE	BRÓCOLIS comum, fresco, devendo estar bem desenvolvido, firme e intacto, isento de enfermidades , parasitas e larvas, material terroso, e livre de qualquer tipo de agrotóxicos. Cada unidade deverá ter o peso padrão de 600 gramas, que por ventura esta crucífera pesar menos, completar com outra unidade até obter a quantidade solicitada.	3,60	Mari Zilei Simões de Farias de Melo	1.000	3,60
06	1000	UNIDADE	COUVE-FLOR comum, fresco, devendo estar bem desenvolvido, firme e intacto, isento de enfermidades , parasitas e larvas, material terroso, e livre de qualquer tipo de agrotóxicos. Cada unidade deverá ter o peso padrão de 600 gramas, que por ventura esta crucífera pesar menos de 600 gramas, completar com outra unidade até obter a quantidade solicitada	3,60	Meri Terezinha Simões de Farias	1.000	3,60
07	1000	KG	BATATA, lisa, firme, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, e estar livre de qualquer tipo de agrotóxico.	3,95	-----	-----	-----
08	300	KG	VAGEM verde de feijão, De primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, devendo ser graúda e alongada. LIVRE DE QUALQUER TIPO DE AGROTÓXICO, parasitas e sujidades.	4,00	Iracema Rodrigues de Farias	300	4,00
09	1100	UNIDADE	ALFACE, tipo crespa e tipo lisa, folhas frescas, firmes e, embaladas em maços de 250g, livres de material terroso, parasitas e outras sujidades. Livres de agrotóxicos e resíduos de fertilizantes	2,35	Renata Erna Schutzler Grosskopf	1.100	2,35
10	300	KG	ABOBRINHA, superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho graúdo, coloração verde característica, casca limpa, sem a presença de areia e poeiras. parasitas e sujidades. ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma. Livres de agrotóxicos	4,30	Renata Erna Schutzler Grosskopf	300,00	4,30
11	400	KG	PEPINO SALADA - de ótima qualidade, fresco, firme, graúdo e isento de enfermidades e sujidades. O tamanho e a coloração devem estar uniformes, devendo ser bem desenvolvido. Livres de agrotóxicos ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	3,50	Silmara de Almeida Coelho Zumbach	400	3,50

12	500	KG	CHUCHU - superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho grão, coloração verde clara característica. LIVRE DE QUALQUER TIPO DE AGROTÓXICO, parasitas e sujidades. ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	3,00	Mari Zilei Simões de Farias de Melo	500	3,00
13	1200	KG	FEIJÃO preto, tipo 1, livre de qualquer tipo de agrotóxico, grãos escolhidos, íntegros, sem sujidades, parasitas ou larvas, acondicionados em embalagem própria.	6,50	Rosélia Uhlig de Farias	1200	6,50
14	50	KG	ALHO - branco, firme e com os dentes fechados, embalados em pacotes plásticos de 200g. ENTREGA conforme cronograma. Livres de agrotóxicos	25,00	Meri Terezinha Simões de Farias	50	25,00
15	400	KG	ABÓBORA de pescoço ou abóbora menina, tamanho pequeno. Devem estar firmes e frescas, casca lisa e rija. Sem a presença de areia e poeiras. LIVRE DE QUALQUER TIPO DE AGROTÓXICO, parasitas e	1,80	Nivea Simões de Farias	400	1,80
16	400	MAÇO	ESPINAFRE, folhas firmes, frescas, com coloração bem verde, livre de parasitas e material terroso. O maço deve pesar 500g. Deve estar bem desenvolvido e sem lesões físicas ou mecânicas. ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma. Livres de agrotóxicos	2,40	Silmara de Almeida Coelho Zumbach	400	2,40
17	300	KG	BATATA DOCE - de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, alongado, devendo ser grão e LIVRE DE QUALQUER TIPO DE AGROTOXICO, parasitas e sujidades, ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma	3,20	Silmara de Almeida Coelho Zumbach	300	3,20
18	800	MAÇO 500g	COUVE - , folhas frescas, firmes e, embaladas em maços de 500g, livres de material terroso, parasitas e outras sujidades. Livres de agrotóxicos e resíduos de fertilizantes	3,00	Iracema Rodrigues de Farias	800	3,00
19	600	KG	TOMATE - superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho grão, coloração vermelha característica, limpo, sem a presença de areia, poeiras, parasitas e sujidades e LIVRE DE QUALQUER TIPO DE AGROTOXICO, ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	7,00	-----	-----	-----

A Comissão julgou o Grupo Informal – “Agricultoras Agroecológicas” vencedor do presente processo, com os preços e quantidades apresentados no Projeto de Vendas e que consta transcrito na tabela acima, na coluna “Valor Unit. Apresentado no projeto de vendas”. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata que vai assinada pelos presentes:

PORTARIA Nº 12.803 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.803 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, PATRÍCIA SCHWENDNER, Matrícula Funcional nº 000238, Registro no Sistema sob nº 622001, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Instrutor de Música, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 01 de Março de 2012 a 01 de Março de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 21 de janeiro de 2016 sob nº 88.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 24 de fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.804 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.803 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, PATRÍCIA SCHWENDNER, Matrícula Funcional nº 000238, Registro no Sistema sob nº 622001, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Instrutor de Música, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 01 de Março de 2012 a 01 de Março de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 10 de fevereiro de 2016 sob nº 283.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

24 de fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.805 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.805 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, BEATRIS KUIASKI, Matrícula Funcional nº 000614, Registro no Sistema sob nº 955102, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 02 de julho de 2012 a 02 de julho de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 10 de fevereiro de 2016 sob nº 280.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

24 de fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 02/2016

CONSÓRCIO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL – CRESIM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

EXTRATO DE EDITAL

Consórcio da Região do Rio Sargento de Integração Municipal – CRESIM, com sede no Município de Campo Ere - SC, através de seu Presidente Sr. RUDIMAR BORCIONI, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que até às 08:00horas do dia 10 de Março de 2016, o Pregoeiro Oficial do Consórcio, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 02/2016 na modalidade de Pregão Presencial Nº 02/2016, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações serão fornecidas pelo Departamento de Licitações - Centro Administrativo Municipal - Rua 1º de Maio, 736, Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs às 11:30hs e 13:15hs às 17:15hs, ou pelo e-mail adm Cresim@gmail.com , Campo Erê - SC, 25 de Fevereiro de 2016 – Rudimar Borcioni – Presidente do CRESIM

PREGÃO PRESENCIAL 03/2016

CONSÓRCIO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL – CRESIM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

EXTRATO DE EDITAL

Consórcio da Região do Rio Sargento de Integração Municipal – CRESIM, com sede no Município de Campo Ere - SC, através de seu Presidente Sr. RUDIMAR BORCIONI, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que até às 08:00horas do dia 11 de Março de 2016, o Pregoeiro Oficial do Consórcio, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 03/2016 na modalidade de Pregão Presencial Nº 03/2016, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações serão fornecidas pelo Departamento de Licitações - Centro Administrativo Municipal - Rua 1º de Maio, 736, Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs às 11:30hs e 13:15hs às 17:15hs, ou pelo e-mail adm Cresim@gmail.com , Campo Erê - SC, 25 de Fevereiro de 2016 – Rudimar Borcioni – Presidente do CRESIM

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 10/2014 6

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE COMPRA Nº 27/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 01 de março de 2016 às 14h30min Pregão Presencial do tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, A FIM DE ELABORAR PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS- PPRA, PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL- PCMSO E DO LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS NO TRABALHO - LTCAT, NAS UNIDADES DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 25 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

AVISO DISP 06/2016 AQUISIÇÃO DE ANTIVIRUS - SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Nº 22/2016
Dispensa nº 06/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 25/02/2016 às 16:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, dispensa de licitação, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA DEFESA VIRTUAL DE AMEAÇAS TIPO VIRUS E ATAQUES VIRTUAIS, VISANDO MANTER O MAIS SEGURO POSSIVEL OS ARQUIVOS DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ORIENTAÇÃO PARA BOAS PRATICAS EM AMBIENTE VIRTUAL. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 25 de fevereiro de 2016.
Nelson Luiz de Paula
Secretario Municipal de Saúde

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2016

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28 /2016
DISPENSA 05/2016

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO E RETIRADA DE CASCALHO (APROXIMADAMENTE 200 CARGAS MENSAIS), PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS DO MUNICIPIO, CONFORME ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93.,DE ACORDO COM O ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8.666/93.

Valor: R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais)

Campos Novos, 25 de fevereiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 28/16

PORTARIA Nº 28/16 de 20/01/2016
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LAURA CAROLINE SALMORIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Resolve:

Contratar em caráter temporário LAURA CAROLINE SALMORIA para exercer o cargo de FARMACÊUTICO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Janeiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de Janeiro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

EDITAL CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA CÂMARA DE VEREADORES

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR

A Câmara Municipal de Vereadores de Canelinha, através da Comissão de Justiça e Redação, com a finalidade de atendimento ao princípio comunitário e da participação popular, que se fundamenta nos direitos do cidadão e da comunidade, nos termos do inciso I, do § 4º, do artigo 40, do Estatuto da Cidade (Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2.001), e do artigo 29, inciso XII, da Constituição Federal, visando à atualização e o aperfeiçoamento da legislação municipal e considerando que a Audiência Pública realizada no dia 18 de fevereiro 2016 foi suspensa a pedido de todos os presentes, conforme ficou registrado em ata convoca a continuidade da AUDIÊNCIA PÚBLICA nos seguintes termos: 1. MATÉRIA: Discutir, debater, esclarecer e receber sugestões na apreciação da proposta de alteração da Lei Complementar nº 4, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Canelinha e dá outras providências, mediante proposta de iniciativa do Poder Executivo, com auxílio dos técnicos da área de Planejamento Urbano e Jurídica do Município e da Câmara de Vereadores, representada pelo Projeto de Lei Complementar nº 01/2016; 2. DO LOCAL, DATA E HORA: A Audiência Pública será realizada no dia 10 de março de 2016, com sua instalação marcada para as 19 horas no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Canelinha, sito à Rua Manoel Francisco Corrêa, nº 417, Bairro Areão, no Município de Canelinha, Estado de Santa Catarina; 3. PARTICIPANTES: Audiências públicas são eventos públicos que permitem a participação de qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto da discussão, devendo o interessado na apresentação de sugestões ou de comentários realizar sua inscrição até as 19:00 horas do dia 10 de março de 2016, junto ao Protocolo Geral da Câmara Municipal de Canelinha; 4. DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA ÍNTEGRA E DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2016: O edital e o projeto de lei estarão disponíveis a partir desta data, no horário das 08:00 às 12:00 horas, no mesmo endereço supracitado. Outros esclarecimentos pelo telefone (48) 3264-0033. Canelinha, 22 de fevereiro de 2016. ABEL GRIMM - Presidente da Comissão de Justiça e Redação

EXTRATO EDITAL 20/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 20/2016

MODALIDADE: Tomada de Preço 01/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para construção de 02 (duas) cabeceiras em concreto armado, para instalação de kit de transposição de obstáculos (ponte), sito à Rua Manoel Cirilo Marcos, s/n, Bairro Moura, Canelinha/SC, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 11 de março de 2016, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 24 de fevereiro de 2016. ELOIR JOÃO REIS – Prefeito em exercício

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº. 033/2016

DECRETO Nº. 033/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 234,00 m² (Duzentos e trinta e quatro metros quadrados), procedido por FRANCIELE ALVES DA SILVA SLOMP, situado na Rua Boleslau Kwieciem, no Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 31.938 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 08 com área de 207,00 m² e lote nº 09 com área de 27,00 m² (este só pode ser vendido ao confrontante), ambos pertencentes à quadra nº 35, conforme requerimento protocolado sob nº. 600/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 034/2016

DECRETO Nº. 034/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 612,50 m² (Seiscentos e doze metros e cinquenta decímetros quadrados), procedido por ADEMAR GUENZE E ANAÍDES LEIA GONÇALVES, situado na Rua Bernardo Skudlarek, no Distrito de Márcilio Dias, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 39.038 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 40 com área de 308,75 m² e lote nº 41 com área de 303,75 m², ambos pertencentes à quadra nº 1617, conforme requerimento protocolado sob

nº. 996/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 035/2016

DECRETO Nº. 035/2016

ALTERAR O DECRETO Nº. 146/2015

Art. 1º - Fica alterado o Artigo 1º do Decreto nº 146/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Ficam nomeados os membros efetivos abaixo relacionados, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, a partir da presente data até 13 de setembro de 2016, conforme nomes a seguir:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: Luís Gustavo Vieira de Britto

Suplente: Valéria Soares de Lima

Titular: Luciane Aparecida Darmorus Zucco

Suplente: Cibeles Neudorf Batista

REPRESENTANTES DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Elcia Aparecida Chimangosewski Gevieski

Suplente: Eliane Sudosky de Oliveira

REPRESENTANTES DE DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Eduardo Carvalho do Prado

Suplente: Thalita Pereira Bosse

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Luciane Wagner

Suplente: Liliene Knop Alves Machado

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Titular: Jocilda Clarice da Silva

Suplente: Vanessa Ferreira

Titular: Cirlene Felício de Oliveira Zella

Suplente: Janete Terezinha Machado

REPRESENTANTES DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Dinaci Klutchovski

Suplente: Vera Lucia de Melo Meis

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Titular: Paulo Odair Moreira

Suplente: Izane Maria Pereira

REPRESENTANTES DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – NÍVEL SECUNDARISTAS

Titular: Valfrida Terezinha de Lima

Suplente: Fabiana de Melo Meins"

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 036/2016

DECRETO Nº. 036/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 2.410,00 (dois mil, quatrocentos e dez reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Função 4 Administração

Subfunção 122: Administração geral

Programa 3: Modernização administrativa

Proj./Ativ. 2.035 – Contribuições à entidades

3.3.93.00.00.00.00 – Aplicações diretas decor. de op. entre órgãos 2.410,00

Recursos 10000 – Recursos ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 2.410,00 (dois mil, quatrocentos e dez reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Função 4 Administração

Subfunção 122: Administração geral

Programa 3: Modernização administrativa

Proj./Ativ. 2.035 – Contribuições à entidades

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações diretas 2.410,00

Recursos 10000 – Recursos ordinários

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 23 de fevereiro 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 037/2016

DECRETO Nº. 037/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.786 de 23/02/2016, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL de acordo com o artigo 1º da Lei 5.786 de 23/02/2016, no valor de até R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Função 27: Desporto e lazer

Subfunção 812: Desporto comunitário

Programa 16: Esporte como qualidade de vida

Atividade 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes 3.3.50.00.00.00.00 – Transf. a Inst. Privadas s/fins lucrativos 130.000,00

Recursos 30000 – Recursos ordinários – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – superávit	130.000,00
TOTAL		130.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas

em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 23 de fevereiro de 2016
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 038/2016

DECRETO Nº. 038/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.787 de 23/02/2016, resolve:
DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.787 de 23/02/2016, no valor de até R\$ 2.784,19 (dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.784,19
Recursos 63700 – Outras Transf. FNDE – não repassadas p/convênio – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 2.784,19 (dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

63700	Outras Transf. FNDE – não rep. p/conv – sup.	2.784,19
TOTAL		2.784,19

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 3º da Lei 5.787 de 23/02/2016, no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.000,00
Recursos 23700 – Outras Transf. FNDE – não repassadas p/convênio

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação até o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:
Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
23700 0,00		1.000,00	1.000,00
TOTAL			1.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 23 de fevereiro de 2016
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 039/2016

DECRETO Nº. 039/2016

"RETIFICA DECRETO Nº. 269/2015 QUE APROVOU DESMEMBRAMENTO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, Resolve:
RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o art. 1º do Decreto nº. 269/2015, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 10.206,75 m² (Dez mil, duzentos e seis metros e setenta e cinco decímetros quadrados), procedido por PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS, situado no Bairro Piedade, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 22.725, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 20 com área de 338,51 m² (este só pode ser vendido ao confrontante) e lote nº 21 com área de 9.868,24 m², ambos pertencentes à quadra nº 113, conforme requerimento protocolado sob nº. 6777/2015."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - As demais disposições do decreto municipal nº 187/2015 permanecem inalteradas.

Canoinhas/SC, 23 de fevereiro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 149/2016

PORTARIA Nº. 149/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990,

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a SID-MEIA DIAS DOS SANTOS, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016, conforme comunicação interna nº 084/DP/2016, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de fevereiro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 150/2016

PORTARIA Nº. 150/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 27 da Lei 2.305/1990 e Decreto nº 190/2007;

CONCEDER ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 1º - Fica concedida a Alteração Temporária da servidora ELIZABETE GUDE RECK, efetiva no cargo de Professor, na disciplina de História, 20 horas semanais, sendo 10 horas semanais na EBM Benedito Therézio de Carvalho e 10 horas semanais na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, realizou Alteração Temporária, de 10 horas semanais, na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, na vaga excedente de desdobramento de turma, a partir de 01/03/2016 até 22/12/2016, permanecendo 30 horas semanais, sendo 20 horas semanais na EBM Maria Izabel de Lima Cubas e 10 horas semanais na EBM Evaldo Dranka, conforme comunicação interna nº 037/SME-RH/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de fevereiro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 151/2016

PORTARIA Nº. 151/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Art. 6º da Portaria nº. 122/2016, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 6º - Fica contratada a profissional JENIFFER MASSANEIRO PICHEBICHEVSKI, na função de Professor de Educação Infantil, MAG I, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar na ERM Edemita Conceição Rosa, no período de 17/02/2016 a 22/12/2016, em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demanda decorrentes da expansão das instituições municipais, conforme comunicação interna nº 020/SME/2016.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de fevereiro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 152/2016

PORTARIA Nº. 152/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, Resolve:
DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional BEATRIS DE OLIVEIRA FRANCO PAZDA, efetiva no cargo

de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/02/2016, conforme comunicação interna nº 085/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 153/2016

PORTARIA Nº. 153/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990,

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a BRONISIA GURZYNSKI ZACALUZNE, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2016, conforme comunicação interna nº 088/DP/2016, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 154/2016

PORTARIA Nº. 154/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, Resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a ARI JOSNEI SCHULTZ CORDEIRO, efetivo no cargo Borracheiro, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, a desfrutar no período de

01/03/2016 a 30/03/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 156/2016

PORTARIA Nº. 156/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, Resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a LUCIANE WAGNER, efetiva no cargo de Pedagogo, MAG III, 40 horas semanais, no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 29/02/2016 a 29/03/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 90 (noventa) dias de Licença Prêmio a ERICA LEITHOLD RODRIGUES, efetiva no cargo de Professor, MAG III, 40 horas semanais, no CEI Vinicius de Moraes, junto à Secretaria Municipal de Educação, sendo referente a 20 horas semanais referente ao período aquisitivo de 1998/2003, a desfrutar no período de 24/02/2016 a 23/05/2016, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 157/2016

PORTARIA Nº. 157/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, Resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de férias em dinheiro ao servidor HAMILTON CHAMBERG, efetivo no cargo de

Auxiliar de Contabilidade, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 158/2016

PORTARIA Nº. 158/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; Resolve:

AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 30 (trinta) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor JURANDIR SUCHARA, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, para custear despesas com tratamento de saúde, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/02/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 10/2015

CONCORRENCIA Nº 10/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 239/2015

HOMOLOGAÇÃO: 22/01/2016

ALTERAÇÃO DOS VENCEDORES

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS TORNA PÚBLICA A ALTERAÇÃO NOS VENCEDORES DA LICITAÇÃO ACIMA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL.

ITEM 04: TRANSPORTE DE ALUNOS LINHA E.B.M. BENEDITO T. DE CARVALHO

EX-VENCEDOR: JOSIANE CHAMPOWSKI – ME.

CONTRATADO: J.A. DE OLIVEIRA & CIA. CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 83.843,07 (oitenta e três mil oitocentos e quarenta e três reais e sete centavos)

ITEM 06: TRANSPORTE DE ALUNOS LINHA E.B.M. GUILHERMINA VEIGA.

EX-VENCEDOR: JOSIANE CHAMPOWSKI – ME.

CONTRATADO: MOACIR DIVINO FERREIRA DOS SANTOS

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 61.295,00 (sessenta e um mil duzentos e noventa e cinco reais)

ITEM 09: TRANSPORTE DE ALUNOS LINHA E.B.M. REINALDO KRUGER.

CONTRATADO: GERALDO GALESKI 30993547915

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.625,00 (vinte e cinco mil seiscentos e vinte e cinco reais)

ITEM 01: TRANSPORTE DE ALUNOS LINHA E.B.M. ALBERTO WARDENSKI.

CONTRATADO: JOÃO LUIZ SCHOUPIINSKI 30986923915

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 69.372,00 (sessenta e nove mil trezentos e setenta e dois reais)

ITEM 07: TRANSPORTE DE ALUNOS LINHA E.I.M. CAMPINA DO TAMANDUÁ.

CONTRATADO: LEDIR GREIM 47120932934

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 39.462,50 (trinta e nove mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

ITEM 03: TRANSPORTE DE ALUNOS LINHA E.B.M. REINALDO KRUGER.

ITEM 11: TRANSPORTE DE ALUNOS LINHA E.R.M. MENINO JESUS – FARTURA.

ITEM 12: TRANSPORTE DE ALUNOS LINHA G.E.M. REINALDO KRUGER – SEREIA.

CONTRATADO: CELIO ALVES RIBEIRO 57613354920

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 66.641,40 (sessenta e seis mil seiscentos e quarenta e um reais e quarenta centavos)

ITEM 02: TRANSPORTE DE ALUNOS LINHA E.B.M. ALBERTO WARDENSKI.

EX-VENCEDOR: JOSIANE CHAMPOWSKI – ME.

CONTRATADO: ELIZEU DRANCA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 71.544,75 (setenta e um mil quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)

ITEM 08: TRANSPORTE DE ALUNOS LINHA E.B.M. GUILHERME VEIGA.

EX-VENCEDOR: JOSIANE CHAMPOWSKI – ME.

CONTRATADO: IDEJAIME FERREIRA DOS SANTOS 51986353915

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 69.083,77 (sessenta e nove mil e oitenta e três reais e setenta e sete centavos)

ITEM 10: TRANSPORTE DE ALUNOS LINHA E.B.M. PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

CONTRATADO: LINDOMAR BRANDL 98813811934

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 48.072,50 (quarenta e oito mil e setenta e dois reais e cinquenta centavos)

ITEM 05: TRANSPORTE DE ALUNOS LINHA BONETES E BONETES DE BAIXO.

CONTRATADO: JOSIANE CHAMPOWSKI - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
VALOR DA DESPESA: R\$ 71.339,69 (setenta e um mil trezentos e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos)

DATA: 24/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 03/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/16
HOMOLOGAÇÃO: 24/02/16

CONTRATADO: CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 96.736,80 (noventa e seis mil setecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos)

DATA: 24/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/16
HOMOLOGAÇÃO: 24/02/16

CONTRATADO: MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 350.294,25 (trezentos e cinquenta mil duzentos e noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos)

DATA: 24/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 09/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/16
HOMOLOGAÇÃO: 24/02/16

CONTRATADO: CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, MEIO FIO E BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL, PAVER E PISO PODOTÁCTIL DE CONCRETO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.995.216,00 (um milhão novecentos e noventa e cinco mil duzentos e dezesseis reais)

DATA: 24/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/16
HOMOLOGAÇÃO: 24/02/16

CONTRATADO: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, MEIO FIO E BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL, PAVER E PISO PODOTÁCTIL DE CONCRETO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 983.087,00 (novecentos e oitenta e três mil e oitenta e sete reais)

DATA: 24/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/16
HOMOLOGAÇÃO: 24/02/16

CONTRATADO: Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, MEIO FIO E BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL, PAVER E PISO PODOTÁCTIL DE CONCRETO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais)

DATA: 24/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMAS 01/2016 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/3

Processo / Ano: 1/2016
 Licitação.....: 1/2016 - PR
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
 Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO DE PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS, CREAS, PAVI, PETI E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES: 2.100 CAMISETAS.

Processo Administrativo: 28.114,00
 Total dos Itens Vencedores: 28.114,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 311045794 - CAMISETAS EM MALHA NA COR BRANCA, DESTINADAS AO CRAS - Unidade: UN								
6690	CONFECOES TRUNFO LTDA - ME	TRUNFO	300,000	0,0000	14,4000	4.320,00	Venceu	1 *****
16871	ROSILENE TONATTO SPAZZINI - EPP	PROTY	300,000	0,0000	14,4500	4.335,00	Perdeu	2
16976	YAS COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA-ME	YAS	300,000	0,0000	16,5000	4.950,00	Perdeu	3
16977	SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	SUPERA	300,000	0,0000	17,5000	5.250,00	Desclassif.	0
Item.....: 2 - 311045795 - CAMISETAS EM MALHA NA COR BRANCA, DESTINADAS AO PAVI - Unidade: UN								
6690	CONFECOES TRUNFO LTDA - ME	TRUNFO	400,000	0,0000	13,9000	5.560,00	Venceu	1 *****
16871	ROSILENE TONATTO SPAZZINI - EPP	PROTY	400,000	0,0000	13,9500	5.580,00	Perdeu	2
16976	YAS COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA-ME	YAS	400,000	0,0000	17,8000	7.120,00	Perdeu	3
16977	SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	SUPERA	400,000	0,0000	18,2000	7.280,00	Desclassif.	0
Item.....: 3 - 311045796 - CAMISETAS EM MALHA COLORIDA, DESTINADAS AO PETI - Unidade: UN								
16977	SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	SUPERA	500,000	0,0000	11,4000	5.700,00	Venceu	1 *****
16976	YAS COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA-ME	YAS	500,000	0,0000	11,5000	5.750,00	Perdeu	2
6690	CONFECOES TRUNFO LTDA - ME	TRUNFO	500,000	0,0000	22,0000	11.000,00	Perdeu	3
16871	ROSILENE TONATTO SPAZZINI - EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 311045797 - CAMISETAS EM MALHA NA COR BRANCA, DESTINADAS AO CRAS - VIOL - Unidade: UN								
16976	YAS COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA-ME	YAS	200,000	0,0000	13,9400	2.788,00	Venceu	1 *****
16871	ROSILENE TONATTO SPAZZINI - EPP	PROTY	200,000	0,0000	13,9500	2.790,00	Perdeu	2
6690	CONFECOES TRUNFO LTDA - ME	TRUNFO	200,000	0,0000	18,6000	3.720,00	Perdeu	3
16977	SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	SUPERA	200,000	0,0000	18,7000	3.740,00	Desclassif.	0

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 1/2016		Processo Administrativo:				28.114,00		
Licitação.....:		1/2016 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO DE PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS, CREAS, PAVI, PETI E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DO MUNICIPIO DE CANOINHAS; QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES: 2.100 CAMISETAS.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 5 - 311045798 - CAMISETAS EM MALHA NA COR BRANCA, DESTINADAS AO CREAS - Unidade: UN								
16976	YAS COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA-ME	YAS	400,000	0,0000	13,9400	5.576,00	Venceu	1 *****
16871	ROSILENE TONATTO SPAZZINI - EPP	PROTY	400,000	0,0000	13,9500	5.580,00	Perdeu	2
6690	CONFECÇÕES TRUNFO LTDA - ME	TRUNFO	400,000	0,0000	22,0000	8.800,00	Perdeu	3
16977	SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	SUPERA	400,000	0,0000	22,2000	8.880,00	Desclassif.	0
Item.....: 6 - 311045799 - CAMISETAS EM MALHA NA COR BRANCA, DESTINADAS AO CREAS - FAÇA - Unidade: UN								
6690	CONFECÇÕES TRUNFO LTDA - ME	TRUNFO	300,000	0,0000	13,9000	4.170,00	Venceu	1 *****
16871	ROSILENE TONATTO SPAZZINI - EPP	PROTY	300,000	0,0000	13,9500	4.185,00	Perdeu	2
16976	YAS COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA-ME	YAS	300,000	0,0000	18,5000	5.550,00	Perdeu	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/3

28.114,00

Processo / Ano: 1/2016
Licitação.....: 1/2016 - PR
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO DE PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS DESTINADAS AO CRAS, CREAS, PAVI, PETI E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES: 2.100 CAMISETAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 6	- 311045799 - CAMISETAS EM MALHA NA COR BRANCA, DESTINADAS AO CRAS - FAÇA - Unidade: UN							
16977	SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	SUPERA	300.000	0,0000	18,7000	5.610,00	Desclassif.	0

Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	SUPLENTE PREGOEIRO
MARCIANO FERNANDES CORREA -	EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
TAYNÁ MACHADO -	CRC/SC 037083/P-8

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 03/2016 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/59

Processo / Ano: 3/2016 Processo Administrativo: 447.031,05
 Licitação.....: 3/2016 - PR
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
 Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 14181 - ABRAÇADEIRA TIPO U 1/2. - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Sanrodriques	30,000	0,0000	0,2300	6,90	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 14182 - ABRAÇADEIRA TIPO U 3/4. - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Sanrodriques	30,000	0,0000	0,3200	9,60	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 311045640 - ABRAÇADEIRA PVC PARA ELETRODUTO 3/4, COR CINZA - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Sanrodriques	300,000	0,0000	0,7900	237,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 311045641 - ABRAÇADEIRA DE NYLON BRANCA 202X3,80 - Unidade: UN								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 5 - 311045642 - ABRAÇADEIRA DE NYLON BRANCA 300X4,80 - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	1,000,000	0,0000	0,3400	340,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 6 - 20077 - ADAPTADOR CURTO SOLDAVEL 25MM/25MM ROSCA 3/4" P/ REGISTRO - Unidade: UN

16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Akato	50,000	0,0000	0,3700	18,50	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 7 - 311045643 - ADAPTADOR DE TOMADA PADRÃO NEMA (ANTIGO) PARA PADRÃO NOVO... - Unidade: UN

16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Fermann	150,000	0,0000	5,9000	885,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	PERLEX	150,000	0,0000	5,9200	888,00	Perdeu	2

Item.....: 8 - 26439 - ADAPTADOR TOP CONDULETE 3/4 CINZA - Unidade: UN

16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	100,000	0,0000	1,0000	100,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 9 - 311045644 - ADAPTADOR FLANGE 50X1.1/2 - Unidade: UN

16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	PLASTILIT	10,000	0,0000	14,8900	148,90	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Akato	10,000	0,0000	14,9000	149,00	Perdeu	2

Item.....: 10 - 27193 - ALAVANCA SEXTAVADA 02MT X 1 POL - Unidade: UN

16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 11 - 111040880 - ALICATE BOMBA D'AGUA 10" - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Wolker	3,000	0,0000	36,8500	110,55	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	36,8900	110,67	Perdeu	2
Item.....: 12 - 111040881 - ALICATE DE PRESSAO 10" - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Wolker	3,000	0,0000	28,8500	86,55	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	VONDER	3,000	0,0000	28,8900	86,67	Perdeu	2
Item.....: 13 - 311045627 - ALICATE UNIVERSAL 08" - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Thopson	3,000	0,0000	24,6500	73,95	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	VONDER	3,000	0,0000	24,6900	74,07	Perdeu	2
Item.....: 14 - 27174 - ALICATE UNIVERSAL 10", CONFORME NBR 9699 E NR 10 - Unidade: UN								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	VONDER	20,000	0,0000	40,0000	800,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 15 - 20856 - ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITARIO - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Wolker	20,000	0,0000	6,8900	137,80	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	6,9450	138,90	Perdeu	2

Página: 4/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 16 - 20880 - ARAME RECOZIDO Nº18 - Unidade: KG								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	BELGO	150,000	0,0000	6,7400	1.011,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Importado	150,000	0,0000	6,7500	1.012,50	Perdeu	2
Item.....: 17 - 311045645 - ARGAMASSA 20KG, ACIL-INTERNA - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Votorantim	50,000	0,0000	8,3000	415,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	CERTA	50,000	0,0000	8,4500	422,50	Perdeu	2
Item.....: 18 - 311045646 - ARGAMASSA 20KG, ACIL-EXTERNA - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Votorantim	50,000	0,0000	18,9900	949,50	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	CERTA	50,000	0,0000	19,1300	956,50	Perdeu	2
Item.....: 19 - 311045647 - ARGAMASSA 20KG ACIL- INTERNA E EXTERNA - Unidade: UN								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	CERTA	80,000	0,0000	34,9800	2.798,40	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Votorantim	80,000	0,0000	34,9900	2.799,20	Perdeu	2
Item.....: 20 - 14985 - BARRA DE FERRO 3/8 BRRA 12M - Unidade: UN								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	BELGO	200,000	0,0000	29,7400	5.948,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Importado	200,000	0,0000	29,7500	5.950,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 21	- 14984 - BARRA DE FERRO 1/4 BARRA 12 M - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	BELGO	200,000	0,0000	11,3900	2.278,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Importado	200,000	0,0000	11,4000	2.280,00	Perdeu	2
Item.....: 22	- 29344 - BARRA DE FERRO 5,0 MM, BARRA COM 12 METROS - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	BELGO	100,000	0,0000	7,9800	798,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Importado	100,000	0,0000	7,9900	799,00	Perdeu	2
Item.....: 23	- 18018 - BARRA DE FERRO 5/16, BARRA C/ 12 METROS - Unidade: BARR							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	BELGO	500,000	0,0000	18,4900	9.245,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Importado	500,000	0,0000	18,5000	9.250,00	Perdeu	2
Item.....: 24	- 27155 - BEIRAL 13 CM DE LARGURA, PINHO - Unidade: ML							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	240,000	0,0000	10,9000	2.616,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		240,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 25	- 27156 - BEIRAL 15 CM DE LARGURA, PINHO - Unidade: ML							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	30,000	0,0000	5,9900	179,70	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/59

447.031,05

Processo / Ano: 3/2016
 Licitação.....: 3/2016 - PR
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
 Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 26 - 111040879 - BOIA INDUSTRIAL 3/4 PARA CAIXA D'ÁGUA 20.000 LITROS - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plastilit	2,000	0,0000	53,0000	106,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 27 - 311045648 - BÓIA AUTOMÁTICA DE NÍVEL - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Wolker	20,000	0,0000	21,5000	430,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	ASTRA	20,000	0,0000	32,7500	655,00	Perdeu	2
Item.....: 28 - 14973 - BÓIA PARA CAIXA D' ÁGUA COM ROSCA 3/4 - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Alumasa	10,000	0,0000	18,4700	184,70	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	ASTRA	10,000	0,0000	18,4900	184,90	Perdeu	2
Item.....: 29 - 311045649 - BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA 380W, SAÍDA 3/4, VAZÃO MÍNIMA 1570... - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	JS	15,000	0,0000	339,0000	5.085,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 30 - 27221 - BROCA DE AÇO RAPIDO 10,0 MM - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	3,000	0,0000	21,0000	63,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 31	- 27222 - BROCA DE AÇO RAPIDO 10,5 MM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	3,000	0,0000	20,0000	60,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 32	- 27223 - BROCA DE AÇO RAPIDO 11,0 MM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	3,000	0,0000	22,9000	68,70	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 33	- 27224 - BROCA DE AÇO RAPIDO 11,5 MM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	3,000	0,0000	17,5000	52,50	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 34	- 27225 - BROCA DE AÇO RAPIDO 12,0 MM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	3,000	0,0000	29,5000	88,50	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 35	- 111040886 - BROCA DE AÇO RAPIDO 7,5 MM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	3,000	0,0000	8,9000	26,70	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 36 - 111040888 - BROCA DE AÇO RAPIDO 8,5 MM - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	3,000	0,0000	12,9000	38,70	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 37 - 311044929 - BROCA DE AÇO RAPIDO 9 MM - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	3,000	0,0000	16,9000	50,70	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 38 - 111040889 - BROCA DE AÇO RAPIDO 9,5 MM - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	3,000	0,0000	17,9000	53,70	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 39 - 311045650 - BUCHA DE NYLON Nº 06 - Unidade: UN								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 40 - 311045371 - BROXA RETANGULAR EM MADEIRA COM CABO PLÁSTICO 190MM X 76 MM - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	DB	10,000	0,0000	7,3500	73,50	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 41	- 311045651 - CABO DE REDE CAT 5, CAIXA COM 305 METROS - Unidade: CXA							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Fritz	6,000	0,0000	165,0000	990,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 42	- 311045652 - CABO DE REDE CAT 6, CAIXA COM 305 METROS - Unidade: CXA							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 43	- 311045653 - CABO FLEXÍVEL PRETO 1,5MM - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	600,000	0,0000	0,8500	510,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 44	- 311045654 - CABO FLEXÍVEL COBRE AZUL 1,5MM - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	600,000	0,0000	0,8300	498,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 45	- 311045655 - CABO FLEXÍVEL COBRE VERMELHO 1,5MM - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	600,000	0,0000	0,8500	510,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 46	- 311045656 - CABO FLEXÍVEL COBRE AMARELO 1,5MM - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	600,000	0,0000	0,7500	450,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 47	- 311045658 - CABO FLEXÍVEL COBRE AZUL 2,5MM - CONDUTOR - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	1,000,000	0,0000	1,0000	1,000,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 48	- 311045657 - CABO FLEXÍVEL COBRE VERDE 2,5MM - CONDUTOR - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	1,000,000	0,0000	1,0000	1,000,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 49	- 311045659 - CABO FLEXÍVEL COBRE AZUL 4,0MM 750V - CONDUTOR - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	600,000	0,0000	1,5000	900,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 50	- 311045660 - CABO FLEXÍVEL COBRE VERDE 4,0MM 750V - CONDUTOR - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	600,000	0,0000	1,5000	900,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 11/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 51	- 311045661 - CABO FLEXÍVEL COBRE VERMELHO 4,0MM 750V - CONDUTOR - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	600,000	0,0000	1,5000	900,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 52	- 311045662 - CABO FLEXÍVEL COBRE PRETO 6,0MM - CONDUTOR - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	600,000	0,0000	2,5000	1.500,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 53	- 311045663 - CABO FLEXÍVEL COBRE AZUL 6,0MM - CONDUTOR - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	600,000	0,0000	2,5000	1.500,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 54	- 311045664 - CABO FLEXÍVEL COBRE VERDE 6,0MM - CONDUTOR - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	600,000	0,0000	2,5000	1.500,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 55	- 26444 - CABO FLEXÍVEL P.P 2,5 TRIFÁSICO - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	600,000	0,0000	6,4000	3.840,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 3/2016		Processo Administrativo:		447.031,05				
Licitação.....: 3/2016 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 56 - 311045665 - CABO PARALELO 2,5MM - Unidade: M								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	1.000,000	0,0000	1,9900	1.990,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		1.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 57 - 311045666 - CABO PARALELO 1,5MM - Unidade: M								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	600,000	0,0000	1,5000	900,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 58 - 311045667 - CABO FLEXÍVEL COBRE PRETO 10,0MM - CONDUTOR - Unidade: M								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	600,000	0,0000	4,9000	2.940,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 59 - 311045668 - CABO FLEXÍVEL COBRE VERDE 10,0MM - CONDUTOR - Unidade: M								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	600,000	0,0000	4,9000	2.940,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 60 - 311045684 - CABO FLEXIVEL COBRE AZUL 10,0 MM - CONDUTOR - Unidade: M								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	600,000	0,0000	4,9000	2.940,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 13/59

447.031,05

Processo / Ano: 3/2016
Licitação.....: 3/2016 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 61	- 27165 - CABO RIGIDO AZUL 10MM - CONDUTOR - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	600,000	0,0000	4,9000	2.940,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 62	- 27164 - CABO RIGIDO PRETO 10MM - CONDUTOR - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	600,000	0,0000	4,9000	2.940,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 63	- 311045685 - CABO RIGIDO VERMELHO 10,0 MM - CONDUTOR - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	600,000	0,0000	4,9000	2.940,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 64	- 27206 - CAIBRO DE PINHEIRO 2' X 4' X 3,00M - Unidade: ML							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	150,000	0,0000	16,9000	2.535,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 65	- 111040883 - CAIBRO DE PINHEIRO 5 X 10 X 4,00 M - Unidade: ML							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 14/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 66 - 111040878 - CAIXA DE LUZ 2x4, PVC - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plast	50,000	0,0000	0,6500	32,50	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 67 - 8932 - CAIXILHO DE 1º 14CM C/ VISTA, CEDRO - Unidade: JOG								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MADEROCHA	10,000	0,0000	88,9000	889,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	10,000	0,0000	89,0000	890,00	Perdeu	2
Item.....: 68 - 111040854 - CAIXILHO DE 1º, 16 CM COM VISTA, PINHO - Unidade: UN								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MADEROCHA	10,000	0,0000	124,9000	1.249,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Furman	10,000	0,0000	125,0000	1.250,00	Perdeu	2
Item.....: 69 - 311045686 - CAIXILHO DE 1º, 15CM, COM VISTA, PINHO - Unidade: UN								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MADEROCHA	10,000	0,0000	91,4800	914,80	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Furman	10,000	0,0000	91,4900	914,90	Perdeu	2
Item.....: 70 - 31137 - CAL HIDRATADA 20KG - Unidade: SC								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	CIBRACAL	200,000	0,0000	8,9900	1.798,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Pavin	200,000	0,0000	9,0000	1.800,00	Perdeu	2

Página: 15/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

447.031,05

Processo Administrativo:

3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 71 - 311045687 - CANALETA COM DIVISÓRIA 20X10X200 COM FITA ADESIVA - Unidade: BARR								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Gasparzinho	300,000	0,0000	5,2500	1.575,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 72 - 26445 - CANALETA VENTILADA 30X30 MF 3 VIAS - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Ilumi	50,000	0,0000	18,5000	925,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 73 - 111040891 - CANO EXTENSOR PARA CHUVEIRO 30 CM PVC - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Herc	10,000	0,0000	5,5000	55,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 74 - 27167 - CARRINHO DE MAO COM PNEU 90 LITROS - Unidade: UN								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	Metais	10,000	0,0000	191,0000	1.910,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		10,000	0,0000	199,0000	1.990,00	Perdeu	2
Item.....: 75 - 111040867 - CARRINHO DE MAO COM PNEU 50 LITROS - Unidade: UN								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	Maestro	10,000	0,0000	106,8900	1.068,90	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		10,000	0,0000	106,9000	1.069,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 16/59

447.031,05

Processo / Ano: 3/2016
Licitação.....: 3/2016 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 76 - 32481 - CHAPAS DE COMPENSADO 2,44 X 1,22 - 18 MM - Unidade: UN

16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 77 - 2664 - CIMENTO PORTLAND CP 320, SACO COM 50 KG - Unidade: SC

16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Vototrantim	2,000,000	0,0000	29,9000	59.800,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		2,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 78 - 111040874 - COLA DE CONTATO TRADICIONAL 14 KG - Unidade: BALD

16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Wolker	5,000	0,0000	370,0000	1.850,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 79 - 27189 - COLHER DE PEDREIRO OVAL 8" - Unidade: UN

16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Dismatel	3,000	0,0000	10,8000	32,40	Desclassif.	0

Item.....: 80 - 26448 - CONDULETE TOP 5 ENTRADAS 3/4 PVC CINZA - Unidade: UN

16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	150,000	0,0000	3,1800	477,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 17/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 81	- 33195 - CONECTOR RJ 45 - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	800,000	0,0000	0,9000	720,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		800,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 82	- 33206 - CONEXÃO P/ TORNEIRA 1/2" - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Arcato	20,000	0,0000	3,3000	66,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 83	- 33208 - CONEXÃO PARA TORNEIRA 3/4" - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 84	- 14977 - CORANTE LÍQUIDO DIVERSAS CORES, TUBO 50ML - Unidade: FRS							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Castelo	50,000	0,0000	3,0500	152,50	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 85	- 26723 - COTOVELO 90 PVC 3/4 - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Fritz	100,000	0,0000	9,8500	985,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 18/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 86 - 26717 - COTOVELO PERF.U 150X50 - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Eletrapol	10,000	0,0000	39,0000	390,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 87 - 27205 - CUMEIRA ESPIGAO PLANA 15° ABA 30CM 1,10 X 5MM - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Himbralit	400,000	0,0000	30,9000	12.360,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		400,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 88 - 111040903 - CURVA 45° CURTA PARA ESGOTO - 100 MM - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Arcato	100,000	0,0000	4,6000	460,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 89 - 111040904 - CURVA 45° LONGA PARA ESGOTO - 100 MM - Unidade: UN								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 90 - 111040901 - CURVA 90° CURTA PARA ESGOTO - 100 MM - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Arcato	100,000	0,0000	6,7000	670,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 19/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 91	- 26718 - CURVA 90° ELETROCALHA PERF.U150X50 - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Eletropol	10,000	0,0000	18,5000	185,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 92	- 111040902 - CURVA 90° LONGA PARA ESGOTO - 100 MM - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 93	- 34193 - CURVA ELETRODUTO 180° 3/4" CINZA - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 94	- 26484 - CURVA PARA ELETRODUTO 3/4 90° CINZA - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 95	- 19203 - CURVA PVC 90 3/4" - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Arcato	20,000	0,0000	4,4000	88,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 20/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 96	- 26741 - DISCO DE CORTE 12' - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disflex	20,000	0,0000	14,5000	290,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 97	- 311045688 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO UNIPOLAR DIN 10A - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	8,9000	267,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 98	- 311045689 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO UNIPOLAR 16A - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	8,6000	258,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 99	- 311045690 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO UNIPOLAR 20A - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	8,7000	261,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 100	- 311045691 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO UNIPOLAR DIN 25A - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	9,9000	297,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 21/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 101 - 311045692 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO UNIPOLAR DIN 32A - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	9,9000	297,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 102 - 311045693 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO UNIPOLAR DIN 40A - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	10,9000	327,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 103 - 311045694 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO BIPOLAR DIN 10A - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	32,0000	960,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 104 - 311045695 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO BIPOLAR DIN16A - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	33,0000	990,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 105 - 311045696 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO BIPOLAR DIN 20A - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	35,0000	1.050,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 22/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 106	- 311045697 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO BIPOLAR DIN 25A - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	33,0000	990,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 107	- 311045698 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO BIPOLAR DIN 32A - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	33,0000	990,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 108	- 311045699 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR DIN 10A - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	47,0000	1.410,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 109	- 311045700 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR DIN 16A - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	47,0000	1.410,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 110	- 311045701 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR DIN 20A - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	47,0000	1.410,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 23/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 111 - 311045697 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO BIPOLAR DIN 25A - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	32,0000	960,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 112 - 311045698 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO BIPOLAR DIN 32A - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	47,0000	1.410,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 113 - 311045703 - DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO BIPOLAR DIN 40A - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	30,000	0,0000	48,0000	1.440,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 114 - 14195 - DOBRADIÇA 99 X 66. - Unidade: PAR								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 115 - 26715 - ELETROCALHA PERF.C/DIVIS TIPO U 150/50 C/3MT - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Eletropol	50,000	0,0000	48,0000	2.400,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 24/59

447.031,05

Processo / Ano: 3/2016
Licitação.....: 3/2016 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 116	- 34968 - ENGATE FLEXÍVEL 40 CM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Arcato	50,000	0,0000	4,8000	240,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 117	- 26751 - ENGATE FLEXÍVEL PLÁSTICO 60 CM - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plasborn	50,000	0,0000	5,8000	290,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 118	- 8856 - ESGUICHO PISTOLA 1/2 PLÁSTICO - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plasborn	20,000	0,0000	8,7000	174,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 119	- 14975 - ESPUMA EXPANSIVA 500 ML - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Mundial	50,000	0,0000	17,9000	895,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 120	- 311045704 - ESTILETE PROFISSIONAL 18MM APROX. 16CM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Wolker	30,000	0,0000	13,9000	417,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 25/59

Processo / Ano: 3/2016 Processo Administrativo: 447.031,05

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 121	- 311045374 - FACÃO PAPA MATO, LÂMINA EM AÇO DE CARBONO 20º COM FIO LISO - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 122	- 19551 - FECHADURA EXTERNA - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Soprano	50,000	0,0000	33,5000	1,675,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 123	- 7013 - FECHADURA INTERNA - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Silvana	50,000	0,0000	23,5000	1,175,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 124	- 311045705 - FECHADURA CILINDRICA, PRETA, PARA PORTA EUCATÉX/DIVISÓRIA - Unidade: BARR							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Silvana	30,000	0,0000	59,0000	1,770,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 125	- 311045706 - FERRO CA-60 4,2MM, BARRA COM 12 METROS - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	BELGO	200,000	0,0000	5,4900	1,098,00	Venceu	1 ****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Importado	200,000	0,0000	5,5000	1,100,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 26/59

447.031,05

Processo / Ano: 3/2016
Licitação.....: 3/2016 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 126 - 311045707 - FERRO DE SOLDA 60W, 220V - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Gasparzinho	10,000	0,0000	47,2800	472,80	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	VONDER	10,000	0,0000	47,3000	473,00	Perdeu	2
Item.....: 127 - 111040477 - FILTRO ADSL COM 2 JACK - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Gasparzinho	30,000	0,0000	8,7500	262,50	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 128 - 311045708 - FILTRO DE LINHA COM 6 TOMADAS, 220V, COR PRETO - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Istartec	50,000	0,0000	37,0000	1.850,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 129 - 311045709 - FIO ESTANHO PARA SOLDA 1MM, ROLO COM 500GR. - Unidade: M								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Gasparzinho	30,000	0,0000	65,0000	1.950,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 130 - 311045710 - CABO FLEXIVEL 2,5MM BRANCO - Unidade: M								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	300,000	0,0000	1,0500	315,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 27/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 131 - 311045711 - CABO FLEXÍVEL PP 2X1,5 PRETO - Unidade: M								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	300,000	0,0000	2,3500	705,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 132 - 311045712 - CABO FLEXÍVEL PP 2X2,5 PRETO - Unidade: M								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	300,000	0,0000	3,4000	1,020,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 133 - 311045713 - CABO FLEXÍVEL PP 2X3,5 PRETO - Unidade: M								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 134 - 311045714 - CABO FLEXÍVEL P 2X4 PRETO - Unidade: M								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	300,000	0,0000	5,4000	1,620,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 135 - 311045715 - FIO FONE CCI 1 PAR - Unidade: M								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	200,000	0,0000	0,2900	58,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 28/59

Processo / Ano: 3/2016 Processo Administrativo: 447.031,05

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 136 - 311045716 - FIO FONE CCI 2 PARES - Unidade: M								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	Premium	500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		500,000	0,0000	0,4900	245,00	Desclassif.	0
Item.....: 137 - 311045717 - FITA ISOLANTE AUTO FUSÃO 19MMX10M - Unidade: ROLO								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Fritz	50,000	0,0000	24,5000	1.225,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 138 - 311045718 - FITA ZEBRADA ADESIVA 480MM X 30M - Unidade: ROLO								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 139 - 311045719 - FITA ZEBRADA 700MMX200M - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	DB	200,000	0,0000	18,0000	3.600,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 140 - 311045720 - FITA ADESIVA DUPLA FACE ALTA ADERÊNCIA 2CMX50M - Unidade: ROLO								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 29/59

Processo / Ano: 3/2016		Processo Administrativo:		447.031,05				
Licitação.....: 3/2016 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 141 - 27186 - GANCHO 02 TONELADAS COM TRAVA - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Wolker	6,000	0,0000	47,0000	282,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 142 - 14964 - GOIVA DE FIBROCIMENTO 5 MM 15° - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Imbrait	150,000	0,0000	30,9000	4.635,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 143 - 14965 - GOIVA DE FIBROCIMENTO 6 MM 15° MACHO E FÊMEA, ARTICULADA - Unidade: PAR								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Imbrait	500,000	0,0000	43,0000	21.500,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 144 - 111045627 - GRAMPO ISOLANTE P/ FIXAR FIO + PREGOS, PCT COM 15 GRAMPOS E - Unidade: PCT								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Gasparzinho	5,000	0,0000	1,8000	9,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 145 - 111040849 - GRAMPO PARA CERCA 13X6 POLIDO - Unidade: KG								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	DB.TX	20,000	0,0000	17,3000	346,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 30/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 146	- 111040876 - INTERRUPTOR 1 TECLA - SOBREPOR - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Ilumi	50,000	0,0000	3,6000	180,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 147	- 37993 - INTERRUPTOR 1 TECLA COM TOMADA EMBUTIR - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Ilumi	150,000	0,0000	8,8000	1.320,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 148	- 16892 - JOELHO DE PVC ESGOTO 100 MM 45° - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plastilit	100,000	0,0000	4,2000	420,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 149	- 38181 - JOELHO DE PVC ESGOTO 100 MM 90° - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 150	- 19538 - JOELHO DE PVC ESGOTO, SD 90° 25 MM - 1ª LINHA - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 31/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 151 - 14974 - JOELHO INTERNO 3/4 PARA MANGUEIRA PRETA COM ROSCA - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Arcato	30,000	0,0000	1,3000	39,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 152 - 24313 - JOELHOS DE PVC ESGOTO 45° 150MM - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Arcato	100,000	0,0000	25,0000	2.500,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 153 - 24312 - JOELHOS DE PVC ESGOTO 90° 150MM - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Arcato	100,000	0,0000	23,0000	2.300,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 154 - 111040898 - JOGO DE VISTA DE PORTA DE PINHO 6 CM - Unidade: JOG								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Furmam	10,000	0,0000	49,0000	490,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 155 - 111040877 - KEYSTONE JACK RJ-45 CAT 5E - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Fritz	50,000	0,0000	7,8000	390,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 32/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 156	- 7664 - LÂMPADA FLUORESCENTE ESPIRAL 85W E-40 - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Foxlux	50,000	0,0000	72,0000	3.600,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 157	- 311045721 - LÂMPADA FLUORESCENTE T10 40W 120CM X 3,2CM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Istartec	500,000	0,0000	5,9000	2.950,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 158	- 311045722 - LÂMPADA FLUORESCENTE T10 20W 59CMX3,2CM - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 159	- 311045723 - LÂMPADA LED 18W BIVOLT 6500K T8 120CM-1600LM OU MAIS - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Fritz	250,000	0,0000	42,5000	10.625,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		250,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 160	- 311045724 - LÂMPADA LED 9W BIVOLT 6500K T8 60CM-800LM OU MAIS - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Istartec	100,000	0,0000	29,0000	2.900,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 447.031,05

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 161	- 19418	- LÂMPADA INCANDESCENTE 100 W - 1a LINHA - Unidade: UN						
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 162	- 19420	- LÂMPADA INCANDESCENTE 200 W - 1a LINHA - Unidade: UN						
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 163	- 9108	- LÂMPADA MISTA 250W E27 - Unidade: UN						
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Fritz	50,000	0,0000	27,0000	1.350,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 164	- 2847	- LUVA DE PVC ESGOTO 50 MM - Unidade: UN						
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Arcato	100,000	0,0000	1,7500	175,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 165	- 26724	- LUVA LISA P/ ELETRODUTO CONDULETE TOP 3/4 CINZA - Unidade: UN						
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 34/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 166	- 14212 - LUVA LR 20 X 1/2. - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Arcato	30,000	0,0000	0,6500	19,50	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 167	- 17562 - LUVA PVC ESGOTO DE 100 MM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Arcato	100,000	0,0000	3,4000	340,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 168	- 17563 - LUVA PVC ESGOTO 150 MM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Arcato	100,000	0,0000	16,2000	1.620,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 169	- 111040847 - LUVA DE PVC ESGOTO 40 MM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Arcato	100,000	0,0000	0,9400	94,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 170	- 311045725 - MACHADINHA COM CABO 600G - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Wolker	3,000	0,0000	29,0000	87,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 35/59

Processo / Ano: 3/2016 Processo Administrativo: 447.031,05

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 171 - 311045625 - MADEIRA QUADRADA (VIGOTE) DE 2ª - MADEIRA DE PINHO 5X3X4,00 - Unidade: M2								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	200,000	0,0000	39,5000	7.900,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 172 - 9907 - MANGUEIRA PRETA 1/2 X 1,5 MM - Unidade: M								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Mangueira	300,000	0,0000	0,6400	192,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 173 - 1487 - MANGUEIRA PRETA 3/4 X 2MM - Unidade: M								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Mangueira	300,000	0,0000	1,1800	354,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 174 - 311045726 - MANGUEIRA TRANÇADA 1/2 REFORÇADA-1ª LINHA PVC TERMOPLÁSTICA - Unidade: M								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Wolker	500,000	0,0000	2,2000	1.100,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 175 - 10734 - MARRETA COM CABO 1,5KG - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Amarinhos	3,000	0,0000	24,5000	73,50	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 36/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 176	- 27190 - MARTELO DE CARPINTEIRO COM UNHA 27MM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Amarinhos	10,000	0,0000	21,5000	215,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 177	- 17522 - MARTELO DE PEDREIRO - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	DB	10,000	0,0000	32,0000	320,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 178	- 311045727 - MASSA MULTI USO TAPA FURO 340GR - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	DB	20,000	0,0000	32,0000	640,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 179	- 40435 - MASSA PRONTA C/ 20KG - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Votoran	50,000	0,0000	9,2000	460,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 180	- 27285 - MODULO LUX2 TOMADA NBR 10 A - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 3/2016		Processo Administrativo:		447.031,05				
Licitação.....: 3/2016 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 181 - 311045728 - CABO PP 4 X 10,0 MM - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Premium	140,000	0,0000	22,0000	3.080,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		140,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 182 - 311045729 - CABO HDMI 1.4 MACHO/MACHO 1,8, PRETO - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Fritz	50,000	0,0000	39,0000	1.950,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 183 - 26744 - PAR LUVA DE RASPA 30 CM (PARA SOLDADOR) - Unidade: PAR								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 184 - 26743 - PAR LUVA DE RASPA 50 CM (PARA SOLDADOR) - Unidade: PAR								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 185 - 27172 - PARAFUSO 3,5 X 4,0 MODELO ZINCADO - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Niwfix	300,000	0,0000	0,0900	27,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 38/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 186	- 111040871 - PARAFUSO FRANCES 10 MM ZB 5/16X4 - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Niwfix	300,000	0,0000	0,8800	264,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 187	- 26721 - PARAFUSO LENTILHA 5/16 X 1/2 - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Eletropol	300,000	0,0000	0,6900	207,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 188	- 26462 - PARAFUSO PHILIPS 4,0 X4,0 - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Niwfix	200,000	0,0000	0,1000	20,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 189	- 111040873 - PARAFUSO SEXTAVADO EM AÇO 1/4 X 1" COM PORCA - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Niwfix	300,000	0,0000	0,2800	84,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 190	- 311045730 - PÉ DE CABRA SIMPLES 600MM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	São Romão	3,000	0,0000	31,0000	93,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 39/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 191 - 111040900 - PEÇA MECANISMO DE ENTRADA CONVENCIONAL P/CAIXA DE DESCARGA - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Censi	10,000	0,0000	36,5000	365,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 192 - 111040899 - PEÇA MECANISMO DE SAÍDA CONVENCIONAL P/CAIXA DE DESCARGA - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Censi	10,000	0,0000	47,0000	470,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 193 - 311045731 - PICARETA COM CABO DE MADEIRA, - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Pandolfo	5,000	0,0000	48,0000	240,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 194 - 20553 - PINCEL 1" - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	10,000	0,0000	2,9900	29,90	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 195 - 20708 - PINCEL 2" - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	10,000	0,0000	4,7000	47,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 40/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 196	- 23511 - PINCEL 3" - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	10,000	0,0000	6,3000	63,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 197	- 20524 - PINCEL 4" - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	10,000	0,0000	7,9900	79,90	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 198	- 311045732 - PORCA 5/16 18 FIOS - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		900,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		900,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 199	- 111040882 - PORTA DE PINUS 2,10 X 0,80CM, INTERNA - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	Zugman	20,000	0,0000	74,9900	1.499,80	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		20,000	0,0000	75,0000	1.500,00	Perdeu	2
Item.....: 200	- 8935 - PORTA EXTERNA DE 1º, 80X210 CEDRINHO (PAVIM) - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	10,000	0,0000	139,0000	1.390,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 41/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 201 - 111040895 - PORTA LAMINADA 2,10X0,90 M - Unidade: UN								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 202 - 111040896 - PORTA LAMINADA 2,10X1,00 M - Unidade: UN								
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 203 - 311045733 - PLAFON SOBREPOR EM PVC BRANCO COM SOQUETE DE PORCELANA E27 - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	150,000	0,0000	4,1000	615,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 204 - 311045734 - PLUG MACHO 2P+T 10A - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Mectronic	200,000	0,0000	5,4000	1.080,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 205 - 311045735 - PLUG FÊMEA 2P+T 10A - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Ilumi	200,000	0,0000	4,3000	860,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 42/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 206	- 26756 - PREGO 11X11 COM CABEÇA - Unidade: KG							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 207	- 22838 - PREGO 12 X 15 - Unidade: KG							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Imprell	100,000	0,0000	11,8000	1.180,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 208	- 43847 - PREGO 17 X 27. - Unidade: PCT							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Imprell	120,000	0,0000	7,7000	924,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		120,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 209	- 2661 - PREGO 18 x 36 - Unidade: KG							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Imprell	100,000	0,0000	7,8000	780,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 210	- 9538 - PREGO 20 X 42 - Unidade: KG							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Imprell	100,000	0,0000	7,9000	790,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 43/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 211 - 2846 - PREGO 20X48 - Unidade: KG								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Imprell	100,000	0,0000	7,7000	770,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 212 - 7158 - PREGO 25 X 72 - Unidade: KG								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Importado	100,000	0,0000	10,9000	1,090,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 213 - 10421 - PREGO 26 X 84 - Unidade: KG								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Imprel	100,000	0,0000	12,4000	1,240,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 214 - 311045736 - QUADRO DISTRIBUIÇÃO 1 DISJUNTOR, SOBREPOR - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Gasparzinho	15,000	0,0000	7,5000	112,50	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 215 - 311045737 - QUADRO DISTRIBUIÇÃO 4 DISJUNTORES, SOBREPOR - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Gasparzinho	15,000	0,0000	16,4000	246,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 44/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 216	- 311045738 - QUADRO CAIXA 1 DISJUNTOR + 1 TOMADA, 20A, SOBREPOR - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		15,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 217	- 27153 - RASTEL COM CABO DE MADEIRA MIN 1,30, MIN 16 DENTES - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	5,000	0,0000	19,9000	99,50	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 218	- 19431 - REATOR CONVENCIONAL 1X40 - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 219	- 19430 - REATOR DUPLO PARTIDA RÁPIDA 2X40 W - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 220	- 26530 - REATOR ELETRÔNICO 1X40W - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	70,000	0,0000	19,9000	1.393,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		70,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 45/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 221	- 44213 - REATOR ELETRONICO 2X40 W. - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	300,000	0,0000	26,5000	7.950,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 222	- 10659 - REDUÇÃO 100X75MM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Akato	20,000	0,0000	4,6000	92,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 223	- 27148 - REPARO COMPLETO PARA VALVULA DE DESCARGA HYDRA - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Hidra	10,000	0,0000	37,0000	370,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 224	- 26761 - RESISTÊNCIA TORNEIRA ELÉTRICA (SINTEX) - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plasmox	30,000	0,0000	13,8000	414,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 225	- 311045739 - RESISTÊNCIA PARA CHUVEIRO 7.700W (TERMOSYSTEM/HYDRA) - Unidade: M							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Termosistem	40,000	0,0000	15,9000	636,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 46/59

447.031,05

Processo Administrativo:

3/2016

Processo / Ano:

3/2016 - PR

Licitação.....:

PREGÃO PRESENCIAL

Modalidade.....:

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 226 - 311045740 - RIPA PINHEIRO 1ª 1X2 - Unidade: M

16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	1.000,000	0,0000	2,0900	2.090,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MADEROCHA	1.000,000	0,0000	2,1000	2.100,00	Perdeu	2

Item.....: 227 - 311045741 - RIPA PINHEIRO 1ª 1X4 - Unidade: M

16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	3.000,000	0,0000	3,3800	10.140,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 228 - 311045742 - ROLO DE ESPUMA DE 9CM COM SUPORTE - Unidade: UN

16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Roma	30,000	0,0000	3,2900	98,70	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 229 - 311045743 - ROLO DE LÁ ANTI RESPINGO 23CM, COM SUPORTE - Unidade: UN

16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Roma	20,000	0,0000	22,5000	450,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 230 - 14972 - ROLO DE LÁ CARNEIRO 9 CM COM SUPORTE - Unidade: UN

16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Roma	30,000	0,0000	7,9900	239,70	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 47/59

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 231	- 8914 - ROLO ESPUMA COM SUPORTE 23CM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Roma	30,000	0,0000	28,9000	867,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 232	- 311045744 - SERROTE CABO DE MADEIRA COM DENTE GRANDE 22 POLEGADAS - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	DB	5,000	0,0000	31,8000	159,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 233	- 13283 - SIFAO SANFONADO DUPLO. - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Wolker	30,000	0,0000	10,8000	324,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 234	- 311045745 - SOQUETE PARA LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 2X40W - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 235	- 311045746 - STARTER PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 20W - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Gasparzinho	200,000	0,0000	0,8300	166,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 48/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 236	- 311045747 - STARTER PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 40W - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Gasparzinho	200,000	0,0000	1,3900	278,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 237	- 26719 - SUPORTE L/P ELETROCALHA 150 MÃO FRANCESA SIMPLES - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		60,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		60,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 238	- 26720 - SUPORTE TETO/SUSPENSÃO PARA ELETROCALHA TIPO U 150X50 GE - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Eletropol	20,000	0,0000	4,3900	87,80	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 239	- 46235 - T DE PVC ESGOTO 40MM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Akato	100,000	0,0000	2,9900	299,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 240	- 22560 - T DE PVC ESGOTO 100 MM 1º QUALIDADE - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Akato	100,000	0,0000	6,9000	690,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 49/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 241	- 22560 - T DE PVC ESGOTO 100 MM 1º QUALIDADE - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Akato	100,000	0,0000	6,9000	690,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 242	- 24315 - T DE PVC ESGOTO 150MM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Akato	100,000	0,0000	29,5000	2.950,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 243	- 311045748 - TÁBUA DE PINUS 10X2,5X3,00 - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	300,000	0,0000	5,2900	1.587,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MADEROCHA	300,000	0,0000	5,3000	1.590,00	Perdeu	2
Item.....: 244	- 311045749 - TÁBUA DE PINUS 30X2,5X3,00 - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	300,000	0,0000	16,0900	4.827,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MADEROCHA	300,000	0,0000	16,1000	4.830,00	Perdeu	2
Item.....: 245	- 311045750 - TÁBUA DE PINUA PARA CAIXARIA 25X2,5X3,00M - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	500,000	0,0000	13,3900	6.695,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MADEROCHA	500,000	0,0000	13,4000	6.700,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 50/59

447.031,05

Processo Administrativo:

3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 246 - 311045751 - TÁBUA DE EUCALIPTO 20X5X3,00M - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	100,000	0,0000	29,5000	2.950,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MADEROCHA	100,000	0,0000	29,9000	2.990,00	Perdeu	2
Item.....: 247 - 311045752 - TÁBUA DE PINHO 20X5X3,00M - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	50,000	0,0000	58,0000	2.900,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MADEROCHA	50,000	0,0000	59,9000	2.995,00	Perdeu	2
Item.....: 248 - 311045753 - TÁBUA DE PINHO 20X2,5X3,00 - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	200,000	0,0000	28,9000	5.780,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MADEROCHA	200,000	0,0000	29,9000	5.980,00	Perdeu	2
Item.....: 249 - 311045754 - TÁBUA DE PINHO 15X2,5X3,00M - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	200,000	0,0000	21,0000	4.200,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	MADEROCHA	200,000	0,0000	22,4000	4.480,00	Perdeu	2
Item.....: 250 - 27188 - TALHADEIRA EM AÇO GRANDE - Unidade: UN								
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	São Romão	3,000	0,0000	25,9000	77,70	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 51/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 251	- 26729 - TAMPA 1 MODULO RJ-45 CONDULETE 3/4 - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	50,000	0,0000	2,1800	109,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 252	- 26728 - TAMPA 2 MODULO RJ-45 CONDULETE 3/4 - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	50,000	0,0000	2,1800	109,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 253	- 111040856 - TAMPA CONDULETE PVC 3/4 - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Startec	50,000	0,0000	2,3000	115,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 254	- 26716 - TE HORIZONTAL 90° PERFUR.U150X50 - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Eletropol	40,000	0,0000	14,8000	592,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		40,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 255	- 14976 - TE INTERNO 3/4 PARA MANGUEIRA PRETA - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Akato	30,000	0,0000	2,4000	72,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 52/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 256	- 14963 - TELHA DE FIBROCIMENTO 5 MM 1,20 X 1,10M - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Himbralit	200,000	0,0000	18,4000	3.680,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 257	- 26469 - TELHA DE FIBROCIMENTO 2,44 X 1,10 6 MM - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		600,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 258	- 311045369 - TELHA TRANSPARENTE ONDULADA 1,10 X 2,44 - 6CM - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Translúcida	80,000	0,0000	59,0000	4.720,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 259	- 12553 - TJOLOS DE BARRO MACIÇOS - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	OURO DA TERRA	20.000,000	0,0000	0,9400	18.800,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Ceaca	20.000,000	0,0000	0,9900	19.800,00	Perdeu	2
Item.....: 260	- 19529 - TOMADA DE EMBUTIR - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Ilumi	50,000	0,0000	6,9900	349,50	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 53/59

447.031,05

Processo / Ano: 3/2016
Licitação.....: 3/2016 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 261	- 311045755	- TOMADA DE EMBUTIR 2P+T, 10A PARA CONDULETE - Unidade: UN						
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Gasparzinho	150,000	0,0000	8,9000	1.335,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 262	- 311045756	- TOMADA DE SONREPOR 10A 2P+T (PADRÃO NOVO) ABMT-711 - Unidade: UN						
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		80,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 263	- 311045757	- TOMADA DE SOBREPOR 2P+T, 20A - Unidade: UN						
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Ilumi	50,000	0,0000	5,9000	295,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 264	- 311045758	- TOMADA DE SOBREPOR PARA TELEFONE 4P+RJ11 - Unidade: UN						
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Mectronic	30,000	0,0000	13,9000	417,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 265	- 26472	- TORNEIRA DE BANCADA EM METAL ROSCA 1/2 - Unidade: UN						
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Igibam	20,000	0,0000	38,0000	760,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 54/59

447.031,05

Processo / Ano: 3/2016
Licitação.....: 3/2016 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 266	- 26476	- TORNEIRA DE METAL PARA MAQUINA DE LAVAR ROUPA 1/2 - Unidade: UN						
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Igibam	20,000	0,0000	26,9000	538,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 267	- 26477	- TORNEIRA DE METAL PARA MAQUINA DE LAVAR ROUPA 3/4 - Unidade: UN						
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Igibam	20,000	0,0000	26,9000	538,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 268	- 311045759	- TORNEIRA ELETRICA 4400W OU MAIS, 220V, BANCADA - Unidade: UN						
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Sintex	20,000	0,0000	108,0000	2.160,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 269	- 8901	- TORNEIRA GIRATÓRIA DE PAREDE METAL, BICA ALTA 1/2 PARA 3/4 - Unidade: UN						
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Bogmar	20,000	0,0000	48,0000	960,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 270	- 311045760	- TORNEIRA GIRATÓRIA DE BANCADA, METAL, BICA ALTA 1/2 PARA 3/4 - Unidade: UN						
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Bogmar	20,000	0,0000	89,0000	1.780,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 55/59

447.031,05

Processo / Ano: 3/2016
Licitação.....: 3/2016 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 271	- 8898 - TORNEIRA PARA LAVATÓRIO EM PVC - 1a LINHA - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plasbom	20,000	0,0000	17,5000	350,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 272	- 8897 - TORNEIRA PARA PIA EM PVC 15 CM. - 1a LINHA - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plasbom	20,000	0,0000	11,9000	238,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 273	- 311045761 - TRENA 10MT - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Brascort	10,000	0,0000	27,9000	279,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 274	- 26480 - TRENA DE VIDRO 50M ABERTA - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Disma	5,000	0,0000	74,0000	370,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 275	- 1645 - TUBO DE DESCARGA - Unidade: BARR							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Krona	50,000	0,0000	8,2400	412,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 56/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 276	- 48134 - TUBO DE ESGOTO 40 MM - BARRA COM 6 METROS - 1ª LINHA - Unidade: BARR							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plastilit	200,000	0,0000	13,0500	2.610,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 277	- 48136 - TUBO DE ESGOTO 50 MM , BARRA C/ 6 METROS - 1ª LINHA - Unidade: BARR							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plastilit	200,000	0,0000	28,0000	5.600,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 278	- 311045762 - TUBO DE ÁGUA 50MM, BARRA COM 06 METROS - 1ª LINHA - Unidade: BARR							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	PLASTILIT	200,000	0,0000	41,8900	8.378,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plastilit	200,000	0,0000	49,9000	9.980,00	Perdeu	2
Item.....: 279	- 17534 - TUBO DE PVC ESGOTO 150 MM, BARRA COM 06 METROS - Unidade: BARR							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	PLASTILIT	200,000	0,0000	113,9900	22.798,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plastilit	200,000	0,0000	114,0000	22.800,00	Perdeu	2
Item.....: 280	- 311045763 - TUBO DE PVC ESGOTO 75MM, BARRA COM 0 METROS - Unidade: BARR							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	PLASTILIT	200,000	0,0000	41,8900	8.378,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plastilit	200,000	0,0000	41,9000	8.380,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 57/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 281	- 311045370 - TUBO SOLDÁVEL 20MM (ÁGUA), BARRA COM 6 METROS - 1ª LINHA - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	PLASTILIT	200,000	0,0000	9,9400	1.988,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plastilit	200,000	0,0000	9,9500	1.990,00	Perdeu	2
Item.....: 282	- 311045764 - TUBO SOLDÁVEL 25MM (ÁGUA), BARRA COM 06 METROS - 1ª LINHA - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP	PLASTILIT	200,000	0,0000	14,7000	2.940,00	Venceu	1 *****
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plastilit	200,000	0,0000	14,7000	2.940,00	Perdeu	2
Item.....: 283	- 311045765 - UNIÃO 3/4 INTERNA PARA MANGUEIRA PRETA - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Akato	50,000	0,0000	0,7000	35,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 284	- 13289 - VALVULA LAVATORIO METAL COM LADRÃO 7/8 - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Bogmar	20,000	0,0000	15,9000	318,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 285	- 13290 - VALVULA LAVATORIO METAL SEM LADRÃO 7/8 - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Bogmar	20,000	0,0000	16,9000	338,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 58/59

447.031,05

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 286	- 27147 - VALVULA PARA CAIXA DESCARGA ACOPLADA (MECANISMO UNIVERSAL) - Unidade: UN							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 287	- 48332 - VALVULA PARA GAS C/ MANGUEIRA E REGULADOR AÇOIFERRO - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Aliança	10,000	0,0000	35,5000	355,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 288	- 311045349 - VASSOURA DE PIACAVA 40 CM COM CABO (TIPO GARI) - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Plata	10,000	0,0000	16,9000	169,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 289	- 111040907 - VEDANTE PARA ARGAMASSA 3,50 LT - Unidade: LAT							
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 290	- 311045354 - VERNIZ LATA 3,6 LTS DIVERSAS CORES - Unidade: UN							
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Tinsul	50,000	0,0000	79,0000	3.950,00	Venceu	1 ****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 59/59

Processo / Ano: 3/2016

Licitação.....: 3/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DIVERSOS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 447.031,05

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 291	- 27207	- VIGOTE DE PINUS 2x 4 x4,00 m - Unidade: ML						
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME	Zandonia	100,000	0,0000	11,6900	1.169,00	Venceu	1 *****
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 292	- 111045766	- CUMEEIRA TIPO ESPIGÃO PLANA 15% ABA 30CM 1,10 X 6MM - Unidade: UN						
16351	CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16442	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas, Em/...../.....

Paulo Cesar Safanelli - Pregoeiro(a)

Roberta Josiane Schafaschek - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO

Claudio Henrique Mathias - EQUIPE DE APOIO

Marciano Fernandes Correa - EQUIPE DE APOIO

Douglas Antonio Conceição - 28.754/SC

Vanessa Langer - CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 09/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 14/2016		Processo Administrativo: 9/2016 - PR		Total dos Itens Vencedores: 3.016.303,00				
Licitação.....: 9/2016 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, MEIO FIO E BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL, PAVER E PISO PODOTÁCTIL DE CONCRETO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 2649 - MEIO FIO DE CONCRETO, COM A FACE SUPERIOR VOLTADA PARA A RUA - Unidade: M								
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	20.000,000	0,0000	19,0500	381.000,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	20.000,000	0,0000	19,1000	382.000,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		20.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 15019 - BLOCO DE CONCRETO 14x19x39CM - 6,0 MPA (Conforme ABNT NBR 61 - Unidade: UN								
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	5.000,000	0,0000	3,0400	15.200,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 15020 - BLOCO DE CONCRETO 14x19x19CM - 6,0 MPA (Conforme ABNT NBR 61 - Unidade: UN								
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1.000,000	0,0000	1,9900	1.990,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO		1.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		1.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 311045475 - PAVER COM 6CM DE ESPESSURA,35 MPA, COR CINZA, VIBROPRENSADO - Unidade: M2								
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	10.000,000	0,0000	32,9500	329.500,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	10.000,000	0,0000	32,9800	329.800,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 5 - 311045476 - PAVER COM 8CM DE ESPESSURA 35 MPA, COR CINZA, VIBROPRENSADO - Unidade: M2								
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF.DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1.000,000	0,0000	39,7500	39.750,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1.000,000	0,0000	39,7700	39.770,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 2/7

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

3.016.303,00

Processo Administrativo:

14/2016

Processo / Ano:

9/2016 - PR

Licitação.....:

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, MEIO FIO E BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL, PAVER E PISO PODOTÁCTIL DE CONCRETO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 5	- 311045476	- PAVER COM 8CM DE ESPESSURA 35 MPA, COR CINZA, VIBROPRENSADO - Unidade: M2						
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		1.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 6	- 311045477	- PISO PODOTÁCTIL DE CONCRETO VERMELHO 10X20 CM 6CM - Unidade: M2						
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1.000,000	0,0000	61,1000	61.100,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1.000,000	0,0000	61,1100	61.110,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		1.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 7	- 311045478	- PISO PODOTÁCTIL DE CONCRETO VERMELHO 10X20 CM 10CM - Unidade: M2						
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	200,000	0,0000	75,6500	15.130,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	200,000	0,0000	75,6600	15.132,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 8	- 311045479	- PISO PODOTÁCTIL DE CONCRETO VERMELHO 10X20CM 8CM - Unidade: M2						
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	200,000	0,0000	67,8500	13.570,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	200,000	0,0000	67,9000	13.580,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 9	- 23248	- TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO, (600 MM), - Unidade: UN						
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	QUALITUBOS	500,000	0,0000	76,0000	38.000,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	500,000	0,0000	76,4000	38.200,00	Perdeu	2
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	500,000	0,0000	86,9000	43.450,00	Perdeu	3

Página: 3/7

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

3.016.303,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 14/2016

Licitação.....: 9/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, MEIO FIO E BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL, PAVER E PISO PODOTÁCTIL DE CONCRETO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 10 - 311042639 - TUBO CIRCULAR DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS 600 MM - Unidade: UN								
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1.000,000	0,0000	54,9500	54.950,00	Venceu	1 *****
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1.000,000	0,0000	55,0000	55.000,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	QUALITUBOS	1.000,000	0,0000	55,3000	55.300,00	Perdeu	3
Item.....: 11 - 23244 - TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO, (400 MM). - Unidade: UN								
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	500,000	0,0000	42,5000	21.250,00	Venceu	1 *****
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	QUALITUBOS	500,000	0,0000	42,7000	21.350,00	Perdeu	2
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	500,000	0,0000	49,9000	24.950,00	Perdeu	3
Item.....: 12 - 23298 - TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO DIAMETRO 500 MM - Unidade: UN								
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	500,000	0,0000	61,0000	30.500,00	Venceu	1 *****
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	QUALITUBOS	500,000	0,0000	62,0000	31.000,00	Perdeu	2
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	500,000	0,0000	75,0000	37.500,00	Perdeu	3
Item.....: 13 - 23243 - TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO, (300 MM) - Unidade: UN								
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	200,000	0,0000	32,5000	6.500,00	Venceu	1 *****
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	QUALITUBOS	200,000	0,0000	32,6500	6.530,00	Perdeu	2
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	200,000	0,0000	39,9000	7.980,00	Perdeu	3
Item.....: 14 - 23250 - TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO, (800 MM). - Unidade: UN								
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	500,000	0,0000	122,4000	61.200,00	Venceu	1 *****
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda	QUALITUBOS	500,000	0,0000	122,5000	61.250,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 4/7

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 14/2016 Processo Administrativo: 3.016.303,00

Licitação.....: 9/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, MEIO FIO E BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL, PAVER E PISO PODOTÁCTIL DE CONCRETO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 14	- 23250	- TUBO CIRCULAR DE CONCRETO ARMADO, (800 MM), - Unidade: UN						
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	500,000	0,0000	144,4000	72.200,00	Perdeu	3
Item.....: 15	- 311045488	- PALANQUE ALAMBRADO 3M - Unidade: UN						
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	50,000	0,0000	39,0000	1.950,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	50,000	0,0000	39,2000	1.960,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 16	- 311045566	- PALANQUE ALAMBRADO RETO 10X10 2.5M - Unidade: UN						
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	50,000	0,0000	28,0000	1.400,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	50,000	0,0000	28,1000	1.405,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 17	- 311045503	- TELA PARA CERCA GALVANIZADA, MALHA 5 FIO 14 - Unidade: M2						
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	200,000	0,0000	14,0000	2.800,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 18	- 311045578	- TELA PARA CERCA, GALVANIZADA, MALHA 5 FIO 16 - Unidade: M2						
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	200,000	0,0000	9,6300	1.926,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 5/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 14/2016		Processo Administrativo:		3.016.303,00				
Licitação.....: 9/2016 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, MEIO FIO E BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL, PAVER E PISO PODOTÁCTIL DE CONCRETO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 19 - 311045569 - PAVER COLORIDO 20X10X6CM 35MPA VIBROPRESSADO (Conforme ABNT - Unidade: M2								
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	1.000,000	0,0000	62,2000	62.200,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	1.000,000	0,0000	62,7200	62.720,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		1.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 20 - 311045570 - BLOCO INTERTRAVADO PAVER DE CONCRETO TIPO S ESP 8CM - 35MPA - Unidade: M2								
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	10.000,000	0,0000	40,3500	403.500,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	10.000,000	0,0000	40,4000	404.000,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 21 - 311045571 - BLOCO INTERTRAVADO PAVER DE CONCRETO TIPO S ESP. 10CM - Unidade: M2								
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	10.000,000	0,0000	56,9000	569.000,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	10.000,000	0,0000	56,9400	569.400,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 22 - 16951 - LAJOTA SEXTAVADA EM CONCRETO, 30 X 30 X 8 CM - Unidade: M2								
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	10.000,000	0,0000	38,4000	384.000,00	Venceu	1 *****
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	10.000,000	0,0000	38,5000	385.000,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		10.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 23 - 311043359 - LAJOTA SEXTAVADA EM CONCRETO 30 X 30 X 10 CM - Unidade: M2								
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	10.000,000	0,0000	47,8500	478.500,00	Venceu	1 *****
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	10.000,000	0,0000	47,9000	479.000,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/7

Processo / Ano: 14/2016 Processo Administrativo: 3.016.303,00

Licitação.....: 9/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, MEIO FIO E BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL, PAVER E PISO PODOTÁCTIL DE CONCRETO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 23	- 311043359	- LAJOTA SEXTAVADA EM CONCRETO 30 X 30 X 10 CM - Unidade: M2						
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		10,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 24	- 311045574	- FOSSA SÉPTICA DE CONCRETO (1,50X1,50)M COM TAMPA DE CONCRETO - Unidade: UN						
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	10,000	0,0000	1,201,7000	12,017,00	Cancelado	0
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	10,000	0,0000	1,220,0000	12,200,00	Classificado	0
Item.....: 25	- 311045575	- CAIXA DE GORDURA DE PVC COM CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 32 LIT - Unidade: UN						
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	50,000	0,0000	280,0000	14,000,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 26	- 311045580	- TAMPA DE CONCRETO ARMADO ESP. DE 5CM COM 80X80CM - Unidade: UN						
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	ARTECIM	100,000	0,0000	73,8700	7,387,00	Venceu	1 *****
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	100,000	0,0000	75,0000	7,500,00	Perdeu	2
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 27	- 311045581	- GRELHA METÁLICA 60X40CM EM BARRA RETANGULAR DE FERRO 2"X1/2" - Unidade: UN						
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME	CIMENTELA	50,000	0,0000	400,0000	20,000,00	Venceu	1 *****
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/7

Processo / Ano: 14/2016 Processo Administrativo: 3.016.303,00

Licitação.....: 9/2016 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, SIMPLES E ARMADO, DE VÁRIOS DIÂMETROS, MEIO FIO E BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL, PAVER E PISO PODOTÁCTIL DE CONCRETO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 27	- 311045581 - GRELHA METÁLICA 60X40CM EM BARRA RETANGULAR DE FERRO 2"X1/2"	- Unidade: UN						
16199	Qualitubos Artefatos de Ciemnto Ltda		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

CONVÊNIO FMS Nº 001/2016

CONVÊNIO (FMS) Nº 001 DE 10 DE JANEIRO DE 2016

CONVENIENTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONVENIADO: REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE CAPINZAL (RFCC)

OBJETO: Estabelecimento de um sistema de cooperação técnico-financeiro, entre o Município e a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Capinzal, para o desenvolvimento de Programas na Área de Saúde e realização de exames preventivos do câncer.

LEGISLAÇÃO AUTORIZATIVA: Lei Municipal nº 2.297/2001 de 22 de agosto de 2001.

VIGÊNCIA: 10/01/2018.

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0004/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0003/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0004/2016

Pregão Presencial Nº 0003/2016

OBJETO: Contratação de profissionais para prestação de serviços nas Áreas Médicas, para a Unidade de Saúde Central.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09:05 horas do dia 08/03/2016, para abertura da Seção às 09:05 horas do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 25 de fevereiro de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0042/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0029/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0042/2016

Pregão Presencial Nº 0029/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de sementes de Aveia Preta Fiscalizada para distribuição de forma subsidiada aos produtores de leite do Município de Capinzal/SC, conforme Capítulo V - Incentivo a Implantação e Melhoria de Pastagens para a produção de leite, da Lei nº 3.128 do Programa "Viva Bem Capinzal no Campo". Com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 09/03/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 25 de fevereiro de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

Catanduvás

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.137 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 2.137, de 22 de fevereiro de 2016.

"HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO REGIDO PELO EDITAL Nº 002/2016"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do processo seletivo lançado pelo Edital nº002/2016, destinado à contratação por necessidade temporária e de excepcional interesse público, para preenchimento de vagas que surgirem durante o ano de 2016, conforme anexo único.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás(SC), 22 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Davi Pecinato

Resp. Secretaria de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data.

ANEXO ÚNICO

Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC

Editais de Processo Seletivo 002/2016 - Resultado Final

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1. Habilitados

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
222218	ANA PAULA FERNANDES	023.168.499-11	6,40	5,00	5,98	1
222288	CLEONICE APARECIDA GERVÁSIO	023.984.289-82	6,40	5,00	5,98	2
222282	MARIA IZABEL HACK DE ANDRADE ARAUJO	054.706.119-65	6,80	4,00	5,96	3
221995	LIAMARA TONIELO	073.749.589-86	7,20	2,50	5,79	4
222041	ELIZABET PARISOTTO	004.995.619-10	6,00	5,00	5,70	5
222177	ELIANE MARIA DE SA	023.489.049-50	6,00	5,00	5,70	6
222223	MARCIA PASQUALLI	038.940.249-41	6,40	4,00	5,68	7
221989	VANUSA FOCESATTO ZIMERMANN	933.373.619-00	6,40	4,00	5,68	8
221952	MARILIA PAGANINI	032.991.369-76	6,40	4,00	5,68	9
222019	MARILU SALETE GABRIELLI ZAMPIERON	800.111.529-15	6,40	4,00	5,68	10
221847	MAIARA CRISTINA TISATTO	077.850.649-54	6,40	4,00	5,68	11
222180	MÔNICA SIMIONE GABRIELLI BRESSANELLI	049.848.989-25	6,40	4,00	5,68	12
222257	JENNIFER APARECIDA AMALCABURIO	074.639.159-56	6,00	4,00	5,40	13
222296	JUSSARA ALVES DA SILVA	021.117.249-98	5,20	5,00	5,14	14
222125	ALINE DA SILVA ROZA	065.300.029-44	5,20	5,00	5,14	15
222246	DALCIRA ARTIFON LAUBER	832.067.019-53	5,60	4,00	5,12	16
221826	TAIANE GOMES DE ALMEIDA	058.571.779-60	5,60	4,00	5,12	17
2212121	ROSÂNGELA APARECIDA DE LIMA PAGANINI	039.073.809-32	6,00	2,50	4,95	18
222358	VANUSA CZELUSNICKI PEGORARO	007.284.889-81	6,40	1,50	4,93	19
222186	VANESSA BRANCO DE CAMARGO DO VALE	050.402.329-26	5,20	4,00	4,84	20
222001	PATRÍCIA DOS SANTOS PICININI	041.814.009-05	5,20	4,00	4,84	21

221893	EDIMARA RIGO	054.275.779-63	4,80	4,00	4,56	22
221955	FRANCIELY AMARO FERREIRA	093.378.409-01	4,80	4,00	4,56	23
221840	ANGELA APARECIDA DOS SANTOS CAMARGO	005.971.319-45	4,80	4,00	4,56	24
222221	SARA CARDOSO FEYH	563.515.429-87	5,20	2,50	4,39	25
222236	TEREZINHA ADELAIDE CHINATO BAZZI	845.789.809-44	5,20	2,50	4,39	26
222256	DANIELA AMALCABURIO VARISA	039.004.039-88	5,60	1,50	4,37	27
221961	KAROLINE LOPES SACCHET	032.767.189-01	5,20	1,50	4,09	28
222170	SUZANA NEIS FERRARI	086.112.669-60	5,20	1,50	4,09	29
222322	TÂNIA MARIA NUNES ÁVILA	897.857.629-04	4,40	2,50	3,83	30
221836	TATIANE FERREIRA DA CRUZ RIBEIRO DE FREITAS	082.346.819-40	4,80	1,50	3,81	31
222371	LORENI SALETE PEREIRA MECABÔ	693.436.839-87	4,80	1,50	3,81	32
222060	LIRA HECKLER	437.446.309-78	4,40	1,50	3,53	33

2. Não Habilitados

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
221823	TAMARA CRISTINA CASTANHA DETOFENO	081.456.029-63	7,20	0,00	5,04	1
221883	DEBORA ANDREA LEAL DOS SANTOS	086.104.919-51	5,60	0,00	3,92	2
222166	CARLA CRISTINA BAZZO	097.130.719-99	5,20	0,00	3,64	3

3. Não entregaram documentos

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
222138	NÁYADA ZUCCHETTI BONGIOVANI	078.611.409-62	7,20	0,00	5,04	1
222377	CAROLINI DE LIMA FERNANDES	070.252.829-36	7,20	0,00	5,04	2
222411	RAQUIELI MORES	082.978.909-02	7,20	0,00	5,04	3
222266	ADRIANA PAULA LOUZADA	074.372.329-52	6,40	0,00	4,48	4
222273	LEONILCE ALVES PRADO	985.895.639-87	6,00	0,00	4,20	5
222225	GIOVANA ARAUJO DE OLIVEIRA	286.129.158-30	6,00	0,00	4,20	6
222209	DEBORA MARINA DOS SANTOS	075.856.359-07	5,60	0,00	3,92	7
222214	JAINÉ BIASUS	084.216.289-50	5,60	0,00	3,92	8
221945	ELIANE APARECIDA CARDOSO	066.377.709-73	5,20	0,00	3,64	9
222281	ANAÍ TAVARES CARDOZO	034.906.899-25	4,80	0,00	3,36	10

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

1. Habilitados

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
222101	MARIA HELENA MACEDO KNEBEL	933.594.209-00	8,00	2,50	6,35	1
222107	JULIANA BITTENCOURT FERREIRA DE QUEIROZ	059.359.339-18	6,80	5,00	6,26	2
221871	ALESSANDRA FISCHER	028.692.639-37	7,20	4,00	6,24	3
222299	ALEXANDRA VIEIRA DOS SANTOS	032.554.359-35	6,40	5,00	5,98	4
221909	ALINE NERIS DA CRUZ	043.258.829-95	6,80	4,00	5,96	5
221927	DILVETE LUVISON TONIELLO	789.302.439-91	6,80	4,00	5,96	6
221964	ELIS REGINA BERNARDI	005.970.859-00	6,80	4,00	5,96	7
222140	DANIELA GARBIN	022.667.719-22	6,00	5,00	5,70	8
221879	ALINE DUPCZAK PEREIRA	065.530.929-23	6,40	4,00	5,68	9
222275	LUCIANA DEPINE	029.581.169-21	7,60	1,00	5,62	10
222293	CARLA REGINA DAS NEVES MENEGAT	037.837.679-97	7,20	1,50	5,49	11
222007	CELSON LUIZ ALBERTI JUNIOR	071.698.899-27	7,20	1,50	5,49	12

221956	ABEGAIR ADELINA CHINATO BIASI	006.061.849-37	5,60	5,00	5,42	13
222291	LUCELIA APARECIDA GABRIELLI	537.992.839-00	5,60	5,00	5,42	14
222150	LENIR TEREZINHA BEGNINI	026.084.939-12	5,20	5,00	5,14	15
221977	VALDEMIR BOGONI	035.616.999-52	5,60	4,00	5,12	16
221926	ELIANE BORGES	018.602.229-86	6,00	2,50	4,95	17
222076	JULIANE BRESSANELLI GARCIA	023.175.239-39	6,00	2,50	4,95	18
222212	JANETE TACIANA DE MARQUIAS	019.648.949-05	6,00	2,50	4,95	19
222000	SOELI TEREZINHA BEBER DALACOSTA	981.826.339-15	6,40	1,50	4,93	20
222062	MARGARETE PETTER DUTRA	024.003.189-05	5,20	4,00	4,84	21
222185	ELIZABETE APARECIDA FARIAS GABRIELI	854.243.239-87	5,20	4,00	4,84	22
221942	LUIZA PEREIRA DUARTE	071.114.299-82	6,00	1,50	4,65	23
222210	SOILI GROSS FELIPPE	983.418.479-49	4,00	5,00	4,30	24
222302	IVONE TEREZINHA CHINATO MASSON	034.196.279-12	5,60	1,00	4,22	25
222004	ELIANE HETKOWSKI	942.143.609-15	3,60	5,00	4,02	26
222232	MARLI BOBELLA	552.200.539-49	5,20	1,00	3,94	27
221882	MARTA APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA	037.179.609-11	3,60	4,00	3,72	28
221842	MIRIAN SEVERINA SOUZA MARQUES	092.428.769-17	4,40	1,50	3,53	29

2. Não entregou documentos

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
222228	LUCIANE TEREZINHA VIEIRA	005.538.819-14	6,00	0,00	4,20	1

DECRETO Nº 2.138 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 2.138, de 24 de fevereiro de 2016.

“ALTERA O DECRETO Nº 2.130, DE 22 DE JANEIRO DE 2016, QUE NOMEOU MEMBROS DA COMISSÃO PARA SUPERVISIONAR CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, do Decreto nº 2.130, de 22 de janeiro de 2016, que passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º [...]

- I – ALDA MARMENTINI NORA - presidente;
- II – ELIA APARECIDA BRANCO DE CAMARGO – secretária;
- III – JANICE MAKOWSKI SPASSINE - membro;
- IV – GENICE TEREZINHA RODRIGUES - membro;
- V – MICHEL CRISTOFFER FAVERO – membro;
- VI – ROSA MARIA DOS SANTOS BRITO – membro; e
- VII – MARTA ANGELA BORELLA MENEGAT – membro.

[...]

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 2.130, de 22 de janeiro de 2016, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 24 de fevereiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita

Registrado e publicado nesta data.

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0003/2016

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0003/2016

PREGÃO Nº 0001/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2016).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: POSTO CARRETÃO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis, lubrificantes e filtros para os veículos da Frota do município de Catanduvas, visando a manutenção da frota e eficaz desenvolvimento das atividades.

VALOR: R\$ 19.880,00 (dezenove mil oitocentos e oitenta reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 9/2016 – Manutenção da Secretaria de Saúde – (25.01.2.091.3.3.90.00.00.00.00).

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvas – SC, 19 de janeiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0027/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0027/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0003/2015 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0064/2015).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

CONTRATADA: KAROLINY PEREIRA OBRAS - ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 08 de outubro de 2015, alterando-o conforme segue:

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA - Aditar ao Contrato Original a importância de R\$ 11.057,64 (onze mil cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), referentes a serviços de pintura (TINTA ACRÍLICA SEMI-BRILHO INTERNA E EXTERNA – SOBRE REBOCO – 2 DEMÃOS).

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor total do contrato passa a ser de R\$ 55.288,33 (cinquenta e cinco mil duzentos e oitenta e oito reais e trinta e três centavos), perfazendo um total de 24,99% (vinte e quatro vírgula noventa e nove por cento) de acréscimo à quantidade inicialmente pactuada.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso I, “a”, do art. 65, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 05 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Claudia Vieira

Caxambu do Sul

PREFEITURA

LEI 1375/2016

LEI Nº 1.375/2016

"DISPÕE SOBRE INSERÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO RECURSO NA LDO E LOA DO EXERCÍCIO DE 2016 E AUTORIZA RE-MANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER, a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à inclusão da Modalidade de Aplicação de Recursos 3.3.93.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, do exercício de 2016, aprovada pela Lei Municipal nº 1.349/2015, de 29 de maio de 2015, na Ação nº 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal.

Art. 2º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à inclusão da Modalidade de Aplicação de Recursos 3.3.93.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe na Lei Orçamentária Anual – LOA, do exercício de 2016, aprovada pela Lei Municipal nº 1.372/2015, de 21 de dezembro de 2015, na Ação nº 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal.

Art. 3º. - Resta autorizado o Executivo Municipal a proceder suplementação de Dotação no Orçamento Geral do Município de 2016, no valor de R\$ 2.808,00 (Dois mil, oitocentos e oito reais), na seguinte Dotação Orçamentária:

Entidade: 02 – CÂMARA MUNICIPAL

Órgão: 01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unid. Orçamentária: 01.01 – Câmara Municipal de Vereadores

Função: 01 – Legislativa

Subfunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Atividade: 2001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
Modalidade/Recurso: 3.3.93.00.00.00.00.00 0.1.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe / Recursos Ordinários

Valor:R\$ 2.808,00 (Dois mil, oitocentos e oito reais)

Art. 4º. - Como contrapartida das suplementações de que trata o art. 3º da presente Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação de dotação orçamentária conforme segue:

Órgão: 01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unid. Orçamentária: 01.01 – Câmara Municipal de Vereadores

Função: 01 – Legislativa

Subfunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Atividade: 2001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00 – Aplicação Direta / Recursos Ordinários

Valor:R\$ 2.808,00 (Dois mil, oitocentos e oito reais)

Art. 5º. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 24 de fevereiro de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

LEI 1376/2016

LEI Nº. 1.376/2016

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2016 DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.363,86 (Um mil, trezentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos), distribuídos nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Entidade: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 006 – EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.014 – Manutenção Geral do Ensino Fundamental

Modalidade/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.18 Aplicações Diretas/ Transferências do Fundeb – 60%

Valor: 1.363,86 (Um mil, trezentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos)

Art. 2º - Para fazer frente às suplementações de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro verificado no Exercício de 2015, na Fonte de Recursos do FUNDEB.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 24 de Fevereiro de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 27/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 27/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 08 de março de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para a aquisição de materiais de uso, consumo e descartáveis para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 25 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 72/16

DECRETO SAF/Nº. 72/16, de 18 de fevereiro de 2016.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DO QUADRO DE PESSOAL NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL – ESF – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 60, de 15 de julho de 2015, e CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 002/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/Nº 51/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público do Quadro de Pessoal no Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul – E.S.F – Estratégia Saúde da Família, realizado de acordo com o Edital nº 002/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- h) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato á posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

CIRURGIÃO DENTISTA

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	235553	Sergio Henrique Moreira Franco

MÉDICO CLÍNICO GERAL

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	255842	Rodrigo Jacques Zarpellon
2	263884	Schaiane Neotti Citadin
3	262003	Iron Pedro Giacomelli

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	236091	Pamela Da Rosa Graciano

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	264510	Simone Da Silva
2	237282	Jussamara Franciele Michelin
3	242922	Cateri Barbosa Amaral

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016 – PMC

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de consumo e contratação de empresas especializadas para prestação de serviço de limpeza geral e sonorização (com apresentação musical em ritmos variados), visando à realização do Encontro Municipal de Mulheres, que ocorrerá no dia 04 de maio de 2016, no Centro de Eventos, com base na Lei Municipal nº 2.752 de 13 de dezembro de 1993, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço por lote.

Recebimento das propostas: até às 10h00min do dia 18/03/2016.

Abertura: dia 18/03/2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 24 de fevereiro de 2016.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento
Social, Cidadania e Habitação

2ª ERRATA-FMEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FMEC

ERRATA

A Fundação Municipal de Esportes – FMEC, torna pública a correção do Convênio nº 18/2015, passando a vigorar da seguinte forma: onde consta: "O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONVÊNIO É ATÉ 31/05/2015", leia-se: "O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONVÊNIO É ATÉ 31/12/2015".

Concórdia, SC, 24 de fevereiro de 2016.

VILMAR ANTONIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 21/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016 – PMC
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de massa asfáltica usinada a quente com aplicação a frio durante o exercício de 2016, para reparação de diversas ruas deste Município conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 14/03/2016.

Abertura: dia 15/03/2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 23 de fevereiro de 2016.

MAURI MARAN

Secretária Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 01/2016 – FMAS

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 01/2016 – FMAS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a ASSOCIAÇÃO RECANTO DO IDOSO DE CONCÓRDIA - ARIC, inscrita no CNPJ sob nº 06.540.506/0001-70, representada pelo seu Presidente, senhor NELSO BONISSONI.

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destinado à realização do serviço acolhimento institucional para pessoas idosas.

VALOR: R\$ 15.360,00 (quinze mil trezentos e sessenta reais) por mês referente ao atendimento de 8 idosos, atingindo o valor de R\$ 153.600,00 (cento e cinquenta e três mil e seiscentos reais) ano.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

Cordilheira Alta

PREFEITURA

ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO- PROCESSO LIC. 16/2016

ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

Referência: Processo Licitatório nº 16/2016

Pregão Presencial nº 02/2016

Objeto: Aquisição de peças e contratação de serviços de mão de obra para conserto da motoniveladora 12G, ano 1985.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta/SC, no uso de sua competência e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como:

Considerando a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios tramitantes em sua instância, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93;

Considerando a recomendação emitida pela Pregoeira Oficial, que, dentre outras ponderações, tende à anulação do certame e de todos os seus atos;

DECIDE:
ANULAR o procedimento licitatório referente ao Pregão Presencial nº 02/2016, determinando ao órgão solicitante que reapresente o Termo de Referência e as Justificativas de Preço e de Contratação.

Com fulcro no art. 49, § 3º da Lei 8.666/93, cientifiquem os licitantes do teor do presente despacho para que possam exercer a ampla defesa e o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, caso assim desejarem.

Publique-se e, ao fim, archive-se.

Cordilheira Alta, SC, 23 de fevereiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Nº 05/2016

Objeto: CONCERTO DO VEÍCULO VW GOL PLACA MBQ- 8174

Tipo: Menor Preço Global

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 08/03/2016

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 08/03/2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 24 de FEVEREIRO de 2016

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 12 E 13/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2016

Contratado: REUNIDAS TURISMO S.A.

Objeto: Aquisição de passagens para transporte coletivo regular intermunicipal de passageiros, através de linhas regulares e autorizadas pelo poder concedente competente, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do município de Coronel Freitas, conforme trajetos identificados: Florianópolis, Caçador, Joinville, Joaçaba e Xanxerê.

Valor: Chapecó à Florianópolis R\$ 178,04; Florianópolis à Chapecó R\$ 179,99; Chapecó à Joinville R\$ 165,48; Joinville à Chapecó R\$ 166,43; Chapecó à Joaçaba R\$ 51,93; Joaçaba à Chapecó R\$ 51,18; Chapecó à Xanxerê R\$ 14,67; Xanxerê à Chapecó R\$ 13,66; Chapecó à Caçador R\$ 79,37; Caçador à Chapecó R\$ 78,34.

Vigência: 31/12/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2016

Contratado: SAMI CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Contratação de empresa por empreitada global para construção de creche Proinfância tipo 2 termo de compromisso PAC 2 10838/2014, processo nº234000078522014-24, conforme projetos, memorial descritivo, orçamentos e cronograma global em anexo.

Valor: R\$ 1.171.130,96 (um milhão cento e setenta e um mil cento e trinta reais e noventa e seis centavos).

Vigência: 31/12/2016

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 028 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 028 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE
SERVIDORA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina,
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do
artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando o resultado final de classificação por cargo relativo
ao edital de processo seletivo 001/2015;
Considerando o gozo de licença prêmio da servidora Sr.^a Claudete
Conte, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora -
Área III, pelo período de 22/02/2016 a 18/10/2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente através do edital de pro-
cesso seletivo 001/2015, a servidora abaixo relacionada, iniciando
as atividades em 22/02/2016 até 18/10/2016, conforme especifi-
cado no quadro a seguir:

SERVIDOR	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA
NEREDIANA BIAZIN	PROFESSORA ÁREA II – SERIES/ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	40hrs

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,
em 22 de fevereiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO CMAS Nº 001/2016.

Resolução CMAS Nº 001/2016.

Dispõe sobre aprovação do Processo de Prestação de Contas do
Serviço de Proteção Social Básica – Custeio, pelo Conselho Muni-
cipal – CMAS.

Considerando a responsabilidade do CMAS no processo de fiscali-
zação da aplicação dos recursos oriundos do governo Estadual no
repasso fundo a fundo;

Considerando que o controle social é uma forma democrática de
atuação na gestão da política de Assistência Social;

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social do Município
de Coronel Martins – SC, em reunião realizada no dia 22/02/2016,
no uso de sua competência,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado a Prestação de Contas referente ao recurso
do Serviço de Proteção Social Básica- Custeio, do ano de 2015,
com reprogramação do saldo do exercício de 2015, para execução
no exercício de 2016, pelo Conselho Municipal – CMAS, conforme

informações apresentadas ao CMAS em plenária.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,
revogando-se as disposições em contrário.

Coronel Martins, 22 de Fevereiro de 2016.

Juraci Pinheiro Anacleto

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 002/2016.

Resolução CMAS Nº 002/2016.

Dispõe sobre aprovação do Processo de Prestação de Contas do
Serviço de Proteção Social Básica – Investimento, pelo Conselho
Municipal – CMAS.

Considerando a responsabilidade do CMAS no processo de fiscali-
zação da aplicação dos recursos oriundos do governo Estadual no
repasso fundo a fundo;

Considerando que o controle social é uma forma democrática de
atuação na gestão da política de Assistência Social;

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social do Município
de Coronel Martins – SC, em reunião realizada no dia 22/02/2016,
no uso de sua competência,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado a Prestação de Contas referente ao recur-
so do Serviço de Proteção Social Básica- Investimento, do ano de
2015, com reprogramação do saldo do exercício de 2015, para
execução no exercício de 2016, pelo Conselho Municipal – CMAS,
conforme informações apresentadas ao CMAS em plenária.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,
revogando-se as disposições em contrário.

Coronel Martins, 22 de Fevereiro de 2016.

Juraci Pinheiro Anacleto

Presidente do CMAS

Correia Pinto

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO 05/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N. 05/2016

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 24, IV da Lei 8.666/93, declara a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO. O valor total anual será de 9.700,32 (nove mil e setecentos reais, e trinta e dois centavos), distribuídos em parcelas mensais. A contratada é Teresa Alves da Silva, CPF: 004.809.479-02. A presente declaração encontra-se justificada conforme parecer jurídico e processo de Dispensa de Licitação.

Correia Pinto, 24 de fevereiro de 2016.

MARCOS FABIANO BEFFART

Prefeito Municipal e.e.

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 05/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 05/2016 – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Srª:

TEREZA ALVES DA SILVA

CPF: 004.809.479-02

Contrato nº 0148/2016 PMCP

Valor total anual: 9.700,32 (nove mil e setecentos reais, e trinta e dois centavos)

Parcelas: 10 de 970,03

Vigência: 24/02/2016 à 31/12/2016

Correia Pinto/SC 24 de fevereiro de 2016

Marcos Fabiano Beffart

Prefeito Municipal e.e.

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1014/16

DECRETO Nº 1014/16

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA CONVENCIONAL E DE MEIO ELETRÔNICO NOS PROCEDIMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, por sua Administração Direta e Indireta, autorizado a utilizar além dos sistemas convencionais o meio eletrônico para a movimentação financeira a seu cargo junto ao Banco do Brasil S/A – Agência 2011-7 e a Caixa Econômica Federal – Agência 1782-7.

Art. 2º - Para atendimento ao previsto no art. anterior, fica designado:

· LUIZ CARLOS TAMANINI – Prefeito Municipal;

· FERNANDO GEAN LUNELLI – Secretário Municipal de Administração e Fazenda, portador do RG nº 3.551.650 e CPF nº004.211.819-07, com Endereço na Estrada Abílio Lunelli, s/nº, bairro Itapocu, neste Município.

Art. 3º - A movimentação financeira, para os fins deste decreto, abrange todas as movimentações bancárias necessárias à realização da despesa e receita públicas, assinatura para abertura de conta bancária, emissão de talonário de cheques, endossos, transferência de recursos, transmissão e recepção de arquivos eletrônicos, via provedor, disponibilizado por instituições bancárias oficiais e via Internet.

Art. 4º - As transações serão realizadas pelos agentes públicos responsáveis pela movimentação dos recursos públicos, de acordo com as respectivas competências e atribuições, por meio suas assinaturas ou da senha eletrônica, aos quais compete preservar o respectivo sigilo, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. A senha eletrônica equipara-se, para os efeitos deste decreto, à assinatura de próprio punho do agente público.

Art. 5º - Deverão ser realizados contratos específicos com o Banco do Brasil, instituição bancária oficial, detentora das contas por meio das quais são movimentados os recursos públicos, regulando-se, de forma detalhada, a operacionalização do sistema eletrônico, inclusive os poderes inerentes a cada senha.

Art. 6º - As mensagens que trafegarem entre os sistemas eletrônicos dos bancos oficiais e da Administração Pública deverão ser criptografadas e protegidas por outra forma que garanta a segurança dos dados.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto nº 588/13.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 19 de fevereiro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de fraldas descartáveis para distribuição gratuita aos usuários cadastrados junto a Secretaria Municipal de Saúde. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 09/03/2016, às 14:00h, e início da sessão do Pregão no dia 09/03/2016, às 14h30 no auditório da Prefeitura Municipal de Curitibanos. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitibanos, 24 de fevereiro de 2016.

Altamir Carvalho Goetten
Secretário Mun. Saúde

Gabriela Q. Almeida Martarello
Pregoeira

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de passagens de serviços de transporte coletivo regular intermunicipal e interestadual, para atender a pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do município de Curitibanos.. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 09/03/2016, às 09:00h, e início da sessão do Pregão no dia 09/03/2016, às 09h30 no auditório da Prefeitura Municipal de Curitibanos. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitibanos, 24 de fevereiro de 2016.

Altamir Carvalho Goetten
Secretário Mun. Saúde

Gabriela Q. Almeida Martarello
Pregoeira

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº20/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº20/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Contratação de seguro total e seguro RCO/APP de transporte de passageiros para os veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo Municipal de Saúde, durante o período de 10/03/2016 até 10/03/2017 conforme anexo II deste Edital. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 08/03/2016, às 09:00h, e início da sessão do Pregão no dia 08/03/2016, às 09h30 no auditório da Prefeitura Municipal de Curitibanos. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitibanos, 24 de fevereiro de 2016.

Altamir Carvalho Goetten
Secretário Mun. Saúde

Gabriela Q. Almeida Martarello
Pregoeira

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 006/2016.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde..
Contratado: Neylor Francisco Santin –ME.
Objeto: Aquisição de próteses para o Fundo Municipal de Saúde.
Valor R\$ 44.400,00 - Vigência: 22/01/16 à 31/12/2016.
Dionísio Cerqueira -- 22/02/2016
João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 010/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal.
Contratado: Josema Empreiteira de Mao de Obra Ltda.
Objeto: Contratação de empresa para construção de muro de contenção e trabalhos em terra para alicerce de quadra poliesportiva (29x16) m, na Escola Municipal Jacob Maran. – Valor R\$ 55.720,50
Origem TP 015-2016 PMDC - Vigência: 23/02/16 à 30/06/2016.
Dionísio Cerqueira - 23/02/2016
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 011/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal.
Contratado: Chiele Engenharia Ltda-ME.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia civil para acompanhamento e fiscalização de obras do plano de ações articuladas da Educação. – Valor R\$ 18.300,00 Origem TP 016-2016 PMDC - Vigência: 23/02/16 à 22/12/2016. Dionísio Cerqueira -- 23/02/2016
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 012/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal.
Contratado: TRSis Rutral..
Objeto: Contratação de empresa para locação de uso do sistema TRGES Valor R\$ 1.200,00. Origem: AF 217-2016 PMDC - Vigência: 23/02/16 à 31/12/2016.
Dionísio Cerqueira -- 23/02/2016
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 013/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal.
Contratado: Nexo Assessoria e Consultoria Ltda..
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria e assessoria pedagógica p/ formação continuada dos professores da Rede Municipal de ensino. – Valor R\$ 11.520,00. Origem: Pregão 017-2016 PMDC - Vigência: 23/02/16 à 31/12/2016.
Dionísio Cerqueira -- 23/02/2016
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 064/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal.
Contratado: JCV Construção e Incorporação Ltda..
Objeto: Contratação de empresa para implantação de Complexo Esportivo do Bairro Três Fronteiras. – Valor R\$ 84.961,62. Origem: TP 062-2014 PMDC - Vigência: 24/02/16 à 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira -- 23/02/2016
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 070/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal.
Contratado: JCV Construção e Incorporação Ltda..
Objeto: Contratação de empresa para reforma e cobertura da escola Castro Alves. – Valor R\$ 9.848,72. Origem: TP 109-2015 PMDC - Vigência: 24/02/16 à 31/12/2016.
Dionísio Cerqueira -- 23/02/2016
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal comunica os interessados o resultado do Pregão 014/2016 PMDC. Objeto: Aquisição de Materiais de Higiene e limpeza para a Secretaria de Educação.. Vencedores: A.E.M Oeste Comercial Ltda. -ME- Valor R\$ 16.459,76 – Alberi Pauletti – Valor R\$ 54,00 – Lotérica e Com. SL Ltda. - Valor R\$2.064,00 – Nilo Sul Ind. E Com. Ltda –EPP – Valor R\$ 400,00 – Olmiro Rosa dos Santos-ME – Valor R\$ 2.948,15 – Rosa e Rosa Cia Ltda. –ME – Valor R\$ 26,00 - Dionísio Cerqueira -- 22/02/2016
Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório nº 007/2016 FMS PREGÃO nº 007/2016, Objeto: Aquisição de materiais de expediente e higiene e limpeza e gás para o Fundo Municipal de Saúde.. Vencedores: Rosa e Rosa Cia Ltda.- Valor R\$ 4.299,50 – Olmiro Rosa dos Santos - ME – Valor R\$– Valor R\$ 16.165,84- Alberi Pauletti- EI – Valor R\$ 2.821,90 – Lotérica e Com. SL LTDA – Valor R\$ 2.941,14 – Nilo Sul Ind. E Com. Ltda. –ME - valor R\$ 500,00 Jackson Ubiratan Vargas – ME – Valor R\$ 4.519,50.
Dionísio Cerqueira 22/02/2016
João Stahl – Gestor do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório nº 008/2016 FMS PREGÃO nº 008/2016, Objeto: Aquisição de próteses para o Fundo Municipal de Saúde.. Vencedor: Neylor Francisco Santin -ME.- Valor R\$ 44.400,00 Dionísio Cerqueira 22/02/2016
João Stahl – Gestor do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
A Prefeitura Municipal comunica os interessados o resultado da TP Nº 015/2016 PMDC Processo TP Nº 015-2016 PMDC. Objeto: Contratação de empresa para construção de muro de contenção e trabalhos em terra para alicerce de quadra poliesportiva (29x16) m, na Escola Municipal Jacob Maran.. Vencedor: Josema Empreiteira de Mao de Obra Ltda. – Valor R\$ 55.720,50.
Dionísio Cerqueira -- 23/02/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal comunica os interessados o resultado da TP Nº 016/2016 PMDC Processo TP Nº 016-2016 PMDC. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia civil para acompanhamento e fiscalização de obras do plano de ações articuladas da educação Vencedor: Chiele Engenharia Ltda-ME. Valor R\$ 18.300,00. Período 10 meses.

Dionísio Cerqueira -- 23/02/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal comunica os interessados resultado do Pregão Nº 017/2016- PMDC Processo: Nº 017-2016 PMDC. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria e assessoria pedagógica p/ formação continuada dos professores da Rede Municipal de ensino. Vencedor: Nexo Assessoria e Consultoria Ltda. Valor R\$ 11.520,00. Dionísio Cerqueira -- 23/02/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 37/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: RADIO IMIGRANTES DE TURVO LTDA.

OBJETO: objeto a inserção de 3.000 chamadas radiofônicas em rádio de abrangência regional para divulgação de atos, avisos de utilidade pública, programa e campanhas promocionais e institucionais da Prefeitura Municipal de Ermo, durante o exercício de 2016.

VIGÊNCIA: 24/02/2016 á 31/12/2016

VALOR TOTAL: R\$ 26.010,00 (vinte e seis mil e dez reais).

Data da assinatura: 24/02/2016

PORTARIA Nº. 037, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 037, de 16 de fevereiro de 2016.

Amplia Carga Horária de Professor que Especifica e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 21 da Lei Complementar n.º 022/2014.

Considerando a vaga excedente de Professor; Considerando a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; e o disposto no Art. 21 da Lei Complementar n.º 022/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear TÂNIA CONSTANTE POSSAMAI para exercer, cumulativamente, outro cargo de professor em Caráter Temporário(ACT), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 01 de fevereiro de 2016 encerrando-se em 14 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 16 de fevereiro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÉLIS HELENA LEONARDO

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 038, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 038, de 16 de fevereiro de 2016.

Amplia Carga Horária de Professor que Especifica e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 21 da Lei Complementar n.º 022/2014.

Considerando a vaga excedente de Professor; Considerando a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; e o disposto no Art. 21 da

Lei Complementar n.º 022/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear IVONETE DOMINGOS GABRIEL para exercer, cumulativamente, outro cargo de professor em Caráter Temporário(ACT), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 01 de fevereiro de 2016 encerrando-se em 14 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 16 de fevereiro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÉLIS HELENA LEONARDO

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 039, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 039, de 22 de fevereiro de 2016.

Amplia Carga Horária de Professor que Especifica e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 21 da Lei Complementar n.º 022/2014.

Considerando a vaga excedente de Professor; Considerando a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; e o disposto no Art. 21 da Lei Complementar n.º 022/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALINE MARQUES para exercer, cumulativamente, outro cargo de professor em Caráter Temporário(ACT), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 22 de fevereiro de 2016 encerrando-se em 14 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de fevereiro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÉLIS HELENA LEONARDO

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 040, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 040, de 22 de fevereiro de 2016.

Amplia Carga Horária de Professor que Especifica e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 21 da Lei Complementar n.º 022/2014.

Considerando a vaga excedente de Professor; Considerando a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; e o disposto no Art. 21 da Lei Complementar n.º 022/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARISTELA POSSAMAI LEONARDO para exercer, cumulativamente, outro cargo de professor em Caráter Temporário(ACT), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 22 de fevereiro de 2016 encerrando-se em 14 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de fevereiro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÉLIS HELENA LEONARDO

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 041, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 041, de 22 de fevereiro de 2016.

Amplia Carga Horária de Professor que Especifica e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 21 da Lei Complementar n.º 022/2014.

Considerando a vaga excedente de Professor; Considerando a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; e o disposto no Art. 21 da Lei Complementar n.º 022/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELISÂNGELA MANARIM DE OLIVEIRA para exercer, cumulativamente, outro cargo de professor em Caráter Temporário(ACT), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 22 de fevereiro de 2016 encerrando-se em 14 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de fevereiro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÉLIS HELENA LEONARDO

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 042, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 042, de 22 de fevereiro de 2016.

Amplia Carga Horária de Professor que Especifica e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 21 da Lei Complementar n.º 022/2014.

Considerando a vaga excedente de Professor; Considerando a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; e o disposto no Art. 21 da Lei Complementar n.º 022/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CRISTIANI POSSAMAI FURLANETTO para exercer, cumulativamente, outro cargo de professor em Caráter Temporário(ACT), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 22 de fevereiro de 2016 encerrando-se em 14 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de fevereiro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÉLIS HELENA LEONARDO

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 043, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 043, de 22 de fevereiro de 2016.

Amplia Carga Horária de Professor que Especifica e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 21 da Lei Complementar n.º 022/2014.

Considerando a vaga excedente de Professor; Considerando a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; e o disposto no Art. 21 da Lei Complementar n.º 022/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EDNA MARIA DOS REIS SIMÃO para exercer, cumulativamente, outro cargo de professor em Caráter Temporário(ACT), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 22 de fevereiro de 2016 encerrando-se em 14 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de fevereiro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LÉLIS HELENA LEONARDO

Secretária de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONCORRENCIA 00032016 ELEVADOR CENTRO EVENTOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Concorrência pública nº 0003/2016

Processo licitatório nº: 0013/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada em sistema de elevação vertical para o fornecimento e instalação de um elevador de passageiros para o centro de eventos do município de Faxinal dos Guedes, incluindo equipamentos, materiais e instalação com entrega mediante requisição administrativa.

Data do recebimento: 14/04/2016 às 09h00minh.

Data da Abertura: 14/04/2016 às 09h15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de fevereiro de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EDITAL 00042016 CURSOS SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 0004/2016

Processo licitatório nº: 0004/2016

Objeto: Contratação de empresa para prestar cursos de manicure/pedicure e aulas de muay thai para atividade da secretaria de assistência social

Data do recebimento: 17/03/2016 às 11h 00min.

Data da Abertura: 17/03/2016 às 11h 15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de fevereiro de 2016.

FERNANDA DE CAMPOS

DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL 00072016 MATERIAL ODONTOLÓGICO

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

Processo licitatório nº: 0018/2016

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0007/2016

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de material odontológico destinado ao fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Data do Recebimento: 22/03/2016 às 09h00min

Data da abertura: 22/03/2016 às 09h15min

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de fevereiro de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

EDITAL 00082016 MATERIAIS CONSTRUÇÃO SOCIAL

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Registro de Preços

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0008/2016

Processo licitatório nº: 0014/2016

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de construção, madeiras e serviços de mão de obra para a secretaria de assistência social.

Data do Recebimento: 17/03/2016 às 09h00 min.

Data da abertura: 17/03/2016 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de fevereiro de 2016

FERNANDA DE CAMPOS

DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/FMS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRAR PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 04/FMS/2016.
OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de uniformes, camisetas e afins junto ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Forquilha.
DATA DE ABERTURA: Dia 14 de março de 2016 às 09:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br

Forquilha, 24 de fevereiro de 2016.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/PMF/2016;

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 28/PMF/2016;
OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de aparelhos de ar condicionado, incluindo suporte e instalação, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.
DATA DE ABERTURA: Dia 15 de março de 2016 às 09:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 24 de fevereiro de 2016.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

RECEBO O RECURSO ADMINISTRATIVO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 01/PMF/2016

Vistos, etc.

Recebo o Recurso Administrativo da Tomada de Preço Nº. 01/PMF/2016 interposto pela licitante CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA contra a decisão da Comissão de Licitação que inabilitou a mesma transferindo a situação de vencedora para a empresa CONSTRUTORA NUNES LTDA, e posteriormente para a empresa CONSTRUTORA NELGUI LTDA.

Comunique-se os demais licitantes, nos termos do art. 109, §3º, da Lei nº. 8.666/93, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, querendo, para que renunciem a este prazo. Retornem os autos à Comissão Permanente de Licitação para processamento devido.

Forquilha/SC, 24 de fevereiro de 2016.
VALDECIR TISCOSKI
Presidente da Comissão de Licitação

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0008_2016 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0041/2016 – PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0008/2016 – PMF

Objeto: Inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25 caput Referente a inscrições dos servidores Zaneide Molin e Flavio Kaefer para o curso de atualização de carteira para transporte coletivo e escolar. Contratada: CASTRANS CURSOS, ASSESSORIA E SERVIÇOS DE TRANSITO LTDA, no CNPJ sob Nº 06.093.127/0001-89 Valor e pagamento: R\$ 570,00 (Quinhentos e setenta reais) até 19.02.2016. Fundamento Legal: Art. 25 "CAPUT" da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 11 de fevereiro de 2016.

Ivo Biazolo

Prefeito

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 040/2016

DECRETO Nº 040, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o artigo 17 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 463.000,00 (quatrocentos e sessenta e três mil reais), nas seguintes dotações:

05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (264)	R\$	20.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (256)	R\$	10.000,00
15.452.0017.1.023 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos da Infraestrutura		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (274)	R\$	433.000,00
Total		
	R\$	463.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2015, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0011_2016 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0051/2016 – PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0011/2016 – PMF

Objeto: Inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25 caput Referente a Contratação para o Concurso de Beleza "Miss Mundo Santa Catarina e Mister Santa Catarina" Contratada: LUIZ BOZZANO JUNIOR, no CPF sob Nº 493.686.309-25 Valor e pagamento: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) até 01.05.2016. Fundamento Legal: Art. 25 "CAPUT" da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 24 de fevereiro de 2016.

Ivo Biazolo

Prefeito

DECRETO Nº 039/2016

DECRETO Nº 039, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.452.0017.1.023 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos da Infraestrutura		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0290 (273)	R\$	2.000.000,00
Total	R\$	2.000.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4.1.1.4.99.00 – Outras Operações de Crédito Internas – Contratuais	R\$	2.000.000,00
TOTAL	R\$	2.000.000,00

LEI Nº 2329/2016

LEI Nº 2329, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 885.120,91 (oitocentos e oitenta e cinco mil, cento e vinte reais e noventa e um centavos), em conformidade com o artigo 17, da Lei municipal nº 2324 de 09 de dezembro de 2015, nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de saúde		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0400 (74)	R\$	65.060,47
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0439 (75)	R\$	1.566,30
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0400 (76)	R\$	150.000,00
10.301.0009.2.023 – Manutenção da Atenção Básica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0403 (77)	R\$	26.424,26
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0416 (78)	R\$	34.706,65
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0432 (79)	R\$	6.676,58
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0435 (80)	R\$	289,10
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0445 (81)	R\$	9.129,02
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0403 (82)	R\$	15.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0416 (83)	R\$	40.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0432 (84)	R\$	15.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0447 (85)	R\$	151.207,10
10.301.0009.2.024 – Estratégia de saúde da Família - ESF		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0405 (86)	R\$	60,13
10.301.0009.2.025 – Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0406 (87)	R\$	19.587,97
10.301.0009.2.026 – Estratégia de Saúde Bucal		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0409 (88)	R\$	7.620,78
10.302.0010.2.027 – Atenção de Média e Alta complexidade Ambulatorial		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0418 (89)	R\$	35.284,96
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0433 (90)	R\$	496,47
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0441 (91)	R\$	21,31
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0442 (92)	R\$	4.195,24
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0418 (93)	R\$	100.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0442 (94)	R\$	10.000,00
10.302.0010.2.028 – Manutenção do SAMU		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0422 (95)	R\$	4.822,85
10.302.0010.2.029 – Manutenção do CAPS		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0419 (96)	R\$	42.993,59
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0419 (97)	R\$	35.000,00
10.303.0011.2.030 – Assistência Farmacêutica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0404 (98)	R\$	1.055,72
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0413 (99)	R\$	28.084,46
10.301.0012.2.031 – Gestão do SUS		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0444 (100)	R\$	18.189,42
10.304.0013.2.032 – Manutenção da Vigilância Sanitária		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0408 (101)	R\$	3.530,46
10.305.0013.2.033 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0407 (102)	R\$	10.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0407 (103)	R\$	11.615,18

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0417 (104)	R\$	549,43
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0436 (105)	R\$	4.947,19
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0443 (106)	R\$	7.006,27
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0407 (107)	R\$	20.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0443 (108)	R\$	5.000,00
Total	R\$	885.120,91

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2015, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

LEI Nº 2330/2016

LEI Nº 2330, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – FME, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 26.221,13 (vinte e seis mil, duzentos e vinte e um mil reais e treze centavos), em conformidade com o artigo 17, da Lei municipal nº 2324 de 09 de dezembro de 2015, nas seguintes dotações orçamentárias:

13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
27.812.0026.2.054 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0800 (7)	R\$	26.221,13
Total	R\$	26.221,13

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2015, por fonte de recursos, em conformidade com o artigo 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

LEI Nº 2331/2016

LEI Nº 2331, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 1.518.617,16 (um milhão, quinhentos e dezoito mil, seiscentos e dezesseis reais e dezesseis centavos), em conformidade com o artigo 17, da Lei municipal nº 2324 de 09 de dezembro de 2015, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.02 – Fundo Municipal dos Direitos Difusos – FMDD		
04.122.0002.2.003 – Manutenção do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0213 (188)	R\$	19.027,24
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0214 (189)	R\$	3.115,56
05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0292 (190)	R\$	41.581,48
05.02 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		
16.482.0003.1.007 – Construção e Reformas de Unidades Habitacionais Urbana		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0289 (191)	R\$	47.074,55
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.306.0005.2.014 – Alimentação Escolar da Educação Infantil		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0306 (192)	R\$	8.442,44
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0307 (193)	R\$	22.237,13
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0308 (194)	R\$	7.426,79
12.306.0005.2.016 – Alimentação Escolar do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0302 (195)	R\$	5.127,94
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0317 (201)	R\$	3.653,39
12.306.0005.2.019 – Alimentação Escolar de Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0304 (196)	R\$	4.390,94
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0323 (197)	R\$	155.365,08
12.361.0005.2.017 – Transporte Escolar da Educação Básica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0303 (198)	R\$	20.042,27
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0310 (199)	R\$	17.213,53
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0313 (200)	R\$	4.658,59
12.365.0005.1.009 – Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentos dos CEI		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9317 (202)	R\$	7.807,54
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0323 (203)	R\$	200.000,00
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0316 (204)	R\$	172,13
12.366.0005.2.018 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0305 (205)	R\$	2.801,47
12.361.005.1.012 – Construção, Ampliação, Reformas e Equipamentos dos Centros Educacionais.		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.8314 (206)	R\$	5.706,54
12.361.005.1.013 – Construção, Reformas e Equipamentos das Quadras e ou Ginásios Esportivos do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.8313 (207)	R\$	17.653,31

12.362.0006.2.020 – Transporte Escolar do Ensino Médio		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0312 (208)	R\$	6.465,94
09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0015.1.018 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agropecuários		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9267 (209)	R\$	12.121,93
20.606.0015.2.034 – Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9270 (210)	R\$	28.207,78
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9271 (211)	R\$	2.275,04
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.1.020 – Pavimentação e Urbanização de Ruas, Avenidas e Logradouros Públicos		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9259 (212)	R\$	97.683,58
15.452.0017.2.042 – Manutenção da Iluminação Pública		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0217 (213)	R\$	10.706,74
15.453.0017.1.019 – Construção de Terminais de Passageiros		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0208 (214)	R\$	54.641,98
26.782.0018.2.041 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0216 (215)	R\$	16.276,17
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9264 (216)	R\$	1.422,50
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.9265 (217)	R\$	4.339,24
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0203 (218)	R\$	12.106,51
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0204 (219)	R\$	31.077,30
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0205(220)	R\$	30.584,84
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0203 (221)	R\$	6.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0204 (222)	R\$	30.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0205 (223)	R\$	10.000,00
06.182.0019.2.044 – Manutenção do FUNREBOM		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0700 (224)	R\$	81.013,44
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0700 (225)	R\$	200.000,00
11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0507 (226)	R\$	30.554,17
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0512 (227)	R\$	1.065,13
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0516 (228)	R\$	11.556,76
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0517 (229)	R\$	3.002,41
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0518 (230)	R\$	1.620,45
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0513 (231)	R\$	11.072,52
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0507 (232)	R\$	10.000,00
08.244.0021.2.047 – Manutenção do CRAS		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0509 (233)	R\$	20.000,00
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0514 (234)	R\$	28.403,63
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0509 (235)	R\$	14.279,43
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0510 (236)	R\$	107,39
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0514 (237)	R\$	20.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0523 (238)	R\$	20.983,63
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0524 (239)	R\$	23.923,21
08.244.0022.2.048 – Manutenção do CREAS		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.3.0505 (240)	R\$	8.998,30

3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.3.0511) (241)	R\$	10.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0511 (242)	R\$	25.107,77
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0520 (243)	R\$	14.961,28
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0521 (244)	R\$	18.022,19
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0522 (245)	R\$	11.496,63
11.02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
08.243.0023.2.049 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0600 (246)	R\$	2.641,29
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0601 (247)	R\$	2.400,06
Total	R\$	1.518.617,16

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2015, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

LEI Nº 2332/2016

LEI Nº 2332, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, para o exercício de 2016, até o valor de R\$ 1.024.351,60 (um milhão, vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos), em conformidade com o artigo 17, da Lei municipal nº 2324 de 09 de dezembro de 2015, conforme demonstrativo:

Saldo Financeiro do exercício de 2015	R\$	1.285.306,03
(-) Despesas Liquidadas de Exercícios anteriores	R\$	30.358,06
(-) Despesas Empenhadas e Não Liquidadas de Exercícios Anteriores	R\$	210.754,15
(-) Depósito de Diversas Origens	R\$	19.842,22
(=) Superavit Financeiro	R\$	1.024.351,60

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo, do exercício de 2015, por fonte de recursos, em conformidade com o artigo 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

LEI Nº 2333/2016

LEI Nº 2333, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para o exercício de 2016, até o limite de R\$ 2.220.264,94 (dois milhões, duzentos e vinte mil, duzentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), em conformidade com o artigo 17, da Lei municipal nº 2324 de 09 de dezembro de 2015, conforme demonstrativo:

Saldo Financeiro do exercício de 2015	R\$	3.044.086,20
(-) Despesas Liquidadas de Exercícios Anteriores	R\$	260.064,43
(-) Despesas Empenhadas e Não Liquidadas de Exercícios Anteriores	R\$	481.713,20
(-) Depósitos de Diversas Origens	R\$	82.043,63
(=) Superavit Financeiro	R\$	2.220.264,94

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo, do exercício de 2015, nas fontes de recursos 0.1.0200 e 0.3.0200, em conformidade com o artigo 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

LEI Nº 2334/2016

LEI Nº 2334, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº. 4.320/64, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, DO EXERCÍCIO DE 2016, APROVADO PELA LEI Nº. 2324, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional especial e suplementar no Orçamento do Município de Fraiburgo, do exercício de 2016, no valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), criando a modalidade de despesa, nas unidades orçamentárias a seguir discriminadas:

05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento
--

05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção da secretaria de Administração e Planejamento		
3.3.72.00.00 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos 0.3.0200 (261)	R\$	24.000,00
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.72.00.00 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos 0.3.0300 (262)	R\$	12.000,00
08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.72.00.00 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos 0.3.0400 (73)	R\$	18.000,00
Total	R\$	54.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo anterior correrão à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo, do exercício de 2015, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0401/2016

PORTARIA Nº 0401, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0009 de 03 de setembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0271/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANDRESSA MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.310.749-52, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04022016

PORTARIA Nº 0402, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0272/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NANDINE DE FATIMA GUEDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 951.525.719-00, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04032016

PORTARIA Nº 0403, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0269/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANDREIA ANTUNES DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.590.079-39, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04042016

PORTARIA Nº 0404, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0275/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LANA OLIVEIRA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.375.899-07, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04052016

PORTARIA Nº 0405, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0273/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SILVANA MARIA TRENTTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 867.042.229-87, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04062016

PORTARIA Nº 0406, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0274/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIS REGINA DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 805.460.309-63, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04072016

PORTARIA Nº 0407, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0326/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário KIMBERLY RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 108.055.579-03, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04082016

PORTARIA Nº 0408, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006 de 15 de janeiro de 2016; e Contrato Administrativo; e em conformidade com comunicação interna nº 0326/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da servidora KIMBERLY RODRIGUES, brasileira, solteira inscrita no CPF sob o n.º 108.055.579-03, contratada em caráter temporário no cargo de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 010 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04092016

PORTARIA Nº 0409, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0328/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário INDIAMARA RAQUEL DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 050.266.649-89, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04102016

PORTARIA Nº 0410, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0328/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da servidora INDIAMARA RAQUEL DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 050.266.649-89, contratada em caráter temporário no cargo de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL no período de 01 de março de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04112016

PORTARIA Nº 0411, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0329/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LAURIANE GARLET MONTEMEZZO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 082.565.239-13, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04122016

PORTARIA Nº 0412, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0329/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da servidora LAURIANE GARLET MONTEMEZZO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 082.565.239-13, contratada em caráter temporário no cargo de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 01 de março de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04132016

PORTARIA Nº 0413, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0330/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário KERONLAY CRIS PRIGOL DO AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.233.139-94, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04142016

PORTARIA Nº 0414, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0330/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da servidora KERONLAY CRIS PRIGOL DO AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.233.139-94, contratada em caráter temporário no cargo de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 01 de março de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04152016

PORTARIA Nº 0415, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 0327/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 24 (vinte e quatro) horas semanais, a carga horária da servidora ANA MARIA ALVES DE CAMPOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 846.248.259-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES, no período de 01 de março de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04162016

PORTARIA Nº 0416, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0332/2016, da Secretaria de Educação Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 22 (vinte e duas) para 13 (treze) horas semanais, a carga horária da servidora VERA LUCIA PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 004.965.279-6770, contratada em caráter temporário no cargo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA, no período de 10 de fevereiro de

2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04172016

PORTARIA Nº 0417, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 0333/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará por 15 horas semanais substituindo a Professora MARIA CRISTINA SILVA que assumiu a Direção do CEI Macieira;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 23 (vinte e três) para 26 (vinte e seis) horas semanais, a carga horária da servidora DELAIR DA COSTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 601.279.539-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2016, revogando as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04182016

PORTARIA Nº 0418, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GIANA ROBERTA FURTADO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 004.916.819-33, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04192016

PORTARIA Nº 0419 , DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIANE CARDOSO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 036.693.109-16, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04202016

PORTARIA Nº 0420, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIDIOMARA DE MORAIS DE MELO PRATES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 037.242.849-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 30 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04212016

PORTARIA Nº 0421, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º

0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDENILCE DALAGNOL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.346.339-92, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04222016

PORTARIA Nº 0422, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAMILA SUELEN TIBOLA AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 102.597.859-54, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04232016

PORTARIA Nº 0423, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CATIA ALVES VIEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 052.316.149-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04242016

PORTARIA Nº 0424, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SILVIA APARECIDA MARQUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.537.759-77, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04252016

PORTARIA Nº 0425, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUANA PADILHA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.659.269-98, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04262016

PORTARIA Nº 0426, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0024 de 08 de outubro de 2015; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARTA RIBEIRO STAGE, brasileira, divórcio consensual, inscrita no CPF sob o n.º 008.300.239-17, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de março de 2016 até 01 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04272016

PORTARIA Nº 0427, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANILDES PIRES RIBEIRO, brasileira, separada judicialmente inscrita no CPF sob o n.º 601.276.199-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04282016

PORTARIA Nº 0428, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA PAULA MEIRELES, brasileira,

solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.946.459-93, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 01 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04292016

PORTARIA Nº 0429, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 19 de janeiro de 2015; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DAIANE DOS SANTOS CRESTANI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.806.789-78, contratada em caráter temporário na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 01 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04302016

PORTARIA Nº 0430, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0011 de 17 de abril de 2015; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLARICE MARIA ANGOLERI, brasileira, união estável, inscrita no CPF sob o n.º 898.664.799-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04312016

PORTARIA Nº 0431, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0026 de 27 de outubro de 2015; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDREA HILDEBRANDO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 035.532.869-03, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04322016

PORTARIA Nº 0432, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEONICE FRANCIONE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 004.723.209-98, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04332016

PORTARIA Nº 0433, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELITA APARECIDA MOREIRA

DOS SANTOS POSANSCKE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 825.061.679-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04342016

PORTARIA 0434, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DAIANA CAMARGO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 069.228.029-42, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04352016

PORTARIA 0435, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JUCILENI MONTANARI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 754.648.539-87, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de março de 2016 até 01 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04362016

PORTARIA Nº 0436, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0024 de 08 de outubro de 2015; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELENICE ANGELICA ZANELLA PERACHI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 040.250.139-08, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de março de 2016 até 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 04372016

PORTARIA 0437, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0026 de 27 de outubro de 2016; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIMONE DALAGNOL MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.538.189-60, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de março de 2016 até 01 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2016 - 027 A 029

DECRETO Nº 027/2016

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 517/2005, nº 519/2005 e nº 520/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Concurso Público nº 001/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor José Veronez, nomeado para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista de Ônibus, regime jurídico estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 19 de fevereiro de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 028/2016

CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE GALVÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no usando da atribuição que lhe confere O Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 19, de 25 de maio de 2015, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria Nº 024, de 29 de outubro de 2015 da Secretaria de Estado do Planejamento, resolve e,

DECRETA:

Art.1º Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Galvão-SC a se realizar no dia 11 de maio de 2016, com início às 8:00, tendo como local o Centro Cultura "Roberto Teruo Kusunoki" sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Galvão desenvolverá seus trabalhos a partir do Temário "A função Social da Cidade e da Propriedade" e como Lema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art.3º. A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Galvão será presidida pelo Prefeito ou Secretário Municipal de Educação, e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cultura e Esportes.

Art.4º. O Prefeito ou Secretário Municipal de Desenvolvimento Social expedirá, mediante portaria, a Comissão Preparatória e o regimento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Galvão.

Parágrafo único. O regimento disporá sobre a organização e

funcionamento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Galvão, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados.

Art.5º. As despesas com a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Galvão ocorrerão por conta dos recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 19 de fevereiro de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 029/2016

EXONERA SERVIDORA EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município,

Considerando, a não edição do decreto de exoneração da servidora na data de sua saída do cargo em 30/11/2000, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Tereza de Medeiros Cazarin, nomeada no cargo em comissão de Agente de serviços, através do Decreto nº 013/99 de 12/02/1999, exonerada do serviço público municipal, junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir do dia 30 de novembro de 2000.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 19 de fevereiro de 2016.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 024/2016

DECRETO N.º 024, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 47.611,20 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 47.611,20 (quarenta e sete mil seiscentos e onze reais e vinte centavos) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 47.611,20	
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade 47.611,20	
3.3.90.0.2.14.001067 - Aplicações Diretas 47.611,20	

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 47.611,20 (quarenta e sete mil seiscentos e onze reais e vinte centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de fevereiro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/02/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 025/2016

DECRETO N.º 025, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 220.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.956 de 24/02/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	30.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	30.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	190.000,00
26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	190.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	130.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	30.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	30.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	60.000,00
23695511.060 - Empreendimentos Turísticos	20.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	20.000,00
23695511.061 - Const., Reforma e Apar. Do Centro de Convenções	10.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	10.000,00
23695512.063 - Funcionamento e Manut. Do Setor Turismo	10.000,00
3.3.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	5.000,00
23695512.064 - Garopaba 04 Estação	20.000,00
3.3.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	10.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	130.000,00
2884300.067 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	130.000,00
3.2.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	80.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de fevereiro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/02/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 012/2016. Processo nº 113/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATANTE: PRINT-SUL COMERCIO ATACADISTA LTDA, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 19.032.430/0001-13; Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição de materiais pedagógicos e kit escolar para uso da Secretaria de Educação e Unidades Educacionais do Município de Garopaba, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2015. Valor Total: R\$ 184.787,00 (cento e oitenta e quatro mil setecentos e oitenta e sete reais.). Data da Assinatura: 19/02/2016.

LEI Nº 1.956, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

LEI Nº 1.956, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 220.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	30.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	30.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	190.000,00
26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	190.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	130.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	30.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	30.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	60.000,00
23695511.060 - Empreendimentos Turísticos	20.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	20.000,00
23695511.061 - Const., Reforma e Apar. Do Centro de Convenções	10.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	10.000,00
23695512.063 - Funcionamento e Manut. Do Setor Turismo	10.000,00
3.3.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	5.000,00
23695512.064 - Garopaba 04 Estação	20.000,00
3.3.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	10.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	130.000,00

2884300.067 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	130.000,00
3.2.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	80.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de fevereiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 25/02/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 150/2016.

PORTARIA N.º 150, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

ALTERA O QUADRO DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS DO MUNICÍPIO, PREVISTO NA LEI MUNICIPAL N.º 997/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 49, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 997, de 05 de dezembro de 2005 e Decreto n.º 082 de 29 de agosto de 2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FIXAR, conforme previsto no art. 3º da Lei nº. 997/2005, o QUADRO DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS DO MUNICÍPIO, para o período de MARÇO de 2016 a NOVEMBRO de 2016, conforme segue:

I – Março de 2016: Farmácia Garopaba
 II – Abril de 2016: Farmácia Eduardo
 III – Maio de 2016: Farmácia Farmax Ambrósio
 IV – Junho de 2016: Farmácia Med e Silva Centro
 V – Julho de 2016: Farmácia Popular
 VI – Agosto de 2016: Farmácia Panvel
 VII – Setembro de 2016: Piuco Pharma
 VIII – Outubro de 2016: Farmácia Farmax Palhocinha
 IX – Novembro de 2016: Farmácia Panvel

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

MICHELINE ARANHA DE ARAÚJO LUIZ

Secretária de Saúde

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 25/02/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA AGRICULTURA FAMILIAR

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA n.º 001/2016 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009 – DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro – Garuva - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor José Chaves, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução FNDE/ CD n.º 38/2009, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o ano de 2016. Os Grupos Formais/ Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 18/03/2016, às 08 horas na Secretaria Municipal de Educação.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL R\$
1	1.720	Unidade	ABACAXI PÉROLA FRESCO, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS.	2,80	4.816,00
2	880	Kg	ABOBRINHA FRESCA, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 01KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS.	2,20	1.936,00
4	720	Unidade	ALFACE LISA, HIGIENIZADA COM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	1,20	864,00
5	1.600	Kg	BANANA BRANCA ENTREGUE EM CAIXAS PLÁSTICAS, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	2,00	3.200,00
6	12.000	Kg	BANANA CATURRA ENTREGUE EM CAIXAS PLÁSTICAS, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	1,50	18.000,00
7	2.600	Kg	BATATA INGLESA, GRAÚDA, LAVADA, FRESCA, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 01KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	2,00	5.200,00
8	80	Kg	BATATA SALSA, LAVADA, FRESCA, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 01KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	6,50	520,00
9	240	Kg	BETERRABA FRESCA, HIGIENIZADA COM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 01KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	2,50	600,00
10	480	Unidade	BRÓCOLIS KG, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE NO MÁXIMO 03KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS.	2,00	960,00
11	1.600	Kg	CEBOLA DE CABEÇA GRAÚDA, FRESCA, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 01KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	3,50	5.600,00
12	1.600	Kg	CENOURA FRESCA, GRAÚDA, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 01KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	2,50	4.000,00
13	1.400	Kg	CHUCHU FRESCO, HIGIENIZADO COM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 01KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	2,80	3.920,00

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL R\$
------	------------	---------	---------	----------------	-----------------

14	800	Unidade	COUVE FLOR KG, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE NO MÁXIMO 03KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS.	3,00	2.400,00
16	800	Kg	LARANJA LIMA FRESCA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS, ENTREGUE EM CAIXA PLÁSTICA HIGIENIZADA E ATÓXICA	3,00	2.400,00
17	13.600	Kg	LARANJA PERA FRESCA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS, ENTREGUE EM CAIXA PLÁSTICA HIGIENIZADA E ATÓXICA	1,60	21.760,00
18	560	Kg	LIMÃO COMUM FRESCO, ENTREGUE EM EMBALAGEM PLÁSTICA HIGIENIZADA E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS PARA USO MEDIATO E IMEDIATO.	3,00	1.680,00
19	9.200	Kg	MAÇÃ GALA CLASSIFICAÇÃO 1, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS, ENTREGUE EM CAIXA DE PAPELÃO PRÓPRIA PARA ACONDICIONAR O PRODUTO	2,50	23.000,00
20	1.200	Kg	MAMÃO FORMOSA, FRESCO, ENTREGUE EM EM CAIXA PLÁSTICA HIGIENIZADA E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS.	3,00	3.600,00
21	600	Kg	MANGA, FRESCA, ENTREGUE EM EM CAIXA PLÁSTICA HIGIENIZADA E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS.	3,50	2.100,00
22	8.415	Kg	MELANCIA FRESCA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS, COM PESO INDIVIDUAL DE 09Kg.	1,60	13.464,00
23	2.280	Dúzia	OVOS DE GALINHA, HIGIENIZADO, TENDO PESO UNITÁRIO DE 50g, DEVE SER ENTREGUE EM CAIXAS DE PAPELÃO CONTENDO NO MÍNIMO 01 DÚZIA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS, COM DATA DE VALIDADE VISÍVEL.	4,10	9.348,00
24	200	Kg	PERA, FRESCA, ENTREGUE EM EM CAIXA PLÁSTICA HIGIENIZADA E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS.	7,50	1.500,00
25	960	Unidade	REPOLHO VERDE FRESCO, CABEÇA GRAÚDA, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL COM ATÉ 03 CABEÇAS, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	2,50	2.400,00
27	2.000	Kg	TOMATE VERMELHO FRESCO, ENTREGUE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 01KG E ATÓXICA, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS	3,50	7.000,00
TOTAL					R\$ 140.268,00

2. FONTE DE RECURSO

07.001.010.306.1032.2027. 3390 – 13702 – Recursos provenientes do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar – Agricultura Familiar;

07.001.010.306.1032.2027. 3390 – 10.000 – Recursos próprios.

3. ENVELOPE nº. 001 – HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL

3.1 Deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação, envelope distinto, lacrado, não transparente, assim identificado:

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

ENVELOPE Nº 001 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE GRUPO FORMAL

PROPONENTE:

(Razão Social da Organização)

Nº DO CNPJ:

Nº DA DAP JURÍDICA: 3.2 No ENVELOPE Nº 001 deverá conter os documentos abaixo relacionados no original ou cópia autenticada, sob pena de inabilitação:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica para associações e cooperativas;

c) Certidões negativas junto ao FGTS, INSS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;

d) Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

4. ENVELOPE nº. 001 – HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL

4.1 Deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação, envelope distinto, lacrado, não transparente, assim identificado:

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

ENVELOPE Nº 001 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE GRUPO INFORMAL

PROPONENTE:

(Nome completo)

Nº DO CPF:

Nº DA DAP FÍSICA: 4.2 No ENVELOPE Nº 001 deverá conter os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

a) Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

b) Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF), ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante.

5. ENVELOPE Nº. 002 – PROJETO DE VENDA

5.1 Deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação, envelope distinto, lacrado, não transparente, assim identificado para o GRUPO FORMAL:

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

ENVELOPE Nº 002 – PROJETO DE VENDA

PROPONENTE:

(Razão Social da Organização)

Nº DO CNPJ:

Nº DA DAP JURÍDICA: 5.2 Deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação, envelope distinto, lacrado, não transparente, assim identificado para o GRUPO INFORMAL:

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

ENVELOPE Nº 002 – PROJETO DE VENDA

PROPONENTE:

(Nome completo)

Nº DO CPF:

Nº DA DAP FÍSICA: 5.3 O ENVELOPE Nº. 002 conterá o Projeto de Venda conforme especificações do Anexo II desta Chamada Pública.

5.4 Para o projeto de Venda deverá ser considerado o artigo 22 da Resolução FNDE nº 038/2009.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1 Serão consideradas as propostas classificadas que preenchem as condições fixadas nesta Chamada Pública.

6.2 Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, deverá ter prioridade às propostas dos grupos locais, nos termos dos art. 18, §4º e 23, §3º e §4º da Resolução do FNDE nº 38/2009.

6.3 Cada grupo de fornecedores deverá, obrigatoriamente, ofertar sua quantidade de alimentos, com preço unitário, observando as condições fixadas nesta Chamada Pública.

6.4 A Secretaria Municipal de Educação classificará as propostas, considerando-se a ordenação crescente dos valores.

7. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

7.1 As amostras dos produtos descritos acima, objeto desta chamada pública deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, cita à Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro – Garuva - SC, no dia 18/03/2016, das 08 horas até as 10 horas, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a testes necessários, imediatamente após a fase de habilitação.

7.2 Sendo a amostra considerada inferior ao desejado pelos órgãos competentes conforme Resolução FNDE nº 038/2009, artigo 25, o fornecedor será desclassificado. A desclassificação em um item não o desclassifica de outro.

7.3 Os participantes classificados serão convocados pela Secretaria Municipal de Educação para assinarem o contrato de fornecimento, num prazo de até 02 (dois) dias úteis do aviso da convocação.

8. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

8.1 Os gêneros alimentícios adquiridos deverão ser entregues ponto a ponto, nas escolas relacionadas no Anexo I, na qual se atestará o seu recebimento, de segunda a quarta-feira entre 7h30 e 16h, sendo o horário de almoço das 11h às 13h30.

8.1 Os pontos de entrega poderão sofrer alteração (inclusão e/ou exclusão) de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

8.2 O fornecimento dos itens deverá ser efetuado conforme solicitação realizada pela Secretaria Municipal de Educação, por escrito (via fax ou email), correndo por conta da contratada as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega. A Secretaria Municipal de Educação comunicará o pedido por escrito a contratada com antecedência mínima de 24 horas.

8.3 As escolas rejeitarão, no todo ou em parte o produto que estiver em desacordo com o Edital (conforme orientações fornecidas pela nutricionista).

9. PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado até 20 (vinte) dias após a última entrega do mês, mediante apresentação de documento fiscal (nota de

produtor rural para o grupo informal e nota fiscal para o grupo formal) correspondente ao fornecimento efetuado, vedada a antecipação de pagamento para cada faturamento.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A presente Chamada Pública poderá ser obtida através do site www.garuva.sc.gov.br;

10.2 Para definição dos preços de referência deverá observar o artigo 23 da referida Resolução do FNDE;

10.3 Os gêneros alimentícios da agricultura familiar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), Art. 23 § 6º, da mencionada Resolução do FNDE, site: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1203118176.pdf>;

10.4 Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, deverão ter prioridade às propostas dos grupos locais e as dos Grupos Formais, Art. 23, § 3º e § 4º, da referida Resolução do FNDE;

10.5 Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

10.6 O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP por ano civil;

10.7 A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme o anexo III desta chamada.

11. ANEXOS

ANEXO I – Ponto a Ponto (relação das unidades escolares)

ANEXO II – Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios do Empreendedor Rural para Alimentação Escolar

ANEXO III – Minuta de Contrato

ANEXO IV – Termo de Recebimento da Agricultura Familiar.

Garuva, 24 de Fevereiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito

JUCILENE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

Ponto a Ponto Agricultura Familiar

ESCOLA	LOCALIDADE	TELEFONE
Creche Municipal Frei José Bertoldi	Centro	3445-4034
Creche Municipal João de Deus	Centro	3445-4023
Creche Municipal Maria Corrêa Saad	Giorgia Paula	3432-4287
Pré Escolar Dentre de Leite	Centro	3445-4033
Escola Municipal Vicente Vieira	Giorgia Paula	3445-4031
Apam	Centro	3445-3771
Escola Municipal Guilherme R.E.P. Benkendorf	Rio da Onça	3445-4041
Escola Municipal Maria Martins Budal	Vila Trevo	3432-1293
Escola Municipal Ernesto Alberto Hattenhauer	Três Barras	9984-9434
Escola Municipal Içá Mirim	Mina Velha	9984-8197
Escola Municipal Duque de Caxias	Baraharas	3445-8200
Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves	Jardim Garuva	3445-3014
Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos	Giorgia Paula	3445-4032

ANEXO II

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE		
PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
Projeto para atendimento da chamada pública nº ____/ ____		
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES		
A – Grupo Formal		
1. Nome do Proponente	2. CNPJ	3. Nº da DAP Jurídica
4. Endereço	5. Município	6. CEP

7. Nome do representante legal		8.CPF	9.DDD/Fone
10.Banco	11.Nº da Agência		12.Nº da Conta Corrente
B – Grupo Informal			
1. Nome da Entidade Articuladora		2.Cadastro no SIBRATER	
3. Endereço		4. Município	5.CEP
6. CNPJ:	7. E-mail:		8.DDD/Fone

II – FORNECEDORES PARTICIPANTES (APENAS GRUPO INFORMAL)

2.CPF	3.DAP	4. Banco e nº da Agência	5. Nº da Conta Corrente			

III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Entidade		2.CNPJ	3.Município
4. Endereço		5.DDD/Fone	
6. Nome do representante e e-mail		7.CPF	

IV – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS

De acordo com o art. 24 da Resolução 38 do FNDE/2009, o limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP por ano civil.

1. Identificação do Agricultor Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total
1	Nome				
	Nº DAP			Total agricultor	
2	Nome				
	Nº DAP			Total agricultor	
3	Nome				
	Nº DAP			Total agricultor	
4	Nome				
	Nº DAP			Total agricultor	
5	Nome				
	Nº DAP			Total agricultor	
6	Nome				
	Nº DAP			Total agricultor	
7	Nome				
	Nº DAP			Total agricultor	
8	Nome				
	Nº DAP			Total agricultor	
9	Nome				
	Nº DAP			Total agricultor	

[illegible]

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início da entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento de 21/03/2016 até o término da quantidade adquirida ou até 31/12/2016.

- a. A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2016.
- b. O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento da pessoa responsável pela alimentação no local de entrega. Com o Termo de Recebimento em mão, juntar-se-á a documentação fiscal que deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação pela contratada.

CLÁUSULA SEXTA:

- a. Grupo Formal: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ _____ (_____).
- b. Grupo Informal: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, cada CONTRATADO (A) receberá o valor ____ (descrever todos os contratados e os respectivos valores de venda), totalizando ____ (valor total do projeto de venda).

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
07.001.010.306.1032.2027.3390 –13702 – Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/Agricultura Familiar;
07.001.010.306.1032.2027.3390–10.000 – Recursos próprios.

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula quinta, alínea "b", em 10 (dez) dias, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Nos casos de inadimplência da CONTRATANTE, proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste em percentual de 2% (dois por cento) de multa mais 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, do valor correspondente ao descumprimento do contrato.

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 001/2016, pela Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16/07/2009, pela Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de ofício, que somente terá validade se enviado mediante registro de recebimento, por fac-símile, por email transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por ofício, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. qualquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Garuva para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Garuva, ____ de _____ de 20 ____ .

	CONTRATANTE
	CONTRATADO

(Agricultores Familiares no caso de grupo informal)

(Agricultores Familiares no caso de grupo informal)

(Agricultores Familiares no caso de grupo informal)

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO V

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

MODELO

TERMO DE RECEBIMENTO

1. Atesto que (nome da Entidade Executora) _____ CNPJ _____, representada por (nome do representante legal) _____, CPF _____, recebeu em ____/____/____ ou durante o período de ____/____/____ a ____/____/____ do(s) nome(s) do(s) fornecedor(es) _____ os produtos abaixo relacionados:

2. Produto	3. Quantidade	4. Unidade	5. Valor Unitário	6. Valor Total (*)
7. Totais				

(*) Anexar notas fiscais

8. Nestes termos, os produtos entregues estão de acordo com o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e totalizam o valor de R\$ _____ (_____).

Declaro ainda que o(s) produto(s) recebido(s) está (ão) de acordo com os padrões de qualidade aceitos por esta instituição, comprometendo-nos a dar a destinação final aos produtos recebidos, conforme estabelecido na aquisição da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, aprovado pelo CAE.

_____, ____ de _____ de _____.

Representante da Entidade Executora

Representante do Grupo Fornecedor

Ciente: _____

Entidade Articuladora

CONTRATO Nº 71/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 071/2016

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. ALINE STREY DE AMORIM, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.716.233, CPF: 042.169.199-95, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 800 Apto. 06 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 82 (oitenta e dois) dias, com carga horária de 10 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 11 de fevereiro de 2016, terminando no dia 02 de maio de 2016, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser

prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 500,67 (quinhentos reais e sessenta e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 11 de fevereiro de 2016	
Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Secretária Municipal de Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

CONTRATO Nº 72/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 072/2016

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, o Sr. PAULO JOSÉ MACIEL SANTOS, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 10.102.512-8, CPF: 076.477.669-02, residente e domiciliada na Rua João Reni de Lima Meirelles, 82 – Jardim Garuva, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NIVEL I do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 82 (oitenta e dois) dias, com carga horária de 10 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 11 de fevereiro de 2016, terminando no dia 02 de maio de 2016, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 479,44 (quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 11 de fevereiro de 2016	
Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Secretária Municipal de Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

CONTRATO Nº 73/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 073/2016

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. SONIA MARA DOS SANTOS CLEMENTE, brasileira, casada, professora, RG nº 6.216.405-0, CPF: 973.809.709-68, residente e domiciliado na Rua Estrada Mina Velha, S/N – Mina Velha, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de SUPERVISORA ESCOLAR do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 307 (trezentos e sete) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 11 de fevereiro de 2016, terminando no dia 13 de dezembro de 2016, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2.906,70 (dois mil, novecentos e seis reais e setenta centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias

previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 11 de fevereiro de 2016	
Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Secretária Municipal de Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

CONTRATO Nº 74/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 074/2016

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. MARÍLIA LUCIA MENDES, brasileira, casada, professora, RG nº 4.353.586-0, CPF: 059.750.259-58, residente e domiciliada na Rua 1º de Maio, 222 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSORA NIVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 145 (cento e quarenta e cinco) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 11 de fevereiro de 2016, terminando no dia 04 de julho de 2016, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2.002,67 (dois mil e dois reais e sessenta e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 11 de fevereiro de 2016	
Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Secretária Municipal de Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

CONTRATO Nº 75/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 075/2016

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. JULIANE FRANCINE UMLAUF, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.750.264, CPF: 066.291.249-79, residente e domiciliado na Rua Maria Clara Froelich, 475 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSORA NIVEL I do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 33 (trinta e três) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 11 de fevereiro de 2016, terminando no dia 14 de março de 2016, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1.917,78 (hum mil, novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98

e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Infantil, Manutenção da Educação Infantil, Desenvolvimento e Manutenção da Educação Infantil– 07.001.12.365.1030.2031.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 11 de fevereiro de 2016	Secretária Municipal de Educação
Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Jucilene Furlan
Contratada	
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

CONTRATO Nº 76/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 076/2016

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. SILVANA FATIMA ESSER RIBAS, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.049.608-5, CPF: 067.938.779-94, residente e domiciliado na Rua Castro Alves, 86 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL I do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 82 (oitenta e dois) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 11 de fevereiro de 2016, terminando no dia 02 de Maio de 2015, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1.917,78 (hum mil, novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 11 de fevereiro de 2016	
Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Secretária Municipal de Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

CONTRATO Nº 77/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 077/2016

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. MARINALDA DUARTE, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.870.988, CPF: 071.110.589-84, residente e domiciliado na Rua Papa João XVIII, 622, Centro, Garuva-SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NIVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 307 (trezentos e sete) dias, com carga horária de 20 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 11 de fevereiro de 2016, terminando no dia 13 de dezembro de 2016, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1.001,33 (hum mil e um e trinta e três reais), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Infantil, Manutenção da Educação Infantil, Desenvolvimento e Manutenção da Educação Infantil– 07.001.12.365.1030.2031.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 11 de fevereiro de 2016	
Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Secretária Municipal de Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

CONTRATO Nº 78/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 078/2016

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. HIULE DANIELLE DE LIZ NETO, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.529.874, CPF: 056.212.049-13, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro II, 668 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL I do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 82 (oitenta e dois) dias, com carga horária de 20 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 11 de fevereiro de 2016, terminando no dia 02 de maio de 2016, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 958,89 (novecentos e cinquenta e oito e oitenta e nove), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação,

Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 11 de fevereiro de 2016	
Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Secretária Municipal de Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

CONTRATO Nº 79/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 079/2016

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. DATILA CRISTINA MONDINI, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.857.390, CPF: 076.444.179-58, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 411 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL I do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 307 (trezentos e sete) dias, com carga horária de 10 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 11 de fevereiro de 2016, terminando no dia 13 de dezembro de 2016, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 479,44 (quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando

cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 11 de fevereiro de 2016	
Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Secretária Municipal de Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

CONTRATO Nº 80/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 080/2016

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, o Sr. FRANCISCO JOSE CARVALHO VIEIRA, brasileiro, divorciado, médico, RG nº 2.076.940-8, CPF: 470.999.099-91, residente e domiciliado na Rua Erwin Reinhold, 93, Tribess, Blumenau/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de MÉDICO do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de SAÚDE.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 318 (trezentos e dezoito) dias, com carga horária de 220 horas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 18 de fevereiro de 2016, terminando no dia 31 de dezembro de 2016, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 11.650,67 (onze mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde de Garuva, Atenção Básica, Estratégia Saúde de Família, Manutenção do Programa Saúde da Família – 14.001.10.301.1012.2041.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de SAÚDE, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 17 de fevereiro de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Secretária Municipal de Saúde Vanessa M.B. Nagel
Contratado	
Iolando de Assis Cpf: 618.330.889-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

CONTRATO Nº 81/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 081/2016

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. ODETE CRISTINA DA SILVA, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.857.334, CPF: 074.490.869-80, residente e domiciliado na Rua João Francisco de Araújo, 268 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL I do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 299 (duzentos e noventa e nove) dias, com carga horária de 20 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 19 de fevereiro de 2016, terminando no dia 13 de dezembro de 2016, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 958,89 (novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Infantil, Manutenção da Educação Infantil, Desenvolvimento e Manutenção da Educação Infantil– 07.001.12.365.1030.2031.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 19 de fevereiro de 2016	
Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Secretária Municipal de Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

Gaspar

PREFEITURA

ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL 046/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso de Aditivo do Pregão Presencial nº 046/2016

O Município de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados em participar do processo supramencionado, o qual tem por objeto a contratação de Seguro para a Frota Municipal que o Edital foi ALTERADO. Em face disto FICA REDESIGNADO O DIA 10/03/2016 às 13h30min para o recebimento dos envelopes, e às 13h45min do mesmo dia para a abertura do certame. O local para entrega e abertura, é o Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos nº 435 - Centro, Gaspar/SC. A íntegra do Aditivo pode ser obtida através do link www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar, 24 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Considerando a necessidade de uma Comissão para avaliar a documentação e gerir o presente procedimento administrativo.

Resolve:

Art. 1º - Nomear os membros que constituirão a Comissão de Avaliação do Edital de Credenciamento nº 02/2016.

§ 1º. Ficam indicados para compor a Comissão os seguintes servidores:

§ Rinaldo Tatsch dos Santos

§ Rodrigo de Oliveira Leonel

§ Rogê Bandiera Paiva

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Gaspar (SC), 23 de fevereiro de 2016.

MARCELO FONTES SCHRAMM

Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar

PORTARIA INTERNA Nº 01 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA INTERNA Nº 01 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

MARCELO FONTES SCHRAMM, DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR (SC), no uso de suas atribuições legais, pela presente.

Considerando a publicação do Edital de Credenciamento nº 02/2016, que tem por objeto o credenciamento de coordenadores de árbitros, árbitros gerais, auxiliares e mesários para atuação nas modalidades esportivas que compõem os eventos esportivos do calendário 2016 da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES da

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Informática para as Secretarias e Departamentos do Município de Gaspar. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 09/03/2016. ABERTURA: às 9h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 24 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2016 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• EXTRATO CONTRATOS / 2016

=====

Número do contrato: 02/2016

Data vigência: 01/03/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Licitação: 06/2016 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE CNPJ nº 04.310.564/0001-81.

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de administração de estágio para estudantes de nível superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais

Valor: R\$ 114.386,40 (Cento e quatorze mil, trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos),

Gaspar (SC), em 17 de fevereiro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2016 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de 2016, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 4/2016, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 24/02/2016. RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

Objeto: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando a prestação de serviços de retroescavadeira, escavadeira hidráulica, cavalo mecânico, rolo compactador, rompedor e caminhão basculante., conforme especificações constantes no Anexo VIII do Edital de Pregão Presencial nº. 4/2016.

TERRAPLENAGEM EDIFIKA LTDA. (17.288.386/0001-81)

Item	Unidade: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
01	Serviços de caminhão basculante toco, com motorista, com capacidade de 5m3, pbt 16 toneladas, tração 4x2, potencia mínima de 130cv e ano de fabricação mínimo 2006.	500	R\$ 47,00	R\$ 23.500,00
02	Serviços de caminhão basculante truck, com motorista; com capacidade mínima de 10m3, 6x4, potencia entre 140 a 350cv e ano de fabricação superior a 2006.	1.000	R\$ 57,80	R\$ 57.800,00
03	Serviços de caminhão cavalo mecânico com prancha rebaixada, com motorista para transporte de equipamentos; Trator, Retro-escavadeira, Escavadeira Hidráulica. Com capacidade mínima de 170 CV, para transportes de maquinas, tratores e equipamentos de ate 15 toneladas, ano de fabricação superior a 1995	200	R\$ 91,50	R\$ 18.300,00
06	Serviços de rolo compactador, com operador, auto propelido e chapa lisa; peso bruto de operação acima de 8 toneladas	200	103,00	R\$ 20.600,00
7	Serviço de rompedor com operador, acoplado a escavadeira hidráulica de no mínimo 24 toneladas, e com rompedor de no mínimo 1700 kg.	200	260,00	R\$ 52.000,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 172.200,00 (cento e setenta e dois mil e duzentos reais).

TERRAPLANAGEM SCHRAMM LTDA. (82.117.086/0001-00)

Item	Unidade: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
04	Serviço de escavadeira hidráulica, com operador, com peso bruto de operação de no Maximo 9 toneladas, com Lamina e lança com articulação horizontal móvel, com possibilidade de trabalhar em locais de difícil acesso e pouco espaço, com ano de fabricação superior a 2008, deverá estar dotada de concha de escavação de largura de até 50 cm.	500	R\$ 134,40	R\$ 67.200,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais).

NILSO TERRAPLENAGEM LTDA. (15.217.244/0001-06)

Item	Unidade: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
05	Serviços de retroescavadeira traçada 4 x 4, com operador, ano de fabricação superior a 2010. Deverá estar dotada de concha de escavação de largura de até 50 cm.	2.500	R\$ 63,00	R\$ 157.500,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 157.500,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais).

Valor total registrado da Licitação: R\$ 396.900,00 (trezentos e noventa e seis mil e novecentos reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, a empresa contratada terá um prazo máximo de 01 (uma) hora para estar à disposição do SAMAE para a prestação dos serviços, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos. Os serviços serão prestados no âmbito do Município de Gaspar.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante a entrega e aprovação de relatório detalhado dos serviços prestados, juntamente com a Nota Fiscal entregue pelo Contratado, que deverá ser aprovada e assinada pelo Diretor Presidente e/ou Diretor Geral Técnico, e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata de Registro de Preços, Edital e seus anexos; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 24 de fevereiro de 2016.

COMISSÃO:

IVONETE MAIS DOS SANTOS— Pregoeira

RICARDO MELATO - Equipe de Apoio

MARLENE CAMPOS DA SILVA— Equipe de Apoio

Governador Celso Ramos

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Extrato do Contrato 1/2016

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (GIGA)

Objeto: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores (PGVC) aprovado pelo CIGA, nos termos da Resolução CIGA nº 16/2011, envolvendo as seguintes atividades:

I - Promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo municipal de Santa Catarina;

II - Inclusão digital das Câmaras de Vereadores;

III - Disponibilização de informações e serviços ao cidadão;

IV - Acompanhamento on-line dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores;

V - Divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios;

VI - Promoção da gestão transparente do Poder Legislativo municipal;

VII - Economia dos recursos públicos.

PRAZO: 01/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 2.808,00 (Dois mil, oitocentos e oito reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Câmara Municipal: 3.3.93.39.00.00.00

Governador Celso Ramos, 16 de fevereiro de 2016

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Presidente da Câmara

Grão Pará

PREFEITURA

IN CI 001/2015 - FECHAMENTO MENSAL DA CONTABILIDADE

INSTRUÇÃO NORMATIVA CI N. 001/2015

Dispõe sobre procedimentos a serem adotados no encerramento mensal nos sistemas de contabilidade do município.

A Controladoria Interna do Município de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade da obtenção de informações sobre a execução orçamentária e financeira de forma tempestiva;
Considerando a obrigatoriedade mensal do cumprimento de envio de balancetes, relatórios e fornecimento de informações à órgãos fiscalizadores;

Considerando a boa prática de compatibilidade entre receitas e despesas extra orçamentárias;

Considerando a agilidade obtida através dos meios informatizados;

Resolve:

Art. 1º. Mensalmente, os setores de contabilidade das Administrações Diretas e Indiretas das Entidades do Poder Executivo realizam o encerramento mensal no sistema informatizado de contabilidade.

Parágrafo Único: Considerando a tempestividade das informações, o encerramento deverá ser realizado até o 5º dia útil do mês subsequente ao de referência.

Art. 2º. Antes de realizar o encerramento mensal, o setor de contabilidade realizará conferência das contas de receitas e despesas extra orçamentárias, buscando o equilíbrio entre ambos, ou seja, se os valores retidos e recebidos de terceiros estão lançados à pagar.

Parágrafo Único: Em caso de divergência de valores, serão realizados procedimentos que visem à correção dos lançamentos, se possível ainda no mês de referência. Em caso da impossibilidade, tais procedimentos deverão ser contabilizados no mês subsequente.

Art. 3º. Estando o encerramento realizado, as Entidades da Administração Direta e Indireta encaminharão à Entidade Prefeitura os dados contábeis, para consolidação das informações.

§1º: O envio das informações obedecerá ao mesmo prazo estipulado no art. 2º desta Instrução Normativa.

§2º: Objetivando a agilidade no envio dos dados, estes poderão ser encaminhados através de e-mail, com endereço definido pela contabilidade da Entidade Prefeitura, encaminhando ofício posteriormente.

Art. 4º. Casos omissos serão tratados diretamente com o setor de Controladoria Interna.

Art. 5º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Grão-Pará, 15 de Dezembro de 2015.

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral – Controle Interno

IN CI 002/2015 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA CI N. 002/2015

Dispõe sobre procedimentos a serem adotados nas compras de materiais e/ou serviços para manutenção da frota municipal.

A Controladoria Interna do Município de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de apuração do custo para manter veículos e máquinas integrantes do patrimônio público municipal;
Considerando dados essenciais ao controle de frotas,

Resolve:

Art. 1º. Na aquisição de materiais ou serviços, para manutenção de veículos e máquinas, será identificado no documento fiscal e, se possível, na Autorização de Fornecimento e Empenho:

§ 1º: No caso de Veículos:

I – Identificação da Placa do Veículo;

II – A quilometragem registrada no hodômetro;

§2º: No caso de Máquinas e Equipamentos, com ausência de Placa e Hodômetro:

I – A especificação do equipamento de forma a identifica-lo fielmente;

Art. 2º. Em documentos fiscais emitidos para mais de um veículo ou máquina, deverá ser demonstrado em documento anexo, valores e materiais e/ou serviços constantes à cada um, de forma a permitir a correta relação entre o que foi adquirido e o veículo ou máquina ao qual foi realizada a manutenção.

Art. 3º. No caso de aquisição de produtos para estoque, deverá ser informado ao setor de controle de frotas a utilização do estoque, objetivando demonstrar para quais veículos ou máquinas foram realizadas as manutenções com tais produtos.

Art. 4º. Na aquisição de combustíveis, na emissão de um documento fiscal para vários abastecimentos, serão anexados ao documento fiscal os comprovantes de abastecimento, os quais demonstrarão a placa do veículo e a quilometragem registrada no hodômetro.

Parágrafo Único: Na emissão de documento fiscal de combustíveis para vários veículos ou máquinas, também será demonstrado em relatório anexo o total correspondente para cada um.

Art. 5º. Na aquisição de lubrificantes para estoque, será demonstrado relatório, após a utilização, para quais veículos e/ou máquinas foram utilizados.

Art. 6º. Casos omissos serão tratados diretamente com o setor de Controladoria Interna.

Art. 7º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Grão-Pará, 15 de Dezembro de 2015.

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral – Controle Interno

IN CI 003/2015 - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**INSTRUÇÃO NORMATIVA CI N. 003/2015**

Dispõe sobre a emissão de Autorizações de Fornecimento à Fornecedores na aquisição de materiais e contratação de serviços e seu respectivo empenho.

A Controladoria Interna do Município de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de controle das despesas realizadas;

Considerando a contabilização das despesas no ato do fato gerador, obedecendo o disposto no art. 60 da Lei 4.320/64;

Resolve:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º. As compras serão realizadas pelo setor de compras, com apoio de Secretários Municipais e demais servidores envolvidos com controle e aquisição de mercadorias e/ ou serviços.

Parágrafo Único: Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I – Solicitação de Compras: Documento que requer ao setor de compras a aquisição de materiais ou serviços, descrevendo itens, quantidades, valores estimados, setor/ local beneficiado, justificativa e prazo para entrega.

II - Autorização de Fornecimento: Documento oficial que formaliza o processo de compra, definindo fornecedor, materiais e/ou serviços que estão sendo adquiridos, quantidades, valores unitário e total e prazo para pagamento, emitido pelo sistema de compras.

III – Empenho: Contabilização da despesa realizada, subtraindo o referido valor do orçamento anual, definido pelo Art. 58 da Lei 4.320/64.

IV – Relatório de Estoque: Documento emitido pelo Almoxarifado Central, demonstrando produtos com estoque insuficiente para suprir a demanda.

CAPÍTULO II**DA SOLICITAÇÃO PARA COMPRAS, EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO E EMPENHO DA DESPESA****Seção I****Da Solicitação de Compras**

Art. 2º. Os diversos setores integrantes da estrutura administrativa, quando verificarem a necessidade da aquisição de materiais ou contratação de serviços, preencherão a Solicitação de Compras, demonstrada no Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 1º A solicitação será encaminhada para o Secretário da Pasta, onde este Autorizará a compra, encaminhando-a para o setor de compras, ou a negará.

§ 2º A solicitação deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo funcionário solicitante e pelo Secretário da Pasta, sob pena de não aceitação desta pelo setor de compras.

Art. 3º. Com base na solicitação de compras, o setor de compras poderá, conforme a necessidade:

§ 1º Comprar com base em licitações vigentes;

§ 2º Comprar através de compra direta, com dispensa de licitação, nos casos previstos no art. 24 da Lei 8.666/93;

§ 3º No caso da impossibilidade da compra por necessidade de realizar licitação, solicitar ao Secretário da Pasta que, junto ao setor de licitações, a providencie.

I – A compra não será realizada até a homologação da licitação;

II – No caso de se decidir por não realizar licitação, a compra será cancelada.

Art. 4º. No caso da reposição de produtos em almoxarifado de gerenciamento do Setor de Compras, independente da secretaria beneficiada, é facultativo o preenchimento da Solicitação de Compras.

Parágrafo Único: Em substituição à Solicitação de Compras, será utilizado relatório de gerenciamento de estoques, demonstrando produtos a serem adquiridos.

I – O relatório de estoque não necessitará de assinatura de Secretários para realização da compra, apenas de um dos responsáveis pelo Setor de Compras.

Seção II**Da Autorização de Fornecimento**

Art. 5º. Após definida a forma de compra, fornecedor e valores, o setor de compras emitirá a Autorização de Fornecimento

§ 1º Caso o Secretário da Pasta ou servidor designado já tenha providenciado os passos descritos no art. 3º, este solicitará ao setor de compras que providencie a Autorização de Fornecimento.

§ 2º A Autorização de Fornecimento será emitida através de sistema informatizado, preferencialmente.

§ 3º A Autorização de Fornecimento poderá ser assinada:

I – Por um dos responsáveis pelo setor de compras;

II – Pelo Secretário da Pasta Solicitante;

III – Por Servidores designados para tal.

Seção III**Do Empenho**

Art. 6º. Com base na Autorização de Fornecimento, será realizado o empenho.

§ 1º O empenho será realizado no setor de compras, com auxílio do setor de contabilidade.

§ 2º Este poderá ser realizado concomitante à emissão da Autorização de Fornecimento, ou a posterior.

I – O setor de compras buscará por realizar os empenhos das Autorizações de Fornecimento no mesmo dia em que as emituiu.

II – No caso na impossibilidade de término da realização dos empenhos até o fim do expediente, estes deverão ser realizados no dia seguinte, como prioridade, no início das atividades.

Art. 7º. No caso da impossibilidade de empenho por insuficiência de saldo orçamentário, o setor de compras solicitará ao setor de orçamento a suplementação orçamentária.

§ 1º A compra não prosseguirá enquanto não for realizado o empenho, não devendo ser encaminhada ao fornecedor;

§ 2º A Autorização de Fornecimento emitida sem saldo para empenho, poderá ser empenhada em data posterior, quando da disponibilidade de saldo orçamentário suficiente.

§ 3º No caso de se verificar a impossibilidade de suplementação orçamentária e a permanência da insuficiência desta, a compra deverá ser cancelada, bem como sua Autorização de Fornecimento.

Art. 8º. Somente após o Empenho, a Autorização de Fornecimento será encaminhada para o Fornecedor.

Parágrafo Único: No caso da solicitação pelo fornecedor, poderá ser encaminhada cópia do empenho.

Art. 9º. A Nota de Empenho será impressa em duas vias e encaminhada ao setor de contabilidade, com uma via assinada da Autorização de Fornecimento.

Parágrafo Único: A Solicitação de Compras e Relatório de Estoques serão arquivados no setor de compras, identificada as Autorizações de Fornecimento geradas por esta, em forma sequencial, de fácil localização.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º. O Fluxograma do Processo de Compra está demonstrado no Anexo II desta Instrução Normativa, demonstrando graficamente as instruções aqui descritas.

Art. 11º. Excluem-se desta regra as Solicitações de Adiantamento, Contratos de Dívidas Fundadas, Precatórios, Folha de Pagamento de Funcionários, Encargos Previdenciários e outras despesas que não envolvam a aquisição de bens e/ ou contratação de serviços.

Art. 12º. Casos omissos serão tratados diretamente com o setor de Controladoria Interna do Município.

Art. 13º. Fica revogada a Instrução Normativa 1/2013, de 26 de agosto de 2013.

Grão-Pará, 15 de Dezembro de 2015.

EDMAR KEMPER NANDI

Controlador Geral – Controle Interno

ANEXO I

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE COMPRAS

SOLICITAÇÃO DE COMPRA					
Data:		AF(s)			
Secretaria:					
Setor:					
Recurso:					
Veículo*:					
Prazo Máximo:					
Justificativa:					
Item	Quantidade	Medida	Descrição	Valor Estimado	Valor Total Estimado

Total Estimado					
Sugestão de Fornecedores					
Servidor Requisitante			Secretário da Pasta		

ANEXO II - FLUXOGRAMA

DECRETO DF 008/2016 - ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000008/16 de 24 de Fevereiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(061)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

Total Suplementação: 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(058)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

Total Anulação: 20.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de Fevereiro de 2016.**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 24 de Fevereiro de 2016.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÕES PROCESSO 15.2016 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

PROCESSO Nº 15/2016 HOMOLOGAÇÃO: 24/02/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA/SC, DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO, CONFORME NECESSIDADE E PRESCRIÇÃO MÉDICA PARA O ANO DE 2016.

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.405,78 (vinte mil quatrocentos e cinco reais e setenta e oito centavos)

CONTRATADO: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.463,30 (dois mil quatrocentos e sessenta e três reais e trinta centavos)

CONTRATADO: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.335,56 (sete mil trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos)

CONTRATADO: CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSP LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 36.002,60 (trinta e seis mil e dois reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 41.752,30 (quarenta e um mil setecentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos)

CONTRATADO: S&R DISTRIBUIDORA LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.531,75 (vinte mil quinhentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos)

CONTRATADO: MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.708,86 (oito mil setecentos e oito reais e oitenta e seis centavos)

CONTRATADO: A. G. KIENEN & CIA. LTDA. - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 26.620,40 (vinte e seis mil seiscentos e vinte reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 42,30 (quarenta e dois reais e trinta centavos)

CONTRATADO: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.341,00 (quatro mil trezentos e quarenta e um reais)

CONTRATADO: AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.080,00 (dez mil oitenta reais)

CONTRATADO: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.392,44 (quatro mil trezentos e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos)

CONTRATADO: AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -

VALOR DA DESPESA: R\$ 34.316,50 (trinta e quatro mil trezentos e dezesseis reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENT

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.510,80 (dois mil quinhentos e dez reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI -

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.386,20 (dois mil trezentos e oitenta e seis reais e vinte centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.381,00 (dezessete mil trezentos e oitenta e um reais)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 44.16 AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS SAÚDE, BOMBEIROS E EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº44/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 51/16, Edital de Pregão Presencial Nº 44/16, Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Pneus Novos para veículos do Fundo Municipal de Saúde, Secretaria de Educação e Corpo de Bombeiros Militar de Guaraciaba/SC; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 09/03/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 09/03/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 24 de fevereiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 45.16 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº45/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 52/16, Edital de Pregão Presencial Nº 45/16, Objeto: Aquisição de Material Esportivo para Escolinhas de Voleibol, Futsal Masculino e Feminino e Futebol de Campo; recebimento de propostas até às 10:30 horas do dia 09/03/16; a abertura do Edital será às 10:30 horas do dia 09/03/16, no Setor de Compras, Contratos

e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 24 de fevereiro de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 616/2016

DECRETO Nº. 616/2016

Altera os membros da Equipe Coordenadora Municipal revisão do Plano Diretor Municipal de Guaramirim e do Grupo Gestor do Plano Regional de Desenvolvimento e Inovação do Vale do Itapocu.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica substituída a servidora Arquiteta e Urbanista Janice A. Kunzler, pela servidora Arquiteta e Urbanista Ana Beatriz Schier, subordinada à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, na composição da Equipe Municipal coordenadora de revisão do Plano Diretor do Município de Guaramirim, por motivo de afastamento por licença maternidade.

Art. 2º. Fica designada como membro da Equipe Municipal coordenadora de revisão do Plano Diretor do Município de Guaramirim, a servidora Engenheira Sanitarista Rafaela dos Santos Machado, subordinada à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Art. 3º. Os membros da Equipe Coordenadora devem cumprir com zelo, probidade e respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

Art. 4º. Mantêm-se em vigor as demais disposições do Decreto Nº 503/2015, publicado em 13/07/2015.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 617/2016

DECRETO Nº. 617/2016

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

12.1 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

0010.0304.0006.2046 - Vigilância em Saúde - Vigilância Sanitária

3319000000000000 - Aplicações Diretas

03381500 - Vigilância Sanitária R\$ 30.000,00

0010.0305.0006.2159 - Vigilância em Saúde - Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS)

3319000000000000 - Aplicações Diretas

03381600 - Epidemiologia e Controle de Doenças –edc R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para as suplementações de que trata o artigo anterior são oriundas do superávit do exercício anterior no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), proveniente das fontes abaixo:

03381500 - Vigilância Sanitária R\$ 30.000,00

03381600 - Epidemiologia e Controle de Doenças –edc R\$ 60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2016 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2016 – PMG

Objeto: Registro de preços para futura aquisição de óleo diesel S-10 para abastecimento da frota de veículos pesados da Secretaria de Infraestrutura.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 04/2016 - PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: POSTO DE GASOLINA MAIOCHI LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 83.539.395/0001-22, com sede na Rua 28 de Agosto, Centro, Jaraguá do Sul (SC), CEP: 89270-000.

Vigência: Início: 18/02/2016 Término: 17/02/2017.

Fornecedor: 76325 - POSTO DE GASOLINA MAIOCHI LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	220000	LITRO	ÓLEO DIESEL S-10	3,00	660.000,00
Total				R\$660.000,00	

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 69/2016

PORTARIA Nº. 069/2016

Nomeia membros para comporem a Comissão Permanente de Recebimento de Patrimônio e Bens Consumo.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Comissão Permanente de Recebimento de Patrimônio e Bens Consumo, os servidores:

Ivone Modrock – presidente

Valdinei Alves Vieira – membro

Adryelle Fabiane Tarachucky – membro

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 585/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 70/2016

PORTARIA Nº. 070/2016

Altera art. 1º da Portaria nº. 60/2016, que nomeia membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº. 01/2016, da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 60/2016 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º. Ficam nomeados como membros da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº. 01/2016, para contratação temporária de Recepcionista, Médico Auditor, Médico Clínico Geral 20h, Médico ESF 40h e Médico Pediatra, da Prefeitura Municipal de Guaramirim:

..... ” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 71/2016

PORTARIA Nº. 071/2016

Designa atribuição aos servidores: Paola V. Carriço, Cláudio E. Maba, Carlos F. Fischer, Fernanda de R. Rien Machado, Carolina C. Galfrascoli Gabriel Felippi e Patrícia Malko.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar Paola V. Carriço, Cláudio E. Maba, Carlos F. Fischer, Fernanda de R. Rien Machado, Carolina C. Galfrascoli Gabriel Felippi e Patrícia Malko, para conferência de documentos originais com suas respectivas fotocópias, destinados aos certames licitatórios e demais atos administrativos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 669/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

31/2016

DECRETO Nº 31/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 62.309,19 (sessenta e dois, trezentos e nove reais e dezenove centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.046

3.3.90.00-00.00.0067- Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

3.3.90.00-00.00.3071- Aplicações Diretas R\$ 7.883,01

3.3.90.00-00.00.0259- Aplicações Diretas R\$ 32.426,18

Soma R\$ 62.309,19

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Supelmentar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Excesso de Arrecadação financeiro do exercício de 2016, referente aos recursos do SES/farmácia, no valor de R\$ 22.000,00; referente aos recurso do Superavit financeiro do exercício de 2015, referente aos recursos do SUS/farmácia, no valor de R\$ 7.883,01; e referente aos recursos do SES/farmácia, no valor de R\$ 32.426,18

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

24 de fevereiro de 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Claudio Inácio Weschenfelder

Secretário Administração e Fazenda

32/2016

Decreto 32/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMETAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, destinados à suplementação do seguinte item

orçamentário:

15- FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO:

01- Fundo Municipal do Idoso:

Atividade: 1501.08.241.0057.2.100

(32)3.1.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

SOMA R\$ 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

15- FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO:

01- Fundo Municipal do Idoso:

Atividade: 1501.08.241.0057.2.100

(33)3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

SOMA R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
24 de fevereiro de 2016.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder

Secretário Administração e Fazenda

33/2016

Decreto 33/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMETAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, destinados à suplementação do seguinte item orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

07- Encargos Gerais do Município:

Atividade: 0407.08.243.0007.2.095

(45)3.3.90.00-00.00.118 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

SOMA R\$ 5.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

07- Encargos Gerais do Município:
Atividade: 0407.08.243.0007.2.095
(44)3.1.90.00-00.00.118 Aplicações Diretas R\$
1.000,00
(46)4.4.90.00-00.00.118 Aplicações Diretas R\$
4.000,00

SOMA R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
24 de fevereiro de 2016.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 15/2016
PROCESSO LICITATORIO Nº. 04/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº.
03/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: HERRIBERD UTZIG 10009671900
OBJETO: Contratação de empresas para disponibilizar instrutores
para ministrar a oficina de Oficina de Cantos para atender os mu-
nícipes do município de Guarujá do Sul, de todas as idades que
tiverem interesse.
Item 2 – Oficina de Cantos para estruturação e manutenção dos
Corais Infantil, Jovens, Adulto e da Terceira Idade, 40 horas men-
sais, no período de 01 de março de 2016 ate 15 de dezembro de
2016.
VALOR TOTAL: R\$ 21.080,50
VIGENCIA: 01/03/2016 a 15/12/2016

Guarujá do Sul, SC, 24 de fevereiro de 2015.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - FMS PL 02

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
Conforme Ata nº. 01/2016 - PL nº 02/2016 – PR nº. 01/2016 para
Contratação de Laboratório Protético para moldagem e confecção
de Próteses Dentárias Total e Parcial Removível, destinados aos
pacientes do Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá
do Sul. ENCERRAMOS O REFERIDO PROCESSO LICITATORIO POR
NÃO HAVER NENHUMA EMPRESA HABILITADA.
Guarujá do Sul, 24 de fevereiro de 2016.
Rossmery K. Vergutz;
Secretária

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 14 E 15

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 14/2016
PROCESSO LICITATORIO Nº. 04/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº.
03/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: JOACIR LUIZ GARLET FACCIN 59353848920
OBJETO: Contratação de empresas para disponibilizar instrutores
para ministrar a oficina de Instrumentos Musicais para atender os
municípios do município de Guarujá do Sul, de todas as idades que
tiverem interesse.
Item 1 - Oficina de Instrumentos Musicais tais como violão, gaita,
violino, guitarra entre outros, 30 horas mensais, no período de 01
de março de 2016 ate 15 de dezembro de 2016
VALOR TOTAL: R\$ 14.753,50
VIGENCIA: 01/03/2016 a 15/12/2016

Guarujá do Sul, SC, 24 de fevereiro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 04 - MARGARETE DE OLIVEIRA CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora Margarete de Oliveira, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 022.084.640-52, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº 002/2015/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3493/2015, para o Cargo de Professor de Anos Iniciais, para assumir 20 horas, vespertino, na EBM Cruz e Sousa.

Art. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da publicação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, para assumir a vaga sob pena de entender-se que desiste da mesma, bem como do processo seletivo em questão.

Art. 3º A posse da aprovada, ora convocada, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d'Oeste (SC) em 24 de fevereiro de 2016.

Lourdes Ferreira Brandão
Secretária Municipal de Educação,
Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/____
____ Margarete de Oliveira

PORTARIA Nº 217/2016 PORTARIA Nº 217/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora NEIDE RIBEIRO DOS SANTOS (Matr. 95), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 11/E, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, para atuar em Assuntos Pedagógicos e Administrativos junto ao GEM Cruz e Sousa, a contar de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 218/2016 PORTARIA Nº 218/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora SIMARA PASINATO (Matr. 370 e 1010), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência, 8/A e 7/E, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, para atuar na Biblioteca de Escola, e atuar no PROAPA, junto ao CME Pequeno Príncipe, a contar de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 219/2016 PORTARIA Nº 219/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora MARILENE ZANINI MILANI (Matr. 061), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 5.1/C, Anexo XI, da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para exercer suas atividades como Apoio Pedagógico, junto ao CME Pequeno Príncipe, durante o ano letivo de 2016, conforme preceitua o artigo 33 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 220/2016

PORTARIA Nº 220/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora INES RECH MARIN (Matr. 86), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/D, anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para atuar no PROAPA – Projeto de Apoio Pedagógico na Alfabetização, junto a EBM Cruz e Souza, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, de conformidade com a LC Nº 233//2007 e alterações posteriores.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 221/2016

PORTARIA Nº 221/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO ao Servidor VILMAR VARELLA DE OLIVEIRA (Matr. 88 e 492), o qual exerce a função de Professor, Nível/Referência – 5/B e 7/D, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para atuar nas Oficinas Música, junto à Casa da Cultura, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o final do ano letivo de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 222/2016

PORTARIA Nº 222/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora SIMONE APARECIDA BORSOI (Matr. 4215), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, Ensino Fundamental, junto ao CME Pequeno Príncipe, a partir de 22 de fevereiro de 2016, em substituição à Servidora Lariane Assis Xavier Santos de Carvalho, que se encontra afastada em Licença Maternidade, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2016, aprovada e

classificada em 1º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 223/2016

PORTARIA Nº 223/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora SIMONE APARECIDA BORSOI (Matr. 4216), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Ensino Fundamental, junto a EBM Estação Luzerna, em substituição à Servidora SIMARA PASINATO, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 1º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 224/2016

PORTARIA Nº 224/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora PAMELA TERÊNCIO DA SILVA (Matr. 4217), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Ensino Fundamental, junto a EBM Cruz e Souza, em substituição à Servidora INÊS RECH MARIN, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016 ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 7º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 225/2016

PORTARIA Nº 225/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora VANDRÉIA PEREIRA CARDOSO DOS PASSOS (Matr. 4218), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Ensino Fundamental, junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição à Servidora MARILENE ZANINI MILANI, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016 ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 10º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 226/2016

PORTARIA Nº 226/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora MÁRCIA RITA RIBEIRO DOS SANTOS (Matr. 4219), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Ensino Fundamental, junto ao CME Pequeno Príncipe, a partir de 22 de fevereiro de 2016, em substituição à Servidora Lariane Assis Xavier Santos de Carvalho, que se encontra afastada em Licença Maternidade, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 13º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 227/2016

PORTARIA Nº 227/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora MARIA LUIZA DEZANET (Matr. 4220), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Ensino Fundamental, junto a EBM Estação Luzerna, a partir de 22 de fevereiro de 2016, em substituição à Servidora Iria Terezinha Matevi, que se encontra afastada em Tratamento de Saúde, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 14º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 228/2016

PORTARIA Nº 228/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora FÁTIMA ZARTH (Matr. 4225), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Ensino Fundamental, junto ao GEM Nossa Senhora de Fátima, em substituição à Servidora Marinês Aparecida Gonçalves, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 8º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 229/2016

PORTARIA Nº 229/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora MARISETE DE CORDOVA PASSOS DAHMER (Matr. 4221), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Ensino Fundamental, junto a EBM Cruz e Souza, em substituição à Servidora Vanuza de Oliveira, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 15º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 230/2016

PORTARIA Nº 230/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora JAQUELINE SCHNEIDER (Matr. 4222), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Ensino Fundamental, junto a EBM Cruz e Souza, em substituição ao Servidor Vilmar Varela de Oliveira, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 17º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 231/2016

PORTARIA Nº 231/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora ARIANE DE OLIVIERA BERTUSSO (Matr. 4223), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Ensino Fundamental, junto a ERM Profº Alcino Fernandes, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 22º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 232/2016

PORTARIA Nº 232/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora LUCIANE REZENDE (Matr. 4224), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Ensino Fundamental, junto a ERM Profº Alcino Fernandes, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 2º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 233/2016

PORTARIA Nº 233/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora MÁRCIA RITA RIBEIRO DOS SANTOS (Matr. 4227), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, Ensino Fundamental, junto a EBM Estação Luzerna, em substituição à Servidora SIMARA PASINATO, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 13º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 234/2016

PORTARIA Nº 234/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora CLAUDETE DA SILVA (Matr. 4228), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, Disciplina de História, junto a EBM Cruz e Sousa, em substituição ao Servidor VILMAR VARELA DE OLIVEIRA, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 1º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 235/2016

PORTARIA Nº 235/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora SANDRA KANGERSKI BOTTEGA (Matr. 4229), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 10 horas semanais, turno matutino, Disciplina de Geografia, junto a EBM Estação Luzerna, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 002/2016/SMECE, de 02 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 236/2016

PORTARIA Nº 236/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora DANIELA PIOVESAN DA SILVA (Matr. 4230), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 10 horas semanais, turno matutino, Disciplina de Ciências, junto a EBM Cruz e Sousa, em substituição à Servidora Maira Rita Parize Alberguini, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 1º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 237/2016

PORTARIA Nº 237/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora VANDRÉIA SCHREIDER (Matr. 4231), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 30 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Língua Inglesa, junto as Unidades: EBM Estação Luzerna e CME Pequeno Príncipe, em substituição à Servidora Gisele Bulh, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 1º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 238/2016

PORTARIA Nº 238/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora MARISA GORETI ALBERTI LORENZETTI (Matr. 4232), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, junto ao GEM Prof. Adolfo Becker, em substituição à Servidora Viviane A. Campanhol Sbrussi, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 20º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 239/2016

PORTARIA Nº 239/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora RUTE CARDOSO DA ROCHA (Matr. 4233), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, junto a EBM Estação Luzerna, em substituição à Servidora Silvana Trevisol Gab, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 24º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 240/2016

PORTARIA Nº 240/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora DENYSE CARLETTI (Matr. 4234), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, junto a EBM Estação Luzerna, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 26º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 241/2016

PORTARIA Nº 241/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora IVONE RODRIGUES DE SOUZA KACZUR (Matr. 4235), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, junto a EBM Cruz e Sousa, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 23º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 242/2016

PORTARIA Nº 242/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora JULIANA VALQUIRIA ROSA TAUGEM (Matr. 4236), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, junto ao GEM Nossa Senhora de Fátima, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 21º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 243/2016

PORTARIA Nº 243/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora DANIELA PATRICIA APARECIDA ANTUNES (Matr. 4237), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição à servidora Taize Sabei, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 7º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 244/2016

PORTARIA Nº 244/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora MARI SIRENE DE MATOS DA LUZ (Matr. 4238), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição à servidora Mara Teresinha dos Santos Kulh, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 18º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 245/2016

PORTARIA Nº 245/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor JULIO PASQUAL RIGO (Matr. 4239), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Educação Física, junto ao GEM Nossa Senhora de Fátima, em substituição à servidora Michele da Silva Coelho, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovado e classificado em 3º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 246/2016

PORTARIA Nº 246/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor MÁRCIO ALEX CARDOSO BELARDONY (Matr. 4240), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Educação Física, junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição ao servidor Valdecir Pereira da Silva, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovado e classificado em 5º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 247/2016

PORTARIA Nº 247/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor DIONATHAS RODRIGUES DE OLIVEIRA (Matr. 4241), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 30 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Educação Física, junto ao CME Pequeno Príncipe, sendo 20 horas em substituição à servidora Marilene de Lurdes Alves, e 10 horas em substituição à servidora Simone Minks, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno das servidoras efetivas, aprovado e classificado em 7º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 248/2016

PORTARIA Nº 248/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora FABIANE TAÍS FORMIGUERI (Matr. 4242), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Educação Física, junto a EBM Cruz e Sousa e a ERM Prof. Alcino Fernandes, sendo 10 horas em substituição à servidora Sabrina Rover, e 10 horas em substituição à servidora Simone Minks, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno das servidoras efetivas, aprovado e classificado em 7º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 249/2016

PORTARIA Nº 249/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor RODRIGO MITTERER (Matr. 4243), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 10 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Informática, junto a EBM Cruz e Sousa e Casa da Cultura, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, classificado na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 004/2016/SMECE, de 16 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 250/2016

PORTARIA Nº 250/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora GISLEIDE APARECIDA RODRIGUES (Matr. 4244), para exercer a função de Professor, Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Música, junto às Unidades Escolares: GEM Prof. Adolfo Becker, GEM Nossa Sra. De Fátima e ERM Prof. Alcino Fernandes, a partir de 22 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 002/2016/SMECE, de 02 de fevereiro de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº007/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE TAIÓ

CNPJ/MF 04.415.095/0001-65

Empresa: ARG INDUSTRIAL LTDA - EPP

Endereço: ROD SC 302,1860

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 007/2016 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ARG INDUSTRIAL LTDA - EPP estabelecida na ROD SC 302,1860, Bairro Barragem Oeste, TAIÓ - SC, CNPJ nº 04.415.095/0001-65, doravante denominada CONTRATADA, resolve unilateralmente celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº 050/2014, que tem por objeto a execução em regime de empreitada por preço unitário de empresa especializada para a Construção de Quadra Poliesportiva com vestiários padrão FNDE com 980,40 m² a ser instalada no Centro Municipal de Educação Pequeno Príncipe situado a Rua Senador Eusébio, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra, em decorrência do Processo Licitatório nº 039/2014, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 009/2014, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo contratual bem como o prazo de execução da ordem de serviço nº 009/2014 de 07/03/2016 até 05/06/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, § 1º inciso II e da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como justificativa da contratada e parecer técnico da Secretaria de Planejamento e Coordenação.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 050/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 25 de fevereiro de 2016.

NELSON GUINDANI Prefeito CPF nº 501.589.459-72 Pelo Município	ALMIR RENI GUSKI Sócio Administrador CPF nº 542.869.139-53 Pela Empresa
Testemunhas:	
Vera Lucia da Silva Bilibio CPF: 600.730.049-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº008/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
"Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
"AUTO VIAÇÃO HERVAL LTDA – ME"
CNPJ/MF Nº 02.935.521/0001-66
Av. Beira Rio, 507

TERMO ADITIVO Nº 008/2016 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Herval d'Oeste, através de sua Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 389, Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AUTO VIAÇÃO HERVAL LTDA - ME, estabelecida na Av. Beira Rio, 507, Sala 02, no Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 02.935.521/0001-66, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Vitor Olivo brasileiro, inscrito no CPF nº 758.503.389-34 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2015, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo total de 6,273%(seis vírgula duzentos e setenta e três por cento) nos quantitativos do item nº 03 e 5,989% (cinco vírgula novecentos e oitenta e nove por cento) nos quantitativos do item nº 06, dos itens registrados para o fornecedor conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
3	LINHA 03 BOA ESPERANÇA - BARRA VERDE - HERVAL D'OESTE	KM	1360	3,96	5.385,60
6	LINHA 06 - SEDE BELEM- HERVAL D'OESTE - APAE JBA	KM	1320	2,80	3696,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com o acréscimo nos quantitativos do contrato original passará de R\$ 440.848,80 (quatrocentos e quarenta mil oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos) para R\$ 449.930,40 (quatrocentos e quarenta e nove mil novecentos e trinta reais e quarenta centavos) representando um acréscimo de R\$ 9.081,60 (Nove mil oitenta e um real e sessenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso I , da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 035/2015, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 25 de fevereiro de 2016.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Vitor Olivo Sócio Administrador CPF: 758.503.389-34 Pela Empresa
Testemunhas:	
Vera Lucia da Silva Bilibio CPF: 600.730.049-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

ERRATA - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

A Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, torna pública errata do PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016, tendo por objeto a contratação dos seguintes serviços: Item 01: Contratação de serviços radiofônicos com frequência modulada (FM) ou Amplitude Modulada (AM) e abrangência comprovada no município de Herval d'Oeste, visando à transmissão integral das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste; Item 02: Contratação de veiculação semanal de um programa de 15 (quinze) minutos com os vereadores, com 3 (três) chamadas durante o dia na programação normal da emissora; Item 03: Contratação de 150 (cento e cinquenta) inserções produzidas pela emissora e veiculadas nos dias de realização de sessão na Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste; Item 04: Contratação de serviços de mídia eletrônica, em portal de notícias, com atualização diária e permanente, para divulgação da pauta das sessões ordinárias e extraordinárias, com divulgação de matérias e jornalísticas de indicações e projetos de lei da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste.

Onde se lê:

Item 02: Contratação de veiculação semanal de um programa de 15 (quinze) minutos com os vereadores, com 3 (três) chamadas durante o dia na programação normal da emissora;

LEIAM-SE:

Item 02: Contratação de veiculação semanal de um programa de 10 (DEZ) minutos com os vereadores, nas terças-feiras, com 3 (três) chamadas durante o dia na programação normal da emissora;

Herval d'Oeste, 24 de fevereiro de 2016.

Paulo Ferrandin

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ibiam

PREFEITURA

CONTRATO 014/2016

CONTRATO 014/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 004/2016

PREGÃO N. 003/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILMAR FONTANA brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado Ibiam - SC, inscrito no CPF: 422.402.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 1.300.506, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa ROBERSON KERN -ME, CNPJ12.875.553/0001-77, estabelecida na Rua Estm. Linha Cerro Azul, s/n interior na cidade de Ibiam-SC, representada por seu Gerente o Sr. ROBERSON KERN, CPF: 035.401.639-30, CI.4.624.210, denominada neste instrumento de CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do processo licitatório nº 004/2016, de acordo com o disposto na Lei 10.520 no Artigo 54 de Lei 8.666/93, com alterações subsequentes, e LC 123/06, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2016 da Prefeitura Municipal de Ibiam, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - Contratação de Pessoa Jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2016, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a aproximadamente 200 dias Letivos. O Município de Ibiam reserva-se o direito de rescindir a qualquer momento e sem direito a indenização e/ou reclamação, contrato(s), decorrentes deste processo para realizar o transporte com veículo próprio do Município de Ibiam. Somente serão pagos os quilometro percorridos a partir da entrada no veículo do primeiro aluno. Não serão pagos quilômetros realizados com carro vazio(sem alunos). Para os seguintes percursos:

ITEM	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO	OBJETO	UNIDADE
1	11.920	3,50	Transporte escolar para a linha Cerro Azul/Ibiam, e vice e versa no período da manhã, por aproximadamente 200dias letivos. Veiculo com capacidade mínima para 37 passageiros, veiculo deve estar em excelente estado de conservação. Quilometragem diária de 59,6Km. Tipo de veículo: Ônibus.	km

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

Das Condições de Prestação do Serviço – Os serviços de transporte escolar objeto do presente certame licitatório deverão ser realizados com base no calendário escolar, ou seja, durante o ano letivo de 2016, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação. Os Veículos utilizados para o transporte escolar, deverão estar estacionados no pátio da escola, com antecedência máxima de 5(cinco) minutos, do horário de chegada ou saída dos alunos. Motoristas que chegarem antes, deste horário, e que por ventura algum aluno, venha a sofrer algum tipo de acidente, será responsabilizado, e arcará com as despesas Sob pena de aplicação das penalidades constantes neste edital.

10.2 - Dos Prazos e Vigência - A contagem do prazo para execução dos serviços, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31.12.2016.

O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação será até 31/12/2016, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos, por interesse da Administração e com anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

10.3 - No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo(salvo motivo justo e devidamente comprovado, conforme item 11.3 deste edital). Após esse período poderá ser reajustado pela variação do INPC dos últimos doze meses ou por outro indexador que vier a substituí-lo, (caso o INPC seja extinto. Na indisponibilidade do INPC de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

Caso ocorra prorrogação de prazo mediante termo aditivo, o mesmo somente será efetuado mediante apresentação de todas as negativas e demais documentos conforme exigido na habilitação e assinatura do contrato do respectivo processo licitatório acompanhadas de ofício do contratado manifestando interesse em prorrogar a vigência do respectivo contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 3,50 por km. Os custos estão expressos na proposta vencedora, a qual faz parte integrante deste contrato. O valor total do presente contrato será de R\$ 41.720,00(quarenta e um mil, setecentos e vinte reais).

b) Os pagamentos serão mensais, na conformidade com a quantidade de quilômetros percorridos com base nos dias letivos, conforme relatório fornecido pela secretaria de educação do Município de Ibiã, e será liberado conforme decreto municipal que fixa o cronograma de pagamento e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica(devidamente liquidada pela secretária de educação). A empresa deve encaminhar o arquivo XML para o seguinte endereço: nfe@ibiam.sc.gov.br

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.1.2 O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito a seguir relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada. Também não será efetuado o pagamento para empresas que estejam com algum dos seguintes documentos vencidos, Licenciamento anual do veículo(IPVA, Seguro e Taxa), Seguro, Inspeção Semestral, Carteira de habilitação do motorista, Curso especializado para o motorista, e outros, conforme exigido no item 15.6 e 15.7 do respectivo edital e conforme Cláusula nona do presente contrato.

11.1.3 Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, objeto ao qual a contratada foi vencedora, número do contrato, nº do Processo e do Pregão, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE IBIAM

RUA

CNPJ –

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento. §1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 004/2016, para o ano de 2016, correrão por conta dos recursos orçamentários:

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 2086 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

Elemento: 33903926 – Serviços de transporte escolar

Reduzido: 76 Fonte: 1001 - 77 Fonte: 1136 - 78 Fonte: 1137 - 79 Fonte: 1162

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 2028 – Manutenção das atividades de apoio do Ensino Médio

Elemento: 33903926 – Serviços de transporte escolar

Reduzido: 81 Fonte: 1000 -82 Fonte: 1137 - 83 Fonte: 1162

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 2026 – Manutenção das atividades da educação Infantil

Elemento: 33903926 – Serviços de transporte escolar

Reduzido: 87 Fonte: 1001 - 88 Fonte: 1137

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Educação, de maneira a atender as necessidades.
- b) A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.
- c) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- d) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.
- e) A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.
- f) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula segunda, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e numero total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município.
- g) Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar.
- h) A Contratada é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias por qualquer motivo.
- i) A Contratada sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.
- j) A Contratada é responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- l) A CONTRATADA assumirá todas as despesas com o veículo e sua manutenção, com pessoal, encargos trabalhistas, seguros e normas do transportes de passageiros. A contratada assume com assinatura do presente instrumento, total responsabilidade, civil e criminal pelo transporte dos alunos, eximindo à administração municipal de qualquer compromisso presente ou futuro.
- m) O objeto do presente contrato e a conseqüente prestação de serviços da contratada, determinam como prioridade os transportes de alunos, vedado o transporte de passageiros.
- n) A contratada deve transportar somente alunos devidamente matriculados nas escolas Municipal e Estadual, o transporte de passageiros é terminantemente proibido, nos da Decisão nº 1244/2005 do TCE/SC, que resultou no prejulgado de n.º 1658, nos seguintes termos: É proibido ao Município, através dos ônibus da Secretaria Municipal de Educação, adquiridos para o transporte de estudantes, inclusive aos residentes no interior da municipalidade, transportar cidadãos não estudantes, por ofender aos princípios da moralidade e impessoalidade administrativa, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Caso o transportador descumpra esta exigência, o contrato será rescindido.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obrigatoriamente, deve cumprir integralmente, durante a vigência do presente contrato, para o(s) veículo(s) que serão utilizados no transporte escolar, e para o(s) condutor(es)(motorista) o que segue:

Manter em dia(vigente) seguro do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar e Seguro por Danos Pessoais para os Ocupantes do veículo sendo de no mínimo R\$ 50.000,00(CINQUENTA MIL REAIS) por ocupante;

- a) Cópia da documentação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do transporte escolar, DEVIDAMENTE LICENCIADO para o ano de 2016;
- b) Quando os veículos não forem de propriedade do Contratado apresentar documento com firma reconhecida em cartório, que comprove o direito deste, utilizá-lo para execução do objeto deste certame licitatório.
- c) Os veículos utilizados para o transporte escolar, devem atender plenamente a determinação do Código Brasileiro de Trânsito de acordo

com os Art. 136, 137, 139, conforme segue:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, em perfeitas condições de funcionamento, e com certificado de aferido, emitido pelo INMETRO, ou por entidade por ele credenciada;;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Os veículos utilizados para o transporte escolar, também devem possuir extintor de incêndio, com carga adequada(pó químico seco, ou gás carbônico), aferido pelo INMETRO, e respeitando o prazo de validade.

É vedada a ampliação de capacidade de lotação do(s) veículo(s) utilizado(s) no transporte escolar, sem prévia autorização do DETRAN

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

a) Alvará Sanitário, e Alvará de Localização e Funcionamento.

b) Comprovação de que possui motorista, devidamente habilitado, nos termos do Art. 138 do Código Brasileiro de Trânsito), indicar o nome do mesmo, qual a linha o profissional ira atuar, e o vinculo entre este e a empresa(contrato social, contrato de prestação de serviços com firma reconhecida em cartório, ou inscrição junto ao INSS(carteira de trabalho).

Do Condutor:

a) Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista, que efetuará o serviço, das exigências previstas no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

1) ter idade superior a vinte e um anos;

2) Carteira de Habilitação valida, no mínimo categoria D (inciso I, art. 143 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997); tratando-se de CNH emitida por outra Unidade de Federação, apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação da CNH, emitida pelo DETRAN de origem da CNH;

3) não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

4) ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, art. 145 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 e art. 33 da Resolução n. 168, de 14 de dezembro de 2004, atualizada do CONTRAN).

5) Apresentar documentação que atenda o artigo n. 329 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro. CERTIDÃO NEGATIVA DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL RELATIVAMENTE AOS CRIMES DE HOMICÍDIO, ROUBO, ESTUPRO, E CORRUPÇÃO DE MENORES.

6) Certidão Negativa de Crimes cometidos na condução de veículo automotor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Administração municipal nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

a) A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária Municipal de Educação do Município de Ibiam, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c portaria municipal 0185/2011.

b) O Município a seu critério e através do departamento de educação, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as linhas e do comportamento do pessoal da contratada.

c)A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados.

d) A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da

contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas consequências e implicações presentes ou futuras.

e) A fiscalização será exercida pelo poder público concedente, Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LIBERAÇÃO - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n 1.351/05 e LC 123/06.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 004/2016, Pregão Presencial n. 003/2016, da Prefeitura de Ibiá, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiro. Após o início do ano letivo, verificando a necessidade, poderão sofrer alteração a quantidade de km mencionados, com fundamento do artigo 65, § 1º da Lei Federal N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiam(SC), 05 de Fevereiro de 2016
 GILMAR FONTANA
 Prefeito Municipal em exercício
 CONTRATANTE

ROBERSON KERN - ME
 CDNPJ: 12.875.553/0001-77
 Gerente: ROBERSON KERN.
 CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Fátima Fontana Gonzatto
 CPF: 304.863.359-68

Rosinei Ceron
 CPF: 004.918.899-25

Henrique Grassi Rossato
 Procurador Geral – OAB/SC 34.173

CONTRATO 015/2016

CONTRATO 015/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 004/2016
 PREGÃO N. 003/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILMAR FONTANA brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado Ibiam - SC, inscrito no CPF: 422.402.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 1.300.506, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa JOÃO VILMAR PELENTIR - ME, CNPJ 23.162.775/0001-69, estabelecida na Rua Glória Angela Recalcatti, nº 83, centro da cidade de Ibiam-SC, representada por seu Gerente o Sr. JOÃO VILMAR PELENTIR, CPF: 497.723.929-68, CI.1.518.494, denominada neste instrumento de CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do processo licitatório nº 004/2016, de acordo com o disposto na Lei 10.520 no Artigo 54 de Lei 8.666/93, com alterações subsequentes, e LC 123/06, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2016 da Prefeitura Municipal de Ibiam, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - Contratação de Pessoa Jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2016, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a aproximadamente 200 dias Letivos. O Município de Ibiam reserva-se o direito de rescindir a qualquer momento e sem direito a indenização e/ou reclamação, contrato(s), decorrentes deste processo para realizar o transporte com veículo próprio do Município de Ibiam. Somente serão pagos os quilometro percorridos a partir da entrada no veículo do primeiro aluno. Não serão pagos quilômetros realizados com carro vazio(sem alunos). Para os seguintes percursos:

2	20.140	3,50	Transporte escolar para a Linha Santo Alécio/Vista Alegre/Ibiam, e vice e versa no período manhã e tarde, por aproximadamente 200 dias letivos. Veiculo com capacidade mínima para 24 passageiros, veiculo deve estar em boas condições de uso. Quilometragem diária de 100,7 km. Tipo de Veículo: Micro-ônibus, Ônibus.	km
---	--------	------	--	----

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

Das Condições de Prestação do Serviço – Os serviços de transporte escolar objeto do presente certame licitatório deverão ser realizados com base no calendário escolar, ou seja, durante o ano letivo de 2016, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação. Os Veículos utilizados para o transporte escolar, deverão estar estacionados no pátio da escola, com antecedência máxima de 5(cinco) minutos, do horário de chegada ou saída dos alunos. Motoristas que chegarem antes, deste horário, e que por ventura algum aluno, venha a sofrer algum tipo de acidente, será responsabilizado, e arcará com as despesas Sob pena de aplicação das penalidades constantes neste edital.

10.2 - Dos Prazos e Vigência - A contagem do prazo para execução dos serviços, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31.12.2016.

O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação será até 31/12/2016, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos, por interesse da Administração e com anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

10.3 - No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo(salvo motivo justo e devidamente comprovado, conforme item 11.3 deste edital). Após esse período poderá ser reajustado pela variação do INPC dos últimos doze meses ou por outro indexador que vier a substituí-lo, (caso o INPC seja extinto. Na indisponibilidade do INPC de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

Caso ocorra prorrogação de prazo mediante termo aditivo, o mesmo somente será efetuado mediante apresentação de todas as negativas e demais documentos conforme exigido na habilitação e assinatura do contrato do respectivo processo licitatório acompanhadas de ofício do contratado manifestando interesse em prorrogar a vigência do respectivo contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 3,50 por km. Os custos estão expressos na proposta vencedora, a qual faz parte integrante deste contrato. O valor total do presente contrato será de R\$ 70.490,00(Setenta mil quatrocentos e noventa reais).

b) Os pagamentos serão mensais, na conformidade com a quantidade de quilômetros percorridos com base nos dias letivos, conforme relatório fornecido pela secretaria de educação do Município de Ibiã, e será liberado conforme decreto municipal que fixa o cronograma de pagamento e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica(devidamente liquidada pela secretária de educação). A empresa deve encaminhar o arquivo XML para o seguinte endereço: nfe@ibiam.sc.gov.br

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.1.2 O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito a seguir relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada. Também não será efetuado o pagamento para empresas que estejam com algum dos seguintes documentos vencidos, Licenciamento anual do veículo(IPVA, Seguro e Taxa), Seguro, Inspeção Semestral, Carteira de habilitação do motorista, Curso especializado para o motorista, e outros, conforme exigido no item 15.6 e 15.7 do respectivo edital e conforme Cláusula nona do presente contrato.

11.1.3 Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, objeto ao qual a contratada foi vencedora, número do contrato, nº do Processo e do Pregão, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE IBIAM

RUA

CNPJ –

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento. §1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 004/2016, para o ano de 2016, correrão por conta dos recursos orçamentários:

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 2086 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

Elemento: 33903926 – Serviços de transporte escolar

Reduzido: 76 Fonte: 1001 - 77 Fonte: 1136 - 78 Fonte: 1137 - 79 Fonte: 1162

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 2028 – Manutenção das atividades de apoio do Ensino Médio

Elemento: 33903926 – Serviços de transporte escolar
Reduzido: 81 Fonte: 1000 -82 Fonte: 1137 - 83 Fonte 1162

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atividade: 2026 – Manutenção das atividades da educação Infantil
Elemento: 33903926 – Serviços de transporte escolar
Reduzido: 87 Fonte: 1001 - 88 Fonte 1137

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Educação, de maneira a atender as necessidades.
- b) A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.
- c) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- d) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.
- e) A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.
- f) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula segunda, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e numero total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município.
- g) Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar.
- h) A Contratada é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias por qualquer motivo.
- i) A Contratada sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.
- j) A Contratada é responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- l) A CONTRATADA assumirá todas as despesas com o veículo e sua manutenção, com pessoal, encargos trabalhistas, seguros e normas do transportes de passageiros. A contratada assume com assinatura do presente instrumento, total responsabilidade, civil e criminal pelo transporte dos alunos, eximindo à administração municipal de qualquer compromisso presente ou futuro.
- m) O objeto do presente contrato e a conseqüente prestação de serviços da contratada, determinam como prioridade os transportes de alunos, vedado o transporte de passageiros.

n) A contratada deve transportar somente alunos devidamente matriculados nas escolas Municipal e Estadual, o transporte de passageiros é terminantemente proibido, nos da Decisão nº 1244/2005 do TCE/SC, que resultou no prejudgado de n.º 1658, nos seguintes termos: É proibido ao Município, através dos ônibus da Secretaria Municipal de Educação, adquiridos para o transporte de estudantes, inclusive aos residentes no interior da municipalidade, transportar cidadãos não estudantes, por ofender aos princípios da moralidade e impessoalidade administrativa, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Caso o transportador descumpra esta exigência, o contrato será rescindido.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obrigatoriamente, deve cumprir integralmente, durante a vigência do presente contrato, para o(s) veículo(s) que serão utilizados no transporte escolar, e para o(s) condutor(es)(motorista) o que segue:

Manter em dia(vigente) seguro do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar e Seguro por Danos Pessoais para os Ocupantes do veículo sendo de no mínimo R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) por ocupante;

- a) Cópia da documentação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do transporte escolar, DEVIDAMENTE LICENCIADO para o ano de 2016;
- b) Quando os veículos não forem de propriedade do Contratado apresentar documento com firma reconhecida em cartório, que comprove o direito deste, utilizá-lo para execução do objeto deste certame licitatório.
- c) Os veículos utilizados para o transporte escolar, devem atender plenamente a determinação do Código Brasileiro de Trânsito de acordo com os Art. 136, 137, 139, conforme segue:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, em perfeitas condições de funcionamento, e com certificado de aferido, emitido pelo INMETRO, ou por entidade por ele credenciada;;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Os veículos utilizados para o transporte escolar, também devem possuir extintor de incêndio, com carga adequada(pó químico seco, ou gás carbônico), aferido pelo INMETRO, e respeitando o prazo de validade.

É vedada a ampliação de capacidade de lotação do(s) veículo(s) utilizado(s) no transporte escolar, sem prévia autorização do DETRAN

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

a) Alvará Sanitário, e Alvará de Localização e Funcionamento.

b) Comprovação de que possui motorista, devidamente habilitado, nos termos do Art. 138 do Código Brasileiro de Trânsito), indicar o nome do mesmo, qual a linha o profissional ira atuar, e o vínculo entre este e a empresa(contrato social, contrato de prestação de serviços com firma reconhecida em cartório, ou inscrição junto ao INSS(carteira de trabalho).

Do Condutor:

a) Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista, que efetuará o serviço, das exigências previstas no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

1) ter idade superior a vinte e um anos;

2) Carteira de Habilitação válida, no mínimo categoria D (inciso I, art. 143 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997); tratando-se de CNH emitida por outra Unidade de Federação, apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação da CNH, emitida pelo DETRAN de origem da CNH;

3) não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

4) ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, art. 145 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 e art. 33 da Resolução n. 168, de 14 de dezembro de 2004, atualizada do CONTRAN).

5) Apresentar documentação que atenda o artigo n. 329 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro. CERTIDÃO NEGATIVA DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL RELATIVAMENTE AOS CRIMES DE HOMICÍDIO, ROUBO, ESTUPRO, E CORRUPÇÃO DE MENORES.

6) Certidão Negativa de Crimes cometidos na condução de veículo automotor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Administração municipal nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- a) A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária Municipal de Educação do Município de Ibiam, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c portaria municipal 0185/2011.
- b) O Município a seu critério e através do departamento de educação, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as linhas e do comportamento do pessoal da contratada.
- c) A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados.
- d) A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas conseqüências e implicações presentes ou futuras.
- e) A fiscalização será exercida pelo poder público concedente, Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LIBERAÇÃO** - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n 1.351/05 e LC 123/06.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 004/2016, Pregão Presencial n. 003/2016, da Prefeitura de Ibiam, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiro. Após o início do ano letivo, verificando a necessidade,

poderão sofrer alteração a quantidade de km mencionados, com fundamento do artigo 65, § 1º da Lei Federal N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiam(SC), de Fevereiro de 2016
GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal em exercício
CONTRATANTE

JOÃO VILMAR PELENTIR - ME
CNPJ: 23.162.775/0001-69
Gerente: JOÃO VILMAR PELENTIR.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Fátima Fontana Gonzatto
CPF: 304.863.359-68

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

Henrique Grassi Rossato
Procurador Geral – OAB/SC 34.173

CONTRATO 016/2016

CONTRATO Nº 016/2016

Ata de Registro de Preços nº 014/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 014/2015

PREGÃO PRESENCIAL No 011/2015

Sistema de Registro de Preços - SRP nº 006/2015

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. GILMAR FONTANA, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 402.422.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 1.300.506, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa Delcir Boesing Ltda, CNPJ: 07.515.006/0001-40, com sede na Rodovia SC 303, Km 200, Bairro Vila Bressan, 7.700, Pinheiro Preto/SC, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Delcir Boesing, CPF: 07.515.006/0001-40, de ora em diante denominada de Contratada, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 014/2015 e Pregão Presencial nº 011/2015, SRP 006/2015, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de tubos de concreto, conforme segue:

Item	Quantidade	Valor máximo por item	Objeto	Unidade
2	35	36,70	TUBOS DE CONCRETO 40 CM X 1M (COM CERTIFICADO DE QUALIDADE E RESISTÊNCIA CONFORME NORMAS DA ABNT)	UN
3	10	59,90	TUBOS DE CONCRETO DE 60 CM X 1M (COM CERTIFICADO DE QUALIDADE E RESISTÊNCIA CONFORME NORMAS DA ABNT)	UN

CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA

Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, para entregar os itens, constantes na AF, no Município de Ibiam. Para cada dia de atraso no fornecimento dos serviços, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20 (vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais

conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o(s) item(ns) não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são próprios do Município, do orçamento financeiro em vigor, à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Detalhamento		Comp. do Detalhamento
55	33900000000000	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903051000000

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor total ajustado, para o fornecimento do objeto deste contrato, é de R\$ 1.883,50(mil oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos). O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2880/2016, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório contendo as quantidade recebidas no período, assinado pelo secretário de Obras e pelo Fornecedor, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica impressa e devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br. Na nota fiscal o fornecedor deve indicar os dados bancários para depósito(nome do banco Agencia, Conta corrente)

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, vigorando até 13/04/2016, ou até aquisição de todos os bens descritos na cláusula segunda do contrato.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam

medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 006/2015, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais. E demais sanções, conforme previsto no edital e ata de registro de preços, parte integrante deste processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 011/2015, Processo Licitatório nº 014/2015, SRP: 006/2015, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente. A administração providenciara a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5 do mês subsequente, constados da data de assinatura do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 10 de Fevereiro de 2016.

Gilmar Fontana
Prefeito Municipal em exercício
CONTRATANTE

Delcir Boesing Ltda
CNPJ: 07.515.006/0001-40
Sóc. Adm. Delcir Boesing
Contratada

TESTEMUNHAS:

Elcir A. Barthe da Costa
CPF: 894.407.069-53

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

Henrique Grasi Rossato
Procurador Geral – OAB/SC 34.173

DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar Dispensa de licitação, para contratação de serviço de manutenção corretiva da ambulância Ford Transit placa MJG 5548- ASU 267, do Corpo de Bombeiros: Municipal de Ibiam, CNPJ: 01.612.745/0001-74. CONTRATADO: Mecânica Zago SB Ltda-ME , CNPJ: 04.526.146/0001-26. Documento Legal: Art.24 da Lei 8666/93.Ibiam, 24 de Fevereiro de 2016. Gilmar Fontana Prefeito Municipal de Ibiam em exercício.

RESOLUÇÃO 027-2016

RESOLUÇÃO Nº027/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 24 de Fevereiro de 2016.

CONSIDERANDO que os Interessados procuraram a Administração com interesse de se instalar no Parque Industrial Juliana Bloot.

CONSIDERANDO que o CODEMI tomou conhecimento de que o Município possui um terreno que está à disposição de quaisquer Empresas que estejam interessadas em se instalar, um Imóvel Matriculado sob o Nº 7.316 do Livro Nº2 no Registro de Imóveis da Comarca de Tangará – SC . Terreno com área de 40.452,47 m²(- quarenta mil, quatrocentos e cinquenta e dois metros e quarenta e sete centímetros quadrados), constante do Lote 04 do Mapa do Parque Industrial Juliana Bloot, situado ao lado ímpar da Rua Nossa Senhora de Lourdes, Município de Ibiam.

CONSIDERANDO os benefícios que a empresa trará para o Município de Ibiam, com processos ambientalmente corretos, utilizando matéria prima presente em nossa região sendo pouco poluidoras e gerando empregos.

RESOLVE:

Art.1º - Fica aprovado pelo CODEMI a instalação da Empresa, autorizando o Executivo Municipal que realize todos os procedimentos necessários para que a Empresa se instale no Município e receba o terreno na forma da Lei Complementar 025/11.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com os Decretos nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 24 de Fevereiro de 2016.

Elcir Antonio Barth da Costa
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 24/02/2016.

Gilmar Fontana
Prefeito Municipal em Exercício

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 105 2016

DECRETO Nº 105, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

Convoca a 6ª Conferência Nacional das Cidades no Município de Ilhota (SC) e dá outras providências

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.72, inciso IV da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto na Portaria nº n.º 024/2015 de 29 de outubro de 2015, da Secretaria de Estado do Planejamento, nos termos do Decreto Federal nº. 5.790, de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 19 de 18, de setembro de 2015, do Ministério das Cidades,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 6ª Conferência Municipal das Cidades, etapa preparatória da 6ª Conferência Estadual das Cidades, a se realizar no dia 20 de junho de 2016, às 19:00 horas na Associação dos Servidores Públicos do Município de Ilhota, situado à Rua Manoel Felizardo de Souza, 459, bairro Missões, Ilhota, SC, sob a coordenação da Assessoria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º - A 6ª Conferência Municipal das Cidades terá como temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art.3º - São objetivos da 6ª Conferência Municipal das Cidades:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três Entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade catarinense para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades catarinenses;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - propiciar e estimular a organização das conferências das cidades como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano nas regiões, e Municípios;

V - avançar na construção e consolidação da Política Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano;

III - eleger e indicar delegado(s) municipal (is) à 6ª Conferência Estadual das Cidades;

Art. 4º - A 6ª Conferência Municipal das Cidades será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal das Cidades, e na sua ausência pelo executivo municipal.

Art. 5º - A 6ª Conferência Municipal das Cidades, será regida por regimento aprovado em assembléia que irá dispor sobre a organização e o funcionamento desta, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 6º - As despesas com a organização da etapa municipal para a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Obras e Assessoria de Planejamento, que poderá receber apoio de outros

segmentos.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Ilhota (SC), 22 de fevereiro de 2016.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal de Ilhota

DECRETO 106 2016

DECRETO Nº 106, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a alteração da Lei 1.760/2013 do Plano Plurianual 2014 - 2017, da Lei 1.805/2016 de Diretrizes Orçamentárias de 2016 e da Lei 1.806/16 Orçamentária Anual de 2016, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente, de conformidade com o art. 13º, Parágrafo Único da LOA/2016, na importância de R\$ 75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Reais) e da outras providências.

TITULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterado a Lei nº. 1.760, de 18 de Dezembro de 2013 - PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária no valor total de R\$ 75.000,00(setenta e cinco mil reais), na 12-01 – Fundo Municipal de Saúde, atividade 2.052 – Manutenção da Saúde da Família - PSF, 3.3.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (116), valor de R\$ 20.000,00, atividade 2.059 – Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária, 4.4.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (145), valor de R\$ 35.000,00, atividade 2.060 – Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica, 3.3.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (152), valor de R\$ 20.000,00, instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.805, de 04 de Fevereiro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o art.13º Parágrafo Único, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária, no valor total de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), na 12-01 – Fundo Municipal de Saúde, atividade 2.052 – Manutenção da Saúde da Família - PSF, 3.3.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (116), valor de R\$ 20.000,00, atividade 2.059 – Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária, 4.4.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (145), valor de R\$ 35.000,00, atividade 2.060 – Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica, 3.3.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (152), valor de R\$ 20.000,00, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 1.806, de 11 de Fevereiro de 2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, através do remanejamento de dotação orçamentária R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), na 12-01 - Fundo Municipal de Saúde, atividade 2.052 - Manutenção da Saúde da Família - PSF, 3.3.9.0.00.00.00.00 - Aplicações Diretas (116), valor de R\$ 20.000,00, atividade 2.059 - Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária, 4.4.9.0.00.00.00.00 - Aplicações Diretas (145), valor de R\$ 35.000,00, atividade 2.060 - Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica, 3.3.9.0.00.00.00.00 - Aplicações Diretas (152), valor de R\$ 20.000,00, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO IV**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária dos seguintes itens do orçamento vigente na importância de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), em conformidade com o art.13º da lei 1.806/2016 - LOA, a seguir:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

ATIVIDADE Nº. 1030100142-052 - Manutenção da Saúde da Família - PSF

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1078 (116)
..... R\$ 20.000,00

ATIVIDADE Nº. 1030100142-059 - Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 102 (145)
..... R\$ 35.000,00

ATIVIDADE Nº. 1030100142-060 - Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1090 (152)
..... R\$ 20.000,00

Total
..... R\$ 75.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder à seguinte redução orçamentária abaixo:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

ATIVIDADE Nº. 1030100142-052 - Manutenção da Saúde da Família - PSF

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1078 (118)
..... R\$ 20.000,00

ATIVIDADE Nº. 1030100142-059 - Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

3.1.91.00.00.00.00 - Apli.dir.dec.de oper.entre org.fundo 102 (142)
..... R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 102 (143)
..... R\$ 30.000,00

ATIVIDADE Nº. 1030100142-060 - Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica

3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1090 (148)
..... R\$ 20.000,00

Total
..... R\$ 75.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento

deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução no Fundo Municipal da Saúde, mais propriamente consignadas nas Leis PPA, LDO E LOA, na rubrica 1030100142-052- Manutenção da Saúde da Família - PSF, rubrica 1030100142-059 - Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária e na rubrica 1030100142-060 - Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota (SC), 22 de fevereiro de 2016.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal de Ilhota

PORTARIA Nº 248/2016

PORTARIA Nº 248/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. VERIDIANE SILVA DA CUNHA, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 19 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 249/2016

PORTARIA Nº 249/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. CAMILA DE JORGE, no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 18 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 19 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 250/2016

PORTARIA Nº 250/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

CONCEDER, 2% de Progressão Funcional Horizontal à Srª. MARIA GORETHI CAPISTRANO, no cargo de PROFESSOR, com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 251/2016

PORTARIA Nº 251/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, o Sr. ARI TOMÉ, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 08 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 252/2016

PORTARIA Nº 252/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

Conceder o retorno ao trabalho cancelando a licença sem vencimento conforme Art. 90 da Lei Complementar Nº 005/2002, à Srª. ELAINE CRISTINA CUSTÓDIO, no cargo de PROFESSOR II, com 100 horas mês, a partir de 11 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 253/2016

PORTARIA Nº 253/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

Conceder 90 dias de LICENÇA PRÊMIO referente ao período aquisitivo de 01/02/1999 a 01/02/2009, ao Sr. JOSMAR FRANCISCO DOS SANTOS, no cargo de PROFESSOR II, com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 254/2016

PORTARIA Nº 254/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª REGINA MILANI, do cargo de MONITOR AEE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 18 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 255/2016

PORTARIA Nº 255/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. CLODOMIRO ANTONIO MINUZZI, no cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas

mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 256/2016

PORTARIA Nº 256/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. SOLANGE ZABEL PETRY, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 03 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 257/2016

PORTARIA Nº 257/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. ROBERTA PLOTTEGHER, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 11 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 258/2016

PORTARIA Nº 258/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. MARIANE FERREIRA BITTENCOURT, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 259/2016

PORTARIA Nº 259/2016

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, o Sr. EMERSON RONEI MASCHIO, no cargo de SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 23 de fevereiro de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 260/2016

PORTARIA Nº 260/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr^a. GRAZIELI TALLMANN, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 23 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 261/2016

PORTARIA Nº 261/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

RETIRAR, os 20% de função gratificada da Srª. DAYANA CRISTINA PEREIRA DA CUNHA, no cargo de DIRETOR DE ESCOLA, com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 23 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 262/2016

PORTARIA Nº 262/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

RETIRAR, os 25% de função gratificada da Srª. MARIANA CORREA SCHUAMBACH, no cargo de COORDENADOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com 200 horas mês, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 23 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 263/2016

PORTARIA Nº 263/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. LARISSA BALDANÇA, do cargo de AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 29 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 23 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 264/2016

PORTARIA Nº 264/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. FABIANA MAGARI FARIAS, do cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 18 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 23 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 265/2016

PORTARIA Nº 265/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. MARA LUCIA XAVIER DA COSTA DOS SANTOS, do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 29 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 23 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 266/2016

PORTARIA Nº 266/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, a Srª. MARILENE MULLER TELES, do cargo de

SERVENTE, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 29 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 23 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 267/2016

PORTARIA Nº 267/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o Sr. EDILSON JORGE WIPPEL, do cargo de MOTORISTA, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 23 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

Imbituba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº. 01/2016 DE CANDIDATO A ESTÁGIO

CONVOCAÇÃO Nº. 01/2016 DE CANDIDATO A ESTÁGIO

1. Informamos que as pessoas abaixo relacionadas foram classificadas para a vaga de estágio, na forma prevista no EDITAL PMI/CERSP/PSE nº. 01/2015 - Programa Bolsa Estágio 2016 - e as CONVOCAMOS para comparecer no DGP (Departamento de Gestão de Pessoas), sito a Rua Ernani Cotrin, Centro, Imbituba, SC, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis da publicação desta convocação, no horário de expediente externo deste Departamento, 07:00h às 13:15h, para assinar a convocação individual e entregar a seguinte documentação:

- a) Original e cópia da Cédula de Identidade;
- b) Original e cópia do C.P.F.;
- c) Original e cópia do comprovante de residência recente (tarifa de água, energia ou telefone);
- d) Declaração de Matrícula e Histórico Escolar emitidos pela Instituição de Ensino, original e recente, para aferição do RENDIMENTO ACADÊMICO. O documento deverá informar claramente a média obtida pelo estudante no último ano/semestre, sem computar as notas de disciplinas complementares, optativas e/ou dependências, devendo a Instituição de Ensino expedir o documento, sinalizando-as em separado.
- e) Comprovante(s) de renda de todos os membros do seu grupo familiar (pai, mãe, responsável, irmãos, etc.);
- f) Certificado de Reservista, quando maior de 18 anos e do sexo masculino;
- g) 1 foto 3X4 atual.

1.1. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

1.2. Não serão aceitos protocolos e nem cópias dos documentos mencionados acima, ainda que autenticados, ou quaisquer outros documentos diferentes dos acima definidos.

1.3. A celebração do Termo de Compromisso de Estágio, sob o regime da Lei Municipal nº 2.690/2005 e demais normas pertinentes, ficará condicionada à apresentação dos documentos acima mencionados e outros que se julgar necessário.

1.4. Se o RENDIMENTO ACADÊMICO e/ou a renda do grupo familiar mensal informado(s) na inscrição for divergente daquele indicado no documento comprobatório o (a) candidato(a) será reclassificado(a) e a convocação individual cancelada.

1.5. O não comparecimento dentro do prazo estabelecido e/ou o descumprimento dos requisitos essenciais implicará a perda do direito à vaga, sendo que, o GGP/SEAGP providenciará a chamada do próximo candidato, respeitando-se a análise prevista no item 4 do Edital.

1.6. Não haverá segunda convocação seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou ausência do candidato para apresentar a documentação ou iniciar o estágio.

Listagem dos convocados

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SEDUC

CONVOCADO	BAIRRO	PERÍODO
-----------	--------	---------

Larissa Medeiros de Souza	Alto Arroio	Matutino
Nathalia Figueira dos Santos	Alto Arroio	Vespertino
Thuany Martins Flores	Arroio	Vespertino
Rosiram Rech Gomes	Centro	Matutino
Naomy Pedroso Ripoll	Centro	Matutino
Eduarda Lopes Simon	Centro	Matutino
Julia Rodrigues Antunes	Centro	Matutino
Sabrina Delfino Nunes	Centro	Vespertino
Lara Gonçalves de Souza	Centro	Vespertino
Priscila Michels	Centro	Vespertino
Vitoria Catarina Souza Pamato	Centro	Vespertino
Natalia Rosa de Paula Neta	Centro	Vespertino
Patricia Elisandra Santos Castro	Paes Leme	Vespertino
Brenda Borges Constantino	Paes Leme	Vespertino
Marilene da Silva	Guaiuba	Matutino
Tayna Avila de Oliveira	Guaiuba	Matutino
Fernanda Ferreira Bergmann	Guaiuba	Matutino
Ana Carolina Gonçalves Marques	Guaiuba	Matutino
Stepheni Bernardo Pedro	Guaiuba	Matutino
Gabriela Borges	Guaiuba	Vespertino
Bianca Herminio Gonçalves	Guaiuba	Vespertino
Alicia Herminio	Guaiuba	Vespertino
Gabrielly Gomes Barreiro	Guaiuba	Vespertino

Gabriela Espezim	Guaiuba	Vespertino
Laylla Nascimento Borges	Roça Grande	Vespertino
Beatriz Correa Faust	Nova Brasilia	Matutino
Luana Moraes Bernhard	Nova Brasilia	Vespertino
Larissa Lamonica da Silva	Vila Nova Alvorada	Matutino
Leilane Espezim Martins	Vila Nova Alvorada	Matutino
Milena da Silva	Vila Nova Alvorada	Matutino
Ingrid Ferreira da Silva	Vila Nova Alvorada	Matutino
Iohana Borges Luz	Vila Nova Alvorada	Matutino
Tayna Vieira Silva	Vila Nova Alvorada	Matutino
Mariana Emenegildo	Vila Nova Alvorada	Vespertino
Kamila Souza de Carvalho	Vila Nova Alvorada	Vespertino
Eduarda Salvador da Silva	Vila Nova Alvorada	Vespertino
Maiara Aparecida Aniceto	Vila Nova Alvorada	Vespertino
Eliza da Silva Siqueira	Vila Nova Alvorada	Vespertino
Alessandra Cardoso Leal	Vila Nova Alvorada	Vespertino
Sandrini Vieira Henrique	Vila Nova Alvorada	Vespertino
Vitoria da Silva Souza	Vila Alvorada	Matutino
Julia Siqueira Martins	Vila Alvorada	Vespertino
Amanda Dias Fidelis	Vila Alvorada	Vespertino
Julia Avila Celestino	Vila Alvorada	Vespertino
Edilaine Castro Pacheco	Campo D'Aviação	Matutino
Larissa Pacheco Manoel	Campo D'Aviação	Matutino
Manuella Silva da Rosa	Campo D'Aviação	Vespertino
Bianca Silva Domingos	Campo D'Aviação	Matutino
Yasmin Silva Augusto	Campo D'Aviação	Matutino

Larissa Lopes Martinho	Vila Santo Antônio	Matutino
Bruna Nunes do Nascimento	Vila Santo Antônio	Vespertino
Tamara Pacheco	Vila Santo Antônio	Vespertino
Alessandra Bernardo Vitorio	São Tomaz	Matutino
Elizangela Nascimento Candido	São Tomaz	Vespertino
Jessica Antonio Souza	Vila Nova	Matutino
Elizangela da Silva Lino	Vila Nova	Matutino
Priscila Bonifacio	Vila Nova	Matutino
Fernanda Cypriano dos santos	Vila Nova	Matutino
Fabiula Cypriano dos Santos	Vila nova	Matutino
Luane da Costa Botelho	Vila Nova	Vespertino
Caroline Herther de Carvalho	Vila Nova	Vespertino
Ana Carolina Galvan Claudiano	Vila Nova	Vespertino
Bruna da Silveira de Almeida	Vila Nova	Vespertino
Marielle Silva da Rosa	Vila Nova	Vespertino

Imbituba/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão Pessoal

CONVOCAÇÃO Nº. 02/2016 DE CANDIDATO A ESTÁGIO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública
Departamento de Gestão de Pessoas

CONVOCAÇÃO Nº. 02/2016 DE CANDIDATO A ESTÁGIO

1. Informamos que as pessoas abaixo relacionadas foram classificadas para a vaga de estágio, na forma prevista no EDITAL PMI/CERSP/PSE nº. 01/2015 - Programa Bolsa Estágio 2016 - e as CONVOCAMOS para comparecer no DGP (Departamento de Gestão de Pessoas), sito a Rua Ernani Cotrin, Centro, Imbituba, SC, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis da publicação desta convocação, no horário de expediente externo deste Departamento, 07:00h às 13:15h, para assinar a convocação individual e entregar a seguinte documentação:

a) Original e cópia da Cédula de Identidade;

- b) Original e cópia do C.P.F.;
- c) Original e cópia do comprovante de residência recente (tarifa de água, energia ou telefone);
- d) Declaração de Matrícula e Histórico Escolar emitidos pela Instituição de Ensino, original e recente, para aferição do RENDIMENTO ACADÊMICO. O documento deverá informar claramente a média obtida pelo estudante no último ano/semestre, sem computar as notas de disciplinas complementares, optativas e/ou dependências, devendo a Instituição de Ensino expedir o documento, sinalizando-as em separado.
- e) Comprovante(s) de renda de todos os membros do seu grupo familiar (pai, mãe, responsável, irmãos, etc.);
- f) Certificado de Reservista, quando maior de 18 anos e do sexo masculino;
- g) 1 foto 3X4 atual.
- 1.1. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.
- 1.2. Não serão aceitos protocolos e nem cópias dos documentos mencionados acima, ainda que autenticados, ou quaisquer outros documentos diferentes dos acima definidos.
- 1.3. A celebração do Termo de Compromisso de Estágio, sob o regime da Lei Municipal nº 2.690/2005 e demais normas pertinentes, ficará condicionada à apresentação dos documentos acima mencionados e outros que se julgar necessário.
- 1.4. Se o RENDIMENTO ACADÊMICO e/ou a renda do grupo familiar mensal informado(s) na inscrição for divergente daquele indicado no documento comprobatório o (a) candidato(a) será reclassificado(a) e a convocação individual cancelada.
- 1.5. O não comparecimento dentro do prazo estabelecido e/ou o descumprimento dos requisitos essenciais implicará a perda do direito à vaga, sendo que, o GGP/SEAGP providenciará a chamada do próximo candidato, respeitando-se a análise prevista no item 4 do Edital.
- 1.6. Não haverá segunda convocação seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou ausência do candidato para apresentar a documentação ou iniciar o estágio.

Listagem dos convocados

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SEDUC

CONVOCADO	BAIRRO	PERÍODO
Karine Pires Costa	São Tomaz	Vespertino
Kauane Maria Almeida da Rocha	Vila Alvorada	Matutino
Laynara da Silva Vieira	Vila Alvorada	Matutino
Rhuan Rodrigues	Vila Nova Alvorada	Matutino
Mariana Latronico	Vila Nova Alvorada	Vespertino
Hellen Moraes de Oliveira	Vila Nova Alvorada	Vespertino
Maria Eduarda Campos	Vila Nova Alvorada	Vespertino
Cintia Dias	Vila Nova Alvorada	Vespertino

Isabelle Voigtlaender da Silva	Vila Nova Alvorada	Vespertino
João Vitor Duarte Martins	Vila Nova Alvorada	Vespertino
Tiago Abreu Vieira	Vila Nova Alvorada	Vespertino
Ana Paula da Silva Pires	Paes Leme	Vespertino
Heloisa dos Santos	Paes Leme	Vespertino
Maria Luiza de Sousa Tavares	Centro	Matutino
Luana Luiz Mendonça	Centro	Vespertino
Jéssica Barbosa Mota	Centro	Vespertino
Jéssica Simião Fernandes	Centro	Vespertino
Mayara Fernandes Neves	Vila Nova	Matutino
Amanda dos Passos Silva	Vila Nova	Matutino
Carolina Silva Goeller	Vila Nova	Vespertino
Ketlyn Rosa do Nascimento	Vila Nova	Vespertino
Clovis Hugo Duarte	Campo D'Aviação	Matutino
Filipe de Carvalho	Campo D'Aviação	Vespertino
Leticia Alves Laurentino	Campo D'Aviação	Vespertino

DECRETO PMI Nº 023, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 023, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Desastre Natural Hidrológico – COBRADE: Enxurrada – 1.2.2.0.0), conforme IN/MI 01/2012.

O PREFEITO DE IMBITUBA em exercício, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos artigos 32, I; 93, III e 109, § 2º da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e

CONSIDERANDO que as fortes chuvas que atingiram o município de Imbituba, nos dias 18, 19, 20, 21, 22 e 23 de fevereiro de 2016, registrando valores acumulados de 99,00mm e 157,00mm nos pluviômetros instalados no bairro Centro e Alto Arroio, respectivamente, abrangendo todo o território do município e, em especial, os bairros de Campo D'Aviação, Porto da Vila, Sagrada Família, Vila Santo Antônio, Vila Nova, Paes Leme, Ribanceira, Vila Alvorada, Vila Nova Alvorada, Vila Esperança, Ibiraquera, Sambaqui e Penha;

CONSIDERANDO que em decorrência dos danos, a malha viária do município ficou comprometida com danos materiais na

infraestrutura viária e em imóveis públicos e privados;

CONSIDERANDO que o parecer da Gerência Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos que o integram, em virtude do desastre classificado e codificado como desastre natural hidrológico – COBRADE, conforme IN/MI nº 01/2012. Ex: Enxurrada – 1.2.2.0.0

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Gerência Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Gerência Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Imbituba, 23 de fevereiro de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

EDITAL PMI/CERSP/PSE Nº. 01/2015 PROGRAMA BOLSA ESTÁGIO 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP

EDITAL PMI/CERSP/PSE nº. 01/2015

Programa Bolsa Estágio 2016

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, nos termos da Lei Municipal nº. 2.690, de 14 de julho de 2005, observando os critérios da Lei Federal nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, e os Convênios firmados com as Instituições de Ensino, torna pública a abertura de inscrição e estabelece normas para o preenchimento de vagas de estágio no exercício de 2016, sob a coordenação da Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS:

1.1. O Processo Seletivo de Estagiários destina-se à formação de Cadastro de Reserva para o preenchimento de vagas de Estágio, nas seguintes áreas de formação:

1.1.1. Superior: Administração, Arquitetura, Arquivologia, Artes, Biologia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia Elétrica, Engenharia de Produção Engenharia da Pesca, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Geografia, História, Jornalismo, Letras, Matemática, Nutrição, Oceanografia, Odontologia, Pedagogia, Processos Gerenciais, Psicologia, Secretariado Executivo, Serviço Social, Sistema de Informação, Turismo, Relações Internacionais, Tecnólogo em Gestão Ambiental, Tecnólogo em Logística, Tecnólogo em Redes e Tecnólogo em Segurança do Trabalho; Tecnólogo de Gestão em Recursos Humanos.

1.1.2 Aos estudantes dos cursos de licenciatura (com exceção da Pedagogia), por exigência das instituições de ensino superior, ficam destinadas as vagas apenas, dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

1.1.3. Técnico: Administração, Contabilidade, Enfermagem, Edificações, Informática, Meio-Ambiente, Segurança do Trabalho, Turismo, Vigilância Sanitária e Recursos Humanos.

1.1.4. Médio: Magistério e Educação Geral.

1.2. O estagiário terá direito à:

a) bolsa-estágio, fixada em lei municipal;

b) seguro por morte acidental, a cargo da Prefeitura Municipal de Imbituba;

c) instalações com condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

d) Orientador ou Supervisor de Estágio com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário.

1.3. A jornada de atividade em estágio será 20 (vinte) horas semanais.

1.4 Aos estagiários do período intermediário de Educação Infantil será fornecido almoço;

2. DA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição é gratuita e deverá ser efetuada pelo estudante

interessado no link "Programa Bolsa Estágio", no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Imbituba (www.imbituba.sc.gov.br), onde o candidato terá acesso ao Edital, à Ficha de Inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

2.2. As inscrições ficam abertas no período entre o dia 26 de dezembro de 2015 ao dia 24 de janeiro de 2016.

2.3. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá comunicá-la, especificando na Ficha de Inscrição o tipo da necessidade especial, para assegurar a previsão de adaptação do local de atuação.

2.4. A inscrição não gera direito à contratação, que dependerá da conveniência e necessidade da Administração Pública.

2.5. Os candidatos deverão pertencer a uma das Instituições de Ensino conveniadas com a Prefeitura Municipal de Imbituba, as Instituições conveniadas constam no Anexo I do presente Edital.

2.6. São requisitos básicos para inscrição:

- a) estar devidamente matriculado (a) e freqüentando as aulas;
- b) ter no mínimo 16 (dezesseis) anos de idade;
- c) não possuir restrições de quaisquer ordens junto à Instituição de Ensino à qual estiver vinculado(a);
- d) não pertencer ao quadro efetivo ou temporário de servidores da Prefeitura Municipal de Imbituba;
- e) não possuir vínculo trabalhista com qualquer outro Órgão da Administração Direta ou Indireta em níveis: Municipal, Estadual ou Federal;
- f) não ter sido beneficiado com Bolsa Estágio na Prefeitura Municipal de Imbituba por período igual ou superior a dois anos.

2.7. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer os critérios do Processo Seletivo de Estagiários, certificando-se de que preencherá todos os requisitos exigidos no momento da formalização do Termo de Compromisso de Estágio.

3. DA SELEÇÃO

3.1. Este Processo Seletivo de Estagiários, de caráter eliminatório e classificatório, terá os seguintes itens como critérios de classificação:

- a) RENDIMENTO ACADÊMICO;
- b) RENDA FAMILIAR;
- c) QUANTIDADE DE AULAS PRESENCIAIS SEMANAIS;
- d) TURNO;
- e) ADJACÊNCIA.

3.2. O RENDIMENTO ACADÊMICO, de caráter eliminatório e classificatório, será aferido pela avaliação da média aritmética simples das notas obtidas pelos candidatos no último ano ou último semestre cursado, avaliadas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos.

3.2.1. A média será emitida pela Instituição de Ensino à qual o candidato estiver vinculado.

3.2.2. O candidato deverá informar a média emitida pela Instituição de Ensino no campo próprio do formulário eletrônico de inscrição.

3.2.3. A informação prestada pelo candidato será aferida, posteriormente, quando da convocação. Se a média informada for divergente daquela indicada no documento emitido pela Instituição de Ensino, o candidato será reclassificado e a sua convocação cancelada.

3.2.4. Não serão classificados os candidatos com média inferior a 5,0 (cinco).

3.2.5. Para apuração da média não serão computadas notas de disciplinas complementares, optativas e/ou dependências, devendo a Instituição de Ensino expedir o conteúdo do Histórico Escolar, sinalizando-as em separado.

3.3. A RENDA FAMILIAR, de caráter classificatório, acrescentará pontos aos candidatos classificados na avaliação do Rendimento Acadêmico (subitem 3.2), atribuídos conforme a tabela a seguir:

Renda Familiar (R\$) Pontuação

Até R\$ 394,00 = 10,00 pontos

De R\$ 395,00 a R\$ 788,00 = 9,00 pontos

De R\$ 789,00 a R\$1183,00 = 8,00 pontos

De R\$ 1184,00 a R\$ 1578,00 = 7,00 pontos

De R\$ 1579,00 a R\$ 1973,00 = 6,00 pontos

De R\$ 1974,00 a R\$ 2368,00 = 5,00 pontos

De R\$ 2369,00 a R\$ 2763,00 = 4,00 pontos

De R\$ 2764,00 a R\$ 3158,00 = 3,00 pontos

De R\$ 3159,00 a R\$ 3553,00 = 2,00 pontos

Acima de R\$ 3554,00 = 1,00 ponto

3.3.1. O candidato deverá informar a Renda Familiar mensal no campo próprio do formulário eletrônico de inscrição.

3.3.2. Para os fins deste Processo Seletivo a Renda Familiar mensal constitui-se pelo somatório do rendimento bruto de todos os membros do grupo familiar a que pertence o candidato.

3.3.3. A informação prestada pelo candidato será aferida, posteriormente, quando da convocação. Se a renda familiar mensal informada for divergente daquela indicada no(s) comprovante(s) de rendimentos, será considerada a renda aferida no(s) comprovante(s) de rendimento(s) para fim de reclassificação.

3.4. O critério QUANTIDADE DE AULAS PRESENCIAIS SEMANAIS aplica-se apenas para estudante de Ensino Superior, onde o universitário deverá comprovar através de documentação, no ato da convocação, a quantidade de dias que frequenta semanalmente a instituição de ensino, a pontuação será quantificada conforme tabela abaixo:

AULAS PRESENCIAIS	PONTUAÇÃO
1 DIA	05 PONTOS
2 DIAS	06 PONTOS
3 DIAS	08 PONTOS
4 DIAS	09 PONTOS
5 DIAS	10 PONTOS

3.5. O critério TURNO refere-se à disponibilidade de horário para realizar o estágio: matutino, vespertino e/ou intermediário. O turno intermediário será destinado apenas, aos estagiários da Secretaria Municipal de Educação, especificadamente na área de Educação Infantil.

3.5.1. O Candidato deverá escolher, no ato de inscrição, o(s) turno(s) em que poderá realizar o estágio, sem interferência nas atividades escolares.

3.5.2. Estudantes do período noturno poderão realizar duas inscrições independentes, sendo uma para cada turno de disponibilidade. Os estudantes convocados deverão optar por um único turno de estágio.

3.6. O critério ADJACÊNCIA aplica-se apenas aos estudantes do Ensino Médio, Magistério e Pedagogia, cuja classificação se dará por Região, conforme o local de residência indicado na Ficha de Inscrição.

3.6.1 Aos candidatos, aos quais se aplica o critério por adjacência, a classificação será efetuada por Região, observando-se a seguinte ordem de precedência: pedagogia, matemática, letras, geografia, artes, ciências biológicas, educação física, história, magistério e ensino médio, quando a atuação for destinada à área da educação.

3.6.2. Os candidatos deverão se inscrever para as vagas pertencentes à Região de abrangência de sua residência, observadas as delimitações previstas na Lei nº. 2.990 de 21 de novembro de 2006 conforme a tabela a seguir:

Regiões Bairros abrangidos

Região 1 Itapirubá, Boa Vista e Roça Grande

Região 2 Guaiúba e São Tomás

Região 3 Vila Nova, Vila Santo Antônio, Sagrada Família, Campo D'Aviação e Porto da Vila

Região 4 Centro, Paes Leme e Village

Região 5 Vila Nova Alvorada, Vila Alvorada, Ribanceira e Vila Esperança

Região 6 Arroio, Arroio do Rosa, Alto Arroio e Barra da Ibiraquera

Região 7 Ibiraquera

Região 8 Araçatuba, Campo D'Una e Penha

Região 9 Nova Brasília, Campestre e Sambaqui

Região 10 Mirim, Morro do Mirim

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. Os candidatos serão classificados, por TURNO de disponibilidade, nas respectivas áreas de informação optadas no ato da inscrição, independente do ano/semestre que estiver cursando, em ordem decrescente da média obtida, expressa com 2 (duas) decimais.

4.1.1. Os candidatos, aos quais se aplica o critério por ADJACÊNCIA, a classificação será efetuada por Região.

4.1.2. Para o cálculo da pontuação será utilizada a seguinte fórmula:

$PRA + PRF : 2 = PF$ (Para Nível Médio e Técnico)

$PRA + PRF + PAP : 3 = PF$ (Para Nível Superior)

PF = Pontuação Final

PRA = Pontuação do Rendimento Acadêmico

PRF = Pontuação da Renda Familiar.

PAP = Pontuação de Aulas Presenciais (Somente para Nível Superior)

Fórmula para cálculo do rendimento acadêmico:

EX: Ensino médio: (médias do último ano letivo)

Disciplina	Média
A	7,2
B	8,3
C	8,0
D	9,0

$PRA = \text{Soma das notas dividida pelo nº de disciplinas}$

EXEMPLO = $32,5 : 4 = 8,12$

OBS. No(s) caso(s) de curso superior a fórmula é a mesma, entretanto ao invés de médio bimestral, será considerada a média do último semestre cursado.

Fórmula para cálculo da renda familiar:

EX: Salário do pai + salário da mãe + salário do irmão (é a soma do salário de todos aqueles que residem com o candidato a estagiário).

4.2. Ocorrendo igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

a) Maior Pontuação no Rendimento Acadêmico;

b) Maior Pontuação na Renda Familiar;

c) Maior Pontuação de Aulas Presenciais (Somente para Ensino Superior)

c) Maior idade;

d) Sorteio público.

4.3. A aprovação e classificação geram, para os candidatos, apenas a expectativa de aproveitamento;

5. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

5.1. O resultado deste Processo Seletivo de Estagiários será efetuada através de Editais de formação do Cadastro de Reserva, semestral, em que constará unicamente a classificação dos candidatos aprovados.

5.1.1. Os Editais serão publicados nos meios indicados pela legislação em vigor e divulgados no site oficial da Prefeitura Municipal de Imbituba (www.imbituba.sc.gov.br), nos prazos respectivos.

5.2. Será de competência exclusiva dos candidatos interessados acompanharem devidamente todas as publicações relativas ao presente Processo para todo e qualquer efeito.

5.3 A chamada dos candidatos classificados será efetuada através de Edital de Convocação a ser publicado nos meios indicados pela legislação em vigor e divulgados no site oficial da Prefeitura Municipal de Imbituba (www.imbituba.sc.gov.br), de acordo com a solicitação das respectivas Secretarias Municipais.

5.3.1 Após a publicação do Edital de Convocação o candidato deverá comparecer na Gerencia de Gestão de Pessoas da Prefeitura

Municipal de Imbituba, para a assinatura do mesmo no prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de perda da vaga.

6. DA EXCLUSÃO DO CADASTRO DE RESERVA

6.1. Será automaticamente excluído do Cadastro de Reserva o candidato que lançar mão de meios ilícitos para obter a vaga.

7. DA CONVOCAÇÃO

7.1. Os candidatos serão convocados pela Gerencia de Gestão de Pessoas – GGP, a partir da abertura de vaga na área em que está inscrito, conforme a solicitação de cada órgão e aprovação do Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública.

7.2. Os candidatos convocados, terão 3 (três) dias úteis para a assinatura do Edital de Convocação, e após a assinatura terão mais 3 (três) dias úteis para entregar a documentação junto à Gerencia de Gestão de Pessoas.

7.3. Não haverá segunda convocação seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato para apresentar a documentação ou iniciar o estágio.

7.4. O não comparecimento nos prazos estabelecidos, na convocação ou apresentação dos documentos, implicará na perda da vaga, não cabendo recurso.

7.5. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá entregar, à Gerencia de Gestão de Pessoas – GGP/SEAGP, laudo médico atualizado que ateste sua condição especial, no prazo estipulado no item 7.2.

7.5.1. O candidato que não entregar o laudo especificado no subitem anterior não será considerado portador de deficiência, integrando o Cadastro de Reserva em igualdade de condições com os demais candidatos.

7.6. No caso específico de existência de vagas em que seja aplicável o critério por ADJACÊNCIA e inexistam candidatos classificados na respectiva Região, as mesmas poderão ser preenchidas por candidatos classificados em outras regiões limítrofes aquelas cuja vacância se observou.

7.6.1. O preenchimento se dará mediante justificativa, devidamente comprovada, exarada de Gerencia de Gestão de Pessoas - GGP/SEAGP.

7.6.2. Deverá ser convocado o candidato com maior Pontuação Final entre os candidatos disponíveis, na ocasião, nas regiões limítrofes aquela em que a vaga será preenchida.

8. DA COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS

8.1. Quando convocados para a celebração do Termo de Compromisso de Estágio, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Original e cópia da Cédula de Identidade;

b) Original e cópia do C.P.F.;

c) Original e cópia do comprovante de residência recente;

d) Declaração de Regularidade Acadêmica ou Histórico Escolar emitidos pela Instituição de Ensino, em que conste a média obtida pelo estudante no último ano/semestre, original e recente;

e) estar em dia com as obrigações militares, quando maior de 18 anos, para os do sexo masculino (Certificado de Reservista);

f) 1 foto 3X4 atual;

g) possuir 16 (dezesesseis) anos no ato da convocação.

h) Comprovante dos dias de aulas semanais presenciais, emitido pela universidade.

8.2. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

8.3. Não serão aceitos protocolos e nem cópias dos documentos mencionados no item 8.1, ainda que autenticados, ou quaisquer outros documentos diferentes dos acima definidos.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 As vagas destinadas aos Centros de Educação Infantil deverão ser preenchidas por candidatos do sexo feminino;

9.2 Para assistência aos alunos com necessidades especiais serão

disponibilizadas vagas aos estudantes do ensino médio, pedagogia e licenciaturas em geral. Porém, os estudantes do ensino médio para ocupar tal vaga, deverão ser do mesmo sexo do aluno;

9.3 O Cadastro de Reserva vigorará para contratação do ano de 2016;

9.4 A opção de curso feita no momento da inscrição vincula o candidato durante toda a vigência do Cadastro de Reserva previsto neste Edital, sendo permitida sua atualização durante o exercício.

9.5 Fica estabelecida a cota de 5% (cinco por cento) das vagas para estágio aos estudantes portadores de deficiência;

9.5.1 Para os níveis Superior e Técnico fica estabelecida a cota de 5% (cinco por cento) das Vagas dentro da área de formação.

9.6 O ato da inscrição implicará no conhecimento e aceitação do estabelecido neste Edital;

9.7 A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos, verificadas a qualquer tempo e insanáveis, tornarão nula a inscrição, acarretando a rescisão contratual.

9.8 Os candidatos matriculados no último semestre letivo terão seus contratos rescindidos, automaticamente, com o término do curso.

9.9 Para as entidades que não constem no Anexo I deste Edital, abrem-se a possibilidade de realização de convênio com a Prefeitura Municipal de Imbituba, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei ou regulamento. Em caso de interesse procurar a Gerência de Gestão de Pessoas - GGP/SEAGP da Prefeitura Municipal de Imbituba, localizado na Rua Ernani Cotrin, Centro - Imbituba - SC.

9.10 A Bolsa Estágio terá vigência por até 2 (dois) anos, ininterruptos ou alternados;

9.11 As dúvidas surgidas na aplicação deste Edital, bem como os casos omissos, serão solucionadas pela Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria de Administração e Gestão Pública.

9.12 As vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do presente Programa de Bolsa Estágio 2016, e que não forem providas nos termos deste edital, por falta de candidatos, serão preenchidas por novo processo de seleção, observada a conveniência da Administração.

9.13 Para os estudantes de escolas públicas, que ficaram em prova final em 2015, considerar 7,0 para médias maiores que 14,0 e 5,0 para médias menores que 14,0.

9.14 Oportuno informar, que os beneficiados com a Bolsa Estágio do presente Processo Seletivo, ficam submetidos às regras estabelecidas no Termo de Compromisso a ser firmado com o Município de Imbituba.

9.15 O valor da Bolsa Estágio será conforme a Legislação Municipal Vigente.

Imbituba, 22 de dezembro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Presidente da CERSP

ANEXO I

Relação das entidades de ensino conveniadas com a Prefeitura Municipal de Imbituba para o programa de estágio.

Entidades de Ensino
Escola de Ensino Médio Engº Annes Gualberto
Escola de Educação Básica Visconde do Rio Branco
Escola Básica Engº Álvaro Catão
Centro Educacional Profissional Diomício Freitas – CEDUP
Centro de Ensino e Treinamento em Enfermagem – CETE/SALUS
Núcleo Avançado de Ensino Supletivo de Imbituba do CEJA – NAES
Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul
Sociedade Educacional Leonardo Da Vinci S/S Ltda
Universidade Federal de Santa Catarina
Universidade do Vale de Itajaí – Univale

EEB Gracinda Augusta Machado

EEM Dite Freitas – Tubarão/Sc.

Centro Universitário Barriga Verde – Unibave

Centro Educacional Brasil Ltda

Centro Educacional em Saúde Garra Ltda Me.

Sociedade Educacional de Capivari de Baixo Ltda

EDITAL PMI/CERSP/PSE Nº. 02/2015 PROCESSO SELETIVO BOLSA DE ESTUDOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP

EDITAL PMI/CERSP/PSE nº. 02/2015

Processo Seletivo Bolsa de Estudos 2016

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, nos termos da Lei Complementar Municipal 4.035, de 24 de janeiro 2012, e o Termo de Transação que celebram a Prefeitura Municipal de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda, Administração e Gestão Pública, Educação, Cultura e Esporte e a Cooperativa Educacional de Imbituba – COPPEIMB, torna pública a abertura de inscrição e estabelece normas para o preenchimento de vagas de bolsas de estudo no exercício de 2013, sob a coordenação da Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS:

1.1. O Processo Seletivo de Bolsas de Estudos destina-se à seleção de alunos do ensino médio para o preenchimento de vagas existentes no anexo I:

1.2. Entre as vagas oferecidas, uma delas será, obrigatoriamente, destinada ao aluno que obtiver um prêmio estadual ou nacional. Ex: olimpíada de matemática, de língua portuguesa, entre outros.

1.3. O bolsista terá direito à:

a) matrícula;

b) bolsa integral;

c) uniformes (duas camisas manga curta, uma camiseta manga longa, uma calça elanca, uma bermuda elanca e uma blusa moleton);

d) livros;

e) saída de campo.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição, gratuita, deverá ser efetuada pelo estudante interessado através de uma Ficha de Inscrição, que estará disponível no link "Editais" – "Edital do Programa Bolsa de Estudos 2016", no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Imbituba (www.imbituba.sc.gov.br), e na Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, onde o candidato terá acesso, à Ficha de Inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

2.2. A inscrição deverá ser protocolada na Prefeitura Municipal de Imbituba e entregue na Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, localizada na Prefeitura Municipal de Imbituba, na Rua Ernani Cotrin 601, Centro, Imbituba, SC, horário das 13:00h às 19:00h.

2.3. As inscrições ficam abertas no período entre os dias 04 de Janeiro a 12 de Fevereiro de 2016.

2.4. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá comunicá-la, especificando na Ficha de Inscrição o tipo da necessidade especial, para assegurar a previsão de adaptação do local de estudo.

2.5. São requisitos básicos para inscrição:

- a) estar devidamente matriculado (a) e freqüentando as aulas;
 b) estar cursando o ensino médio;
 c) residir em Imbituba;
 2.6. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer os critérios do Processo Seletivo, certificando-se de que preencherá todos os requisitos exigidos no momento da matrícula.

3. DA SELEÇÃO

3.1. Este Processo Seletivo, de caráter eliminatório e classificatório, terá os seguintes itens como critérios de classificação:

- a) RENDIMENTO ACADÊMICO;
 b) RENDA FAMILIAR;

3.2. O RENDIMENTO ACADÊMICO, de caráter eliminatório e classificatório, será aferido pela avaliação da média aritmética simples das notas obtidas pelos candidatos no último ano, avaliadas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos.

3.2.1. A média será emitida pela Instituição de Ensino à qual o candidato estiver vinculado.

3.2.2. O candidato deverá informar a média emitida pela Instituição de Ensino no campo próprio do formulário de inscrição.

3.2.3. A informação prestada pelo candidato será aferida, posteriormente, quando da convocação. Se a média informada for divergente daquela indicada no documento emitido pela Instituição de Ensino, o candidato será desclassificado.

3.2.4. Não Serão classificados os candidatos com média inferior a 7,0 (sete).

3.2.5. Para apuração da média não serão computadas notas de disciplinas complementares, optativas e/ou dependências, devendo a Instituição de Ensino expedir o conteúdo do Histórico Escolar, sinalizando-as em separado.

3.3. A RENDA FAMILIAR, de caráter classificatório, acrescentará pontos aos candidatos classificados na avaliação do Rendimento Acadêmico (subitem 3.2), atribuídos conforme a tabela a seguir:

Renda Familiar (R\$) Pontuação

Até R\$ 394,00 = 10,00 pontos

De R\$ 395,00 a R\$ 788,00 = 9,00 pontos

De R\$ 789,00 a R\$1183,00 = 8,00 pontos

De R\$ 1184,00 a R\$ 1578,00 = 7,00 pontos

De R\$ 1579,00 a R\$ 1973,00 = 6,00 pontos

De R\$ 1974,00 a R\$ 2368,00 = 5,00 pontos

De R\$ 2369,00 a R\$ 2763,00 = 4,00 pontos

De R\$ 2764,00 a R\$ 3158,00 = 3,00 pontos

De R\$ 3159,00 a R\$ 3553,00 = 2,00 pontos

Acima de R\$ 3554,00 = 1,00 ponto

3.3.1. O candidato deverá informar a Renda Familiar mensal no campo próprio do formulário de inscrição.

3.3.2. Para os fins deste Processo Seletivo a Renda Familiar mensal constitui-se pelo somatório do rendimento bruto de todos os membros do grupo familiar a que pertence o candidato.

3.3.3. A comprovação da renda deverá ser feita através de contracheques ou, na ausência deste, através de declaração reconhecida em cartório;

3.3.4. A informação prestada pelo candidato será aferida, posteriormente, quando da convocação. Se a renda familiar mensal informada for divergente daquela indicada no(s) comprovante(s) de rendimentos, o candidato será desclassificado e a sua convocação cancelada.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. Para o cálculo da pontuação será utilizada a seguinte fórmula:

$PRA + PRF = PF$

PRA = Pontuação do Rendimento Acadêmico

PRF = Pontuação da Renda Familiar

PF = Pontuação Final

Fórmula para cálculo do rendimento acadêmico:

EX: Ensino médio: (médias do último ano letivo)

Disciplina	Média
A	7,2
B	8,3
C	8,0
D	9,0

PRA = Soma das notas: nº de disciplinas

PRA = $32,5 : 4 = 8,12$

Fórmula para cálculo da renda familiar:

EX: Salário do pai + salário da mãe + salário do irmão (é a soma do salário bruto de todos aqueles que residem com o candidato à bolsa de estudo).

4.2. Ocorrendo igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) Maior Pontuação no Rendimento Acadêmico;
 b) Maior Pontuação na Renda Familiar;
 c) Maior idade;
 d) Sorteio público.

4.3. A aprovação e classificação geram, para os candidatos, apenas a expectativa de aproveitamento;

5. DA CONVOCAÇÃO

5.1. Os candidatos convocados, após a assinatura do Termo de Convocação, terão 3 (três) dias úteis para entregar a documentação junto a Gerencia de Gestão de Pessoas.

5.2. Não haverá segunda convocação seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato para apresentar a documentação.

5.3. O não comparecimento nos prazos estabelecidos, na convocação ou apresentação dos documentos, implicará na perda da vaga, não cabendo recurso.

6. DA COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS

6.1. Quando convocados, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Original e cópia da Cédula de Identidade;
 b) Original e cópia do C.P.F.;
 c) Original e cópia do comprovante de residência atualizado;
 d) Declaração original de Regularidade Acadêmica ou Histórico Escolar emitidos pela Instituição de Ensino, em que conste a média obtida pelo estudante no último ano/semestre.
 e) estar em dia com as obrigações militares, quando maior de 18 anos, para os do sexo masculino (Certificado de Reservista);
 f) 1 foto 3X4 atual;

6.2. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A listagem final de classificação vigorará durante o ano letivo de 2016;

7.2. O ato da inscrição implicará no conhecimento e aceitação do estabelecido neste Edital;

7.3. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos, verificadas a qualquer tempo e insanáveis, tornarão nula a inscrição;

7.4. Para os estudantes de escolas públicas, que ficaram em prova final em 2015, considerar 7,0 para médias maiores que 14,0 e 5,0 para médias menores que 14,0.

7.5. A bolsa de Estudo estender-se-á até a conclusão do Ensino Médio, desde que o bolsista não reprove no ano letivo.

7.6. As dúvidas surgidas na aplicação deste Edital, bem como os casos omissos, serão solucionadas pela Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria de Administração e Gestão Pública.

7.7. O presente Edital terá validade até o dia 31 de Dezembro de 2016.

Imbituba, 04 de janeiro de 2016.
 Andreza Barcelos
 Presidente da CERSP
 ANEXO I

Tabela da Bolsa de Estudo/2016	
Série	2016/Vagas
3ª	04
Total	04

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO

PROCESSO SELETIVO BOLSA DE ESTUDOS COOPEIMB 2016 EDITAL PMI/CERSP/PSE nº. 02/2015 4 VAGAS – 3ª SÉRIE DE ENSINO MÉDIO	
Nome completo:	
Nacionalidade: Naturalidade:	
Data de Nascimento:/...../..... Estado Civil:	
RG: CPF	
Sexo: () Masculino () Feminino	
Endereço completo(rua;bairro;cidade)	
Telefones: Residencial:	
Celular:	
Email:	
Média escolar:	
Renda familiar:	
Possui Necessidades Especiais () Sim () Não	
Qual?	
Imbituba/SC, de de 2016	
Assinatura do candidato:	

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016 (ADOLESC)

PREFEITURA DE IMBITUBA – SEAST (ADOLESC)
 PROCESSO Nº 03/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 08:00 horas, do dia 08 de março de 2016, licitação na modalidade de Pregão

Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "aquisição de material para oficina de atletismo do programa vem ser".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 25 de fevereiro de 2016.

Célia David da Silva

Secretária Municipal da SEAST

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO PROCESSO 02/2016 (PM)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 02/2016, na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, de nº 02/2016, por solicitação da Guarnição Especial de Polícia Militar de Imbituba.

Imbituba, 25 de fevereiro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

PORTARIA PMI/GGP Nº 86/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 86, de 24 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora JESANA ANSELMO DA ROSA, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 008.181.999-46, admitida em 12 de março de 2008, contrato nº 4284, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.04.2016 a 29.06.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de fevereiro de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 87/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 87, de 24 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora GRASIELA FELIPPE DE SOUZA ALBINO, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 032.956.349-12, admitida em 21 de fevereiro de 2008, contrato nº 4051, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	16.05.2016 a 13.08.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de fevereiro de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 88/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 88, de 24 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora RITA DE CÁSSIA DA SILVA ROSA MONTEIRO, Técnica em Enfermagem, inscrita no CPF sob o n.º 770.026.019-20, admitida em 18 de agosto de 2010, contrato nº 5530, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	01.03.2016 a 29.05.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de fevereiro de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 89/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 89, de 24 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor EVILÁSIO CARDOSO, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 521.038.209-59, admitido em 12 de maio de 1998, contrato nº 155, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.03.2016 a 29.05.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de fevereiro de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 90/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 90, de 24 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor BRAZ CUSTÓDIA, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 521.048.859-49, admitido em 02 de abril de 2003, contrato nº 1991, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	02.03.2016 a 30.05.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de fevereiro de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 91/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 91, de 24 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor MANOEL PACHECO, Jardineiro, inscrito no CPF sob o n.º 432.864.969-87, admitido em 05 de janeiro de 1981, contrato nº 299, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2011 a 2016	02.03.2016 a 30.05.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de fevereiro de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1751/16

. DECRETO Nº 1751/16

. De 18 de fevereiro de 2016

Regulamentação Pontos de Táxi do Município de Indaial e dá outras providências.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII e X, Lei 2.316 e alterações, Decreto 1074/14 e demais dispositivo legais em vigor,
DECRETA,

Art. 1º - Ficam regulamentados os pontos de transporte individual de passageiros em veículo de aluguel - Pontos de Táxi, com suas respectivas identificações, localização e permissionários, na forma do Anexo I, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PONTO Nº	ENDEREÇO / LOCAL	BAIRRO	PERMISSIONÁRIO	TÁXI Nº
1	AV. GETULIO VARGAS Nº 20, PROXIMIDADES DO MARCO ZERO.	CENTRO	JOÃO PESSOA	001
			VALDIR CENSI	009
2	AV. MANOEL SIMÃO Nº 863, PROXIMIDADES DO POSTO ALEXANDRE.	NAÇÕES	OSVALDO METZNER	002
			SANDRO EDSON FRANZEM	031
3	RUA JOÃO HENNINGS FILHO Nº 180, ANEXO À RODOVIÁRIA.	NAÇÕES	ROMÁRIO SIMÃO	003
			ERICO DANIEL PARNO	005
			DELAMAR JOÃO CORDEIRO	017
			JULIA GRAZIELA RAMOS	028
			IVANILDO KOCH	030
4	AV. MANOEL SIMÃO Nº 679, PROXIMIDADES DA SEGURADORA INDAIAL.	NAÇÕES	JORGE LUIZ TARNOWSKI	004
5	RUA PERU Nº 46.	NAÇÕES	ANDRÉ SILVIO MIGUEL	006
6	RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA Nº 202, PROXIMIDADES DA LOJA HARDT.	CENTRO	GILMAR CENSI	007
			CARLOS JOÃO CORDEIRO	008
			RICARDO CENSI	037
7	RUA VIÇOSA Nº 89.	MULDE	ADEMIR CENSI	010
8	RUA SANTA LOURDES Nº 84, PROXIMIDADES DO MERCADO CHICO.	JOÃO PAULO II	ADELIRIO CENSI	011
9	RODOVIA BR 470 KM 65 Nº 4870, PROXIMIDADES DO POSTO RUSSI RUSSI	ENCANO DO NORTE	ROSELENE APARECIDA GONÇALVES	012
10	RUA DESEMBARGADOR ALVES PEDROSA Nº 185, PROXIMIDADES DO HOSPITAL BEATRIZ RAMOS.	CENTRO	FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOARES	013
			MARLENE BERNADETE SCHIESTL	016
11	RUA MARIA CONCEIÇÃO SAUTH Nº 80, PROXIMIDADES DA E.B.M TANCREDO DE ALMEIDA NEVES.	ESTADOS	ANTONIO GONÇALVES	014

12	RODOVIA BR 470 KM 70 N°243, PROXIMIDADES DO POSTO ZANDONÁ.	NAÇÕES	PAULO CENSI	015
			JOÃO CARLOS DOS SANTOS	035
13	RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO N° 834, ANEXO A COOPER.	ESTADOS	JOSÉ ROGÉRIO ESPINDOLA	018
			OSMARINO CONACO	023
14	AV. CARLOS SCHROEDER N°57, PROXIMIDADES DA FLORICULTURA ROSA DE SAROM.	NAÇÕES	IDALVINO CONACO	019
15	AV. MARIA SIMÃO N° 315, PROXIMIDADES DA LOJA COLOMBO.	NAÇÕES	ARTHUR RAMOS FILHO	020
16	RUA LONDRINA N° 333.	ENCANO DO NORTE	SIDIANE BEATRIZ CRISTOFOLI	021
17	RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA N° 192, PROXIMIDADES DA LA POPINA.	CENTRO	LEILA ZIMMERMANN MAXIMIANO	022
18	RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO N° 440 PROXIMIDADES DA IGREJA MATRIZ.	ESTADOS	MARIO BECKER	024
			YACRI ARNO HOSTERT	025
19	RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA N° 1079, PROXIMIDADES DO SUPERMERCADO MOCAM.	TAPAJÓS	ANDRÉIA REGINA KLITZKE CENSI	026
20	RUA LEOBERTO LEAL N° 84, PROXIMIDADES DO SAIS.	TAPAJÓS	IVONE KNISS	027
21	RUA 15 DE NOVEMBRO N° 377, PROXIMIDADES POSTO DE SAÚDE.	CARIJÓS	VALENTIM EBERTZ	029
22	RUA UBERABA N° 837, PROXIMIDADES DO MERCADO VOLPI.	MULDE	ALCENI SALETE DA ROSA	032
23	AV. GETÚLIO VARGAS N° 234, PROXIMIDADES DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.	CENTRO	JANDE MARQUES DOS SANTOS	033
24	RODOVIA BR 470 KM 71 N° 1377, PROXIMIDADES DA CHURRASCARIA INDAIAL.	RIO MOR-TO	ALEXANDRO VINICIUS MERINI	034
25	RUA DR. BLUMENAU N° 4618, PROXIMIDADES POSTO DE SAÚDE.	ENCANO	CHARLES REIS	036
26	AV. BRASIL N° 394, PROXIMIDADES MERCADO INDAIAL.	RIO MOR-TO	CLEITON GEOMIR WERTER	038

DECRETO N° 1752/16

. DECRETO N° 1752/16

. De 19 de fevereiro de 2016

Altera Decreto 1739/16 –

Daniela Cristina Rossi dos Santos

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando que não foi contabilizado o número de matrículas novas para a Unidade,

DECRETA,

Art. 1º - Fica alterado o Decreto 1739/16, que nomeia DANIELA CRISTINA ROSSI DOS SANTOS, para o cargo de Diretora UEI Bairro Tapajós – Professora Áurea Bonatti Merini, passando para o Porte III, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

GIOVANNE HUEBES NICOLLETTI

Secretária de Educação

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1753/16

. DECRETO Nº 1753/16
. De 19 de fevereiro de 2016

Altera Decreto 1740/16 –
Camila Klug de Oliveira

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando que não foi contabilizado o número de matrículas novas para a Unidade,

DECRETA,

Art. 1º - Fica alterado o Decreto 1740/16, que nomeia CAMILA KLUG DE OLIVEIRA, para o cargo de Diretora UEI Bairro João Paulo II – José Lino Kienen, passando para o Porte II, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de fevereiro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

GIOVANNE HUEBES NICOLLETTI
Secretária de Educação

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1754/16

. DECRETO Nº 1754/16
. De 19 de fevereiro de 2016
Nomeia Diretora Porte I
Zilda Maria Garcia de Garcia

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 01 de fevereiro de 2016, para exercer o cargo de Diretora Porte I, no Centro de Educação de Jovens e Adultos, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, ZILDA MARIA GARCIA DE GARCIA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 01/02/2016.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de fevereiro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

GIOVANNE HUEBES NICOLLETTI
Secretária de Educação

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1757/16

. DECRETO Nº 1757/16
. De 19 de fevereiro de 2016

DISPÕE SOBRE O PREGÃO REALIZADO POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, A QUE SE REFERE O § 1º, DO ARTIGO 2º, DA LEI FEDERAL Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, E O ARTIGO 23 DO DECRETO MUNICIPAL 654, DE 16 DE JANEIRO DE 2014, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal 10.520, Decreto 654/2014 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º As licitações realizadas na modalidade pregão, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada pregão eletrônico, no âmbito da Administração Pública Municipal, obedecerão às normas estabelecidas neste decreto.

Art. 2º - Para efeito deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Pregão Eletrônico: é a modalidade de licitação, do tipo menor preço, em que a disputa pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços comuns, independentemente do valor, é feita com a utilização de recursos de tecnologia da informação que promovam a comunicação pela Internet.

II –Promotora da Licitação: unidade gestora responsável pela emissão e publicação da licitação, sendo o Município de Indaial ou quaisquer outros órgãos da administração direta e indireta, fundacional, fundos, autárquica, que integra a administração municipal.

III –Gestora o Software –empresa responsável pela administração do software de pregão eletrônico.

Art. 3º O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

Parágrafo Único - O sistema escolhido será dotado de recursos que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 4º - O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional da gestora do software, para todos os órgãos da administração direta, indireta, fundacional, fundos, autárquica, integrantes da Administração Pública Municipal.

Art. 5º - Serão previamente credenciados perante o software a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que participam do pregão eletrônico.

§ 1º Somente poderá atuar como pregoeiro ou membro da equipe de apoio o servidor ou empregado público nomeado para o desempenho da função, mediante decreto específico.

§ 2º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico com o gestor do software.

§ 3º A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento.

Art. 6º - O edital do pregão eletrônico observará, no que couber, as disposições do inciso III do artigo 4º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e as do artigo 40 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, devendo conter, também:

I - o sítio eletrônico onde será processado o pregão, o horário de abertura da respectiva sessão pública, a duração da etapa inicial de lances e a possibilidade e condições da prorrogação, se houver;

II - o endereço eletrônico onde serão recebidos:

a) os pedidos de esclarecimentos e impugnações relativas ao edital;

b) as cópias dos documentos exigidos no edital;

c) os memoriais dos recorrentes e as contrarrazões dos demais licitantes;

III - o número de linhas telefônicas com fac-símile (fax) e correios eletrônicos para o envio de cópias de documentos indisponíveis eletronicamente;

IV - o endereço onde serão recebidos:

a) os documentos que farão parte dos memoriais de recurso ou das contra-razões;

b) os originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas, de documentos exigidos no edital que estiverem vencidos por ocasião da habilitação e não possam ser obtidos por meio eletrônico e os demais exigidos no edital;

V - a redução mínima entre os lances sucessivos, quando for o caso;

VI - a menção de que será regido pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente, pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e por este decreto.

§ 1º A íntegra do edital de pregão, na forma eletrônica, será disponibilizada no Portal da gestora do software.

§ 2º As publicações serão realizadas em todos os veículos de comunicação que a legislação exigir.

§ 3º Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem do tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

§ 1º A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização código de acesso/login e senha privativa do licitante.

Art. 7º - A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 8º - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Art. 9º - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

§ 7º O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo, que poderá ser aleatório ou determinado, à escolha do Pregoeiro.

§ 8º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 11 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

§ 12 Ao licitante incumbe o acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão e os ônus decorrentes de sua desconexão.

§ 13 A Administração não responderá pela desconexão de qualquer licitante com o sistema eletrônico e sua ocorrência não prejudicará a conclusão válida da sessão pública.

Art. 10 – Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º A habilitação dos licitantes será verificada preferencialmente por meio eletrônico através dos sítios de emissão de documentos ou através de consultas diretas aos sistemas de registros cadastrais que atendam aos requisitos da legislação pertinente.

§ 2º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados nos sítios referidos no parágrafo anterior deverão ser apresentados via fax e/ou e-mail, no prazo e condições definidas no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§ 3º Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax e/ou e-mail, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§ 4º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

Art. 11 – Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia e motivada do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

Art. 12 – Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

Art. 13 – A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 14 – O software deverá atender toda a legislação vigente acerca de contratações públicas realizadas por meio da modalidade pregão.

Art. 15 – Poderão ser utilizados recursos de certificação digital, nos termos da legislação em vigor.

Art. 16 – Os atos essenciais do pregão eletrônico serão documentados e juntados aos autos do processo da respectiva licitação.

Art. 17 – Poderão ser adotados regulamentos próprios de acesso e uso do software que serão regulamentados através do termo de adesão, convênio ou contrato celebrados entre o Município de Indaial e a Gestora do Software.

Art. 18 – Revogam-se as disposições ao contrário, em especial o Decreto Municipal no 655/2014.

Art. 19 – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI

Secretário de Administração e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1758/16

. DECRETO Nº 1758/16

. De 22 de fevereiro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 da Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.261/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente da Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 11.684,19 (Onze mil e seiscentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
41.001.0013.0122.0041.2650.3319000000000000	03000000	11.684,19

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, 22 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1759/16

. DECRETO Nº 1759/16

. De 22 de fevereiro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no F.MUN.INF.E ADOLES.DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.261, de 21 de dezembro de 2015,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do F.MUN.INF.E ADOLES.DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.200,00 (TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
32	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
32.001	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

32.001.0014	DIREITOS DA CIDADANIA
32.001.0014.0243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
32.001.0014.0243.0032	AÇÕES QUE VISAM A GARANTIA DOS DIREITOS
32.001.0014.0243.0032.2550	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03000000	Recursos Ordinários - E.A.
	Valor: (3.200,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, 22 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1760/16

. DECRETO Nº 1760/16

. De 24 de fevereiro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no MUNICÍPIO DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5.261/15

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 140.747,22 (duzentos e oitenta e dois mil e trezentos e noventa reais e trinta e seis centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.2101.3319000000000000	03190000	15,85
05.001.0012.0361.0005.2101.3319000000000000	03180000	140.731,37

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1761/16

. DECRETO Nº 1761/16

. De 24 de fevereiro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUN ASSIST SOCIAL DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5261 de 21 de dezembro de 2015,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do Fundo Municipal Assistência Social De Indaial, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 140.454,34 (cento e quarenta mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2513	MANUTENÇÃO DO IGD PBF
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350010	União – Índice de Gestão Desc (IGD) - E.A
	Valor: (12.607,02)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2514	MANUTENÇÃO DO IGD SUAS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350014	União – IGDSUAS - E.A
	Valor: (6.290,28)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2503	MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS ACO-LHEDORAS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350025	UNIÃO – PISO ALTA COMPLEXIDADE I – CRIANÇA/ADOLESC - EA
	Valor: (30.350,99)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2506	MANUTENÇÃO BPC NA ESCOLA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350013	UNIÃO – BENEF. DE PREST. CONT. - BPC -EA
	Valor: (139,79)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2517	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350008	UNIÃO PISO BÁSICO FIXO (PBF) - EA
	Valor: (170,99)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2517	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350023	UNIÃO PBV – III SCFV- EA
	Valor: (31.166,31)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2517	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350024	UNIÃO PBF- EA
	Valor: (22.962,82)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2516	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350004	PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE – PPMC3 - EA
	Valor: (5,84)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2516	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350006	UNIÃO – PISO TRANS. MÉDIA COMPL. (PTMC)- EA
	Valor: (3,67)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2516	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350021	UNIÃO – PTMC-EA
	Valor: (5.302,14)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2516	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350009	UNIÃO – PISO FIXO MÉDIA COMPLEX (PFMC)-EA
	Valor: (1,83)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2516	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS

03350022	UNIÃO – PFMC-EA
	Valor: (31.452,66)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1762/16

. DECRETO Nº 1762/16

. De 24 de fevereiro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUN ASSIST SOCIAL DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5261, de 21 de dezembro de 2015.

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 105.849,82 (cento e cinco mil, oitocentos e quarenta e nove reais e oitenta e dois centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2503	MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOLHE-DORAS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03650012	ESTADO ALTA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (476,37)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2503	MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOLHE-DORAS

3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03650012	ESTADO ALTA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (5.219,64)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2503	MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOLHE-DORAS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03655501	ESTADO ALTA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (0,02)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2503	MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOLHE-DORAS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03655501	ESTADO ALTA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (372,64)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2510	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03650011	ESTADO MÉDIA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (29,67)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2510	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03650011	ESTADO MÉDIA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (4.717,80)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2510	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03655211	ESTADO MÉDIA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (0,57)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2510	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03655211	ESTADO MÉDIA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (33,94)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2510	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03655503	ESTADO MÉDIA COMPLEXIDADE - EA
	Valor: (30,64)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2507	MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03650015	ESTADO – BENEFÍCIOS EVENTUAIS - EA
	Valor: (40,06)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2517	PSB-PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03650016	ESTADO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - EA
	Valor: (14.108,49)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2517	PSB-PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03650016	ESTADO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - EA
	Valor: (73.139,74)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
31.001.0008.0244.0031	ATEND FAMIL SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2517	PSB-PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03655505	ESTADO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - EA
	Valor: (7.680,24)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 020/2016

Pregão Presencial nº 010/2016-10430

Com Registro de Preços.

Objeto: Contratação de serviços de publicidade legal em jornais de circulação regional, estadual e nacional.

Entrega dos envelopes: 09/03/2016 as 10:45h.

Abertura das propostas: 09/03/2016 as 11:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.
Local para obtenção do Edital: o mesmo.
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904
licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 131/2015
TERMO ADITIVO Nº 001 CONTRATO Nº 131/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.671.681/0001-73, com sede na rua João Antonio da Silva, nº 39, sala 01, bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Gilberto Reis, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 003.649.019/93 e Cédula de Identidade nº 3.742.476, residente na rua João Antonio da Silva, nº 39, bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1., e cláusula sétima, item 7.1., do contrato original, que tem como objeto a execução das obras de recuperação de pavimentação em vias públicas, em pavimentos de paralelepípedos, lajotas, pedra portuguesa, piso cimentado, grama e guias, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução das obras de recuperação de pavimentação em vias públicas, em pavimentos de paralelepípedos, lajotas, pedra portuguesa, piso cimentado, grama e guias, em área total estimada de 35.375 m2, conforme anexos VI e VII deste edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor total do presente contrato é de R638.308,75 (seiscientos e trinta e oito mil trezentos e oito reais e setenta e cinco centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma,

para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 23 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA Gilberto Reis Contratada
--	---

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Paulo Roberto Ledra Secretário Interino
--	---

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Miguel Angelo Soar
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 070/2012
TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 070/2012

Pelo presente Termo Aditivo de Contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e CONGREGAÇÃO EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 84.232.461/0001-80, estabelecida à Rua 01 de maio, nº 122, bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. Renold Grasmuk, brasileiro, casado, técnico, inscrito no CPF sob nº 180.597.320-00 e Cédula de Identidade nº 435288-2, residente na Rua Melvin Jones, nº 805, bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 062/2012 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 005/2012-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente Termo Aditivo visa a alteração do representante legal da contratada Sr. Luiz Antonio Leite para Sr. Renold Grasmuk, do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel

para instalação da unidade de Educação Infantil Gato de Botas, conforme documentos anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial (SC), 01 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL CONGREGAÇÃO EVANGÉLICA
Sérgio Almir dos Santos LUTERANA SÃO PAULO DE INDAIAL
Locatário Renold Grasmuk
Locador

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Giovane Huebes Nicolletti Miguel Angelo Soar
Secretária Municipal OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 140/2014

TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 140/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n. 383.728.439-53 e Cédula de Identidade n. 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.574.370/0001-20, com sede na Rodovia SC 495, nº 2.034, Areias Pequenas, 89.245-000, na cidade de Araquari – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Marcelo Benvenuti, brasileiro, administrador e engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 024.368.779-63, portador da RG nº 4.017.012, residente e domiciliado na Rua Piratuba, 1.502, bairro Bom Retiro, 89.222-365, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original,

que tem como objeto a execução de terraplanagem, drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Rua Ribeirão das Pedras – Trecho 03 (início: estaca 71+6,00 PF; término: estaca 81+4,00 PF), com extensão de 198,00 metros, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo do presente contrato é de 25 de fevereiro de 2016 até 24 de maio de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 23 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIAMAR LTDA Marcelo Benvenuti Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 129/2014

TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 129/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.145.589/0001-16, com sede na rua Henrique Todeschini, nº 300, bairro Centro, na cidade de Piçarras – Estado de Santa Catarina, representada neste

ato por seu Representante Legal, Sr. Jean Pierre Lana, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob nº 969.712.909-68 e Cédula de Identidade nº 2.863.427 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Alberto Werner, nº 615, apto 301, bairro Vila Operária, na cidade de Itajaí – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Luiz Michelle, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução das obras é de 23 de fevereiro de 2016 até 21 de junho de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 22 de fevereiro 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	BALTT EMPREITEIRA TRANSP. E TERRAPLENAGEM LTDA Jean Pierre Lana Contratada

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 5/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 005/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Processo Licitatório n. 005/2016

TERMO DE DISPENSA no: 005/2016

CONTRATADA: ECCO INDUSTRIA DE ARTEFATOS PLÁSTICOS LTDA.

OBJETO: Fornecimento de 6 (seis) bandeiras do Brasil; 6 (seis) bandeiras do estado de Santa Catarina; 8 (oito) bandeiras do município de Indaial; 15 (quinze) bandeiras para mesa, no tamanho 14x20cm; e 40 metros de corda trançada de fibras de polipropileno, para hasteamento de bandeira.

Início de vigência: 11 de fevereiro de 2016.

Término de vigência: 31 de dezembro de 2016.

Valor: R\$ 1.912,00 (um mil, novecentos e doze reais).

DATA DA ASSINATURA: 11/02/2016.

Ipumirim

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS referente à Proteção Social Básica parcela repassada no exercício de 2014 referente o valor remanescente.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º. Aprovar a Prestação de Contas referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica referente o ano de 2014 provenientes do FEAS, do valor remanescente de R\$ 7.393,98 (sete mil trezentos e noventa e três reais com noventa e oito centavos), reprogramado para o exercício de 2015 e os rendimentos correspondentes ao período.

Art. 2º- Este conselho é de parecer favoravel sem ressalvas quanto ao valor executado no exercicio de 2015.

Art. 3º - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Ipumirim/SC, 24 de Fevereiro de 2016
Márcia Faccin De Conto
Presidente CMAS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PL 05

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2016 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 5/2016 Data do Processo: 23/02/2016
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saude, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 5/2016
b) Licitação Nr.: 3/2016-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 23/02/2016
e) Objeto da Licitação: contratação de pessoa jurídica para abrigo/interação compulsória e tratamento especializado para os pacientes D.T. e L.T.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

CONVIVER RESIDÊNCIA INCLUSIVA LTDA (7342)

1 contratação de pessoa jurídica para abrigo/interação compulsório e tratamento especializado para os pacientes Daniela.Tesch. e Leandro Tesche, para o exercício de 2016, incluindo hotelaria completa, supervisão psicológica e psiquiátrica, acompanhamento de T.O, serviço de enfermagem 24 horas, vestuário e medicação.	Mês	12,00	0,0000	10.780,00	129.360,00
---	-----	-------	--------	-----------	------------

Total do Fornecedor: 129.360,00

Total Geral: 129.360,00

Ipumirim, 23 de Fevereiro de 2016.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Irineópolis

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 109/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 109/2016.

EMENTA: "INSTITUI ABONO SALARIAL PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º – Concede abono ao Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara de Vereadores no valor de R\$ 87,33 (oitenta e sete reais e trinta e três centavos), fazendo com que o salário atual R\$ 792,67 (setecentos e noventa e dois reais e sessenta e sete centavos), seja equiparado ao salário mínimo nacional no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a data da implementação da correção do salário mínimo nacional vigente, que poderão ser pagos em folha suplementar.

Art. 3º – Revogam-se às disposições em contrários.

Município de Irineópolis (SC), em 24 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

LEI Nº. 1.889/2016

LEI Nº 1.889/2016.

"DISPÕE SOBRE A INSERÇÃO DE DISPOSITIVOS NA LEI MUNICIPAL Nº 1.871/2015 QUE DISCIPLINA OS PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art.1º. Ficam alterados os dispositivos do Art. 1º da Lei Municipal nº 1.871/2015, de 19/11/2015, que passa a vigor com a transformação do Parágrafo único em § 1º, e com a inserção dos §§ 2º e 3º, conforme redação abaixo:

Artigo 1º [...]

§ 1º - [...]

"§ 2º - A participação financeira destinada ao transporte escolar dos acadêmicos de ensino superior do Município, bem como, dos estudantes do ensino profissionalizante, estará diretamente condicionada à participação ativa dos membros da Associação dos Acadêmicos de Irineópolis nos programas e projetos sociais desenvolvidos pelo Município, o qual requisitará para esses eventos o quantitativo necessário de pessoal especificando as áreas em formação, sendo que, a não participação ou a participação proporcional em relação ao pessoal requisitado, acarretará a redução da subvenção para o mês subsequente no mesmo percentual dos ausentes, e poderá ser motivo de cancelamento do convênio firmado".

"§ 3º - Fica proibido o consumo de bebida alcoólica ou o uso de entorpecentes pelos estudantes beneficiados, no interior dos veículos que os transportam, ficando a Associação dos Acadêmicos de Irineópolis responsável pela fiscalização dessa proibição, sob pena da suspensão ou interrupção do repasse dos valores previstos nesta Lei".

Art. 2º - Os demais artigos da Legislação citada permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis/SC, 24 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

AVISO DE ADENDO AO PL 015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016

ADENDO 01

O Município Itá - SC, torna público que em razão da necessidade, houve alteração no item 5, alínea 5.1.5, do Processo Licitatório nº 015/2015, Toma de Preços nº 002/2016, para contratação de empresa para implantação da sinalização indicativa e turística nas áreas urbana e rural do município de Itá - SC, de acordo com os projetos e memorial descritivo anexo ao Edital. Em consequência das alterações, as propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 11 de março de 2016 e abertas nesta mesma data. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital. O edital e o Adendo nº 01 encontram-se disponíveis no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá - SC, 24 de fevereiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

telefone (49) 3458-9508. Itá - SC, 24 de fevereiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

EDITAL 011 - PS 004/2015

Edital do Processo Seletivo 004/2015

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os professores classificados no presente Processo Seletivo, de acordo com a lista abaixo, para comparecerem dia 25 de fevereiro de 2016 às 08h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal nº 16, Bairro Vila Gerasaul..

Professor Educação Infantil, Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental

Educação Física (01 vaga – licença maternidade até 19/04/2016)

Posição	Nome	Assinatura
18	Soyara Muller Chaves	

Itá, 24 de fevereiro 2016

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal de Itá

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016, INEXIGIBILIDADE Nº 002/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016 - FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2016 – FMS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Itá - SC torna público que fará realizar licitação na modalidade Inexigibilidade de Licitação para Credenciamento de UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS a partir de 25 de fevereiro de 2016, para Exames Laboratoriais de Análises Clínicas. Art. 25, "caput" da Lei nº. 8.666/93. Itá SC, 24 de fevereiro de 2016.

NÉVIO ANTONIO MORTARI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

O Município de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 08 de março de 2016, para contratação de serviço de transporte escolar de alunos do ensino infantil, fundamental e médio da rede de ensino municipal para o ano letivo 2016, Linhas 09 e 11. As propostas serão recebidas até as 14h00min do dia 08 de março de 2016 e abertas às 14h00min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 001 A 058/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Noar Turismo Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 182/2015.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas, para uso do prefeito, vice prefeito, secretários, servidores municipais que se deslocam para cursos e treinamento e para pacientes que realizam tratamentos de saúde.

VALOR: O percentual de desconto é de 99,9% que será aplicado sobre o valor dos serviços efetivamente prestados.

VIGÊNCIA: 04 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 04 de janeiro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Albater Terraplanagem Ltda Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 011/2015.

OBJETO: Aditamento em 25% (vinte e cinco por cento) o item nº 01 do pregão para contratação de serviços de motoniveladora para manutenção e recuperação da malha viária municipal, com amparo na lei nº 2.047/2002.

VALOR: R\$ 14.925,00

VIGÊNCIA: 26 de janeiro de 2016.

Itapiranga – SC., 12 de janeiro de 2016.

Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Dedetizadora Itapiranga Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 186/2015.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de desinsetização, dedetização, antirratização, desratização e descupinização, para atender as escolas municipais, creches, museu, biblioteca, depósitos de alimentos e materiais de limpeza, prédio da prefeitura e prédio da estação de tratamento de água da cidade (ao lado da prefeitura)

VALOR: R\$ 16.100,00

VIGÊNCIA: 14 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 14 de janeiro de 2016.

Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016

PARTES: Município de Itapiranga e WBEM – Assessoria E Planejamento Agropecuário Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 187/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços topográficos para o Município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 17.880,00

VIGÊNCIA: 15 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 15 de janeiro de 2016.

Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Tracheel Equipamentos Elétricos S.A.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 188/2015.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços para manutenção da iluminação pública no Município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 134.325,00

VIGÊNCIA: 15 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 15 de janeiro de 2016.

Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Grafica Barozzi Eireli - Epp.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 189/2015.

OBJETO: Aquisição de impressos gráficos destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 16.232,00

VIGÊNCIA: 15 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 15 de janeiro de 2016.

Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Grafica Stein Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 189/2015.

OBJETO: Aquisição de impressos gráficos destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 9.136,80

VIGÊNCIA: 15 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 15 de janeiro de 2016.

Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Norte Indústria Gráfica Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 189/2015.

OBJETO: Aquisição de impressos gráficos destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 3.784,00

VIGÊNCIA: 15 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 15 de janeiro de 2016.

Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Confeitaria Itapiranga Ltda - Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.

VALOR: R\$ 30.225,00

VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 19 de janeiro de 2016.

Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Açougue Do Vicente Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.

VALOR: R\$ 196.552,62

VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 19 de janeiro de 2016.

Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Herta Ana Vogt - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VALOR: R\$ 182.175,00
VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 19 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016
PARTES: Município de Itapiranga e AP Oeste Distribuidora E Comércio De Alimentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VALOR: R\$ 83.831,40
VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 19 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Pizzaria E Padaria Nova Tradição Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VALOR: R\$ 33.205,50
VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 19 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Nutri SC Comércio De Alimentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VALOR: R\$ 51.752,00
VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 19 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Albater Terraplanagem Ltda Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 001/2016.
OBJETO: Aquisição de brita, pedrisco, pó de brita, destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias municipais.
VALOR: R\$ 179.000,00
VIGÊNCIA: 21 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 21 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Britador Oeste Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 001/2016.
OBJETO: Aquisição de brita, pedrisco, pó de brita, destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias municipais.
VALOR: R\$ 71.550,00
VIGÊNCIA: 21 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 21 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa De Livre Associação

Do Município De Itapiranga
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 002/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais de higiene e limpeza destinados para manutenção das atividades das creches e escolas municipais.
VALOR: R\$ 7.774,00
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 22 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Açougue Do Vicente Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 002/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais de higiene e limpeza destinados para manutenção das atividades das creches e escolas municipais.
VALOR: R\$ 14.896,40
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 22 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Herta Ana Vogt - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 002/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais de higiene e limpeza destinados para manutenção das atividades das creches e escolas municipais.
VALOR: R\$ 3.291,50
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 22 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016
PARTES: Município de Itapiranga e AP Oeste Distribuidora E Comércio De Alimentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 002/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais de higiene e limpeza destinados para manutenção das atividades das creches e escolas municipais.
VALOR: R\$ 29.562,00
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 22 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Nutri Sc Comércio De Alimentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 002/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais de higiene e limpeza destinados para manutenção das atividades das creches e escolas municipais.
VALOR: R\$ 19.614,00
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 22 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Lauro Aloisio Egewarth 19535279904
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 002/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais de higiene e limpeza destinados para manutenção das atividades das creches e escolas municipais.
VALOR: R\$ 5.145,00
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 22 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Rádio Itapiranga Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 004/2016.
OBJETO: Contratação de serviços de radiofusão para divulgação de atos oficiais, avisos e informações da administração municipal.
VALOR: R\$ 29.500,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC., 27 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2016
PARTES: Município de Itapiranga e RBS – Zero Hora Editora Jornalística S.A.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2016.
OBJETO: Contratação de serviços de imprensa escrita para divulgação de atos oficiais desta municipalidade, em jornal de circulação diária e estadual.
VALOR: R\$ 69.000,00
VIGÊNCIA: 27 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 27 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2016
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa De Livre Associação Do Município De Itapiranga
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 088/2015.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 46 do pregão para aquisição de forma parcelada de materiais de expediente destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 280,00
VIGÊNCIA: 08 de maio de 2016.
Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.
Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Eduardo José Heineck - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2016.
OBJETO: Contratação de empresa para locação de serviços de sonorização e iluminação para eventos do Município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 38.000,00
VIGÊNCIA: 02 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 02 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Chico Elétrica Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2016.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra para manutenção e reparos nas instalações elétricas das diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 13.600,00
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Pré Moldados Maravilha Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 010/2016.
OBJETO: Aquisição de tubos de concreto, destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias municipais.
VALOR: R\$ 9.200,00
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Ruscheinsky & Cia Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 010/2016.

OBJETO: Aquisição de tubos de concreto, destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias municipais.
VALOR: R\$ 30.000,00
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Imperial Comércio De Materiais De Construção E Transportes Ltda – Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 010/2016.
OBJETO: Aquisição de tubos de concreto, destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias municipais.
VALOR: R\$ 59.500,00
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Artefatos De Cimento Oeste Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 010/2016.
OBJETO: Aquisição de tubos de concreto, destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias municipais.
VALOR: R\$ 30.000,00
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Velenice Teresinha Viviani Peloso Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 010/2016.
OBJETO: Aquisição de tubos de concreto, destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias municipais.
VALOR: R\$ 4.325,00
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Bellenzier Pneus Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 016/2016.
OBJETO: Aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores, destinados para máquinas e veículos desta municipalidade.
VALOR: R\$ 167.650,00
VIGÊNCIA: 15 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Joaçaba Pneus Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 016/2016.
OBJETO: Aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores, destinados para máquinas e veículos desta municipalidade.
VALOR: R\$ 313.296,00
VIGÊNCIA: 15 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Irmãos Flach Ltda Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 016/2016.
OBJETO: Aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores, destinados para máquinas e veículos desta municipalidade.
VALOR: R\$ 118.315,00
VIGÊNCIA: 15 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Potencia Som E Informática Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2016.
OBJETO: Aquisição de material permanente e equipamentos destinados para as secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 1.480,00
VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 16 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Comércio De Artigos De Informática Iraceminha Ltda Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2016.
OBJETO: Aquisição de material permanente e equipamentos destinados para as secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 19.780,00
VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 16 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Tiago Kronbauer Fritzen – Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2016.
OBJETO: Aquisição de material permanente e equipamentos destinados para as secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 13.335,00
VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 16 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Indústria E Comércio De Móveis Voos Ltda – Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 018/2016.
OBJETO: Aquisição de divisórias destinadas para as salas do prédio administrativo do Município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 11.160,00
VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 16 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Marmoraria Friedrich Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 018/2016.
OBJETO: Aquisição de divisórias destinadas para as salas do prédio administrativo do Município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 8.000,00
VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 16 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Csm Produtos Químicos Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 019/2016.
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de produtos químicos destinados para tratamento de água nas hidráulicas municipais
VALOR: R\$ 56.700,00
VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 16 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Buschle & Lepper S.A.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 019/2016.
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de produtos químicos destinados para tratamento de água nas hidráulicas municipais

VALOR: R\$ 146.448,00
VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 16 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Renovadora De Pneus Maravilha Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 020/2016.
OBJETO: Contratação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus para máquinas e veículos desta municipalidade.
VALOR: R\$ 169.550,00
VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 16 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2016
PARTES: Município de Itapiranga e F.M. Pneus Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 020/2016.
OBJETO: Contratação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus para máquinas e veículos desta municipalidade.
VALOR: R\$ 208.198,00
VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 16 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Amarildo Alves Casemiro Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 020/2016.
OBJETO: Contratação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus para máquinas e veículos desta municipalidade.
VALOR: R\$ 19.602,00
VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 16 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2016
PARTES: Município de Itapiranga e A.R. Pneus Ltda Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 020/2016.
OBJETO: Contratação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus para máquinas e veículos desta municipalidade.
VALOR: R\$ 61.740,00
VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 16 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Jeferson J. M. Beccon & Cia Ltda Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 020/2016.
OBJETO: Contratação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus para máquinas e veículos desta municipalidade.
VALOR: R\$ 67.140,00
VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 16 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Jungbluth & Jungbluth Ltda Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 020/2016.
OBJETO: Contratação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus para máquinas e veículos desta municipalidade.
VALOR: R\$ 37.938,00
VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 16 de fevereiro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Açougue Do Vicente Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 021/2016.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados para distribuição a famílias carentes cadastradas nos programas da secretaria de assistência social desta municipalidade.

VALOR: R\$ 76.884,00

VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC., 17 de fevereiro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2016

PARTES: Município de Itapiranga e AP Oeste Distribuidora E Comércio De Alimentos Ltda - Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 021/2016.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados para distribuição a famílias carentes cadastradas nos programas da secretaria de assistência social desta municipalidade.

VALOR: R\$ 27.410,00

VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC., 17 de fevereiro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Nutri Sc Comércio De Alimentos Ltda - Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 021/2016.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados para distribuição a famílias carentes cadastradas nos programas da secretaria de assistência social desta municipalidade.

VALOR: R\$ 18.187,00

VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC., 17 de fevereiro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa De Livre Associação Do Município De Itapiranga

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 022/2016.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e outros materiais, para entrega parcelada, destinados para o programa conviver idosos da secretaria da assistência social desta municipalidade.

VALOR: R\$ 35.457,00

VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC., 17 de fevereiro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Confeitaria Itapiranga Ltda - Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 022/2016.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e outros materiais, para entrega parcelada, destinados para o programa conviver idosos da secretaria da assistência social desta municipalidade.

VALOR: R\$ 107.793,00

VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC., 17 de fevereiro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Açougue Do Vicente Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 022/2016.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e outros materiais, para entrega parcelada, destinados para o programa conviver idosos da secretaria da assistência social desta municipalidade.

VALOR: R\$ 14.432,00

VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC., 17 de fevereiro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Herta Ana Vogt - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 022/2016.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e outros materiais, para entrega parcelada, destinados para o programa conviver idosos da secretaria da assistência social desta municipalidade.

VALOR: R\$ 8.690,00

VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC., 17 de fevereiro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Pizzaria E Padaria Nova Tradição Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 022/2016.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e outros materiais, para entrega parcelada, destinados para o programa conviver idosos da secretaria da assistência social desta municipalidade.

VALOR: R\$ 59.027,00

VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC., 17 de fevereiro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Irmãs Sausen Ltda Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 025/2016.
OBJETO: Aquisição de materiais diversos para decoração de eventos promovidos por esta municipalidade.

VALOR: R\$ 2.428,50

VIGÊNCIA: 23 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC., 23 de fevereiro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Elétrica Paulinho Ltda Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 026/2016.
OBJETO: Contratação de horas de serviços de manutenção, recuperação, conserto de motor de partida e alternador, assistência e reparos elétricos, em caminhões, ônibus, carros leves, van e máquinas pesadas de propriedade do Município de Itapiranga

VALOR: R\$ 30.000,00

VIGÊNCIA: 24 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC., 24 de fevereiro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 001 A 062/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS – FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Noar Turismo Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 182/2015
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas, para uso do prefeito, vice prefeito, secretários, servidores municipais que se deslocam para cursos e treinamento e para pacientes que realizam tratamentos de saúde.

VALOR: O percentual de desconto é de 99,9% que será aplicado sobre o valor dos serviços efetivamente prestados.

VIGÊNCIA: 04 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 04 de janeiro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Grafica Barozzi Eireli - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 189/2015
OBJETO: Aquisição de impressos gráficos destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 13.514,50.
VIGÊNCIA: 15 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de janeiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Grafica Stein Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 189/2015
OBJETO: Aquisição de impressos gráficos destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 3.398,00.
VIGÊNCIA: 15 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de janeiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Norte Indústria Gráfica Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 189/2015
OBJETO: Aquisição de impressos gráficos destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 8.850,00.
VIGÊNCIA: 15 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de janeiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e A.G. Kienen & Cia Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 65.975,00.
VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Adisul Comercial Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 11.730,00.
VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Agil Distribuidora De Medicamentos Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 23.703,50.
VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Aglon Comércio E Representações Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias

das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 8.150,00.
VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 21.400,00.
VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Angai Distribuidora De Medicamentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 1.590,00.
VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Ar Fiorenzano Distribuidora De Medicamentos Ltda – Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 27.849,40.
VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Centermedi – Comércio De Produtos Hospitalares Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 7.723,00.
VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Ciamed – Distribuidora De Medicamentos Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 19.748,00.
VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Cirurgica Santa Cruz Comércio

De Produtos Hospitalares Ltda

ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 1.845,00.

VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda

ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 25.651,50.

VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Dimaci/Sc – Material Cirúrgico Ltda

ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 5.079,54.

VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Dimaster Comércio De Produtos Hospitalares Ltda

ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 4.257,00

VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Dimeva Distribuidora e Importadora Ltda – Epp

ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 11.201,50

VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e DRV Comércio De Medicamentos Ltda – Me

ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 22.433,00

VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Inovamed Comércio De Medicamentos Ltda - Epp

ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 56.722,50

VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Licimed Distribuidora De Medicamentos, Correlatos E Produtos Medicos E Hospitares Ltda

ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 18.762,00

VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Marcofarma Distribuidora De Produtos Farmaceuticos Ltda

ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 7.789,00

VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Mauro Marciano Comércio De Medicamentos Ltda

ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 37.799,00

VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Medicamentos De Az Eireli - Epp

ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 3.168,00

VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Prati Donaduzzi & Cia Ltda

ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 50.411,15

VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.

Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Promefarma Representações Comerciais Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 55.062,20
VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e S & R Distribuidora Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 58.691,30
VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Visão Distribuidora De Medicamentos Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 035/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 8.300,00
VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 29 de janeiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e A.G. Kienen & Cia Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 11.201,86
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Agil Distribuidora De Medicamentos Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 5.589,65
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Aglon Comércio E Representações Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 7.000,00
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.

Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 15.125,00
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Angai Distribuidora De Medicamentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 5.150,00
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Ciamed – Distribuidora De Medicamentos Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 8.907,85
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Cirurgica Santa Cruz Comércio De Produtos Hospitalares Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 14.487,00
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 7.849,00
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Dimaci/Sc – Material Cirúrgico Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos

pacientes do município.
VALOR: R\$ 92.966,65
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Dimaster Comércio De Produtos Hospitalares Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 3.668,20
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Fufa – Sc Comércio E Representações Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 58.400,00
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Inovamed Comércio De Medicamentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 23.514,00
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Kfmed Distribuidora De Medicamentos Ltda Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 22.500,00
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Licimed Distribuidora De Medicamentos, Correlatos E Produtos Medicos E Hospitalares Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 9.010,00
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Marcofarma Distribuidora De Produtos Farmaceuticos Ltda

ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 949,70
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Medilar Importação E Distribuição De Produtos Medico Hospitalares S/A
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 26.550,00
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Novasul Comércio De Produtos Hospitalares Ltda Me
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 4.427,68
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Prati Donaduzzi & Cia Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 88.258,45
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Promefarma Representações Comerciais Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 44.358,30
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Prosaude Distribuidora De Medicamentos Ltda Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 2.960,00
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2016 – FMS

Partes: Município de Itapiranga e S & R Distribuidora Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 15.352,20
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Sulmedic Comércio De Medicamentos Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 034/2015 - FMS
OBJETO: Aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 2.762,30
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 04 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 001/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais destinados para os ambulatórios das unidades básicas de saúde do município.
VALOR: R\$ 15.190,39
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Dalbex Comércio De Medicamentos Eireli Me
ORIGEM: Pregão Eletrônico 001/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais destinados para os ambulatórios das unidades básicas de saúde do município.
VALOR: R\$ 660,00
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Dental Oeste Eireli Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico 001/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais destinados para os ambulatórios das unidades básicas de saúde do município.
VALOR: R\$ 67.575,93
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Maxi – Distribuidora De Produtos Hospitalares Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico 001/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais destinados para os ambulatórios das unidades básicas de saúde do município.
VALOR: R\$ 9.126,75
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Med Equipa Ltda Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico 001/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais destinados

para os ambulatórios das unidades básicas de saúde do município.
VALOR: R\$ 3.610,00
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Noeli Vieira Distribuidora De Soros
ORIGEM: Pregão Eletrônico 001/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais destinados para os ambulatórios das unidades básicas de saúde do município.
VALOR: R\$ 11.480,00
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Plasmedic – Comercio De Materiais Para Uso Medico E Laboratorial Eireli
ORIGEM: Pregão Eletrônico 001/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais destinados para os ambulatórios das unidades básicas de saúde do município.
VALOR: R\$ 79.924,15
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Quimiolab Comércio E Importação De Produtos De Laboratório Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico 001/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais destinados para os ambulatórios das unidades básicas de saúde do município.
VALOR: R\$ 1.711,60
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Chico Elétrica Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços 008/2016
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra para manutenção e reparos nas instalações elétricas das diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 3.200,00
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 05 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Bellenzier Pneus Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços 016/2016
OBJETO: Aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores, destinados para maquinas e veículos desta municipalidade.
VALOR: R\$ 17.280,00
VIGÊNCIA: 15 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Joaçaba Pneus Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços 016/2016
OBJETO: Aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores, destinados para maquinas e veículos desta municipalidade.
VALOR: R\$ 43.010,00
VIGÊNCIA: 15 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 15 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2016 – FMS
Partes: Município de Itapiranga e Tiago Kronbauer Fritzen – Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços 017/2016
OBJETO: Aquisição de material permanente e equipamentos destinados para as secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 640,00
VIGÊNCIA: 16 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 16 de fevereiro de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 38/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 38/2016, cujo objeto é a aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e materiais diversos destinados para manutenção das atividades do setor de Urbanismo desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 08 de março de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC., 24 de fevereiro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO – AUC 009/2016

CONCESSÃO DE LICENÇA

AUTORIZAÇÃO PARA CORTE DE VEGETAÇÃO – AUC 009/2016

Marcelo Colombo Capilla ME, torna público que recebeu do Departamento de Meio Ambiente de Itapoá, a Autorização para Corte de Vegetação AUC Nº 009/2016 Valida por 12 (doze) Meses para uma área de 4.750,00 m2 para instalação de atividade 46.86.00 - Terminal Retroportuário, localizada na Estrada José Alves S/N, Bairro Jaguaruna nas Latitude S 2609'36.72" e Longitude O 48037'26.36".

Rua Diogo Augusto Zamboni de Oliveira 188 – Perla do Atlântico, 89249-000 - Itapoá - Santa Catarina Fone: + 55 47 3443-0244
E-mail: meioambiente@itapoa.sc.gov.br
URL: www.itapoa.sc.gov.br

CMAS ATA 03-2016

Ata: 003/2016

Reunião: EXTRAORDINÁRIA

Data: 23/02/2016

Horário: 09h00

Local: CENTRO DE CONVIVÊNCIA

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2016, no Centro de Convivência, situado na Av. das Nações Unidas, número 349, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h00, não havendo quórum. Em nova contagem, realizada às 09h16, houve quórum, estando presentes os conselheiros LANA ROSÉLIA QUADROS BEVILAQUA, YOLANDA GAMBARINI DA SILVA, ELAINE CRISTINA ALVES, MARISTELA DE SOUZA, ANDRÉIA NUNES DE JESUS, ALEXANDRE RIBEIRO DA SILVA, MARCIANE RECH, MARLENE AMÂNCIO e DANTE LUIS PUCHTA. A Presidente abre a reunião tratando do Relatório da Comissão de Prestação de Contas do Exercício 2015, sendo o mesmo projetado em tela e lido na íntegra pela presidente. Após os devidos esclarecimentos, posto em votação, o conselho aprovou o relatório da comissão de forma unânime, sem ressalvas e com orientações ao gestor. Será emitida Resolução específica de aprovação. O conselheiro, Sr. Alexandre Ribeiro, na sequência, explanou sobre a prestação de contas estaduais da Secretaria de Assistência. O Relatório será anexado ao Relatório das Contas do Exercício 2015. Informou que não há previsão de recebimento de recursos estaduais neste ano de 2016. Será devolvido ao Estado os seguintes valores: Proteção Social Básica - R\$ 12.401,19 e Alta Complexidade – R\$ 435,86 referentes aos recursos recebidos no ano de 2014. Colocado em votação, foi por todos os membros aprovado, sem ressalvas. O Conselho recomenda que o gestor verifique junto a sua equipe para que ocorra a utilização dos recursos na sua integralidade, evitando assim, a devolução dos recursos para o Estado nos próximos exercícios. Será emitida Resolução específica desta aprovação para acompanhar o Relatório de Parecer do Conselho.

A data da ordinária do mês de março foi alterada para 09/03/2016. Não houve justificativas de ausências. Não havendo mais nada a se tratar, a presidente, Sra. Elaine Cristina Alves encerrou a reunião às 10:24. Assinam a presente os conselheiros abaixo:

LANA ROSÉLIA QUADROS BEVILAQUA

YOLANDA GAMBARINI DA SILVA

ELAINE CRISTINA ALVES

MARISTELA DE SOUZA

ANDRÉIA NUNES DE JESUS

ALEXANDRE RIBEIRO DA SILVA

MARCIANE RECH

MARLENE AMÂNCIO

DANTE LUIS PUCHTA

CMAS: RESOLUÇÃO Nº 002/2016

RESOLUÇÃO nº 002/2016

Dispõe sobre a prestação de contas do exercício de 2015 analisada pela Comissão de Prestação de Contas da Secretaria de Assistência Social instituída pela Portaria de número 002/2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária extraordinária, realizada dia 23 de fevereiro de 2016, no uso das suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8742/1993 e pela Lei Municipal nº 397/2012 e

CONSIDERANDO o Relatório da Comissão de Prestação de Contas da Secretaria de Assistência Social para o exercício de 2015;

RESOLVE:

Aprovar, sem ressalvas o Relatório datado de 18/02/2016 e por conseguinte, as contas da Secretaria Municipal de Assistência Social

Itapoá, 23 de fevereiro de 2016

Elaine Cristina Alves

Presidente do CMAS

CMAS: RESOLUÇÃO Nº 003/2016

RESOLUÇÃO nº 003/2016

Dispõe sobre a repasse das contas estaduais do exercício de 2015 apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e analisada pela Plenária do CMAS em 23/02/2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária extraordinária, realizada dia 23 de fevereiro de 2016, no uso das suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8742/1993 e

CONSIDERANDO o Relatório dos Repasses das Contas Estaduais da Assistência Social para o exercício de 2015;

RESOLVE:

Aprovar, sem ressalvas o Relatório apresentado em plenária de 23/02/2016.

Itapoá, 23 de fevereiro de 2016

Elaine Cristina Alves

Presidente do CMAS

EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº02/2016- CHAMAMENTO PÚBLICO Nº01/2016- PROCESSO Nº14/2016- CREDENCIAMENTO DE PRODUTOR RURAL, AGRICULTOR FAMILIAR, ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº02/2016

PROCESSO Nº14/2016

O Município de Itapoá, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, faz saber que se encontra aberto, o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2016 para o CREDENCIAMENTO DE PRODUTOR RURAL, AGRICULTOR FAMILIAR, ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADOS A PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE. Maiores informações podem ser obtidas na Secretaria de Educação, da Prefeitura Municipal de Itapoá, na Rua 1590 nº 430, bairro Itapoá, na cidade de Itapoá-SC, nos horários das 08h:00min às 14h:00min, de segunda à sexta-feira, ou pelo telefone (47) 3443-0739, ou através do site www.itapoa.sc.gov.br, ou no Centro de Preparação da Alimentação Escolar da Prefeitura Municipal de Itapoá, telefone: (47) 3443-0739 (SME) e (47) 3443-6114 (Centro de Preparação da Alimentação Escolar).

Itapoá, 24 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO – LAI Nº 007/2016

CONCESSÃO DE LICENÇA

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO – LAI Nº 007/2016

Marcelo Colombo Capilla ME, torna público que recebeu do Departamento de Meio Ambiente de Itapoá, a Licença Ambiental de Instalação – LAI Nº 007/2016 válida por 36 (trinta e Seis) Meses para atividade 47.86.00 - Terminal Retroportuário, localizada na Estrada José Alves S/N, Bairro Jaguaruna nas Latitude S 2609'36.72" e Longitude O 48037'26.36".

Rua Diogo Augusto Zamboni de Oliveira 188 – Perola do Atlântico, 89249-000 - Itapoá - Santa Catarina Fone: + 55 47 3443-0244

E-mail: meioambiente@itapoa.sc.gov.brURL: www.itapoa.sc.gov.br**LICENÇA AMBIENTAL PREVIA – LAP Nº 006-2016**

CONCESSÃO DE LICENÇA

LICENÇA AMBIENTAL PREVIA – LAP Nº 006/2016

Marcelo Colombo Capilla ME, torna público que recebeu do Departamento de Meio Ambiente de Itapoá, a Licença Ambiental Previa – LAP Nº 006/2016, válida por 36 (trinta e Seis) Meses para atividade 47.86.00 - Terminal Retroportuário, localizada na Estrada José Alves S/N, Bairro Jaguaruna nas Latitude S 2609'36.72" e Longitude O 48037'26.36".

Rua Diogo Augusto Zamboni de Oliveira 188 – Perola do Atlântico, 89249-000 - Itapoá - Santa Catarina Fone: + 55 47 3443-0244

E-mail: meioambiente@itapoa.sc.gov.brURL: www.itapoa.sc.gov.br**PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CORTE**

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CORTE

Luiz Carlos Mebs Heiber, inscrito no CPF nº 293.431.279-87 torna público que está requerente ao Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura do Município de Itapoá a Autorização de Corte para abertura de estrada de acesso a imóvel rural, localizado na Estrada Geral Saí Mirim, s/n, próximo à SC-415, no município de Itapoá-SC.

Rua Diogo Augusto Zamboni de Oliveira 188 – Perola do Atlântico, 89249-000 - Itapoá - Santa Catarina Fone: + 55 47 3443-0244

E-mail: meioambiente@itapoa.sc.gov.brURL: www.itapoa.sc.gov.br

PEDIDO DE LAO CORRETIVA - LAO PROCESSO 4403/2015.**PEDIDO DE LAO CORRETIVA**

Construtora Polo LTDA, CNPJ : 79.610.069/0001-97 torna público que esta requerendo ao Departamento de Meio Ambiente do Município de Itapoá a regularização do Loteamento Jardim da Barra Através da Licença Ambiental Corretiva _ LAO processo 4403/2015.

Rua Diogo Augusto Zamboni de Oliveira 188 – Perola do Atlântico, 89249-000 - Itapoá - Santa Catarina Fone: + 55 47 3443-0244

E-mail: meioambiente@itapoa.sc.gov.br

URL: www.itapoa.sc.gov.br

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 048/2016 DO EDITAL Nº 046/2015**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 48/2016**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 25/02/2016, as 10h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
02	20	Ciências	Alyne Cristhine de Avelar	02/03/2016	30/03/2016

Itapoá, 24 de fevereiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 049/2016 DO EDITAL Nº 046/2015**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 49/2016**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 25/02/2016, as 10h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
18	30	Educação Infantil	Claudete A. Campos Calderon	02/03/2016	02/04/2016

Itapoá, 24 de fevereiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 050/2016 DO EDITAL Nº 046/2015
TERMO CONVOCAÇÃO Nº 50/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 25/02/2016, as 10h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
19	30	Educação Infantil	Maria Roseane Santos	02/03/2016	02/04/2016

Itapoá, 24 de fevereiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 051/2016 DO EDITAL Nº 046/2015
TERMO CONVOCAÇÃO Nº 51/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 25/02/2016, as 10h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
20	30	Educação Infantil	Natalia Kruger	02/03/2016	02/04/2016

Itapoá, 24 de fevereiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 052/2016 DO EDITAL Nº 046/2015
TERMO CONVOCAÇÃO Nº 52/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 25/02/2016, as 10h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
21	30	Educação Infantil	Geisa Rafaela Malanski Pomari	02/03/2016	02/04/2016

Itapoá, 24 de fevereiro de 2016.
Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

TERMO ADITIVO Nº07/2016- PRORROGAÇÃO CONTRATO CONCESSÃO TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL

TERMO ADITIVO N.º07/2016 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL E CONCESSÃO PARA CONSTRUÇÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO DE ITAPOÁ/SC. (10º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede na Rua Mariana Michels Borges, 187, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato, pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro a Empresa TRANSITA TRANSPORTE ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA, com sede na Rua Falcão, 452, na cidade de Caraguatatuba/SP, inscrita n.º CNPJ/MF sob n.º 04.632.523/0001-01, com filial a Avenida José Pacheco da Silva, s/nº, Itapema do Norte, município de Itapoá/SC, neste ato representada por seu sócio-gerente GILVAN FERREIRA DA SILVA, portador do CNPF / MF sob n.º 103.259.588-40 e RGº sob n.º 20765936, doravante denominado CONTRATADO (A), ajustam a Concessão para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, em conformidade com o processo Concorrência nº 01/1999, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, e Lei nº 8.987/1995 em cumprimento as normas contidas no código de posturas, e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato administrativo de concessão pública para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 28/02/2016, ou até encerramento do novo processo licitatório com assinatura do novo contrato administrativo de concessão pública, que será lançado, conforme disposições da Lei Federal nº 9.074/95, e Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo de concessão pública para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Prorrogação.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Instrumento de contrato administrativo de concessão pública para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 24 de fevereiro de 2016.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADO TRANSITA TRANSPORTE ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA GILVAN FERREIRA DA SILVA
CONTRANTE LUIZ CARLOS ZAGONEL CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO	
Testemunhas:	
Nome: CNPJ/MF:	Nome : CPF/MF:

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO Nº 01/2016 - VIGILÂNCIA PATRIMONIAL E ALARME MONITORADO SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

CONTRATO 01/2016

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA PATRIMONIAL PRIVADA PARA PROTEÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

Contrato que celebram o Município de Itapoá-SC, através do Poder Legislativo e Escudo Garra Serviços de Monitoramento para prestação de serviços de instalação e monitoramento remoto de equipamento eletrônico de alarme na sede da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

O Município de ITAPOÁ-SC, pessoa jurídica de direito público interno, através do PODER LEGISLATIVO, com sede na rua André Rodrigues de Freitas, 719, Itapema do Norte, portador do CNPJ nº 00.484.829/0001-07, neste ato representado pelo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, Sr. DANIEL SILVANO WEBER, residente e domiciliado a Av. Do Príncipe, 1358 - bairro Itapema do Norte, Itapoá SC, portador da cédula de identidade nº3.132.437, inscrito no CPF/MF nº854.046.169-20, infra-assinado, aqui denominado de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa ESCUDO GARRA SERVIÇO DE MONITORAMENTO, pessoa jurídica de direito

privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.591.560/0001-32, com sede na Avenida Celso ramos, na cidade de Itapoá-SC, CEP-89249-000, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu Sócio-Proprietário, SR. ALESANDRO DA GRACA, casado, maior, capaz, portador da Cédula de Identidade nº 3.804.831 - , residente e domiciliado à rua Bonito lindo, nº 465, bairro Itapema do Norte, neste município, por este instrumento e na melhor forma de Direito e nos termos do art. 24, II, da Lei 8.666/93, têm justo e contratado o que segue:

I - DO OBJETO

Cláusula Primeira - O objetivo deste contrato é a prestação de serviços de INSTALAÇÃO E MONITORAMENTO REMOTO DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICO DE ALARME, por parte da CONTRATADA ao CONTRATANTE, mediante as condições abaixo estabelecidas e especificadas nos seus respectivos anexos, que deste fazem parte integrante.

Parágrafo Único: os serviços serão prestados no endereço da CONTRATANTE, acima descrito.

Cláusula Segunda – Os serviços prestados pela contratante, restringem-se a instalação de equipamentos de alarmes e após, o monitoramento remoto do equipamento eletrônico de alarmes constantes, mediante sistema eletrônico, sendo executado o trabalho através de varredura eletrônica a distancia, por sistema próprio.

Parágrafo Primeiro: os serviços serão executados mediante a utilização de equipamentos adquiridos diretamente do nosso fornecedor, ficando a CONTRATADA apenas com, responsabilidade sobre a instalação e continuidade de funcionamento ideal.

Parágrafo Segundo: na ocorrência de violação nas dependências monitoradas, ocorre a emissão de sinais, via linha telefônica, que serão recepcionados pelo centro de operação localizado no endereço da CONTRATADA, ficando registrado a hora da ocorrência, a dependência e o local mediante convergência de cadastramento dos dados da CONTRATANTE no sistema da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: os equipamentos eletrônicos, quando da instalação, ficarão dispostos do local monitorado, separados por zonas e são instalados de forma a proteger a respectiva área, porém, a CONTRATANTE deve obedecer ao seguinte:

I - As condições de equipamentos instalados não poderão ser modificadas sem a anuência da CONTRATADA, sob pena de isenção total de responsabilidade por parte desta, pois as modificações acarretam interferência no sistema, impedindo o bom funcionamento dos equipamentos como um todo;

II - Não poderá ser disposto no local onde estejam instalados equipamentos de alarmes, móveis estantes, panos, varais, cortina ou qualquer outro objeto que possa impedir o acionamento do sistema, sendo que a ocorrência de tais fatos isentará a CONTRATANTE de eventuais prejuízos em decorrência de violações de patrimônio. Parágrafo Quarto: como complemento do serviço de monitoramento, a CONTRATADA executará manutenção do equipamento de monitoramento, sendo que este serviço não se trata de vigilância e por ora não acarretará nenhum acréscimo financeiro ao CONTRATANTE, no entanto o mesmo poderá ser suspenso a qualquer tempo, sem prévio aviso, e sem que tal suspensão o caracterize descumprimento obrigacional, já que não é objeto do presente contrato, mas sim meio de ferramenta interna da CONTRATADA, para a consecução de suas atividades, podendo ser modificada, extinta ou substituída conforme conviver sem anuência da CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto: a prestação de serviço hora é avançada é considerada somente uma atividade preventiva a preservação do patrimônio da CONTRATANTE, não arcando a CONTRATADA, com qualquer responsabilidade pela reparação civil, inclusive para terceiros, acerca e prejuízos que a CONTRATANTE possa sofrer em eventual ação criminosa, salvo em caso de culpa, devidamente comprovado em processo judicial.

Clausula Terceira - Em caso de corte do fornecimento da linha telefônica da CONTRATANTE, o monitoramento eletrônico será interrompido, não acionando o centro de operações da CONTRATADA, isentando de eventuais ônus em decorrência de violações.

Parágrafo Único: neste ato, a CONTRATANTE se declara ciente de que os serviços prestados pela CONTRATADA, sem distinção não tem o condão de impedir a prática de atos delituosos nos locais monitorados, constituindo-se em atividades unicamente de meio e não de resultado, posto que restritos e destinados exclusivamente à recepção de sinais de alarme na central de monitoramento e consequentemente tomados de providências, conforme dados cadastrais do centro de operações, serviço considerado somente de atividades acessória preventiva a preservação apenas do patrimônio coberto pelos detectores e sensores.

II - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE.

Cláusula Quarta: Pelos serviços a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) mensais e ser pago até o dia 10 do mês subsequente ao vencido. O preço do objeto deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$5.880,00 (cinco mil oitocentos e oitenta reais), que corresponde ao valor de 12 mensalidades.

Parágrafo Único: O presente Contrato poderá ser cancelado no dia 1º de janeiro de 2017, por ocasião da posse na nova Mesa Diretora de Itapoá, e consequente anulação do saldo do empenho restante. A extrapolação do prazo do dia 31 de dezembro de 2016 busca garantir a proteção patrimonial da sede da Câmara Municipal, mesma na transição da Presidência da Casa.

Cláusula Quinta: O pagamento será efetuado todo dia 5 (cinco)

ou dia 10 (vinte) de cada mês subsequente ao da realização de serviços, mediante a apresentação de documentos de cobranças pela CONTRATADA.

Cláusula Sexta: Em caso de eventual atraso no pagamento da fatura o seu valor será acrescido de 2% (dois por cento) de multa, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária apurada pelos índices de IGP-M.

Cláusula Sétima: O preço estipulado será reajustado anualmente, pelo IGP-M publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

III - DO PRAZO E DA RESCISÃO

Cláusula Oitava: O presente contrato inicia no dia 1º de fevereiro de 2016 com término no dia 1º de março de 2017, totalizando 12 (doze) meses de contrato.

Parágrafo Primeiro: Em não havendo manifestações expressa de nenhuma das partes em rescindir o presente contrato, com a antecedência prevista nas cláusulas, considerar - se renovada automaticamente o presente por igual, aplicando-se o reajuste monetário para constituição do novo preço que vigorará para a renovação.

Cláusula Nona: O CONTRATANTE poderá rescindir o contrato a qualquer tempo, mediante aviso prévio por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência.

Cláusula Décima: Na hipótese da CONTRATANTE inadimplir o pagamento dos serviços por mais de 30 (trinta) dias fica facultado a CONTRATADA proceder a rescisão do contrato, com a desativação do monitoramento eletrônico, mediante prévio comunicação via telefone, fax, eletrônica ou carta, cessando também qualquer responsabilidade da mesma.

Parágrafo Único: nos casos em que a CONTRATANTE for pessoa jurídica, os sócios responderão solidariamente pela inadimplência e valores devidos a título e serviços executados.

Cláusula Décima Primeira: A CONTRATADA poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo, mediante aviso prévio por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Único: não haverá rescisão do contrato entre as partes, quando apesar da inadimplência, ocorrer ajustes paralelos com o intuito de dar continuidade aos serviços desde que se faça por meio formal e escrito.

IV – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula Décima Segunda: A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços, através de pessoal capacitado e equipamentos adequados ao atendimento das ocorrências.

Parágrafo Primeiro: a CONTRATADA efetuará, se for o caso, manutenção corretiva, troca de senha e modificação do layout de instalação a qualquer tempo e as expensas da CONTRATANTE, conforme solicitação e agenda mento prévio, em dias úteis e nos horários entre as 08h00min e 13h45min horas.

Parágrafo Segundo: a CONTRATANTE deverá comunicar imediatamente, qualquer ocorrência verificada nas instalações que possam interferir no sistema de alarmes, sendo que as despesas referentes ao equipamento para outro local, adequações do layout, envolvendo mão-de-obra, fios e canaletas correrão por conta da CONTRATANTE.

Cláusula Décima Terceira: A CONTRATADA compromete-se a atender as ocorrências nas dependências patrimoniais da CONTRATANTE, onde estiverem instalados os equipamentos de alarmes, a contar do momento em que o centro de operações registrarem a violação, salvo motivos de força maior, caso fortuito, corte no fornecimento do sinal celular ou pane no sistema de comunicação provocado por motivos alheios a vontade da CONTRATADA.

Parágrafo Único: as aferições de tempo de atendimento das ocorrências serão registradas no boletim diário a serem elaborados pelo centro de operações da CONTRATADA e poderá ser apresentada a CONTRATANTE mediante formal e prévia solicitação.

V-DAS RESPONSABILIDADES:

Cláusula Décima Quarta: nas ocorrências, somente com sistema armado pela CONTRATANTE caberá a CONTRATADA o pronto atendimento previsto neste contrato como segue:

a) DISPARO ACIDENTAL- confirmado o disparo acidental pela

digitação da senha para desarme a operação será abortada e nenhuma providência será exigida da CONTRATADA.

b) ROUBO/FURTO - ocorrendo a falta da palavra chave ou senha incorreta e disparo por violação haverá atendimento a ocorrência será comunicada a polícia militar e ou civil para atendimento oficial e continuidade de providências, bem como avisará a CONTRATANTE, extinguindo-se neste ato as obrigações da CONTRATADA.

c) O atendimento das ocorrências salvo motivo de forças maior e caso fortuito, ocorrerá com registros da violação de centro de operações da CONTRATADA.

Parágrafo Único: as mudanças inoperância do sistema da companhia telefônica, interna ou externa, têm como o corte de fornecimento de linha telefônica, por qualquer motivo, isenta ou a CONTRATADA, de eventuais responsabilidades, ônus e prejuízos decorrentes de violação de patrimônio.

Cláusula Décima Quinta: A CONTRATANTE fornecerá as normas, diretrizes e informações necessárias para que os serviços sejam desempenhados com eficiência e de acordo com as condições e peculiaridades dos locais a serem atendidos por monitoramento eletrônico. Apenas profissionais qualificados, identificados e autorizados pela CONTRATADA atuaram no imóvel, sob as seguintes condições:

· AREA EXTERNA – a CONTRATANTE deverá providenciar meio de acesso ilimitado ao imóvel sob pena de prejuízo e execução completa do atendimento.

· AREA INTERNA – o profissional atendente das ocorrências só terá acesso interno do imóvel acompanhado do CONTRATANTE ou responsável por este indicado.

Cláusula Décima Sexta: A CONTRATANTE se compromete a evitar a ocorrência e emissão dos alarmes falsos, ocasionados por disparos indevidos seja a que título for, incluindo-se nestas disposições, o manuseio incorreto do sistema de alarme, a falta de manutenção e limpeza, o mau fechamento de portas e janelas, existência de vegetação próxima às cercas elétricas e sensores, bem como se comprometendo a evitar qualquer tipo de obstrução física aos equipamentos e que possam prejudicar o funcionamento adequado do sistema.

Cláusula Décima Sétima: A modificação da posição dos sensores e equipamentos instalados e do layout de instalação inicial, que venha a impedir o perfeito funcionamento do sistema, sem anuência expressa da CONTRATADA, isenta a mesma de eventuais ônus decorrentes de violação do patrimônio, obrigando-se a manter expressamente atualizados os dados cadastrais fornecidos, eis que este se constitui em elementos indispensáveis para o regular cumprimento do presente ajuste e execução dos serviços contratados.

Parágrafo Único: como elemento comprovador das condições em que inicialmente são dispostos os equipamentos e qual a situação no local, acompanha o presente instrumento e como parte integral deste, o laudo de vistoria e instalação que vai assinado pelo agente da CONTRATADA e o CONTRATANTE ou seu representante devidamente indicado, que acompanha a entrega da instalação.

Cláusula Décima Oitava: A CONTRATANTE se declara ciente dos procedimentos operacionais da CONTRATADA, comprometendo-se em manter os dados cadastrais, descrição de local de instalação equipamento e forma de execução dos serviços, comunicando a CONTRATADA de forma escrita e formal, qualquer modificação, cumprindo rigorosamente as instruções recebidas neste ato, em especial, declara que foi orientada sobre os procedimentos a forma e obrigação de “armar/ativar” e “desarmar/desativar” o sistema de alarmes, sob pena de comprometimento dos serviços e não atendimento ao objetivo que se destina presente contrato.

VI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Décima Nona – O custeio das despesas decorrentes deste contrato, no presente exercício correrá por conta da Ação “2001 – Manutenção da Câmara de Vereadores”, elemento de despesa 333900000000, subelemento “3977 – Vigilância ostensiva / monitorada”.

VII - DO FORO

Vigésima – Para dirimir quaisquer dúvidas advindas deste contrato, fica eleito com exclusividade o Foro da cidade de Itapoá.

E por terem assim acordado, declaram aceitar todas as disposições estabelecidas no presente instrumento, comprometendo-se em bem e fielmente cumpri-las, pelo que assinam o presente junto com duas testemunhas, a fim de que o mesmo passe a produzir os efeitos de direito.

Itapoá/SC, 1º de fevereiro de 2016.

DANIEL SILVANO WEBER
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATANTE

ALESANDRO DA GRAÇA
ESCUDO GARRA MONITORAMENTO
CONTRATADO

Testemunha RG nº _____ – _____/_____ CPF nº _____	Testemunha RG nº _____ – _____/_____ CPF nº _____
--	--

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO N.º 503, de 25 de fevereiro de 2016.

DECRETO N.º 503, de 25 de fevereiro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do art. 65, da Lei Orgânica do Município e com a Lei nº 2.342, de 21 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída de forma permanente, a Comissão que dispõe sobre os procedimentos para realização do transporte escolar de alunos matriculados na rede pública de ensino do município de Ituporanga, com a finalidade de disciplinar e regular as rotinas e procedimentos para gerenciamento e controle do Transporte Escolar, a fim de garantir a segurança e o bem-estar dos usuários.

Art. 2º. A comissão de que trata o art. 1º deste Decreto será composta pelos seguintes membros:

a) Representantes da Secretaria da Educação:

Solange Aparecida Goedert Petry

Adriana Momm Fernandes

Maria Elena Goulart Sebold

Márcia Schmidt Fernandes

Luciane Borba Voight

Pâmela Medeiros

b) Representantes do Conselho Municipal da Educação

Mário Errath – Titular

Isaurea Martini dos Santos – Suplente

c) Representantes da Agência de Desenvolvimento Regional ADR:

Maria Etelvina Sant'Ana – Titular

Daniel Phillipe - Suplente

d) Representantes do Transporte Escolar:

Leandro Dieferson Fernandes – Titular

Arni Lichtenfels – Suplente

e) Representantes do Conselho do Fundeb:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal e Secretaria da Educação;

Carícia Bilk Vieira - Titular

Maria Fernanda Nienkotter Muller– Suplente

Bruna Rudolfo – Titular

Luis Augusto Wagner Scheeren – Suplente

II - Representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais;

Lídia de Medeiros – Titular

Rita de Cássia Souza Pereira – Suplente

III - Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais;

Eliza Goedert Mees – Titular

Marceli Errath Wesphal – Suplente

IV - Representante dos Servidores Técnicos-Administrativos das Escolas Públicas Municipais;

Cátia Staloch – Titular

Keyla Dias do Nascimento Nogueira – Suplente

V - Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais;

Nelson Antônio Mello Filho – Titular

Letícia Goedert Oliveira – Suplente

Carlos Augusto Meurer – Titular

Marília Willemann Deuthner – Suplente

VI - Representante do Conselho Tutelar;

Corina Ludvig Steinbach – Titular

Rosângela Aparecida França Wiese - Suplente

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 26 de fevereiro de 2016

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

DECRETO Nº 501, de 22 de fevereiro de 2016

DECRETO Nº 501, de 22 de fevereiro de 2016

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A EQUIPE TÉCNICA LOCAL E COMITÊ DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR”.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto no Decreto nº 6.094/2007;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão para compor a Equipe Técnica Local e Comitê, para a elaboração do Plano de Ações Articuladas – PAR, que será formada pelos seguintes membros que o compõe:

I – Dirigente Municipal de Educação,

Solange Aparecida Goedert Petry

II – Técnicas da Secretaria Municipal de Educação,

Adriana Momm Fernandes

Carícia Bilk Vieira

Maria Fernanda Nienkotter Muller

III – Representantes dos Diretores de Escola,

Marceli Herrardt Westphal

IV – Representantes dos Professores da Zona Urbana,

Sandra Helena de Pinho Neuhaus

V – Representante dos Professores da Zona Rural,

Vale Regina Claudino

VI – Representante do Conselho Municipal de Educação;

Eliza Goedert Mees

VII – Representante dos Coordenadores Escolares;

Maria Elena Goulart Sebold

VIII – Representante dos Coordenadores Escolares;

Jane Maria Petri Gesser

VIII – Assessor de Planejamento e Administrativo,

Luiz Carlos Hessmann

IX – Representante do Departamento de Contabilidade,
Claudinei Eyng

X – Procurador Geral do Município,
Lia Caroline Miguel

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 22 de fevereiro de
2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

PMJS - PORTARIA Nº 075/2016

PORTARIANº 075/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 22/02/2016, DALTON FERNANDO FISCHER do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - Semsu, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 622/2014, de 02/04/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 076/2016

PORTARIANº 076/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 38 a 40, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, e 167/2015, de 15/10/2015,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 23/02/2016, DALTON FERNANDO FISCHER, matrícula 8233, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE - Semsu, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 077/2016

PORTARIANº 077/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e
CONSIDERANDO o teor dos Ofícios Nºs 006/2016/CMD, de 19/02/2016; 008/2016/CMD, de 19/02/2016; 009/2016/CMD, de 19/02/2016; e 010/2016/CMD, de 22/02/2016, do Conselho Municipal de Desportos;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 17/02/2016, MAURO PIRES DE LIMA SANDRI, como conselheiro suplente, em substituição a Greice Cristina dos Santos, para representar a Fundação Municipal de Esportes e Turismo (FME) - Esportes de Rendimento, no CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS (CMD).

Art.2º DESIGNAR, a partir de 18/02/2016, ROGÉRIO NAPOLEÃO, como conselheiro titular, em substituição a Klaus Moroni Alves; e IVAN MACIEL SOARES, como conselheiro suplente, em substituição a Jonattan Rocha, para representarem a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Jaraguá do Sul (OAB), no CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS (CMD).

Art.3º DESIGNAR, a partir de 18/02/2016, GIOVANE HONORATO DE CARVALHO, como conselheiro suplente, em substituição a Luis Alberto Woerner Galle, para representar as Entidades de Formação e Desenvolvimento (Organizações do Sistema "S"), no CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS (CMD).

Art.4º DESIGNAR, a partir de 18/02/2016, JULIANO DE FRANÇA MOREIRA, como conselheiro titular, em substituição a Alberto João Marcatto, para representar as Entidades, Associações ou Clubes Esportivos do Município de Jaraguá do Sul, no CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS (CMD).

Art.5º Em consequência, fica parcialmente revogado o artigo 1º, da Portaria Nº 432/2015, de 31/03/2015, no que se refere a designação dos mesmos.

Art.6º O mandato encerrar-se-á em 10/04/2017.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 078/2016

PORTARIANº 078/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, e do parágrafo único, do artigo 37, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 019/2016, de 03/02/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 03/02/2016, a servidora pública municipal CLARISSE KARIN FISCHER ZILSE, matrícula 8855, ocupante do cargo efetivo de Agente de Alimentação e Nutrição, readaptada para exercer as atribuições do cargo de Telefonista, conforme Portaria Nº 1836/2012, de 29/10/2012, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 079/2016

PORTARIANº 079/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, e da Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, e 165/2015, de 10/09/2015; e

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 002/2011; CONSIDERANDO o teor da sentença dos Autos Nº 0009108-82.2012.8.24.0036, da Vara da Fazenda Pública desta Comarca;

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 047/2016/DGP, de 22/02/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;
RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Técnica de Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal da Saúde, habilitada em concurso público de provas, TANIA LUCACHINSKI.

Art.2º A nomeada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados da publicação da presente Portaria, sob pena de ser considerada desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

I - Comprovação de nacionalidade brasileira;

II - Comprovação da idade mínima de dezoito anos;

III - Quitação com as obrigações eleitorais;

IV - Comprovação do nível de escolaridade exigida para o cargo, prevista em Lei e/ou Edital, se for o caso;

V - Comprovação de inscrição no órgão de classe;

VI - Declaração de bens;

VII - Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;

VIII - Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do

edital;

IX - Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF;
X - Carteira de identidade;

XI - Título de eleitor;

XII - Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual, Federal, Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça dos últimos cinco anos onde tenha residido.

Parágrafo único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PMJS - PORTARIA Nº 080/2016

PORTARIANº 080/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 055/2016/DGP, de 23/02/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º RETIFICAR a data constante na Portaria Nº 062/2016, de 1º/01/2016 para 1º/02/2016, que colocou à disposição do SENADO FEDERAL a servidora pública municipal LUCÉLIA MARIA ARALDI LESSMANN,

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

SAMAE - LICITAÇÃO 026/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
AVISO

Ref. Licitação 026/2016

Modalidade: PREGÃO

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAFÉ EM PÓ, AÇUCAR REFINADO E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

O Diretor Presidente do SAMAE, Sr. Ademir Izidoro, COMUNICA que tendo em vista a pertinência dos questionamentos realizados, informamos que a data de abertura dos envelopes do presente Edital fica prorrogada para o dia 08/03/2016 às 14:00 horas.

Jaraguá do Sul, 24 de fevereiro de 2016.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SEMASCRI - PORTARIA Nº 007/2016

PORTARIANº 007/2016

A SECRETÁRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas,

RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR, MARIA LUIZA CABRAL BREDAS, CPF: 048.468.889-83, cadastro: 10437, como responsável pelo recebimento de mercadorias no Programa Bolsa Família da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2016

ANTONIO MARCOS DA SILVA

Secretário da Assistência Social, Criança e Adolescente

SEMSA - PORTARIA Nº 007/2016/SEMSA

PORTARIANº 007/2016/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010; e

CONSIDERANDO o teor do Mem. 04/2016/DAB/Semsa de 15 de fevereiro de 2016, encaminhado pela Diretoria de Atenção Básica, solicitando aumento de carga horária para servidora da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art. 1º ALTERAR, a partir de 01/03/2016, de 20 horas semanais para 40 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal MANUELA ALEXANDRE SCHWEITZER, ocupante do cargo em Caráter Temporário de Médica, nomeada através da Portaria Nº 076/2014/Semsa de 21 de agosto de 2014, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de fevereiro de 2016.

EMANUELA CHRISTIAN WOLFF

Secretária Municipal da Saúde

SEMUR - PORTARIA Nº 01/2016/SEMUR

PORTARIANº 01/2016/SEMUR

RONIS ROBERTO BOSSE, Secretário Municipal do Urbanismo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e com base no inciso II, do artigo 20, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, com redação dada pela Lei Complementar Municipal Nº 118/2012, de 24/02/2013; e

CONSIDERANDO a autorização legislativa do parágrafo 2º, do artigo 27, da Lei Municipal Nº 1.767/1993, de 09/12/1993, com redação dada pela Lei Municipal Nº 6.903/2014, de 15/08/2014;

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação do prazo previsto na Lei Municipal Nº 6.559/2012, de 14/12/2012, para providências administrativas junto ao Registro de Imóveis desta Comarca, conforme requerido através do Processo PMJS Nº 3.982/2016;

RESOLVE :

Art. 1º Prorrogar em 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data da assinatura desta Portaria, o prazo para a parte interessada proceder o competente registro do Loteamento Valdemiro Ehlert, de propriedade de Ehlert Incorporadora Ltda., prorrogado pela Portaria Nº 16/2014/SEMUR e aprovado pelo Decreto Municipal Nº 9.048/2012 e Processo PMJS Nº 33.692/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2016.

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

HELIO CESAR TOMIO

Supervisor de Análise e Parcelamento do Solo

Joaçaba

PREFEITURA

CONTRATO 157/2014/PMJ - TA 02

CONTRATO 157/2014 – TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.908.992/0001-85, estabelecida na Rua dos Andradas, 1121, sala 502, Bairro Centro, no Município de Porto Alegre, RS, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelos Srs. Daniel de Oliveira Pinto, portador da Carteira de Identidade nº 1004445746 e CPF nº 295.161.450-00 e Ronaldo Capaverde Silva, portador da Carteira de Identidade nº 1048134652 e CPF nº 648.147.260-15, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 157/2014, firmado em 24.02.2014, proveniente do Processo de Licitação nº 7/2014/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 6/2014/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, de serviços de solução em gestão de frota de veículos e de equipamentos motorizados acoplados e rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento e gerenciamento dos custos, sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais; que contemple todas as despesas efetuadas por meio de contratos, compras diretas, pronto pagamento, supridas por almoxarifados ou custeadas por convênios com entidades mantenedoras externas à administração municipal ou por terceiros na forma de doação e ambiente operacional, segundo os quantitativos e descrições das atividades a serem desenvolvidas, constantes do Anexo I e nas condições previstas no Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO e a CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor atualizado por veículo fica reajustado em 11,3091% relativos à variação do INPC/IBGE no período de 01/02/2015 a 31/01/2016, passando de R\$ 28,39 para R\$ 31,60 (trinta e um reais e sessenta centavos).

Diante do reajuste e da prorrogação da vigência contratual constante na cláusula segunda deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 49.296,00 (quarenta e nove mil duzentos e noventa e seis reais), que serão pagos mensalmente, conforme o disposto no subitem 3.2 do contrato original, considerando o quantitativo de 130 (cento e trinta) veículos.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 meses, a contar de 24 de fevereiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 19 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA – CONTRATANTE
RAFAEL LASKE - Prefeito

EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA
DANIEL DE OLIVEIRA PINTO RONALDO CAPIVERDE SILVA

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

EXTRATO PL 10/2016/PMJ - PP 5/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016/PMJ

Objeto: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de locação, por hora trabalhada, de 01 (um) rolo compactador e de 01 (uma) motoniveladora, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, para a execução de serviços de manutenção das vias públicas do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 09/03/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 09/03/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 24 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Venilton Rogério Teles - Secretário

EXTRATO PL 3/2016/FMAS - PP 2/2016/FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2016/FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2016/FMAS

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção dos serviços, ações e projetos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC. Data da abertura: Dia 10/03/2016, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 10/03/2016, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br

Joaçaba, 24 de fevereiro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MÁRIO WOLFART - Secretário

PARECER TÉCNICO 01/2016 - COMISSÃO DE SELEÇÃO DESPORTIVA

COMISSÃO DE SELEÇÃO DESPORTIVA

PARECER TÉCNICO 01/2016

De acordo com o disposto na Lei Municipal nº 4.555/2014 e Edital de Chamamento Público destinado à seleção de organizações da sociedade civil atuantes na área esportiva, para fomento esportivo, envolvendo ou não a transferência de recursos financeiros e humanos; De acordo com os Planos de Trabalho protocolizados pelas entidades proponentes, os membros da Comissão de Seleção Desportiva, Rony Edson Lenz, Franciani Alice Rizzi e Eliana Zardo, designados pela Portaria Municipal nº 4.053/2015, em análise individual dos processos, obedecendo aos critérios pré-definidos, apontam a seguir os projetos aptos conforme o cumprimento dos requisitos; Projetos enquadrados no item 1.4, alínea "a" do Edital:

Entidade	Pontuação Geral	Recursos Financeiros	Recursos Humanos	Valor Total
AJOV – Associação Joaçabense de Voleibol	400	33.300,00	23.878,10	56.878,10
ARECJ – Associação Recreativa Esportiva e Cultural de Judô	420	35.000,00	41.129,66	76.129,66
AJEC – Associação Joaçaba Esporte e Cultura	400	33.300,00	11.601,70	44.901,70
TOTAL DE VALORES		101.600,00	76.609,46	178.209,46

Projetos enquadrados no item 1.4, alínea "b" do Edital:

Entidade	Pontuação Geral	Recursos Financeiros	Valor Total
ARAD – Associação Regional dos Atletas com Deficiência do Meio Oeste Catarinense	240	20.000,00	20.000,00
APTM – Associação Pró Tênis de Mesa	400	33.300,00	33.300,00
AAFB – Associação Atlética Frei Bruno	260	21.600,00	21.600,00
AJT – Associação Joaçabense de Tênis	330	22.000,00	22.000,00
AJBB-Assoc. Joaçabense de Bolão e Bocha	160	13.300,00	13.300,00
ADRECHA – Associação Desportiva Regional e Cultural de Handebol	310	25.800,00	25.800,00
Jeep Clube Vale do Rio do Peixe	100	8.300,00	8.300,00
ABLUJHE-Assoc. de Basquete de Luzerna Joaçaba e Herval D'Oeste	210	17.500,00	17.500,00
APAF-Assoc. de Pais e Amigos do Futsal	260	21.600,00	21.600,00
TOTAL DE VALORES		183.400,00	183.400,00

Conforme previsto no item 3.7 do Edital ficam as entidades selecionadas, convocadas a apresentar os documentos exigidos pela Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, até o dia 03 de março de 2016, devendo protocolizar junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

É o parecer,

Joaçaba (SC), 25 de fevereiro de 2016

Franciani Alice Rizzi

Eliana Zardo

Rony Edson Lenz

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 69/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 69/2016 DE 23.02.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) EDSON RODRIGO BESBATI, Mecânico de Manutenção, Licença-Prêmio a que tem direito solicitada através do processo nº 520/2016 de 23 de fevereiro de 2016, referente ao período aquisitivo de 04 de fevereiro de 2013 à 03 de fevereiro de 2014 (12 dias) para serem fruídos no período de 28 de março de 2016 à 08 de abril de 2016, de acordo com a Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 28 de março de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 23 de fevereiro de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

Lacerdópolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 04/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE LACERDÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 04/2016

Aviso de Edital de Pregão Presencial nº 03/2016

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS estará realizando pregão presencial dia 08/03/2016 as 14:00 horas, para aquisição parcelada de material de expediente e escolar, conforme especificações constantes no edital. Cópia integral do edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, na Rua 31 de Março 1050, centro, Lacerdópolis-SC. Demais informações, pelo telefone (0**49)3552-0188.

Hilário Chiamolera

Prefeito de Lacerdópolis

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 204/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 204/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MARCIA DA CUNHA VENTURA EPP inscrita no CNPJ sob n.º 04.498.706/0001-86, com endereço a Rua Jucelino Kubstchek de Oliveira, 2510 – Bairro Maria Luiza, CEP 88.519-400 – Lages/SC

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 92/2015, correlato a Tomada de Preço 13/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção de Campo de Futebol Society na Rua Velucino Jose de Godoy, Bairro Vila Maria, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes deste Edital

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução: Fica Prorrogado até 23/07/2016;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica Prorrogado até 23/07/2016, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 22 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 125/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0125/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: B & P CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 07.052.006/0001-51, estabelecida na Avenida Armando Pereira de Souza, 101 – sala 2 – Bairro Poço Rico, Otacílio Costa/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para a Construção do Espaço Físico para Implantação do CRAS no Bairro Gralha Azul, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução: Fica Prorrogado por mais 60 (sessenta) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica Prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

As demais cláusula permanece inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 19 de fevereiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 03-G/2016 PP 147/2015 PML JULIO

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03-G/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2015

PROCESSO Nº 298/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para consumo nas Unidades Escolares Municipais, no exercício de 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 147/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 40.940,00 (quarenta mil novecentos e quarenta reais)

JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME INSCRITA NO CNPJ N.º 82.894.718/0001-33, COM SEDE MARIO RIBEIRO RAMOS, 242 – SÃO CRISTÓVÃO – LAGE/SC CEP 88.509-340

Lages/SC 18 de Janeiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 03-H/2016 PP 147/2015 PML NUTRI

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03-H/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2015

PROCESSO Nº 298/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para consumo nas Unidades Escolares Municipais, no exercício de 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 147/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais)

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA INSCRITA NO CNPJ N.º 07.814.016/0001-87, COM SEDE RUA TIRADENTES, 342 – SÃO CRISTOVÃO – CEP 89.804-060 – CHAPECÓ/SC

Lages/SC 18 de Janeiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 03-I/2016 PP 147/2015 PML NUTRIMENTAL

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03-I/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2015

PROCESSO Nº 298/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para consumo nas Unidades Escolares Municipais, no exercício de 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 147/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 355.400,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais)

NUTRIMENTAL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS INSCRITA NO CNPJ N.º 76.633.890/0026-99, COM SEDE MARCELINO NOGUEIRA, 1182 – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR CEP 83.005-370

Lages/SC 18 de Janeiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 03-J2016 PP 147/2015 PML P2

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03-J/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2015

PROCESSO Nº 298/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para consumo nas Unidades Escolares Municipais, no exercício de 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo

com a respectiva classificação no Pregão nº 147/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais)

P2 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA – ME – CNPJ 23.040.430/0001-32 – COM SEDE A RUA PAULINO SIQUEIRA CORTES Nº 2001 CENTRO SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR CEP 83.005-030

Lages/SC 18 de Janeiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 03-K/2016 PP 147/2015 PML SEBOLD

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03-K/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2015

PROCESSO Nº 298/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para consumo nas Unidades Escolares Municipais, no exercício de 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 147/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 104.335,00 (cento e quatro mil trezentos e trinta e cinco reais)

SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA – ME – CNPJ 09.196.745/0001-42 – RUA TREZE DE JUNHO Nº 795 – FLOR DE NÁPOLIS – SÃO JOSÉ/SC

Lages/SC 18 de Janeiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 04-A/2016 PP 149/2015 PML JULIO

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2015

PROCESSO Nº 299/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para Alimentação das equipes de manutenção de estradas do interior para o ano de 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DA PESCA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata

de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 147/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 17.966,94 (dezesete mil novecentos e sessenta e seis reais e noventa e quatro centavos), SENDO: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME INSCRITA NO CNPJ N.º 82.894.718/0001-33, COM SEDE MARIO RIBEIRO RAMOS, 242 – SÃO CRISTÓVÃO – LAGE/SC CEP 88.509-340

Lages/SC 04 de Janeiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 04-B/2016 PP 148/2015 PML CORDOVA

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-B/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2015

PROCESSO Nº 299/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para Alimentação das equipes de manutenção de estradas do interior para o ano de 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DA PESCA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 147/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 37.752,65 (trinta e sete mil setecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), SENDO:

SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 83.197277/0001-83, ESTABELECEIDA NA RUA. ARACI PAIM, 19 – ARAUCÁRIA, LAGES/SC – CEP. 88.512-680

Lages/SC 04 de Janeiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 05/2016 PP 149/2015 PML LEAO

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2015

PROCESSO Nº 294/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Tubos de Concreto para Manutenção de Estradas do Interior, no exercício de 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade

de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 147/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 26.120,00 (vinte e seis mil e cento e vinte reais).

LEÃO INDUSTRIA CONSTRUTORA LTDA INSCRITA NO CNPJ N.º 07.302396/0001-70, COM SEDE RUA VALDOMIRO KOECHE, 320 – GETHAL – LAGE/SC CEP 88.520-450

Lages/SC 04 de Janeiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 06/2016 PP 155/2015 PML BRITAPLAN

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2015

PROCESSO Nº 308/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Pedra Brita, Pedrisco, Pó de Brita, Pedra Pulmão, Base, Pedra Rachão e Pedra de Mão para Aplicação no Perímetro Urbano e Vias Secundárias do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 147/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 1.701.000,00 (um milhão setecentos e um mil reais).

BRITAPLAN BRITAGEM PLANALTO LTDA INSCRITA NO CNPJ N.º 75.887.273/0001-07, COM SEDE BR 116S/Nº - KM 253, – LAGES/SC - CEP: 88.514-400

Lages/SC 08 de Janeiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 05/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 05/2016 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: RGM SILVA E CIA LTDA, inscrita no CPF sob n. 18.693.805/0001-23, sediada a Rua Euclides da Cunha, 40 – Caravaggio – Lages/SC

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 72/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 46/2015, homologada em 06/01/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para transportar pacientes de tratamento em hemodiálise dentro do perímetro urbano de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, A contar da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução da assinatura do contrato até 31/12/2016;

2.3 Do Contrato, ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2016. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2016, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 92.400,00 (noventa e dois mil e quatrocentos reais)

Lages, 06 de janeiro de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito municipal.

EXTRATO CONTRATO 06/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 06/2016 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: PAULO AMARAL TRANSPORTE LTDA - EPP, inscrita no CNPJ: 14.034.976/0001-90 com sede na Rua Duarte Ávila, Nº 79 -Centro – Lages/SC. CEP: 88.501-440

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 43/2015, homologada em 06/01/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para, Transportar pacientes do SUS para as cidades de Santa Catarina para fins de consultas e cirurgias com enfermeiros e/ou acompanhantes, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, imediato após a assinatura do presente contrato;

2.2 De Execução, conforme cronograma do setor de transporte fora do domicílio;

2.3 Do Contrato, ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2016. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2016, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da

CONTRATADA, de R\$ 141.600,00 (cento e quarenta e um mil e seiscentos reais)

Lages, 06 de janeiro de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito municipal.

EXTRATO ARP 03-L/2015 PP 147/2015 PML CORDOVA

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03-L/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2015

PROCESSO Nº 298/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para consumo nas Unidades Escolares Municipais, no exercício de 2016, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 147/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 113.450,00 (cento e treze mil quatrocentos e cinquenta reais)

SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 83.197277/0001-83, ESTABELECIDADA NA RUA. ARACI PAIM, 19 – ARAUCÁRIA, LAGES/SC – CEP. 88.512-680 Lages/SC 18 de Janeiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL Nº 002/2016

EDITAL Nº. 002/2016

EDITAL Nº. 002/2016

Thiago Oliveira, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 24/03/2016.

Horário: 19h00min(dezenove horas)

Pauta: Audiência Pública sobre proteção animal, maus tratos, abandono e castrações.

Local: Plenário da Câmara de Vereadores

Rua: Otacílio Vieira da Costa, 280

Bairro: Centro – Lages - SC

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site www.camaralages.sc.gov.br.

Lages, 22 de fevereiro de 2016.

Presidente

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA N.064/2016 DE 24/02/2016 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDER GASPERINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA n.064/2016

DE 24/02/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDER GASPERINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal EDER GASPERINI pelo prazo de 30 dias, de 01/03/2016 A 30/03/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2015 a 01 de janeiro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 24 de fevereiro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Geltudes Toffolo Santin
Servidora Designada

PORTARIA N.065/2016 DE 24/02/2016 "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARISTELA MARIA MARASCHIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA n.065/2016

DE 24/02/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARISTELA MARIA MARASCHIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal MARISTELA MARIA MARASCHIN pelo prazo de 15 dias, de 01/03/2016 A 15/03/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 17 de janeiro de 2015 a 16 de janeiro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 24 de fevereiro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Geltudes Toffolo Santin
Servidora Designada

Lauro Muller

PREFEITURA

EDITAL DE PREGAO Nº 11/2016 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº 11/2016 PMLM

PROCESSO Nº11/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 08 de março de 2016 às 08:30h, haverá pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gênero alimentício, material expediente, material permanente, copa e cozinha, camisetas manga curta e manga longa para entrega PARCELADA, no exercício de 2016, para atender ao Grupo Bem Viver Terceira Idade da Secretaria de Assistência Social, o edital na íntegra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 24 de fevereiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº 12/2016 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº 12/2016 PMLM

PROCESSO Nº12/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 08 de março de 2016 às 10:30h, haverá pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente para Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de peças e serviços hidráulicos para veículos, máquinas e implementos rodoviário e de infraestrutura para atendimento das demandas das secretarias municipais para o exercício de 2016, o edital na íntegra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 24 de fevereiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO Nº04 /2016 FMS

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO Nº04 /2016 FMS

PROCESSO Nº07/2016 FMS

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que houveram alterações no edital, sendo incluído o item 21, o edital na íntegra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 24 de fevereiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº 10 /2016 PMLM

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGAO Nº 10 /2016 PMLM

PROCESSO Nº10/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 03 de março de 2016 às 08:30h, haverá pregão presencial para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de gêneros alimentícios para atender as demandas do refeitório de Lauro Muller, durante o exercício de 2016, o edital na íntegra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 19 de fevereiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

PRORROGAÇÃO AO EDITAL DE PREGAO Nº08 /2016 PMLM

PRORROGAÇÃO AO EDITAL DE PREGAO Nº08 /2016 PMLM

PROCESSO Nº8/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de 734 metros quadrados de piso de polipropileno para quadra esportiva para Ginásio Municipal Nelson Righetto, tendo em vista que as alterações interferem na formulação das propostas fica o certame prorrogado para o dia 08 de março de 2016 às 8:30 horas.

Lauro Muller, 24 de fevereiro de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Lebon Regis

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO HMMSA 01/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO HMMSA 01/2016

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado no Concurso Público HMMSA nº 001/2015 abaixo relacionado(s) para apresentar-se perante o Departamento Pessoal do Hospital, localizado na Rua Valdir Ortigari, 74, centro, em até 10 dias a partir desta data conforme paragrafo XI, item 11.3 do Edital de Concurso Publico.

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
JOÃO CARLOS TOMACHESKI	TÉCNICO EM	3º
JUNIOR TORQUATO	ENFERMAGEM	

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis, 22 de Fevereiro de 2016.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2/2015
COMPRA DIRETA Nº. 620.325

Pelo presente instrumento particular a autarquia HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON RÉGIS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 83.684.324/0001-13, com sede na Rua Valdir Ortigari, n. 74, Centro, Lebon Régis/SC, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Moacir Galeno Varela Furtado, , doravante denominado CONTRATANTE , e de outro lado SANDRO DALAZEM, pessoa física, brasileiro, casado , residente e domiciliado na Rua Atílio Basquera, 183, bairro Berguer, no município de Caçador-SC, inscrito no CPF Nº. 649.621.569-34, a seguir denominada CONTRATADO, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a cláusula QUINTA do Contrato n. 2/2015, para modificar o prazo de vigência para até 31/12/2016, justificada pelo art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica mantida a cláusula quarta para que seja inclusa a dotação orçamentária detalhada conforme segue:

DESPESA	AÇÃO 2.065	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA- 94	CÓDIGO
211	Manutenção das Atividades do HOSPITAL	Hosp. e Mat. Municipal Santo Antonio	3.3.90

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.000,00 (TRES MIL REAIS)

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Lebon Régis, 30 de Dezembro de 2015.
Hosp. e Mat. Mun. S. Antonio
Moacir G. V. Furtado

SANDRO DALAZEM
CONTRATADO

CONTRATO Nº: 10/2016 LICITAÇÃO: DL08/2016.**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº: 10/2016 licitação: DL08/2016.

Objeto: Contratação de empresa para que de forma cooperada entre as partes, vise o desenvolvimento de atividades conjuntas relativas a "promoção, integração e a formação para o mercado de trabalho", conforme estabelece a lei nº 11.788/08, referente a contratação de "ESTAGIÁRIOS" que estejam frequentando o ensino regularmente em instituições de educação..

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO EST. DE SC - 04.310.564/0001-81.

Valor: R\$ 114.609,00 (cento e quatorze mil e seiscentos e nove reais).

Vigência: 16/02/2016. Término: 31/12/2016

Lebon Régis, 23/02/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 11/2016 LICITAÇÃO: DL08/2016.**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº: 11/2016 licitação: DL08/2016.

Objeto: Contratação de empresa para que de forma cooperada entre as partes, vise o desenvolvimento de atividades conjuntas relativas a "promoção, integração e a formação para o mercado de trabalho", conforme estabelece a lei nº 11.788/08, referente a contratação de "ESTAGIÁRIOS" que estejam frequentando o ensino regularmente em instituições de educação..

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO EST. DE SC - 04.310.564/0001-81.

Valor: R\$ 27.995,00 (vinte e sete mil e novecentos e noventa e cinco reais).

Vigência: 16/02/2016. Término: 31/12/2016

Lebon Régis, 23/02/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 12/2016 LICITAÇÃO: DL08/2016.**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº: 12/2016 licitação: DL08/2016.

Objeto: Contratação de empresa para que de forma cooperada entre as partes, vise o desenvolvimento de atividades conjuntas relativas a "promoção, integração e a formação para o mercado de trabalho", conforme estabelece a lei nº 11.788/08, referente a contratação de "ESTAGIÁRIOS" que estejam frequentando o ensino regularmente em instituições de educação..

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE AS. SOCIAL.

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO EST. DE SC - 04.310.564/0001-81.

Valor: R\$ 29.645,00 (vinte e nove mil e seiscentos e quarenta e cinco reais).

Vigência: 16/02/2016. Término: 31/12/2016

Lebon Régis, 23/02/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2016 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2016 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

"ESTABELECE RESPONSÁVEIS PELAS CONTAS BANCÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS NA AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL"

A Mesa Diretora, através de seu Presidente, MAURICIO PASSOS PINHEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, promulga o presente Decreto.

Art. 1º. Fica estabelecido que todas as contas bancárias da Câmara Municipal de Lebon Régis, junto a agência do Banco do Brasil neste município, serão movimentadas pelas pessoas ocupantes dos cargos abaixo discriminadas:

a) Presidente da Mesa Diretora, em conformidade com o art. 21 do Regimento Interno.

b) Pelo ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro, em conformidade com o art. 21 da Lei Municipal n. 045 de 27 de junho de 2006.

Art. 2º. As pessoas ocupantes dos cargos acima descritos ficam autorizadas isoladamente realizar as seguintes transações:

- I - Solicitar saldo e extratos bancários;
- II - Requisitar talonários de cheques;
- III - Retirar cheques devolvidos;
- IV - Endossar Cheques;
- V - Sustar/emitir contraordem de cheques;
- VI - Cancelar cheques;
- VII - Baixar cheques;
- VIII - Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- IX - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

Art. 3º. As pessoas ocupantes dos cargos descritos nas alíneas "a" e "b" do art. 1º poderão conjuntamente realizar, sendo necessário no mínimo as assinaturas eletrônicas ou físicas, as seguintes transações:

- I - Efetuar Saques;
- II - Efetuar pagamentos por meio eletrônicos;
- III - Efetuar transferências por meio eletrônico;
- IV - Efetuar transferências para a mesma titularidade;
- V - Encerrar conta de depósitos;
- VI - Emitir cheques;
- VII - Abrir contas para depósitos;
- VIII - Autorizar cobrança;
- IX - Movimentar conta corrente por meio físico ou eletrônico;

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
Registre-se
SALA DAS SESSÕES, 24 de fevereiro de 2016.
MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Presidente

DJALMA MARCO DA ROCHA
1º. Secretário

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº DL08/2016**HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Dispensa por Justificativa Nº DL08/2016

Processo Licitatório 14/2016

OBJETO: Contratação de empresa para que de forma cooperada entre as partes, vise o desenvolvimento de atividades conjuntas relativas a "promoção, integração e a formação para o mercado de trabalho", conforme estabelece a lei nº 11.788/08, referente a contratação de "ESTAGIÁRIOS" que estejam frequentando o ensino regularmente em instituições de educação. Data de Homologação: 16/02/2016 Licitantes Homologados: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO EST. DE SC – CIEE. Valor total (R\$) 172.249,00 (cento e setenta e dois mil duzentos e quarenta e nove reais).

Lebon Régis, 16/02/2016

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 551/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0551/2015 de 04 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º , §III e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, IRONI R. CAVALHEIRO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de COZINHEIRA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 04 de Janeiro de 2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 04 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 552/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0552/2016 de 04 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º , §III e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, EDNA FERREIRA DE PAULA DE SOUZA, para ocupar o cargo de COZINHEIRA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 04 de Janeiro de 2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 04 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 553/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0553/2016 de 04 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º , §III combinado com Art. 3º §III do e de conformidade com a lei nº 065 de 03/11/2010.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR O FUNCIONÁRIO, VILMAR JOSÉ DE MIRANDA, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 04 de Janeiro de 2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 04 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 554/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0554/2016 de 01 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º §III e de conformidade com a lei nº 065 de 03/11/2010.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR O FUNCIONÁRIO, JEAN CARLOS TELES DE SOUZA, ocupante do cargo de VIGIA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 04/01/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 04 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 555/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0555/2016 de 04 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º §III , e de conformidade com a lei nº 065 de 03/11/2010.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, LUANA GOMES DA CONCEIÇÃO, para ocupar o cargo de SERVENTE, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 04/01/2016 em substituição a titular Rose Maria Paes Gomes.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 04 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 556/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0556/2016 de 04 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º §II, e de conformidade com a lei nº 065 de 03/11/2010.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, SANDRA PAES DE LIMA, para ocupar o cargo de SERVENTE, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 04/01/2016. Em substituição a titular Leonilda Dias dos Reis.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 04 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 557/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0557/2016 de 04 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § I, e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR O FUNCIONÁRIO, ANDRÉ ADALBERTO PE-TRY, para ocupar o cargo de MÉDICO, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 04/01/2016. (20 Horas).

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 04 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 558/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0558/2016 de 04 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º §III, e de conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, ELIANE APARECIDA GRANEMANN, para ocupar o cargo de COZINHEIRA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 04/01/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 04 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 559/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0559/2016 de 05 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § III, e de conformidade com a lei nº 065/ de 03/11/2010.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, IDINEIA RODRIGUES DOS SANTOS, para ocupar o cargo de RECEPCIONISTA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 05/01/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 05 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 560/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA No. 0560/2016 de 08 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º §III, e de conformidade com a Lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

RESOLVE:

ART. 1 - CONTRATAR, A FUNCIONÁRIA SAMARA DA SILVA CORREIA, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, do quadro de pessoal do hospital a partir de 08/01/2016.

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 08 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 561/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0561/2016 de 11 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § III, e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR O FUNCIONÁRIO, EDSON ROBERTO SCHMIDT, para ocupar o cargo de TÉCNICO EM RADIOLOGIA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 11/01/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 11 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 562/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0562/2016 de 18 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 91 , § I da Lei Complementar 076/2012 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, para a servidora, MARCELI GUEDES MOREIRA, ocupante do cargo de SERVENTE, a partir da data de 18/01/2016, sem prejuízo a sua remuneração.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 18 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 563/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA No. 0563/2016 de 18 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1 - AFASTAR, de suas funções a funcionária, LEONILDA DIAS DOS REIS, ocupante do cargo de SERVENTE, por motivo de doença a qual passa a perceber seus vencimentos pelo INSS por motivo de incapacidade laborativa até 22/03/2016

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 18 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

PORTARIA Nº 564/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA No. 0564/2016 de 18 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1 - AFASTAR, de suas funções a funcionária, ROSELI FERREIRA, ocupante do cargo de SERVENTE, por motivo de doença a qual passa a perceber seus vencimentos pelo INSS por motivo de incapacidade laborativa até 30/03/2016.

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 18 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 565/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0565/2016 de 18 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - INDENIZAR, INTEGRALMENTE, Licença Prêmio de 18 dias ao servidor, VITAL ANADIL PALHANO, ocupante do cargo de JARDINEIRO, relativo ao período aquisitivo de 12/01/2015 a 11/01/2016 e período de gozo de 18/01/2016 a 04/03/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 18 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 566/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0566/2016 de 18 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea "f" do Regimento Interno desta instituição do Hospital, de 14 de Maio de 1979. e Lei 8.666/93.

RESOLVE:

ART. 1º/ NOMEAR à partir desta data a COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES do Hospital Santo Antonio, composta pelos seguintes membros:

-AMOURI ANTONIO GRAZZIOTIN - Presidente
-VILMAR JOÃO PIERDONÁ - Secretário
-NEIVA MACIEL ROSA - Membro

ART. 2º. – A investidura da referida comissão terá validade por 31/12/2015.

ART. 3º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 18 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 567/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0567/2016 de 27 de Janeiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR O FUNCIONÁRIO, ANDRÉ ADALBERTO PE-TRY, ocupante do cargo de MÉDICO, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 27/01/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 27 de Janeiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 568/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0568/2016 de 01 de Fevereiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - RETIFICAR A Portaria nº 545/2016 DO FUNCIONÁRIO, VILMAR JOÃO PIERDONÁ, que muda o cargo de DIRETOR ADMINISTRATIVO para CHEFE DE SERVIÇOS CONTÁBEIS do quadro de pessoal do hospital, a partir de 01 de Fevereiro de 2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de Fevereiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 569/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0569/2016 de 01 de Fevereiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - NOMEAR E EMPOSSAR , através de concurso público, o Servidor, ALBERTH HEINE CARLIN BARRETO para ocupar o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, constante do quadro de pessoal efetivo do Hospital, a partir de 01/02/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de Fevereiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 570/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0570/2016 de 02 de Fevereiro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § I, e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR A FUNCIONÁRIA, CHAYANNE BORDIN CALEGARI, para ocupar o cargo de MÉDICA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02/02/2016. (20 Horas).

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Fevereiro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

RETIFICAÇÃO DE AVISO PROCESSO Nº 13/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS/SC

RETIFICAÇÃO DE AVISO

PROCESSO Nº 13/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2016

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto 004/2016, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a retificação do texto publicado neste diário no dia 05/02/2016-Edição nº1928 pág. 466. Onde se lia: "VALOR: R\$ 39,00 (trinta e nove reais) por contratado/mês totalizando R\$ 25.740,00 (vinte e cinco mil setecentos e quarenta reais)". Lê-se: VALOR: R\$ 39,00 (trinta e nove reais) de Contribuição Institucional por mês para cada estagiário contratado, mais o valor mensal de bolsa-auxílio conforme contratação de acordo com a lei municipal 1.357/2010, limitando-se ao numero máximo de contratações em 31 estagiários . Lebon Régis, 16 de Fevereiro de 2016.

JOSÉ VANDERLEI DE CAMPOS - Presidente

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO - PL 008/2016 - PREGÃO 007/2016 - AR CONDICIONADO - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

Processo Licitatório nº 008/2016 - PML

Pregão Presencial nº 007/2016 - PML

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO 007/2016

Levamos ao conhecimento dos interessados a SUSPENSÃO DA ABERTURA do PREGÃO PRESENCIAL 007/2016, prevista para acontecer no dia 07 de março de 2016 às 14h e que tinha como objeto a contratação de serviços de instalação de aparelhos de ar condicionado de diversas potências, com fornecimento de materiais e insumos.

A republicação de edital e a nova data de abertura serão divulgadas em breve no site do Município de Luzerna.

Luzerna, 24 de fevereiro de 2016.

DECRETO 2184

DECRETO Nº 2184 de 24 de fevereiro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2016".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os artigos 4º e 5º, da Lei nº 1.406 de 10 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente, no valor de R\$ 4.934,00 (quatro mil e novecentos e trinta e quatro reais) na Unidade, Atividade e na Modalidade de Aplicação da despesa, abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 07.03.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar

Categoria Econômica: 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal

Fonte: 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.934,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior fica suplementada no valor de R\$ 4.934,00 (quatro mil e novecentos e trinta e quatro reais na Unidade, Atividade e na Modalidade de Aplicação da despesa, abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 07.03.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar

Categoria Econômica: 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos Ordinários R\$ 4.934,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 24 de fevereiro de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2185

DECRETO Nº 2185 de 24 de fevereiro de 2016.

"REVOGA O DECRETO Nº 2089 DE 06 DE AGOSTO DE 2015 QUE "INSTITUI TURNO ÚNICO PARA O FUNCIONAMENTO DO EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso De suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º - Fica REVOGADO o Decreto nº 2089 de 06 de agosto de 2015 que "INSTITUI TURNO ÚNICO PARA O FUNCIONAMENTO DO EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", retornando ao horário anteriormente fixado, ou seja, das 7h12 às 11h30 e das 13h30 às 18h00, de segunda a sexta-feira.

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2016.

Luzerna(SC), 24 de fevereiro de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2186

DECRETO Nº 2186 de 24 de fevereiro de 2016.

"PRORROGA MANDATO DE CONSELHEIROS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º- Fica PRORROGADO até 15 de março de 2016 o mandato dos Conselheiros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA(SC) - CMAS, nomeado pelo Decreto nº 1712 de 22 de novembro de 2013 e suas alterações posteriores.

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de novembro de 2015.

Luzerna(SC), 24 de fevereiro de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2187

DECRETO Nº 2187 de 24 de fevereiro de 2016.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMDIM/LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMDIM/LUZERNA, ficando assim constituído:

REPRESENTANTES DE ORGÃOS GOVERNAMENTAIS
Representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
Titular : MICHELE TEDESCO
Suplente: JOANA REGENSBURGER

Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Titular : VALI CAROLINA SPIER
Suplente: REGINA CARIN JACOB CUREAU

Representantes da Secretaria de Fazenda e Administração
Titular : MARIANA DE AZEVEDO RAMOS
Suplente: CHEILA PEGORARO

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
Representantes da Cruz Vermelha
Titular : LEONILDE DA COSTA FEDRIGO
Suplente: IRACEMA LAMB

Representantes do Serviço de Promoção Humana
Titular : BENILDE FINGER
Suplente: IRENE BELAN

Representantes da APROSSMOSC
Titular : LAURIANE SARITA MATTE
Suplente : ADILES BEAL

Art.2º- O exercício do mandato de Conselheiro do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMDIM/LUZERNA é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de fevereiro de 2016.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2188

DECRETO Nº 2188 de 24 de fevereiro de 2016.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE/CMS DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 007 de 10.01.1997, alterada pela Lei 310 de 10.09.2001,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE/CMS de Luzerna(SC), ficando assim constituído:

- REPRESENTANTES DO GOVERNO:

* Representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

Giovana Soraia Diehl - Titular

Alessandra Daros Nunes - Suplente

* Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Dirce Aparecida Dalla Costa Ribeiro da Silva - Titular

Regina Carin Jacoby Cureau - Suplente

* Representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Régis Walter Weiser - Titular

Joana Zambiazzi - Suplente

- REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE

* Representante do Hospital São Roque

Irene Dalla Lana - Titular

Walmor Reisdorfer - Suplente

- REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

* Representante dos profissionais médicos

Drª Maria Cristine Antelo Bender - Titular
Drª. Caroline Biazolo - Suplente

- REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS

* Representantes das Associações de Moradores de Luzerna

Márcia Aparecida Gatelli - Titular

Iracema Lamb - Suplente

* Representantes da Associação Comercial Industrial e Artesanal de Luzerna/ACIAL;

Cleusa Dalla Lana - Titular

Paulo Brand - Suplente

* Representantes da Cruz Vermelha Brasileira

Leonilde Costa Fedrigo - Titular

Edir Beal - Suplente

* Representantes da Pastoral da Criança

Aislím Ramona Arenhart - Titular

Sandra Toaldo - Suplente

* Representantes das APP's

Marcos Vinicius Albach - Suplente

Angelo Brandalise Júnior - Titular

Art.2º- As atividades de membro do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE não serão remuneradas em razão da sua relevância social.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

DECRETO 2189

DECRETO Nº 2189 de 24 de fevereiro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2016".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os art.s 4º e 5º, da Lei nº 1.406 de 10 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 7.490,00 (sete mil e quatrocentos e noventa reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2016, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.01.06.181.0010.2012 - Manutenção do Convênio FUNPOM

Categoria Econômica: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 3.10 - S. F. Convênio de Transito Militar - FUNPOM

..... R\$ 7.490,00

Detalhamento de Recursos: 010 - Convênio de Transito Militar - FUNPOM

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de fevereiro de 2016.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 002/2016 - CMV

Pregão Presencial nº 001/2016 - CMV

A CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA (SC), por intermédio do Presidente da mesa diretora, RODRIGO SOUSA, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto a contratação de serviços radiofônicos, com abrangência na região de Luzerna, visando à veiculação de eventos, atividades, campanhas institucionais, e transmissão, integral e parcial, das sessões da Câmara de Vereadores conforme especificações constantes no presente Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 15h do dia 07 de março de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 15h10min do dia 07 de março de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.camaraluzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3523-1758.

Mafra

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016.

FORNECEDOR: BRUNO TOMASI KUCKARTZ
CPF : 004.676.120-99

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de Engenheiro de Minas credenciado ao CREA , para acompanhamento junto as pedreiras do município, através da Secretaria Municipal de Obras.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso I
VALOR: R\$ 7.698,00

Mafra, (SC) 24 de fevereiro de 2016.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2016 (NOVA DATA DE ABERTURA)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2016
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e cargas de gás, destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 14/03/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 24 de fevereiro de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de combustíveis para os

veículos e máquinas das Secretarias Municipais, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 08/03/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 24 de fevereiro de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de peças, e mão de obra ,destinados a Secretaria Municipal De Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 08/03/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 24 de fevereiro de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviço de lavação destinado aos veículos da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 17/03/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº

10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 24 de fevereiro de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 03/2016

RESOLUÇÃO Nº 03/2016, de 24 de fevereiro de 2016.

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 19 DE 30.9.2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições regimentais, e

Considerando a necessidade da nomeação de Suplente para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito;
Considerando que a Comissão Parlamentar de Inquérito deve ser constituída por Vereadores desimpedidos,

RESOLVE:

Art. 1º O Art. 3º da Resolução nº 19 de 30.9.2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A Comissão Parlamentar de Inquérito fica composta dos seguintes Vereadores:

Presidente : Vereador Luis Alfredo Nader
Vice-Presidente : Vereador João Acir Petters Padilha
Relatora : Vereadora Márcia Cristiane Nassif
Suplente : Vereador Erlon Veiga"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 24 de fevereiro de 2016.
VER. EDENILSON SCHELBAUER
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 04/2016

RESOLUÇÃO Nº 04/2016, de 24 de fevereiro de 2016.

ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 20 DE 14.10.2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições regimentais, e

Considerando a necessidade da nomeação de Suplente para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito,

RESOLVE:

Art. 1º O Art. 3º da Resolução nº 20 de 14.10.2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A Comissão Parlamentar de Inquérito fica composta dos seguintes Vereadores:

Presidente : Vereador Clesiomar Witt
Vice-Presidente : Vereadora Marise Valério Bráz de Oliveira
Relatora : Vereadora Márcia Cristiane Nassif
Suplente : Vereador Eder Gielgen"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 24 de fevereiro de 2016.
VER. EDENILSON SCHELBAUER
Presidente

Maracajá

PREFEITURA

LEI 1048/2016

LEI Nº 1048 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

FIXA O CALENDÁRIO FISCAL, CONCEDE DESCONTOS PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Calendário Fiscal do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas decorrentes da utilização de serviços públicos, no Município de Maracajá, para o exercício de 2016, está fixado da seguinte forma:

I - Pagamento em parcela única:	
a) vencimento da primeira parcela única	
II - Pagamento em segunda parcela única:	
a) vencimento da segunda parcela única	15/05/2016;
	15/06/2016;
II - Pagamento parcelado em até 5 vezes:	
a) vencimento da primeira parcela	15/05/2016;
b) vencimento da segunda parcela	15/06/2016;
c) vencimento da terceira parcela	15/07/2016;
d) vencimento da quarta parcela	15/08/2016;
e) vencimento da quinta parcela	15/09/2016;

Art. 2º O contribuinte em dia até 31/12/2015 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em primeira parcela única até 15 de maio de 2016, ser-lhe-á concedido um desconto de 40% (quarenta por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 3º O contribuinte com débitos até 31/12/2015 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em primeira parcela única até 15 de maio de 2016, ser-lhe-á concedido um desconto de 30% (trinta por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 4º O contribuinte em dia até 31/12/2015 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em segunda parcela única até 15 de junho de 2016, ser-lhe-á concedido um desconto de 30% (trinta por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 5º O contribuinte com débitos até 31/12/2015 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em segunda parcela única até 15 de junho de 2016, ser-lhe-á concedido um desconto de 20% (vinte por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 6º O contribuinte em dia até 31/12/2015 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em até 05 (cinco) parcelas, ser-lhe-á concedido um desconto de 20% (vinte por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 7º O contribuinte com débitos até 31/12/2015 e que efetuar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, em até 05 (cinco) parcelas, ser-lhe-á concedido um desconto de 10% (dez por cento), sobre o total dos tributos lançados.

Art. 8º Para o contribuinte que parcelar o pagamento dos tributos descritos no art. 1º desta lei, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 50,00 (cinquenta reais).

Art. 9º Os tributos que não forem pagos no prazo, sofrerão um acréscimo de 1,00% (um por cento) de juros de mora ao mês e de trinta e três décimos por cento (0,33%) ao dia até o limite de dez por cento (10%) de multa sobre o valor corrigido.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se todas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 24 de Fevereiro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 24 de Fevereiro de 2016.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 09/2016 - PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado do Pregão Presencial nº 09/2016

O Município de Maracajá, torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 09/2016 – Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, referente a aquisição parcelada de materiais elétricos para suprir o sistema de iluminação pública do município de Maracajá, para o ano de 2016, que gerou o seguinte resultado: Itens – 01, adjudicado para a empresa Tecnoeletro Della Vechia Ltda EPP, valor Adjudicado R\$ 3.647,00 (três mil seiscentos e quarenta e sete reais). Itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, adjudicado para a empresa Araluz Comercial de Mat Elétrico e Hidr. Eirelle, valor adjudicado R\$ 103.716,90 (cento e três mil setecentos e dezesseis reais e noventa centavos). Valor Total Adjudicado R\$ 107.363,90 (cento e sete mil trezentos e sessenta e três reais e noventa centavos).

Maracajá/SC, 23 de fevereiro de 2016.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 237/2015

DECRETO Nº 237, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Lei Municipal nº 3.809, de 25 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 – Fundo Mun. de Assist. Social

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0017 – Programas Socio-Educativos

08.244.0017.2.140 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Destinação de Recursos: 0.1.52 – Outras Transf. - FNAS

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de Novembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 257/2015

Decreto n.º 257 de 18 de Novembro de 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.911 de 18/11/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, autorizada a Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 114.000,00 (Cento e catorze mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.04 – Departamento de Esportes

27 – Desporto e Lazer

27.812 – Desporto Comunitário

27.812.0008 – Esporte e Lazer

27.812.0008.2.022 – APOIO AO DESPORTO AMADOR

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$: 74.000,00

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 40.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.04 – Departamento de Esportes

27 – Desporto e Lazer

27.812 – Desporto Comunitário

27.812.0008 – Esporte e Lazer

27.812.0008.1.026 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS ESPORTIVOS E DE LAZER

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 82.000,00

27.812.0008.1.028 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 32.000,00

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARAVILHA – SC, 18 de Novembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 258/2015

DECRETO Nº 258, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Lei Municipal nº 3.809, de 25 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 127.896,00 (Cento e vinte e sete mil, oitocentos e

noventa e seis reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.2.026 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

Destinação de Recursos: 0.1.02 – Rec. de Impostos para Ações em Saúde

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 22.896,00

10.301.0010.2.133 – MANUTENÇÃO DOS ATEND. DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. – GESTÃO PLENA, CIS-AMERIOS, CAPS, SAMU CEO e Plantão Médico

Destinação de Recursos: 0.1.65 – Atenção de Média/Alta Complex.

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.2.026 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

Destinação de Recursos: 0.1.02 – Rec. de Impostos para Ações em Saúde

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transf. a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 5.000,00

3.3.93.00 – Aplicação Direta decorrente de Op. Entre Órgãos R\$ 22.896,00

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.50.00 – Transf. a Instituições Privadas sem fins Lucrativos R\$ 60.000,00

10.301.0010.2.133 – MANUTENÇÃO DOS ATEND. DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. – GESTÃO PLENA, CIS-AMERIOS, CAPS, SAMU CEO e Plantão Médico

Destinação de Recursos: 0.1.65 – Atenção de Média/Alta Complex.

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de Novembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 261/2015

DECRETO Nº 261, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar dez e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.897 de 15/10/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, autorizada a Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 68.000,00 (Sessenta e oito mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 – Departamento de Manutenção e Desenv. do Ensino

12 – Educação

12.361 – Ensino Fundamental

12.361.0007 – Educação para a cidadania

12.361.0007.2.013 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Receitas de Impostos e Transf. – Educação

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 34.000,00

12.365 – Educação Infantil

12.365.0007 – Educação para a Cidadania

12.365.0007.2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Receitas de Impostos e Transf. – Educação

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 34.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 – Departamento de Manutenção e Desenv. do Ensino

12 – Educação

12.361 – Ensino Fundamental

12.361.0007 – Educação para a cidadania

12.361.0007.1.023 – CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Receitas de Impostos e Transf. – Educação

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 18.000,00

12.361.0007.1.070 – AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Receitas de Impostos e Transf. – Educação

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 50.000,00

Art. 3.º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 23 de novembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 264/2015

DECRETO Nº 264, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar dez e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809 de 25/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 816.600,00 (Oitocentos e dezesseis mil e seiscentos reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

03.00 – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, ADM. E FAZENDA

03.01 – Diretoria Geral do Planejamento

15 –Urbanismo

15.121 – Planejamento e Orçamento

15.121.0003 – Planejamento Urbano

15.121.0003.2.005 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 16.000,00

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 – Departamento de Manut. e Desenvol. Do Ensino

12 – Educação

12.361 – Ensino Fundamental

12.361.0007 – Educação para a Cidadania

12.361.0007.2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para o Ensino Básico

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 16.000,00

04.02 – Departamento da Educação Geral

12 – Educação

12.364 – Ensino Superior

12.364.0007 – Educação para a Cidadania

12.364.0007.2.020 – APOIO AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$: 8.000,00

04.03 – Departamento da Cultura

13 –Cultura

13.392 – Difusão Cultural

13.392.0009 –Apoio e Desenvolvimento da Cultura

13.392.0009.2.024 – APOIO A CULTURA EM GERAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 6.500,00

04.04 – Departamento dos Esportes

27 – Desporto e Lazer

27.812 – Desporto Comunitário

27.812.0008 – Esporte e Lazer

27.812.0008.2.022 – APOIO AO DESPORTO AMADOR

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 8.300,00

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.2.026 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

Destinação de Recursos: 0.1.02 – Rec. de Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 20.000,00

10.301.0010.2.132 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA: ESF, SB, NASF, EMAD, PMAQ E ACS

Destinação de Recursos: 0.1.02 – Rec. de Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$:198.000,00

10.301.0010.2.133 – MANUTENÇÃO DOS ATEND. DE MEDIA E ALTA COMPLEX – GESTÃO PLENA, CIS-AMERIOS, CAPS, SAMU, CEO E PLANTÃO MÉDICO

Destinação de Recursos: 0.1.02 – Rec. de Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 30.000,00

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 110.000,00

10.304 – Vigilância Sanitária

10.304.0010.2.134 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE: EPIDEMIOLOGIA E SANITÁRIA

Destinação de Recursos: 0.1.10 – Taxa de Fisc. Da Vig. Sanitária

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$:16.000,00

06.00 – SECRETARIA DOS TRANSP. OBRAS E URBANISMO

06.01 – Departamento de Urbanismo

15 – Urbanismo

15.452 – Serviços Urbanos

15.452.0011 – Serviços Urbanos

15.452.0011.2.033 – MANUTENÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Destinação de Recursos: 0.1.17 – Contrib. Custeio Iluminação Pública

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 200.000,00

07.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE

07.01 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário

20 – Agricultura

20.606 – Extensão Rural

20.606.0013 – Agricultura Fortalecida

20.606.0013.2.037 – ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

08.00 – SECRETARIA DA IND. COMÉRCIO E TURISMO

08.01 – Depto. da Industria e Comércio

22 – Industria

22.661 – Promoção Industrial

22.661.0015 – Apoio a Industria e ao Comércio

22.661.0015.2.050 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA IND. COMÉRCIO E TURISMO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 9.000,00

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0017 – Programas Sócio-Educativos

08.244.0017.2.138 – SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 6.200,00

08.244.0017.2.139 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 10.000,00

08.244.0018 – Desenvolvimento da Cidadania

08.244.0018.2.060 – AÇÕES ASSISTENCIAIS DE CARATER EMERGENCIAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 79.000,00

09.03 – Fundo da Infância e do Adolescente

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0018 – Desenvolvendo a Cidadania

08.244.0018.2.066 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 3.600,00

Art. 2.º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3.º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 30 de novembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 272/2015

DECRETO Nº 272, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar dez e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809 de 25/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 18.865,00 (Dezoito mil, oitocentos e sessenta e cinco reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0017 – Programas Sócio-Educativos

08.244.0017.2.140 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 15.000,00

07.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE

07.01 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário

20 – Agricultura

20.606 – Extensão Rural

20.606.0013 – Agricultura Fortalecida

20.606.0013.1.052 – INCENTIVO A CONSTRUÇÃO DE CENTROS COMUNITÁRIOS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.50.00 – Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$: 3.865,00

Art. 2.º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3.º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 3 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 273/2015

DECRETO Nº 273, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar dez e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809 de 25/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$: 2.000,00 (Dois mil reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.01 – Fundo Mun. de Assistência Social

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0017 – Programas Sócio-Educativos

08.244.0017.2.140 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Destinação de Recursos: 0.3.53 – Transf. de Convênios – Assistência Social

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 2.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2014, da unidade gestora Prefeitura Municipal, no valor de R\$: 2.000,00 (Dois mil reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 3 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 284/2015

DECRETO Nº 272, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar dez e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.809 de 25/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 20.000,00 (Vinte mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 – Departamento de Manut. e Desenvol. Do Ensino

12 – Educação

12.365 – Educação Infantil

12.365.0007 – Educação para a Cidadania

12.365.0007.2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

Destinação de Recursos: 0.1.62 – Outros Rec. do FNDE

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 7.000,00

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0018 – Desenvolvimento da Cidadania

08.244.0018.1.127 – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO CRAS/CREAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 13.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 8 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 285/2016

DECRETO Nº 285, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 175/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 22 de fevereiro a 21 de dezembro de 2016, JOSCELIA POLETTI MACULAN DE PAULA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 015.032.859-10, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 10 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, nos C.E.s Raymundo Veit e Monteiro Lobato, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 286/2016

DECRETO Nº 286, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016
Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,
A solicitação interna 176/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 22 de fevereiro a 5 de maio de 2016, MARCIA REGINA DA ROCHA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 637.696.469-91, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 287/2016

DECRETO Nº 287, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016
Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,
A solicitação interna 177/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 22 de fevereiro a 5 de maio de 2016, MARIA BANACESKI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 430.208.109-06, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 288/2016

DECRETO Nº 288, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016
Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,
A solicitação interna 178/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 22 de fevereiro a 5 de outubro de 2016, FABIANE ADREIA RAUBER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 061.292.549-89, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 289/2015

Decreto n.º 285 de 10 de Dezembro de 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.916 de 10/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, autorizada a Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 19.700,00 (Dezenove mil e setecentos reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

09.00 – SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 – Fundo Mun. de Assistencia Social

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0017 – Programas Sócio Educativos

08.244.0017.2.141 – SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 10.000,00

08.244.0018 – Desenvolvendo a Cidadania

08.244.0018.2.060 – AÇÕES ASSISTENCIAIS DE CARATER EMERGENCIAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 9.700,00

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

09.00 – SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 – Fundo Mun. de Assistencia Social

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0017 – Programas Sócio Educativos

08.244.0017.1.058 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 9.700,00

09.03 – Fundo da Infância e do Adolescente

08 – Assistência Social

08.243 – Assistência a Criança e ao Adolescente

08.243.0018 – Desenvolvendo a Cidadania

08.243.0018.2.065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO F.I.A.

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$: 10.000,00

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARAVILHA – SC, 10 de Dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 289/2016

DECRETO Nº 289, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 179/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 22 de fevereiro a 21 de dezembro de 2016, JAQUELINE BRATRIZ TIMM, brasileira, inscrita no CPF sob nº 032.643.979-00, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 290/2016

DECRETO Nº 290, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 180/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de

Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 22 de fevereiro a 21 de dezembro de 2016, FABIANE MARIA ENGLER FRANCO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 058.970.439-73, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, nos C.E.I.s Cantinho Feliz e Branca de Neve, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 291/2016

DECRETO Nº 291, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 184/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 23 de fevereiro a 23 de maio de 2016, NADIA LISIANE BECKERT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 842.501.949-49, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Monteiro Lobato, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 23 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 292/2016

DECRETO Nº 292, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 185/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 23 de fevereiro a 5 de outubro de 2016, CLECI VALCARENCHI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 029.859.729-22, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Criança Feliz, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 23 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 293/2016

DECRETO Nº 293, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 186/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 23 de fevereiro a 21 de dezembro de 2016, GECI FÁTIMA GARCIA DOS SANTOS KREUTZ, brasileira, inscrita no CPF sob nº 023.990.949-64, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria

Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Criança Feliz, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 23 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 294/2016

DECRETO Nº 294, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

Aprova fusão de imóveis urbanos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a fusão dos seguintes imóveis: Parte dos Lotes Urbanos nºs: 3, 4, 5 e 6 (TRÊS, QUATRO, CINCO e SEIS), da Quadra nº 2 (DOIS), situados no Loteamento Bairro Padre Antônio, na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizados no lado par da Rua Prefeito Albino Cerutti Cella, esquinas formadas pelas Ruas Santos Dumont e Nossa Senhora Aparecida; e, noutra extremidade no lado ímpar da Avenida 27 de Julho, esquinas formadas pelas Ruas Santos Dumont e Nossa Senhora Aparecida com as áreas respectivas de: (342,67 m², 1.327,80 m² e 817,60 m² e 296,24 m²), perfazendo a área total de "Dois mil, setecentos e oitenta e quatro metros e trinta e um centímetros quadrados" (2.784,31 m²); Com edificação, sendo: Um galpão de alvenaria, com a área construída de 1.007,48 m², coberto de telhas de zinco, fibrocimento e alumínio; Confrontando em conjunto:- ao Norte, com a Rua Nossa Senhora Aparecida, na extensão 83,45 metros;- ao Sul, com a Rua Santos Dumont, na extensão de 2,79 metros;- ao Sudeste, com a Avenida 27 de Julho, na extensão de 122,92 metros;- ao Oeste, com a Rua Prefeito Albino Cerutti Cella, na extensão de 72,61 metros. Imóveis matriculados sob nºs: 21.848 e 21.462, respectivamente, No Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Renovadora de Pneus Maravilha Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.230.888/0001-86, com sede na Rua Prefeito Albino Cerutti Cella, nº 834, Centro, Maravilha - SC, CEP: 89.874-000, conforme planta, RRT e memorial descritivo assinados pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG. NAC/ CAU. A50862-4.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 24 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 298/2015

DECRETO Nº 298, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 3.809 de 25/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 134.000,00 (Cento e trinta e quatro mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.03 – Departamento da Cultura

13 – Cultura

13.392 – Difusão Cultural

13.392.0009 – Apoio e Desenvolvimento da Cultura

13.392.0009.2.024 – APOIO A CULTURA EM GERAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 14.000,00

04.04 – Departamento dos Esportes

27 – Desporto e Lazer

27.812 – Desporto Comunitário

27.812.0008 – Esporte e Lazer

27.812.0008.2.022 – APOIO AO DESPORTO AMADOR

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 20.000,00

08.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COM. E TURISMO

08.01 – Depto. da Indústria e Comércio

22 – Indústria

22.661 – Promoção Industrial

22.661.0015 – Apoio a Indústria e ao Comércio

22.661.0015.2.050 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA IND. COMERCIO E TURISMO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 10.000,00

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.2.133 – MANUTENÇÃO DOS ATEND. DE MÉDIA E ALTA COMPLEX – GESTÃO PLENA, CIS-AMERIOS, CAPS, SAMU, CEO E PLANTÃO MÉDICO

Destinação de Recursos: 0.1.6.5 – Atenção de Média/Alta Complex.

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 90.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 16 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 324/2015

DECRETO Nº 324, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 3.809 de 25/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

07.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE

07.01 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário

20 – Agricultura

20.606 – Extensão Rural

20.606.0013 – Agricultura Fortalecida

20.606.0013.1.052 – INCENTIVO A CONSTRUÇÃO DE CENTROS COMUNITÁRIOS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.50.00 – Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$: 25.000,00

Art. 2.º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3.º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 325/2015

DECRETO Nº 325, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 3.809 de 25/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 38.950,00 (Trinta e oito mil, novecentos e cinquenta reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.304 – Vigilância Sanitária

10.304.0010.2.134 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE: EPID. E SANIT.

Destinação de Recursos: 0.1.10 – Taxa de Fisc. Da Vig. Sanitária

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$:23.600,00

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08 – Assistência Social

08.244 – Assistência Comunitária

08.244.0017 – Programas Sócio-Educativos

08.244.0017.2.139 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Destinação de Recursos: 0.1.52 – Outras Transf. FNAS

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 15.350,00

Art. 2.º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 326/2015

DECRETO Nº 326, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 3.809 de 25/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, autorizada a Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 99.550,00 (Noventa e Nove mil, quinhentos e cinquenta reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.01 – Departamento de Manutenção e Desenv. do Ensino

12 – Educação

12.361 – Ensino Fundamental

12.361.0007 – Educação para a Cidadania

12.361.0007.2.013 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico

3.0.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 80.000,00

06.00 – SECRETARIA DOS TRANSP. OBRAS E URBANISMO
06.01 – Departamento de Urbanismo
15 – Urbanismo
15.452 – Serviços Urbanos
15.452.0011 – Serviços Urbanos
15.452.0011.2.035 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários
3.0.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 10.000,00

08.00 – SECRETARIA DA INDUSTRIA, COM. E TURISMO
08.01 – Depto. da Industria e Comércio
22 – Industria
22.661 – Promoção Industrial
22.661.0015 – Apoio a Industria e ao Comércio
22.661.0015.2.050 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA IND. COMERCIO E TURISMO
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários
3.0.00.00 – Despesas Correntes
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 2.300,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 2.100,00

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.01 – Fundo Mun. de Assistência Social
08 – Assistência Social
08.244 – Assistência Comunitária
08.244.0017 – Programas Sócio-Educativos
08.244.0017.2.138 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários
3.0.00.00 – Despesas Correntes
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 5.150,00

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
04.01 – Departamento de Manutenção e Desenv. do Ensino
12 – Educação
12.361 – Ensino Fundamental
12.361.0007 – Educação para a Cidadania
12.361.0007.2.013 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. de Impostos para Ensino Básico
3.0.00.00 – Despesas Correntes
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 80.000,00

06.00 – SECRETARIA DOS TRANSP. OBRAS E URBANISMO
06.01 – Departamento de Urbanismo
15 – Urbanismo
15.452 – Serviços Urbanos
15.452.0011 – Serviços Urbanos
15.452.0011.2.035 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários
3.0.00.00 – Despesas Correntes
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 10.000,00

08.00 – SECRETARIA DA INDUSTRIA, COM. E TURISMO
08.01 – Depto. da Industria e Comércio
22 – Industria
22.661 – Promoção Industrial
22.661.0015 – Apoio a Industria e ao Comércio
22.661.0015.2.050 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA IND. COMERCIO E TURISMO
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários
4.0.00.00 – Despesas de Capital
4.4.00.00 – Investimentos
4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 4.400,00

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.01 – Fundo Mun. de Assistência Social
08 – Assistência Social
08.244 – Assistência Comunitária
08.244.0017 – Programas Sócio-Educativos
08.244.0017.2.138 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários
3.0.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.50.00 – Transf. a Instituições privadas sem fins lucrativos R\$: 5.150,00

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 327/2015

DECRETO Nº 327, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 3.809 de 25/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, autorizada a Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 63.500,00 (sessenta e três mil e quinhentos reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

03.00 – SECRETARIA DO PLANEJ. ADM. E FAZENDA
03.03 – Diretoria Geral da Fazenda
04 – Administração
04.123 – Administração Financeira
04.123.0006 – Administração Financeira
04.123.0006.2.010 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA TRIBUNTAÇÃO E FINANÇAS
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários
3.0.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 17.000,00

04.123.0006.2.011 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTABILIDADE GERAL DO MUNICÍPIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 13.500,00

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.2.133 – MANUTENÇÃO DOS ATEND. DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – GESTÃO PLENA, CIS-AMÉRIOS, CAPS, SAMU, CEO E PLANTÃO MÉDICO

Destinação de Recursos: 0.1.65 – Atenção de Média/Alta Complexidade

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 18.000,00

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.03 – Fundo da Infância e do Adolescente

08 – Assistência Social

08.243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

08.243.0018 – Desenvolvimento a Cidadania

08.243.0018.2.065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO F.I.A.

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 15.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

03.00 – SECRETARIA DO PLANEJ. ADM. E FAZENDA

03.03 – Diretoria Geral da Fazenda

04 – Administração

04.123 – Administração Financeira

04.123.0006 – Administração Financeira

04.123.0006.2.010 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 17.000,00

04.123.0006.2.011 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONTABILIDADE GERAL DO MUNICÍPIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 13.500,00

05.00 – SECRETARIA DA SAÚDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.2.133 – MANUTENÇÃO DOS ATEND. DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – GESTÃO PLENA, CIS-AMÉRIOS, CAPS, SAMU, CEO E PLANTÃO MÉDICO

Destinação de Recursos: 0.1.65 – Atenção de Média/Alta Complexidade

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 18.000,00

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.03 – Fundo da Infância e do Adolescente

08 – Assistência Social

08.243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

08.243.0018 – Desenvolvimento a Cidadania

08.243.0018.2.065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO F.I.A.

Destinação de Recursos: 0.1.78 – Recursos F.I.A.

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 15.000,00

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 329/2015

DECRETO Nº 329, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 3.809 de 25/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, autorizada a Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 30.100,00 (Trinta mil e cem reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 – Departamento de Manutenção e Desenv. Ensino

12 – Educação

12.361 – Ensino Fundamental

12.361.0007 – Educação para a Cidadania

12.361.0007.2.013 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.19 – Transf. FUNDEB Outras Despesas

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 30.100,00

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 – Departamento de Manutenção e Desenv. Ensino

12 – Educação

12.361 – Ensino Fundamental

12.361.0007 – Educação para a Cidadania

12.361.0007.2.013 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.18 – Transf. FUNDEB 60%

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 30.100,00

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 30 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 331/2015

DECRETO Nº 331, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 3.809 de 25/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, autorizada a Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 40.000,00 (Quarenta mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

05.00 – SECRETARIA DA SAUDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.2.133 – MANUTENÇÃO DOS ATEND. DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – GESTÃO PLENA, CIS-AMERIOS, CAPS, SAMU, CEO E PLANTÃO MÉDICO

Destinação de Recursos: 0.1.65 – Atenção de Média/Alta Complexidade

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 10.000,00

07.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Fundo Mun. De Desenv. Agropecuário

20 – Agricultura

20.606 – Extensão Rural

20.606.0013 – Agricultura Fortalecida

20.606.0013.2.037 – ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 30.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

05.00 – SECRETARIA DA SAUDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.2.133 – MANUTENÇÃO DOS ATEND. DE MÉDIA E

ALTA COMPLEXIDADE – GESTÃO PLENA, CIS-AMERIOS, CAPS, SAMU, CEO E PLANTÃO MÉDICO

Destinação de Recursos: 0.1.65 – Atenção de Média/Alta Complexidade

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 10.000,00

07.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Fundo Mun. De Desenv. Agropecuário

20 – Agricultura

20.606 – Extensão Rural

20.606.0013 – Agricultura Fortalecida

20.606.0013.2.037 – ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 30.000,00

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 30 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 332/2015

DECRETO Nº 332, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 3.809 de 25/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, autorizada a Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 235.000,00 (Duzentos e trinta e cinco mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 – Departamento de Manutenção e Desenv. Ensino

12 – Educação

12.365 – Ensino Infantil

12.365.0007 – Educação para a Cidadania

12.365.0007.2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. De Impostos para o Ensino Básico

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 110.000,00

05.00 – SECRETARIA DA SAUDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.2.132 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA: ESF, SB, NASF, EMAD, PMAQ E ACS

Destinação de Recursos: 0.1.02 – Rec. De Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 125.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 – Departamento de Manutenção e Desenv. Ensino

12 – Educação

12.365 – Ensino Infantil

12.365.0007 – Educação para a Cidadania

12.365.0007.2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Rec. De Impostos para o Ensino Básico

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 110.000,00

05.00 – SECRETARIA DA SAUDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.2.132 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA: ESF, SB, NASF, EMAD, PMAQ E ACS

Destinação de Recursos: 0.1.64 – Atenção Básica

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 125.000,00

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 30 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 333/2015

DECRETO Nº 333, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 3.809 de 25/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, autorizada a Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 10.000,00(dez mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

05.00 – SECRETARIA DA SAUDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.2.133 – MANUTENÇÃO DOS ATEND. DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – GESTÃO PLENA, CIS-AMERIOS, CAPS, SAMU, CEO E PLANTÃO MÉDICO

Destinação de Recursos: 0.1.65 – Atenção de Média/Alta Complexidade

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 10.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

05.00 – SECRETARIA DA SAUDE

05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

10.301 – Atenção Básica

10.301.0010 – Saúde para Todos

10.301.0010.2.133 – MANUTENÇÃO DOS ATEND. DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – GESTÃO PLENA, CIS-AMERIOS, CAPS, SAMU, CEO E PLANTÃO MÉDICO

Destinação de Recursos: 0.1.65 – Atenção de Média/Alta Complexidade

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 10.000,00

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 30 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 06.2016 (PMM) - TRANSPORTE ESCOLAR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2016

Processo Licitatório Nº 80/2015

Pregão Presencial Nº 58/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 17 de Fevereiro de 2016, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, RESOLVE registrados valores oferecidos para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL, TÉCNICO, ENSINO SUPERIOR, PARA VIAGENS DE ESTUDO, JOGOS ESCOLARES NOS TRAJETOS DE IDA E VOLTA CFE ITINERÁRIO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS DA 3ª IDADE E TRANSPORTE DE ALUNOS ESPECIAIS MATRICULADOS NA APAE, para atender a demanda da Prefeitura de Massaranduba e do Fundo Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
MASSARANDUBATUR AGENCIA VIAGENS LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR SERGIO ROBERTO HARGER	79.384.855/0001-13
TRANSPANTANAL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR REPRESENTANTE NÃO CADASTRADO	80.072.325/0001-19
SR TRANSPORTES & TURISMO LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR MARCELO NUNES RUDOLF	07.363.119/0001-78
MARCILENE GRIBOSKI COSTA 03710267927, NESTE ATO REPRESENTADO POR MARCILENE GRIBOSKI COSTA	17.688.707/0001-35

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL, TÉCNICO, ENSINO SUPERIOR, PARA VIAGENS DE ESTUDO, JOGOS ESCOLARES NOS TRAJETOS DE IDA E VOLTA CFE ITINERÁRIO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS DA 3ª IDADE E TRANSPORTE DE ALUNOS ESPECIAIS MATRICULADOS NA APAE, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

EMPRESA VENCEDORA							
ITEM	NOME EMPRESA	DESCRIÇÃO PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	MASSARANDUBATUR AGENCIA VIAGENS LTDA	PASSE MENSAL PARA TRANSPORTE DE ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS DE ENSINO SUPERIOR E ENSINO TÉCNICO NA CIDADE DE BLUMENAU, CONFORME A LEI NR.1285/2011 E ITINERARIO ANEXO.	MESES	MASSARANDUBATUR	12	323,00	3.876,00
4	MASSARANDUBATUR AGENCIA VIAGENS LTDA	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, NOS TRAJETOS DE IDA E VOLTA. LINHA MASSARANDUBINHA 1 - ITINERÁRIO CONFORME CONSTA NO EDITAL.	KM	MASSARANDUBATUR	34.600	2,39	82.694,00
6	MASSARANDUBATUR AGENCIA VIAGENS LTDA	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, NOS TRAJETOS DE IDA E VOLTA. LINHA CAMPINHA 2 - ITINERÁRIO CONFORME CONSTA NO EDITAL.	KM	MASSARANDUBATUR	23.600	3,87	91.332,00
7	MASSARANDUBATUR AGENCIA VIAGENS LTDA	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, NOS TRAJETOS DE IDA E VOLTA. LINHA AREA INDUSTRIAL - ITINERÁRIO CONFORME CONSTA NO EDITAL.	KM	MASSARANDUBATUR	24.200	3,87	93.654,00
8	MASSARANDUBATUR AGENCIA VIAGENS LTDA	TRANSPORTE EMERGENCIAL DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, TRAJETOS DE IDA E VOLTA.	KM	MASSARANDUBATUR	5.000	3,76	18.800,00
9	MASSARANDUBATUR AGENCIA VIAGENS LTDA	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, TRAJETOS DE IDA E VOLTA, NAS ATIVIDADES DE: JOGOS ESCOLARES, EVENTOS CULTURAIS E VIAGENS DE ESTUDO REALIZADOS NO MUNICÍPIO.	KM	MASSARANDUBATUR	10.000	3,76	37.600,00

10	MASSARANDU-BATUR AGENCIA VIAGENS LTDA	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, TRAJETOS DE IDA E VOLTA, NAS ATIVIDADE DE: VIAGENS DE ESTUDO INTERMUNICIPAIS.	KM	MASSARAN-DUBATUR	20.000	3,76	75.200,00
TOTAL DO FORNECEDOR: 403.156,00							
2	SR TRANSPOR- TES & TURISMO LTDA	PASSE MENSAL PARA TRANSPORTE DE ALUNOS [MATRICULA- DOS EM CURSOS DE ENSINO SUPERIOR E ENSINO TÉCNICO NA CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL, CONFORME A LEI NR.1285/2011 E ITINERARIO ANEXO.	ME- SES	SR	12	156,00	1.872,00
3	SR TRANSPOR- TES & TURISMO LTDA	PASSE MENSAL PARA TRANSPORTE DE ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE GUARAMIRIM, CONFORME A LEI NR.1285/2011 E ITINERARIO ANEXO.	ME- SES	SR	12	119,00	1.428,00
11	SR TRANSPOR- TES & TURISMO LTDA	TRANSPORTE PARA CLUBES DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, EM VIAGENS INTERMUNICIPAIS.	KM	SR	30.000	3,76	112.800,00
12	SR TRANSPOR- TES & TURISMO LTDA	TRANSPORTE PARA CLUBES DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, EM VIAGENS MUNICIPAIS.	KM	SR	20.000	3,63	72.600,00
TOTAL DO FORNECEDOR: 188.700,00							
13	MARCILENE GRIBOSKI COSTA 03710267927	TRANSPORTE DE ALUNOS ESPECIAIS, MATRICULADOS NA APAE NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, NOS TRAJETOS DE IDA E VOLTA, ITINERÁRIO CONFORME EDITAL.	KM	MARCILENE	3.740	1,18	4.413,20
TOTAL DO FORNECEDOR: 4.413,20							
TOTAL GERAL DOS ITENS: 596.269,20							

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 596.269,20 (QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS MIL E DUZENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E VINTE CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o município não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será usada pela Prefeitura de Massaranduba (SC) que será o órgão gerenciador da mesma.

3.2. O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015.

3.3. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão no 10º. (décimo) dia do mês subsequente através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestadas pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar os números do item e da licitação, e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. A entrega dos serviços acontecerá com o início das aulas, calendário fornecido pela Secretaria de Educação Municipal ou Fundo Municipal de Assistência Social, e após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2. Local de entrega: conforme itinerário.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

6.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal.

6.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2. Cancelamento do registro na ata.

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência.

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

6.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

8.2.2. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

8.2.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao órgão gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.2. Notificar a licitante qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto.

10.1.3. O município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução desta ata, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à licitante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A CONTRATADA assume nesta oportunidade as seguintes obrigações:

a) Recolher os estudantes em locais pré-determinados, transportando-os até as Escolas e Colégios Municipais e a referida Universidade, conforme itinerário.

b) Utilizar veículos em perfeitas condições de tráfego, vistoriados pelo Deter, a fim de garantir a total segurança dos passageiros, e a obediência integral aos horários estabelecidos, sob pena de ressarcimento dos respectivos prejuízos a CONTRATANTE.

c) Cumprir o que consta no CTB – Código Nacional de Trânsito, no que tange ao registro do veículo como sendo de passageiros, inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira, cintos de segurança em número igual à lotação e demais equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN. (SOMENTE PARA TRANSPORTE MUNICIPAL).

d) O motorista, responsável pela condução do veículo, deverá ter idade superior ou igual a 21 anos, ter carteira nacional de habilitação categoria "D", não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses.

e) Manter seguros de vida e invalidez dos passageiros transportados, de acordo com a legislação pertinente.

f) Manter os veículos em perfeitas condições de uso, limpos, equipados com poltronas confortáveis, cintos de segurança, oferecendo conforto e segurança aos passageiros, observando as normas do transporte coletivo de passageiros e Deter.

g) Prestar os serviços com assiduidade, respeitando os horários e pontos pré-estabelecidos no itinerário.

h) Prestar os serviços com veículos e motoristas devidamente habilitados conforme os requisitos exigidos pela Legislação de Trânsito.

i) Transportar os passageiros, não excedendo os limites máximos de velocidade e capacidade de carga.

j) Manter durante o prazo de execução do Contrato ou Ata de Registro de Preço, as exigências de habilitação e qualificação exigidas na licitação, encaminhando periodicamente a Prefeitura Municipal, cópia das negativas que por ventura se encontrarem vencidas, sob pena de rescisão ou retenção de pagamentos até a normalização.

k) Providenciar imediatamente, no caso de eventuais defeitos mecânicos apresentados pelo veículo, a sua recuperação, e simultaneamente

efetuar a sua substituição por outro veículo, idêntico ou em melhores condições de uso, enquanto perdurar o impedimento do outro.

l) Apresentar periodicamente e sempre que for exigido, os veículos para a vistoria técnica, comprometendo-se a sanar eventuais irregularidades no prazo determinado pela CONTRATANTE.

m) Assumir a total responsabilidade por seus empregados e/ou prepostos que venham a executar os serviços decorrentes do presente contrato, sendo que o CONTRATANTE não terá nenhuma relação ou vínculo contratual de natureza trabalhista com os condutores dos veículos, cuja responsabilidade serão tão somente da CONTRATADA, sendo este titular responsável pelos direitos, obrigações e eventuais ações decorrentes, pagamento de salários e demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes de que seus empregados possam ser vítimas ou derem causa, quando em serviço, na forma como é expressa e considerada nos artigos 3º. e 6º do Regulamento de Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovados pelo Decreto nº. 61.784,/67.

n) Responsabilizar-se pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando a CONTRATADA de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

o) Responsabilizar-se direta e exclusivamente pela execução deste contrato, consequentemente, responde civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros.

p) Responsabilizar-se pela verificação de todo o procedimento para cumprimento do objeto, não se admitindo, em nenhuma hipótese que a prestação dos serviços seja fora dos padrões exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 17 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
Contratante

SR TRANSPORTES & TURISMO LTDA
MARCELO NUNES RUDOLF
Contratada

MARCILENE GRIBOSKI COSTA 03710267927
MARCILENE GRIBOSKI COSTA
Contratada

MASSARANDUBATUR AGENCIA VIAGENS LTDA
SERGIO ROBERTO HARGER
Contratada

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 085/2016

PORTARIA n.º 085/2016

TRATA DA NOMEAÇÃO SERVIDOR PARA O CARGO DE MOTORISTA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 014/2005, de 27 de outubro de 2005, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º O Senhor VALMIR DE FREITAS, para ocupar o cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público – Edital n.º 001/2016, homologado em 29 de Janeiro de 2016.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Fevereiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 075/2016

Decreto nº 75/2016 de 23/02/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 9/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER, prefeito Municipal (em exercício) de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigentes, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 9/2016, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto SERVIÇOS DE CÓPIAS E IMPRESSÕES MONOCROMÁTICAS, COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I. , adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA ME	41.251,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 23 de fevereiro de 2016.

CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CÉSAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº. 001/2016 - FMAS

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONDAÍ

CONTRATADA: MAGNUS DE SOUZA 02555798960

OBJETO: Contratação de serviços para realização de uma palestra alusiva ao dia internacional da mulher, promovida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com o tema denominado "Mulheres de aço e de flores", com duração de aproximadamente uma hora e meia, a ser realizada no dia 08 de março de 2016, no Centro de Eventos do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 001/2016

VALOR: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 30 de junho de 2016.

Mondaí – SC, 19 de fevereiro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 011/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: ELEMAR RODRIGUES PADILHA 79855717953

OBJETO: Contratação, para o exercício de 2016 e/ou subsequentes, de empresa especializada na prestação de serviços para manutenção e limpeza da torre de retransmissão de sinais de televisão e equipamentos terrestres, transmissores de sinal de propriedade do Município de Mondaí/SC, com frequente medição de sinal.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 003/2016.

VALOR: R\$ 7.612,50 (sete mil, seiscentos e doze reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 17 de fevereiro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2016 VALCIR CASSIANO BARROSO

CONTRATO N.º: 09/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado VALCIR CASSIANO BARROSO, com sede em TANGARÁ-SC CPF sob n.º 693.700.799-04, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 20.966,00 (vinte mil novecentos e sessenta e seis reais), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: VALCIR CASSIANO BARROSO				
CNPJ/CPF:693.700.799-04		DAP Nº:		
Produto	Und	Qtidade	R\$/Und	R\$/Total
AGRIÃO- O AGRIÃO É UMA PLANTA DE PORTE HERBÁCEO, AQUÁTICA, QUE PODE ATINGIR CERCA DE 60 CENTÍMETROS DE ALTURA. AS FOLHAS SÃO INCOMPLETAS, INTEIRAS, COMPOSTAS E ALTERNAS. AS FLORES SÃO PEQUENAS, AGRUPADAS EM INFLORESCÊNCIAS DO TIPO RACEMO. AS SÉPALAS E PÉTALAS SÃO DISPOSTAS EM FORMA DE CRUZ. O ANDROCEU CONTÉM 6 ESTAMES E O OVÁRIO PRODUZ VÁRIOS ÓVULOS. O FRUTO É SECO, DO TIPO SÍLIQUA, DEISCENTE, E AS SEMENTES TÊM ENDOSPERMA SECO E CONSISTENTE. O AGRIÃO DESENVOLVE BEM EM TERRENOS HÚMIDOS E ALAGADIÇOS.	UNI	3.000,00	3,49	10.470,00
ABOBRINHA: FRUTO SADIO, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, APRESENTAR UNIFORMIDADE QUANTO AO TAMANHO, COR, SABOR E AROMA, CARACTERÍSTICOS DA VARIEDADE, ASSIM COMO MANTER SUA FORMA E APARÊNCIA. APRESENTAR O GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL PARA O CONSUMO HUMANO. ESTAR ISENTO DE LESÕES PROVOCADAS MECANICAMENTE E POR INSETOS OU DOENÇAS FOTOPATÓGICAS. NÃO CONTEREM TERRA OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À CASCA.(4019	UNI	400,00	3,39	1.356,00

ALFACE (LISA/CRESPA): PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. NADA QUE ALTERE A SUA CONFORMAÇÃO E APARÊNCIA TÍPICA. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVEM SER PROCEDENTES DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃO, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, ESTAREM LIVRES DE INSETOS E ENFERMIDADES ASSIM COMO DE DANOS POR ELES PROVOCADOS; ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS E DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS. (40641 – 40642 –141214)	UNI	1.000,00	1,71	1.710,00
COUVE MANTEIGA DE 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELES PROVOCADOS, ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	UNI	500,00	2,49	1.245,00
PESSEGO IN NATURA PESO MÉDIO DE 200G PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA, DEVENDO-SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGINDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIO DA VARIEDADE. GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU POR INSETOS QUE AFETEM SUAS CARACTERÍSTICAS. SEM AROMA E SABORES ESTRANHOS.	KG	500,00	4,24	2.120,00
TEMPERO VERDE (CEBOLINHA, SALSINHA): PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. DEVEM APRESENTAR COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORME E TÍPICOS DA VARIEDADE. VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO SER PROCEDENTES DE PLANTAS SADIAS, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, APRESENTAREM GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR QUE SÃO PRÓPRIAS DA VARIEDADE; ESTAREM LIVRES DE INSETOS E DOENÇAS, ASSIM COMO DE SEUS DANOS. ISENTAS DE TERRA ADERENTE, UMIDADE ANORMAL, ODORES E SABORES ESTRANHOS. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. (141219)	MÇ	500,00	2,74	1.370,00
UVA MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO TEXTURA E CONSISTENCIA DE FRUTA FRESCA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTA DE INFERNIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FISICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	KG	500,00	5,39	2.695,00
Total do Produtor R\$:				20.966,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2012

69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2013

71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2014

73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta,

alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações

relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inapetência do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-as realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamenta, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 24 de Fevereiro de 2016
MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

VALCIR CASSIANO BARROSO
CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2016 COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

CONTRATO N.º: 10/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL, com sede na Rua Porto Alegre 223 E-Sala 103, em CHAPECÓ-SC CNPJ sob n.º 12.720.068/0001-24 doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 17.850,00 (dezessete mil oitocentos e cinquenta reais), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL				
CNPJ/CPF:12.720.068/0001-24		DAP Nº:		
Produto	Und	Qtidade	R\$/Und	R\$/Total
IOGURTE: CARACTERÍSTICAS GERAIS: CONSISTÊNCIA CREMOSA, ODOR E SABOR SUAVE, CARACTERÍSTICO. SABOR MORANGO E COCO. EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO (FILME POLIETILENO), BEM VEDADO, DEVERÁ TRAZER INFORMAÇÕES GERAIS, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE BEM VISÍVEIS E CLARAS. O PRODUTO NÃO APRESENTA SINAIS DE SUJIDADE, CORPOS ESTRANHOS AO PRODUTO, COR NÃO CARACTERÍSTICA DO PRODUTO, SABOR ÁCIDO INTENSO OU PROBLEMAS NA VEDAÇÃO DA EMBALAGEM.	PTE	2.700,00	4,50	12.150,00
BANANA PRATA E/OU CATURRA: DE 1ª QUALIDADE E CLASSIFICADA, FRESCA DE 1ª QUALIDADE, NÍVEL MÉDIO DE AMADURECIMENTO DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. LIVRES DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE. COMPOSIÇÃO BÁSICA: VITAMINA DO COMPLEXO B, POTÁSSIO, GLICÍDIOS. EMBALAGEM: ACONDICIONADA EM CAIXAS.	KG	3.000,00	1,90	5.700,00
Total do Produtor R\$:				17.850,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2012

69 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0068

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2013

71 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0070

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2014

73 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 24 de Fevereiro de 2016

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

COOPERATIVA C. SABOR COLONIAL
CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2016 INGRACIO GONÇALVES WALTER NETO

CONTRATO N.º: 11/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado INGRACIO GONÇALVES WALTER NETO, com sede, em CAMPOS NOVOS-SC CPF sob n.º049.860.559-09, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

- a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.
- b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 8.948,00 (oito mil novecentos e quarenta e oito reais), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: INGRACIO GONÇALVES WALTER NETO				
CNPJ/CPF:049.860.559-09			DAP Nº:	
Produto	Und	Qtidade	R\$/Und	R\$/Total
ACELGA DE 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELAS PROVOCADOS ,ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	UNI	400,00	3,99	1.596,00
ALFACE (LISA/CRESPA): PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. NADA QUE ALTERE A SUA CONFORMAÇÃO E APARÊNCIA TÍPICA. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVEM SER PROCEDENTES DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃO, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, ESTAREM LIVRES DE INSETOS E ENFERMIDADES ASSIM COMO DE DANOS POR ELAS PROVOCADOS; ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS E DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS. (40641 – 40642 –141214)	UNI	1.000,00	1,71	1.710,00
COUVE MANTEIGA DE 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELAS PROVOCADOS ,ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	UNI	500,00	2,49	1.245,00
RUCULA 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELAS PROVOCADOS ,ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	KG	1.500,00	2,74	4.110,00
RABANETE TUBÉRCULO DE ELEVADA QUALIDADE E DE CLASSIFICAÇÃO EXTRA E SEM DEFEITOS. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTOS E AROMA TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. OS TUBÉRCULOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E SATISFAZER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS: SEREM DE COLHEITAS RECENTES, SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA	MÇ	100,00	2,87	287,00
Total do Produtor R\$:				8.948,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1
Órgão 07
Unidade 01
Projeto/Atividade 2012
69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068
Entidade 1
Órgão 07
Unidade 01
Projeto/Atividade 2013
71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070
Entidade 1
Órgão 07
Unidade 01
Projeto/Atividade 2014
73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do

mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 24 de Fevereiro de 2016
MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

INGRACIO GOLÇALVES WALTER NETO
CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2016 ADEMIR ONEDA

CONTRATO N.º: 12/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ADEMIR ONEDA, com sede, em CAMPOS NOVOS-SC CPF sob n.º 020.794.429-61, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 39.710,00 (trinta e nove mil setessentos e dez reais), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: ADEMIR ONEDA				
CNPJ/CPF:020.794.429-61			DAP Nº:	
Produto	Und	Qtidade	R\$/Und	R\$/Total
BOLACHA CASEIRA ROTULADA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE ORIUNDA DE ESTABELECIMENTO LICENCIADO.	KG	1.000,00	12,94	12.940,00

CUCA CASEIRA EM EMBALAGEM PLÁSTICA, NÃO TÓXICA, NÃO APRESENTAR BOLORES, DATA DE VALIDADE DEVE ESTAR CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	UNI	1.000,00	5,29	5.290,00
MACARRAO CASEIRO COM OVOS, PRODUTO NÃO FERMENTADO OBTIDO PELO AMASSAMENTO MECÂNICO DE FARINHA DE TRIGO. FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS E LARVAS.	KG	1.000,00	10,49	10.490,00
PAO DE MILHO DE BOA QUALIDADE COM MIOLO BRANCO, E CASCA DE COR DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS E ACHATADOS E EMBATUMADOS ASPECTO MASSA PESADA, E DE CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS ANORMAIS.	UNI	1.000,00	5,74	5.740,00
PAO CASEIRO DE BOA QUALIDADE COM MIOLO BRANCO, E CASCA DE COR DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS E ACHATADOS E EMBATUMADOS ASPECTO MASSA PESADA, E DE CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS ANORMAIS.	UNI	1.000,00	5,25	5.250,00
Total do Produtor R\$:				39.710,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2012

69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2013

71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2014

73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 23 de Fevereiro de 2016

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ADEMIR ONEDA
CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2016 VALDERI RODRIGUES DE MORAES

CONTRATO N.º: 13/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado VALDERI RODRIGUES DE MORAES, com sede, em MONTE CARLO-SC CPF sob n.º 423.311.029-53, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do

presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 26.816,00 (vinte e seis mil oitocentos e dezesseis reais), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: VALDERI RODRIGUES DE MORAES				
CNPJ/CPF:423.311.029-53		DAP Nº:		
Produto	Und	Qtdade	R\$/Und	R\$/Total
ABOBORA MORANGA-CABUTIA: PESO MÉDIO DE 470g, FRUTOS SADIOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, APRESENTAR UNIFORMIDADE QUANTO AO TAMANHO, COR, SABOR E AROMA, CARACTERÍSTICOS DA VARIEDADE, ASSIM COMO MANter SUA FORMA E APARENCIA. APRESENTAR O GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL PARA CONSUMO HUMANO. ESTAR ISENTOS DE LESÕES PROVOCADAS MECANICAMENTE E POR INSETOS OU DOENÇAS FOTOPATOLÓGICAS, NÃO CONTEREM TERRA OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A CASCA, NÃO APRESENTAR UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHO. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVEM OBEDECER A LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE. DEVEM ESTAR ISENTAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	UNI	300,00	2,72	816,00
AIPIM-MANDIOCA-"IN NATURA": RAIZ LIMPA DE ELEVADA QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS, AROMA, SABOR E COR TÍPICA DA VARIEDADE, COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES PROVOCADOS MECANICAMENTE. PRÓPRIOS PARA O CONSUMO DEVENDO SER ORIUNDOS DE VEGETAIS SADIOS, COM COLHEITA RECENTE, LIVRES DE TERRA ADERENTE À CASCA.	KG	200,00	4,15	830,00
BATATA SALSA TUBÉRCULO DE QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTO, AROMA E SABOR TÍPICOS DA VARIEDADE, BENEFICIADA E CLASSIFICADA COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR, SER DE COLHEITA RECENTE. ISENTAS DE RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES OU LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR PRAGAS OU DOENÇAS. DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, TERRA E RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ADERENTES À CASCA, NÃO PODENDO APRESENTAR ODORES E SABORES ESTRANHOS. SUA POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E NA COR CARACTERÍSTICA. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. (806 -36992)	KG	1.000,00	6,49	6.490,00
ACELGA DE 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELES PROVOCADOS ,ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	UNI	400,00	3,99	1.596,00
ALFACE (LISA/CRESPA): PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. NADA QUE ALTERE A SUA CONFORMAÇÃO E APARÊNCIA TÍPICA. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVEM SER PROCEDENTES DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃO, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, ESTAREM LIVRES DE INSETOS E ENFERMIDADES ASSIM COMO DE DANOS POR ELES PROVOCADOS; ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS E DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS. (40641 – 40642 –141214).	UNI	1.000,00	1,71	1.710,00

BETERRABA TUBÉRCULO DE ELEVADA QUALIDADE E DE CLASSIFICAÇÃO EXTRA E SEM DEFEITOS. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTOS E AROMA TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. OS TUBÉRCULOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E SATISFAZER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS: SEREM DE COLHEITAS RECENTES, SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE.	KG	400,00	3,34	1.336,00
CENOURA TUBÉRCULO DE ELEVADA QUALIDADE E DE CLASSIFICAÇÃO EXTRA E SEM DEFEITOS. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTOS E AROMA TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. OS TUBÉRCULOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E SATISFAZER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS: SEREM DE COLHEITAS RECENTES, SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE.	KG	100,00	3,79	379,00
FEIJÃO PRETO: LEGUMINOSA DE ELEVADA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, COMPACTAS E FIRMES. DEVE SER PROCEDENTE DE PLANTAS SADIAS, SEREM DE COLHEITA RECENTE, APRESENTAR UM ESTÁGIO IDEAL DE DESENVOLVIMENTO QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR, SABOR. NÃO SERÃO PERMITIDOS RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ODORES OU SABORES ESTRANHOS, ALÉM DE UMIDADE E DEVEM ESTAR LIVRES DE SUJIDADES, COMO TERRA, INSETOS OU PARASITAS.	KG	500,00	3,99	1.995,00
MELANCIA MELANCIA FRESCA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE INFIRMADEZES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	UNI	300,00	17,70	5.310,00
MELÃO FRESCO COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE INFIRMADEZES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	UNI	300,00	6,63	1.989,00
TOMATE PRIMEIRA QUALIDADE FRUTO PROCEDENTE DE PLANTA SADIÁ, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA OU COMO INGREDIENTE NA CULINÁRIA, DEVENDO ESTAR FRESCO, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL DE TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DE CADA VARIEDADE, APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E CONSERVAR AS CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. ESTAR LIVRE DE QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU CAUSADAS POR INSETOS E DOENÇAS. NÃO CONTER TERRA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS E CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA, ESTAREM ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS, ESTAREM LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES. ISENTO DE PARASITAS E LARVAS. TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	KG	500,00	5,99	2.995,00
TEMPERO VERDE (CEBOLINHA, SALSINHA): PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. DEVEM APRESENTAR COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORME E TÍPICOS DA VARIEDADE. VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO SER PROCEDENTES DE PLANTAS SADIAS, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, APRESENTAREM GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR QUE SÃO PRÓPRIAS DA VARIEDADE; ESTAREM LIVRES DE INSETOS E DOENÇAS, ASSIM COMO DE SEUS DANOS. ISENTAS DE TERRA ADERENTE, UMIDADE ANORMAL, ODORES E SABORES ESTRANHOS. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. (141219)	MÇ	500,00	2,74	1.370,00
Total do Produtor R\$:				26.816,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2012

69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2013

71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2014

73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta,

alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 24 de Fevereiro de 2016
MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

VALDERI RODRIGUES DE MORAES
CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2016 ERNESTO DE OLIVEIRA DE SOUZA

CONTRATO N.º: 14/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ERNESTO OLIVEIRA DE SOUZA, com sede, em MONTE CARLO-SC CPF sob n.º 542.663.359-20, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 21.113,50 (vinte e um cento e treze reais cinquenta centavos), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: ERNESTO OLIVEIRA DE SOUZA				
CNPJ/CPF:542.663.359-20			DAP Nº:	
Produto	Und	Qtdade	R\$/Und	R\$/Total
ABOBORA MORANGA-CABUTIA: PESO MÉDIO DE 470g, FRUTOS SADIOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, APRESENTAR UNIFORMIDADE QUANTO AO TAMANHO, COR, SABOR E AROMA, CARACTERÍSTICOS DA VARIEDADE, ASSIM COMO MANTER SUA FORMA E APARENCIA. APRESENTAR O GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL PARA CONSUMO HUMANO. ESTAR ISENTOS DE LESÕES PROVOCADAS MECANICAMENTE E POR INSETOS OU DOENÇAS FOTOPATOLÓGICAS, NÃO CONTEREM TERRA OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A CASCA, NÃO APRESENTAR UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHO. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVEM OBEDECER A LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE. DEVEM ESTAR ISENTAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	UNI	500,00	2,72	1.360,00

ALHO – DE BOA QUALIDADE, INTACTOS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES OU CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITAS, ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS VENTILADOS CONTENDO: 1,0 QUILOGRAMA. (3650 –4020)	KG	500,00	23,40	11.700,00
FEIJÃO PRETO: LEGUMINOSA DE ELEVADA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, COMPACTAS E FIRMES. DEVE SER PROCEDENTE DE PLANTAS SADIAS, SEREM DE COLHEITA RECENTE, APRESENTAR UM ESTÁGIO IDEAL DE DESENVOLVIMENTO QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR, SABOR. NÃO SERÃO PERMITIDOS RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ODORES OU SABORES ESTRANHOS, ALÉM DE UMIDADE E DEVEM ESTAR LIVRES DE SUJIDADES, COMO TERRA, INSETOS OU PARASITAS.	KG	500,00	3,99	1995,00
MELANCIA MELANCIA FRESCA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE INFERMIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	UNI	300,00	17,70	5.310,00
PINHAO: PRODUTO DE ELEVADA QUALIDADE, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS, AROMA, SABOR E COR TÍPICA DA VARIEDADE, COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SERÃO PERMITIDOS GRÃOS CHOCHOS OU BROTADOS. DEVERÁ ESTAR LIVRES DE INSETOS, ENFERMIDADES, UMIDADE, TERRA OU RESÍDUOS DE FERTILIZANTES.	KG	150,00	4,99	748,50
Total do Produtor R\$:				21.113,50

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1
Órgão 07
Unidade 01
Projeto/Atividade 2012
69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068

Entidade 1
Órgão 07
Unidade 01
Projeto/Atividade 2013
71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070

Entidade 1
Órgão 07
Unidade 01
Projeto/Atividade 2014
73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 24 de Fevereiro de 2016

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ERNESTO OLIVEIRA DE SOUZA

CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

1.

2.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2016 ALZERINO FONTES DE RAMOS

CONTRATO N.º: 15/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ALZERINO FONTES DE RAMOS, com sede, em MONTE CARLO-SC CPF sob n.º 313.323.669-53, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 15.870,00 (quinze mil oitocentos e setenta reais), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: ALZERINO FONTES DE RAMOS				
CNPJ/CPF:313.323.669-53			DAP Nº:	
Produto	Und	Qtidade	R\$/Und	R\$/Total
MAÇA IN NATURA: DA VARIEDADE ROYAL GALA E FUJI, TAMANHO ACIMA DE 75 MM, PRODUTO PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO "IN NATURA", DEVENDO SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE, APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUAL LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, TERROSA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA, ESTAREM ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS. (1910)	KG	3.000,00	5,29	15.870,00
Total do Produtor R\$:				15.870,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2012

69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2013

71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2014

73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido,

de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 24 de Fevereiro de 2016
MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ALZERINO FONTES DE RAMOS
CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2016 JOSÉ MARIA TOMAZ DE SOUZA

CONTRATO N.º: 16/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado JOSÉ MARIA TOMAZ DE SOUZA, com sede, em MONTE CARLO-SC CPF sob n.º 613.113.679-34, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

- a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.
- b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa

responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 3.240,00 (tres mil duzentos e quarenta reais), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: JOSÉ MARIA TOMAZ DE SOUZA				
CNPJ/CPF:613.113.679-34				
Produto	Und	Qtdade	R\$/Und	R\$/Total
AIPIM-MANDIOCA-"IN NATURA": RAIZ LIMPA DE ELEVADA QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS, AROMA, SABOR E COR TÍPICA DA VARIEDADE, COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES PROVOCADOS MECANICAMENTE. PRÓPRIOS PARA O CONSUMO DEVENDO SER ORIUNDOS DE VEGETAIS SADIOS, COM COLHEITA RECENTE, LIVRES DE TERRA ADERENTE À CASCA.	KG	300,00	4,15	1.245,00
FEIJAO PRETO: LEGUMINOSA DE ELEVADA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, COMPACTAS E FIRMES. DEVE SER PROCEDENTE DE PLANTAS SADIAS, SEREM DE COLHEITA RECENTE, APRESENTAR UM ESTÁGIO IDEAL DE DESENVOLVIMENTO QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR, SABOR. NÃO SERÃO PERMITIDOS RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ODORES OU SABORES ESTRANHOS, ALÉM DE UMIDADE E DEVEM ESTAR LIVRES DE SUJIDADES, COMO TERRA, INSETOS OU PARASITAS.	Kg	500,00	3,99	1.995,00
Total do Produtor R\$:				3.240,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1
Órgão 07
Unidade 01
Projeto/Atividade 2012
69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068
Entidade 1
Órgão 07
Unidade 01
Projeto/Atividade 2013
71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070
Entidade 1
Órgão 07
Unidade 01
Projeto/Atividade 2014
73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamenta, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 24 de Fevereiro de 2016

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA JOSÉ MARIA TOMAZ DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO
CONTRATANTE

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

1.

2.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2016 ADILSON JAIR FEZOLI

CONTRATO N.º: 17/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ADILSON JAIR FEZOLI, com sede, em MONTE CARLO-SC CPF sob n.º 835.987.19-00, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 6.140,00 (seis mil cento e quarenta reais), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: ADILSON JAIR FEZOLI				
CNPJ/CPF:835.987.159-00		DAP Nº:		
Produto	Und	Qtidade	R\$/Und	R\$/Total
BATATA INGLESA: PRODUTO ARMAZENADO EM BOLSAS DE 50 KG. TUBÉRCULO DE QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTO, AROMA E SABOR TÍPICOS DA VARIEDADE, BENEFICIADA E CLASSIFICADA COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR, SER DE COLHEITA RECENTE. ISENTAS DE RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES OU LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR PRAGAS OU DOENÇAS. DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, TERRA E RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ADERENTES À CASCA, NÃO PODENDO APRESENTAR ODORES E SABORES ESTRANHOS. SUA POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E NA COR CARACTERÍSTICA. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. (806 -36992)	KG	500,00	2,82	1.410,00
BATATA DOCE- PRODUTO DE QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTO, AROMA E SABOR TÍPICOS DA VARIEDADE, BENEFICIADA E CLASSIFICADA COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR, SER DE COLHEITA RECENTE. ISENTAS DE RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES OU LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR PRAGAS OU DOENÇAS. DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, TERRA E RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ADERENTES À CASCA, NÃO PODENDO APRESENTAR ODORES E SABORES ESTRANHOS. SUA POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E NA COR CARACTERÍSTICA. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. (280 - 4023 - 36215 - 39395)	KG	500,00	3,02	1.510,00
REPOLHO ROXO/BRANCO DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DO CULTIVAR BEM DEFINIDAS ESTAR BEM FORMADA, LÍMPA COM COLORAÇÃO PRÓPRIA SUPERFÍCIE PRATICAMENTE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES EM MATURAÇÃO, ISENTA DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS PARA A SAÚDE.	KG	1.000,00	3,22	3.220,00
Total do Produtor R\$:				6.140,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2012

69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2013

71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2014

73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta,

alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inapetência do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo

que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 24 de Fevereiro de 2016

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ADILSON JAIR FEZOLI
CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2016 PAULO TONIZETE ZANONI

CONTRATO N.º: 18/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado PAULO TONIZETE ZANONI, com sede, em MONTE CARLO-SC CPF sob n.º 021.730.319-61, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 3.024,00 (tres mil e vinte e quatro reais), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: PAULO TONIZETE ZANONI				
CNPJ/CPF:021.730.319-61			DAP Nº:	
Produto	Und	Qtdade	R\$/Und	R\$/Total
LARANJA BAIA PESO MÉDIO 200g, PROCEDENTE DE PLANTA SADIA, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA, DEVENDO SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE, GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPOSTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU POR INSETOS QUE AFE-TEM SUAS CARACTERÍSTICAS, NÃO CONTER SUBSTÂNCIA TERROSA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES, SEM AROMA E SABOR ESTRANHO, TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	KG	1.200,00	2,52	3.024,00
Total do Produtor R\$:				3.024,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2012

69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2013

71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2014

73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta,

alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para

comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 24 de Fevereiro de 2016
MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

PAULO TONIZETE ZANONI
CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2016 JANICE APARECIDA DA SILVA

CONTRATO N.º: 19/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado JANICE APARECIDA DA SILVA, com sede, em MONTE CARLO-SC CPF sob n.º 614.957.009-68, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 9.424,00 (nove mil quatrocentos e vinte e quatro reais), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: JANICE APARECIDA DA SILVA				
CNPJ/CPF:614.957.009-68			DAP Nº:	
Produto	Und	Qtdade	R\$/Und	R\$/Total
ABOBRINHA: FRUTO SADIO, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, APRESENTAR UNIFORMIDADE QUANTO AO TAMANHO, COR, SABOR E AROMA, CARACTERÍSTICOS DA VARIEDADE, ASSIM COMO MANTER SUA FORMA E APARÊNCIA. APRESENTAR O GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL PARA O CONSUMO HUMANO. ESTAR ISENTO DE LESÕES PROVOCADAS MECANICAMENTE E POR INSETOS OU DOENÇAS FOTOPATÓGICAS. NÃO CONTEREM TERRA OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À CASCA.(4019)	KG	400,00	3,39	1.356,00
ALFACE (LISA/CRESPA): PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. NADA QUE ALTERE A SUA CONFORMAÇÃO E APARÊNCIA TÍPICA. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVEM SER PROCEDENTES DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, ESTAREM LIVRES DE INSETOS E ENFERMIDADES ASSIM COMO DE DANOS POR ELES PROVOCADOS; ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS E DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS. (40641 – 40642 –141214)	UND	1.000,00	1,71	1.710,00
AMENDOIM PRODUTO DE ELEVADA QUALIDADE, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS, AROMA, SABOR E COR TÍPICA DA VARIEDADE, COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SERÃO PERMITIDOS GRÃOS CHOCHOS OU BROTADOS. DEVERÁ ESTAR LIVRES DE INSETOS, ENFERMIDADES, UMIDADE, TERRA OU RESÍDUOS DE FERTILIZANTES.	KG	100,00	7,95	795,00
BRÓCOLIS – DE PRIMEIRA QUALIDADE, COLHIDO RECENTEMENTE, COM APARÊNCIA E CARACTERÍSTICAS EM INDÍCIOS DE FLORRESCÊNCIA. SEM LESÕES E COM COLORAÇÃO E TAMANHO MÉDIO, POR UNIDADE.(38803)	UND	200,00	3,82	764,00

BETERRABA TUBÉRCULO DE ELEVADA QUALIDADE E DE CLASSIFICAÇÃO EXTRA E SEM DEFEITOS. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTOS E AROMA TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. OS TUBÉRCULOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E SATISFAZER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS: SEREM DE COLHEITAS RECENTES, SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE.	KG	200,00	3,34	668,00
CENOURA TUBÉRCULO DE ELEVADA QUALIDADE E DE CLASSIFICAÇÃO EXTRA E SEM DEFEITOS. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTOS E AROMA TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. OS TUBÉRCULOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E SATISFAZER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS: SEREM DE COLHEITAS RECENTES, SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE.	KG	400,00	3,79	1.516,00
COUVE MANTEIGA DE 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELES PROVOCADOS, ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	UNI	500,00	2,49	1.245,00
TEMPERO VERDE (CEBOLINHA, SALSINHA): PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. DEVEM APRESENTAR COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORME E TÍPICOS DA VARIEDADE. VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO SER PROCEDENTES DE PLANTAS SADIAS, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, APRESENTAREM GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR QUE SÃO PRÓPRIAS DA VARIEDADE; ESTAREM LIVRES DE INSETOS E DOENÇAS, ASSIM COMO DE SEUS DANOS. ISENTAS DE TERRA ADERENTE, UMIDADE ANORMAL, ODORES E SABORES ESTRANHOS. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. (141219)	MÇ	500,00	2,74	1.370,00
Total do Produtor R\$:				9.424,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1
Órgão 07
Unidade 01
Projeto/Atividade 2012
69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068
Entidade 1
Órgão 07
Unidade 01
Projeto/Atividade 2013
71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070
Entidade 1
Órgão 07
Unidade 01
Projeto/Atividade 2014
73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e

Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 24 de Fevereiro de 2016

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA JANICE APARECIDA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO
CONTRATANTE

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2016 PAULO BOGO

CONTRATO N.º: 20/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado PAULO BOGO, com sede, em MONTE CARLO-SC CPF sob n.º 423.307.509-00, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 5.088,00 (cinco mil e oitenta e oito reais), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: PAULO BOGO				
CNPJ/CPF:423.307.509-00		DAP Nº:		
Produto	Und	Qtidade	R\$/Und	R\$/Total
CAQUI IN NATURA PRODUTO PROCEDENTE DE PLANTA SADIA DESTINADO AO CONSUMO "IN NATURA", DE- VENDO SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGINDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO AROMA COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUAL LHE PERMITA SUPORTAR A MANI- PULAÇÃO. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA TERROSA SUJIDADES PRODUTOS QUIMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES Á SUPERFICIE DA CASCA ESTAREM ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL AROMA E SABOR ESTRANHOS TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	KG	1.200,00	4,24	5.088,00
Total do Produtor R\$:				5.088,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2012

69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2013

71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2014

73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido,

de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 24 de Fevereiro pde 2016

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PAULO BOGO

CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

1.

2.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2016 ALESSANDRA MORAES CORDEIRO

CONTRATO N.º: 21/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ALESSANDRA MORAES CORDEIRO, com sede, em MONTE CARLO-SC CPF sob n.º022.977.219-60, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de

educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa

responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 37.180,50 (trinta e sete mil cento e oitenta reais e cinquenta centavos), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: ALESSANDRA MORAES CORDEIRO				
CNPJ/CPF:022.977.219-60		DAP Nº:		
Produto	Und	Qtdade	R\$/Und	R\$/Total
AIPIM-MANDIOCA-"IN NATURA": RAIZ LIMPA DE ELEVADA QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS, AROMA, SABOR E COR TÍPICA DA VARIEDADE, COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES PROVOCADOS MECANICAMENTE. PRÓPRIOS PARA O CONSUMO DEVENDO SER ORIUNDOS DE VEGETAIS SADIOS, COM COLHEITA RECENTE, LIVRES DE TERRA ADERENTE À CASCA.	KG	500,00	4,15	2.075,00
BATATA INGLESA: PRODUTO ARMAZENADO EM BOLSAS DE 50 KG. TUBÉRCULO DE QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTO, AROMA E SABOR TÍPICOS DA VARIEDADE, BENEFICIADA E CLASSIFICADA COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR, SER DE COLHEITA RECENTE. ISENTAS DE RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES OU LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR PRAGAS OU DOENÇAS. DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, TERRA E RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ADERENTES À CASCA, NÃO PODENDO APRESENTAR ODORES E SABORES ESTRANHOS. SUA POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E NA COR CARACTERÍSTICA. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. (806 -36992)	KG	3.000,00	2,82	8.460,00
BATATA DOCE- PRODUTO DE QUALIDADE E SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTO, AROMA E SABOR TÍPICOS DA VARIEDADE, BENEFICIADA E CLASSIFICADA COM UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR, SER DE COLHEITA RECENTE. ISENTAS DE RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES OU LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR PRAGAS OU DOENÇAS. DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, TERRA E RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ADERENTES À CASCA, NÃO PODENDO APRESENTAR ODORES E SABORES ESTRANHOS. SUA POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E NA COR CARACTERÍSTICA. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS DEVE OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. (280 - 4023 - 36215 - 39395)	KG	500,00	3,02	1.510,00
CEBOLA DE CABEÇA: PRODUTO ARMAZENADO EM EMBALAGENS DE 10 KG. SEM DEFEITOS, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM ASPECTOS E SABOR TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SERÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. CARACTERÍSTICAS GERAIS: DEVERÁ ESTAR LIVRES DE ENFERMIDADES, DE UMIDADE, EXTERNA. (800 - 276 - 3662)	KG	750,00	3,49	2.617,50
FEIJAO PRETO: LEGUMINOSA DE ELEVADA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, COMPACTAS E FIRMES. DEVE SER PROCEDENTE DE PLANTAS SADIAS, SEREM DE COLHEITA RECENTE, APRESENTAR UM ESTÁGIO IDEAL DE DESENVOLVIMENTO QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR, SABOR. NÃO SERÃO PERMITIDOS RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ODORES OU SABORES ESTRANHOS, ALÉM DE UMIDADE E DEVEM ESTAR LIVRES DE SUJIDADES, COMO TERRA, INSETOS OU PARASITAS.	KG	500,00	3,99	1995,00
PESSEGO IN NATURA PESO MÉDIO DE 200G PROCEDENTE DE PLANTA SADIÁ, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA, DEVENDO-SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIO DA VARIEDADE. GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU POR INSETOS QUE AFETEM SUAS CARACTERÍSTICAS. SEM AROMA E SABORES ESTRANHOS.	KG	500,00	4,24	2.120,00
TANGERINA POKAN FRESCA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE INFERMIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FISICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	KG	3.000,00	4,24	12.720,00
UVA MATURAÇÃO ADEQUADA PARA O CONSUMO TEXTURA E CONSISTENCIA DE FRUTA FRESCA DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTA DE INFERMIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FISICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.	KG	500,00	5,39	2.695,00
LARANJA VALENCIA PESO MÉDIO 200g, PROCEDENTE DE PLANTA SADIÁ, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA, DEVENDO SE APRESENTAR FRESCA, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL NO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA VARIEDADE, GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU POR INSETOS QUE AFETEM SUAS CARACTERÍSTICAS, NÃO CONTER SUBSTÂNCIA TERROSA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES, SEM AROMA E SABOR ESTRANHO, TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	KG	1.200,00	2,49	2.988,00
Total do Produtor R\$:				37.180,50

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2012

69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2013

71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2014

73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta,

alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptdão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo

que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 24 de Fevereiro de 2016

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ERNESTO OLIVEIRA DE SOUZA
CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2016 CLAIR TEREZINHA RIBEIRO

CONTRATO N.º: 22/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado CLAIR TEREZINHA RIBEIRO, com sede, em MONTE CARLO-SC CPF sob n.º 817.215.529-87, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 28.988,00 (vinte e oito mil novecentos e oitenta e oito reais), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: CLAIR TEREZINHA RIBEIRO				
CNPJ/CPF:817.215.529-87				
Produto	Und	Qtidade	R\$/Und	R\$/Total
BOLACHA CASEIRA ROTULADA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE ORIUNDA DE ESTABELECIMENTO LICENCIADO.	Kg	1.000,00	12,94	12.940,00
MACARRAO CASEIRO COM OVOS, PRODUTO NÃO FERMENTADO OBTIDO PELO AMASSAMENTO MECÂNICO DE FARINHA DE TRIGO. FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS E LARVAS.	KG	1.000,00	10,49	10.490,00
MELAO FRESCO COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE INFERMIDADES PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES DEVENDO SER PRIORITARIAMENTE ORGÂNICOS E/ OU AGROECOLÓGICO.DE FERTILIZANTES ODORES OU SABORES ESTRANHOS, ALÉM DE UMIDADE E DEVEM ESTAR LIVRES DE SUJIDADES, COMO TERRA, INSETOS OU PARASITAS.	UNI	300,00	6,63	1.989,00
TOMATE PRIMEIRA QUALIDADE FRUTO PROCEDENTE DE PLANTA SADIÁ, DESTINADO AO CONSUMO IN NATURA OU COMO INGREDIENTE NA CULINÁRIA, DEVENDO ESTAR FRESCO, TER ATINGIDO O GRAU IDEAL DE TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DE CADA VARIEDADE, APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E CONSERVAR AS CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. ESTAR LIVRE DE QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM MECÂNICA OU CAUSADAS POR INSETOS E DOENÇAS. NÃO CONTER TERRA, SUJIDADES, PRODUTOS QUÍMICOS E CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA, ESTAREM ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS, ESTAREM LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES. ISENTO DE PARASITAS E LARVAS. TAMANHO MÉDIO E UNIFORME.	KG	500,00	5,99	2.995,00
RABANETE TUBÉRCULO DE ELEVADA QUALIDADE E DE CLASSIFICAÇÃO EXTRA E SEM DEFEITOS. SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTOS E AROMA TÍPICO DA VARIEDADE E UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR. NÃO SÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. OS TUBÉRCULOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E SATISFAZER AS CONDIÇÕES MÍNIMAS: SEREM DE COLHEITAS RECENTES, SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE.	MÇ	200,00	2,87	574,00
Total do Produtor R\$:				28.988,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2012

69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2013

71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2014
73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- por acordo entre as partes;
- pela inobservância de qualquer de suas condições;
- quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 24 de Fevereiro de 2016
MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CLAIR TEREZINHA RIBEIRO
CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2016 OSVAIR FELIPE DOS SANTOS

CONTRATO N.º: 23/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado OSVAIR FELIPE DOS SANTOS, com sede, em MONTE CARLO-SC CPF sob n.º 595.922.909-97, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: OSVAIR FELIPE DOS SANTOS	
CNPJ/CPF:595.922.909-97	DAP Nº:

Produto	Und	Qtidade	R\$/Und	R\$/Total
ALFACE (LISA/CRESPA): PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. NADA QUE ALTERE A SUA CONFORMAÇÃO E APARÊNCIA TÍPICA. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVEM SER PROCEDENTES DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, ESTAREM LIVRES DE INSETOS E ENFERMIDADES ASSIM COMO DE DANOS POR ELAS PROVOCADOS; ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS E DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS. (40641 – 40642 – 141214)	UND	1.000,00	1,71	1.710,00
COUVE MANTEIGA DE 1ª QUALIDADE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO ESTAR FRESCAS E ISENTAS DE INSETOS E ENFERMIDADES E DE DANOS POR ELAS PROVOCADOS, ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR.	UNI	500,00	2,49	1.245,00
FEIJAO PRETO: LEGUMINOSA DE ELEVADA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, COMPACTAS E FIRMES. DEVE SER PROCEDENTE DE PLANTAS SADIAS, SEREM DE COLHEITA RECENTE, APRESENTAR UM ESTÁGIO IDEAL DE DESENVOLVIMENTO QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR, SABOR. NÃO SERÃO PERMITIDOS RESÍDUOS DE FERTILIZANTES ODORES OU SABORES ESTRANHOS, ALÉM DE UMIDADE E DEVEM ESTAR LIVRES DE SUJIDADES, COMO TERRA, INSETOS OU PARASITAS.	KG	500,00	3,99	1.995,00
REPOLHO ROXO/BRANCO DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DO CULTIVAR BEM DEFINIDAS ESTAR BEM FORMADA, LIMPA COM COLORAÇÃO PRÓPRIA SUPERFÍCIE PRATICAMENTE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES EM MATURAÇÃO, ISENTA DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS PARA A SAÚDE.	KG	500,00	3,22	1.610,00
TEMPERO VERDE (CEBOLINHA, SALSINHA): PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. DEVEM APRESENTAR COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORME E TÍPICOS DA VARIEDADE. VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVENDO SER PROCEDENTES DE PLANTAS SADIAS, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, APRESENTAREM GRAU DE DESENVOLVIMENTO IDEAL QUANTO AO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR QUE SÃO PRÓPRIAS DA VARIEDADE; ESTAREM LIVRES DE INSETOS E DOENÇAS, ASSIM COMO DE SEUS DANOS. ISENTAS DE TERRA ADERENTE, UMIDADE ANORMAL, ODORES E SABORES ESTRANHOS. CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS: CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. (141219)	MÇ	1.000,00	2,74	2.740,00
Total do Produtor R\$:				9.300,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2012

69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2013

71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2014

73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamenta, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 24 de Fevereiro de 2016

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

OSVAIR FELIPE DOS SANTOS

CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

1.

2.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2016 MARIA ENI DA SILVA

CONTRATO N.º: 24/2016 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia SC.452 Km 24, nº 1551, inscrita no CNPJ sob n.º95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. Prefeito MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado MARIA ENI DA SILVA, com sede, em MONTE CARLO-SC CPF sob n.º 055.707.619-69, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na rede pública do ensino fundamental- municipal, verba FNDE/PNAE, Ano Letivo de 2016, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n. 01/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil conforme Resolução nº 38/2009, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES

ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário

- MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 01/2016.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 1.944,00 (mil novecentos e quarenta e quarto reais), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Produtor: JANICE APARECIDA DA SILVA				
CNPJ/CPF:055.707.619-69		DAP Nº:		
Produto	Und	Qtdade	R\$/Und	R\$/Total
CHUCHU FIRME E INTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, CORTES, RACHADURAS E COM FORMAÇÃO UNIFORME.	KG	600,00	3,24	1.944,00
Total do Produtor R\$:				1.944,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias de 2016:

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2012

69 – 3.3.90.00.00.00.00.0068

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2013
71 – 3.3.90.00.00.00.00.0070

Entidade 1

Órgão 07

Unidade 01

Projeto/Atividade 2014

73 – 3.3.90.00.00.00.00.0069

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 01/2016, pela Resolução CD/FNDE e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- por acordo entre as partes;
- pela inobservância de qualquer de suas condições;
- quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo – SC 24 de Fevereiro de 2016

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MARIA ENI DA SILVA

CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO: PAULO RICARDO BUYNO CPF:070.599.349-36

TESTEMUNHAS:

1.

2.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2016 TOMADA DE PREÇO Nº 01/2016**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2016

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2016

OBJETO: : Pavimentação de Calçamento com Pedra Irregular de Basalto de Trecho da Rua Bernardino Lopes de Albuquerque – Bairro São Carlos, com área de 1.600 m2, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária para a execução do objeto, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 08:30 horas do dia 25/fevereiro/2016; ABERTURA: às 09:00 horas do dia 14/março/2016.

TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO GLOBAL. INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 08:00 as 12:00 horas; 13:30 às 18:00 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

d) e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 23 de fevereiro de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2016

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, com sede à Rodovia SC 452 km 25, nº 1551, Centro, Monte Carlo/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 95.996.104/0001-04, através do Senhor Prefeito Municipal, torna público que fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, com regime de execução por preço unitário, licitação de tipo menor preço, julgamento por proposta global e valor máximo fixado, com objetivo de selecionar melhor proposta, contratação de empresa para: Pavimentação de Calçamento de Pedra Irregular de Basalto de Trecho da Rua Bernardino Lopes de Albuquerque – Bairro São Carlos, com área de 1.600 m2, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária para a execução do objeto, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo, a ser regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, CONFORME Planilha anexo a este Edital.

Item	Descrição da Rua	Unid	Quantidade	Valor Máximo-R\$
1	contratação de empresa para: Pavimentação de Calçamento com Pedra Irregular de Basalto de Trecho da Rua Bernardino Lopes de Albuquerque – Bairro São Carlos, com área de 1.600 m2, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária para a execução do objeto, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo	M2	1.600	R\$ 153.708,90
SOMAS			1.600	R\$ 153.708,90

A Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto n.º49/2015, processará e julgará a licitação em sessão pública, conforme a seguir especificada:

LOCAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo/SC, Sala de Licitações, Rodovia SC 452, km 25, Centro.

ENTREGA DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA DE PREÇOS:

Entrega de documentos e proposta: do dia 25/02/2016 até às 08:30 do dia 14/03/2016;

ABERTURA: às 09:00 horas do dia 14/março/2016.

1 - A presente licitação tem como objeto contratação de empresa para: Pavimentação de Calçamento com Pedra Irregular de Basalto de Trecho da Rua Bernardino Lopes de Albuquerque – Bairro São Carlos, com área de 1.600 m², com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária para a execução do objeto, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo.

2 - DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

2.1 - Informações sobre a presente licitação estão à disposição dos interessados na Diretoria de Compras e Licitação, prédio da Prefeitura Municipal, sala de Licitações, sito a Rodovia SC 452 km 24, nº 1551, centro, de segunda à sexta-feira das 12:00 horas até 18:00 horas.

2.3 – O projeto completo será disponibilizado de forma eletrônica aos interessados mediante solicitação no endereço eletrônico: compras@montecarlo.sc.gov.br

2.2 - Quaisquer outros esclarecimentos e informações sobre esta licitação e às condições para atendimento das obrigações a ela relativas serão prestados pela Comissão Permanente de Licitação, mediante solicitação, por escrito, protocolizada de segunda a sexta-feira, nos horários citados no subitem anterior, no prédio da

Prefeitura Municipal de Monte Carlo, na diretoria de compras e licitações, não sendo aceitas, em nenhuma hipótese, o encaminhamento de outra forma.

3.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar enumeradas no presente Edital.

3.2 – Não poderá participar desta licitação, empresa temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

3.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

3.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais constem em seu quadro social servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio.

3.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

3.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

3.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa física ou jurídica terceirizada cuja atividade esteja relacionada com o setor Jurídico, Contábil, Financeiro, Compras, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

3.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

3.10 – Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

3.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado, com emissão não superior a 30 (trinta) dias da abertura da licitação ou contrato social na forma da lei.

4.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1. deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.3 - Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com o setor Jurídico, Contábil, Financeiro, Compras, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

4.4 - Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

4.5 – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 5.1 e 5.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

4.6 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.

4.7 – A não apresentação ou incorreção dos documentos mencionados nos subitens 4.1, 4.2 e 4.3 não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e de responder pela empresa.

5.1 - No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Processo Licitatório, a Comissão Permanente de Licitação receberá de uma só vez os 02 (dois) envelopes devidamente lacrados, contendo no ENVELOPE "01" a documentação solicitada no item 6 deste Processo Licitatório e no ENVELOPE "02" a proposta comercial conforme item 7 deste Processo Licitatório. Os envelopes deverão conter, na parte externa, os seguintes dizeres:

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 01/2016.

(RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA LICITANTE)

(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA) ENVELOPE Nº "01" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO; e ENVELOPE Nº "02" - PROPOSTA DE PREÇOS.

5.2 - Serão lavradas atas circunstanciadas das sessões de abertura e de julgamento da habilitação e das propostas, nas quais deverão ser registradas, também as eventuais anotações solicitadas pelas licitantes, bem como recursos interpostos e demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação e que será assinada pelos membros da Comissão e licitantes presentes.

5.2.1 - A Comissão submeterá os documentos apresentados à rubrica dos representantes legais das empresas licitantes e fará constar das respectivas atas, caso algum dos representantes negar-se a rubricá-los.

5.2.2 - Os licitantes não estão obrigados a assinar as atas porém, se recusarem a fazê-lo, esta circunstância deverá ser consignada nas mesmas;

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - A documentação de habilitação, deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 01/2016.

(RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA LICITANTE)

(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA) ENVELOPE Nº "01" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.2 – Para comprovação da HABILITAÇÃO JURÍDICA, consistirá na apresentação do ato constitutivo na forma da lei.

6.3 - Para comprovação de REGULARIDADE FISCAL, na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro Contribuinte Estadual se houver.
- c) Prova de inscrição no Cadastro Contribuinte Municipal se houver.
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- f) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- h) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

6.4 - Declaração de inexistência de fato impeditivo à habilitação, assinada por quem de direito, devendo o subscritor estar devidamente identificado e a declaração estar redigida conforme os parâmetros explicitados no Anexo X deste Edital.

6.5 - Declaração da licitante, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº 9.854/99 e no Decreto nº 4.358/2002, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos – Anexo VI.

6.6 - A empresa deverá apresentar declaração afirmando que tem conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo constante no anexo XII.

6.7 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

6.8 - Para comprovação de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

6.8.1 – Certidão de Registro e Certificado de Regularidade da proponente no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;

6.8.2 – Ter executado obra de características semelhantes com o objeto da obra em licitação, comprovado através de CAT – Certidão Acervo Técnico expedido pelo CREA que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

6.8.3 – Atestado de visita técnica emitido pelo Departamento de Engenharia do Município.

6.8.4 – Declaração da empresa de que será colocado à disposição da obra um profissional de nível superior (das áreas de engenharia civil ou arquitetura), responsável técnico pela execução da obra, em cujos nomes serão recolhidas as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's.

6.8.5 – Declaração da empresa indicando que serão disponibilizados maquinários e equipamentos, bem como pessoal especializado e essencial para o bom e fiel cumprimento do objeto do presente edital.

6.8.6 – Declaração que instalará no local da obra, padrão de água e energia elétrica, se necessário for, em seu nome.

6.8.7 – Declaração que instalará e manterá sob boas condições, Placa de Obra de acordo com o padrão exigido pela instituição governamental fiscalizadora da referida obra, com os custos por sua conta.

6.9 - Documentos referentes ao técnico profissional:

6.9.1 – O(s) Técnico(s) Profissional(is) de Nível Superior responsável(is) pelos serviços e pela empresa, com registro na Certidão de Pessoa Jurídica (emitida pelo CREA), deverá(ão) comprovar sua capacitação técnica por meio de CAT - Certidão de Acervo Técnico, emitida pelo CREA, que tenha(m) executado obra com características compatíveis com o objeto desta licitação:

- a) caso o Técnico Profissional de Nível Superior responsável pelos serviços e pela empresa seja proprietário/sócio da empresa, deverá comprovar o vínculo por meio da "Certidão Simplificada" emitida pela Junta Comercial do Estado ou do contrato social ou alteração contratual, em vigor;
- b) se o Técnico Profissional de Nível Superior responsável pelos serviços e pela empresa não for o proprietário/sócio, deverá comprovar o vínculo por meio de:

- b.1) cópia do registro na Carteira de Trabalho, consistindo na apresentação das partes referentes a identificação do profissional ou do contrato de trabalho; ou
- b.2) contrato de prestação de serviços firmado com a proponente em data anterior a, no mínimo, 60 (sessenta) dias da abertura desta licitação, acompanhado da ART (Anotação Responsabilidade Técnica) para comprovação do referido prazo.
- 6.10 - Para comprovação de QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA, na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:
- 6.10.1 - Declaração emitida pelo Contador de que a licitante possui capital social mínimo subscrito e integralizado no valor de R\$: 1.393,61 (um mil, trezentos e noventa três reais e sessenta um centavos), até a data de abertura da licitação.
- 6.10.3 - A situação financeira das licitantes será aferida por meio de índices de Liquidez Corrente (LC); Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG); Assim, a empresa deverá calcular os referidos índices utilizando-se da tabela constante no Anexo XIII, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:
Liquidez Corrente (LC) > índice maior ou igual a 1,0 Liquidez Geral (LG) > índice maior ou igual a 1,0 Solvência Geral (SG) índice maior ou igual a 1,0
- 6.10.4 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da sede da proponente, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial do Estado.
- 6.10.5 - As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente ao último exercício social exigível, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.
- 6.10.6 - As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.
- 6.10.7 - As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPEED, submetida ao IND DNRC 107/08, arquivo DIGITAL, apresentar cópia do recibo de entrega de livro digital junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 6.10.8 - O balanço patrimonial deverá estar carimbado e assinado, pelo(s) responsável(is) legal(is) da empresa e pelo(s) contabilista(s), identificado(s) com o n.º do registro no CRC;
- 6.10.9 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelos distribuidores da sede da Comarca da pessoa jurídica.

7.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 01/2016.

(RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA LICITANTE)

(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA) ENVELOPE Nº "02" - PROPOSTA DE PREÇOS.

7.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) Ser apresentada no formulário ANEXO III ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços segundo às exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) Suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) Conter o preço unitário de cada item, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) Deverá acompanhar a proposta o Cronograma Físico-Financeiro da obra.
- g) Deverá ser descrito na proposta o BDI utilizado, em consonância com as planilhas orçamentárias.

7.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO IX).

7.4 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO IX).

7.5 - Declaração informando CNAE que representa a atividade de maior fonte de receita.

7.6 - Declaração atestando o cumprimento das normas do Decreto nº 7983 de 08/04/13

8. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

8.1 - Na data, hora e local indicados no preâmbulo, proceder-se-á à abertura dos "ENVELOPES Nº 01" e a documentação nele contida será examinada e rubricada pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

8.2 - A Comissão, caso necessite de mais tempo para apreciar os documentos contidos no "ENVELOPE Nº 01", poderá encerrar a reunião e analisá-los em nova data e horário em que voltará a se reunir para julgamento da habilitação.

8.3 - Na hipótese de suspensão da reunião, todos os documentos recebidos, inclusive os "ENVELOPES Nº 02", devidamente rubricados, ficarão em poder da Comissão Permanente de Licitação. Os documentos serão devidamente autuados no processo licitatório e os "ENVELOPES Nº 02" lacrados, serão rubricados e guardados.

8.4 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência das propostas, salvo por motivos justos decorrentes de fato superveniente e aceitos pela Comissão, artigo 43 parágrafo 6.º da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.5 - Havendo recurso na fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação manterá em seu poder, lacrados, os ENVELOPES n.º 02 contendo as propostas das licitantes, até o término do julgamento do recurso interposto.

8.6 - Serão devolvidos aos representantes das empresas consideradas inabilitadas os envelopes contendo a Proposta. No caso das inabilitadas recusarem a receber os envelopes de propostas ou se estiverem ausentes, tal situação ficará consignada em Ata e os referidos envelopes ficarão à disposição das mesmas, na sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Monte Carlo, durante o período de 07

(sete) dias úteis. Findo este prazo, a Administração não terá nenhuma responsabilidade sobre os mesmos.

8.7 - Quando todas os proponentes forem inabilitados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação, pelas licitantes, de novos documentos escoimados das causas que motivaram a inabilitação.

9.1 - Concluída a fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura do ENVELOPE "02" das licitantes habilitadas, devendo as propostas e demais documentos nele constantes serem examinadas e rubricadas pela Comissão e pelas licitantes presentes.

9.2. A Comissão poderá relevar erros ou omissões formais, dos quais não resultem prejuízo para o entendimento da proposta ou para o Serviço Público.

9.3. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Processo Licitatório, nem vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

9.4. Serão desclassificadas as propostas que:

9.4.1. não atenderem às exigências contidas neste Processo Licitatório;

9.4.2. Apresentarem valor acima do valor máximo fixado no anexo I.

9.4.3. Para fins de aferição de inexequibilidade das propostas, considerar-se-á como tal fato os que não atenderem o disposto no artigo 44, § 3º, presumindo-se incompatíveis com os preços praticados no mercado as propostas que ficarem abaixo em 70% (setenta por cento) do valor máximo fixado pela administração (anexo I), situação em que, para eliminar a desclassificação, o licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Processo Licitatório, através da planilha pormenorizada onde comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II.

9.5 Após a etapa de desclassificação das propostas, os licitantes remanescentes serão classificados na ordem crescente dos preços cotados, sendo mais bem classificada a proposta com o menor preço.

9.6 - As propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital mas possuírem erro de forma ou inconsistências serão verificadas quanto aos seguintes erros, os quais serão corrigidos pela Comissão, na forma indicada:

9.6.1 - Discrepâncias entre os preços unitários e totais: prevalecerão os preços unitários e, havendo discordância entre os preços em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

9.6.2 - Erros de transcrição das quantidades do projeto para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se como referência o preço unitário, corrigindo-se a quantidade e o preço total;

9.6.3- Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se como referência o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;

9.6.4 - Erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas e corrigindo-se o resultado;

9.6.5 - Verificado em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas composições dos preços unitários dos serviços, será adotada a correção que resultar no menor valor.

9.6.6 - O valor total da proposta será ajustado em conformidade com os procedimentos mencionados no item 8.7. O valor resultante constituirá no valor

contratual. Se a licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será rejeitada.

9.6.7 - Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela Comissão, necessárias para corrigir erros cometidos pelos licitantes, não serão aceitas propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.

9.7. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação, pelas licitantes, de novas propostas escoimadas das causas que as desclassificaram.

9.8. Havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate dar-se-á por sorteio, para o qual serão convocados os licitantes.

10. DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO.

10.1 - Publicado o resultado da licitação e encerrada a fase recursal, a Comissão Permanente de Licitação submeterá o processo de licitação à autoridade competente, para homologação, na forma da Lei n.º 8.666/93.

11.1 - Homologada e Adjudicada à licitação, será formalizada o contrato, com o fornecedor primeiro classificado.

11.2 - A Diretoria de Compras e Licitações, poderá convocar formalmente os fornecedores, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, informando o local, data e hora para a reunião e assinatura do contrato.

11.2.1. O prazo previsto no subitem 11.2. poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado por um dos fornecedores convocados, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Diretoria de Compras e Licitações.

12 - DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - Todos os serviços objeto desta licitação serão fiscalizados por servidores da Prefeitura do Município de Monte Carlo - SC, devidamente designados para este fim, com autoridade para exercer em nome da Prefeitura toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

12.2 - A Fiscalização poderá determinar, a ônus da empresa licitante vencedora, a substituição dos equipamentos, serviços e materiais julgados deficientes ou não- conformes com as especificações definidas em projeto (item 1.1 deste Edital), cabendo à licitante vencedora providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de execução dos serviços.

12.3 - A licitante vencedora só poderá iniciar a obra após assinatura do respectivo Contrato, conforme minuta apresentada no Anexo II deste Edital.

12.4 - Compete à fiscalização da obra pela equipe designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:

12.4.1 - Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas em caderno de especificações técnicas, memoriais descritivos, plantas e planilhas orçamentárias e adequação dos procedimentos e materiais empregados à qualidade desejada para os serviços.

12.4.2 - Ordenar à licitante vencedora corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

12.4.3 - Manter organizado e atualizado o Livro Diário, assinado por técnico da licitante vencedora e por servidor designado pela Prefeitura para efetuar a fiscalização, onde a referida licitante vencedora registre, em cada visita:

12.4.3.1 - As atividades desenvolvidas;

12.4.3.2 - As ocorrências ou observações descritas de forma analítica.

12.4.3.3 - Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.

12.5 - A ação da fiscalização não exonera a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

12.6 - Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes do Memorial Descritivo e do Projeto Executivo será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à empresa licitante vencedora obrigatoriamente de forma escrita e oficial.

12.7 - Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas na Minuta de Contrato.

12.8 - O proponente deverá fornecer, quando solicitado, documentos relativos ao quadro de funcionários e as contribuições previdenciárias e trabalhistas.

13.1 - A Fiscalização da Prefeitura somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

13.2 - Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório e aprovada pela Comissão Especial de Licitação, não admitindo-se em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues na obra, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade fiscal.

13.3 - Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

13.4 - O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, de acordo com o cronograma físico-financeiro constante do Projeto Executivo, contados da data do atesto da área competente da Prefeitura, aposto nos documentos de cobrança.

13.5 - Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, arcarão com os custos provenientes da transferência do pagamento.

13.6 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

13.7 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

13.8 - A Administração somente atestará a entrega dos serviços e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pelo fornecedor, todas as condições pactuadas.

13.9 - Não serão efetuados pagamentos antecipados.

14 - DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

14.1 - Manter todas as condições de habilitação e qualificação durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas para execução exigidas na licitação.

14.2 - Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Projeto Executivo, como também, de acordo com o Cronograma

Físico-Financeiro constantes no presente Edital. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita às multas estabelecidas no Edital;

14.3 - Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, que obedeçam às especificações, sob pena de impugnação destes pela fiscalização da Prefeitura, tudo, de acordo com o previsto no Projeto Executivo (plantas, memoriais descritivos, caderno de especificações técnicas e planilhas orçamentárias);

14.4 - Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à licitante vencedora, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação;

14.5 - Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização da Prefeitura, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Executivo;

14.6 - Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório;

14.7 - A Prefeitura não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

14.8 - Os serviços subcontratados pela licitante vencedora, serão de sua inteira responsabilidade, cabendo à mesma o direito de ação de regresso perante a empresa contratada para ressarcimento do dano causado.

14.9 - A licitante vencedora deverá saldar, nas datas e prazos contratados, os compromissos onerosos que realizar junto a empresas subcontratadas, para evitar que estas, venham a se manifestar, verbalmente, diretamente ou judicialmente contra a licitante contratada e a Prefeitura.

14.10 - Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as máquinas e equipamentos necessários, ficando responsável por seu transporte e guarda;

14.11 - Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela Fiscalização da Prefeitura como inadequados à execução dos serviços;

14.12 - Propiciar o acesso da fiscalização da Prefeitura aos locais onde serão realizados os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas;

14.13 - A atuação da comissão fiscalizadora da Prefeitura não exime a licitante vencedora de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade e conformidade dos serviços executados;

14.14 - Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a danificá-los;

14.15 - Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços da construção, devendo o espaço ser entregue limpo e em perfeitas condições de ocupação e uso;

14.16 - Entregar o local, objeto desta licitação, limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que

possam impedir a utilização imediata das unidades. Concluído o objeto contratado, deverá a licitante vencedora comunicar o fato, por escrito à Fiscalização da Prefeitura, para que se possa proceder à vistoria da obra, com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas;

14.17 - Prestar manutenção da obra, durante o período de garantia legal conforme artigo nº 618 do Código Civil de 2002, da seguinte forma:

14.17.1 - Iniciar o atendimento em no máximo 1 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela Prefeitura;

14.17.2 - Concluir os serviços de manutenção no prazo máximo determinado pela Prefeitura;

14.17.3 - Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo estipulado, a licitante vencedora ficará sujeita à multa estabelecida no Edital;

14.17.4 - O prazo da garantia quinquenal inicia-se a partir da data do termo de recebimento definitivo da obra.

14.18 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

14.18.1 - Visando à administração da obra, manter 01 (um) engenheiro residente e 01 (um) encarregado geral em período integral;

14.18.2 - Todo o pessoal contratado para a execução da obra, objeto deste contrato, deverá ser registrado em carteira pelo regime CLT, em nome da Contratada.

14.19 - Caso a licitante vencedora necessite subcontratar parte dos serviços da obra, os empregados desta terceirizada deverão atender a todas as condições de trabalho, como se fossem seus empregados, tais como, uso de equipamentos de proteção individual e regime de registro pela CLT em nome da terceirizada;

14.19.1 - Fornecer aos seus funcionários, equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva, adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes;

14.19.2 - Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;

14.19.3 - Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal, impostos e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

14.20 - Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

14.21 - Apresentar por sua responsabilidade, antes do início dos serviços, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Alvará de Construção bem como o Habite-se pela conclusão da obra.

14.22 - A licitante vencedora deverá assinar o contrato dentro dos prazos estipulados no Edital;

14.23 - Providenciar o livro "DIÁRIO DE OBRAS", para as anotações da fiscalização da CONTRATANTE e do Responsável Técnico da CONTRATADA, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção;

14.24 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, atualizado, nos termos do Parágrafo Primeiro, alínea "d", do Inciso II, do Artigo 65, da Lei 8.666/93 e Alterações Complementares.

15.1 - A Prefeitura, após a assinatura do contrato, compromete-se a:

15.2 - Permitir que os funcionários da licitante vencedora possam ter acesso aos locais de execução dos serviços.

15.3 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

15.4 - Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

15.5 - Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.

15.6 - Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

15.7 - Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

15.8 - Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra, mediante vistoria detalhada realizada pela Comissão de Fiscalização designada pela Prefeitura, nos termos da lei 8.666/93 em seu artigo 73, inciso I.

15.9 - Outras obrigações definidas na minuta de contrato constante em anexo deste Edital.

16 - DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

16.1 - As Obras, objeto do presente Edital, deverão ser executadas de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Projeto Executivo citado no item 1.1 deste, no prazo máximo de 03 (tres) meses.

16.2 - A licitante vencedora dará início às obras e o prazo de execução será ruas conforme os projetos.

17.1 - A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida ou suprimida dentro dos limites previstos no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite nos termos do parágrafo segundo, inciso II do mesmo artigo.

18 - DO REAJUSTE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

18.1 - Durante a vigência do contrato, os valores serão fixos e irredutíveis, conforme dispõe o §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

18.2 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por rescindir o contrato e iniciar outro processo licitatório.

18.3 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do contrato, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores serão convocados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Departamento de Compras e Licitações para alteração, por aditamento, do preço do contrato.

19.1 - O fornecedor terá seu contrato rescindido, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

19.1.1 - A pedido, quando:

- 19.1.1.1 - Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do contrato, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 19.1.1.2 - O seu preço se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.
- 19.1.2 - Por iniciativa da Administração, quando:
- 19.1.2.1 - Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 19.1.2.2 - Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 19.1.2.3 - Por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado.
- 19.1.3. - Por iniciativa do Departamento de Compras e Licitações, usando da prerrogativa de Administrador e Fiscalizador do Contrato, quando:
- 19.1.3.1 - O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes do Contrato;
- 19.1.3.2 - Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de compra decorrentes do Contrato;
- 19.1.3.3 - Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no Contrato ou nos pedidos de compra dela decorrentes;
- 19.1.3.4 - Não prestar informações solicitadas pelo Departamento de Compras e Licitações;
- 19.2 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará a alteração em apenso no contrato.

20 - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

20.1 - O contrato decorrente desta licitação será cancelado:

20.1.1 - Automaticamente:

20.1.1.1 - Por decurso de prazo de vigência;

20.1.1.2 - Pela Administração, quando caracterizado o interesse público.

21.1 - Constatada a inadimplência, inverdade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

21.2 - Impedimento para firmar contrato, se concluída a fase licitatória;

21.2.1 - Cancelamento do contrato;

21.2.2 - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

21.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

21.3 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

21.3.1 - Advertência;

21.3.2 - Multa de mora sobre o valor total do pedido, de 0,3% por dia de inadimplência, no caso de inexecução parcial e de 20 %, no caso de inexecução total;

21.3.3 - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

21.3.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

21.4 - Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

21.4. A aplicação das sanções previstas neste Processo Licitatório não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

22 - DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

22.1 - Os pedidos de impugnação, os recursos e os pedidos de reconsideração são admitidos nas hipóteses, prazos e condições constantes, no que couber, dos parágrafos 1º a 3º do art. 41 e do art. 109, todos da Lei n.º 8.666/93, devendo ser protocolizados junto ao protocolo geral na Prefeitura Municipal de Monte Carlo.

22.2 - Os recursos e os pedidos de reconsideração relativos aos atos da Comissão Permanente de Licitação deverão ser dirigidos ao Prefeito Municipal, que é a autoridade competente para analisar e julgá-los, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que se manifestará previamente.

22.3 - Não serão conhecidos os pedidos de impugnação ou de reconsideração e os recursos apresentados fora dos prazos e das condições estipuladas neste Processo Licitatório e não serão conhecidos os recursos interpostos enviados por fax e vencidos os respectivos prazos legais.

22.4 - Considera-se enquadrado no inciso II do art. 88 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa que ingressar com recurso meramente protelatório, com intuito de retardar o procedimento licitatório, ficando sujeita a pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

23.1 - As dotações orçamentárias para suportar as despesas com a execução do contrato serão oriundas do orçamento 2015:

Entidade: 1
Órgão: 09
Unidade: 02
Projeto/atividade: 1.004

24 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 - As licitantes deverão observar atentamente as normas deste Edital;

24.2 - Fica assegurado à autoridade superior da Prefeitura, no interesse da Administração, o direito de adiar a data da abertura dos

envelopes, divulgando a nova data marcada.

24.3 - É facultada à Comissão Permanente de Licitação, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

24.4 - O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios, no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

24.5 - A Comissão Permanente de Licitação deverá anular o certame diante de constatada ilegalidade.

24.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. A Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

24.7 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.8 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Especial de Licitação.

24.9 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

24.10 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura. Considerar-se-ão dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

24.11 - O desatendimento às exigências formais não-essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública da licitação.

24.12 - Em caso de desfazimento deste processo licitatório, o mesmo será devidamente motivado, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

24.13 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas de preços, sem convocação para contratação ou pedido de prorrogação da validade, os licitantes ficarão liberados dos compromissos assumidos neste certame.

24.14 - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado por escrito, à Comissão Permanente de Licitação, preferencialmente por mensagem eletrônica para o e-mail compras@montecarlo.sc.gov.br, ou protocolado no Protocolo desta Prefeitura.

24.15 - A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.

24.16 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da legislação vigente que rege a matéria.

24.17 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Edital, nos termos do § 1º do Art. 41, da Lei nº 8666/93.

24.18 - Para realização da visita técnica e obtenção do certificado, deverá o licitante agendar horário diretamente com o Departamento de Engenharia.

25.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas e/ou litígio oriundo da execução das obrigações previstas neste edital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26.1 - São partes integrantes deste Edital:

26 – DOS ANEXOS

ANEXO I - Procuração; ANEXO II - Minuta do Contrato;

ANEXO III - Modelo para apresentação da proposta;

ANEXO IV - Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação ANEXO V - Modelo Declaração de Idoneidade;

ANEXO VI - Modelo declaração empregado menor, Inciso XXXIII art 7º da CF.

ANEXO VII - Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal.

ANEXO VIII - Memorial descritivo;

ANEXO IX - Dados Bancários e Dados do Representante Legal;

ANEXO X - Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação. ANEXO XI - Declaração de elaboração independente de proposta.

ANEXO XII - Declaração de Conhecimento e Atendimento ao Edital. ANEXO XIII - Modelo de cálculo para qualificação econômico-financeiro.

ANEXO XIV - Projetos.

Monte Carlo, SC, 24 de fevereiro de 2016.

Marcos Nei Correa Siqueira

Prefeito Municipal

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>
, por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>_
, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.

<NOME COMPLETO, RG, CPF>
, outorgando-lhe poderes gerais para

representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE,

NÚMERO/ANO>

, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances,

interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

_<Cidade/Estado> _<data>

<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº01/2016

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A Pavimentação de Calçamento com Pedra Irregular de Basalto de Trecho da Rua Bernardino Lopes de Albuquerque – Bairro São Carlos, com área de 1.600 m2, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária para a execução do objeto, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo

fornecimento de todo o material e mão de obra necessários, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo, que entre si, celebram o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e a empresa XXXXX XXXXXX XXXX, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

Aos 00 (xxxxxxxx) dias do mês de xxxxxxxx de 2016 (dois mil e dezesseis), de um lado O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Rodovia SC 452 Km 25, nº 1551, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, inscrito no CPF sob o nº 850.169.429.00 no final assinado e no uso de suas atribuições, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0000-00 com sede na Rua XXXXXXXX XXXXXXXX, nº 0000, bairro XXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXX, UF, neste ato representada por seu xxxxxxxx Sr. XXXXXXXX XXXXXXXX, portador da carteira de identidade nº 000000000, e do CPF/MF nº 000.000.000-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o resultado da licitação na modalidade da Tomada de Preço nº 01/2016, do Tipo Menor Preço Global, consoante e decidido no Processo Licitatório nº 16/2016, resolvem celebrar o presente Contrato de execução de obra sujeitando-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO do Projeto de Pavimentação de Calçamento com Pedra Irregular de Basalto de Trecho da Rua Bernardino Lopes de Albuquerque – Bairro São Carlos, com área de 1.600 m2, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária para a execução do objeto, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo, e em conformidade com as especificações e condições constantes no Edital e seus anexos a que este Contrato se vincula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preço nº 01/2016 e seus anexos e à proposta comercial apresentada pela Contratada para o referido processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA - O prazo de vigência do Contrato será de acordo com o cronograma da obra, conforme prazo de execução das obras.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES - Para garantir o fiel cumprimento do objeto contratado, são obrigações das partes: PARÁGRAFO PRIMEIRO - DA CONTRATANTE

1 - Dar condições para a CONTRATADA executar o objeto do contrato de acordo com os padrões estabelecidos. Exercer a fiscalização dos serviços por meio de comissão especialmente designada para este fim.

2- A fiscalização não altera ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA na execução do objeto, nem dos custos inerentes ao refazimento dos serviços.

3 - Receber e conferir o objeto do contrato, consoante às disposições estabelecidas. 4- Efetuar os pagamentos na forma convencionada na CLÁUSULA NONA.

5 - Permitir que os funcionários da CONTRATADA tenham acesso aos locais de execução dos serviços.

6- Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, com total ônus à CONTRATADA.

7 - Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DA CONTRATADA

1 - Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Projeto Executivo, como também de acordo com o cronograma físico-financeiro constantes no item 1.1 do presente Edital. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à mesma multa estabelecida no item 14 deste Edital.

2 - Manter a equipe executora dos serviços convenientemente munida de equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes.

3 - Propiciar o acesso da fiscalização da Prefeitura aos locais onde serão realizados os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

3.1 - A atuação da comissão fiscalizadora da Prefeitura não exime a licitante vencedora de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade e conformidade dos serviços executados.

4 - Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto Executivo (plantas, memoriais descritivos, caderno de especificações técnicas e planilhas orçamentárias).

5 - Prestar manutenção da obra, durante o período de garantia legal conforme artigo nº 618 do Código Civil de 2002, durante o período de garantia, da seguinte forma:

- Iniciar o atendimento em no máximo 1 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela Prefeitura.

- Concluir os serviços de manutenção no prazo máximo determinado pela Prefeitura.

- Caso o atendimento do chamado e/ou à conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à multa estabelecida no item 14 deste edital.

6 - Visando à administração da obra, manter 01 (um) engenheiro residente e 01 (um) encarregado geral em período integral.

7 - Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.

8 - Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização da Prefeitura, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Executivo.

8.1- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

9 - Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.

10 - Fornecer a seus funcionários equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes.

11 - Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da Prefeitura e de terceiros, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.

12 - Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços, o espaço deverá ser entregue limpo e em perfeitas condições de ocupação e uso.

13 - Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade, que obedeçam às especificações, sob pena de impugnação destes pela fiscalização da Prefeitura.

14 - Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à licitante vencedora, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.

15 - Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela Fiscalização da Prefeitura como inadequados à execução dos serviços.

16 - Entregar o local objeto desta licitação limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades. Concluído o objeto contratado, deverá a licitante vencedora comunicar o fato, por escrito, à Fiscalização da Prefeitura, para que se possa proceder à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.

17 - Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los.

18 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura.

19 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

20 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigidas na licitação.

21 - Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte da obra contratada e Anotações de Responsabilidade Técnica apresentadas em processo licitatório a que este CONTRATO se vincula.

22 - A Prefeitura não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

22.1 – Mesmo os serviços sub-contratados pela licitante vencedora serão de sua inteira responsabilidade, cabendo à mesma o direito de ação de regresso perante a empresa contratado para ressarcimento do dano causado.

23 - Providenciar o livro "DIÁRIO DE OBRAS", para as anotações da fiscalização da CONTRATANTE e do Responsável Técnico da CONTRATADA, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção.

24 - Todo o pessoal contratado para a execução da obra, objeto deste contrato, deverá ser registrado em carteira pelo regime CLT, em nome da Contratada.

25 - A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL, DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E

RECEBIMENTO DO OBJETO - O local e as condições de execução, bem como a forma de recebimento do objeto contratado, obedecerão ao seguinte: PARÁGRAFO PRIMEIRO - O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, da data da emissão da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido pela CONTRATANTE, nos termos da lei 8.666/93, dispostos no inciso I de seu artigo 73:

A) PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

B) DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços a serem executados prevêm obediência às Normas Técnicas da ABNT e às normas dos fabricantes dos materiais e equipamentos.

PARÁGRAFO QUARTO - Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelos serviços. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização da obra por meio de comissão fiscalizadora instituída para este fim, bem como auxiliares que se fizerem necessários, devidamente designados pela autoridade competente, podendo, ainda, contratar empresa especializada, para auxiliar nesta atividade.

PARÁGRAFO QUINTO - A fiscalização da CONTRATANTE solucionará todos os impasses quanto à substituição ou não de peças ou materiais, no todo ou em parte irrecuperáveis, ficando a seu cargo os critérios para tal. Qualquer alteração feita ao Projeto Executivo, após aprovação da CONTRATANTE, deverá ser registrada no livro "Diário de Obras". Ressalta-se que tal livro não poderá ser retirado, em hipótese alguma, do canteiro de obras até que o objeto pactuado por este contrato seja concluído e entregue mediante TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA.

PARÁGRAFO SEXTO - À fiscalização da CONTRATANTE fica assegurado o direito de:

Exigir o cumprimento de todos os itens e subitens do Projeto Executivo.

Rejeitar todo e qualquer serviço mal executado ou material de qualidade inferior ou diferente ao especificado em Projeto Executivo, estipulando prazo para a sua retirada e refazimento do serviço, sob ônus da CONTRATADA. PARÁGRAFO SÉTIMO - Caberá à comissão fiscalizadora da CONTRATANTE o dever de:

Fazer cumprir todas as disposições das especificações constantes do Projeto Executivo e deste CONTRATO.
Decidir sobre as divergências de projeto e especificações, motivando a escolha tomada.

PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATADA deverá manter na direção da obra um profissional habilitado, conforme apresentado em fase licitatória, com conhecimento que lhe permita a execução de todos os serviços, além dos demais elementos necessários à perfeita administração.

PARÁGRAFO NONO - A Administração da obra deverá ser realizada por 1 (um) engenheiro, podendo prestar serviços de fiscalização por meio período e 1 (um) Encarregado Geral, devendo este prestar serviços em período integral. PARÁGRAFO DECIMO - As especificações para a execução do objeto do presente contrato são aquelas constantes do Projeto Executivo disponibilizado quando da publicação do Edital a que este CONTRATO se vincula, às quais a CONTRATADA declara ter pleno conhecimento e está obrigada a cumprir fielmente.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

A Obra, objeto do presente Edital, deverá ser executada de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Projeto, no prazo máximo de 90 dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

A CONTRATADA é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE ou a terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - À CONTRATADA caberá as despesas peculiares às empreitadas globais, notadamente serviços gerais, transporte horizontal e vertical, mão-de-obra e materiais, inclusive para instalações provisórias, e todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, bem como as relativas aos registros junto ao CREA. Cabe ainda à Contratada, por todo o período de execução das obras, manter os seguros que por Lei se tornarem exigíveis.

PARÁGRAFOS TERCEIROS – Por se tratar de empreitada por preço global, os preços contratados constituirão a única e completa remuneração pelos serviços contratados no período estabelecido, estando incluído nos mesmos os custos com os encargos relacionados no parágrafo anterior ou quaisquer outras despesas adicionais. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos mesmos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO - O objeto do presente contrato será executado sob o regime de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço global.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR - Ao presente contrato é dado o valor global de R\$ 00.000,00 (XXXXXXXX XXXXXX XXXXXXXX), fixo e irrevogável, sendo R\$ xxx,xx (xxxxxxx) referentes à mão de obra e R\$ xxxx,xxx (xxxxxxx) referentes aos diversos materiais.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após a apresentação e aceitação da nota fiscal que será emitida após a medição da etapa conforme Cronograma Físico-Financeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura, para verificação da situação da CONTRATADA em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATANTE pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

PARÁGRAFO QUARTO - A empresa CONTRATADA deverá fazer constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) correspondente(s), emitida(s) sem rasura, e em letra legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

PARÁGRAFO QUINTO – A comissão fiscalizadora da CONTRATANTE somente atestará a execução dos serviços e liberará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas e cumpridas eventuais pendências.

PARÁGRAFO SEXTO - Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório e aprovada pela Comissão Especial de Licitação, não se admitindo em nenhuma hipóteses o pagamento de materiais entregues na obra.

PARÁGRAFO OITAVO – Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente CONTRATO, dentro dos limites previstos o § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As dotações orçamentárias para suportar as despesas com a execução do contrato serão oriundas do Orçamento 2016:

Entidade: 1

Órgão: 09

Unidade: 02

Projeto/atividade: 1.004

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES - Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, a CONTRATANTE, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

I - Advertência, por escrito. II – Multa.

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será aplicado multa de 0,03 % (três centésimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, devida em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, aplicando-se na hipótese de rescisão apenas a multa prevista no Parágrafo Segundo, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido no Parágrafo Primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à CONTRATADA, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, ficando a CONTRATADA obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

PARÁGRAFO QUARTO - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o que, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil decorrente das infrações cometidas junto a CONTRATANTE, inclusive com a possibilidade de exigir perdas e danos.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA, na execução do CONTRATO, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra e/serviços, até o limite admitido, em cada caso, pela CONTRATANTE. Ressalta-se que a terceirização de serviços pela CONTRATADA não a exime de sua inteira responsabilização dos serviços executados pela empresa subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES - O presente instrumento de CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com os casos previstos no capítulo III, Seção III - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO - A rescisão do presente instrumento ocorrerá de acordo com o previsto no Artigo 79 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS MOTIVOS PARA A RESCISÃO - A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais previstas na Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem motivos para a rescisão do contrato aqueles relacionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos casos de rescisão, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos materiais utilizados e devidamente medidos pela CONTRATANTE até a data da rescisão.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo a rescisão, a CONTRATANTE poderá promover o ressarcimento de perdas e danos por via administrativa ou ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS - Este Contrato regula-se pela Lei nº 8.666/93, pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de

direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ANÁLISE - A minuta do presente instrumento de CONTRATO foi devidamente examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, conforme determina a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO - A publicação resumida deste instrumento no Diário Oficial dos Municípios, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das obrigações previstas neste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas:

Monte Carlo – SC, xx de xxxxxxxx de 2016 MUNICIPIO DE MONTE CARLO AAAAAAAAA AAAAA AAAA

CONTRATANTE	CONTRATADA
Marcos Nei Correa Siqueira	Representante legal da empresa

Testemunhas:

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: _____
Nome de Fantasia: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____
Estado: _____ CEP: _____
Fone/Fax: _____
CNPJ: _____
Inscrição Estadual: _____
Inscrição Municipal: _____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias. Prazo Contratual para Execução: 90 (noventa) dias

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante Carimbo da empresa

Continua...

PROPOSTA DE PREÇOS

4. – OBJETO DA PROPOSTA

(conforme itens constantes do orçamento integrante do projeto)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDADE	R\$ UNID	R\$ TOTAL
1	Pavimentação de Calçamento com Pedra Irregular de Basalto de Trecho da Rua Bernardino Lopes de Albuquerque – Bairro São Carlos, com área de 1.600 m2, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária para a execução do objeto, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo				

BDI UTILIZADO:

Monte Carlo – SC, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx

(representante legal)

ANEXO - IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) __, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO - VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome), portador do CPF N.º __, na condição de preposto da empresa, inscrita no CNPJ sob o N.º __, DECLARO, sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

, em / / .

*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) __, declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO - VIII

Projeto para
Pavimentação de Calçamento
de Pedra Irregular de Basalto
do Trecho: Rua Bernardino Lopes de Albuquerque

MONTE CARLO – SC
Novembro de 2015

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO - SC
Obra: Pavimentação de Calçamento de Pedra Irregular do Trecho: Rua Bernardino Lopes de Albuquerque – Bairro São Carlos
Local: Monte Carlo – SC
Área: 1.600,00m²
Data: Novembro de 2015

MEMORIAL DESCRITIVO

1. APRESENTAÇÃO:

O volume que ora se apresenta, denominado "Memorial Descritivo", contém os elementos informativos a respeito do Projeto de Pavimentação de Calçamento de Pedra Irregular da Rua Bernardino Lopes de Albuquerque, localizada no Perímetro Urbano da Cidade de Monte Carlo - SC.

- Área a Pavimentar: 1.600,00 m²
- Meio Fio: 370,00 m
- Tubos diâmetro = 400 mm: 292 metros

2. DAS APROVAÇÕES E PROJETOS:

Os serviços serão executados em estrita e total observância às indicações constantes dos projetos fornecidos pela contratante e referidos neste memorial descritivo. Cabe à construtora, elaborar, de acordo com as necessidades da obra, desenhos de detalhes de execução, os quais serão, previamente, examinados e autenticados, se for o caso, pela contratante. Durante a construção, poderá a contratante apresentar desenhos complementares, os quais serão também devidamente autenticados pela construtora.

É necessário o fornecimento de ART (CREA) pela construtora, sobre execução da obra, vinculada a do respectivo projeto fornecido este pela contratante.

3. DADOS GERAIS

As áreas em estudo se desenvolvem em segmentos de vias sobre cascalho basáltico. Nos locais onde o sub-leito apresentar baixa capacidade de suporte, será efetuado a remoção deste e posteriormente preenchido com material de reforço procurando estabilizá-los antes de receber as camadas superiores.

4. PAVIMENTO PROPOSTO

Conforme tem demonstrado a prática nos serviços de pavimentação realizados no município, o pavimento proposto tem as seguintes características:

- a. Camada de Pedra Irregular de Basalto.

5. QUANTITATIVOS

Apresentamos na planilha de orçamento todos os quantitativos discriminados por serviço previstos no projeto.

6. DRENAGEM PLUVIAL

Todavia, toda a parte de drenagem da rua já esteja em funcionamento e atendendo as exigências quanto às chuvas locais, ainda assim, nota-se a necessidade de implantação de novas caixas coletoras. As quais serão de alvenaria de tijolos maciços, tampa em grade simples de ferro, com dimensões e alinhamentos estabelecidas em projeto e deverão atender as prescrições e exigências previstas pela norma.

Tubos de concreto: Os dutos da rede pluvial serão de concreto DN 400 mm, em conformidade com o projeto.

Boca de lobo: Serão executadas em tijolo maciço com fundo de laje de concreto na espessura de 10 cm, com dimensões especificadas no projeto, tendo no seu fechamento no nível da rua uma viga de concreto armado. Será executado reboco interno. No nível superior da viga de concreto será colocada uma grade de ferro com diâmetro de 20 mm, para a entrada da água.

7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações têm como premissa zelar pela segurança, eficiência e qualidade das obras durante sua implantação nas etapas de pavimentação, serviços complementares e sinalização. A metodologia de execução do conjunto de serviços projetados para as áreas de projeto, deverá estar em conformidade com as normas e especificações estabelecidas pelo DNER, materializadas no Manual de controle de qualidade intitulado como "Especificações Gerais para Obras Rodoviárias".

Os serviços de construção serão executados obedecendo:

· Sinalização preventiva e indicativa para execução da obra.

A empresa responsável pela execução da obra deverá, até o término desta, adequar e manter a sinalização de obra nos locais previstos e definidos pela equipe de fiscalização. Qualquer incidente que ocorra ao longo da obra e constatado que vieram a ser ocasionado pelo não cumprimento da sinalização de obra, os anos ocorridos serão de responsabilidade da empresa executora. As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução da obra, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da equipe de fiscalização.

Toda sinalização preventiva e indicativa da obra deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente. As operações e encargos para a sua execução, inclusive fornecimento e instalação, não serão pagos diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

8. PAVIMENTAÇÃO

A locação da obra será executada com instrumentos. A construtora procederá à locação – planimétrica e altimétrica – da obra de acordo com a planta de situação aprovada pela Prefeitura Municipal, solicitando a esta que por sua equipe técnica, faça a marcação do ponto de referência, à partir do qual prosseguirá o serviço sob sua responsabilidade. A ocorrência de erro na locação da obra projetada implicará, para a construtora, a obrigação de proceder por sua conta e nos prazos estipulados – as modificações, demolições e reposições que se tornarem necessárias, a juízo da fiscalização.

A conformação da plataforma deverá obedecer à nota de serviço de regularização do sub-leito, conferindo-lhe condições adequadas de geometria e compactação, conforme a especificação do DNER- ES 299/97. A construtora deverá solicitar a liberação do serviço à fiscalização, para após dar sequência as camadas que compõem o pavimento.

Calçamento: As pedras irregulares de basalto, serão assentadas sobre uma camada de pedrisco compactado de 10cm de espessura.

Como as pedras empregadas são irregulares, a boa qualidade do assentamento depende em muito do cuidado do calceteiro. No entanto, sempre aparecerão juntas mais alargadas, as quais deverão ser preenchidas com pedras menores. Após o assentamento das pedras, deverá ser espalhada sobre elas uma camada de cerca de 3,0 cm de pó de brita, e fazer com que penetre nos vazios entre as pedras. Antes da compressão, as pedras sob essa camada são batidas com soquete manual (maço).

A rolagem deverá ser feita com rolo de 3 rodas de ferro, de 10 - 12 toneladas, iniciando-se nos bordos da pista, e progredindo para o centro nos trechos retos, e do bordo interno para o externo, nos trechos em curva. Depois de terminada a compactação, será executado o acabamento do meio fio, rejuntando-se com argamassa de cimento e areia no traço 1:4.

Meio Fio: Os meios fios utilizados serão de concreto pré-moldado dormido (face lisa), com as seguintes dimensões: 12x15x100cm. Sendo apoiadas com o reaterro e rejuntadas com argamassa traço 1:4.

Obs.: As peças de meio-fio devem estar perfeitas, aterrados no dorso para melhor suporte, e não sendo aceitas peças com defeitos e/ou com ondulações.

9. COMPACTAÇÃO

Logo após a conclusão do serviço de rejunte dos paralelepípedos, o calçamento será devidamente compactado até a completa fixação, isto é até quando não se observar movimentação da base. Qualquer irregularidade ou depressão que venha a surgir durante a compactação, deverá ser prontamente corrigida através da remoção e da recolocação dos paralelepípedos com maior ou menor adição de material de assentamento, em quantidade suficiente à completa correção do defeito verificado.

10. SINALIZAÇÃO VERTICAL

A sinalização vertical deve ser cotada em película semi refletiva, chapa em aço 18, galvanizada a fogo, com antiferrugem, pintada no verso na cor marrom, montada com parafuso em tubo metálico 2", fixada em sapatas de concreto FCK 20 MPA.

11. OBRAS COMPLEMENTARES

Será executada a sinalização viária vertical será composta de placas de sinalização, conforme locações e detalhes de projeto. Terão a finalidade de orientar a velocidade permitida, bem como o informar a preferencial em cada trecho. As placas serão metálicas, em pedestal tubular, metálico, com fundações em concreto, conforme detalhes do projeto.

12. Limpeza Geral e Verificação da Obra:

A obra deverá ser entregue completamente limpa.

Será precedida cuidadosamente verificação por parte da fiscalização, das perfeitas condições de funcionamento e segurança de toda a obra.

13. Termo de Recebimento da Obra:

Dar-se-á a obra como concluída, quando a fiscalização, por intermédio de vistoria técnica, observar que o funcionamento da pavimentação estiver dentro das prescrições constantes do presente memorial e dentro das normas técnicas de execução de serviços desta natureza; além disso, a empreiteira, responsável pelos serviços apresentar o certificado de quitação do INSS.

14. MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

As medições e pagamentos dar-se-ão de acordo com o andamento da obra e seguindo o cronograma físico-financeiro.

NOTA:

1. Caso haja divergências entre o Projeto e Memorial, prevalecerão as prescrições do Memorial.

2. Todos os materiais usados devem ser de primeira qualidade.

Responsável Técnico da Prefeitura Municipal:

Eliza Bulla - Eng^a Civil
CREA/SC 119.586-0

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:

ANEXO - X

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº xx/xxxx, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante

potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;
(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e
(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

, em de de

(representante legal do licitante).

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AO EDITAL

(Nome da Empresa)

.....

, CNPJ nº, sediada em

....., Declara para todos os fins de direito, que tem pleno conhecimento das informações e especificações necessárias a execução do objeto licitado, bem como do local para cumprimento das obrigações, também conhecemos os termos constantes no Edital de PROCESSO LICITATÓRIO N.º 16/2016, TOMADA DE PREÇO N.º 01/2016 do MUNICÍPIO DE MONTE CARLO - SC e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de execução ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

.....

Local e data.

.....

(Assinatura do representante legal)

MODELO DE CÁLCULO PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO

LIQUIDEZ CORRENTE	
LC	ATIVO CIRCULANTE
	PASSIVO CIRCULANTE
LIQUIDEZ GERAL	
LG	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
SOLVÊNCIA GERAL	
SG	ATIVO TOTAL
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Local e data

Empresa Representante

CARIMBO CNPJ

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 026/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Dispensa de Licitação 026/2016. Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT. Data: 25/02/2016 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 027/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Dispensa de Licitação 027/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, conforme anexo. Data: 26/02/2016 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 017/2015

EMENTA: "CONCEDE TRIÊNIO A SERVIDORA MARIDENE DANIEL DE SOUSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador Ademar Bertan, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (um) Triênio à servidora Maridene Daniel de Sousa, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, a partir do mês de dezembro de 2015.

Art. 2º - Tal medida tem por fundamento legal o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o respectivo Plano de Carreira (Lei Complementar nº 01/2005).

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Resolução correrão a conta de recursos do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 01 de dezembro de 2015.

ADEMAR BERTAN

Presidente

Registrada e publicada nesta secretaria ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

RANGEL DE ROCHI

Agente Administrativo

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 15/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA Nº 15/2016 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRENCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA) PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA CRECHE "PEDACINHO DO CÉU" LOCALIZADA NO BAIRRO MACHADOS MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 28/03/2016 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 28/03/2016 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 24 de fevereiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 17/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA COMPOSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (CRECHES, ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E EJA) DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, PARA O ANO LETIVO DE 2016. Data da entrega dos envelopes: 08/03/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 08/03/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 24 de fevereiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

DECRETO 12 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 12 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela da Lei nº 3075 de 24/02/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 21 – Fundação Hospitalar de Navegantes

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa - FHMN

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 102 – Atendimento Hospitalar

2.073 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - FHMN

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

08 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 7.000.000,00

T O T A L R\$ 7.000.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

15 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 7.000.000,00

T O T A L R\$ 7.000.000,00

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 24 de Fevereiro de 2016.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de Fevereiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EDITAL 011/2016 - CONVOCAÇÃO DA 2º CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Avenida João Sacavem, n.º 975 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (047) 3342-3583

Edital nº 011/2016 - Convocação da 2º Chamada do Processo Seletivo 001/2015

A Secretaria Municipal de Educação de Navegantes convoca os aprovados do Processo Seletivo, Edital 001/2015.

Os candidatos convocados para escolha de vagas deverão comparecer no Auditório do Paço Municipal – Prefeitura de Navegantes, situado à rua João Emilio, 100 Bairro: Centro, Navegantes - SC nos dias e horários estipulados no cronograma abaixo.

Os candidatos classificados serão contratados, obedecendo à ordem de classificação por disciplina, nos horários especificados no cronograma abaixo.

As vagas serão oferecidas de acordo com os módulos, sendo que podem existir módulos de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais para professores.

Professores	Data	Horário	Turno
Educação Infantil (Habilitados)	26/02	8:00	Matutino
Anos Iniciais e Mais Educação (Habilitados)	26/02	10:00	Matutino
Anos Finais – Artes (Habilitados) e (não Habilitados)	26/02	13:30	Vespertino
Anos Finais – Inglês (Habilitados) e (não Habilitados)			
Anos Finais – Matemática (Habilitados) e (não Habilitados)	26/02	15:30	Vespertino
Anos Finais – Ensino Religioso (Habilitados) e (não Habilitados)			
Anos Finais – Geografia (Habilitados) e (não Habilitados)			
Educação Física – Ensino Fundamental e Educação Infantil (Habilitados) e (não Habilitados)			

Nerozilda Pinheiro Ferreira
Secretaria Municipal de Educação

EDITAL 012/2016 - CONVOCAÇÃO DA 10º CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2013 E 001/2014

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 012/2016

EDITAL DE 10ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR(A) DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria Municipal de Educação, torna pública a nona chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público nº 001/2013 e 001/2014 para o provimento das funções de Professor(a) de Educação Infantil, Professor(a) de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor(a) dos Anos Finais do Ensino Fundamental nas Disciplinas de Geografia e Matemática.

Da Chamada

0.1. Serão chamados para o provimento no dia 27 de fevereiro de 2016 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº 001/2013, conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	05	20	VESPERTINO
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	04	20	MAT/VESP
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	01	20	MATUTINO

0.2. Serão chamados para o provimento no dia 27 de fevereiro de 2016 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº 001/2014, conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	01	20	VESPERTINO
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	01	20	MAT/VESP

0.3. A chamada acontecerá no mês de no dia 27 de fevereiro de 2016 no Auditório do Paço Municipal – Prefeitura Municipal de Navegantes, situado à rua João Emílio, 100 Bairro: Centro, Navegantes - SC nos dias e horários estipulados no cronograma abaixo.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	27/02	08:00	Prefeitura de Navegantes
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS			
PROFESSOR ANOS FINAIS - GEOGRAFIA, MATEMÁTICA	27/02	10:00 H	Prefeitura de Navegantes

2 . Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 5., os seguintes documentos:

- a. 1 foto 3x4;
- b. 2 cópias do RG – Carteira de Identidade – NÃO PODE SER HABILITAÇÃO;
- c. 2 Cópias do CPF;
- d. Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPublica.asp)) ;
- e. 2 Cópias do Comprovante de Residência – EM NOME DO CANDIDATO OU DO CONJUGE ANEXADO A CERTIDÃO DE CASAMENTO OU DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA AUTENTICADO EM CARTÓRIO;
- f. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- g. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos);
- h. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- i. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente
- j. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; Dra Denise Moreira da Silva, e Dr. Rafael Moreira da Silva, na JUNTA MEDICA OFICIAL DO MUNICIPIO, sito á Rua Conselheiro João Gaya, nº 996 (agendado pelo RH).
- k. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição (ANEXA);
- l. Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório: DIPLOMA, HISTORICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a Especialidade exigida CONFORME EDITAL DO CONCURSO OU SELETIVO.
- m. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios
- n. Certidão de Nascimento dos dependentes;
- o. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;
- p. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;
- q. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete)anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;
- r. 1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição ;
- s. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;
- t. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir);
- u. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP;
- v. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público
- w. Declaração de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição (ANEXA);
- x. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais:
 - a) da Justiça Federal(www.trf4.jus.br) certidão civil, criminal, eleitoral e eleitoral 1º grau;
 - b) da Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade ou pelo site www.tjsc.jus.br)
 - c) da Justiça Eleitoral(www.tse.gov.br) certidão de quitação e crimes eleitorais.

OBS: Os itens i, m, v, w estão disponíveis para retirar junto ao balcão do Departamento de Recursos Humanos para assinatura e apresentação com toda a documentação.

3. Dos candidatos a serem chamados

3.1. Cargo: Professor de Educação Infantil – 001/2013 (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
70º	Eliane Marisa Moneretto
71º	Suéli Drews
72º	Fernanda Aparecida Doleni
73º	Vanessa dos Santos
74º	Erika Michele Granja Barreto

3.2. Cargo: Professor de Ensino Fundamental – 001/2013 (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
79º	Christiane da Silva de Souza
80º	Janete Aparecida Gomes
83º	Gardenia de Fátima Alves Rosa
84º	Jean Carlos Ribeiro

3.2 Cargo: Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental Disciplina –MATEMÁTICA – 001/2013 (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
14º	Carlos Alberto Dias Camargo

3.5 Cargo: Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental Disciplina – GEOGRAFIA – 001/2014 (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
02º	Alessandra Brandl Muniz do Amaral
03º	Régia Seára Salvini

3. Da entrega de documentos:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	29/02 e 01/03	08:30 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS			
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - MATEMÁTICA E GEOGRAFIA			

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

4. Das Disposições Finais

5.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes .

5.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 14 de fevereiro de 2016.

Nerozilda Pinheiro Ferreira

Secretaria Municipal da Educação

EDITAL 013/2016 - CONVOCAÇÃO DA 2ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2015

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 013/2016

EDITAL DE 2ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR(A) DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria Municipal de Educação, torna pública a primeira chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público nº 001/2015 para o provimento das funções de Professor(a) dos Anos Finais do Ensino Fundamental nas Disciplinas de Artes, Educação Física.

1. Da Chamada

0.1. Serão chamados para o provimento no dia 27 de fevereiro de 2016 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº 001/2015, conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01	10	MAT/VESP
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	02	20	MAT/VESP
PROFESSOR DE ARTES	01	10	MATUTINO

0.2. A chamada acontecerá no mês de no dia 27 de fevereiro de 2016 Auditório do Paço Municipal – Prefeitura de Navegantes, situado à rua João Emilio, 100 Bairro: Centro, Navegantes - SC nos dias e horários estipulados no cronograma abaixo.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA E ARTES	27/02	10:00 H	Prefeitura de Navegantes

2 . Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 4., os seguintes documentos:

a. 1 foto 3x4;

b. 2 cópias do RG – Carteira de Identidade – NÃO PODE SER HABILITAÇÃO;

c. 2 Cópias do CPF;

d. Situação Cadastral do CPF (consultar no site www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp) ;

e. 2 Cópias do Comprovante de Residência – EM NOME DO CANDIDATO OU DO CONJUGE ANEXADO A CERTIDÃO DE CASAMENTO OU DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA AUTENTICADO EM CARTÓRIO;

f. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

g. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos);

h. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;

- i. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente
- j. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; Dra Denise Moreira da Silva, e Dr. Rafael Moreira da Silva, na JUNTA MEDICA OFICIAL DO MUNICIPIO, sito á Rua Conselheiro João Gaya, nº 996 (agendado pelo RH).
- k. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição(ANEXA);
- l. Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório: DIPLOMA, HISTORICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a Especialidade exigida CONFORME EDITAL DO CONCURSO OU SELETIVO.
- m. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios
- n. Certidão de Nascimento dos dependentes;
- o. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;
- p. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;
- q. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete)anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;
- r. 1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição ;
- s. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;
- t. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir);
- u. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP;
- v. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público
- w. Declaração de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição (ANEXA);
- x. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais:
 - a) da Justiça Federal(www.trf4.jus.br) certidão civil, criminal, eleitoral e eleitoral 1º grau;
 - b) da Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade ou pelo site www.tjsc.jus.br)
 - c) da Justiça Eleitoral(www.tse.gov.br) certidão de quitação e crimes eleitorais.

OBS: Os itens i, m ,v, w estão disponíveis para retirar junto ao balcão do Departamento de Recursos Humanos para assinatura e apresentação com toda a documentação.

3. Dos candidatos a serem chamados

3.1. Cargo: Professor de Educação Física – 001/2015 (20 horas semanais e 10 horas semanais)

Classif.	Candidato
09º	Leoncio Luiz de Souza Filho
10º	Luciana Ferreira Costa
11º	João Luiz Aben Athar de Alencar Junior

2.1. Cargo: Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental Disciplina – ARTES – 001/2015 (10 horas semanais)

Classif.	Candidato
02º	Juliana Fernandes Jacinto

3. Da entrega de documentos:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA, ARTES E HISTÓRIA	29/02 e 01/03	08:30 H	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

4. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes .

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 24 de fevereiro de 2016.

Nerozilda Pinheiro Ferreira

Secretaria Municipal da Educação

LEI Nº 3075 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

LEI Nº 3075 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

"Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 21 – Fundação Hospitalar de Navegantes

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa - FHMN

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 102 – Atendimento Hospitalar

2.073 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - FHMN

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

08 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 7.000.000,00

T O T A L R\$ 7.000.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

15 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 7.000.000,00

T O T A L R\$ 7.000.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 24 de Fevereiro de 2016.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 24 de Fevereiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL

LICITAÇÃO 001-2016 - PREGÃO PRESENCIAL 001-2016 - AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.001/2016.

Processo licitatório N.001/2016

OBJETO: Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada em Sonorização, na qual disponibilize de um Técnico capacitado, de segunda a sexta-feira e esporadicamente em dias de feriados ou finais de semana, com as qualificações exigidas no edital, para atender as demandas provenientes das sessões legislativas e demais eventos da Câmara, assim como também atender terceiros quando a Câmara sede suas dependências ao longo do ano de 2016, Licitação tipo Pregão Presencial na modalidade de Menor Preço e Técnica, conforme Termo de Referência (Anexo I), deste Edital,

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO E TÉCNICA

REGIMENTO: Regido pela Lei 10.520/2002, decreto federal N. 3.555 de 8 de agosto de 2000, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei federal N. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores e, demais decretos e normas regulamentadoras aplicáveis à espécie.

ABERTURA DA SESSÃO: Às 10h do dia 11 de março de 2016, no Plenário da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC, sito a Rua Ezequiel Antero Rocha, N. 315, Centro, cidade de Navegantes-SC.

VALOR ESIMADO TOTAL: Até o valor de 45.200,00(quarenta e cinco mil e duzentos)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente, no endereço acima citado, no endereço eletrônico licitacao@cvnavegantes.sc.gov ou ainda por telefone: 47-3342-1818, com o pregoeiro JOSÉ JOÃO DE SOUZA, no horário das 13:00 as 17:30, de segunda a sexta.

LEITURA E/OU RETIRADA DO EDITAL: Pessoalmente, no endereço acima citado, no endereço eletrônico licitacao@cvnavegantes.sc.gov ou ainda por telefone: 47-3342-1818, com o pregoeiro JOSÉ JOÃO DE SOUZA, no horário das 13:00 as 17:30, de segunda a sexta

Navegantes-SC, 22 de fevereiro de 2016.

ALICIO JACOB RICOBOM FILHO

Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC

LICITAÇÃO 001-2016 - PREGÃO PRESENCIAL 001-2016 - EDITAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2016

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC

CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES-SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº001/2016

PREGÃO PRESENCIAL N.001/2016

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO E TÉCNICA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL na Modalidade MENOR PREÇO E TÉCNICA para contratação de empresa especializada em Sonorização, na qual disponibilize de um Técnico capacitado, de segunda a sexta-feira e esporadicamente em dias de feriados ou finais de semana, com as qualificações e especificação exigidas no edital.

O presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC, o Sr. Alício Jacob Ricobom Filho, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que as 10 horas, do dia 11 de março de 2016, na sala do Plenário da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC, se reunirão o Pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria N. 001/2016, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SONORIZAÇÃO, na qual disponibilize de um Técnico capacitado, de segunda a sexta-feira e esporadicamente em dias de feriados ou finais de semana, processando-se a essa licitação nos termos da Lei Federal 10.520/2002, do Decreto federal N. 3.555/2000 e LC N.147/2014 com aplicação subsidiária da lei federal N. 8.666/93, sendo a Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO E TÉCNICA.

Objeto: Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada em Sonorização, na qual disponibilize de um Técnico capacitado, de segunda a sexta-feira e esporadicamente em dias de feriados ou finais de semana, com as qualificações exigidas no edital, para atender as demandas provenientes das sessões legislativas e demais eventos da Câmara, assim como também atender terceiros quando a Câmara sede suas dependências ao longo do ano de 2016, Licitação tipo Pregão Presencial na modalidade de Menor Preço e Técnica, conforme Termo de Referência (Anexo I), deste Edital.

NORMAS

1 – PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Navegantes, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria nº001/2016, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial sob o nº001/2016, do tipo MENOR PREÇO E TÉCNICA, com Registro de Preços, objetivando a contratação de empresa especializada em operação, manutenção, montagem e desmontagem de som, conforme especificado no Anexo I deste Edital. As propostas de preços e a documentação relativas a esta Licitação serão recebidas simultaneamente na sessão pública que realizar-se-á às 10:00 h (dez horas) do dia 11 de março de 2016, Plenário da Câmara Municipal de Navegantes, localizada na Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro – Navegantes/SC.

A presente Licitação, a qual fora autorizada por meio do Processo Administrativo nº001/2016, será regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto nº 3.555/2000, e LC N.147/2014 com aplicação subsidiária da lei federal N. 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas constantes deste Edital e legislação aplicável à espécie.

2- OBJETO

Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada em Sonorização, na qual disponibilize de um Técnico capacitado, de segunda a sexta-feira e esporadicamente em dias de feriados ou finais de semana, com as qualificações exigidas no edital, para atender as demandas provenientes das sessões legislativas e demais eventos da Câmara, assim como também atender terceiros quando a Câmara sede suas dependências ao longo do ano de 2016, Licitação tipo Pregão Presencial na modalidade de Menor Preço e Técnica, conforme Termo de Referência (Anexo I), deste Edital.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente Licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta Licitação, que atendam às condições de habilitação previstas neste Edital.

3.2 - É vedada a participação de empresas que, pelos documentos de sua constituição, não provarem que se destinam às atividades previstas no objeto do Edital ou que a elas se dediquem secundária e/ou esporadicamente.

3.3 - Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação, qualquer que seja a sua forma de constituição, além de empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública – enquanto perdurarem os motivos da

punição -, ou punidas com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e Municipal.

3.4- Não poderão participar empresas que tenham em seu quadro funcionário, membro ou dirigente de qualquer órgão da Administração Municipal;

3.5- Não poderão participar, direta ou indiretamente, da Licitação ou da execução da obra ou serviço as pessoas designadas no art. 9º da Lei 8.666/93;

3.6- Não poderão participar empresas constituídas em consórcios e que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, sob nenhuma forma;

3.7- A participação neste Certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório.

4 - ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 - Dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"

4.1.1 - Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste Certame, conforme endereço, dia e horário especificados anteriormente.

4.1.2 - Os envelopes deverão, ainda, indicar em sua parte externa e frontal, em caracteres destacados, os números do Pregão e do processo, a razão social da licitante e se trata de proposta ou documentos, conforme a seguir ilustrado:

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E CNPJ)

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E CNPJ)

4.2 - A Câmara Municipal de Navegantes não se responsabilizará por envelopes que não sejam entregues ao Pregoeiro designado no local, data e horário definidos neste Edital.

5 – CREDENCIAMENTO

5.1 - Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, o licitante deverá se apresentar ao Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste Certame (cópia do contrato social ou procuração pública com poderes especiais para tanto) e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

5.2 - O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de Procuração, com firma reconhecida, que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances verbais de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao Certame, em nome do licitante.

5.3 - No caso de credenciamento por instrumento particular de Procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa licitante, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social e extrato consolidado da última alteração estatutária ou contratual, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.4 - O documento de credenciamento deverá obedecer ao modelo do ANEXO II.

5.5 - Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

5.6 - O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro, permanecerá excluído da etapa de lances verbais, mantendo-se, relativamente à aludida licitante, o preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

5.7 - Juntamente com o credenciamento, o licitante deverá apresentar a declaração de que cumpre plenamente a todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, conforme modelo do ANEXO V, e os certificados e/ou declarações, quando exigidos.

6 - PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1 - As propostas comerciais deverão ser datilografadas ou impressas em papel timbrado da licitante, em linguagem oficial, apresentada em (01) uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, estando a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, contendo:

6.1.1 - razão social, número do CNPJ, Inscrição Estadual e/ou Municipal, telefone e fax da empresa licitante e respectivo endereço com CEP;

6.1.2 - nome, endereço, telefone e ocupação do(s) representante(s) legal(is) da empresa;

6.1.3 - especificação clara, completa e detalhada dos serviços a serem prestados, conforme as informações e as demais condições e exigências constantes do Anexo I deste Edital;

6.1.4 - prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da sessão;

6.1.5 - prazo de entrega – conforme estabelecido no ANEXO I deste Edital;

6.1.6 - valor total, expressos em moeda corrente nacional, em reais, por extenso, conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

6.1.6.1 – se o valor total acima referido e constante da Proposta não for inteiro, serão consideradas somente duas casas decimais, desprezando-se as demais;

6.1.6.2 - o Pregoeiro somente considerará desclassificada a proposta por apresentação de valor inexequível, se o licitante que a formulou

não demonstrar, através de documentação apropriada, após regularmente intimada, no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, a plena exequibilidade do valor ofertado, nos termos do art. 48, II, da Lei Federal nº 8.666/93;

6.1.7 – os preços unitários e globais constantes da Proposta, fixos e irrevogáveis, deverão incluir impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas decorrentes do fornecimento do serviço, os quais venham a incidir sobre o objeto desta licitação, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos;

6.1.7.1 – a cotação apresentada, levada em consideração para efeito de julgamento, será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, neste caso, o direito de pleitear qualquer alteração;

6.1.7.2 – somente serão aceitos preços cotados em moeda nacional, em algarismos e também por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência;

6.1.8 – dados bancários: nome do Banco, nº da Agência e nº da Conta Corrente da pessoa jurídica para posterior pagamento, de preferência;

6.1.9- declaração de que todos os tributos, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, taxas, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação de serviços objeto da presente Licitação ficarão a cargo única e exclusivamente da Contratada;

6.2 - Não serão aceitas propostas que contenham ofertas e vantagens não previstas neste ato convocatório ou que estejam em desacordo com as especificações nele exigidas, ou ainda aquelas que ofereçam preços ou vantagens baseadas em ofertas de outros licitantes.

6.3 - As propostas não poderão impor condições ou conter opções.

7 – ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

7.1 – Não se considerará qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital;

7.2 – Não se admitirá proposta que apresentar valor unitário simbólico, irrisório, ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Pregão não tenha estabelecido preços mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

7.3 – Ao Pregoeiro, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da conformidade com as condições aqui estabelecidas, com a consequente prolação de decisão concernente às dúvidas ou omissões deste Edital;

7.4– O Pregoeiro poderá solicitar Pareceres de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Navegantes ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, desde que detentoras de reconhecido conhecimento na área relativa ao objeto da licitação, para orientar sua decisão.

8 – HABILITAÇÃO /DOCUMENTAÇÃO

O envelope “Documentação” deverá conter os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas, em uma via, sem emenda, rasuras ou entrelinhas:

8.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

O envelope contendo a documentação relativa a habilitação jurídica do licitante deverá ser indevassável, lacrado e rubricado no fecho e deverá conter:

8.1.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhadas dos documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.5 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, instituídos por meio da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

8.2 - REGULARIDADE FISCAL

8.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas -CNPJ.

8.2.2 - Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta Licitação.

8.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

8.2.4 - Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.5 - Prova de Regularidade Fiscal (Certificado de Regularidade do FGTS) emitida pela Caixa Econômica Federal, relativamente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

8.2.6 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros), comprovando a inexistência de débitos perante a Previdência Social.

8.2.7 - É facultada aos licitantes a apresentação dos documentos originais para autenticação das cópias pela Equipe de Apoio ao Pregão.

8.2.8 - Serão analisados somente os documentos exigidos para estecertame, sendo desconsiderados todos os outros documentos, mesmo que estejam com validade expirada.

8.2.9- Na eventual hipótese da licitante se tratar de microempresas ou empresas de pequeno porte, a documentação pertinente à Regularidade Fiscal somente será exigida nos moldes estabelecidos pela Lei Complementar 123/2006, devidamente comprovada essa condição por documento(s).

8.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.3.1 - Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de emissão de, no máximo, 60 (sessenta) dias anteriores à data da abertura do Envelope 02 DOCUMENTAÇÃO;

8.3.2 - Deverão ser apresentadas, para fins de habilitação, as declarações abaixo especificadas, cujos modelos encontram-se em anexo:

8.3.3 - Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal, conforme ANEXO III.

8.4 - CAPACIDADE TÉCNICA

8.4.1- Declaração de Responsabilidade Técnica, conforme modelo constante do Anexo VI, contendo o(s) nomes(s) e assinatura(s) do(s) profissional(is) responsável(éis) pela execução do serviço objeto desta licitação, dentre os indicados neste instrumento convocatório.

8.4.1.1 - Os profissionais indicados pelo licitante para fins da comprovação prevista deverão participar do serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.4.2- Relação contendo a indicação do técnico em sonorização, acompanhados de certificados de curso de áudio, curso de treinamento em consoles digitais e curso de técnicas de sonorização

8.4.2.1- Os licitantes deverão apresentar apenas atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para comprovação do exigido.

8.4.2.2- As certidões deverão conter as seguintes informações básicas:

a) Nome do técnico;

b) Identificação do ministrante do curso;

c) Local onde foi ministrado o curso;

d) Período de duração do curso.

8.4.3 – Declaração do licitante afirmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo IV deste Edital.

8.4.4- Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados, em uma única via, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro de Apoio do Pregão, ou publicação em órgão da imprensa oficial, vedada sua apresentação através de cópia produzida via fax ou de modo a tornar-se ilegível. Os documentos emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites.

8.4.5- Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para o recebimento dos envelopes.

8.4.6- Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Pregão.

8.4.6.1 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão estar em nome da licitante, com nº do CNPJ e, preferencialmente com o endereço respectivo. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da mesma. Se for a filial, do mesmo modo, exceto com relação àqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.4.6.2 – Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados tanto em nome e com o CNPJ da matriz, como da filial da licitante.

9 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta da Dotação Orçamentária próprias a seguir especificada:

Despesas: 2- 01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00-Aplicações diretas.

Complemento de Elemento - 3.3.90.39.79.00.00.00-Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional

10 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

10.1- Observado o prazo legal, o licitante poderá formular consultas Pessoalmente, no endereço acima citado, no endereço eletrônico licitacao@cvnavegantes.sc.gov ou ainda por telefone: 47-3342-1818, com o pregoeiro JOSÉ JOÃO DE SOUZA, no horário das 13:00 as 17:30, de segunda a sexta, bastando apenas informar o número do Pregão.

11 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

11.1 - O Certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao Certame;
- Abrir as propostas de preços;
- Analisar a aceitabilidade das propostas;
- Desclassificar propostas, indicando os motivos;
- Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- Declarar o vencedor e adjudicar o correspondente objeto;
- Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- Conduzir a elaboração da ata da sessão;
- Encaminhar o processo à autoridade superior, para homologar e autorizar a contratação;
- Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;

- Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando à aplicação de penalidades previstas na legislação, se for o caso.

12 - SESSÃO DO PREGÃO

12.1 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes (a não ser na condição de ouvinte), dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados, que também tiverem apresentado a Declaração de Habilitação, em consonância com as disposições constantes das leis 10.520/2002 e 8.666/93 (aplicada subsidiariamente, se for o caso) e do decreto 3.555/2000.

12.2 - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

12.2.1 - Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, o Pregoeiro verificará a conformidade destas com os requisitos formais e materiais do Edital e o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo com o objeto e as exigências elencadas.

12.2.2 - Dentre as propostas aceitas, o Pregoeiro classificará em primeiro lugar a proposta de menor preço e as demais que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

12.2.3 - Se não houver, no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas apresentadas. Esclarecendo-se que se houver empate no terceiro valor, serão selecionadas todas as licitantes que tenham ofertado o mesmo preço.

12.3 - LANCES VERBAIS

12.3.1 - Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada como a de maior preço.

12.3.2 - Se duas ou mais propostas escritas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.

12.3.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante do prosseguimento na etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de posterior ordenação das propostas.

12.3.4 - Após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

12.4 – JULGAMENTO

12.4.1 - O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO E TÉCNICA ofertado.

12.4.2 – Em caso de empate das propostas, será assegurado como critério de desempate a preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme art. 5º do Decreto nº 8.538/2015.

12.4.3 - Na hipótese de apresentação de propostas contendo preços inexequíveis, irrisórios ou iguais a zero, o licitante deverá demonstrar através de documentação apropriada, a plena exequibilidade do valor ofertado, nos termos do art. 48, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.4.4 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

12.4.4.1 - Acaso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

12.4.5 - Classificada a melhor oferta, na forma estipulada no item 12.4.1, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

12.4.6 - Constatado o atendimento pleno às exigências deste Edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

12.4.7 - Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, pela ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do proponente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

12.4.8 – Apurada a menor proposta que atenda ao Edital, o Pregoeiro deverá negociar com o licitante para que seja obtido um preço melhor.

12.4.9 – Concluída a fase de lances e definido o licitante vencedor, o Pregoeiro poderá caso julgue necessário, solicitar teste para constatar aptidão profissional do Técnico em Sonorização.

12.4.9.1 – Caso seja verificada a necessidade de solicitação de deteste, o procedimento será interrompido para que, nos próximos 03 (três) dias úteis, possa ser feito o teste.

12.4.9.2 - Após a emissão de parecer definitivo sobre a amostra apresentada, o Pregoeiro convocará todos os licitantes que participaram da fase de oferta de lances para, em nova reunião, comunicar a respeito da aceitabilidade do produto e, por consequente, da proposta, e também analisar a documentação da empresa ofertante do menor preço, cuja amostra tenha sido aprovada.

12.5 - Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.

12.6 – Se não houver manifestação de licitantes, devidamente registrada em ata durante o transcurso da sessão do Pregão, relativamente a intenção de interpor recursos, decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá aos licitantes que tiverem suas propostas desclassificadas em todos os itens, os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da Licitação.

13 – RECURSOS

13.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.1.1. O Pregoeiro poderá, no ato de interposição do recurso, exercer juízo de admissibilidade, recebendo ou não o apelo, motivadamente.

13.2 - O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de interpor recursos.

13.4 - Os recursos serão dirigidos a Autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do dia útil imediatamente subsequente ao de apresentação de contrarrazões, ou nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela Autoridade. Nesse caso, a decisão será proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6 - O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no Quadro de Avisos da Câmara Municipal de Navegantes e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

13.7 – Os recursos e as impugnações interpostos intempestivamente não serão conhecidos.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Inexistindo interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto da Licitação ao licitante vencedor, e encaminhará o processo respectivo para homologação do resultado pela Autoridade Competente.

14.2 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente procederá à adjudicação e homologação e determinará a contratação.

15 – DO CONTRATO

15.1 - Encerrado o Procedimento Licitatório, o representante legal da empresa que ofertou a proposta vencedora será convocado para celebrar o Contrato.

15.1.1 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do Contrato, ou se recuse a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

15.2 - O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o Contrato, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação para tal, através de fax ou correio eletrônico, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo do previsto no art. 81 da Lei 8.666/93, no art. 7º da Lei 10.520/2002 e neste Edital.

15.3 – A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-á pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do Direito Público, lhe aplicando-se, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 c/c art. 55, XII da lei 8.666/93.

15.4 – O prazo de vigência do contrato é de doze meses, podendo ser prorrogado, respeitando o inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, com validade e eficácia legal após a publicação em Diário Oficial.

16 – PAGAMENTO

16.1 - O contratado deverá apresentar Nota Fiscal para fins de liquidação e pagamento da despesa pela Câmara Municipal de Navegantes, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, desde que mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação. O pagamento será efetuado mensalmente no prazo de até 30 (trinta) dias da execução do objeto, devidamente atestada pela Divisão responsável.

17 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 - A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal de Navegantes, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do Contrato, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções pela CONTRATANTE:

17.1.1 - advertência, que será aplicada sempre por escrito;

17.1.2 - multa moratória e/ou indenizatória;

17.1.3 - rescisão unilateral do Contrato, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização à Câmara Municipal de Navegantes;

17.1.4 - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Navegantes e os demais Órgãos que compõem a Administração Municipal, por até 02 (dois) anos, garantidos o direito prévio de citação e a ampla defesa.

17.1.5 - indenização à Câmara Municipal de Navegantes da diferença de custo para contratação de outro licitante;

17.1.6 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA no prazo não superior a 05 (cinco) anos.

17.2 - A multa moratória será aplicada à razão de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total dos serviços, por dia de atraso, das datas definidas no contrato.

17.3 - A multa indenizatória poderá ser aplicada após regular processo administrativo, garantida a prévia e ampla defesa, no caso de descumprimento de qualquer CLÁUSULA ou condição do contrato ou deste Edital, e, em especial, nos seguintes casos:

17.3.1- recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, ensejando a imputação de multa no percentual de 10% (dez por cento) do valor total do objeto;

17.3.2 - recusa em prestar o serviço, multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato;

17.3.3 - prestação de serviços em desacordo com as especificações, alterações de qualidade, quantidade e rendimento, multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto.

17.3.4 - O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

17.4 - As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

17.5 - As multas previstas nos subitens antecedentes serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da comunicação oficial da penalidade.

17.6 - Comprovado o impedimento ou reconhecido o motivo de força maior, devidamente justificado e acatado pela Câmara Municipal de Navegantes, capaz de eximir a responsabilidade do licitante pela prática da quaisquer dos atos arrolados, permanecerá o licitante vencedor isento da imputação das mencionadas penalidades.

17.7 - RESCISÃO

17.7.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 e seguintes da lei 8.666/93.

17.7.1.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.7.1.2 - A rescisão do contrato pode ser determinada por ato unilateral da Câmara Municipal de Navegantes, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, notificando-se o licitante vencedor com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Câmara Municipal de Navegantes; ou ainda por meio de ação judicial, nos termos da legislação vigente aplicável à espécie.

17.7.2 - A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente.

17.8 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES

17.8.1 - A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

17.8.1.1 - retardarem a execução do objeto deste Pregão;

17.8.1.2 - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;

17.8.1.3 - fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal;

17.8.1.4 - fraudarem ou falharem na execução do contrato;

17.8.1.5 - não celebrarem o contrato, salvo por motivo superveniente, desde que acatado pela Administração;

17.8.1.6 - apresentarem documentação falsa;

17.8.1.7 - não mantiverem a proposta, injustificadamente.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

18.2 - Será concedida vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais, como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

18.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar aos órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as suas decisões.

18.4 - É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após a abertura da sessão do Pregão.

18.5 As decisões do Pregoeiro serão comunicadas diretamente aos interessados, durante a sessão, lavradas em ata, ou ainda, a critério da mesma, por intermédio de Ofício, com comprovação do seu recebimento.

18.6 - A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do Edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação deverá ser apresentada pelas empresas pessoalmente, no endereço acima citado, no endereço eletrônico licitacao@cvnavegantes.sc.gov.br ou ainda por telefone: 47-3342-1818, com o pregoeiro JOSÉ JOÃO DE SOUZA, no horário das 13:00 as 17:30, de segunda a sexta, até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento Convocatório, cabendo aos licitantes receber a respectiva resposta em mãos, na sede da Câmara Municipal de Navegantes, visando a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

18.7- O objeto da presente Licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

18.8. - O contrato celebrado em decorrência da presente licitação poderá ser prorrogado, à critério da Administração, tendo em vista as disposições constantes do inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93.

18.9 - É vedado à Contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste Pregão.

18.10 - A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.11 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da Licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.12 – As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as empresas interessadas, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

18.13 – A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

18.14 – As decisões referentes a este Pregão poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o respectivo recebimento ou, ainda, mediante publicação na Imprensa oficial.

18.15 – Os casos omissos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

18.16 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, no horário de 13:00 às 19:00 h, de segunda a sexta-feira ou pelo telefax (47) 3342-1818.

19 – DOS ANEXOS

19.1 – São parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência (Especificação do Objeto);

ANEXO II – Minuta da Procuração de Credenciamento;

ANEXO III – Minuta da Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo para a Habilitação;

ANEXO IV – Minuta de Declaração de Inexistência de Empregado Menor no Quadro da Empresa;

ANEXO V – Minuta de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

ANEXO VI – Minuta de Declaração de Responsabilidade Técnica;

ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO VIII – Minuta do Contrato.

Navegantes, 23 de fevereiro de 2016.

José João de Souza

Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Presencial nº 001/2016

Processo nº 001/2016

JUSTIFICATIVA:

Que a empresa preste serviço com a disponibilização de um Técnico de Som para sessões Ordinárias e Extraordinárias, para eventos próprios na sede Câmara ou fora dela ou de terceiros na sede, que a empresa prestadora de serviço deverá apresentar a qualificação técnica do Técnico de Som através de certificados do mesmo, para comprovar sua habilidade profissional, para tanto é exigido a comprovação mínima através de certificados, dos quais comprove que o Técnico de Som possui treinamento para (CONSOLES DIGITAIS; TÉCNICA EM SONORIZAÇÃO E CURSO DE ÁUDIO). Justifica-se a contratação de empresa especializada em Serviço de Som com a disponibilidade de um Técnico de Som, vez que a sessão legislativa é a atribuição principal da Câmara de vereadores; que sem o equipamento de som não há como haver a sessão legislativa, principalmente quando há público no plenário; que sem o equipamento de som não há como transmitir ou ainda gravar as sessões; que para operar o equipamento de som é necessário o serviço de técnico de som; que a Lei que estabelece a organização administrativa, dos servidores públicos da câmara de vereadores do município de Navegantes, não prevê o cargo de técnico de som, seja ele em provimento comissionado ou efetivo; que o ano legislativo iniciou em 01 de fevereiro de 2016 e vai até dezembro de 2016.

FUNDAMENTAÇÃO:

A presente Licitação, a qual fora autorizada por meio do Processo Administrativo nº001/2016, será regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto nº 3.555/2000, e LC N.147/2014 com aplicação subsidiária da lei federal N. 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas constantes

deste Edital e legislação aplicável à espécie.

LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Câmara Municipal de Navegantes/SC e demais outros locais a serem definidos.

EXIGÊNCIA FUNDAMENTAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa que vier participar do certame licitatório para atender ao objeto deste projeto básico deverá ter funcionário com certificados de curso de áudio, curso de treinamento em consoles digitais e curso de técnicas de sonorização

Os profissionais indicados pelo Contratado para fins da comprovação prevista deverão participar do serviço objeto desta Licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

A empresa vencedora do Pregão indicará a equipe técnica disponível para realizar o serviço objeto dessa licitação e caso necessário, a critério do Pregoeiro, seus profissionais realizarão uma prova técnica para comprovar seu conhecimento no manuseio no equipamento disponível na Câmara Municipal de Navegantes (Ex: mesa de som digital, amplificador, microfones, caixas de som, etc).

OBJETO:

Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada em Sonorização, na qual disponibilize de um Técnico capacitado, de segunda a sexta-feira e esporadicamente em dias de feriados ou finais de semana, com as qualificações exigidas no edital, para atender as demandas provenientes das sessões legislativas e demais eventos da Câmara, assim como também atender terceiros quando a Câmara sede suas dependências ao longo do ano de 2016, conforme especificações abaixo:

1. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ

1.1 - Disponibilizar um Técnico capacitado, de segunda a sexta-feira e esporadicamente em dias de feriados ou finais de semana, com as qualificações exigidas no edital, para atender as demandas provenientes das sessões legislativas e demais eventos da Câmara, assim como também atender terceiros quando a Câmara sede suas dependências ao longo do ano de 2016, bem como das despesas com transporte, hospedagem e alimentação da equipe e demais despesas correlacionadas em eventos em outros locais;

1.2 – Comprometer-se a iniciar os serviços na data acordada, constantes da Ordem de serviço, emitida pelo CONTRATANTE;

1.3 Os equipamentos de sonorização são de propriedade da Câmara Municipal de Navegantes e deverão ser montados e testados com, no mínimo, 2 horas de antecedência da realização do evento.

1.4 - A empresa prestadora do serviço deverá ser responsável pela guarda e cobertura dos equipamentos contra intempéries;

1.5 - Executar todos os serviços e instalações de acordo com as especificações e demais elementos técnicos, obedecendo rigorosamente as Normas Técnicas da ABNT, das Concessionárias de Serviços Públicos e Normas de Segurança;

1.6 – Todo o local de montagem deverá ser sinalizado de acordo com as normas de segurança;

1.7 – Durante todo o período do CONTRATO (montagem / evento / desmontagem) o Responsável Técnico, deverá estar presente no local, bem como deverá portar o telefone móvel, com DDD de Navegantes, e estar com o mesmo sempre acessível, a fim de sempre atender as solicitações;

1.8 – Estão a encargos do responsável Técnico:

1.9.1 – Montagem e teste do equipamento necessário para o evento;

1.9.2 – Desligar e desmontar, se necessário, o equipamento necessário para o evento;

1.9.3 – Efetuar a manutenção, reparos de menor complexidade e conservação do equipamento disponibilizado;

1.9.4 – Informar ao responsável pelo contrato na Câmara Municipal de Navegantes qualquer troca ou reparo que deva ser feito no equipamento para o mesmo tomar as providências necessárias;

2. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução dos serviços a serem contratados deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos a ser indicado pelo Presidente do Legislativo.

A Câmara Municipal de Navegantes reserva o direito de realizar vistorias no local onde os produtos serão manipulados, sem aviso a empresa contratada.

A fiscalização no local do evento deverá ser efetuada através de vistorias que ocorrerão, a qualquer tempo antes do evento.

A Câmara Municipal de Navegantes se reserva o direito de, a seu critério, acompanhar, fiscalizar e auditar a execução dos serviços prestados, nos aspectos técnico, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, através de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim.

3. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1 A empresa ganhadora será responsável por todo serviço objeto desta licitação, para atender as demandas dos eventos da Câmara Municipal de Navegantes até o final do contrato.

3.2 Constituem responsabilidades da CONTRATADA:

a) ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como:

- salários;

- encargos previdenciários;
 - seguros de acidente;
 - taxas, impostos e contribuições;
 - indenizações;
 - vales-refeição;
 - vales-transporte; e
 - outras que por ventura venham a ser criadas e exigidas em Lei;
- b) Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações trabalhistas, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- c) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do CONTRATANTE;
- d) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;
- e) Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício;
- f) Manter, ainda, os seus empregados devidamente identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE ou ao interesse do Serviço Público;
- g) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nas alíneas b, c e d não transfere à Administração a responsabilidade pelos seus pagamentos, nem poderá onerar o objeto Contratado.

4. DA COTAÇÃO

- Para o preenchimento da Planilha Cotação de Preços, o interessado deverá apresentar:
 - I – Os valores unitários para cada mês;
 - II – O valor global, que deverá ser obtido pela soma dos valores pelo período de 12 meses.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O prazo de vigência do contrato será de doze meses o qual poderá ser prorrogado a critério do órgão solicitante e de acordo com o Art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato do contrato no Diário Oficial, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

6. FORMA DE PAGAMENTO:

- A fatura aprovada deverá ser enviada, em até 05 (cinco) dias, ao setor da Contabilidade e Financeiro, para pagamento mensal em até 30 (trinta) dias, a contar da data da aprovação da mesma. (A administração tem até 30 dias para pagar).

7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- Deverão ser observadas, por parte da empresa contratada, todas as obrigações complementares para a execução dos serviços;
- Após a prestação dos serviços, a empresa contratada deverá enviar ao setor da Contabilidade e Financeiro a fatura correspondente para conferência e aprovação;
- A fatura não aprovada deverá ser devolvida à empresa contratada com as respectivas informações para as correções necessárias;
- Todos os produtos/serviços solicitados deverão obedecer às normas de segurança impostas pelos Órgãos de Controle correspondentes.
- A CONTRATADA deverá manter o local dos serviços, além da equipe técnica, auxiliares necessários ao perfeito controle de medidas e padrões, assim como promover às suas custas além do controle tecnológico dos materiais a serem empregados nos serviços, a segurança necessária à perfeita execução dos serviços, no tocante aos objetos e materiais instalados no local da prestação dos serviços.
- A empresa vencedora deverá comprometer-se em cumprir todos os prazos e demais orientações fornecidas pela CONTRATANTE.
- Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade.
- Responder por danos, bens materiais e avarias que venham a ser causados por seus empregados ou preposto, a CONTRATANTE e/ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade.

8. DA DOTACAO ORCAMENTARIA

As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta da Dotação Orçamentária próprias a seguir especificada:

Despesas: 2- 01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00-Aplicações diretas.

Complemento de Elemento - 3.3.90.39.79.00.00.00-Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional

ANEXO II – MINUTA DE CREDENCIAMENTO

Pregão Presencial nº: 001/2016

Processo nº 001/2016

PROCURAÇÃO

A _____ CNPJ/MF nº _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), pelo presente Instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto a Câmara Municipal de Navegantes (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de Pregão Presencial nº.º 001/2016, Processo nº 001/2016, da Câmara Municipal de Navegantes (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo, ainda, subestabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso.

Local, data e assinatura.

- 1) RECONHECER FIRMA(S).
- 2) Anexar cópia da carteira de Identidade

ANEXO III

MINUTA DE DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

Pregão Presencial nº: 001/2016

Processo nº 001/2016

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA A HABILITAÇÃO

A Empresa _____, com inscrição no CNPJ/MF nº _____, sediada na _____ vem declarar, sob as penas da Lei, que, até a presente data, não existem fatos supervenientes e impeditivos para sua participação no processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 001/2016, da Câmara Municipal de Navegantes e que não pesa contra si declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Navegantes, _____ de _____ 2016.

Nome da Empresa: _____
Representante Legal: _____
Cargo: _____

Identificação do Declarante

Obs: Transcrever o modelo (anexo) para papel timbrado da empresa do licitante.

ANEXO IV

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

Pregão Presencial nº 001/2016

Processo nº 001/2016

DECLARAÇÃO

A Empresa _____, com inscrição no CNPJ/MF nº _____, sediada na _____ vem declarar sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Navegantes, _____ de _____ 2016.

Nome da Empresa: _____
Representante Legal: _____
Cargo: _____

Identificação do declarante

Obs: Transcrever o modelo (anexo) para papel timbrado da empresa do licitante.

ANEXO V

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

Pregão Presencial nº: 001/2016

Processo nº 001/2016

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ/MF n.º _____, declara, sob as penas da lei, que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Presencial nº 001/2016, Processo nº 001/2016.

Data e local

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

Obs: Transcrever o modelo (anexo) para papel timbrado da empresa do licitante

ANEXO VI

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Pregão Presencial nº 001/2016

Processo nº 001/2016

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Declaramos, para efeito da licitação em epígrafe, conforme disposto em seu respectivo Edital e em seus anexos, que indicamos, o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) a seguir nomeado, caso consigamos vencer a referida licitação:

Nome:	
Cargo:	
Cursos Realizados:	

Nome:	
Cargo:	
Cursos Realizados:	

Nome:	
Cargo:	
Cursos Realizados:	

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(is) técnico(s) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais permanentes, com vinculação junto à empresa, conforme as leis trabalhistas vigentes.

(Local), de de 2016.

(carimbo, nome e assinatura do Responsável Legal)

(carteira de identidade, número e órgão emissor)

ANEXO VII

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

PROCESSO Nº 001/2016

Aos dias do mês de de 2016, na sede da Câmara Municipal de Navegantes, são registrados os preços para eventual contratação de empresa especializada em operação, manutenção, montagem e desmontagem de som para atender as demandas provenientes dos eventos da CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES em decorrência dos eventos por ela realizados, conforme Termo de Referência (Anexo I), deste Edital, acordados entre a Câmara Municipal de Navegantes e as empresas abaixo identificadas, conforme resultado do Pregão Presencial nº 001/2016 para Sistema de Registro de Preços.

O objeto deste certame deverá ser executado, de forma parcelada, de acordo com o Calendário Permanente de Atividades da Câmara Municipal de Navegantes, na cidade de Navegantes, conforme disposto no Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

O presente Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

Item	Especificação	Quantidade	Valor
1	Técnico de Sonorização	1	

Empresa vencedora:

Navegantes, ____ de _____ de 2016.

JOSÉ JOÃO DE SOUZA
PREGOEIRO

EMPRESA VENCEDORA
REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

Pregão Presencial nº 001/2016

Processo nº 001/2016

CONTRATO:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAMA CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC E A EMPRESA ESPECIALIZADA EM SONORIZAÇÃO NA FORMA ABAIXO.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, entidade de direito público interno, sediada na Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro – Navegantes/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.551.531/0001-08, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Presidente do Legislativo, Sr. ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade N. 2.294.800 SSP/SC e do CPF N. 683.382.449-53, residente e domiciliado na cidade de Navegantes - SC, e do outro lado, a empresa _____, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, no Bairro _____, nesta cidade, representada neste ato pelo Sr. _____, brasileiro, _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____ - SSP/SC, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, nesta cidade, celebram o presente Instrumento, com observância estrita de suas cláusulas, que em sucessivo, mútua e reciprocamente outorgam e aceitam, de conformidade com os preceitos de Direito Público, além dos especificadamente previstos nas Leis 10.520/2002 e 8.666/1993, aplicando-se supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada em Sonorização, na qual disponibilize de um Técnico capacitado, de segunda a sexta-feira e esporadicamente em dias de feriados ou finais de semana, com as qualificações exigidas no edital, para atender as demandas provenientes das sessões legislativas e demais eventos da Câmara, assim como também atender terceiros quando a Câmara sede suas dependências ao longo do ano de 2016, Licitação tipo Pregão Presencial na modalidade de Menor Preço e Técnica, conforme Termo de Referência (Anexo I), deste Edital.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os acréscimos não previstos na caracterização do objeto contido nesta cláusula, e necessários ao seu fiel cumprimento, só serão efetivados com base em Relatório da CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização do Presidente do Legislativo, sob pena de nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

DA MODALIDADE/ FORNECIMENTO/ REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA: A modalidade de que trata este Contrato é a da prestação de serviço de Sonorização, na qual disponibilize de um Técnico capacitado, de segunda a sexta-feira e esporadicamente em dias de feriados ou finais de semana, com execução direta não podendo sub empreitar, sendo o serviço cobrado Mês a Mês pelo período de 12 (doze) meses.

DO PREÇO/ CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o preço de R\$

§ 1º: A Contratante pagará a Contratada o preço a que alude esta cláusula até o trigésimo dia após a emissão da Nota Fiscal, mediante a apresentação da mesma, com o devido atesto do servidor responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da adjudicatária, por ordem bancária, até quando deverão ser mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação.

§ 2º: Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a atualização financeira.

DOS PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do contrato será 12(doze) meses a contar assinatura do presente, podendo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE e de acordo com o inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato do contrato no Diário Oficial, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CONDIÇÕES DE ENTREGAS/ EXECUÇÃO DO OBJETO

CLÁUSULA QUINTA: Os serviços deverão ser executados nos prazos e condições estabelecidos de acordo com o Termo de Referência (anexo I) do Edital.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA SEXTA: Executado este instrumento pela CONTRATADA, seu objeto não será recebido pelo CONTRATANTE, conforme inciso II do artigo 74, da Lei nº 8.666/93.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA SÉTIMA: Os recursos financeiros necessários ao custeio de execução deste Contrato correrão à Conta das Dotações Orçamentárias especificadas no item 9 do Edital.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA: O regime jurídico deste Contrato confere a CONTRATANTE as prerrogativas relacionadas no art. 58 da Lei nº. 8. 666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA: Constitui obrigação da CONTRATANTE, além da constante do art. 66 da Lei nº. 8.666/93, a comunicação, através do Serviço de Contabilidade, aos órgãos incumbidos de arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, das características e dos valores pagos referentes à liquidação da despesa deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: São conferidos à CONTRATADA os direitos relacionados nos arts. 59, 79, § 2º e 109 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Constituem obrigações da CONTRATADA, as constantes dos artigos 55, inciso XIII, 66, 68, 69, 70 e 71 da Lei nº 8.666/93. Constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA efetuar a prestação dos serviços objeto deste Contrato, nos quantitativos definidos pela CONTRATANTE, na forma especificada no Anexo I do Edital, e com antecedência mínima de 2 horas entre o término da montagem e testes e a realização do evento, bem como comunicar à Câmara Municipal de Navegantes, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente que impeça a consecução do objeto contratado, prestando os esclarecimentos que julgar necessários.

DA FISCALIZAÇÃO/ ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A execução do presente instrumento será acompanhada e fiscalizada pelo Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Navegantes contratante, especialmente designado pelo Presidente do Legislativo, admitida a participação de terceiros, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

DAS ALTERAÇÕES / PRORROGAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, formalizadas previamente por termo aditivo, que passará a integrar este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O presente contrato, celebrado em decorrência do Pregão Presencial sob o nº 001/2016, poderá ser prorrogado, à critério da Câmara Municipal de Navegantes, tendo em vista as disposições constantes do art. 57, da Lei 8.666/93, assim como também receberá reajuste anual, na data de seu aniversário pela variação do IPCA.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Pela infringência de qualquer das cláusulas aqui ajustadas, bem como do artigo 81 da Lei nº. 8.666/93, e, notadamente, quando no atesto do objeto deste Contrato pela CONTRATANTE verificarem-se incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, A CONTRATANTE aplicará multa contratual à CONTRATADA correspondente a 10% (dez por cento) do preço deste Contrato, podendo ainda aplicar qualquer das sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, assegurada a prévia defesa.

§ 1º: Decorrido o prazo de defesa sem que a CONTRATADA se pronuncie ou se for considerada procedente a multa, a mesma será notificada a recolher ao erário municipal o valor devido, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação pela autoridade competente.

§ 2º: Uma vez recolhida à multa de que trata esta cláusula e, na hipótese de vir a CONTRATADA lograr êxito em recurso que apresentar, a

CONTRATANTE devolverá a quantia recolhida, em prazo idêntico ao concedido à CONTRATADA.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A inexecução total ou parcial deste Contrato dará ensejo à sua rescisão, assegurada a prévia defesa e observadas as disposições da Lei nº. 8.666/93, notadamente as constantes dos artigos 77 a 80, sem prejuízo das penalidades determinadas neste instrumento.

DA LICITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O presente instrumento contratual foi celebrado em decorrência do Processo Administrativo nº 001/2016, Pregão Presencial 001/2016, homologado pelo Presidente do Legislativo em ____de ____ de ____ .

DOS DOCUMENTOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Faz parte integrante deste Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos, devidamente rubricados pelas partes:

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O presente instrumento será publicado por extrato, no Diário Oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: As partes aqui designadas elegem como competente para dirimir as questões decorrentes da execução deste Instrumento o Foro da cidade de Navegantes, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e subscrevem, conforme dispõe o artigo 60 da Lei nº. 8.666/93.

Navegantes, de de 2016.

Alício Jacob Ricobom Filho
Câmara Municipal de Navegantes
CONTRATANTE

Nome completo
Cargo e nome da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)
NOME:
CPF.:

2)
NOME:
CPF.:

Nova Trento

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2016

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2016

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Classificação do Chamamento Público para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

CARGO: AUXILIAR DE SALA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	FASE DO CURSO	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Simone Sarda de Souza Schlichting	21/06/1973	5,0	3,0	2,0	10,0
02	Suzetti Dallabrida Tomio	31/01/1986	5,0	3,0	2,0	10,0
03	Bruna Martini	10/10/1987	5,0	3,0	1,0	9,0
04	Maria Helena Marian Abreu	20/06/1988	5,0	3,0	1,0	9,0
05	Maria Izabel Silveira	18/11/1963	5,0	2,0	1,5	8,5
06	Cristiane Skszypa	12/06/1974	4,0	3,0	1,5	8,5
07	Lais Aparecida Schmitz	09/11/1986	5,0	2,0	1,5	8,5
08	Aline Almeida	02/02/1990	4,5	3,0	1,0	8,5
09	Taise Pereira Lucianer	04/06/1992	5,0	2,0	1,5	8,5
10	Suzan Eller Souza	27/11/1993	4,5	2,0	1,5	8,0
11	Mayara Fernandes Hoffmann	31/03/1988	3,0	3,0	1,0	7,0
12	Geni Becker	23/02/1990	4,0	2,0	1,0	7,0
13	Lisangela Locks	08/08/1990	2,5	2,0	1,5	6,0
14	Crislaine Eliriane Ceccato	12/04/1993	2,0	3,0	1,0	6,0
15	Hilária Tirloni Hass	14/01/1963	1,0	2,0	2,0	5,0
16	Eliani Aparecida Ribeiro	11/02/1981	2,5	1,0	1,0	4,5
17	Maiara Boettner Peixe	14/10/1981	1,5	1,0	2,0	4,5
18	Suelen do Belem de Oliveira	11/04/1990	2,5	1,0	1,0	4,5
19	Mariana Till Battisti	19/04/1995	4,5	0,0	0,0	4,5
20	Driele Cristine Montibeller	26/11/1997	3,5	1,0	0,0	4,5
21	Franciele Fagundes de Oliveira	19/07/1991	2,0	1,0	0,0	3,0
22	Janaína Aline Amorim	08/06/1990	2,5	0,0	0,0	2,5
23	Layane Priscila Pontes dos Santos	27/05/1995	2,5	0,0	0,0	2,5
24	Daniela Cristina Eidt	09/11/1983	2,0	0,0	0,0	2,0
25	João Agostinho Gonçalves	12/12/1966	1,5	0,0	0,0	1,5

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – LÍNGUA PORTUGUESA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Leoniria Fátima Anzini Mistura	19/04/1970	3,0	3,0	2,0	8,0

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO – LÍNGUA PORTUGUESA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	FASE DO CURSO	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Gizeli Ceccato	15/04/1980	1,0	2,0	1,5	4,5

02	Fabício Leonel da Silva	07/03/1995	3,0	1,0	0,0	4,0
03	Jaiara Borges Colares	12/07/1989	2,0	1,0	0,0	3,0
04	Taise Darossi	08/04/1993	1,5	1,0	0,0	2,5

Com relação ao critério de desempate, proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- a) considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- b) Maior idade;
- c) obtiver maior número de pontos na prova de títulos;
- d) obtiver maior número de pontos nos cursos de capacitação e aperfeiçoamento;
- e) o que possuir maior número de dependentes;
- f) Sorteio.

Nova Trento, 25 de fevereiro de 2016.

Miliani Piffer Mazzola

Diretora de Recursos Humanos

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 089/2014

TERMO ADITIVO VALOR (SUPRESSÃO E ADIÇÃO)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 089/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 089/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA. EPP.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Valdemir Luiz Quaiatto, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA. EPP. inscrita no CNPJ nº 10.788.391/0001-04, estabelecida a Rua Gabriel Siegel, 300, Bairro Guarani, cidade de Brusque/SC, neste ato representada por EVERSON CLEMENTE, inscrito no CPF nº 827.014.749-49, considerando o disposto no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de acréscimos e supressões na execução dos serviços, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 089/2014, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 089/2014, para suprimir a importância de R\$ 101.518,92 (cento e um mil, quinhentos e dezoito reais e noventa e dois centavos) correspondente a 6,87 % do Lote II, e aditar a importância de R\$ 190.012,02 (cento e noventa mil, doze reais e dois centavos) correspondente a 12,85 % do Lote II, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Anexo a este constamos um TERMO DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA. Este termo justifica a edição deste aditivo quanto aos valores.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 23 de fevereiro de 2015.

.....
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI Prefeito Municipal Contratante	MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA. EPP. Contratada

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas:	
1. _____ Aprigio José Botameli CPF. 716.268.249-91	2. _____ Cátia Maria Búrigo CPF. 576.333.559-72

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2014**TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO****SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2014**

Objeto: Contratação de empresa especializada para efetuar serviços continuados de auditoria e consultoria para melhoria da arrecadação do ICMS

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, ADWWENNCY CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA., com sede à Rua Manoel Loureiro, nº 999, Bairro Barreiros, município de São José/SC, registrada no CNPJ nº 05.402.278/0001-09 neste ato representado por Elaine de Souza Gonçalves, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Manoel Loureiro, nº 999, Bairro Barreiros, município de São José/SC, portadora do CPF nº 004.373.199-62 e RG nº 3.975.198 SSP/SC, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 006/2014, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato nº 006/2014, prorrogando-se a vigência do contrato para mais 12 meses (Vigência: 07/02/2016 até 07/02/2017), com fundamento no inciso IX, do art. 37, da CF/88, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93, em especial o art. 57, inciso II.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Valor do Contrato permanecerá o mesmo do Contrato original, ou seja, R\$ R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo R\$ 1.000,00 (mil reais) por mês.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 006/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 01 de fevereiro de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI Prefeito	ADWWENNCY CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. CONTRATADA
Valdemir Luiz Quaiatto Secretário de Adm. E Finanças	
Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli CPF. 716.268.249-91	2. _____ Cátia Maria Búrigo CPF. 576.333.559-72

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 089/2014**TERMO ADITIVO VALOR (Adição e Supressão)****TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 089/2014**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 089/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA. EPP.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Valdemir Luiz Quaiatto, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA. EPP. inscrita no CNPJ nº 10.788.391/0001-04, estabelecida a Rua Gabriel Siegel, 300, Bairro Guarani, cidade de Brusque/SC, neste ato representada por EVERSON CLEMENTE, inscrito no CPF nº 827.014.749-49, considerando o disposto no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de acréscimos e supressões na execução dos serviços, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR e SUPRIMIR o contrato nº 089/2014, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 089/2014, para SUPRIMIR a importância de R\$ 30.260,61 (trinta mil, duzentos e sessenta reais e sessenta e um centavos) correspondente a 1,19 % do valor do Contrato e ADITAR a importância de R\$ 12.302,69 (doze mil, trezentos e dois reais e sessenta e nove centavos) correspondente a 0,48 % do valor do contrato, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

O presente Termo faz-se necessário para supressão de itens não executados no Acesso do Morro da Cruz, Rua Nicolau Bado e Rua Carlos Tridapalli e aditar itens na Rua Nicolau Bado e Rua Carlos Tridapalli. Anexo a este constamos um TERMO DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA. Este termo justifica a edição deste aditivo quanto aos valores.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 13 de janeiro de 2016.

...	...
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI Prefeito Contratante	MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA. EPP. Contratada

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli CPF. 716.268.249-91	2. _____ Cátia Maria Búrigo CPF. 576.333.559-72
--	---

Novo Horizonte

PREFEITURA

PORTARIA Nº 05-2016 CÂMARA

PORTARIA Nº. 05 de 24 de fevereiro de 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO INERENTE A PRESTAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REFERENTES AO ANO DE 2014.

JOSÉ IVANIR DALLANOR, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do art. 19, inciso II, alínea b), cumulado com art. 18, inciso I, alínea d);

RESOLVE:

Art. 1º - A Câmara Municipal de Vereadores deverá julgar a prestação de contas referente ao ano de 2014.

Art. 2º - Determino, nos termos do art. 226, do Regimento Interno, a autuação dos documentos apresentados pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 24/02/2016.

José Ivanir Dallanora

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Orleans

PREFEITURA

PROCESSO 24/2016

PROCESSO Nº 24/2016

TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2016

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA ATRAVÉS, DA LOCAÇÃO TEMPORÁRIA DE SISTEMA DE GESTÃO DE DADOS, PARA CONSULTORIA, ANÁLISE E CORRELAÇÃO DOS DADOS ORIUNDOS DO CADASTRO IMOBILIÁRIO DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO

Recebimento dos Envelopes: até o dia 15/03/2016 às 13h:30min.

Abertura: dia 15/03/2016, às 14h00min.

Fundamento legal: Leis Federais, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Orleans - SC, 24 de Fevereiro de 2016.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

Otacílio Costa**PREFEITURA****PREGÃO 006/2016 - SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL PREGÃO Nº 006/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à aquisição de material de higiene e limpeza para as Unidades de Saúde, Programa Ser Mãe, Secretaria e SAMU. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 08/03/2016 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014.

Otacílio Costa, 24/02/2016
Luiz Carlos Xavier
Prefeito Municipal.

Paial

PREFEITURA

CONCURSO PUBLICO 2016

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2016

	CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE PAIAL.
	ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito Municipal de Município de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, , TORNA PÚBLICO que se encontra aberto Concurso Público para preenchimento de vagas do Poder Público Municipal, a seguir relacionadas, o qual reger-se-á pelas instruções do Edital nº 01/2016 e demais normas atinentes.

O edital na íntegra está disponível no site: www.amauc.org.br e www.paial.sc.gov.br.

Dos Cargos:

Médico, Técnico em Enfermagem, Fiscal de Tributos, Agente de Manutenção e Operador de Máquinas Pesadas.

Será admitida a inscrição somente via Internet, no endereço eletrônico www.amauc.org.br solicitado no período de 01 de março a 21 de março 2016 .

Município de Paial, 24 de fevereiro 2016.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº COI/PMP 001/2016

Instrução Normativa nº COI/PMP 001/2016

DISCIPLINA SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS A IMPLANTAÇÃO DE PRÁTICAS, PROCEDIMENTOS DE ROTINA E RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER OBSERVADAS NA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE PROGRESSÃO VERTICAL.

A DIRETORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e para atendimento aos preceitos de gestão administrativa visando à necessidade de regulamentação dos procedimentos administrativos para a Progressão prevista no artigo 324, do Estatuto de Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Escolar Básica do Município de Palhoça – Lei Complementar Nº 097/2010.

DETERMINA:

I. A Direção de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Educação desta Prefeitura Municipal deverá observar e operacionalizar os procedimentos constantes desta Instrução Normativa.

II. Caberá à área de Recursos Humanos da Secretaria/Órgão em que o (a) servidor (a) está em exercício receber o requerimento e o documento comprobatório para a progressão.

a) O requerimento deverá ser entregue em duas vias, sendo que uma via será carimbada e entregue ao servidor (a) a fim de comprovar a data do protocolo do pedido na área de Recursos Humanos da sua Secretaria/Órgão.

b) A área de Recursos Humanos deverá conferir a cópia com a original da titulação apresentada.

c) A área de Recursos Humanos deverá iniciar o processo administrativo individual e este deve estar devidamente autuado em sequência cronológica, numerado e rubricado.

d) Todos os processos administrativos devem ser instruídos com o respectivo Edital da Progressão Vertical pretendida.

III. Caberá a Secretaria da Educação do Município nomear comissão de no máximo três membros conforme dispõem o Parágrafo Único do Artigo 324.

a) A Portaria desta Comissão deverá ser específica e esta ser parte integrante do processo.

b) Cabe a comissão examinar os comprovantes de habilitação apresentados com vistas a determinar a sua especificidade em relação à solicitação pretendida e a legalidade da mesma.

IV - Toda e qualquer alteração e a consequente atualização dos procedimentos aqui exposto, em virtude de determinações legais e de modificações necessárias, deverão ser encaminhada pelos responsáveis, para posterior alteração da presente Instrução.

V - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Palhoça, em 24 de fevereiro de 2016.

CIBELI BRANGER

Diretora Geral de Controle Interno

PORTARIA 01/2016

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Portaria 01/2016

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR as servidoras ROSI MARIA VARELLA e RUTNEIA GONÇALVES DEFREY, para substituir os membros PATRÍCIA ADELAIDE DA SILVA e JOZIANE FARIAS PEREIRA DA SILVA na Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nos seguintes processos: 10065/2015; 14333/2014; 24294/2014; 24380/2014; 16555/2015; 16558/2015; 16557/2015; 16559/2015; 17090/2015; 16576/2015; 23192/2015; 23183/2015; 3232/2016 e 3233/2015.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça, 23 de fevereiro de 2016. .

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17 /2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 09 de março de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2016, que tem por objeto a aquisição de calhas em alumínio com instalação para as Unidades de Ensino do município de Palhoça - SC, através do Sistema Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações se encontra à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 24 de fevereiro de 2016. A Pregoeira.

SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL 010/2016

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO PRESENCIAL 010/2016

O Município de Palhoça torna público que por razões de interesse público fica SUSPENSO por prazo indeterminado, o processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL 010/2016, que consiste na aquisição de aterro saibro, classificado como de primeira categoria para utilização na regularização do solo em varias obras realizadas pelo município, no Sistema Registro de Preços, de acordo com os anexos contidos no edital convocatório. A suspensão se dá por considerar

o dever desta Administração Pública de estar revendo constantemente seus atos. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 8:00 às 18:00 horas, diariamente ou pelo site: www.palhoça.sc.gov.br. Palhoça, 25 de fevereiro de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2016

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2016. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Palhoça/SC. OBJETO: Cessão do veículo marca Yamaha, modelo VXS 2015, tipo Jet Ski, combustível Gasolina, ano/modelo 2015/2015, cor vermelha, nº YAMA 1942E515, sem placa. VIGÊNCIA: 10 (dez) anos a contar da data de assinatura. DATA: Palhoça/SC, 24 de fevereiro de 2016. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Camilo Nazareno Pagani Martins, pelo Município.

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2016

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2016. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Palhoça/SC. OBJETO: Cessão do veículo marca Weber, modelo V50 S, tipo Desencarcerador, combustível Gasolina, ano/modelo 2015/2015, nº 5934460, sem placa. VIGÊNCIA: 10 (dez) anos a contar da data de assinatura. DATA: Palhoça/SC, 24 de fevereiro de 2016. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Camilo Nazareno Pagani Martins, pelo Município.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 05/2016 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 05/2016. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 01/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CAIXA DE REVELAÇÃO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO, COLGADURA DE METAL INDIVIDUAL PARA RADIOGRAFIA E POSICIONADO DE RAIOS X ADULTO AUTOLAVÁVEL RADIOGRÁFICO. Data da entrega dos envelopes: 16/03/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 16/03/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 24 de Fevereiro de 2016. Tânia de Fátima Henchen – Gestora do Fundo.

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 022/2016

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 007/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 17/02/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa RD COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ 23.037.457/0001-76, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de construção para o uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura na edificação de cabeceiras e abas de concreto da ponte na localidade de Lageado dos Grein, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado.

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresa que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – O valor de presente Ata de Registro de preços é de R\$ 12.137,50 (doze mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos), relativos aos itens 02, 03, 04, 05, 06 e 07, objeto do pregão presencial 007/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 007/2016 e seus anexos;
- b) Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da autorização de fornecimento, diretamente no local da obra, sito Localidade de Lageado dos Grein, interior do município de Papanduva/SC, correndo por conta da contratada as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega dos materiais, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 007/2016 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da entrega dos materiais após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue os materiais no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o contratado a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 17 de fevereiro de 2016.

Equipe de Apoio

- Equipe de Apoio

Apoio

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 005/2016

CONTRATO Nº 005/2016

Que entre si fazem o Município de Papanduva -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83 102 533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, 386 - centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72 de ora em diante denominada de contratante e de outro lado ROGER PETSCHOW ME, inscrito no CNPJ sob nº 19.835.287/0001-06, com sede na Rua Jorge Lacerda, 2709, centro - Papanduva, neste ato representado pelo seu administrador Sr. Roger Petschow, inscrito no CPF sob nº 867.121.799-04, residente e domiciliado em Papanduva, de ora em diante denominada de Contratado, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 – Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de monitoramento remoto de equipamentos eletrônicos de alarme, instalados no Grupo Escolar Municipal prefeito Rubens Alberto Jazar, Escola Municipal de Ensino Fundamental professor Walmir Lucio

Senna e Centro de Educação Infantil Elidia Veronica Gmach Michalovicz, através de recepção de alarme disparado em central de monitoramento 24h (vinte e quatro horas), com imediata comunicação à contratante.

CLAUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 – Os serviços ora contratados serão executados no centro de operações utilizado pela Contratada;

2.2 – A Contratada prestará, ainda, serviço de pronto atendimento no local do estabelecimento onde se encontra instalado o sistema de alarme, com vistas a evitar maiores prejuízos ao local violado.

CLAUSULA TERCEIRA – DOS EQUIPAMENTOS ELETRONICOS DE ALARME

3 – Os equipamentos eletrônicos de alarme a serem monitorados no imóvel indicado pela CONTRATANTE e dos quais se originarão os sinais a serem monitorados pela CONTRATADA são aqueles que se encontram relacionados, quantificados e especificados na Ficha de Monitoramento, de acordo com o material escolhido e adquirido pela CONTRATANTE, que assume o risco, as suficiências, pertinências e funcionamento dos referidos equipamentos, onde estão, de igual modo, estabelecidas as condições de fornecimento e as obrigações da CONTRATADA.

CLAUSULA QUARTA – DOS SERVIÇOS DE MONITORAMENTO

4 – A Contratada prestará a Contratante, durante o prazo da contratação, os serviços dos sinais provenientes do painel de alarme no imóvel monitorado, em até 02 (dois) dias úteis a partir da assinatura deste Contrato e da respectiva Ficha de Monitoramento.

CLAUSULA QUINTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – O valor total do presente instrumento é de R\$ 4.620,00 (quatro mil, seiscentos e vinte reais), a serem pagos em 11 (onze) parcelas de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) relativos à execução dos serviços constantes na Cláusula Primeira deste instrumento, o que equivale a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por unidade atendida pela contratada.

5.2 – O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a execução do objeto.

Parágrafo único: As despesas referentes ao deslocamento e alimentação correrão por conta do contratado.

CLAUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

6 – Os recursos financeiros para o pagamento de que trata este objeto, serão próprios do contratante.

CLAUSULA SETIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7 – As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta do projeto atividade: nº 1.036 - Manutenção do Salário Educação - elemento de despesa 33.90.00 – aplicações diretas.

CLAUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8 – Além das obrigações assumidas no presente Contrato, caberá também à CONTRATADA:

a) fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com o cronograma proposto, os quais, como todos os documentos apresentados, passam a fazer parte integrante do presente Contrato, independentemente de transcrição;

b) manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

c) fornecer a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da CONTRATANTE, informações adicionais que se fizerem necessárias acerca do objeto deste instrumento.

CLAUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

9 – Além das obrigações assumidas no presente Contrato, caberá também à CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento correspondente a execução do objeto em conformidade com a Cláusula Quinta;

b) fornecer as informações necessárias à execução do objeto deste

contrato.

CLAUSULA DECIMA - DA VIGÊNCIA

10 – O presente Contrato terá vigência a partir do dia 01 de fevereiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, podendo ainda ser prorrogado.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE

11 - Os valores constantes deste Contrato não serão reajustados.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 – Constituem motivos justos para rescisão deste contrato, pela contratante:

a – Desídia da contratada no cumprimento das obrigações assumidas para com a contratante.

b – A falta de cumprimento, pela contratada, de quaisquer obrigações inerentes a este contrato.

c – As disposições previstas nos artigos 77 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2 - Constituem motivos justos para rescisão deste contrato pela contratada:

a – A falta de cumprimento, pela contratante, de quaisquer obrigações inerentes a este contrato.

b – O atraso injustificado no pagamento dos serviços prestados, conforme o previsto na cláusula terceira deste contrato.

c – As disposições previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Único: A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13 - Pela inexecução total ou parcial do presente Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro: Na impontualidade do pagamento por parte da CONTRATANTE, o valor será atualizado pela variação do INPC (na hipótese de extinção desse índice, por outro que venha a substituí-lo), e incidirá sobre o valor do débito a multa moratória de 2% (dois por cento), mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até o efetivo pagamento.

Parágrafo segundo: No caso de mora da CONTRATADA, essa arcará com multa moratória de 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela devida.

Parágrafo terceiro: Pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual não abrangida nos parágrafos anteriores, fica estabelecida a multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, para a parte que infringir as cláusulas aqui prescritas, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes do inadimplemento.

CLAUSULA DECIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – No presente instrumento, não estão incluídos os serviços relativos a manutenção e assistência técnica preventiva/corretiva dos equipamentos já instalados nas unidades escolares, salvo em caso de comodato junto à contratada, bem como os serviços de instalação de novos equipamentos que não sejam de propriedade da contratada, cabendo unicamente à contratante a responsabilidade pelo funcionamento do seu sistema de alarme já instalado, bem como pela sua abrangência, a fim de garantir que todo o perímetro esteja devidamente coberto;

14.2 – A contratada exime-se de quaisquer responsabilidades quanto a furtos e roubos, arrombamentos, invasões ou qualquer outro tipo de prejuízo que possa ocorrer nas unidades escolares, tendo em vista que o serviço prestado é de meio e não de resultado, sendo, portanto, responsabilidade da contratante as providências a serem tomadas;

14.3 – O serviço prestado pela contratada à contratante será de 24 (vinte e quatro) horas por dia, podendo, eventualmente, sofrer

interrupções devido a manutenções técnicas e/ou operacionais que exijam o desligamento temporário do sistema ou impossibilitem o acesso do mesmo, nos casos fortuitos ou de força maior, nas ações de terceiros que impeçam a prestação dos serviços, nos casos de falta de fornecimento de energia elétrica da rede pública, tanto para o local da prestação do serviço, quanto para o local de operações da contratada, bem como nos casos de suspensão, pela concessionária, dos serviços de telefonia; nos casos de ocorrência de falhas no sistema de transmissão e/ou roteamento no acesso à internet;

Parágrafo único: A contratada não será responsável por quaisquer danos e/ou prejuízos decorrentes das interrupções relacionadas no item anterior, bem como daqueles em que a contratada não tenha concorrido exclusivamente para a sua realização.

14.4 – A contratante declara expressamente, neste ato, a sua ciência de que a responsabilidade da contratada está limitada ao dever de comunicar o evento à pessoa indicada pela contratante na ficha de monitoramento, podendo, facultativamente, sem adentrar os limites de suas dependências, proceder à verificação das condições externas ao local monitorado, através de agente/viatura própria, ficando, em qualquer hipótese, a contratada isenta de culpa e excluída de responsabilidade por atos, providências, omissões ou atrasos praticados por terceiros, em especial daqueles a que a seu tempo se deu notícia e comunicou a respectiva ocorrência.

14.5 – A contratada também não se responsabiliza pelo bom e regular funcionamento das linhas telefônicas da contratante ou de outros meios de comunicação utilizados para transmissão de dados, dos quais depende a eficácia dos serviços contratados, ficando a contratante ciente, também, de que eventuais ocorrências de defeitos, desligamentos ou rompimentos de cabos, sem exceção, implicam na total interrupção do recebimento e envio dos sinais de alarme, que assim, pela anomalia verificada, não serão identificados pela central de monitoramento.

14.6 – A contratante se obriga a manter rigorosamente atualizados os dados fornecidos e constantes na ficha de monitoramento, eis que estes se constituem em elementos indispensáveis para o regular cumprimento da comunicação das ocorrências pela contratada.

14.7 – A contratante se declara ciente dos procedimentos operacionais da contratada, comprometendo-se assim, a cumprir rigorosamente as instruções constante da ficha de acompanhamento e/ou manual de operações, em especial aquelas relativas a obrigação de “armar” e “desarmar” o sistema, sob pena de comprometimento dos serviços e não atendimento ao objetivo do presente contrato na parte que lhe cabe.

14.8 – A contratante se compromete a evitar a ocorrência e emissão de alarmes falsos, ocasionados por disparos indevidos, aí se incluindo o manuseio incorreto do sistema de alarme, falta de manutenção e limpeza junto aos sensores, portas e janelas mal fechadas, intrusão de animais e pessoas nos locais protegidos pelos sensores, correntes de ar no interior de ambientes fechados, existência de vegetação próxima a cercas elétricas e sensores, além de outros fatores que possam implicar na emissão indevida de sinais, bem como se compromete a evitar qualquer tipo de obstrução física aos equipamentos e que possam prejudicar o funcionamento adequado do sistema.

CLAUSULA DECIMA QUINTA - DO FORO

15 – As partes se obrigam, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições deste Contrato e seus anexos, e elegem o Foro da comarca de Papanduva, para a solução de questões decorrentes deste instrumento.

CLAUSULA DECIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16 – O presente Termo de Contrato rege-se pela legislação brasileira, em especial ao Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado, a analogia, os costumes e os princípios gerais de Direito.

E, por assim terem justo e contratado, assinam o presente instrumento, em duas vias, de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com duas testemunhas presenciais.

Papanduva, 01 de fevereiro de 2016.

Dario Schicovski	Roger Petschow
PELA CONTRATANTE	CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Ricardo Zenfe
Matricula: 2675

Márcio Wisniewski
Matricula: 50

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL Nº 001/2016

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

Assunto: Tomada de Contas Especial referente a Construção da Escola de Educação Infantil Vó Elidia (Centro de Educação Infantil Elí-dia Veronica Gmach Mikalovicz) – Tipo B, Convenio 710122-2008, instaurada através do Decreto nº 2547/2015.

NOTIFICO o Senhor EDESIO ALEXANDRE ALVES JULIO, CPF 513.918.569-53, engenheiro civil, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados desta publicação, apresente os esclarecimentos que julgar necessário à defesa de seus interesses, sob pena de ser tidos como verdadeiros os fatos alegados.

Informo que o Processo de Tomada de Contas Especial se encontra à sua disposição na Prefeitura Municipal de Papanduva, situada à rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro, Papanduva/SC, diariamente, de segunda a sexta-feira, no horário das 8 às 12 e das 13:30 às 17 horas, para conhecimento dos fatos, pelo prazo acima estabelecido.

Papanduva, 24 de fevereiro de 2016.

Orlando Marcelo Vieira
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

Paraíso

PREFEITURA

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO – SC

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2015

Atendendo ao disposto no § 4º do Artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo do Município de Paraíso, Estado de Santa Catarina, realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre de 2015, no dia 29 de fevereiro de 2016, no Salão Nobre Vereador Pedro Lermen, situado na Rua Alcides Zanin, nº 603, Centro, com início as 8:00 horas.

Diante do exposto, fica convocada a população Paraisense para participarem do evento.

Prefeitura Municipal de Paraíso, 24 de fevereiro de 2016.

ERNI GIACOMINI

Prefeito Municipal

ESTR. 5º TERM. AD. CT 34/2013

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 34/2013

PREGÃO PRESENCIAL 14/2012

PROCESSO LICITATORIO 50/2012

DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC", referente aditivo de supressão da Linha nº 11", em conformidade com as especificações e normas estabelecidas no Edital e demais anexos integrantes do citado processo.

DO VALOR TOTAL: R\$ 155.377,90

A CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: V LAMB TRANSPORTES LTDA - ME.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 22 de Fevereiro de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

EXT. 6º TRERM. AD. CT 33/2013

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 33/2013

PREGÃO PRESENCIAL 14/2012

PROCESSO LICITATORIO 50/2012

DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC", referente complementação da Linha nº 02" em conformidade com as especificações e normas estabelecidas no Edital e demais anexos integrantes do citado processo.

DO VALOR TOTAL: R\$ 344.903,52

A CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: MAINAS TUR TRANSPORTES LTDA ME

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 22 de Fevereiro de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

HOMOLOGAÇÃO PL08 PR02-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO CNPJ: 80.912.009/0001-08 RUA ALCIDES ZANIN, 593 C.E.P.: 89906-000 - Paraíso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2016 - PR Processo Administrativo: 8/2016 Processo de Licitação: 8/2016 Data do Processo: 22/01/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Pref. Munic. Paraíso, ERNI GIACOMINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2016
b) Licitação Nr.: 2/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 24/02/2016
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE FASES DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO, PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA CARGOS EFETIVOS E TEMPORÁRIOS PARA O MUNICÍPIO DE PARAISO/SC.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descdo (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

NEIVA BUSS WERNER ME (8631)

1 ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE FAZES DE CONCURSO PÚBLICO PARA NÍVEIS ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR.	ARG	22,00	0,0000	3.250,00	71.500,00
2 ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE FAZES DE PROCESSO SELETIVO.	ARG	25,00	0,0000	2.330,00	58.250,00
				Total do Fornecedor:	129.750,00
				Total Geral:	129.750,00

Paraíso, 24 de Fevereiro de 2016.

ERNI GIACOMINI
PREF. MUNIC. PARAÍSO

Passo de Torres

PREFEITURA

COMUNICADO 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Secretaria de Administração e Finanças

Convite

Convidamos toda comunidade de Passo de Torres para participar da realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL, referente ÀS metas fiscais do 3º quadrimestre de 2015 , a realizar-se nas dependências da Câmara Municipal no dia 29 de fevereiro as 17hs.
Administração municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2016

Câmara de Vereadores de Passo de Torres
Dispensa de Licitação
Objeto: Manutenção do sistema de som do plenário deste Poder Legislativo.
Contratado: Alencar Leffa Policarpo ME CNPJ: 05.812.411/0001-03
Processo Administrativo: 09/2016
Base Legal: art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93

Passo de Torres, 23 de fevereiro de 2016.
Ademilson Batista da Silva
Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2016

Câmara de Vereadores de Passo de Torres
Dispensa de Licitação
Objeto: Aquisição de central telefônica, com 2 linhas e 12 ramais digitais e analógicos bem como um terminal telefônico inteligente.
Contratado: Open Computadores Ltda ME CNPJ: 19.156.301/0001-37
Processo Administrativo: 07/2016
Base Legal: art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93

Passo de Torres, 24 de fevereiro de 2016.
Ademilson Batista da Silva
Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Passos Maia

PREFEITURA

EDITAL N. 0018/2016

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0018/2016

PREGÃO ELETRÔNICO N. 0011/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0018/2016, Modalidade de Pregão eletrônico n. 0011/2016 – Objeto: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços para a aquisição de medicamentos de forma parcelada, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital.. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 14:00 horas/minutos do dia 09/03/2016, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 horas/minutos, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs, ou pelo site da BLL - WWW.bll.org.br . Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia-SC, 24 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal Em Exercício

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº. 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2016

O Município de Paulo Lopes torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, até às 09h55min do dia 11/03/2016. A sessão se dará a partir das 10h00min do dia 11/03/2016, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.paulolopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes, 24 de fevereiro de 2016.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº. 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2016

O Município de Paulo Lopes torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando Registro de Preços para Prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nas máquinas, tratores e implementos agrícolas pertencentes à Secretaria de Obras e Secretaria de Agricultura do Município de Paulo Lopes, com fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, até às 10h55min do dia 11/03/2016. A sessão se dará a partir das 11h00min do dia 11/03/2016, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.paulolopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes, 24 de fevereiro de 2016.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA 048/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 048/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 660/1994, artigo 14º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Gislane Gremelmaier, brasileira, portadora do CPF nº 747.828.190-72, residente e domiciliada no Município Garopaba, matrícula nº 11172, aprovada em Primeiro lugar no Concurso Público, edital nº 001/2016, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Professora, com carga horária de 10 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 22/02/2016 à 22/02/2018 sob Regime Estatutário (Estatuto do Magistério Público do Município de Paulo Lopes), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 22 de Fevereiro de 2016.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 049/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 049/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 660/1994, artigo 14º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Vanessa Alaerte de Oliveira Vieira, brasileira, portadora do CPF nº 048.016.189-52, residente e domiciliada no Município Imbituba/SC, matrícula nº 11173, aprovada em Primeiro lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Professora de Inglês, com carga horária de 20 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 22/02/2016 à 22/02/2018 sob Regime Estatutário (Estatuto do Magistério Público do Município de Paulo Lopes), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 22 de Fevereiro de 2016.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 050/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 050/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 660/1994, artigo 14º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Guilherme Castro Carvalho, brasileiro, portadora do CPF nº 003.827.380-20, residente e domiciliado no Município Garopaba/SC, matrícula nº 11174, aprovado em Primeiro lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 40 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 22/02/2016 à 22/02/2018 sob Regime Estatutário (Estatuto do Magistério Público do Município de Paulo Lopes), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 22 de Fevereiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 051/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 051/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 660/1994, artigo 14º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Cristina Machado da Silva, brasileira, portadora do CPF nº 014.433.935-95, residente e domiciliada no Município Palhoça/SC, matrícula nº 11175, aprovada em Primeiro lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Professor de Artes, com carga horária de 20 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 22/02/2016 à 22/02/2018 sob Regime Estatutário (Estatuto do Magistério Público do Município de Paulo Lopes), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 22 de Fevereiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 052/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 52/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Milson Carlos de Mello, brasileiro, portadora do CPF nº 008.982.979-40, residente e domiciliado no Município Imbituba/SC, matrícula nº 11176, aprovada em Primeiro lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Auxiliar de serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 22/02/2016 à 22/02/2019 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 22 de Fevereiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 053/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 053/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 660/1994, artigo 14º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Luiza dos Santos Virgílio dos Anjos, brasileira, portadora do CPF nº 071.627.549-02, residente e domiciliada no Município de Paulo Lopes/SC, matrícula nº 11177, aprovada em Primeiro lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Professora de Educação Infantil e anos Iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 22/02/2016 à 22/02/2018 sob Regime Estatutário (Estatuto do Magistério Público do Município de Paulo Lopes), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 22 de Fevereiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 054/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 054/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 660/1994, artigo 14º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Gisely Souza dos Santos Prudêncio, brasileira, portadora do CPF nº 060.545.679-85, residente e domiciliada no Município de Paulo Lopes/SC, matrícula nº 11178, aprovada em Segundo lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Professora de Educação Infantil e anos Iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 22/02/2016 à 22/02/2018 sob Regime Estatutário (Estatuto do Magistério Público do Município de Paulo Lopes), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 22 de Fevereiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 055/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 055/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 660/1994, artigo 14º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Joelma de Bona, brasileira, portadora do CPF nº 026.263.459-70, residente e domiciliada no Município de Paulo Lopes/SC, matrícula nº 11179, aprovada em Terceiro lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Professora de Educação Infantil e anos Iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 22/02/2016 à 22/02/2018 sob Regime Estatutário (Estatuto do Magistério Público do Município de Paulo Lopes), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 22 de Fevereiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 056/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 056/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 660/1994, artigo 14º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Ana Regina Moreira, brasileira, portadora do CPF nº 417.205.989-91, residente e domiciliada no Município de Paulo Lopes/SC, matrícula nº 11180, aprovada em Quinto lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Professora de Educação Infantil e anos Iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 22/02/2016 à 22/02/2018 sob Regime Estatutário (Estatuto do Magistério Público do Município de Paulo Lopes), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 22 de Fevereiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 057/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 057/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 660/1994, artigo 14º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Daniele Souza Freitas Pacheco, brasileira, portadora do CPF nº 072.069.049-80, residente e domiciliada no Município de Imbituba/SC, matrícula nº 11181, aprovada em Primeiro lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Professora de Português, com carga horária de 10 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 22/02/2016 à 22/02/2018 sob Regime Estatutário (Estatuto do Magistério Público do Município de Paulo Lopes), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 22 de Fevereiro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2016- FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016 – FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 - FMS PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 36/2015 – FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

ASSINATURA DA ATA: 24/02/2016.

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.

EMPRESA: CELK SISTEMAS LTDA EPP

VALOR DE R\$: DE R\$ 538.000,00 (QUINHENTOS E TRINTA E OITO MIL REAIS)

A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRA-SE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE WWW.PENHA.SC.GOV.BR

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 01/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 01/2016 – RH/PMP

Contratado (A): CLAUDIA MEHLER BOT, na função de Professor I, Artes, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 02/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 02/2016 – RH/PMP

Contratado (A): GABRIELA ANA DOMINGOS, na função de Professor III, Educação Infantil, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 03/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 03/2016 – RH/PMP

Contratado (A): KELLI FERNANDA BAUER, na função de Professor

I, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 04/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 04/2016 – RH/PMP

Contratado (A): JUSCELINO OLIVEIRA, na função de Professor III, Geografia, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 05/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 05/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ELISANDRA PAULINA, na função de Professor I, Artes, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 06/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 06/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ROMARIO JOÃO BENTO, na função de Professor I, Anos Finais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 07/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 07/2016 – RH/PMP

Contratado (A): JANAINA MANISCALCO FELICIO DE SOUZA, na função de Professor I, Anos Finais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 08/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 08/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ÉDNA ANACLETO, na função de Professor I, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 12/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 12/2016 – RH/PMP

Contratado (A): LEILA MORAES DE SOUZA, na função de Professor III, História, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 09/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 09/2016 – RH/PMP

Contratado (A): AUREA MARIA CAMPESTRINI CRISTELLI, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 13/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 13/2016 – RH/PMP

Contratado (A): DULCINEA PEREIRA DUTRA, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 10/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 10/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ELISANDRA MATOZO, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 14/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 14/2016 – RH/PMP

Contratado (A): NISIA MARIA PINTO, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 100/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 100/2016 – RH/PMP

Contratado (A): VIVIANE BATHEKE INOCENCIO, na função de Professor III, Educação Infantil, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de Fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 15/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 15/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ANDREA ZIEHLSDORFF, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 11/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 11/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MARCIO ROBERTO DE OLIVEIRA, na função de Professor III, História, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 16/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 16/2016 – RH/PMP

Contratado (A): SANDRA BERNADETE DE SOUZA AZEVEDO, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 17/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 17/2016 – RH/PMP

Contratado (A): CHAIANE DIAS, na função de Professor III, Artes, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 18/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 18/2016 – RH/PMP

Contratado (A): IVELISE LUZIA SOARES DA COSTA, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 19/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 19/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ROSANA ANTONIA DA SILVA, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 20/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 20/2016 – RH/PMP

Contratado (A): KATIUSCIA LEITE FRANCISCO ALVES, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 21/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 21/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MARTA PACHECO OLIVEIRA SILVA, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 22/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 22/2016 – RH/PMP

Contratado (A): YANDRA ALINE CALDEIRA, na função de Professor I, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 23/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 23/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MARA REGINA DA ROCHA COUTINHO, na função de Professor I, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 24/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 24/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MARLLON RAFAEL GLOXINSKI, na função de Professor III, Educação Física, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 25/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 25/2016 – RH/PMP

Contratado (A): FERNANDA ALVES DANELESKI, na função de Professor I, Artes, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 26/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 26/2016 – RH/PMP

Contratado (A): CREUSA EDIT VERISSIMO, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 27/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 27/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MERCIA REGINA HONORIO, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 28/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 28/2016 – RH/PMP

Contratado (A): JOSEANE PATRICIA CHEGATTI, na função de Professor III, Matemática início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 29/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 29/2016 – RH/PMP

Contratado (A): NEIDE RITA ROMÃO, na função de Professor III, Matemática início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 30/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 30/2016 – RH/PMP

Contratado (A): VANIA LUCIA VICENTE, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 31/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 31/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ELIANE DE SOUZA PEREIRA, na função de Professor III, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40

horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 32/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 32/2016 – RH/PMP

Contratado (A): GIOVANA CLEIA PEREIRA, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 33/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 33/2016 – RH/PMP

Contratado (A): JOSIANE D'AVILA, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 34/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 34/2016 – RH/PMP

Contratado (A): TATIANE MIRA DA SILVA SANTOS, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 35/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 35/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ELISANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA WEIMER, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 36/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 36/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ROSELI HANCK DOS SANTOS, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 37/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 37/2016 – RH/PMP

Contratado (A): JOZE LURDES REINERT, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 38/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 38/2016 – RH/PMP

Contratado (A): JOSIMERE DE BORBA, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 39/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 39/2016 – RH/PMP

Contratado (A): SILVANA DO NASCIMENTO, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 40/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 40/2016 – RH/PMP

Contratado (A): SALETE HANCK VIEIRA, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 41/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 41/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ALINE CRISTINA DOMECIANO ROPELATTO, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 42/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 42/2016 – RH/PMP

Contratado (A): LILIAN REGINA DIAS, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 43/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 43/2016 – RH/PMP

Contratado (A): DILMARA FRANCISCO, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 44/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 44/2016 – RH/PMP

Contratado (A): SANDRA MARA FERREIRA TORRES, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 45/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 45/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MARILENE MELLO DA SILVA, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 46/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 46/2016 – RH/PMP

Contratado (A): SUELEN APARECIDA DE PAULA, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 51/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 51/2016 – RH/PMP

Contratado (A): SHARLENE MARIA KRUGER, na função de Professor I, Geografia início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 47/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 47/2016 – RH/PMP

Contratado (A): BENTA KELLER, na função de Professor III, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 52/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 52/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ROSA MARIA NUNES, na função de Professor III, Geografia início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 48/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 48/2016 – RH/PMP

Contratado (A): CARMEN LUCIA DOS SANTOS, na função de Professor I, Educação Infantil início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 53/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 53/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MARIA ANDREIA SEIDEL, na função de Professor III, Educação Física, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 49/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 49/2016 – RH/PMP

Contratado (A): BRUNO DE SOUZA ABREU, na função de Professor I, Geografia início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 54/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 54/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ALESSANDRO ROBERTO FERNANDES, na função de Professor III, Educação Física, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 50/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 50/2016 – RH/PMP

Contratado (A): CARMELITA BRAATZ DA SILVA, na função de Professor I, Geografia início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 55/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 55/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MICHELLE APARECIDA PORTO NEUMANN, na função de Professor III, Geografia, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 56/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 56/2016 – RH/PMP

Contratado (A): JACKSON REINICKE, na função de Professor III, Ciências, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 57/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 57/2016 – RH/PMP

Contratado (A): DIMAS CARLOS PIMENTEL, na função de Professor III, Ensino Religioso, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 58/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 58/2016 – RH/PMP

Contratado (A): JANINE PINEIRO, na função de Professor III, Artes- EJA, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 59/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 59/2016 – RH/PMP

Contratado (A): DAIANE RAMOS CAPPUA LUGO PEREIRA, na função de Professor III, Ciências - EJA, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 60/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 60/2016 – RH/PMP

Contratado (A): CLAUDEMIR CERCAL, na função de Professor III, História - EJA, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 61/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 61/2016 – RH/PMP

Contratado (A): CLAUDIA MARIA SATO DELGADO, na função de Professor III, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 62/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 62/2016 – RH/PMP

Contratado (A): NEUSA MARINA VOGEL CUNHA, na função de Professor III, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 63/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 63/2016 – RH/PMP

Contratado (A): VIVIANE SCHAEFER, na função de Professor I, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 64/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 64/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ROSEMARI LIMA PALOMBO, na função de Professor III, Artes, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 65/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 65/2016 – RH/PMP

Contratado (A): SANDRA REGINA BOEHRINGER SIEBERT, na função de Professor III, Artes, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 66/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 66/2016 – RH/PMP
Contratado (A): MARIA NEUCIOLI BORBA MEDEIROS, na função de Professor I, Artes, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 67/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 67/2016 – RH/PMP
Contratado (A): MARIA HELENA WAGNER, na função de Professor III, Artes, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 68/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 68/2016 – RH/PMP
Contratado (A): PATRICIA ONDINA COELHO, na função de Professor III, Artes, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 69/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 69/2016 – RH/PMP
Contratado (A): LUCIANE PEREIRA, na função de Professor III, Artes, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 70/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 70/2016 – RH/PMP
Contratado (A): LUCIANE BANISKI, na função de Professor III, Artes, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga

horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 71/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 71/2016 – RH/PMP
Contratado (A): GABRIEL MATEUS BENTO MIGUEL, na função de Professor I, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 72/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 72/2016 – RH/PMP
Contratado (A): SIMONI VALÉRIA ROMÃO MARKOSKI, na função de Professor I, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 73/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 73/2016 – RH/PMP
Contratado (A): ANDREIA LUCIA SANTANA, na função de Professor III, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 74/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016
CONTRATO Nº 74/2016 – RH/PMP
Contratado (A): MONICA SASSO COUTO, na função de Professor I, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 75/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 75/2016 – RH/PMP

Contratado (A): JANAINA REGINA BENTO DE SIQUEIRA, na função de Professor I, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 80/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 80/2016 – RH/PMP

Contratado (A): DORACI CAROLINO, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 76/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 76/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MANOEL FREDERICO DOS PASSOS, na função de Professor III, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 81/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 81/2016 – RH/PMP

Contratado (A): JULIANA JACINTO, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 77/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 77/2016 – RH/PMP

Contratado (A): SOELI APARECIDA RAMALHO ALVES, na função de Professor III, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 82/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 82/2016 – RH/PMP

Contratado (A): CLAUDETE FATIMA DALMAGRO, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 78/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 78/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MARIA VITORIA MAFRA FERREIRA, na função de Professor I, Atendimento Educacional Especial (AEE), início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 83/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 83/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MARI LUCIA HEIDEN, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 79/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 79/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ISABELA MONTIBELLER DE SOUZA KUEHN, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e

CONTRATO Nº 84/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 84/2016 – RH/PMP

Contratado (A): FLAVIA SPIESS, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 85/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 85/2016 – RH/PMP

Contratado (A): VANESSA RIBEIRO, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 86/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 86/2016 – RH/PMP

Contratado (A): LETICIA CLEDINEIA BENTO, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 87/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 87/2016 – RH/PMP

Contratado (A): EDILENE IRIS CALDEIRA LOURENÇO, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 88/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 88/2016 – RH/PMP

Contratado (A): JUCIANE ISABEL DE SOUZA, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 89/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 89/2016 – RH/PMP

Contratado (A): SUZANA ZIMAR SOUZA, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 90/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 90/2016 – RH/PMP

Contratado (A): JONATA JOSUE SCHULZE, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 91/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 91/2016 – RH/PMP

Contratado (A): PRISCILA CASSOL MARINO, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 92/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 92/2016 – RH/PMP

Contratado (A): CLAUDIA CORRADI, na função de Professor III, Anos Iniciais, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 93/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 93/2016 – RH/PMP

Contratado (A): LETICIA DA COSTA FERREIRA EYNG, na função de Professor III, Geografia, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 94/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 94/2016 – RH/PMP

Contratado (A): RENATE PARNO, na função de Professor III, Inglês, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 97/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 97/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MARIA DE FATIMA FERREIRA DO NASCIMENTO, na função de Professor III, Educação Infantil, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 95/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 95/2016 – RH/PMP

Contratado (A): EDUARDO CORDEIRO NORONHA, na função de Professor III, Matemática, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 98/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 98/2016 – RH/PMP

Contratado (A): ANGELITA MARIA DUARTE PEREIRA, na função de Professor III, Educação Infantil, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 96/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 96/2016 – RH/PMP

Contratado (A): GREICI DE ALMEIDA GOMES CHAVES, na função de Professor III, Língua Portuguesa, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 99/2016 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 99/2016 – RH/PMP

Contratado (A): MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA, na função de Professor III, Educação Infantil, início em 15/02/2016 e término em 16/12/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 15 de Fevereiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2015

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina. CONTRATADA: MERKADIA INTERNET EIRELI ME. ASSINATURA: 12/02/2016. VIGÊNCIA: 12 meses. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto serviços de criação e manutenção de website da CONTRATANTE, relacionados ao domínio "www.cvp.sc.gov.br", no qual serão executados: criação e desenvolvimento do website; hospedagem do website; manutenção e consultoria mensal.

Penha, 23 de fevereiro de 2016.

Clóvis Bergamaschi

Presidente

Peritiba

PREFEITURA

RESUMO PROCESSO 08/2016 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 08/2016 – Inexigibilidade de Licitação 01/2016

Objeto: A contratação de empresa para execução do Projeto UAI – Desenvolvimento Econômico Territorial – CR Meio Oeste, atendendo as empresas do Município de Peritiba e desenvolvendo as seguintes ações:

Ação I – Consultoria em gestão, planejamento e empreendedorismo.

Ação II – Capacitação nas áreas de gestão.

Ação III – Consultoria para planejamento do turismo municipal.

Ação IV – Consultoria de Mercado (Acesso ao Mercado e Material Promocional).

Ação V – Consultoria para plano de comunicação.

Dados do Contrato: Contrato nº 24/2016 / Contratado: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SE-BRAE/SC - CNPJ: 82.515.859/0001-06- Data do Contrato: 05/02/2016 - Valor do Contrato: R\$ 61.440,00 (Sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta reais) - Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 08 2016 - MATERIAIS EXPEDIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 12/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO DESTA MUNICIPALIDADE. Empresa LOURDES GRAH MACHADO ME, inscrita no CNPJ: 81.018.186/0001-08, valor R\$ 2.794,89. Empresa CÉLIA REGINA W. SANI ME, inscrita no CNPJ: 04.195.853/0001-87, valor R\$ 15.911,20. Empresa BOZZANO E BOZZANO LTDA ME, inscrita no CNPJ: 85.323.392/0001-82, valor R\$ 3.980,02. JLM DISTRIBUIDORA BR, inscrita no CNPJ: 13.965.228/0001-68, valor R\$ 5.665,95. Data: 23/02/2016. Valor Total: R\$ 28.352,06. Petrolândia, 25 de fevereiro de 2016. Irone Duarte – Prefeito Municipal em Exercício.

PREGÃO PRESENCIAL 11 2016 - PNEUS NOVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 14/2016 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 08/03/2016, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 25 de fevereiro de 2016. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal em Exercício

RESULTADO JULGAMENTO PREGÃO 06 2016 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

ATO RESULTADO DE JULGAMENTO

O Fundo Municipal de Saúde de Petrolândia torna público resultado do julgamento do Processo Licitatório nº 06/2016, modalidade Pregão Presencial nº 06/2016, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE COBERTURA EM ALUMÍNIO E MATERIAIS DE IDENTIFICAÇÃO VISUAL PARA A ACADEMIA DA SAÚDE, CONFORME EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL DA ACADEMIA DA SAÚDE, na qual declara vencedoras as empresas ALUMIL ESQUADRIAS DE ALUMINIO LTDA, com o valor total de R\$ 4.550,00 e a empresa CLERISON BESCHINOCK ME, com o valor total de R\$ 6.833,50. Valor total: R\$ 11.383,50. Data: 24/02/2016. Irone Duarte – Prefeito Municipal em Exercício.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 063/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 063/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A COMPRA DE NITROGÊNIO LÍQUIDO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa LUCINEIA DE FRANÇA EIRELI - ME, autorizado através do Processo nº 050/2016, Dispensa de Licitação nº. 0034/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: LUCINEIA DE FRANÇA EIRELI – ME

CNPJ n.º 21.587.815/0001-09

Endereço: Rua Santo Antonio, 160

PONTE SERRADA - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A COMPRA DE NITROGÊNIO LÍQUIDO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 4.275,00 (Quatro mil duzentos e setenta e cinco reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade...: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto lícitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes

modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos

resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 23 de Fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

LUCINEIA DE FRANÇA EIRELI – ME

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

ANEXOS LRF 6º BIM 2015



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	14.332.075,04	14.332.075,04	2.999.866,94	20,93	15.957.996,20	111,34	-1.625.921,16
RECEITAS CORRENTES	14.327.051,04	14.327.051,04	2.793.029,35	19,49	14.489.298,35	101,13	-162.247,31
RECEITA TRIBUTÁRIA	761.800,00	761.800,00	160.815,03	21,11	768.940,21	100,94	-7.140,21
Impostos	523.600,00	523.600,00	146.838,20	28,04	590.756,57	112,83	-67.156,57
Taxas	205.200,00	205.200,00	13.976,83	6,81	178.183,64	86,83	-27.016,36
Contribuição de Melhoria	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	547.200,00	547.200,00	176.584,38	32,27	644.064,67	117,70	-96.864,67
Contribuições Sociais	490.000,00	490.000,00	162.678,78	33,20	563.455,79	114,99	-73.455,79
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	57.200,00	57.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.200,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	479.230,00	479.230,00	13.905,60	2,90	80.608,88	16,62	-80.608,88
Recursos Imobiliários	8.400,00	8.400,00	208.725,99	43,55	1.020.838,56	213,02	-541.608,56
Recursos de Valores Mobiliários	429.030,00	429.030,00	205.652,93	47,93	998.050,83	232,63	-569.020,83
Recursos de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	41.800,00	41.800,00	3.073,06	7,35	22.041,01	52,73	19.758,99
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	33.000,00	33.000,00	12.162,00	36,85	68.137,00	206,48	-35.137,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.327.641,04	12.327.641,04	2.206.073,81	17,90	11.858.464,48	96,19	469.176,56
Transferências Intergovernamentais	12.206.641,04	12.206.641,04	2.194.147,59	17,98	11.774.730,95	96,46	431.910,09
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	0,00	-250,00
Transferências de Convênios	121.000,00	121.000,00	11.926,22	9,86	83.483,53	68,99	37.516,47
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

PREÇO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)										Continuação
OUTRAS RECEITAS CORRENTES										Em Reais
	177.080,00	177.080,00	28.668,14	16,19		128.853,43	72,77	48.226,57		
Multas e Juros de Mora	24.840,00	24.840,00	5.750,80	23,15		38.895,66	156,58	-14.055,66		
Indenizações e Restituições	6.050,00	6.050,00	0,00	0,00		3.330,80	55,05	2.719,20		
Recicla da Dívida Ativa	8.250,00	8.250,00	3.457,13	41,90		36.905,69	447,34	-28.655,69		
Recicla Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Recicla Correntes Diversas	137.940,00	137.940,00	19.460,21	14,11		49.724,28	36,05	88.218,72		
RECEITAS DE CAPITAL	5.024,00	5.024,00	206.837,59	4.116,99		1.468.697,85	29.233,64	-1.463.673,85		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00		23.656,25	1.182,812	-23.654,25		
Operações de Crédito Internas	2,00	2,00	0,00	0,00		23.656,25	1.182	-23.654,25		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	5.000,00	58.294,59	1.165,89		147.305,42	2.946,11	-142.305,42		
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	39.350,00	0,00		39.350,00	0,00	-39.350,00		
Alienação de Bens Imóveis	5.000,00	5.000,00	18.944,59	378,89		107.955,42	2.159	-102.955,42		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22,00	22,00	148.543,00	675.195,45		1.297.736,18	5.898.800	-1.297.714,18		
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Transferências de Outras Instit. Públicas	22,00	22,00	148.543,00	675.19		1.297.736,18	5.898	-1.297.714,18		
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Recicla de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	959.400,00	959.400,00	288.434,18	30,06		930.003,28	96,94	29.396,72		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.291.475,04	15.291.475,04	3.288.301,12	21,50		16.887.999,48	110,44	-1.596.524,44		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.291.475,04	15.291.475,04	3.288.301,12	21,50		16.887.999,48	110,44	-1.596.524,44		
DÉFICIT (VI)										
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.291.475,04	15.291.475,04	3.288.301,12	21,50		16.887.999,48	110,44	-1.596.524,44		

Continua 2/4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)
Superávit Financeiro
Reabertura de Créditos Adicionais

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.284.946,65	17.132.425,63	1.483.486,72	14.645.146,49	2.487.279,14	2.608.913,62	14.299.566,92	2.832.856,71	14.296.268,92	345.577,57
DESPESAS CORRENTES	13.331.847,04	14.427.992,76	1.352.224,45	12.463.776,41	1.964.216,35	2.396.231,39	12.463.776,41	1.964.216,35	12.463.776,41	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.717.672,00	7.127.601,99	1.249.923,51	6.581.988,66	545.613,33	1.350.633,19	6.581.988,66	545.613,33	6.581.988,66	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.000,00	60.000,00	2.739,14	27.569,88	32.430,12	2.739,14	27.569,88	32.430,12	27.569,88	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.554.175,04	7.240.390,77	99.561,80	5.854.217,87	1.386.172,90	1.042.859,06	5.854.217,87	1.386.172,90	5.854.217,87	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	744.595,61	2.495.928,87	131.262,27	2.181.370,08	314.558,79	212.682,23	1.835.792,51	660.136,36	1.832.492,51	345.577,57
INVESTIMENTOS	513.224,00	2.246.864,36	110.222,92	1.932.306,63	314.557,73	191.642,88	1.586.729,06	660.135,30	1.583.429,06	345.577,57
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.000,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	230.371,61	249.063,51	21.039,35	249.063,45	0,06	21.039,35	249.063,45	0,06	249.063,45	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	195.504,00	195.504,00	0,00	0,00	195.504,00	0,00	0,00	195.504,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.006.528,39	1.034.069,39	220.972,05	930.003,28	104.066,11	220.972,05	930.003,28	104.066,11	930.003,28	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.291.475,04	18.166.495,02	1.704.458,77	15.575.149,77	2.591.345,25	2.829.885,67	15.229.572,20	2.936.922,82	15.226.272,20	345.577,57
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.291.475,04	18.166.495,02	1.704.458,77	15.575.149,77	2.591.345,25	2.829.885,67	15.229.572,20	2.936.922,82	15.226.272,20	345.577,57
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.291.475,04	18.166.495,02	1.704.458,77	15.575.149,77	2.591.345,25	2.829.885,67	16.887.999,48	2.936.922,82	15.226.272,20	345.577,57

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS CORRENTES	959.400,00	959.400,00	288.434,18	30,06	930.003,28	29.396,72
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	959.400,00	959.400,00	288.434,18	30,06	930.003,28	29.396,72

Continua 3 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)		Continuação	
Contribuições Sociais		Em Reais	
TOTAL		959.400,00	29.396,72
		959.400,00	29.396,72

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS CORRENTES	986.900,00	1.002.097,36	208.628,41	898.031,25	104.066,11	208.628,41	898.031,25	104.066,11	898.031,25	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	971.900,00	984.097,36	208.328,37	882.765,13	101.332,23	208.328,37	882.765,13	101.332,23	882.765,13	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.000,00	18.000,00	300,04	15.266,12	2.733,88	300,04	15.266,12	2.733,88	15.266,12	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	19.628,39	31.972,03	12.343,64	31.972,03	0,00	12.343,64	31.972,03	0,00	31.972,03	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	19.628,39	31.972,03	12.343,64	31.972,03	0,00	12.343,64	31.972,03	0,00	31.972,03	0,00
TOTAL	1.006.528,39	1.034.069,39	220.972,05	930.003,28	104.066,11	220.972,05	930.003,28	104.066,11	930.003,28	0,00

Fonte: Sistema e-Pública (2087-8494-341). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 23/02/2016 e hora de emissão: 09:44.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS

Contadora

CRC Nº 039846/O-8

SANDRA R. P. BRESSAN

Controlador Interno

CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	4.758.359,57
2015	743.654,97	428.239,01	315.415,96	5.073.775,53
2016	717.644,08	760.327,84	-42.683,76	5.031.091,77
2017	729.050,36	858.822,79	-129.772,43	4.901.319,34
2018	727.334,49	937.363,45	-210.028,96	4.691.290,38
2019	691.938,28	1.041.038,85	-349.100,57	4.342.189,81
2020	761.400,05	1.160.567,40	-399.167,35	3.943.022,46
2021	794.762,63	1.256.249,97	-461.487,34	3.481.535,12
2022	753.320,63	1.340.611,93	-587.291,30	2.894.243,82
2023	744.909,97	1.422.275,95	-677.365,98	2.216.877,84
2024	785.310,42	1.494.586,07	-709.275,65	1.507.602,19
2025	794.207,33	1.554.478,13	-760.270,80	747.331,39
2026	752.372,04	1.600.842,68	-848.470,64	-101.139,25
2027	799.396,34	1.637.731,87	-838.335,53	-939.474,78
2028	805.093,50	1.670.119,99	-865.026,49	-1.804.501,27
2029	790.970,22	1.704.667,72	-913.697,50	-2.718.198,77
2030	823.542,72	1.737.530,08	-913.987,36	-3.632.186,13
2031	807.411,94	1.762.080,26	-954.668,32	-4.586.854,45
2032	806.139,28	1.805.549,01	-999.409,73	-5.586.264,18
2033	816.029,67	1.844.341,15	-1.028.311,48	-6.614.575,66
2034	820.374,01	1.871.034,01	-1.050.660,00	-7.665.235,66
2035	795.799,24	1.886.715,21	-1.090.915,97	-8.756.151,63
2036	788.832,48	1.900.878,70	-1.112.046,22	-9.868.197,85
2037	811.923,79	1.904.877,51	-1.092.953,72	-10.961.151,57
2038	809.302,63	1.896.831,20	-1.087.528,57	-12.048.680,14
2039	778.414,27	1.881.907,33	-1.103.493,06	-13.152.173,20
2040	782.005,04	1.879.312,50	-1.097.307,46	-14.249.480,66
2041	777.213,49	1.888.821,82	-1.111.608,33	-15.361.088,99
2042	762.263,02	1.905.847,40	-1.143.584,38	-16.504.673,37
2043	780.376,69	1.914.338,70	-1.133.962,01	-17.638.635,38
2044	759.288,89	1.909.911,11	-1.150.622,22	-18.789.257,60
2045	741.216,70	1.908.691,11	-1.167.474,41	-19.956.732,01
2046	750.198,72	1.907.797,66	-1.157.598,94	-21.114.330,95
2047	483.545,35	1.896.291,45	-1.412.746,10	-22.527.077,05
2048	471.020,93	1.879.325,94	-1.408.305,01	-23.935.382,06
2049	462.301,54	1.850.689,09	-1.388.387,55	-25.323.769,61
2050	449.487,95	1.812.622,73	-1.363.134,78	-26.686.904,39
2051	416.582,42	1.767.560,66	-1.350.978,24	-28.037.882,63
2052	404.581,00	1.717.964,85	-1.313.383,85	-29.351.266,48
2053	392.369,42	1.666.045,62	-1.273.676,20	-30.624.942,68
2054	379.755,28	1.612.547,82	-1.232.792,54	-31.857.735,22
2055	366.971,50	1.558.265,38	-1.191.293,88	-33.049.029,10
2056	354.094,36	1.503.585,37	-1.149.491,01	-34.198.520,11
2057	341.183,82	1.448.763,55	-1.107.579,73	-35.306.099,84
2058	328.241,79	1.393.808,94	-1.065.567,15	-36.371.666,99
2059	315.234,45	1.338.575,15	-1.023.340,70	-37.395.007,69
2060	302.274,15	1.283.542,05	-981.267,90	-38.376.275,59
2061	289.459,58	1.229.127,73	-939.668,15	-39.315.943,74
2062	276.916,54	1.175.866,41	-898.949,87	-40.214.893,61
2063	264.674,51	1.123.883,29	-859.208,78	-41.074.102,39

1 / 2



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015

Continuação

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

2064	252.594,11	1.072.586,45	-819.992,34	-41.894.094,73
2065	240.595,85	1.021.638,42	-781.042,57	-42.675.137,30
2066	229.051,73	972.618,81	-743.567,08	-43.418.704,38
2067	218.097,69	926.104,84	-708.007,15	-44.126.711,53
2068	207.512,64	881.157,70	-673.645,06	-44.800.356,59
2069	197.231,87	837.502,65	-640.270,78	-45.440.627,37
2070	187.352,12	795.550,40	-608.198,28	-46.048.825,65
2071	177.848,79	755.196,57	-577.347,78	-46.626.173,43
2072	168.682,64	716.274,46	-547.591,82	-47.173.765,25
2073	159.813,26	678.612,55	-518.799,29	-47.692.564,54
2074	151.208,81	642.075,62	-490.866,81	-48.183.431,35
2075	142.842,92	606.551,69	-463.708,77	-48.647.140,12
2076	134.751,00	572.191,09	-437.440,09	-49.084.580,21
2077	126.964,63	539.127,93	-412.163,30	-49.496.743,51
2078	119.318,32	506.659,55	-387.341,23	-49.884.084,74
2079	112.020,73	475.671,89	-363.651,16	-50.247.735,90
2080	105.108,84	446.322,03	-341.213,19	-50.588.949,09
2081	98.508,09	418.293,38	-319.785,29	-50.908.734,38
2082	92.187,77	391.455,50	-299.267,73	-51.208.002,11
2083	86.253,90	366.258,62	-280.004,72	-51.488.006,83
2084	80.710,86	342.721,29	-262.010,43	-51.750.017,26
2085	75.509,96	320.636,76	-245.126,80	-51.995.144,06
2086	70.584,56	299.722,13	-229.137,57	-52.224.281,63
2087	66.011,80	280.304,87	-214.293,07	-52.438.574,70
2088	61.839,29	262.587,20	-200.747,91	-52.639.322,61

FONTE: Sistema e-Pública (2240-6196-908). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 23/02/2016 e hora de emissão: 10:20.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS

Contadora
CRC Nº 039946/O-8

SANDRA R. P. BRESSAN

Controle Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	533.170,00	533.170,00	601.321,38	112,78
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	103.400,00	103.400,00	57.169,64	55,29
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	66.000,00	66.000,00	93.922,62	142,31
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	200.200,00	200.200,00	255.564,67	127,65
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	154.000,00	154.000,00	184.099,64	119,55
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.650,00	1.650,00	1.052,63	63,80
Dívida Ativa dos Impostos	5.500,00	5.500,00	6.325,70	115,01
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.420,00	2.420,00	3.186,48	131,67
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.114.300,00	12.114.300,00	11.648.999,54	96,16
Cota-parte FPM	6.710.000,00	6.710.000,00	5.891.264,88	87,80
Cota-parte ITR	3.300,00	3.300,00	2.439,10	73,91
Cota-parte IPVA	462.000,00	462.000,00	510.785,38	110,56
Cota-parte ICMS	4.840.000,00	4.840.000,00	5.142.727,32	106,25
Cota-parte do IPI - Exportação	70.400,00	70.400,00	80.160,08	113,86
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	28.600,00	28.600,00	21.622,78	75,60
Desoneração ICMS (LC 87/96)	28.600,00	28.600,00	21.622,78	75,60
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.647.470,00	12.647.470,00	12.250.320,92	96,86

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	618.405,04	618.405,04	867.821,82	140,33
Provenientes da União	571.103,04	571.103,04	778.268,57	136,27
Provenientes dos Estados	47.302,00	47.302,00	89.553,25	189,32
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	618.405,04	618.405,04	867.821,82	140,33

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	3.108.341,54	3.320.279,63	3.075.986,80	92,64	3.075.986,80	92,64	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.591.700,00	1.648.329,97	1.594.051,06	96,71	1.594.051,06	96,71	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.516.641,54	1.671.949,66	1.481.935,74	88,64	1.481.935,74	88,64	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	124.705,00	193.162,79	130.665,60	67,65	130.665,60	67,65	0,00
Investimentos	124.705,00	193.162,79	130.665,60	67,65	130.665,60	67,65	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.233.046,54	3.513.442,42	3.206.652,40	91,27	3.206.652,40	91,27	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	626.605,04	844.526,60	707.322,54	22,06	707.322,54	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	626.505,04	844.426,60	707.322,54	22,06	707.322,54	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	626.605,04	844.526,60	707.322,54	22,06	707.322,54	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.606.441,50	2.668.915,82	2.499.329,86	77,94	2.499.329,86	77,94	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%^{4 e 5}	20,40
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]⁶	661.781,72

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2010	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2010 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PREPROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	3.221.345,54	3.505.141,42	3.198.700,80	99,75	3.198.700,80	99,75	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.200,00	8.200,00	7.951,60	0,25	7.951,60	0,25	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	3.501,00	101,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.233.046,54	3.513.442,42	3.206.652,40	100,00	3.206.652,40	100,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1809-4454-728). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 23/02/2016 e hora de emissão: 11:44.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC Nº 039946/O-8

SANDRA R. P. BRESSAN
Controle Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		15.291.475,04			
Previsão Atualizada		15.291.475,04			
Receitas Realizadas		16.887.999,48			
Déficit Orçamentário		0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		1.564.634,98			
DESPESAS					
Dotação Inicial		15.291.475,04			
Créditos Adicionais		2.875.019,98			
Dotação Atualizada		18.166.495,02			
Despesas Empenhadas		15.575.149,77			
Despesas Liquidadas		15.229.572,20			
Despesas Pagas		15.226.272,20			
Superávit Orçamentário		1.658.427,28			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		15.575.149,77			
Despesas Liquidadas		15.229.572,20			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		14.219.708,33			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		1.658.893,71			
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		710.774,52			
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		948.119,19			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		-200.000,00	-658.511,82	329,26	
Resultado Primário		-109.032,00	813.286,26	-745,92	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	240.726,81	1.930,97	222.770,02	16.025,82	
Poder Executivo	240.726,81	1.930,97	222.770,02	16.025,82	
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	240.726,81	1.930,97	222.770,02	16.025,82	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		3.588.117,31	25,00	28,53	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		904.034,83	60,00	82,99	
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito		23.656,25	-23.654,25		
Despesa de Capital Líquida		2.213.342,11	314.558,79		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício¹	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	785.310,42	820.374,01	462.301,54
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	1.494.586,07	1.871.034,01	1.850.689,09
Resultado Previdenciário (IV - V)		0,00	-709.275,65	-1.050.660,00	-1.388.387,55

1 / 2



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Continuação

Em Reais

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	150.846,35	-144.546,35	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	317.160,95	126.217,17	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.499.329,86	15,00	20,40
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)	0,00		

FONTE: Sistema e-Pública (2055-1932-712). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 23/02/2016 e hora de emissão: 11:50.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS

Contadora
CRC Nº 039946/O-8

SANDRA R. P. BRESSAN

Controle Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)		Em Reais
				No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		14.284.946,65	17.132.425,63	1.483.486,72	14.645.146,49	94,03	2.487.279,14	2.608.913,62	14.299.568,92	93,89	2.832.856,71	345.577,57
LEGISLATIVA		609.000,00	609.000,00	79.108,74	411.993,36	2,65	197.006,64	81.478,44	411.993,36	2,71	197.006,64	0,00
Ação Legislativa		609.000,00	609.000,00	79.108,74	411.993,36	2,65	197.006,64	81.478,44	411.993,36	2,71	197.006,64	0,00
ADMINISTRAÇÃO		2.162.752,00	2.278.853,00	175.671,56	2.128.330,06	13,66	150.522,94	376.821,61	2.128.330,06	13,97	150.522,94	0,00
Administração Geral		2.162.752,00	2.278.853,00	175.671,56	2.128.330,06	13,66	150.522,94	376.821,61	2.128.330,06	13,97	150.522,94	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA		45.690,00	146.006,91	1.424,96	102.495,01	0,66	43.511,90	15.893,26	102.495,01	0,67	43.511,90	0,00
Policimento		20.790,00	108.226,81	701,70	71.376,20	0,46	36.850,61	701,70	71.376,20	0,47	36.850,61	0,00
Defesa Civil		24.900,00	37.780,10	723,26	31.118,81	0,20	6.661,29	15.191,56	31.118,81	0,20	6.661,29	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL		968.098,00	1.254.915,45	152.542,80	860.440,27	5,52	394.475,18	205.261,93	860.440,27	5,65	394.475,18	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente		10.000,00	10.250,00	-1,00	1.497,95	0,01	8.752,05	0,00	1.497,95	0,01	8.752,05	0,00
Assistência Comunitária		958.098,00	1.244.665,45	152.543,80	858.942,32	5,51	385.723,13	205.261,93	858.942,32	5,64	385.723,13	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		1.113.000,00	1.113.000,00	37.080,52	710.774,52	4,56	402.225,48	137.790,20	710.774,52	4,67	402.225,48	0,00
Previdência do Regime Estatutário		1.113.000,00	1.113.000,00	37.080,52	710.774,52	4,56	402.225,48	137.790,20	710.774,52	4,67	402.225,48	0,00
SAÚDE		3.019.146,54	3.328.045,06	358.698,35	3.044.479,16	19,55	283.565,90	630.065,51	3.044.479,16	19,99	283.565,90	0,00
Atenção Básica		3.007.445,54	3.319.744,06	354.659,25	3.036.527,56	19,50	283.216,50	636.026,41	3.036.527,56	19,94	283.216,50	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		8.200,00	8.200,00	4.039,10	7.951,60	0,05	248,40	4.039,10	7.951,60	0,05	248,40	0,00
Abastecimento		3.501,00	101,00	0,00	0,00	0,00	101,00	0,00	0,00	0,00	101,00	0,00
EDUCAÇÃO		2.315.990,50	3.223.690,52	349.328,86	2.970.237,96	19,07	253.452,56	501.571,32	2.868.911,70	18,84	354.778,82	101.326,26
Ensino Fundamental		2.037.689,50	2.810.331,71	295.509,60	2.605.843,26	16,73	204.488,45	446.002,06	2.504.517,00	16,45	305.814,71	101.326,26
Ensino Superior		66.000,00	40.400,00	-1.400,00	29.900,00	0,19	10.500,00	-1.400,00	29.900,00	0,20	10.500,00	0,00
Educação Infantil		189.201,00	351.958,81	55.219,26	313.494,70	2,01	38.464,11	55.219,26	313.494,70	2,06	38.464,11	0,00
Educação Especial		23.100,00	21.000,00	0,00	21.000,00	0,13	0,00	1.750,00	21.000,00	0,14	0,00	0,00
CULTURA		203.000,00	203.000,00	44.933,85	128.365,75	0,82	74.634,25	45.533,95	128.365,75	0,84	74.634,25	0,00
Diffusão Cultural		203.000,00	203.000,00	44.933,85	128.365,75	0,82	74.634,25	45.533,95	128.365,75	0,84	74.634,25	0,00
URBANISMO		310.294,00	658.646,13	66.000,96	583.302,36	3,75	75.343,77	127.129,44	339.051,05	2,23	319.595,08	244.251,31
Infra-Estrutura Urbana		63.504,00	419.596,18	48.374,83	395.091,02	2,54	24.505,16	88.302,36	150.839,71	0,99	268.756,47	244.251,31
Serviços Urbanos		246.790,00	239.049,95	17.626,13	188.211,34	1,21	50.838,61	38.827,08	188.211,34	1,24	50.838,61	0,00
HABITAÇÃO		22.001,00	501,00	0,00	0,00	0,00	501,00	0,00	0,00	0,00	501,00	0,00
Habitação Urbana		22.001,00	501,00	0,00	0,00	0,00	501,00	0,00	0,00	0,00	501,00	0,00
SANEAMENTO		5.501,00	24.157,26	0,00	23.656,25	0,15	501,01	0,00	23.656,25	0,16	501,01	0,00
Saneamento Básico Urbano		5.501,00	24.157,26	0,00	23.656,25	0,15	501,01	0,00	23.656,25	0,16	501,01	0,00



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)		DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
						No Bimestre		Até o bimestre (b)		% (b/total b)		No Bimestre		Até o bimestre (d)		% (d/total d)				
GESTÃO AMBIENTAL		3.500,00		3.500,00		566,00		566,00		0,00		566,00		566,00		0,00		2.934,00		0,00
Preservação e Conservação Ambiental		3.500,00		3.500,00		566,00		566,00		0,00		566,00		566,00		0,00		2.934,00		0,00
AGRICULTURA		595.670,00		627.300,63		61.723,60		569.866,91		3,66		57.433,72		569.866,91		3,74		57.433,72		0,00
Extensão Rural		583.668,00		583.668,00		58.423,60		551.556,91		3,54		32.111,09		551.556,91		3,62		32.111,09		0,00
Promoção da Produção Agropecuária		12.002,00		43.632,63		3.300,00		18.310,00		0,12		25.322,63		3.300,00		0,12		25.322,63		0,00
INDÚSTRIA		5.401,00		102,00		0,00		0,00		0,00		102,00		0,00		0,00		102,00		0,00
Promoção Industrial		5.401,00		102,00		0,00		0,00		0,00		102,00		0,00		0,00		102,00		0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS		11.000,00		11.000,00		158,91		3.444,62		0,02		7.555,38		158,91		0,02		7.555,38		0,00
Turismo		11.000,00		11.000,00		158,91		3.444,62		0,02		7.555,38		158,91		0,02		7.555,38		0,00
TRANSPORTE		2.033.526,00		2.737.327,97		104.513,19		2.523.411,24		16,20		213.916,73		332.732,35		16,57		213.916,73		0,00
Transporte Rodoviário		2.033.526,00		2.737.327,97		104.513,19		2.523.411,24		16,20		213.916,73		332.732,35		16,57		213.916,73		0,00
DESPORTO E LAZER		112.501,00		179.847,73		785,92		163.890,04		1,05		15.957,69		7.775,92		1,08		15.957,69		0,00
Desporto Comunitário		112.501,00		179.847,73		785,92		163.890,04		1,05		15.957,69		7.775,92		1,08		15.957,69		0,00
ENCARGOS ESPECIAIS		540.371,61		525.027,97		50.948,50		419.892,98		2,70		105.134,99		50.948,50		2,76		105.134,99		0,00
Outros Encargos Especiais		540.371,61		525.027,97		50.948,50		419.892,98		2,70		105.134,99		50.948,50		2,76		105.134,99		0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		208.504,00		208.504,00		0,00		0,00		0,00		208.504,00		0,00		0,00		208.504,00		0,00
Reserva de Contingência		208.504,00		208.504,00		0,00		0,00		0,00		208.504,00		0,00		0,00		208.504,00		0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		1.006.528,39		1.034.069,39		220.972,05		930.003,28		5,97		104.066,11		220.972,05		6,11		104.066,11		0,00
TOTAL (III) = (I + II)		15.291.475,04		18.166.495,02		1.704.458,77		15.575.149,77		100,00		2.591.345,25		2.829.885,67		100,00		2.936.922,82		345.577,57



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

PRREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
				No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		1.006.528,39	1.034.069,39	220.972,05	930.003,28	100,00	220.972,05	930.003,28	100,00	104.066,11	
LEGISLATIVA		13.000,00	13.000,00	3.225,17	10.545,41	1,13	3.225,17	10.545,41	1,13	2.454,59	
Ação Legislativa		13.000,00	13.000,00	3.225,17	10.545,41	1,13	3.225,17	10.545,41	1,13	2.454,59	
ADMINISTRAÇÃO		152.000,00	152.000,00	34.251,72	151.765,55	16,32	34.251,72	151.765,55	16,32	234,45	
Administração Geral		152.000,00	152.000,00	34.251,72	151.765,55	16,32	34.251,72	151.765,55	16,32	234,45	
ASSISTÊNCIA SOCIAL		4.000,00	9.800,00	3.190,68	8.066,89	0,87	3.190,68	8.066,89	0,87	1.733,11	
Assistência Comunitária		4.000,00	9.800,00	3.190,68	8.066,89	0,87	3.190,68	8.066,89	0,87	1.733,11	
SAÚDE		236.000,00	204.397,36	42.035,21	180.773,24	19,44	42.035,21	180.773,24	19,44	23.624,12	
Atenção Básica		236.000,00	204.397,36	42.035,21	180.773,24	19,44	42.035,21	180.773,24	19,44	23.624,12	
EDUCAÇÃO		282.900,00	320.900,00	70.210,80	290.037,42	31,19	70.210,80	290.037,42	31,19	30.862,58	
Ensino Fundamental		244.400,00	267.400,00	49.567,75	244.678,99	26,31	49.567,75	244.678,99	26,31	22.721,01	
Educação Infantil		38.500,00	53.500,00	20.643,05	45.358,43	4,88	20.643,05	45.358,43	4,88	8.141,57	
AGRICULTURA		72.000,00	72.000,00	15.691,54	68.072,54	7,32	15.691,54	68.072,54	7,32	3.927,46	
Extensão Rural		72.000,00	72.000,00	15.691,54	68.072,54	7,32	15.691,54	68.072,54	7,32	3.927,46	
TRANSPORTE		212.000,00	212.000,00	39.723,25	173.504,08	18,66	39.723,25	173.504,08	18,66	38.495,92	
Transporte Rodoviário		212.000,00	212.000,00	39.723,25	173.504,08	18,66	39.723,25	173.504,08	18,66	38.495,92	
ENCARGOS ESPECIAIS		34.628,39	49.972,03	12.643,68	47.238,15	5,08	12.643,68	47.238,15	5,08	2.733,88	
Outros Encargos Especiais		34.628,39	49.972,03	12.643,68	47.238,15	5,08	12.643,68	47.238,15	5,08	2.733,88	
TOTAL		1.006.528,39	1.034.069,39	220.972,05	930.003,28	100,00	220.972,05	930.003,28	100,00	104.066,11	
FONTE: Sistema e-Pública (1690-0902-456), Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, Data da emissão: 23/02/2016 e hora de emissão: 09:49.											

FONTE: Sistema e-Pública (1690-0902-456). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 23/02/2016 e hora de emissão: 09:49.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC Nº 039846/O-8

SANDRA R. P. BRESSAN
Controle Interno
CPF: 560.708.299-72





MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Jan/2015	Fev/2015	Março/2015	Abril/2015	Mai/2015	Junho/2015	Julho/2015					
RECEITAS CORRENTES (I)	1.453.725,75	1.372.161,64	1.255.018,03	1.360.017,51	1.505.463,29	1.497.026,31	1.368.789,65					
Receita Tributária	9.257,31	43.670,79	41.198,90	48.159,16	76.576,25	173.837,34	67.163,28					
IP/TU	0,00	0,00	0,00	0,00	1.365,16	45.554,62	5.363,15					
ISS	3.261,93	13.410,27	12.979,41	13.606,29	41.416,73	17.148,78	24.744,72					
ITBI	3.536,75	2.424,77	6.754,00	6.406,41	1.440,84	20.929,95	13.373,59					
IRRF	492,49	13.616,87	14.039,28	10.411,82	22.099,27	12.996,52	10.304,83					
Outras Receitas Tributárias	1.966,14	14.218,88	7.426,21	17.734,64	10.254,25	77.207,47	13.376,99					
Receitas de Contribuições	10.614,97	49.100,40	47.006,68	47.744,30	50.951,14	52.916,10	51.603,16					
Receita Patrimonial	99.890,46	71.874,74	74.656,50	70.846,63	100.777,14	72.430,87	107.685,99					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	7.141,79	88,21	1.870,00	3.235,00	6.335,00	3.650,00	15.270,00					
Transferências Correntes	1.325.594,73	1.199.019,41	1.081.757,41	1.181.171,63	1.263.096,85	1.178.457,90	1.115.586,92					
Cota-Parte FPM	599.335,67	611.805,61	445.610,52	480.931,82	591.411,98	514.588,39	450.762,43					
Cota-Parte do ICMS	473.009,34	421.665,64	423.480,68	455.218,89	430.753,07	412.798,41	416.731,56					
Cota-Parte do IPVA	27.714,37	30.186,59	49.846,27	50.089,66	54.618,53	54.634,67	59.813,27					
Cota-Parte do ITR	42,10	0,00	0,00	12,55	0,00	13,34	0,00					
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	7.207,58	1.801,90	1.801,90	1.801,90					
Transferências da LC 61/1989	9.871,95	5.873,24	5.761,45	6.034,24	6.807,30	6.483,96	5.973,04					
Transferências do FUNDEB	96.630,39	89.326,95	87.115,50	94.265,56	95.133,33	90.390,52	86.542,29					
Outras Transferências Correntes	118.990,91	40.161,38	69.942,99	87.411,33	82.570,74	97.746,71	93.962,43					
Outras Receitas Correntes	1.226,49	8.408,09	8.528,54	8.860,79	7.726,91	15.734,10	11.480,30					
DEDUÇÕES (II)	221.994,48	234.227,08	203.254,73	219.590,07	237.905,71	218.555,50	193.980,93					
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	20.321,04	18.315,17	19.691,34	20.827,34	20.491,57	20.909,89					
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	221.994,48	213.906,04	184.939,56	199.898,73	217.078,37	198.063,93	173.071,04					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.231.731,27	1.137.934,56	1.051.763,30	1.140.427,44	1.267.557,58	1.278.470,81	1.174.808,72					

1 / 2



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

Continuação
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						
	Agosto/2015	Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015	Dezembro/2015	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2015
RECEITAS CORRENTES (I)	1.221.518,43	1.234.432,16	1.366.731,91	1.374.862,93	1.809.348,18	16.819.095,79	16.749.911,04
Receita Tributária	43.446,78	53.781,23	51.034,14	48.852,17	111.962,86	768.940,21	761.800,00
IPTU	999,73	1.598,31	1.244,46	435,04	609,17	57.169,64	103.400,00
ISS	18.605,06	26.732,12	13.743,33	8.864,05	61.051,98	255.564,67	200.200,00
ITBI	2.976,10	4.682,83	13.080,00	779,22	17.538,16	93.922,62	66.000,00
IRRF	14.944,45	15.328,88	12.304,65	31.504,98	26.055,60	184.099,64	154.000,00
Outras Receitas Tributárias	5.921,44	5.439,09	10.661,70	7.268,88	6.707,95	178.183,64	238.200,00
Receitas de Contribuições	51.567,77	52.824,01	53.151,76	92.711,20	83.873,18	644.064,67	547.200,00
Receita Patrimonial	18.647,54	61.142,36	134.160,34	70.577,99	138.148,00	1.020.838,56	479.230,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	3.350,00	7.770,00	7.265,00	5.992,00	6.170,00	68.137,00	33.000,00
Transferências Correntes	1.096.445,21	1.046.155,28	1.103.721,01	1.135.353,32	1.461.902,25	14.188.261,92	14.750.501,04
Cota-Parte FPM	445.648,92	371.540,26	422.874,40	477.458,38	807.350,66	6.219.319,04	6.963.000,00
Cota-Parte do ICMS	400.314,40	417.824,35	432.025,97	434.618,87	424.286,14	5.142.727,32	4.840.000,00
Cota-Parte do IPVA	46.511,38	37.527,05	46.251,91	32.776,63	20.815,05	510.785,38	462.000,00
Cota-Parte do ITR	15,00	550,68	1.786,66	13,77	5,00	2.439,10	3.300,00
Transferências da LC 87/1996	1.801,90	1.801,90	1.801,90	1.801,90	1.801,90	21.622,78	28.600,00
Transferências da LC 61/1989	6.355,58	6.337,54	7.351,04	6.697,44	6.613,30	80.160,08	70.400,00
Transferências do FUNDEB	88.956,56	84.838,75	90.015,37	88.909,87	91.550,30	1.083.675,39	1.144.000,00
Outras Transferências Correntes	106.841,47	125.734,75	101.613,76	93.076,46	109.479,90	1.127.532,83	1.239.201,04
Outras Receitas Correntes	8.061,13	12.759,28	17.399,66	21.376,25	7.291,89	128.853,43	177.080,00
DEDUÇÕES (II)	201.115,58	188.296,14	204.117,80	233.109,98	243.239,46	2.599.387,46	2.697.860,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	20.986,36	21.179,98	21.699,65	42.436,79	42.730,89	269.590,02	275.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	180.129,22	167.116,16	182.418,15	190.673,19	200.508,57	2.329.797,44	2.422.860,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.020.402,85	1.046.136,02	1.162.614,11	1.141.752,95	1.566.108,72	14.219.708,33	14.052.051,04

FONTE: Sistema e-Pública (2060-5703-435). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 23/02/2016 e hora de emissão: 09:50.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC Nº 0399846/O-8

SANDRA R. P. BRESSAN
Controlador Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	563.000,00	563.000,00	916.213,96	775.594,26	
RECEITAS CORRENTES	563.000,00	563.000,00	916.213,96	775.594,26	
Recargas de Contribuição dos Segurados	275.000,00	275.000,00	269.590,02	260.608,26	
Pessoal Civil	275.000,00	275.000,00	269.590,02	260.608,26	
Ativo	275.000,00	275.000,00	269.590,02	260.608,26	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recargas Patrimoniais	200.000,00	200.000,00	646.623,94	487.755,23	
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga de Valores Mobiliários	200.000,00	200.000,00	646.623,94	487.755,23	
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recargas Correntes	88.000,00	88.000,00	0,00	27.230,77	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Recargas Correntes	88.000,00	88.000,00	0,00	27.230,77	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	745.504,00	745.504,00	742.679,75	630.994,15	
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III)=(I+II)	1.308.504,00	1.308.504,00	1.658.893,71	1.406.588,41	

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Em 2015	Em 2014



ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

APORTES REALIZADOS

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)	Continuação
Valor	Em Reais
	195.504,00

BENS E DIREITOS DO RPPS				PERÍODO DE REFERÊNCIA	
				2015	2014
Caixa				0,00	0,00
Bancos Conta Movimento				0,00	50,00 D
Investimentos				5.684.515,87 D	9.030.597,30 D
Outros Bens e Direitos				0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)		745.504,00	745.504,00	742.679,75	630.994,15
Recarga de Contribuições		745.504,00	745.504,00	742.679,75	630.994,15
Patronal		745.504,00	745.504,00	695.441,60	621.459,85
Pessoal Civil		745.504,00	745.504,00	695.441,60	621.459,85
Ativo		745.504,00	745.504,00	695.441,60	621.459,85
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	47.238,15	9.534,30
Recarga Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI)=(VIII+IX-X)		745.504,00	745.504,00	742.679,75	630.994,15

Continua 3 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II) Continuação
Em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Em 2015	Em 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII)=(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2457-8443-6341). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 23/02/2016 e hora de emissão: 09:53.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRÜTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC Nº 039846/O-8

SANDRA R. P. BRESSAN
Controlador Interno
CPF: 560.708.299-72

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2014 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	363.873,04	152.220,44	192.899,29
Deduções(II)	3.126.891,15	3.802.362,89	3.614.429,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.126.891,15	3.799.476,97	3.617.686,67
Demais Haveres Financeiros	0,00	2.885,92	42,55
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	3.300,00
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-2.763.018,11	-3.650.142,45	-3.421.529,93
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-2.763.018,11	-3.650.142,45	-3.421.529,93

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	228.612,52	-658.511,82

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	-200.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/12/2014	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	3.750.872,71	3.750.872,71	9.371.690,16
Passivo Atuarial	3.750.872,71	3.750.872,71	9.371.690,16
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	4.736.396,68	5.373.870,82	5.684.515,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	4.736.396,68	5.373.870,82	5.684.515,87
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	-985.523,97	-1.622.998,11	3.687.174,29
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	-985.523,97	-1.622.998,11	3.687.174,29

FONTE: Sistema e-Pública (1541-2988-778). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 23/02/2016 e hora de emissão: 09:54.

EÚZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC Nº 039946/O-8

SANDRA R. P. BRESSAN
Controle Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		14.857.421,04	14.421.250,80	13.717.663,67	
Recargas Tributárias		761.800,00	768.940,21	613.524,20	
IPTU		103.400,00	57.169,64	53.876,83	
ISS		200.200,00	255.564,67	192.173,20	
ITBI		66.000,00	93.922,62	36.135,23	
IRRF		154.000,00	184.099,64	170.249,35	
Outras Receitas Tributárias		238.200,00	178.183,64	161.089,59	
Recargas de Contribuições		1.506.600,00	1.574.067,95	1.401.700,10	
Outras Receitas de Contribuições		1.020.504,00	1.012.269,77	1.072.304,93	
Recarga Patrimonial Líquida		486.096,00	561.798,18	329.395,17	
Recarga Patrimonial		50.200,00	22.787,73	23.784,47	
(-) Aplicações Financeiras		479.230,00	1.020.838,56	762.733,03	
Transferências Correntes		429.030,00	998.050,83	738.948,56	
FPM		12.327.641,04	11.858.464,48	11.507.189,71	
ICMS		5.621.000,00	5.041.066,41	4.522.990,50	
Convênios		3.872.000,00	4.114.182,92	3.923.428,15	
Outras Transferências Correntes		121.000,00	83.483,53	188.445,94	
Demais Receitas Correntes		2.713.641,04	2.619.731,62	2.872.325,12	
Dívida Ativa		211.180,00	196.990,43	171.465,19	
Diversas Receitas Correntes		8.250,00	36.905,69	33.181,26	
		202.930,00	160.084,74	138.283,93	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		5.024,00	1.468.697,85	2.910.154,94	
Operações de Crédito (III)		2,00	23.656,25	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens (V)		5.000,00	147.305,42	261.874,79	
Transferência de Capital		22,00	1.297.736,18	2.648.280,15	
Convênios		22,00	1.297.736,18	2.619.451,36	
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00	28.828,79	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		22,00	1.297.736,18	2.648.280,15	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		14.857.443,04	15.718.986,98	16.365.943,82	



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em2015	Em2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.430.090,12	13.361.807,66	12.761.176,78	13.361.807,66	12.344.736,04	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	8.111.699,35	7.464.753,79	6.687.157,45	7.464.753,79	6.648.914,25	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	78.000,00	42.836,00	70.969,54	42.836,00	70.958,71	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.240.390,77	5.854.217,87	6.003.049,79	5.854.217,87	5.624.863,08	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.352.090,12	13.318.971,66	12.690.207,24	13.318.971,66	12.273.777,33	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.527.900,90	2.213.342,11	4.481.564,74	1.867.764,54	3.542.020,10	345.577,57	0,00
Investimentos	2.246.864,36	1.932.306,63	4.179.351,75	1.586.729,06	3.239.807,11	345.577,57	0,00
Inversões Financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anortização da Dívida (XIV)	281.035,54	281.035,48	302.212,99	281.035,48	302.212,99	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.246.865,36	1.932.306,63	4.179.351,75	1.586.729,06	3.239.807,11	345.577,57	0,00
Reserva de Contingência (XVI)	13.000,00						
Reserva RPPS (XVII)	195.504,00						
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	17.807.459,48	15.251.278,29	16.869.558,99	14.905.700,72	15.513.584,44	345.577,57	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.950.016,44	-467.708,69	-503.615,17	813.286,26	852.359,38		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	1.564.634,98	0,00	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							VALOR CORRENTE
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência							-109.032,00

FONTE: Sistema e-Pública (1983-4924-239). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 23/02/2016 e hora de emissão: 09:56.

Continua 2 / 3

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

Continuação
Em Reais**EUZÉBIO CALISTO VIECELI**
Prefeito Municipal**DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS**
Contadora
CRC N° 039946/O-8**SANDRA R. P. BRESSAN**
Controlador Interno
CPF: 560.708.299-72

3 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.726,81	222.770,02	1.930,97	16.025,82	16.025,82
EXECUTIVO											
Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.538,46	83.538,46	0,00	0,00	0,00
Município de Pinheiro Preto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.188,35	139.231,56	1.930,97	16.025,82	16.025,82
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.726,81	222.770,02	1.930,97	16.025,82	16.025,82

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

FONTE: Sistema e-Pública (2166-8605-878). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 23/02/2016 e hora de emissão: 09:57.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC Nº 039846/O-8

SANDRA R. P. BRESSAN
Controlador Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
1-Receita de impostos	533.170,00	533.170,00	601.321,38	112,78
1.1-Receita resultante do IPTU	111.100,00	111.100,00	66.144,28	59,54
1.1.1-IPTU	103.400,00	103.400,00	57.169,64	55,29
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.100,00	1.100,00	963,86	87,62
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	4.400,00	4.400,00	5.309,00	120,66
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	2.200,00	2.200,00	2.701,78	122,81
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	66.000,00	66.000,00	93.922,62	142,31
1.2.1-ITBI	66.000,00	66.000,00	93.922,62	142,31
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita resultante do ISS	202.070,00	202.070,00	257.154,84	127,26
1.3.1-ISS	200.200,00	200.200,00	255.564,67	127,65
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	550,00	550,00	88,77	16,14
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	1.016,70	92,43
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	220,00	220,00	484,70	220,32
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	154.000,00	154.000,00	184.099,64	119,55
1.4.1-IRRF	154.000,00	154.000,00	184.099,64	119,55
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	12.367.300,00	12.367.300,00	11.977.053,70	96,84
2.1-Cota Parte FPM	6.963.000,00	6.963.000,00	6.219.319,04	89,32
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	6.963.000,00	6.963.000,00	6.219.319,04	89,32
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	4.840.000,00	4.840.000,00	5.142.727,32	106,25
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	28.600,00	28.600,00	21.622,78	75,60
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	70.400,00	70.400,00	80.160,08	113,86
2.5-Cota-Parte ITR	3.300,00	3.300,00	2.439,10	73,91
2.6-Cota-Parte IPVA	462.000,00	462.000,00	510.785,38	110,56
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	12.900.470,00	12.900.470,00	12.578.375,08	97,50
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Transferências do FNDE	196.900,00	196.900,00	199.055,78	101,09
5.1-Transferências do Salário-Educação	121.000,00	121.000,00	136.606,44	112,90
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	33.000,00	33.000,00	27.268,00	82,63

1 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

5.4-Transferências Diretas - PNATE	41.800,00	41.800,00	29.319,60	70,14
5.5-Outras transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	1.100,00	1.100,00	5.861,74	532,89
6-Transferências de convênios	122.103,00	122.103,00	610.788,19	500,22
6.1-Transferências de convênios	121.003,00	121.003,00	593.981,67	490,88
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	1.100,00	1.100,00	16.806,52	1.527,87
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	319.003,00	319.003,00	809.843,97	253,87

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.422.860,00	2.422.860,00	2.329.797,44	96,16
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.342.000,00	1.342.000,00	1.178.252,63	87,80
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	968.000,00	968.000,00	1.028.544,40	106,25
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	5.720,00	5.720,00	4.324,55	75,60
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	14.080,00	14.080,00	16.032,03	113,86
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	660,00	660,00	487,77	73,90
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	92.400,00	92.400,00	102.156,06	110,56
11-Receitas recebidas do FUNDEB	1.149.500,00	1.149.500,00	1.089.267,18	94,76
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	1.144.000,00	1.144.000,00	1.083.675,39	94,73
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	5.500,00	5.500,00	5.591,79	101,67
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.278.860,00	-1.278.860,00	-1.246.122,05	97,44

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	919.600,00	916.600,00	904.034,83	98,63	904.034,83	98,63	0,00
13.1-Com Educação Infantil	117.700,00	117.700,00	111.531,80	94,76	111.531,80	94,76	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	801.900,00	798.900,00	792.503,03	99,20	792.503,03	99,20	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	229.900,00	232.900,00	182.846,89	78,51	182.846,89	78,51	0,00
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	229.900,00	232.900,00	182.846,89	78,51	182.846,89	78,51	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	1.149.500,00	1.149.500,00	1.086.881,72	94,55	1.086.881,72	94,55	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1- FUNDEB 60%							0,00
16.2- FUNDEB 40%							0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							8.988,21
17.1- FUNDEB 60%							0,00
17.2- FUNDEB 40%							8.988,21
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							8.988,21
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) ¹							1.077.893,51
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							82,99
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							15,96
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %							1,05
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							8.988,21
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²							8.988,21

Continua 2 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB									
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS						
			Até o Bimestre (b)		% c= (b/a)x100				
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³			3.225.117,50		3.225.117,50		3.144.593,77		97,50
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10			
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	225.500,00	334.758,53	295.832,45	88,37	295.832,45	88,37		0,00	
23.1-Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
23.2-Pré-escola	225.500,00	334.758,53	295.832,45	88,37	295.832,45	88,37		0,00	
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	117.700,00	117.700,00	111.531,80	94,76	111.531,80	94,76		0,00	
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	107.800,00	217.058,53	184.300,65	84,91	184.300,65	84,91		0,00	
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.998.507,50	2.198.292,71	2.099.500,44	95,51	2.099.500,44	95,51		0,00	
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	1.031.800,00	1.040.788,21	984.338,13	94,58	984.338,13	94,58		0,00	
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	966.707,50	1.157.504,50	1.115.162,31	96,34	1.115.162,31	96,34		0,00	
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
26-Ensino Superior	66.000,00	40.400,00	29.900,00	74,01	29.900,00	74,01		0,00	
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
28-Outras	23.100,00	21.000,00	21.000,00	100,00	21.000,00	100,00		0,00	
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.313.107,50	2.594.451,24	2.446.232,89	94,29	2.446.232,89	94,29		0,00	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							Valor		
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)							-1.246.122,05		
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício							0,00		
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)							5.591,79		
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB							8.988,21		
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos							38.757,63		
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino							0,00		
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)							0,00		
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)							-1.192.784,42		
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))							3.588.117,31		
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %							28,53		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE									
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10			
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
41-Custeadas com contrib social salário-educação	121.550,00	184.050,04	163.881,73	89,04	159.258,35	86,53		4.623,38	
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	121.550,00	184.050,04	163.881,73	89,04	159.258,35	86,53		4.623,38	
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	2.434.657,50	2.778.501,28	2.610.114,62	93,94	2.605.491,24	93,77		4.623,38	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE							0,00		
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino							0,00		
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB							0,00		
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR				
					FUNDEB (h)		FUNDEF		
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					8.988,21		0,00		
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					1.086.897,18		0,00		
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					1.095.869,93		0,00		

Continua 3 / 4

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

		Continuação
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	1.095.869,93	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.591,79	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	5.607,25	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1355-3507-175). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 23/02/2016 e hora de emissão: 10:14.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.**EUZÉBIO CALISTO VIECELI**

Prefeito Municipal

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS

Contadora

CRC Nº 039946/O-8

SANDRA R. P. BRESSAN

Controle Interno

CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	Em Reais	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		2,00	23.656,25	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	-23.654,25
DESPESAS					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.527.900,90	2.213.342,11	1.867.764,54	345.577,57	314.558,79
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	2.527.900,90	2.213.342,11	1.867.764,54	345.577,57	314.558,79
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	(a - d)	(b - e)	-	-	(c - f)
	-2.527.898,90	-2.189.685,86			-338.213,04

FONTE: Sistema e-Pública (1665-3373-092). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data de emissão: 23/02/2016 e hora de emissão: 10:16.

Notas:

1 - <Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS

Contadora
CRC Nº 039946/O-8

SANDRA R. P. BRESSAN

Controlador Interno
CPF: 560.708.299-72

Pomerode

PREFEITURA

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 013 / 2013 PRORROGAÇÃO / REAJUSTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 013 / 2013
PRORROGAÇÃO / REAJUSTE

Processo Administrativo n.º 013 / 2013.

Dispensa de Licitação n.º 003 / 2013.

Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Locador: DIETER JANDRE.

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA DOS ATIRADORES, N.º 45, CENTRO – POMERODE/SC, CUJAS DEPENDÊNCIAS SERÃO UTILIZADAS PELO GRUPAMENTO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE POMERODE.

Prorrogação – 12 meses – Prazo final – 31/01/2017.

Valor mensal do aluguel – R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Valor Total – 12 meses – R\$33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais).

Justificativa: Prorrogação contratual por mais 12 meses e reajuste do valor do aluguel, levando-se em consideração a localização e área construída do imóvel, bem como a inclusão de 02 vagas de garagem na locação, em conformidade com as Cláusulas Terceira e Quarta do Contrato Administrativo n.º 013 / 2013 e do Parecer Técnico Avaliatório Mercadológico de Valor Locatário emitido pela Comissão de Avaliação do Município de Pomerode/SC.

Pomerode/SC, 20 de Janeiro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 023/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 023/2016

CONVÊNIO nº 023/2016. Conveniente: Prefeitura Municipal de Pomerode Conveniada: GRUPO FOLCLÓRICO ALPEN BACH DE POMERODE. Objeto: Preservando a cultura alemã Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Prazo: 31/12/2016.

Pomerode/SC, 27 de janeiro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 26/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 26/2016

CONVÊNIO nº 26/2016. Conveniente: MUNICÍPIO DE POMERODE. Conveniada: CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERNHEIM. Objeto: Assistência aos idosos pomerodenses, promovendo qualidade de vida física e mental. Valor: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Prazo: 31/12/2016.

Pomerode/SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.416, DE 23, DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 1.416, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DOS PROCESSO SELETIVO nº 02/2015, NO QUE SE REFERE À CONTRATAÇÃO DOS MÉDICOS CLÍNICOS-GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Seletivo nº 02/2015 e todos os atos decorrentes de sua edição e publicações, no tocante a contratação dos médicos clínicos-gerais para laborar no Município de Porto Belo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 23 dias do mês de fevereiro do ano de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 005/2016

RESOLUÇÃO Nº 005/2016

“APROVA O RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO NOMEADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 015/2015.

EDUARDO PRADO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, em conformidade com o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município, através do presente instrumento, após aprovação em Plenário, PROMULGA a presente RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica aprovado o relatório final apresentado pela Comissão Especial de Inquérito nomeada pela RESOLUÇÃO Nº 015/2015, a fim de apurar possíveis irregularidades na contratação da empresa EMMEL, ANDREANI, SCHUSTER & MARCHIORI ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Art. 2º - O presente RELATÓRIO FINAL que se refere o artigo 1º, o qual segue em anexo, é parte integrante desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

EDUARDO PRADO

PRESIDENTE

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

Porto União

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 019/2016

Retificação de Justificativa de Dispensa de Licitação 003/2016.

Na Justificativa de Dispensa de Licitação anteriormente citado, publicado nas páginas 653 e 654, da Edição 1934 do dia 17 de fevereiro de 2016 do Diário Oficial dos Municípios / SC.

Onde lê – se “Do Preço: O valor total a ser pago pelo Município ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado / CISAMURC será de R\$ 81.581,97 (oitenta e um mil quinhentos e oitenta e um reais e noventa e sete centavos) para o ano de 2016.”,

Leia – se “Do Preço: O valor total a ser pago pelo Município ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado / CISAMURC será de R\$ 80.581,97 (oitenta mil quinhentos e oitenta e um reais e noventa e sete centavos) para o ano de 2016”

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 24 de fevereiro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 17/2016

DECRETO Nº. 17/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS COMO ESPECIFICA."

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas e;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam transferidos para o patrimônio da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos os seguintes Bens oriundos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- RETROESCAVADEIRA NEW ROLLAND TRAÇÃO 4X4 – Placa de Patrimônio 1918;
- CAMINHÃO VOLVO PLACAS MGU – 4387 – Placa de Patrimônio 1916;
- RETROESCAVADEIRA PAC 2 – Placa de Patrimônio 3940.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 24 de fevereiro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR 38/2016

LEI COMPLEMENTAR N.º 38/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

"ALTERA LEI COMPLEMENTAR 11/2011, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011 QUE DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL, PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO COMO ESPECIFICA."

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e suas alterações, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1.º - Ficam alteradas as cargas horárias dos cargos de provimento efetivo constantes do anexo V – Quadro de Atribuições de Cargos – da Lei Complementar Nº 11/2011, conforme Anexo I desta Lei Complementar.

§ 1º - A alteração de que trata o caput deste artigo refere-se à redução da carga horária de 44 horas semanais para 40 horas semanais dos seguintes cargos de provimento efetivo:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
GUARDA DO PATRIMONIO
INSEMINADOR
MOTORISTA
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS
OPERÁRIO BRAÇAL
OPERÁRIO ESPECIALIZADO

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 24 de fevereiro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal
ANEXO I
LEI COMPLEMENTAR 38/2016

LEI COMPLEMENTAR 11/2011, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

ANEXO V – QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE CARGOS.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS OPERACIONAIS – SOP
CARGO: MOTORISTA
REQUISITOS PARA PROVIMENTO: Ensino Fundamental – Séries Iniciais Completas Ser portador da Carteira Nacional de Habilitação categoria "C", ou superior compatível com o veículo, conforme exigência legal.

NIVEL: V
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas
ATRIBUIÇÕES: <ul style="list-style-type: none"> • Dirigir automóvel de passeio, veículos utilitários, ambulâncias, caminhonetes, caminhões e ônibus pertencentes ao Município em trajeto determinado de acordo com as regras de trânsito e as instruções recebidas, para efetuar o transporte de particulares, servidores, autoridades, alunos e carga, obedecendo a regulamentos específicos; • Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento; • Examinar as ordens de serviço, verificando o itinerário a ser seguido, os horários, o número de viagens e outras instruções, para programar sua tarefa, bem como para verificar a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga, para dar cumprimento à programação estabelecida; • Ligar o motor do veículo, girando a chave de ignição, para aquecê-lo e possibilitar a movimentação do veículo; • Dirige o veículo manipulando seus comandos de marcha e direção e observando o fluxo do trânsito e a sinalização; • Zelar pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer anomalia, para garantir a segurança dos passageiros, carga, transeuntes e outros veículos; • Providenciar os serviços de manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos, para assegurar seu perfeito estado; • Recolher o veículo após jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem, para permitir sua manutenção e abastecimento; • Efetuar reparos de emergência no veículo; • Zelar pela documentação da carga e do veículo, verificando sua legalidade e correspondência aos volumes, para apresentá-las às autoridades competentes, quando solicitada, nos postos de fiscalização e pontos de cargas e descargas; • Controlar a carga e descarga do material transportável, comparando-o aos documentos de recebimento ou de entrega e orientando sua arrumação no veículo, para evitar acidentes evitar danos ao produto transportado; • Operar o mecanismo basculador das caçambas, acionando sua alavanca de comando, para levantar ou abaixar a caçamba e possibilitar a carga ou descarga do material; • Manobrar e operar basculantes de grande porte, com ou sem cabine protetora, geralmente utilizada no transporte de grandes quantidades de material (pedras, areia, terra e britas); • Dirigir ônibus do transporte escolar; • Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento; • Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico; • Executar outras atividades compatíveis com as suas atribuições quando determinado por superior hierárquico.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS OPERACIONAIS – SOP
CARGO: OPERADOR DE EQUIPAMENTO
REQUISITOS PARA PROVIMENTO: Ensino Fundamental – Séries Iniciais Completas Ser portador da Carteira Nacional de Habilitação categoria “C”, ou superior compatível com o veículo, conforme exigência legal.
NIVEL: VII
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas
ATRIBUIÇÕES: <ul style="list-style-type: none"> • Operar máquinas e equipamentos leves, médios e pesados de preparação do solo, terraplanagem, movimentação de terra e rochas; • Conduzir a máquina, acionando o motor, para posicioná-la segundo as necessidades do trabalho; • Regular a altura e inclinação da pá em relação ao solo, acionando alavanca de comando para possibilitar sua movimentação; • Operar máquina de abrir canais de drenagem, abastecimento de água e outros; • Operar máquina para aprofundar ou alargar leitos de rios, riachos e córregos ou canal; • Manobrar a máquina manipulando os comandos de marcha e direção para possibilitar a movimentação da terra; • Movimentar a lâmina da máquina ou a borda inferior da pá, acionando as alavancas de controle para posicionar o mecanismo segundo as necessidades do trabalho; • Manobrar a máquina, acionando os comandos, para empurrar a terra solta, rebaixar as partes mais altas e nivelar a superfície, arar, revirar o solo ou deslocar a terra para outro lugar; • Executar a manutenção da máquina, lubrificando-a e efetuando pequenos reparos, para mantê-la em boas condições de funcionamento; • Movimentar a pá-escavadeira acionando seus pedais e alavancas de comando de corte, elevação e abertura, para escavar, carregar, levantar e descarregar o material; • Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico; • Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município; • Executar outras atividades compatíveis com as suas atribuições quando determinado por superior hierárquico.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS GERAIS AUXILIARES – SGA
CARGO: INSEMINADOR
REQUISITOS PARA PROVIMENTO: Ser alfabetizado. Possuir experiência comprovada na área de atuação.
NIVEL: VII
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas

ATRIBUIÇÕES:

- Executar tarefas inerentes à inseminação artificial em animais de grande e médio porte, identificando e recolhendo aqueles com manifestações de cio, efetuando o descongelamento dos sêmen, abastecendo as pipetas executando as inseminações e registrando-as em formulários próprios, para obter a fecundação dos referidos animais;
- Identificar os animais com manifestações de cio, verificando no registro do rebanho a data do último parto de cada um e também outras informações de interesse, para estabelecer a data da inseminação;
- Recolher os animais do campo, dispondo-os em bretes ou currais, para proceder à inseminação;
- Auxiliar as fêmeas nos partos;
- Identificar e apontar animais com problemas de fertilidade, doenças e reprodução;
- Retirar as ampolas de sêmen do congelador, transferindo-as para caixas contendo água e gelo, usando luvas e óculos de proteção, para obter o descongelamento do sêmen;
- Abastecer a pipeta, unindo-a ao bulbo e recolhendo o sêmen das ampolas por aspiração, para proceder à inseminação efetua a inseminação artificial, observando a técnica recomendada, para obter a fecundação do animal;
- Registrar as inseminações efetuadas, anotando em formulários apropriado as datas e outros dados relativos a cada animal, para manter o controle das inseminações;
- Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
- Executar outras atividades compatíveis com as suas atribuições quando determinado por superior hierárquico.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS GERAIS AUXILIARES – SGA**CARGO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO****REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

Ser alfabetizado.

NÍVEL: V**CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas****ATRIBUIÇÕES:**

- Exerce a vigilância de prédios, logradouros e bens públicos, inspecionando suas dependências para evitar danos.
- Executar rondas diurnas e noturnas nos logradouros, prédios, suas dependências e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente, examinando as instalações hidráulicas e elétricas e constatando irregularidades para possibilitar a tomada de providências necessárias, roubos, prevenir incêndios e outros danos;
- Controlar movimentação de pessoas, veículos e materiais, vistoriando veículos, bolsas e sacolas, anotando o número dos mesmos, nome das pessoas, examinando os volumes transportados, conferindo notas fiscais e fazendo os registros pertinentes, para evitar desvios de materiais e outras faltas;
- Redigir memorando destinado à pessoa ou órgão competente informando-o das ocorrências de seu setor, para permitir a tomada de providências adequada a cada caso;
- Registrar sua passagem pelos postos de controle, acionando o relógio especial de ponto, para comprovar a regularidade de sua ronda. Pode atender aos visitantes, identificando-os e encaminhando-os aos setores procurados;
- Registrar a movimentação de pessoas de fora dos horários de expediente, anotando nomes hora de entrada e saída, finalidade e objetos que portava ao entrar e sair, podendo revisar bolsas, sacolas, porta- malas e outros;

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS GERAIS AUXILIARES – SGA**CARGO: OPERÁRIO BRAÇAL****REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

Ser alfabetizado.

NÍVEL: V**CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas****ATRIBUIÇÕES:**

- Atuar na manutenção, conservação e recuperação do patrimônio público;
- Executar a limpeza e a retirada de entulhos, lixo e outros resíduos de valas, valetas, bocas de lobo, canalizações de águas pluviais e esgotos;
- Executar a capina e a remoção de vegetação inadequada das vias públicas, ou que possam prejudicar o trânsito de pessoas e veículos;
- Executar a roçada da vegetação das margens das rodovias que possam afetar a segurança das pessoas e dos veículos;
- Carregar, remover e descarregar materiais como terra, areia, brita, asfalto e outros materiais, utilizando veículos automotores, carrinhos de mão e outros meios, destinados ao recapeamento e a recuperação do leito das rodovias e outras vias de uso coletivo;
- Remover e transportar materiais necessários à preparação de argamassas, separando-os e juntando-os nas proporções determinadas pelo superior imediato, preparando as ligas, seguindo orientação superior;
- Varrer ruas, praças, avenidas, logradouros públicos, coletando o lixo e outros resíduos, acondicionando-o em latões, sacos plásticos, ou carregando-os em veículos apropriados para o transporte deste tipo de carga;
- Atua na seleção de materiais e dejetos coletados, separando-os em orgânicos e inorgânicos, com vistas a sua reciclagem;
- Executar a limpeza e a retirada de entulhos, lixo e outros resíduos de valas, valetas, bocas de lobo, canalização de águas pluviais e esgotos;
- Preparar a sepultura, escavando a terra e escorando as paredes da abertura, ou retirado à lápide e limpando o interior das covas já existentes para permitir o sepultamento;
- Auxiliar na colocação do caixão, manipulando as cordas ou cabos de sustentação, para facilitar o posicionamento do mesmo na sepultura;
- Auxilia na limpeza e conservação de jazigos e no transporte de caixões e exumação de cadáveres;
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS GERAIS AUXILIARES – SGA**CARGO: OPERÁRIO ESPECIALIZADO****REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

Ser alfabetizado.

NÍVEL: VI**CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas****ATRIBUIÇÕES:**

- Executar tarefas relativas à eletricidade, carpintaria, pedreiro, pintor;
- Executar trabalhos de pedreiro e carpintaria na construção e reconstrução de pontes do sistema viário municipal;
- Executar trabalhos de pedreiro, carpintaria, eletricidade, pintor, na reforma e manutenção de imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal;
- Zelar pela conservação dos equipamentos que possui a sua disposição;
- Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS GERAIS AUXILIARES – SGA**CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS****REQUISITOS PARA PROVIMENTO: Ser alfabetizado.****NÍVEL: V****CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas****ATRIBUIÇÕES:**

- Executar trabalhos braçais;
- Executar trabalho rotineiro de limpeza em geral em praças, dependências escritórios postos de saúde, jardins e logradouros públicos, espanando, varrendo, lavando ou encerando dependências, moveis utensílios e instalações, louças, talheres, copos, vasilhames, panelas e outros para manter as condições de higiene e conservação;
- Arrumar banheiros e toaletes, limpando-os e reabastecendo-os com papel sanitário, toalhas e sabonetes, para conservá-los em condições de uso;
- Coletar o lixo de depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-lo em lixeiras ou incineradores;
- Controlar o estoque de ingredientes, verificando seu nível e o estado dos que estão sujeitos à deterioração para providenciar as reposições necessárias;
- Auxiliar nos serviços de armazenagem de materiais leves e pesados, tais como cal, cimento, areia, tijolos e outros, os acondicionado em prateleiras ou pátios dos almoxarifados, para assegurar o estoque dos mesmos;
- Auxiliar nos serviços de jardinagem, aparando gramas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, podando árvores, visando conservar, cultivar e embelezar canteiros em geral;
- Efetuar limpeza e conservação de áreas verdes, praças, terrenos, baldios, ruas e outros logradouros públicos, carpindo, limpando, lavando, varrendo, transportando entulhos, visando melhorar o aspecto do município;
- Auxiliar o motorista nas atividades de carregamento, descarregamento e entrega de materiais e mercadorias, valendo-se de esforços físicos e/ou outros recursos, visando contribuir para execução dos trabalhos;
- Auxiliar nas instalações e manutenções elétricas, fornecendo materiais necessários e utilizando ferramentas manuais, para estruturar a parte geral das instalações;
- Auxiliar na preparação de rua para a execução de serviços de pavimentação, compactando o solo, esparramando terra, pedra, para manter a conservação dos trechos desgastados ou na abertura de novas vias;
- Apreender animais soltos em vias públicas tais como cavalo, vaca, cachorros, cabritos, etc., laçando-os e conduzindo-os ao local apropriado, para evitar acidentes e garantir a saúde da população;
- Auxiliar no assentamento de tubos de concreto, transportando-os e/ou segurando-os para garantir a correta instalação;
- Zelar pela conservação das ferramentas, utensílios e equipamentos de trabalho, recolhendo-os e armazenando-os nos locais adequados;
- Efetuar limpeza e conservação dos logradouros e cemitérios públicos;
- Realizar a limpeza de veículos automotores, máquinas e equipamentos, lavando-os extremamente, à mão ou por meio de máquina, para conservá-los e manter a boa aparência dos mesmos;
- Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
- Executar outras atividades compatíveis com as suas atribuições quando determinado por superior hierárquico.

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2016 - REPUBLICAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) EDITE CARDOSO SAMULEWSKI, portador(a) do CPF nº 049.454.089-39, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Justino de Oliveira, nº 560 – Bairro Centro – Lontras - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Ilse Soldatelli, em substituição a Sonia Aparecida Klettenbrg.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.135,64 (Dois cento e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente

contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	EDITE CARDOSO
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CAROLINE KOLANKIEWICZ, portador(a) do CPF nº 012.918.710-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Pref. Wenceslau Borini, nº 2135 – Apto. 01 - Bairro Santa Galo – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Pedagogo, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Sebastião Back, em substituição a Eliane Léa Vicente Testoni, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/02/2016 e encerrando-se em 10/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor

que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de fevereiro de 2016.

GIVANILDO SILVA	CAROLINE KOLANKIEWICZ
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2016

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, na qualidade de Secretário Municipal de Administração Interino, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENA VALIM FILAGRANA, portador(a) do CPF nº 089.392.749-03 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Bagdá, nº 180 - Bairro Barragem - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.189,38 (mil cento e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 22/02/2016 e encerrando-se em 22/03/2016, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de fevereiro de 2016.

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO	ELENA VALIM FILAGRANA
Secretário Municipal de Administração Interino	Contratado (a)

DECRETO Nº 5152, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5152, de 18 de fevereiro de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 003/2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 5042, de 01 de dezembro de 2015, o resultado da Carta Convite nº 003/2016, de 27 de janeiro de 2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- ANDREIA NIGRO ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de fevereiro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

HEBER XAVIER FERREIRA

Secretário Municipal Adjunto de Planejamento Urb. E Meio Ambiente

ANEXO AO DECRETO Nº 5152/2016

Carta Convite nº 003/2016, de 27.01.2016

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA ASSENTAMENTOS DE MEIOS FIOS, PLANTIO DE GRAMA E REATERRO DAS CALÇADAS E CANTERIOS DA RUARUY BARBOSA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANISMO E MEIO AMBIENTE

Empresas Convidadas:

KSB TRANSPORTES E OBRAS LTDA;

TERRAPLANAGEM AZZA LTDA;

TUBOS PRESIDENTE E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA;

CONSTRUTORA F E F LTDA;

LZK CONSTRUTORA LTDA;
 SETEP CONSTRUÇÕES LTDA;
 CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA;
 ORBIS ENGENHARIA EIRELI;
 ANDREIA NIGRO ME.

Empresa que Participaram do Ato de Abertura:
 SETEP CONSTRUÇÕES S/A
 ANDREIA NIGRO ME;
 TUBOS PRESIDENTE E ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME

Decisão: Pelo critério de menor preço global a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

ANDREIA NIGRO ME.

DECRETO Nº 5160, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5160, de 19 de fevereiro de 2016.
 "CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido por tempo determinado à Secretaria Municipal de Saúde o veículo, conforme segue:

O Veículo Fiat PÁLIO WEEK HLX FLEX – Cor Vermelha - Placa MDF 9463 – Frota 267 – Chassi nº 9BD17306T74179429 – Ano 2006/2007 – Renavan nº 885233565 – Patrimônio nº 10.396, da Secretaria Municipal de Planejamento para o dia 19 de fevereiro de 2016 entre 07:30 e 13:00 horas. O referido veículo poderá retornar a Secretaria Municipal de Planejamento, antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

19 de fevereiro de 2016.
 GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
 Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5166, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5166, de 24 de fevereiro de 2016.
 "SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 171.877,77 (cento e setenta e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	171.877,77
	TOTAL	R\$	171.877,77

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 171.877,77 (cento e setenta e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	171.877,77
	TOTAL	R\$	171.877,77

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de fevereiro de 2016.
 GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
 Prefeito do Município de Rio do Sul
 Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/16

RIO DO SUL
 PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/16.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Ernesto Ferrari	xxx.179.289-xx	156371
Roseli Rodrigues	xxx.139.079-xx	139989
ITECC Consultoria e Gestão do Conhecimento Ltda	xx.543.805/0001-xx	157458
Erci da Silva	xxx.169.069-xx	153132
Clara Rodrigues	xxx.854.749-xx	139988
Andrino Eing	xx.483.818/0001-xx	156640
Cici Terezinha de Oliveira Dutra	xxx.830.599-xx	156361
Mercado Cristife Ltda ME	xx.718.263/0001-xx	151121
Stahnke Ind e Com de Confec Ltda ME	xx.463.333/0001-xx	152022
Maria Olindina Maçaneiro	xxx.264.699-xx	155837
Vili José Marchi	xxx.629.949-xx	156965

Rio do Sul, 24 de Fevereiro de 2016
 LEONICE WITTE
 Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO
Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA Nº 0141/RH
PORTARIA N. 0141/RH

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016, considerando o Memorando SME/GAB Nº 004/2016, emitido pela Secretaria Municipal de Educação, em 06/01/2016, o Boletim de Ocorrência 00015 – 2015 – 06511, de 04/12/2015, emitido pela Delegacia de Polícia de Rio do Sul, e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 001/2016, a fim de apurar os fatos relatados no referido Memorando, envolvendo ligações telefônicas com palavras injuriosas endereçadas as servidoras da Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0082/RH, de 03 de fevereiro de 2016, publicada em 05 de fevereiro de 2016 para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de fevereiro de 2016.
CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO
Secretário Municipal de Administração Interino
Asfj

PORTARIA Nº 0142/RH
PORTARIA N. 0142/RH

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016, considerando o Memorando GABSEC Nº 0201/2016, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, em 02/02/2016, e o Comunicado de Ocorrência Policial – PMSC - 02029 – 2016 – 00203, Protocolo 1589927, de 01/02/2016, emitido pelo 13º Batalhão de Polícia Militar,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 002/2016, a fim de apurar os fatos relatados no referido Memorando, envolvendo arrombamento ao Posto de Saúde no loteamento Santa Clara.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0082/RH, de 03 de fevereiro de 2016, publicada em 05 de fevereiro de 2016 para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de fevereiro de 2016.
CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO
Secretário Municipal de Administração Interino
Asfj

Portaria nº 0148/2016
PORTARIA Nº. 0148/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Designar, o servidor municipal DANIEL JUPPA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para exercer as atribuições do cargo comissionado de Diretor de Expediente do Gabinete do Prefeito, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, durante o impedimento do titular por motivo de férias. Com opção pelo vencimento do cargo comissionado de Diretor de Expediente, fundamentado no Art. 56 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/9/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Apmf

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - PAULA MARCELLI SANTANA DA SILVA

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) PAULA MARCELLI SANTANA DA SILVA, nomeado (a) pela Portaria n. 0043/RH, de 15/01/2016, publicada no DOM na data de 18/01/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 17/02/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2016**

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2016

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul – SC.

Contratada: Editora Jornal A VITRINE LTDA

Objeto: O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa escrita.

Vigência: O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2016.

Valor: O preço para o presente ajuste é de R\$ 2,31 (dois reais e trinta e um centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade diária, de R\$ 1,15 (um real e quinze centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade semanal, de R\$ 1,65 (um real e sessenta e cinco centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade quinzenal e de R\$ 1,37 (um real e trinta e sete centavos) o centímetro quadrado para jornal/revista de periodicidade mensal, aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

Rio do Sul, 19 de fevereiro de 2016.

MARIO MIGUEL

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON SCHMITZ

Editora Jornal A VITRINE LTDA

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATOS DOS TERMOS ADITIVOS 2015

3º TA ao CT. Nº027 de 29/01/2015 DATA: 15/10/2015

CONTRATO: IPM INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: FICA READEQUADA A CONTRATAÇÃO COM A ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS E VALORES, BEM COMO APOSTILAMENTO DE DOTAÇÕES

INÍCIO: 15/10/2015 TÉRMINO: 29/01/2016

VALOR: Total de 5.256,00 (cinco mil,duzentos e cinquenta e seis reais)

1 TA ao CT Nº. 127/2015 DE 31/07/2015 DATA: 28/10/2015

CONTRATO: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP

OBJETO PRORROGAÇÃO DE PRAZO

INÍCIO: 28/10/2015 TÉRMINO: 30/06/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 56/2015

1º TA ao CT. Nº062/ 2015 de 23/04/2015 DATA: 04/11/2015

CONTRATO: BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA ME

OBJETO: ACRESCIMO NA AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR

INÍCIO: 04/11/2015 TÉRMINO: 23/04/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 25/2015

4º TA ao CT. Nº002/ 2015 de 09/02/2015 DATA: 14/12/2015

CONTRATO: POSTO CAMINHO DOS LAGOS

OBJETO: FICA PRORROGADO O CT Nº 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2015, EXCLUSIVAMENTE NO TOCANTE AO ITEM 1.00000 - OLEO DIESEL TIPO S-10, EXCLUSIVAMENTE PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS QUE UTILIZARÃO RECURSOS DO CONVENIO DA DEFESA CIVIL, PARA ATÉ 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DO FATO GERADOR DA EMERGÊNCIA, OU SEJA, A PARTIR DE 22/10/2015, OU AQUISIÇÃO DA TOTALIDADE DO SALDO REPASSADO PELA DEFESA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, O QUE OCORRER PRIMEIRO.

INÍCIO: 14/12/2015 TÉRMINO: 22/04/2015 VALOR: R\$ 3,019 o litro.

2º TA ao CT nº. 025/2014 de 30/01/2014 DATA: 14/12/2015

CONTRATO: INDÚSTRIA DE CAIXAS DE MADEIRAS TRIMEN LTDA

OBJETO: MADEIRA E ASSEMBLHADO

INÍCIO: 14/12/2015 TÉRMINO: 31/12/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 7/2014

3º TA Ao CT Nº. 121/2015 de 17/07/2015 DATA: 17/12/2015

CONTRATO: SINALBLU INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA/ SUPRESSÃO

INÍCIO: 17/12/2015 TÉRMINO: 31/01/2016

2º TA ao CT Nº. 122/2015 de 17/07/2015 DATA: 17/12/2015

CONTRATO: SINACOM INDÚSTRIA E COMERCIO DE SINALIZAÇÃO VIARIA EIRELI - EPP

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA/ SUPRESSÃO

INÍCIO: 17/12/2015 TÉRMINO: 31/01/2016

3º TA ao CT nº. 030/2014 FMSRDC de 02/12/2013 DATA: 18/12/2015

CONTRATO: PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

INÍCIO: 18/12/2015 TÉRMINO: 30/06/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório FS nº 10/2013

3º TA ao CT nº. 141/14 de 08/08/2014 ATA: 28/12/2015

CONTRATO: AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

INÍCIO: 28/12/2015 TÉRMINO: 30/06/2016

3º TA ao CT nº. 116/2014 de 26/05/2014 DATA: 28/12/2015

CONTRATO: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

INÍCIO: 28/12/2015 TÉRMINO: 30/06/2016

3º TA ao CT nº. 119/14 de 12/06/2014 DATA: 28/12/2015

CONTRATO: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

INÍCIO: 28/12/2015 TÉRMINO: 30/06/2016

3º TA ao CT nº. 119/14 de 12/06/2014 DATA: 28/12/2015

CONTRATO: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

INÍCIO: 28/12/2015 TÉRMINO: 30/06/2016

2º TA ao CT Nº. 128/2013 de 11/10/2013 DATA: 28/12/2015

CONTRATO: EDITORA JORNAL DO MÉDIO VALE

OBJETO: PRORROGAÇÃO

INÍCIO: 28/12/2015 TÉRMINO: 30/12/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 62/2013

EXTRATOS DOS TERMOS ADITIVOS 2016

PREFEITURA DE RIO DOS CEDROS

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS -2016

1º TA ao CT. Nº041/ 2015 de 11/03/2015

DATA: 04/01/2016 Processo Licitatório nº FS02/2015

CONTRATO: ADELOR PANINI REPRESENTADO PELA CAMPESTRINI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA

OBJETO: APOSTILAMENTO

INÍCIO: 04/01/2016 TÉRMINO: 31/03/2016

1º TA ao CT Nº. 007/2013 de 23/01/2013 DATA: 04/01/2016

CONTRATO: DEDIRGO MAAS

OBJETO: APOSTILAMENTO

INÍCIO: 04/01/2016 TÉRMINO: 31/12/2016

2º TA ao CT nº. 108/2014 de 23/04/2014 DATA: 04/01/2016

CONTRATO: CLARO S/A OBJETO: APOSTILAMENTO

INÍCIO: 04/01/2016 TÉRMINO: 23/04/2018

3º TA ao CT nº. 051/2015 de 30/03/2015 DATA: 04/01/2016

CONTRATO: SAL MARKETING E WEB LTDA ME

OBJETO: APOSTILAMENTO

INÍCIO: 04/01/2016 TÉRMINO: 31/12/2015

4º TA ao CT. Nº027 de 29/01/2015 DATA: 04/01/2016

CONTRATO: IPM INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: REAJUSTE DE PREÇOS DOS SERVIÇOS E PRODUTOS CONTRATADOS

INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 29/01/2017

5º TA ao CT. Nº027 de 29/01/2015 DATA: 04/01/2016

CONTRATO: IPM INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: APOSTILAMENTO

INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 31/12/2016

1º TA ao CT nº. 101/2015 de 22/06/2015 DATA: 11/01/2016
CONTRATO: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 31/12/2016

1º TA ao CT nº. 100/2015 DE 22/06/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: CARLITO JOEL CAMPREGHER ME
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 31/12/2016

1º TA ao CT nº. 112/2015 de 22/06/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 12/01/2016 TÉRMINO: 21/06/2016

1º TA ao CT. Nº048/ 2015 de 26/03/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: CONCRERIO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
OBJETO: FICA ACRESCIDO AO ITEM 13.00000 (PO DE BRIÇA COM PEDRISCO) A QUANTIDADE DE 05 (CINCO) METROS CÚBICOS, MANTENDO-SE O VALOR UNITÁRIO ORIGINALMENTE CONTRATADO.
INÍCIO: 12/01/2016 TÉRMINO: 26/03/2016

2º TA ao CT. Nº048/ 2015 de 26/03/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: CONCRERIO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 12/01/2016 TÉRMINO: 31/12/2016

1º TA ao CT. Nº066/ 2015 de 27/04/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME
OBJETO: APOSTILAMENTO.
INÍCIO: 12/01/2016 TÉRMINO: 27/04/2016

1º TA ao CT Nº. 136/2015 de 19/08/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP
OBJETO: APOSTILAMENTO.
INÍCIO: 12/01/2016 TÉRMINO: 19/02/2016

1º TA ao CT nº. 103/2015 de 22/06/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: CARLITO JOEL CAMPREGHER ME
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 12/01/2016 TÉRMINO: 21/04/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 50/2015

1º TA ao CT. Nº049/ 2015 DE 26/03/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: POSTO CAMINHO DOS LAGOS
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 12/01/2015 TÉRMINO: 31/12/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 18/2015

1º TA ao CT. Nº067/ 2015 de 27/04/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA ME
OBJETO: APOSTILAMENTO.
INÍCIO: 12/01/2016 TÉRMINO: 27/04/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 26/2015

1º TA ao CT nº. 085/2015 DE 08/06/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: ITAMAR DE SOUZA MARTINS
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 12/01/2016 TÉRMINO: 31/12/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 39/2015

1º TA ao CT nº. 104/2015 DE 22/06/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: COMERCIAL AUTOMOTIVA S/A
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 12/01/2016 TÉRMINO: 21/04/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 50/2015

1º TA ao CT nº. 106/2015 de 22/06/2015 DATA: 12/01/2016

CONTRATO: JOAÇABA PNEUS LTDA
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 12/01/2016 TÉRMINO: 21/04/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 50/2015

1º TA ao CT nº. 107/2015 de 22/06/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: MODELO PNEUS LTDA
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 12/01/2016 TÉRMINO: 21/04/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 50/2015

1º TA ao CT nº. 108/2015 de 22/06/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: ALFREDO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENT. LTDA ME
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 21/06/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 33/2015

1º TA ao CT nº. 109/2015 de 22/06/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: AP DISTRIBUIDORA E COM. DE ALIMENTOS LTDA EPP
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 21/06/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 33/2015

1º TA ao CT nº. 110/2015 de 22/06/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 21/06/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 33/2015

1º TA ao CT nº. 111/2015 de 22/06/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: JP DE LIMA COM. DE PROD. DE LIMPEZA LTDA OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 21/06/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 33/2015

1º TA ao CT nº. 114/2015 de 22/06/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 21/06/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 33/2015

1º TA ao CT nº. 115/2015 de 22/06/2015 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA ME,
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 21/06/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 33/2015

2º TA ao CT nº. 080/2014 de 20/03/2014 DATA: 12/01/2016
CONTRATO: A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA ME.
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 30/03/2016
VALOR: Nos termos da Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

1º TA ao CT. Nº074/ 2015 de 11/05/2015 DATA: 13/01/2016
CONTRATO: CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 11/05/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 34/2015
1º TA ao CT. Nº053/ 2015 de 23/04/2015 DATA: 14/01/2016
CONTRATO: G. MAIOCHI & CIA LTDA
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 23/04/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 22/2015

1º TA ao CT. Nº054/ 2015 de 23/04/2015 DATA: 14/01/2016
CONTRATO: JULIO SILVESTRI FILHO ME
OBJETO: APOSTILAMENTO.

INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 23/04/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 22/2015

1º TA ao CT. Nº055/ 2015 de 23/04/2015 DATA: 14/01/2016
CONTRATO: TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA
OBJETO: APOSTILAMENTO.
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 23/04/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 22/2015

1º TA ao CT. Nº056/ 2015 de 23/04/2015 DATA: 14/01/2016
CONTRATO: JULIO SILVESTRI FILHO ME
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 23/04/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 23/2015

1º TA ao CT. Nº057/ 2015 de 23/04/2015 DATA: 14/01/2016
CONTRATO: AGRI-LAT IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 23/04/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 23/2015

1º TA ao CT nº. 088/2015 de 08/06/2015 DATA: 14/01/2016
CONTRATO: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 08/06/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 45/2015

3º TA ao CT nº. 025/2014 de 30/01/2014 DATA: 14/01/2016
CONTRATO: INDÚSTRIA DE CAIXAS DE MADEIRAS TRIMEN LTDA
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 31/12/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 7/2014

1º TA ao CT. Nº004/ 2016 DE 02/01/2016 DATA: 19/01/2016
CONTRATO: POSTO CAMINHO DOS LAGOS
OBJETO: ALTERAÇÃO DE QUANTIDADES
INÍCIO: 19/01/2016 TÉRMINO: 01/01/2017
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 84/2015

1º TA ao CT. Nº065/ 2015 DE 27/04/2015 DATA: 19/01/2016
CONTRATO: MECANICA INDUSTRIAL DM LTDA - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA DE CAMINHÕES ETRADORES, CONserto E RECUPERAÇÃO DE GUARD-RAILS EGUARDA CORPOS DE PONTE E SERVIÇOS DE SERRALHE-RIAEM GERAL À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 27/04/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 24/2015

1º TA ao CT. Nº068/ 2015 DE 04/05/2015 DATA: 21/01/2016
CONTRATO: GREIDE ENGENHARIA LTDA
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 04/05/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 28/2015

1º TA ao CT. Nº149/ 2015 DE 11/11/2015 DATA: 21/01/2016
CONTRATO: Rádio Timbó Ltda (Rádio Pérola do Vale)
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 11/06/2017
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 72/2015

1º TA ao CT. Nº150/ 2015 DE 11/11/2015 DATA: 21/01/2016
CONTRATO: RADIO CULTURA DE TIMBÓ LTDA
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 11/06/2017
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 72/2015

4º TA ao CT Nº. 075/2014 de 28 de maio de 2014. DATA: 22/01/2016
CONTRATO: JOSÉ CESLAU FRAGA LABORATÓRIO DE ANÁLISES

CLÍNICAS LTDA ME
OBJETO: APOSTILAMENTO.
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 26/05/2016

4º TA ao CT. Nº076/ 2012 de 28/05/2012 DATA: 22/01/2016
CONTRATO: LABORATÓRIO SEIDEL S/S LTDA
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 26/05/2016

1º TA ao CT nº. 079/2015 de 25/05/2015 DATA: 27/01/2016
CONTRATO: VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ ME
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 24/05/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 36/2015

1º TA ao Nº. 134/201519/08/2015 DATA: 27/01/2016
CONTRATO: CLEDSON VALDIR PEDRON ME
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 19/02/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 60/2014

5º TA ao CT nº 094/2013 de 13/09/2013 DATA: 27/01/2016
CONTRATO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.
OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGENCIA
INÍCIO: 27/01/2016 TÉRMINO: 30/05/2016

1º TA ao CT. Nº162/ 2015 DE 14/12/2015 DATA: 26/01/2016
CONTRATO: LEONARDO TAKATA SCHULTZ MEI
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 12/02/2016

2º TA ao CT. Nº141/ 2015 21/09/2015 DATA: 28/01/2016
CONTRATO: TERRABASE TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA
OBJETO: READEQUAÇÕES DE PREÇOS DAS SUPRESSÕES E ACRÉSCIMOS
INÍCIO: 28/01/2016 TÉRMINO: 31/12/2016

1º TA ao CT nº. 102/2015 de 22/06/2015 DATA: 29/01/2016
CONTRATO: IVETE DADAM ME (DISTRIB. DE GÁS DADAM)
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 21/06/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 49/2015

1º TA ao Nº. 135/2015 de 19/08/2015 DATA: 29/01/2016
CONTRATO: PANIFICADORA, CONFEITARIA E LANCHONETE DOS IMIGRANTES LTDA ME,
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 19/02/2016
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 60/2015

2º TA ao CT nº. 058/2011 de 21/03/2011 DATA: 29/01/2016
CONTRATO:IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA.
OBJETO: APOSTILAMENTO
INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 21/03/2015
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 3/2011

1º TA ao CT. Nº008/ 2016 DE 06/01/2016 DATA: 02/02/2016
CONTRATO: TERRABASE TERRAPLENAGEM E TRANSP. LTDA
OBJETO: READEQUAÇÃO NOS TERMOS DA CE 222/2016 GIGOV/BL, REMETIDA PELA CEF EM 28/01/2016
INÍCIO: 06/01/2016 TÉRMINO: 4 meses
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 82/2015

2º TA ao CT nº. 103/2015 de 22/06/2015 DATA: 02/02/2016
CONTRATO: CARLITO JOEL CAMPREGHER ME
OBJETO: FICA ACRESCIDO AO ITEM 10.00000 (PROTETOR DE PNEU 17,5X25, DE FABRICACAO NACIONAL) A QUANTIDADE DE 02 (DUAS) UNIDADES, MANTENDO-SE O VALOR UNITÁRIO

ORIGINALMENTE CONTRATADO.

INÍCIO: 02/02/2016 TÉRMINO: 21/04/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 50/2015

1º TA ao CT. Nº039/ 2015 de 09/03/2015 DATA: 03/02/2016

CONTRATO: PROLUX ILUMINAÇÃO EIRELI ME

OBJETO: APOSTILAMENTO

INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 09/03/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 6/2015

1º TA ao CT. Nº040/ 2015 de 09/03/2015 DATA: 03/02/2016

CONTRATO: SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME

OBJETO: APOSTILAMENTO

INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 09/03/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 6/2015

1º TA ao CT nº. 113/2015 DE 22/06/2015 DATA: 04/02/2016

CONTRATO: LIMPEXCELL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

OBJETO: APOSTILAMENTO

INÍCIO: 01/01/2016 TÉRMINO: 21/06/2016

1º TA ao Nº. 137/2015 de 19/08/2015 DATA: 04/02/2016

CONTRATO: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP

OBJETO: APOSTILAMENTO

INÍCIO: 04/02/2016 TÉRMINO: 19/02/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 60/2014

1º TA ao CT nº. 099/2015 DE 17/06/2015 DATA: 05/02/2016

CONTRATO: COLOR BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHOS DE TINTA E TONER LTDA ME

OBJETO: APOSTILAMENTO

INÍCIO: 05/02/2016 TÉRMINO: 16/06/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 38/2015

2º TA ao CT Nº. 132/2015 de 19/08/2015 DATA: 05/02/2016

CONTRATO: SUPER IDEAL COM.VAR.SUPERMERCADISTA LTDA

OBJETO: APOSTILAMENTO

INÍCIO: 05/02/2016 TÉRMINO: 19/02/2016

1º TA ao Nº. 138/2015 DE 19/08/2015 DATA: 05/02/2016

CONTRATO: PFG COMERCIAL LTDA,

OBJETO: APOSTILAMENTO

DATA: 05/02/2016 TÉRMINO: 19/02/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 60/2014

1º TA ao CT. Nº045/ 2015 DE 26/03/2015 DATA: 09/02/2016

CONTRATO: COMERCIALEINDUSTRIAL DANTE ZONTA LTDA EPP

OBJETO: APOSTILAMENTO

INÍCIO: 09/02/2016 TÉRMINO: 25/03/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 17/2015

1º TA ao CT. Nº046/ 2015 DE 26/03/2015 DATA: 09/02/2016

CONTRATO: TUBOS E PRE MOLDADOS APIÚNA - ME

OBJETO: APOSTILAMENTO

INÍCIO: 09/02/2016 TÉRMINO: 25/03/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 17/2015

3º TA ao CT. Nº048/ 2015 de 26/03/2015 DATA: 10/02/2016

CONTRATO: CONCRERIO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

OBJETO: FICA ACRESCIDO AO ITEM 13.00000 (PO DE BRITA COM PEDRISCO) A QUANTIDADE DE 15 (QUINZE) METROS CÚBICOS, MANTENDO-SE O VALOR UNITÁRIO ORIGINALMENTE CONTRATADO.

INÍCIO: 10/02/2016 TÉRMINO: 31/12/2016

6º TA ao CT. Nº027 de 29/01/2015 DATA: 12/02/2016

CONTRATO: IPM INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: SUPRESSÃO - CÂMARA DE VEREADORES

INÍCIO: 12/02/2016 TÉRMINO: 29/01/2017

1º TA ao CT. Nº020/ 2016 de 01/02/2016 TA: 16/02/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2016.

CONTRATO: GENTE SEGURADORA S.A.,

OBJETO: SUPRESSÃO DE ITEM 03, LOTE 01 – SEGURO PARA VEÍCULO MOTONIVELADORA DRESSE R835 (MAQ0005)

INÍCIO: 16/02/2016 TÉRMINO: 01/02/2017

VALOR: Fica suprimido o Valor de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 018/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 09 de Março de 2016 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para eventual e futura aquisição de materiais personalizados para campanhas de prevenção da Saúde. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 24 de Fevereiro de 2016.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 025/2016 CV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 025/2016 – PR Nº 025/2016

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa/profissional para elaboração de projetos de engenharia na área de consultoria, assessoria técnica, levantamentos, cartas consultas, consultas prévias, cadastros, ante-projeto, pré-projetos, orçamentos, memorial descritivo, parecer técnico e acompanhamento de processo junto ao governo federal, estadual e autarquias, na área da educação, administração, para o exercício de 2016. Todos os projetos devem estar conforme termo de referência anexo ao Edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13:45 horas do dia 03 de março 2016, com abertura da documentação após 15 minutos do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 24 de fevereiro de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 18/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	18/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	CENTRO DE TRATAMENTO E DIAGNÓSTICO DE QUILOMBO S/S
Objeto	Prestação de serviços de exames médicos periódicos, admissionais, demissionais, retorno ao trabalho, mudança de função e 30 exames audiométricos - Audiometria ocupacional, para todos os Servidores Públicos Municipais. Estimativa para o exercício de 2016.
Valor	RS 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).
Vigência	15 de fevereiro à 31 de dezembro de 2016.
Compra Direta 122/2016	
Santiago do Sul, 15 de fevereiro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 19/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	19/2016
Contrato Principal Nº	18/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	TRANSPORTE PACAZZA LTDA - ME
Objeto	Prestação de serviço de Transporte Escolar.
Valor	R\$ 62.626,20 (sessenta e dois mil seiscentos e vinte e seis reais e vinte centavos).
Vigência	22 de fevereiro à 31 de dezembro de 2016.
Processo Nº. 112/2014.	
Pregão Nº. 84/2014.	
Santiago do Sul, 19 de fevereiro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 20/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	20/2016
Contrato Principal Nº	19/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	PAULO JOÃO PACAZZA 02935170962
Objeto	Prestação de serviço de Transporte Escolar.

Valor	R\$ 56.749,77 (cinquenta e seis mil setecentos e quarenta e nove reais e setenta e sete centavos).
Vigência	22 de fevereiro à 31 de dezembro de 2016.
Processo Nº. 112/2014.	
Pregão Nº. 84/2014.	
Santiago do Sul, 19 de fevereiro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 21/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	21/2016
Contrato Principal Nº	20/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	CLEUNISE BOTTEGA FRANZOSI - ME
Objeto	Prestação de serviço de Transporte Escolar.
Valor	R\$ 66.072,30 (sessenta e seis mil setenta e dois reais e trinta centavos).
Vigência	22 de fevereiro à 31 de dezembro de 2016.
Processo Nº. 112/2014.	
Pregão Nº. 84/2014.	
Santiago do Sul, 19 de fevereiro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 22/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	22/2016
Contrato Principal Nº	21/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	LUIZ ALBERTO MIOTTO - ME
Objeto	Prestação de serviço de Transporte Escolar.
Valor	R\$ 88.699,80 (oitenta e oito mil seiscentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).
Vigência	22 de fevereiro à 31 de dezembro de 2016.
Processo Nº. 112/2014.	
Pregão Nº. 84/2014.	
Santiago do Sul, 19 de fevereiro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 23/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	23/2016
Contrato Principal Nº	22/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	RUDINEI VALCARENGHI 62107020906
Objeto	Prestação de serviço de Transporte Escolar.
Valor	R\$ 38.557,26 (trinta e oito mil quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e sete centavos).
Vigência	22 de fevereiro à 31 de dezembro de 2016.
Processo Nº. 112/2014.	
Pregão Nº. 84/2014.	
Santiago do Sul, 19 de fevereiro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 47/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 08 de março de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ELETRICISTA PARA A 21ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o

Editais completos, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

PORTARIA IPRESBS Nº 042/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 042/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/02/2016 a 15/04/2016, concedido a servidora IVANILDE GROSSKOPF BASSANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutor de Recriação, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº 067/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/02/2016.

São Bento do Sul, 18/02/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 043/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 043/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 19/02/2016 a 18/04/2016, a servidora ELIANE SCHREINER WEISS ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 04/02/2016 a 18/02/2016, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/02/2016.

São Bento do Sul, 18/02/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 044/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 044/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 18/02/2016 a 03/03/2016, a servidora ROSANE ZANELATO COLAÇO ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 03/02/2016 a 17/02/2016, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/02/2016.

São Bento do Sul, 18/02/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 045/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 045/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 22/02/2016 a 15/06/2016, concedido a servidora MARIELLE PRUESS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 435/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/02/2016.

São Bento do Sul, 18/02/2016.

Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente**PORTARIA IPRESBS Nº 046/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 046/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/02/2016 a 04/04/2016, a servidora SANDRA APARECIDA LEANDRO GONÇALVES FERREIRA FARIA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 28/01/2016 a 11/02/2016, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/02/2016.

São Bento do Sul, 18/02/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente**PORTARIA IPRESBS Nº 047/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 047/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 25/02/2016 a 10/04/2016, a servidora CECILIA NOVAK DE SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei

Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos 04/02/2016 a 04/02/2016 e 11/02/2016 a 24/02/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/02/2016.

São Bento do Sul, 18/02/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente**PORTARIA IPRESBS Nº 048/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 048/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 04/03/2016 a 18/03/2016, a servidora IVANILDA GOSS ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 18/02/2016 a 03/03/2016, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/03/2016.

São Bento do Sul, 18/02/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente**PORTARIA IPRESBS Nº 049/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 049/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 07/02/2016 a 06/04/2016, ao servidor ADEMAR JOSE DOS SANTOS ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 23/01/2016 a 06/02/2016, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/02/2016.

São Bento do Sul, 19/02/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 050/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 050/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/02/2016 a 26/02/2016, a servidora ZENILDA VIEIRA SCHMATZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos 01/02/2016 a 15/02/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/02/2016.

São Bento do Sul, 19/02/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 051/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 051/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 01/03/2016 a 31/03/2016, ao servidor MARILDO VAZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina I, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos 15/02/2016 a 29/02/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/03/2016.

São Bento do Sul, 19/02/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 052/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 052/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA,

pelo período de 01/03/2016 a 31/03/2016, concedido a servidora SEBASTIÃO ADEVILSIO GONÇALVES DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº 031/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/03/2016.

São Bento do Sul, 19/02/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 053/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 053/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/02/2016 a 25/04/2016, a servidora ELISETTE GOEDE KINDLER ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos 27/01/2016 a 10/02/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/02/2016.

São Bento do Sul, 19/02/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 054/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 054/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 09/02/2016 a 26/08/2016, a servidora FRANCUELE TERESINHA BONFIM SCHROEDER ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos 25/01/2016 a 08/02/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/02/2016.

São Bento do Sul, 19/02/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

NOTA DE ANUL PROC N.01-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

Rua Demétrio Lorenz, 747

CNPJ: 82.945.718/0001-15

C.E.P.:89885-000 -São Carlos -SC

CONCORRÊNCIA P/ ALIENAÇÃO Nr.: 1/2016 -CA

Processo Administrativo: 1/2016

Processo de Licitação: 1/2016

Data do Processo:07/01/2016

Objeto: ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO CFME LEI MUNICIPAL N.1781/2015

Motivo: NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2016

ANULAÇÃO DO PROCESSO -LICITAÇÃO DESERTA

São Carlos, 12 de Fevereiro de 2016

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 020/2016

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 020/2016
EDITAL DE CREDENCIAMENTO n. 001/2016

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que estará recebendo propostas até o dia 23 de março de 2016, para os interessados em obter a PERMISSÃO ONEROSA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO PÚBLICO EM ÁREAS DISPONIBILIZADAS PARA A REALIZAÇÃO DA 5ª FAIC SÃO DOMINGOS, DURANTE OS DIAS DE REALIZAÇÃO DA FEIRA NO PERÍODO DE 06 A 10 DE ABRIL DE 2016. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 22 de fevereiro de 2016.
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

n. 03.787.353/0001-71, com o valor total de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) fundamentada no Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

Publique-se e cumpra-se.

De Florianópolis/SC para São Domingos/SC, 24 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 022/2016

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE n. 022/2016
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PREFE n. 001/2016

O Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 28 de março de 2016, a Comissão Permanente de Licitações estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PERMISSÃO, À TÍTULO ONEROSO, DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL (PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS) DURANTE A 5ª FAIC SÃO DOMINGOS E DO 53º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, EVENTOS A SEREM REALIZADOS DE 06 A 10 DE ABRIL DE 2016. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos serão fornecidos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 23 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira – Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 018/2016

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 018/2016 - INEXIGIBILIDADE N. 005/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SHOW NACIONAL COM O CANTOR MICHEL TELÓ NA 5ª FAIC SÃO DOMINGOS, A SER REALIZADO NO DIA 09 DE ABRIL DE 2016.

Com base nas informações constantes no Processo Licitatório n. 018/2016, referente à inexigibilidade n. 005/2016, bem como no parecer emitido pela Assessoria Jurídica e em cumprimento aos termos do artigo 26, caput, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, ACOLHO O RELATÓRIO e RATIFICO a inexigibilidade 005/2016, em favor da empresa TELO SHOWS LTDA., inscrita no CNPJ n. 13.628.544/0001-44, com o valor total de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), fundamentada no Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.
Publique-se e cumpra-se.

De Florianópolis/SC para São Domingos/SC, 24 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 019/2016

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 019/2016 - INEXIGIBILIDADE N. 006/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SHOW COM O GRUPO GAROTOS DE OURO NA 5ª FAIC SÃO DOMINGOS, A SER REALIZADO NO DIA 09 DE ABRIL DE 2016.

Com base nas informações constantes no Processo Licitatório n. 019/2016, referente à inexigibilidade n. 006/2016, bem como no parecer emitido pela Assessoria Jurídica e em cumprimento aos termos do artigo 26, caput, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, ACOLHO O RELATÓRIO e RATIFICO a inexigibilidade 006/2016, em favor da empresa PAM PRODUÇÕES LTDA ME, CNPJ

São João do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 001 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a servidora MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER, ocupante do cargo de Secretária de Administração, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 002 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 002 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“DESIGNAR SERVIDOR”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Designar o Servidor ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Finanças, para exercer cumulativamente a função de Secretário Municipal de Administração, esta sem remuneração, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, em substituição a servidora que se encontra de férias neste período.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 003 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 003 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93, da Lei 1063 de 01 de

novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e art. 72 e 74 da Lei Complementar 05/2009, Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal;

RESOLVE:

Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, durante o recesso escolar, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016:

- 01 – ADRIANA DOS S. LOPES DA ROSA - Auxiliar do Ensino;
- 02 – ADRIANA FAGUNDES DOS S. PERES - Técnico em Planejamento Educacional;
- 03 – ADRIANA RAUPP DA ROSA - Auxiliar Serviços Gerais da Educação;
- 04 – ALDO MORETTI CARDOSO – Motorista I;
- 05 – ALESSANDRA SCARIOT BENDO - Professor;
- 06 – ALEXANDRA CARDOSO DA SILVA – Auxiliar Administrativo Escolar;
- 07 – ANGELA MARIA RIBEIRO MAGNUS – Auxiliar Serviços Gerais da Educação;
- 08 – AVANI ALEXANDRE PEREIRA - Auxiliar Serviços Gerais da Educação;
- 09 – BEATRIZ WEBER TEIXEIRA- Auxiliar Serviços Gerais da Educação;
- 10 – CLAMILTA BORBA RAMOS - Auxiliar do Ensino;
- 11 – CLÁUDIA MARIA ESPÍNDOLA BAUER – Auxiliar Serviços Gerais da Educação;
- 12 – CAROLINE LUMMERTZ FRANCISCO – Fonoaudióloga;
- 13 – CLÁUDIO JÚNIOR LIMA DA ROCHA – Auxiliar Administrativo Escolar;
- 14 – CRISTIANE CARDOSO MACHADO - Auxiliar Serviços Gerais da Educação;
- 15 – DANIELA SCANDOLARA MAURÍCIO - Professor;
- 16 – EDUARDO BORGES DELFINO – Motorista II;
- 17 – ELIANE MACIEL DA SILVA - Adjunto Administrativo;
- 18 – ELISANDRO DE SOUZA MACIEL – Motorista II;
- 19 – ELIZANDRA PERDONÁ DONADEL – Professor;
- 20 – FABIANA DA SILVA OLIVEIRA - Professor, 40 horas semanais;
- 21 – FABRÍCIA DE JESUS R. ALVES - Professor;
- 22 – GIOVANI CONSTANTE DE SOUZA – Motorista II;
- 23 – GRASIELA SCHEFFER BAUER DA SILVA – Professor;
- 24 – IONE TEREZINHA RAUPP ROXO - Auxiliar Serviços Gerais da Educação;
- 25 – JANICE COELHO PADILHA TERRA - Auxiliar Serviços Gerais da Educação;
- 26 – JANICE SANTOS ALEXANDRE - Auxiliar Serviços Gerais da Educação;
- 27 – JEAN CARLOS LAUREANO - Motorista II;
- 28 – JOACIR DE OLIVEIRA SCHEFFER - Motorista I;
- 29 – JOÃO BATISTA CARDOSO - Professor;
- 30 – JOÃO BATISTA SOARES – Professor;
- 31 – JOÃO DE VARGAS CONSTANTE – Motorista II;
- 32 – JOELMA SILVEIRA LAUREANO DA SILVA - Professor;
- 33 – JUCILANE DE SENA CRISTIANO – Professor;
- 34 – JUCILÉIA CAMILO MORAES SCANDOLARA - Professor;
- 35 – LILIAN SOMBRIO DELFINO - Professor;
- 36 – LUIZ CITADIN MARQUES - Professor;
- 37 – MÁRCIA ADRIANA L. MACHADO - Auxiliar do Ensino;
- 38 – MARIA BERNADETE DA ROSA - Professor;
- 39 – MARIA ELIZETE EUGÊNIO DA SILVA - Auxiliar Serviços Gerais da Educação;

40 – MARIA HELENA HOMEM TEIXEIRA - Auxiliar Serviços Gerais da Educação;
41 – MARIA HELENA SCHEFFER DOMINGOS - Professor;
42 – MARIA JUCILENE DA SILVA - Professor;
43 – MARILANE DE SOUZA LOPES COLARES - Professor;
44 – MARILENE CARDOSO CARLOS - Professor;
45 – MARISETE MORETO PIA - Professor;
46 – NATAN SCARIOT SELAU - Gerente do Ensino Fundamental;
47 – NELCI DA SILVA LUMMERTZ – Professor;
48 – NILDA FRANCISCO DE OLIVEIRA - Professor;
49 – NILSILENE APARECIDA BORGES – Professor;
50 – ONIVALDO SOUZA DE MATOS – Motorista II;
51 – PATRÍCIA ROCHA DA SILVA – Auxiliar Administrativo Escolar;
52 – PATRÍCIA SANTANA DIAS - Professor;
53 – QUETILANE SANTOS DE CARVALHO CARDOSO - Professor;
54 – RITA APARECIDA DA SILVA LAUREANO – Professor;
55 – ROSANGELA DOS SANTOS BAUER CARDOSO - Professor;
56 – ROSISTEL MATOS MAGNUS - Auxiliar Serviços Gerais da Educação;
57 – SANDRA REGINA DE SOUZA KRAEMER - Auxiliar Serviços Gerais da Educação;
58 – SILVANA LENTZ GENECCO – Auxiliar Serviços Gerais da Educação;
59- SIMONI PEREIRA LUMMERTZ - Professor;
60 – SOLANGE MARIA SALA BROCCA -Professor;
61 - SUSÂNIA SCARIOT BENDO CECHINEL – Secretária Municipal de Educação;
62 – VALDETE FRAGA MAGNUS - Professor;
63 – VANESSA SCANDOLARA MAGNUS - Auxiliar Administrativo Escolar;
64– VIVIANA MACIEL DA SILVA – Professor;
65 – ZANEIDE DE MATOS CLEZAR – Professor;
66 – ZILDETE MAGNUS PIRES - Professor.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 004 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
PORTARIA Nº 004 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“DAR VACÂNCIA AO CARGO DE PROFESSORA POR APOSENTADORIA”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município, c/c o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Dar Vacância ao cargo de Professora, por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição da servidora ROSA DUILIA TOMAZ, conforme Carta de Concessão, Benefício nº. 167.242.108-7, do Instituto Nacional do Seguro Social, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de

janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 005 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
PORTARIA Nº 005 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“DAR VACÂNCIA AO CARGO DE PROFESSORA POR APOSENTADORIA”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município, c/c o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Dar Vacância ao cargo de Professora, por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição da servidora MARIA DE FÁTIMA CARDOSO CHERUTI, conforme Carta de Concessão, Benefício nº. 167.242.261-0, do Instituto Nacional do Seguro Social, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 006 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
PORTARIA Nº 006 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a servidora DADIANE BITENCOURT RAMOS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Gerente de Gabinete, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 007 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 007 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a servidora MARILDA DOS SANTOS BAUER, ocupante do cargo de Gerente de Gabinete, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 008 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 008 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor ALCI ALVES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 009 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 009 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e

de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor ANSELMO ANTONIO RABELO, ocupante do cargo efetivo de Borracheiro, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 010 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 010 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor FRANCISCO BAUER DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Mecânico no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 011 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 011 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor JOÃO PAULO PINTO DA SILVA, ocupante do cargo de Chefe de Setor de Limpeza Pública, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 012 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 012 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor JOELCIO ESPÍNDOLA RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 013 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 013 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor JOSÉ PEREIRA TOMÉ, ocupante do cargo efetivo de Eletricista, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 014 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 014 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor LUIZ CARLOS CARDOSO, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 015 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor ROMUALDO ABEL ROLDÃO, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor ROMUALDO ABEL ROLDÃO, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 017 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 017 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor VILMAR DE SOUZA EVALDT, ocupante do cargo efetivo de Chefe de Setor de Transportes e Trânsito, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 018 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 018 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor JOSÉ CARLOS ÁVILA ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 019 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 019 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora ZENI ESPÍNDOLA BITENCOURT, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 020 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 020 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora AUDRIA RAUPP REUS, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 021 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 021 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora ELIANE DOS SANTOS SCHINAIDER, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor de Pessoal, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 022 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 022 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor JOSÉ CARLOS SCHINAIDER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 023 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 023 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora MARIA DE FATIMA ESPINDOLA DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 024 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 024 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor JAILSON BORTOLIN DA ROSA, ocupante do cargo Secretária de Agricultura e Pesca, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 025 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 025 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora SUZANA MACHADO DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 026 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 026 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora GISELI ALVES PEREIRA, ocupante do cargo Chefe de Setor de Serviço Social, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 027 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 027 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora JANETE OLIVEIRA FARIAS CARDOSO, ocupante do cargo Secretária de Assistência Social, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 028 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 028 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora MARA ELENIR VEFAGO, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 029 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 029 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora CARLA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Tributos, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 04 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 030 DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 030 DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor ELISEU DA SILVA BEDINOT, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, no período de 08/01/2016 a 06/02/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 08 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos oito dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

PORTARIA Nº 031 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 030 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

“NOMEAR CONSELHEIROS TUTELARES”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 24 e 52 da Lei Municipal 1749, de 25 de março de 2015, eleição e posse dos Conselheiros Tutelares em 10/01/2016;

RESOLVE:

Ficam nomeados para exercerem a função pública de Conselheiro Tutelar no município de São João do Sul - SC, os candidatos abaixo relacionados, escolhidos através de eleição direta realizada em 04 de outubro de 2015, para o mandato de quatro anos, com início em 10/01/2016:

Conselheiros Titulares

Maria Margarete Bauer
Mirian Josiane Monteiro de Quadros
Francisca Romana Barros
Sandra Alexandre
Simone de Matos Costa

Conselheiros Suplentes

Joselaine Benfato Reos da Cunha
Sabrina Aparecida Delfino
Josiane Feliciano Bianchini

Os membros do Conselho ora nomeados observarão as competências que lhe são atribuídas no artigo 54 a Lei Municipal nº 1749, de 25 de março de 2015 e legislação pertinente.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 11 de janeiro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração em exercício

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 044/2016

DECRETO Nº 044/2016

“QUE EFETIVA FUNCIONÁRIA APROVADA EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da Aprovação em Processo de Avaliação especial de Estágio Probatório, fica EFETIVADO o funcionário: – RODRIGO CAMPOS PEREIRA, ocupante do Cargo de Médico, sendo que o mesmo já foi aprovado nas três avaliações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 045/2016

DECRET O Nº 045/2016

“QUE REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 110/2013, DE 04/03/2013, QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO, REQUERIDO POR ANTONIO PEREIRA CARDOSO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 027, datado de 01/02/2016, Ficam revogados os efeitos do Decreto Nº 110/2013, datado de 04/03/2013, que autoriza Desmembramento Urbano requerido por ANTONIO PEREIRA CARDOSO, por haver saído com incorreções.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 110/2013 de 04/03/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 046/2016

DECRETO Nº 046/2016

“CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A FUNCIONÁRIA FÁTIMA GOULART AMARAL DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento protocolado sob o Nº 038/2016, em data de 01/02/2016, e em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.183/2013, artigo 41, Item VI, Fica concedido Licença sem Remuneração para tratar de assuntos particulares, pelo período de 02 (dois) anos a funcionária FÁTIMA GOULART AMARAL DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora Municipal, a referida Licença é a contar do dia 15/02/2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 047/2016

DECRETO Nº 047/2016

“CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A FUNCIONÁRIA MARCIO DOS SANTOS GUEDES, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINA, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento protocolado sob o Nº 054/2016, em data de 15/02/2016, e em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.323/2015, artigo 71, Fica concedido Licença sem Remuneração para tratar de assuntos particulares, pelo período de 02 (dois) anos ao funcionário MARCIO DOS SANTOS GUEDES, ocupante do Cargo de Operador de Máquina, a referida Licença é a contar do dia 15/02/2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 048/2016

DECRETO Nº 048/2016

“CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A FUNCIONÁRIA THAIZ CORDOVA DE LIZ, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento protocolado sob o Nº 024/2016, em data de 25/01/2016, e em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.183/2013, artigo 41, Item VI, Fica concedido Licença sem Remuneração para tratar de assuntos particulares, pelo período de 02 (dois) anos a funcionária THAIZ CORDOVA DE LIZ, ocupante do Cargo de Professora Municipal, a referida Licença é a

contar do dia 17/02/2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 049/2016

DECRET O Nº 049/2016

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR – ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 312.078,49 para as seguintes dotações orçamentárias

03 – PODER EXECUTIVO

03.13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.13.10.301.0010.2.033-3.3.90.00.00.00.00.00–Aplicações Diretas 192.078,49

03.13.10.301.0010.2.033-4.4.90.00.00.00.00.00–Aplicações Diretas 120.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 312.078,49

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da utilização do superávit financeiro apurado no exercício anterior da Fonte de Recursos FNS- PMAQ.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 050/2016

DECRET O Nº 050/2016

“CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a Conferência Municipal das Cidades do Município de São Joaquim, a realizar-se no dia 14 de Junho de 2016, na Casa da Cultura, situada na Praça Cezário Amarante, nesta cidade.

Art. 2º - A Conferência Municipal das Cidades de São Joaquim, etapa integrante da V Conferência Estadual das Cidades e VI Conferência Nacional das Cidades, desenvolverá seus trabalhos a partir do Tema: “A Função Social da Cidade e da Prosperidade”, Lema:

Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas.

Art. 3º - A Conferência Municipais das Cidades de São Joaquim, será presidida pela Secretária Chefe do Gabinete de Planejamento, que coordenara também a Comissão Organizadora da referida Conferência, responsável pelo seu planejamento, execução e demais atribuições elencadas no regulamento das Conferências Estadual e Nacional das Cidades.

§ 1º - A Comissão Organizadora, bem como o Grupo de Trabalho devem ser compostos por entidades e órgãos públicos, com a participação dos diversos segmentos da sociedade Civil, conforme estabelecido no Regulamento das Conferências Estadual e Nacional das Cidades.

§ 2º - Na ausência ou impedimento da Secretária Chefe do Gabinete de Planejamento a substituirá a Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º - O regulamento da Conferência da Cidade. Município de São Joaquim - SC, disporá sobre sua organização e funcionamento, inclusive sobre processo democrático de escolha de delegados que irão representar o município na Conferência Estadual das Cidades.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.388/2016

LEI Nº 4.388/2016

“QUE AUTORIZA A DOAÇÃO DE BEM PÚBLICO IMÓVEL QUE ESPECÍFICA, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E REVOGA A LEI Nº4.381/2015, de 18/12/2015”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de São Joaquim, através de seu Poder Executivo, autorizada a doar, a título gratuito, bem público imóvel que especifica à COTREVI – ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DE SÃO JOAQUIM – COMUNIDADE TERAPÊUTICA RECUPERANDO VIDAS, devidamente inscrita no CNPJ/MF n.º 22.322.050/0001-28, estabelecida na Rua Capitão Antônio Brasil, s/n.º, Bairro Jardim Bandeira, nesta cidade e comarca, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único – O bem público imóvel que de que trata o caput deste artigo, possui as seguintes especificações: UM TERRENO URBANO, com área superficial de 947,83 m² (novecentos e quarenta e sete metros e oitenta e três decímetros quadrados), situada no conjunto Habitacional Jarbas Amarante Ferreira, em São Joaquim/SC, destinado a Área Verde 03, contendo as seguintes medidas e confrontações: - Fazendo frente ao sul, em linha reta medindo 31,00m confrontando com a rua projetada “E”, a leste lado direito de quem da rua projetada “E” olha, medindo 30,60m, confrontando-se com o lote nº 15, da quadra 04. A Oeste, lado esquerdo de quem da rua “E” olha, medindo 30,55m confrontando-se com o Lote nº 14 da quadra 04. Fazendo fundos ao Norte medindo 31,00m confrontando-se com terras de Lauro Martins, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula n.º 13.184.

Art. 2º - A Entidade donatária utilizará o imóvel identificado no Parágrafo único do art. 1º, para construção de sua sede e

desenvolvimento de suas atividades sociais, ficando obrigada a:
I – utilizar a área exclusivamente para a finalidade prevista no caput deste artigo;

II – apresentar, para aprovação pelos órgãos técnicos da Prefeitura, no prazo de um ano, contado da lavratura da respectiva escritura, os projetos e memoriais das edificações executadas e a executar, que deverão atender às exigências legais pertinentes;

III – iniciar as obras no prazo de 1 (um) ano a partir da aprovação dos projetos e concluí-las no prazo de 1/½ (um ano e meio) anos após seu início.

Art. 3º - Na Escritura Pública de Doação, deverá constar expressamente que se o imóvel objeto da presente doação vier a ser alienado, terá o Município de São Joaquim preferência na aquisição, devendo ser notificado pela Entidade donatária para que possa exercer seu direito preferencial.

Art. 4º - Na mesma Escritura Pública de Doação, deverá constar ainda que a falta de observância dos dispostos nos arts. 2º e 3º desta Lei, tornará nula a alienação e, por consequência, a doação, revertendo o imóvel ao patrimônio público municipal, com todas as benfeitorias existentes, mesmo que necessárias, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Único – Na ocorrência do disposto no caput deste artigo, o imóvel e todas as suas benfeitorias retornarão ao patrimônio público municipal, sem que haja obrigação de reparação, reposição ou indenização, a qualquer título.

Art. 5º – Fica atribuído o valor venal de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), ao imóvel objeto da presente doação.

Art. 6º – As despesas decorrentes da lavratura da Escritura Pública de Doação e demais encargos, inclusive o recolhimento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, bem como o seu consequente registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, correrão por conta da outorgada donatária.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Lei Municipal Nº 4.381/2015, de 18/12/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.389/2016

LEI Nº 4.389/2016

“QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO JOAQUIM”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU”, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a repassar a título de subvenção, o repasse financeiro do Programa do Ministério de Desenvolvimento Social – Piso de Transição de Média Complexidade, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO JOAQUIM.

Art. 2º - O Repasse a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS

EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO JOAQUIM, se dará conforme liberação de recursos financeiros pelo Ministério de Desenvolvimento Social.

Art. 3º - A despesa prevista nesta Lei será alocada por conta da dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03 PODER EXECUTIVO

UNIDADE 03.14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ATIVIDADE 2.054 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ELEMENTO DE DESPESA 3.3.50.43.02

FONTE DE RECURSOS FNAS – PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE/PROG. PORT. DEFICIÊNCIA

VALOR MENSAL R\$ 858,06.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 4.390/2016

LEI Nº 4.390/2016

“QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SÃO JOAQUIM”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção mensal no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Joaquim, a partir de 01 de Janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016. Fica também o Poder Executivo autorizado a conceder 750 (setecentos e cinquenta) litros de combustível, sendo 500 (quinhentos) litros de óleo S-10 e 250 (duzentos e cinquenta) litros de gasolina, mensalmente, fornecidos pela Secretaria Municipal de Obras e Viação.

Art. 2º - A despesa referente a subvenção social será alocada por conta da dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03 PODER EXECUTIVO

UNIDADE 03.10 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

ATIVIDADE 2.010 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO

ELEMENTO DE DESPESA 3.3.50.43.02

FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS

VALOR MENSAL R\$ 4.500,00.

Art. 3º - A despesa referente ao combustível até o limite mencionado no Art. 1º, se dará por conta da dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03 PODER EXECUTIVO

UNIDADE 03.06 SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

ATIVIDADE 2.009 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.01

FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.391/2016

LEI Nº 4.391/2016

“QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO E REPASSAR SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BENTO CAVALHEIRO”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU”, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio e repassar a título de subvenção, o repasse financeiro do Programa do Ministério de Desenvolvimento Social – Piso de Alta Complexidade I Criança e Adolescente, a Associação Beneficente Bento Cavalheiro.

Art. 2º - O Repasse a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BENTO CAVALHEIRO, se dará conforme liberação de recursos financeiros pelo Ministério de Desenvolvimento Social.

Art. 3º - A despesa prevista nesta Lei será alocada por conta da dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03 PODER EXECUTIVO
UNIDADE 03.14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATIVIDADE 2.020 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.50.43.02
FONTE DE RECURSOS FNAS – Alta Complexidade - Manutenção
VALOR ANUAL PREVISTO: R\$ 60.000,00.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.392/2016

LEI Nº 4.392/2016

“QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BENTO CAVALHEIRO”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar a título de ajuda de custo, o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

mensais, para a Associação Beneficente Bento Cavalheiro, entidade civil, sem fins lucrativos, mantenedora do Hospital de Caridade Coração de Jesus, para a manutenção do programa “Casa Lar”, a partir de 01 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Art. 2º - A despesa prevista nesta Lei será alocada por conta da dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03 PODER EXECUTIVO
UNIDADE 03.10 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
ATIVIDADE 2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.50.43.02
FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS
VALOR MENSAL R\$ 2.500,00.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.393/2016

LEI Nº 4.393/2016

“QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO FEMININA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOAQUIM - AFASSJ”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU”, e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção mensal no valor de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais) a AFASSJ – Associação Feminina de Assistência Social de São Joaquim, a partir de 1º de Janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

§ 1º - O repasse mensal a que se refere o caput fica vinculado a prestação de contas a ser feita a Prefeitura Municipal/Secretaria da Fazenda, com o envio de cópia para a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 2º - A prestação de contas, prevista no Parágrafo 1º será feita até o décimo dia útil do mês subsequente.

§ 3º - O repasse inicial, por razões óbvias independe da prestação de contas a que se referem os parágrafos 1º e 2º.

Art. 2º - A despesa prevista nesta Lei será alocada por conta da dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03 PODER EXECUTIVO
UNIDADE 03.10 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
ATIVIDADE 2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
ELEMENTO DE DESPESA 3.3.50.43.02
FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS
VALOR MENSAL R\$ 9.900,00.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 074/2016

PORTARIANº 074/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS as seguintes funcionárias: - LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR, ocupante do Cargo de Técnico em Informática, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 10/02/2016 à 10/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 075/2016

PORTARIANº 075/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS à seguinte funcionária: - ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA PADILHA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 11/02/2016 à 11/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 076/2016

PORTARIANº 076/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Conforme requerimento protocolado sob o nº 029/2016 de 26/01/2016; Fica CEDIDO durante o ano letivo de 2016 o funcionário: - MURILO FONTANELLA VIEIRA, ocupante do Cargo de Professor na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira,

para a partir desta data o mesmo ficar a disposição da Diretoria de Esportes deste Município, no Ginásio de Esportes Juraci Santos, no período Noturno.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 077/2016

PORTARIANº 077/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS a seguinte funcionária: - HILDA CATARINA GARCIA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 15/02/2016 à 15/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 078/2016

PORTARIANº 078/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica CEDIDA TEMPORARIAMENTE por restrição médica a funcionária HILDA CATARINA GARCIA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, no prédio da Prefeitura Municipal, para desempenhar suas funções compatíveis com sua incapacidade no SINE, com 40 horas semanais, a contar do dia 15/02/2016 à 12/08/2016, quando a mesma deve ser reavaliada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 079/2016

PORTARIANº 079/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - ALVARO PEREIRA DO AMARAL, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 15/02/2016 à 15/03/2016. - MARIA JACIRA CAMARGO GOULART, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 15/02/2016 à 15/03/2016. - RODRIGO CAMPOS PEREIRA, ocupante da Função de Médico, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 15/02/2016 à 15/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 080/2016

PORTARIANº 080/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - DILMA DE FATIMA NUNES DE JESUS ANTUNES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 15/02/2016 à 15/03/2016. - NESTOR OLIVEIRA SOBRINHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 15/02/2016 à 15/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 081/2016

PORTARIANº 081/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - LUIZ AFONSO PEREIRA VELHO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 02/02/2016. - VANUZA RODRIGUES DOS SANTOS, ocupante da Função de Auxiliar Odontológico, por 01 (um) dia, no dia 03/02/2016, para tratamento de saúde de sua filha. - STELA CANDIDO CHIODELLI, ocupante da Função de Enfermeira (PSF), por 12 (doze) dias, a

contar do dia 04/02/2016. - MARCELO RODRIGUES ZAPELINI, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, por 06 (seis) dias, a contar do dia 09/02/2016. - ANA PAULA COSTA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 09/02/2016 e o retorno de acordo com o INSS. - ADILSON NUNES DOS SANTOS FILHO, ocupante do Cargo de Motorista, por 03 (três) dias, a contar do dia 10/02/2016. - TATIANE APARECIDA DE ANDRADE, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 02 (dois) dias, a contar do dia 10/02/2016. - OSMARINA DE FATIMA DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 11/02/2016. - ADRIANA LIMA GOULART, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 10 (dez) dias, a contar do dia 12/02/2016. - ALICEMAR DE OLIVEIRA CARVALHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 16/02/2016. - ADRIANA ANDRADE FAUSTO, ocupante do Cargo de Professora Municipal, por 01 (um) dia, no dia 16/02/2016. - MARLUS DA SILVA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 16/02/2016. - CLEBER ANTONIO DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 17/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 082/2016

PORTARIANº 082/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Conforme requerimento protocolado sob o nº 031/2016 de 27/01/2016; Fica CEDIDA durante o ano letivo de 2016 a funcionária: - LARISSA DE MORAIS WEHLE SCHWALB, ocupante do Cargo de Professora no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano para a partir desta data a mesma ficar a disposição da Diretoria de Esportes deste Município, no Ginásio de Esportes Juraci Santos, no período Vespertino.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 083/2016

PORTARIANº 083/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS a seguinte funcionária: - ELIS REGINA NUNES DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 18/02/2016 à 18/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 084/2016

PORTARIANº 084/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam REVOGADOS os efeitos da Portaria Nº 067/2016, de 03/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Portaria Nº 067/2016, de 03/02/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Fevereiro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 5842/2016

DECRETO Nº 5842/2016

DEFINE VALORES ANTIECONÔMICOS PARA EFEITOS DE NÃO AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL NO ANO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e de acordo com as disposições dos §§ 1º a 3º do art. 186 do Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam definidos como antieconômicos aqueles valores cujo principal atualizado seja igual ou inferior a R\$ 92,00 (noventa e dois reais), os quais não serão objeto de execução fiscal.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não se aplicam quando a soma dos valores dos créditos fiscais de mais do que uma inscrição do mesmo devedor ultrapassar o limite nele fixado.

Art. 2º. Ficam extintos os créditos fiscais lançados em dívida ativa, referentes ao exercício de 2011 ou anteriores, de valores antieconômicos na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. A extinção será procedida sob rito processual, em processo administrativo contendo relação de todos os créditos extintos, mediante despacho fundamentado do Secretário Municipal da Receita.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário da Receita

RODRIGO JOÃO MACHADO
Procurador Geral do Município

EDITAL Nº. 001/2016/FUNDESJ

EDITAL Nº. 001/2016/FUNDESJ

ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR SUBSTITUTO POR TEMPO DETERMINADO.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e o Reitor do Centro Universitário Municipal de São José – USJ – Prof. Dr. Juarez Perfeito, no uso de suas atribuições regimentais, tornam pública a abertura de inscrições com vista ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Ensino Superior Substituto, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, nos termos das Leis nº 4.955 de 26 de abril de 2010 e nº 5.388 de 30 de abril de 2014.

1. Das inscrições:

1.1. Período de Inscrição: 24/02/2016 a 26/02/2016. Caso não haja candidatos(as) inscritos(as) no período acima especificado, o prazo de inscrição poderá ser prorrogado por igual período.

1.2. Horário de Inscrição: das 14h00min às 19h00min.

1.3. Locais: As inscrições serão realizadas na Sede Administrativa do USJ: Rua: Silvia Maria Fabro, nº 97 – Kobrasol – São José – Cep: 88102-430, Setor de Gestão de Pessoas.

1.4. Taxa de Inscrição: R\$ 50,00 (cinquenta reais), que deverão ser creditados através de depósito identificado na conta da Fundação Educacional de São José – CNPJ: 07.159.202/0001-20 - Banco do Brasil, Agência 2638-7, conta corrente 505.145-2 (o código identificador é o CPF do candidato). Esta taxa, uma vez recolhida, não será restituída em hipótese alguma.

a) Serão aceitas inscrições por procuração com firma reconhecida em cartório e apresentação da Carteira de Identidade do requerente legal.

b) Serão aceitas as inscrições enviadas pelo Correio, para o endereço indicado no item 1.3, por meio de Sedex com AR, desde que postadas até o dia 25/02/2016, e preenchidos a ficha de inscrição (Anexo I) e os demais requisitos necessários.

1.5 No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá apresentar cópia do “Curriculum Vitae” modelo Plataforma Lattes, com cópia e original dos comprovantes dos requisitos exigidos no presente edital e comprovante de recolhimento da taxa de inscrição. Serão validadas as atualizações do Curriculum Lattes dos últimos 05 (cinco) anos, exceto para os itens nº 1 (titulação), nº 2 (atividades de ensino), nº 3.2, 3.3, e 3.4 (publicações de livro, organização de livro e capítulo de livro) do Anexo II;

a) O Curriculum Vitae no modelo da Plataforma Lattes, do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPQ – www.cnpq.br – deverá estar devidamente comprovado e apostilado, na sequência do formulário Lattes, com toda a documentação, titulação, produção, orientações e demais atividades devidamente identificadas, acompanhado dos seguintes documentos (frente e verso):

* Fotocópia da Carteira de Identidade;

* Comprovante da titulação exigida: Graduação: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; Especialização: Diploma ou Certificado de Conclusão; Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente.

1.6. Somente serão aceitos diplomas de Graduação e Pós-Graduação validados pelos órgãos de educação. Os diplomas de Graduação e Pós-Graduação obtidos em instituição estrangeira serão aceitos mediante sua revalidação no Brasil. A revalidação do diploma estrangeiro deverá ser comprovada no ato da inscrição.

1.7 Os documentos desse processo poderão ser retirados do Setor de Gestão de Pessoas do USJ no horário e endereço citados nos itens 1.2 e 1.3, a partir de 48 horas após a publicação da homologação do resultado final do processo seletivo e ficará a disposição do responsável até a data de 31 de março de 2016. Após essa data o material será incinerado.

1.8 A Comissão do Processo Seletivo poderá realizar a chamada dos (as) candidatos(as) para esclarecimentos quanto aos documentos apresentados para a prova de títulos.

2. Da prova de títulos

2.1 Para a prova de títulos, a Banca Examinadora analisará os Curriculum Vitae dos(as) candidatos(as), atribuindo-lhes uma pontuação com base nos últimos 05 (cinco) anos, exceto para as atividades citadas no item 1.5, a partir do Gabarito de Avaliação que consta no (Anexo II) deste edital.

2.2 Na prova de títulos serão computadas as atividades devidamente comprovadas, e submetidas à avaliação da banca examinadora.

2.3 A nota bruta da prova de títulos de cada candidato(a) será calculada proporcionalmente, com base na pontuação bruta do (Anexo II), em razão da maior pontuação bruta dentre os(as) candidatos(as), atribuída pela Banca Examinadora, pela expressão:

$PBC \times 10$

NFPT = -----

PB

Onde:

NFPT = Nota final da prova de títulos;

PBC = Pontuação bruta do(a) candidato(a);

PB = Maior pontuação bruta entre os(as) candidatos(as).

2.4 Nos casos em que houver empate em determinada vaga, serão considerados os seguintes critérios de desempate:

I – Titulação;

II – Exercício do magistério no ensino superior;

III – Exercício profissional na área (exceto magistério); e

IV – Maior Idade.

3. Cronograma das atividades

Data	Atividades
24/02/2016 a 26/02/2016	Inscrições (13h30min às 19h00min).
24/02/2016 a 25/02/2016	Prazo para envio de inscrições pelo Correio.
29/02/2016	Publicação do Edital com as Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo.
01/03/2016	Período de Recursos (13h30min às 19h00min).
01/03/2016	Publicação do Edital com a Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo. (Após às 20h30min).
01/03/2016	Publicação do Edital com a divulgação da classificação na Prova de Títulos (Após às 20h30min).
02/03/2016	Período de recursos (13h30min às 19h00min).
03/03/2016	Publicação do Edital com a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo.

4. Da Homologação e Publicação das Inscrições e do Resultado do Processo Seletivo.

4.1. Da Publicação dos Editais do Processo Seletivo cabe pedido de revisão à Banca Examinadora, desde que encaminhado no dia seguinte da publicação dos resultados, conforme cronograma de atividades (item nº 3).

4.2 Os recursos deverão ser entregues no endereço indicado no item 1.3.

4.3. O resultado final do Processo Seletivo será homologado pela Superintendente da FUNDESJ e pelo Reitor do USJ, sendo publicado no Mural da Sede Administrativa da Reitoria e no site do USJ (www.usj.edu.br), obedecendo à ordem de classificação dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

5. Das Vagas do Processo Seletivo:

5.1 As vagas do Processo Seletivo estão relacionadas no (Anexo III).

5.2 As disciplinas e os dias da semana previstos para cada vaga poderão ser alterados de acordo com a necessidade do Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

6. Remuneração Mensal:

Carga Horária Semanal / Titulação / Remuneração Mensal

6.1 05 (cinco) horas semanais: Especialização: R\$ 482,61 / Mestrado: R\$ 566,50 / Doutorado: R\$ 826,30.

7. Seleção e Contratação:

7.1. O(A) candidato(a) aprovado(a) será contratado(a) nos termos das Leis nº 4.955/2010 e 5.388/2014, e perceberá remuneração de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação e conforme os valores estabelecidos no presente edital.

7.2. O(A) candidato(a) selecionado(a) será contratado(a) por tempo determinado, pelo período de até 06 (seis) meses, sendo admitida a prorrogação de contrato desde que o prazo total não exceda 02 (dois) anos.

7.3. O(A) candidato(a) que ocupar cargo público, que não o de Magistério, poderá ser contratado(a) desde que ocupe cargo técnico

científico e que tenha compatibilidade de horário comprovada.

7.4. Os(as) candidatos(as) estrangeiros(as) deverão comprovar no ato da inscrição o visto temporário ou visto permanente, de acordo com a legislação vigente.

7.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano, a contar da data da publicação.

7.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 23 de fevereiro de 2016.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Prof. Dr. Juarez Perfeito
Reitor do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

ANEXO I
(Exclusivo para Inscrições encaminhadas através do Correio)

Formulário de Inscrição

Edital nº 001/2016/FUNDESJ – Processo Seletivo Simplificado Contratação de Professor Substituto Por Tempo Determinado

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
Nome Completo:
Identidade: Órgão Emissor: Uf: Data de Emissão:
Cpf: Data de Nascimento: Sexo: () Masc. () Fem.
Nacionalidade: Visto Permanente: () Sim () Não
Endereço Residencial (Rua / Av.):
Bairro: CEP: Cidade: UF:
País: DDD: Tel: Cel:
E-mail:

ÁREA DE INSCRIÇÃO
Código Vaga: () Área de Inscrição: _____

São José, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Candidato(a) _____

ANEXO II
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

1.	Titulação Acadêmica (considera-se apenas a maior titulação):	PONTOS	PONTUAÇÃO
1.1	Doutorado com Estágio Pós-Doutoral	95,0	
1.2	Doutorado	85,0	
1.3	Mestrado	50,0	
1.4	Especialização	30,0	
Total			

2.	ATIVIDADES DE ENSINO:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Exercício do Magistério no Ensino Superior	5,0 /ano	
	Total		

3.	PRODUÇÃO ACADÊMICA:	PONTOS	PONTUAÇÃO
3.1	Publicações:	autor ou co-autor	
3.2	Livro	20,0	
3.3	Organização de livro	15,0	
3.4	Capítulo de livro	10,0	
3.5	Artigo publicado em periódico indexado (Qualis)	10,0	
3.6	Artigo publicado em periódico não indexado:		
	Revista	2,0	
	Jornal	1,0	
3.7	Trabalho completo publicado em anais de evento técnico-científico	5,0	
Total			
4.	ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Trabalho de conclusão de curso - TCC	0,5/orientação	
	Iniciação Científica – por bolsista	0,5/bolsista	
	Monografia de curso "Lato-Sensu"	1,0/orientação	
	Dissertação de mestrado	3,0/orientação	
	Tese de doutorado	6,0/orientação	
	Total		
5.	Bancas (Participação como membro efetivo)		
	Trabalho de conclusão de curso – TCC	0,1/ banca	
	Monografia de curso "Lato-Sensu"	0,2 /banca	
	Dissertação de mestrado	0,6 /banca	
	Tese de doutorado	1,0/ banca	
	Total		
6.	ATIVIDADES PROFISSIONAIS NA AREA OBJETO DO CONCURSO:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Exercício profissional na área de conhecimento, excetuando atividades universitárias e de docência.	2,0 /ano	
	Total		
Total de Pontos do Candidato			

ANEXO III

Das Vagas do Processo Seletivo:

Área: Análise e Desenvolvimento de Sistemas (06 vagas)

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação em Sistemas de Informação, Ciências da Computação ou áreas afins; Especialização em Computação, Sistemas de Informação, Ciências da Informação, Engenharias ou áreas afins, com conhecimento na área da disciplina (desenvolvimento Java para Web).	Linguagem de Programação II (4h/a)	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Terça-feira 18h30min às 22h00min	01	1.1	05h.
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação em Sistemas de Informação, Ciências da Computação ou áreas afins; Especialização em Computação, Sistemas de Informação, Ciências da Informação, Engenharias ou áreas afins; com conhecimento na área da disciplina.	Análise de Sistemas II (4h/a)	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Segunda-feira 18h30min às 22h00min	01	1.2	05h.

Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação em Administração, Sistemas de Informação, Ciências da Computação ou áreas afins; Especialização em Gerenciamento de Projetos, Computação, Sistemas de Informação, Ciências da Informação, Engenharias ou áreas afins, com conhecimento na área da disciplina.	Metodologia de Projeto (4h/a)	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Quarta-feira 18h30min às 22h00min	01	1.3	05h.
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação em Sistemas de Informação, Ciências da Computação ou áreas afins; Especialização em Computação, Sistemas de Informação, Ciências da Informação, Engenharias ou áreas afins, com conhecimento na área da disciplina (desenvolvimento Mobile)	Linguagem de Programação III (4h/a)	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Quarta-feira 18h30min às 22h00min	01	1.4	05h.
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação em Sistemas de Informação, Ciências da Computação ou áreas afins; Especialização em Computação, Sistemas de Informação, Ciências da Informação, Engenharias ou áreas afins, com conhecimento na área da disciplina.	Qualidade de Software e Governança de TI (4h/a)	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Quinta-feira 18h30min às 22h00min	01	1.5	05h.
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação em Sistemas de Informação, Ciências da Computação ou áreas afins; Especialização em Computação, Sistemas de Informação, Ciências da Informação, Engenharias ou áreas afins, com conhecimento na área da disciplina.	Engenharia de Software (4h/a)	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Sexta-feira 18h30min às 22h00min	01	1.6	05h.

Área: Administração (02 vagas)

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Administração Financeira	Graduação em Administração e Mestrado em Administração com experiência e/ou pesquisa na área da disciplina.	Administração Financeira e Orçamento (4h/a)	Ciências Contábeis	Quarta-feira 18h30min às 22h00min	01	2.1	05h.
Administração	Graduação em Administração e Mestrado em Administração.	Teoria Geral da Administração II (4h/a)	Ciências Contábeis	Quarta-feira 18h30min às 22h00min	01	2.2	05h.

PORTARIA Nº 003/2016 - SSDST

PORTARIA Nº 003, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

REGULAMENTA OS PROCESSOS DE TRANSFERÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICO REMUNERADO, INDIVIDUAL OU COLETIVO DE PESSOAS.

A Secretária Municipal de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 27.179, de 15 de maio de 2008 (Serviço de Táxi); Lei nº 4.352, de 22 de agosto de 2005 (Transporte Escolar) e Lei Ordinária nº 4.609, de 07 de fevereiro de 2008 (Transporte Coletivo) e futuras alterações das legislações citadas,

CONSIDERANDO, que o Poder Público possui o direito/dever de agilizar a prestação de seus serviços, para melhor atender à Comunidade e aqueles aos quais autorizou, permitiu e concedeu a outorga para o exercício de serviços públicos;

CONSIDERANDO, a bem do serviço público, a necessidade de ordenar e dar celeridade aos serviços prestados por esta Secretaria, através do Setor de Transportes do Município, quanto aos processos de transferência de autorização, permissão e concessão do serviço de transportes público remunerado, individual ou coletivo de pessoas, por tratar-se de serviço público, cuja organização compete ao Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer o procedimento administrativo a ser adotado para os processos de transferências de autorização, permissão e concessão do serviço de transportes público remunerado, individual ou coletivo de pessoas, no Município de São José, atendendo ao Princípio da Legalidade e da Razoabilidade.

Art. 2º. O procedimento administrativo para as transferências de autorização, permissão e concessão do serviço de transporte público remunerado individual ou coletivo de pessoas, no Município de São José, ocorrerá da seguinte forma:

I - O atual detentor da autorização, permissão e concessão ao dar entrada em processo administrativo, junto à Prefeitura Municipal, no Centro de Atendimento ao Cidadão, com o objetivo de transferir delegação deverá entregar toda a documentação exigida para a transferência solicitada;

II – No requerimento deverá ser justificado o motivo da transferência. Em sendo alegado motivo de saúde, deverá ser anexado Atestado Médico, expedido por especialista na área;

III – O processo deverá ser instruído com os documentos da pessoa que pretende prestar o serviço; exceto a Certidão Negativa de Débito que deverá ser dos dois interessados (atual e futuro prestador do serviço);

IV – Em seguida, aguardará a análise dos documentos apresentados;

V – Após a verificação da documentação pelo Órgão Gestor de Transportes, e estando APTO ao deferimento - desde que não ocorra nenhuma situação impeditiva, a pessoa para quem está sendo transferida será intimada a comparecer ao Órgão Gestor, a fim de comprovar o pagamento da Taxa de Transferência, bem como apresentar o Alvará de Funcionamento em seu nome, no prazo de até 30 (trinta) dias;

VI – Após o cumprimento das exigências do inciso anterior, o Órgão competente expedirá a documentação necessária para a prestação do serviço no Município, no prazo de até 15 (quinze) dias.

§1º - Caso o pagamento da Taxa de Transferência seja realizado de forma parcelada, somente com a comprovação do pagamento da primeira (1ª) parcela é que serão emitidos os documentos necessários referentes à prestação do serviço.

§2º - O Requerente representado por Procurador no ato da entrada do processo administrativo deverá anexar cópia autenticada de Procuração por Instrumento Público, específica para o ato de transferência, na qual deverá constar o número do registro a ser transferido, e com data de validade de 01 (um) ano, no máximo.

Art. 3º. A bem do serviço público determina-se que todos os documentos exigidos para a transferência sejam entregues em cópia autenticada.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e, revogam-se as disposições em contrário.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PORTARIA Nº 004/2016 - SSDST

PORTARIA Nº. 004/2015, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

INSTAURA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DESIGNAR COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das suas atribuições legais, conforme estabelece o art. 37, da Constituição Federal, os art.s 147 c/c 125, da Lei nº 2.248/1991 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e o Decreto nº 14.862/2004 (Regimento Interno da Guarda Municipal de São José),

CONSIDERANDO QUE:

- Foi constatado na análise da Sindicância C20.917/2014 e na sentença proferida pelo Juízo da Vara da Fazenda Pública (Processo nº 0303015-38.2015.8.24.0064 – Mandado de Segurança), que o GM Marcelo Muller, então comandante da GMSJ e mais dez (10) GM's foram fazer o curso de Formação de Condutores de Embarcações Públicas, junto à Capitania dos Portos, sendo habilitados "para conduzir embarcações empregadas na navegação interior, pertencente a/ao GMSJ – GUARDA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ", no período de três (03) semanas, entre os dias 29 de setembro a 17 de outubro de 2014, com uma carga total de 92 horas aula;
- O curso mencionado foi realizado sem a devida autorização da Titular da Pasta, conforme determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerado desnecessário à Instituição, tendo em conta que esta não possui em seu patrimônio embarcações;
- Em decorrência desta atitude, do então Comandante, houve prejuízos ao Erário Municipal, posto que determinou o pagamento de horas extras para substituir os 10 (dez) Agentes que estavam em curso, tendo em conta, a alteração de escala, o pagamento de salários dos Agentes que receberam e não trabalharam; combustível em razão do uso de viaturas;

RESOLVE:

Art. 1º. Instalar Tomada de Contas Especial para apuração dos valores e obtenção do ressarcimento; e

Art. 2º. Designar os servidores Estanil Ouro Imburgue Weber (matrícula 33123), Wagner Nieheus de Souza (matrícula 15.714) e Deiko Lima e Silva (matrícula nº 13697), para formar a Comissão que terá a Presidência da Primeira, sendo secretariada pela última, para realizar, a

partir da publicação desta portaria, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a Tomada de Contas Especial relativa aos fatos apontados

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Andréa Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2015 - Processo nº 307/2015. Fornecedores: HAMILTON MACHADO – ME; MAYCON WILL – ME; ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME e L.M. – COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADOS A DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE/SC, DESERTOS NO PROCESSO Nº 324/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2014. Valor Total: R\$ 191.382,12 – cento e noventa e um mil, trezentos e oitenta e dois reais e doze centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 149/2015 - Processo nº 481/2015. Fornecedor: INDUSTRIA E COMERCIO DE CARROCERIA MORUMBI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS PARA TRANSPORTE DE ENTULHOS A SEREM UTILIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 33.500,00 – trinta e três mil, quinhentos reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 163/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 163/2015 - Processo nº 507/2015. Fornecedor: BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO DESTINADOS A MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS EXTINTORES DE INCÊNDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 28.392,43 – vinte e oito mil, trezentos e noventa e dois reais e quarenta e três centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

São José do Cedro

PREFEITURA

ATA DE ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA BIÊNIO 2015/2016

Ata da 3ª reunião ordinária do mês de dezembro de 2.014 – Presidência a cargo do vereador Silmar Britz.

Às 18:00 horas do dia 15, presente todos os senhores vereadores, foi realizada a 3ª reunião ordinária do mês de dezembro de 2.014. Abertos os trabalhos foi feita a leitura da ata da sessão anterior que submetida à apreciação do plenário, recebeu aprovação unânime. Não tendo expediente, o Presidente passou os trabalhos para o pequeno expediente oportunidade em que em que se manifestou o vereador João Luiz de Andrade discorrendo acerca da necessidade da Administração Municipal notificar a empresa responsável pela execução da obra de asfaltamento entre as comunidades de Padre Réus e Mariflor para que promova a recuperação/consertos de defeitos/buracos existentes no local. Em aparte manifestou-se o vereador Cláudio Arcídio Wartha. Ainda, o vereador João Luiz de Andrade solicitou que a Administração Municipal dispense especial atenção aos produtores rurais de nossa cidade que, realizam investimentos em melhorias em suas propriedades, e que necessitam de cascalhamentos em suas propriedades. Em aparte se manifestou o vereador Claudiomiro Francisco Ongaratto. O vereador Paulo Roberto Wolfart se manifestou em relação aos produtores de leite que entregaram o produto para a Laticínios LBR, localizada em nossa cidade, e não estão recebendo o pagamento correspondente, explanando acerca dos reflexos negativos desta situação. Sugeriu que os edis promovam uma visita a citada laticínios para buscar informações e soluções para o impasse. Ainda informou acerca da preocupação do produtores rurais, com a proximidade da época de realização de silagem e da impossibilidade de pagamento imediata das horas de serviços prestados pela municipalidade, em vista da falta de recebimento dos valores pertinentes ao leite comercializado nos últimos meses, sugerindo o vereador a concessão de um prazo maior para estes produtores rurais promoverem o pagamento do valor pertinente as horas de silagem realizadas pelo município. Em relação ao assunto se manifestaram os vereadores Flavio dos Santos, Claudio Arcidio Wartha, Silmar Britz e Claudiomiro Francisco Ongaratto ressaltando a seriedade da situação vivenciada pelos produtores de leite e de seus reflexos, principalmente o inadimplemento e o êxodo rural. Por seu turno, o vereador Argeu Padilha convida os vereadores para participar do Movimento de Paralisação que vai ser realizado na BR163 na próxima quinta feira as 14:00 horas em apoio aos produtores de leite. Ainda manifestou-se acerca da existência de poucas áreas de lazer em nosso município, bem como da necessidade da Administração Municipal promover a limpeza e a conservação do lago municipal, além de analisar a possibilidade de desenvolver um projeto para tornar p local uma grande área de lazer. Em aparte se manifestou o vereador Paulo Roberto Wolfart, informando acerca dos encaminhamentos que estão sendo adotados pela municipalidade neste sentido. Ainda usando a palavra, o vereador Argeu Padilha solicitou o empenho da administração municipal para que sejam realizados o fechamento de buracos existentes em ruas de asfalto do centro de nossa cidade. Em aparte se manifestou o vereador presidente Silmar Britz, informando que já estão sendo adotadas as providências para tanto. Não tendo ninguém escrito no grande expediente, o presidente passou os trabalhos para a Ordem do Dia na qual constou por unanimidade de votos os requerimentos verbais em única votação e, em 2ª votação os Projetos de Lei nº 141,142,143 e o 144/2014. Considerando que a presente sessão foi à última ordinária desta legislatura, permanecem em comissão os Projetos de Lei nº 145 e o 146/2014. Tendo em vista o encerramento do

mandato da mesa diretora do biênio 2013/2014, nos termos do artigo 17 do Regimento Interno, procedeu-se a eleição da mesa diretora para o biênio de 2015/2016. Realizados os trâmites necessários para a eleição, a mesa diretora para o biênio 2015/2016 ficou assim composta: Presidente: Claudiomiro Francisco Ongaratto, Vice-presidente: Isoldi Will, 1º Secretário: Silmar Britz e 2º Secretário: Flávio Luiz dos Santos. O vereador presidente Silmar Britz agradeceu aos colegas vereadores e desejou Feliz Natal e Prospero Ano Novo. O vereador Claudiomiro Francisco Ongaratto agradeceu os votos recebidos e disse que vai dar continuidade ao bom trabalho já desenvolvido pelo atual presidente. O vereador Paulo Roberto Wolfart coloca que ser um vereador cedrense é uma honra, pois todos defendem e fazem o melhor de si. Esgotada a matéria da Ordem do Dia passou a palavra livre ao público tendo se manifestado os vereadores e, não havendo mais oradores inscritos encerrou-se a reunião e, para constar foi lavrada a presente ata. A presente Ata é cópia fiel da Ata da sessão da câmara de vereadores do dia 15 de dezembro de 2014.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO
Presidente .

PORTARIA Nº 90/2016

PORTARIA Nº 090/2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso XI do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 147, § 3º da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 15 de fevereiro de 2016, a Portaria 480/2015, de 15 de dezembro de 2015 que instaurou PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração de infrações administrativas, previstas nos artigos 102 e 103, da Lei Municipal 2020 de 28 de abril de 1993 - Estatuto dos Servidores, em face de MAICO ROBERTO KLAIN, Operador de Equipamento, matrícula nº 2988.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de fevereiro de 2016.

Art.3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 22 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PORTARIA Nº 91/2016

PORTARIA Nº 091/2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso XI do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 147, § 3º da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 15 de fevereiro de 2016, a Portaria 481/2015, de 15 de dezembro de 2015 que instaurou PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração de infrações administrativas, previstas nos artigos 102 e 103, da Lei Municipal 2020 de 28 de abril de 1993 - Estatuto dos Servidores, em face de GENERCI ZANCHETT, Operador de Equipamento, matrícula nº 1235.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de fevereiro de 2016.

Art.3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 22 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PORTARIA Nº 92/2016

PORTARIA Nº 092/2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso XI do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 147, § 3º da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 15 de fevereiro de 2016, a Portaria 482/2015, de 15 de dezembro de 2015 que instaurou PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração de infrações administrativas, previstas nos artigos 102 e 103, da Lei Municipal 2020 de 28 de abril de 1993 - Estatuto dos Servidores, em face de WALDEMO JOÃO BOTH, Operador de Equipamento, matrícula nº 1657.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de fevereiro de 2016.

Art.3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 22 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2016 - TP Nº 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 11/03/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2016, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº 004/2016. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, ENTRE A AVENIDA ERNESTO BEUTER E A RUA RUI BARBOSA, COM ÁREA TOTAL DE 2.686,16M², PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de fevereiro de 2016.
GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2016 - TP Nº 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 11/03/2016, às 10:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2016, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENGENHARIA Nº 005/2016. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA RUI BARBOSA, ENTRE A RUA DOM PEDRO II E A RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, COM ÁREA TOTAL DE 3.137,06M², PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de fevereiro de 2016.
GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.337, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.337, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
12.365.4505.1.086 .4.4.9.0.00.00.0 0.00.00.0.1.0001	76	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

12.365.4505.1.086 .3.3.9.0.00.00.0 0.00.00.0.1.0001	74	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
--	----	--------------------	---------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.338, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.338, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 1.409,69 (um mil, quatrocentos e nove reais e sessenta e nove centavos), na seguinte dotação orçamentária:

10.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA		
10.01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA		
20.606.4507.2.025 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0064	166	Aplicações Diretas	R\$ 1.409,69

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015 e o art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 11/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de profissional para trabalhar em oficinas desenvolvidas pelos Programas Centro de Referência em Assistência Social – CREAS e Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2016, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 10 de março de 2016.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 24 de fevereiro de 2016.

CLAUDETE MARIA DE OLIVEIRA FABIANI
Secretaria Municipal de Assistência Social

PROCESSO LICITATÓRIO N. 20/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Aquisição de massa asfáltica (asfalto frio) e massa asfáltica (C.B.U.Q) usinada a quente a serem utilizados para tapa buracos nas ruas do perímetro urbano de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 08 de março de 2016.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 23 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 22/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 22/2016
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 07/2016

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de horas de consultoria destinadas as Micro e Pequenas Empresas do Município de São Miguel do Oeste – SC. Valor Mensal de R\$ 6.000,00. CONTRATO: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.

São Miguel do Oeste – SC, 24 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO N. 23/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

A Prefeitura Municipal, a partir do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para recolhimento, transporte e deposição final de lixo (louças, moveis) mediante utilização de caminhão próprio com capacidade de carregamento de no mínimo 20m³ por carga, disponibilizando pessoal para sua execução, para o exercício de 2016, de acordo com o anexo I do edital. Entrega dos envelopes: Até às 10h15min do dia 10 de março de 2016.

Abertura: às 10h30min. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 24 de fevereiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CARTA CONVITE 14.2016

O Município de São Pedro de Alcântara. Avisa da abertura do Processo nº 14.2016 Carta convite – Tipo: Menor Preço Global – Empreitada por Preço Global (art. 10, II, “a”, da Lei n.º 8.666/1993). Objeto: construção de cabeceiras, alas e tabuleiro de uma nova ponte vicinal, em substituição da ponte existente, hoje em estado avançado de desgaste e deterioração. A obra se localiza em um acesso derivado do SC 281, na localidade de Campo de Demonstração, no Município de São Pedro de Alcântara / SC, conforme memorial, planilha, cronograma e anexos pertencentes a este Edital.

Data de Abertura com entrega dos envelopes 02/03/2016 às 14:00h Maiores Informações: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou pelos e-mails licitacoes@pmspa.sc.gov.br; camilli@pmspa.sc.gov.br - São Pedro de Alcântara, 23/02/2016- JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara/SC

CEP: 88125-000 – Fone: (48) 3277-0122 – Fax: (48) 3277-0219

CONTRATO Nº 003/2016

Contrato que entre si celebram o MUNICIPIO DE SÃO PEDRO ALCÂNTARA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e de outro lado a empresa INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 00.867.301/0002-06, com sede na Rua Fernando Ferrari, nº. 35, bairro Nossa Senhora de Lourdes, Joaçaba (SC), neste ato representada por quem de direito, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei 8.666/93, e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de locação e assessoria técnica do sistema G-MUS – Gestão Municipal de Saúde concedido por parte da CONTRATADA, que será implantado na CONTRATANTE.

1.2 - Não é de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer necessidades de ajustes, configuração ou instalação de redes ou sistemas de terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1 O valor do presente contrato é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) anual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 Para receber o pagamento a CONTRATADA terá que cumprir com todas as suas obrigações assumidas, bem como deverá entregar a PREFEITURA o documento fiscal correspondente aos serviços prestados.

3.2 A PREFEITURA pagará os valores acima todo dia 05 de cada mês, ou no próximo útil subsequente, após apresentação, por parte da CONTRATADA, da nota fiscal competente.

3.3 - Os módulos do sistema cobertos por este contrato, o preço e as condições de pagamento devidas pela CONTRATANTE estão relacionados no ANEXO I. A inclusão ou exclusão de módulos a serem cobertos por este contrato serão feitas pela substituição do citado anexo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1 O prazo de vigência deste Contrato é do dia 05 de janeiro de 2016 até o dia de 31 de dezembro de 2016.

4.2 O termo final do presente contrato não extingue as obrigações decorrentes de garantia do bem ou serviço executado.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega dos materiais;

6.2 Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido na Lei 8.666/93.

6.3 Cabe a CONTRATADA, além de manter atualizada a versão do Sistema, esclarecer as suas alterações, mantendo-o em pleno funcionamento, dentro das características da concessão.

6.4 Corrigir eventuais defeitos nos programas em uso.

6.5 Alterar os Sistemas, quando solicitado pelo usuário, para adaptação a normas legais.

6.6 Esclarecer se consultada por via telefônica, correspondência, email e comunicador interno, etc., dúvidas de operação do Sistema, excluindo os problemas relacionados com operação de equipamento ou dos utilitários quando a CONTRATANTE deverá recorrer a empresa vendedora.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DEVERES DA PREFEITURA

7.1 Efetuar o pagamento devido a CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

7.2 Fiscalizar a execução dos serviços através de seus prepostos, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento do bem em conformidade com as demais cláusulas efetuando os recebimentos provisórios e definitivos.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 A inexecução total ou parcial do presente contrato, enseja a sua rescisão, na forma estipulada nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, ficando desde já reconhecido pela CONTRATADA os direitos da Administração previstos nestes artigos.

8.2 Será assegurado a parte que tiver dado motivo á rescisão, o direito ao contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1 Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

9.1.2 Por acordo das partes:

9.1.3 quando conveniente à substituição da garantia de execução;

9.1.4 quando necessária à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

9.2 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

9.3 Havendo alteração unilateral deste contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a PREFEITURA deverá restabelecer, por adiantamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

9.4 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como, o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de adiantamento.

9.5 Na hipótese de modificação unilateral deste contrato, as suas cláusulas econômico-financeiras deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

10.1 A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.2 A nulidade não exonera a PREFEITURA do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à PREFEITURA promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 À CONTRATADA cabe:

11.1.1 Recurso ao Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos casos de :

11.1.1.1 Rescisão do contrato pela PREFEITURA, pelo não cumprimento de cláusulas contratuais;

11.1.1.2 Aplicação pela PREFEITURA da penalidades de advertência, suspensão temporária ou de multa;

11.1.1.3 Representação ao Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação relacionada com o objeto deste contrato, de que não caiba recurso.

11.2 As intimações serão feitas pessoalmente.

11.3 O Prefeito Municipal, justificadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso.

11.4 O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal, que proferirá a decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.5 Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir qualquer questão contratual com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

13.1 Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

São Pedro de Alcântara, 05 de janeiro de 2016.
MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 _____ . 2 _____.

ANEXO I

1. MÓDULOS DO SISTEMA

Abaixo marcados com "X" os módulos do sistema G-MUS – Gestão Municipal da Saúde que fazem parte deste contrato:

Pacote básico:

	Agendamentos e regulação de consultas		Controle de frota
	Atendimentos		Controle de imunizações (vacinas)
	Autorização e regulação de exames		Faturamento (BPA / BPA-I)
X	Cadastros		Odontológico
	Consulta geral do paciente		Prontuário multiprofissional
	Controle de benefícios	X	Tratamento fora de domicílio (TFD)
X	Controle de estoque / farmácia		

Módulos e funcionalidades adicionais:

	Ações programáticas em saúde		Laboratório de análises clínicas*
	Business Intelligence (BI)		Portal de saúde
	Centro de testagem e aconselhamento (CTA)		Radiodiagnóstico
	Controle de AIH's		Saúde da Família / SIAB
	Controle de APAC's		Vigilância epidemiológica
	Financeiro		Vigilância sanitária
	Internações		Painel multimídia para chamada de pacientes

(*) Número de cópias e licenças comercializadas para o módulo de Laboratório de análises clínicas: _____ cópias.

2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Apresentam-se na tabela abaixo os valores do presente contrato:

TABELA DE VALORES PROPOSTOS	
Licença de uso do software G-MUS	R\$
Treinamento do software **	R\$
Taxa de manutenção mensal	R\$ 500,00
Deslocamento diário (para atendimento e treinamento no cliente)	R\$
Hora-trabalhada (para atendimento e treinamento no cliente)	R\$

(**) Número de horas de Treinamento do software comercializadas neste contrato: _____ horas.

I. Para Licença de Uso

O pagamento do valor integral da licença de uso do software será realizado em parcela única 05 (cinco) dias após a primeira visita ao cliente onde é realizada a implantação, configuração e parametrização do sistema.

II. Para Treinamento do software

O pagamento do treinamento do software será pago gradativamente conforme a realização do treinamento. A contratante realizará o pagamento junto com a taxa de manutenção mensal do mês subsequente a data do atendimento.

III. Para Taxas de Manutenção Mensal

O pagamento da taxa de manutenção mensal será pago mensalmente, sendo o primeiro pagamento realizado 30 (trinta) dias após a primeira visita ao cliente, e assim sucessivamente nos próximos meses.

IV. Para deslocamento diário para atendimento e treinamento no cliente

O deslocamento diário para atendimento na sede da contratante será cobrada em todas as visitas realizadas ao cliente, a contratante realizará o pagamento junto com a taxa de manutenção mensal do mês subsequente a data do atendimento.

V. Para hora trabalhada para atendimento e treinamento no cliente.

A hora trabalhada para atendimento e treinamento no cliente será cobrada em todas as visitas realizadas ao cliente, a contratante realizará o pagamento junto com a taxa de manutenção mensal do mês subsequente a data do atendimento.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 004/2016

CONTRATO Nº 004/2016

Contrato que entre si celebram O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e. Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado NOVA OPÇÃO SERRALHERIA LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº. 12.672.290/0001-07, com sede a Rua Antônio José Raulino, nº. 21, Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/ SC, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de:

- Fabricação de 05 Tubos industriais de 3"x1/2 galvanizado de 6 mt para fixar placas de localização R\$ 2.300,00;
- Fabricação de 02 lixeiras de 150 x 100 x 50 cm R\$ 900,00;
- Fabricação de 02 ralos de 55 x 50 cm R\$ 300,00;
- Mão de obra para solda de placas de endereço R\$ 300,00.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço definido no objeto o valor total de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 11/01/2016 a 15/01/2016.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

CLÁUSULA QUINTA– DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA– DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 11 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
CONTRATANTE

NOVA OPÇÃO SERRALHERIA LTDA ME
CONTRATADO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 006/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 006/2016

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito

no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado INFO PUBLIS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E PROCESSAMENTOS DE DADOS LTDA – ME, inscrito no CNPJ sob nº. 15.653.345/0001-11, com sede a Rua Princesa Isabel, nº 110, Fundos – Ponte do Imaruim – Palhoça/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para configuração e auxílio no envio de informações ao E-sfinge ao TCE/SC, configuração e auxílio nas atividades de planejamento PPA, LDO, LOA, contabilidade, SICONFI, SIOPS, SIOPE, LRF, Compras e Folha de Pagamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de total de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 11/01/2016 a 30/12/2016.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO Prefeito Municipal e.e.	INFO PUBLIS INFORMÁTICA E ASSESSORIA Contratado
--	--

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 008/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 008/2016

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de

outro lado SIVIC SEGURANÇA E INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 11.695.230/0001-39, com sede a Rua Lateral da BR 101, s/nº, KM 213, Centro – Palhoça/SC, CEP 88131-390, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de inspeção técnica e emissão do CERTIFICADO DE SEGURANÇA VEICULAR, nos veículos de placas: MLL 4814, MIL 3803, MLY 1495, MGO 0599, MHK 4849, MMK 2256 E MLL 5199.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1050,00 (um mil e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 11/01/2016 a 11/04/2016.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO Prefeito Municipal e.e.	SIVIC SEGURANÇA E INSPEÇÃO VEICULAR LTDA – Contratado
--	--

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 - Fone: (48)3277-0122 www.pmspa.sc.gov.br administração@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 009/2016

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito

no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado PERICIAL SUL PERICIAS MEDICAS SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº. 01.993.899/0001-53, com sede a Avenida Osmar Cunha, nº. 183 – Centro – Florianópolis/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de Técnica Médica – Pericial tais como:

Perícia de Atestado; Laudo de Readaptação; Laudo de Aposentadoria; Atestado Admissional e Demissional.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela realização dos serviços definidos no objeto deste contrato, o valor de:

- Perícia de Atestado R\$ 100,00 (cem reais);
- Laudo de Readaptação R\$ 80,00 (oitenta reais);
- Laudo de Aposentadoria R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);
- Atestado Admissional ou Demissional R\$ 40,00 (quarenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

O preço contratado poderá ser reajustado de acordo entre ambas às partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

O prazo de vigência deste contrato é de 11/01/2016 a 31/12/2016. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de Janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO Prefeito Municipal e.e.	PERICIAL SUL PERICIAS MEDICAS SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA. Contratado
--	---

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 010/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 - Fone: (48)3277-0122 www.pmspa.sc.gov.br
administração@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 010/2016

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado IMUNIZADORA RIBEIRO LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob Nº. 01.989.322/0001-78, com sede a Rua Rosália Paulina Ferreira, nº. 4879 – Florianópolis/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de Dedetização e Desratização do Centro de Educação Infantil Leonida Vieira Francener, do Centro de Educação Infantil Frei Ático e da Escola Básica Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela realização dos serviços definidos no objeto deste contrato, o valor total de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

O preço contratado poderá ser reajustado de acordo entre ambas às partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 29/01/2016.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de Janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

IMUNIZADORA RIBEIRO LTDA
– ME
Contratado

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 001/2016**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 001/2016**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ZENILDO ALVES, inscrito no CNPJ sob nº. 17.361.066/0001-00, com endereço a Rua Augusto Deschamps, nº 385, Centro, neste Município, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto à prestação de serviço, pelo CONTRATADO à PREFEITURA, de borracharia (conserto e troca de pneus) para os veículos municipais, veículos do fundo municipal de saúde e veículos da polícia Civil e Militar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES E DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação dos serviços definidos na cláusula supra os seguintes valores:

2.1.1. Serviços em pneus e pequeno porte: R\$ 15,00 (quinze reais).

2.1.2. Serviços em pneus e pequeno porte (Vans e Caminhonetes): R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).

2.1.3. Serviços em pneus grandes (caminhões e caçambas): R\$ 30,00 (trinta reais).

2.1.4. Serviços em pneus grandes (máquinas): R\$ 50,00 (cinquenta reais).

2.2. Para pagamento o CONTRATADO deverá apresentar à PREFEITURA, mensalmente, nota fiscal de prestação dos serviços, numerando e informando todos os veículos em que foram prestados os serviços no período.

2.3. Juntamente com a nota fiscal o CONTRATADO deverá apresentar os requerimentos de conserto, sem os quais o serviço referido não será pago.

2.4. O pagamento será efetuado sempre no quinto (5.º) dia útil de cada mês, devendo o CONTRATADO apresentar ao setor de contabilidade da PREFEITURA, até cinco dias antes do pagamento, dos documentos referidos nos itens 2.2 e 2.3 supra.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O termo final deste contrato é o dia 30/12/2016, sendo seu início a data de sua assinatura.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO Prefeito Municipal e.e.	ZENILDO ALVES Contratado
--	-----------------------------

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 002/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 002/2016

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado PIAZZA CONTABILIDADE E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 83.198.184/0001-84, com sede a Rua Anita Garibaldi, nº 314, bairro Centro, Município de Içara/SC, neste ato representado pelo Sr. Leonardo Casagrande Piazza, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. O objeto deste contrato é a prestação de serviços de assessoria para a operacionalização de sistemas junto ao governo Federal (SICONV), Governo Estadual (SIGEF) e instituições financeiras. As atividades de apoio a serem realizadas consistem em:

- Elaboração de planilhas gerenciais;
- Coordenação do levantamento situacional;
- Elaboração de relatório de planejamento;
- Elaboração dos planos de trabalho para a recepção de recursos decorrentes de emendas parlamentares sempre que necessário;
- Assessoria de imprensa para coberturas de audiências do Prefeito em Brasília sempre que necessário para fortalecer politicamente o apoio aos projetos;
- Curso sobre captação de recursos federais e sobre SICONV para a equipe de projetos da Prefeitura; Produção de relatórios mensais, com base no planejamento, sobre o andamento de todos os projetos em Brasília;
- Coordenação de ações e estratégias continuadas para a aprovação dos projetos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais.

2.2. O pagamento será efetuado mediante a apresentação de nota fiscal e acompanhado de relatórios de trabalhos realizados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 04/01/2016 a 30/12/2016.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO Prefeito Municipal e.e.	PIAZZA CONTABILIDADE E SERVIÇOS LTDA Contratado
--	--

EDITAL DE DISPENSA 13.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br – compras@pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal, pelos Decretos n.º 08 de 23 de Janeiro de 2011, bem como por este EDITAL, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, XXVI, da Lei n.º 8.666/1993, dispensável é a licitação com a empresa EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI), CNPJ 83.052.191/0023-78, para a contratação dos serviços visando atender as demandas oriundas das famílias rurais, e também demandas institucionais nas áreas de assistências técnica e extensão rural.

O preço que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA será de R\$ 27.104,00 (vinte e sete mil cento e quatro reais), até 31/12/2016.

JUSTIFICATIVA: O Plano prevê os projetos com suas ações e atividades a serem executadas junto aos agricultores e suas famílias, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável, possibilitando o aumento da renda, melhorando a qualidade de vida e zelando pela preservação ambiental.

E para atendimento ao preceito do art. 26, da Lei n.º 8.666/1993, além da justificativa acima, expõe-se o que segue:

Contrata-se a Empresa acima descrita para a contratação dos serviços visando atender as demandas oriundas das famílias rurais, e também demandas institucionais nas áreas de assistências técnica e extensão rural, EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI), Associação pública com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0023-78, estabelecida na Rodovia Ademar Gonzaga, 1188 – Itacorubi – Florianópolis SC- CEP: 88.034-901.

Para a assinatura do contrato e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;
- b) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do

domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);

d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);

f) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica: 10.10.2.027.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (106)

No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

**TERMO DE DESISTÊNCIA PROCESSO SELETIVO
EDITAL N.º 001/2015 FRANCISLEINE KUHN
PAVANATI**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2015

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de 2016, FRANCISLEINE KUHN PAVANATI por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Processo Seletivo Edital nº. 001/2015, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Professora II – Séries Iniciais, classificação 01, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de fevereiro de 2016.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA N. 01/2016- PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA N. 01/2016- PMS
PROCESSO LICITATÓRIO N. 25/2016 - PMS

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação da empresa especializada em serviços de limpeza pública, do ramo de Engenharia Sanitária, para executar a Gestão dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais produzidos pelo município de Schroeder (SC), ao longo de 12 meses, conforme ANEXO IX – TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de março 2016 às 08h45min.

Abertura do Processo: 28 de março de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 25 de fevereiro de 2016.

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2016-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2016-FMS

PROCESSO Nº. 05/2016-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de material para pacientes portadores de diabetes e insulino dependentes, fornecidos pela Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 23 de março de 2016 às 08h45min.

Abertura do Processo: 23 de março de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 25 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2016-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2016-FMS

PROCESSO Nº. 06/2016-FMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada em dedetização, limpeza e desinfecção de caída d'água das Unidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 24 de março de 2016 às 08h45min.

Abertura do Processo: 24 de março de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 25 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 03/2016 – PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 03/2016 – PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 28/2016-PMS-TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Ervino Alberto Winter – Est. 0 a Est. 3, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 60m e área total de 660,75m², de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCELA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações e Lei nº 2.176/2016 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 14 de março de 2016 às 14h.

Abertura do Processo: 14 de março de 2016 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.
Schroeder, 25 de fevereiro de 2016.
Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 04/2016 – PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 04/2016 – PMS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 29/2016-PMS-TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Marguerita Tomaselli – Est. OPP - Est. 6+10,00m, Bairro Tomaselli, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 130m e área total de 1.165,75m², de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações e Lei nº 2.177/2016 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.
Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 15 de março de 2016 às 14h.

Abertura do Processo: 15 de março de 2016 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.
Schroeder, 25 de fevereiro de 2016.
Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.448/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.448/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Miriam Kreutzfeld Vogel, com efeitos retroativos a partir de 16 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de fevereiro de 2016.
OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.449/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 6.449/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Veridiana Michelle Metzner, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de fevereiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.450/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.450/2016, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Edivânia Gubert Fari, do cargo comissionado de Orientadora Escolar, com efeitos retroativos a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora C, percebendo nível salarial nº C-I, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de fevereiro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

RESOLUÇÃO Nº. 001/2016-CMS

RESOLUÇÃO Nº. 001/2016-CMS

APROVAÇÃO DAS CONTAS REFERENTE AOS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2015

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 24 de fevereiro de 2016 RESOLVE APROVAR as Contas referentes aos meses de Novembro e Dezembro de 2015.

Assim, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 24 de fevereiro de 2016.

Marilei Lenzi Tomaselli

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 09 de dezembro de 2015.

Marilei Lenzi Tomaselli

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº. 002/2016-CMS

RESOLUÇÃO Nº. 002/2016-CMS

APROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO ODONTO MÓVEL (TRAILER) PARA AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE.

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 24 de fevereiro de 2016 RESOLVE APROVAR a utilização do Odonto Móvel (trailer) para ações de Educação em Saúde.

Assim, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 24 de fevereiro de 2016.

Marilei Lenzi Tomaselli

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº. 014/2015-CMS

RESOLUÇÃO Nº. 014/2015-CMS

APROVAÇÃO DAS CONTAS REFERENTE AOS MESES DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 2015

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 09 de dezembro de 2015 RESOLVE APROVAR as Contas referentes aos meses de Setembro e Outubro de 2015.

Assim, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 02/2016-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 24/02/2016		Válido até: 24/02/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para publicação de centímetros x coluna de atos oficiais (Leis, Decretos, Portarias) Programas, Obras, Editais, Avisos e outros serviços do Gabinete do Prefeito e das S					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de empresa especializada para publicação de centímetros x coluna de atos oficiais (Leis, Decretos, Portarias) Programas, Obras, Editais, Avisos e outros serviços do Gabinete do Prefeito e das Secretarias da Administração Municipal de Schroeder (SC), com circulação de no mínimo 5 (cinco) dias consecutivos e abrangência no Município de Schroeder e Região e cuja tiragem média diária não seja inferior a 5.000 exemplares.	CMCL	GRÁFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA (10543)		0	19,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

(10543) - GRÁFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA

Schroeder, 24 de Fevereiro de 2016.

DISPENSA Nº 02/2016-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 2/2016 - DL**Processo Nr.: 7/2016**
Data: 24/02/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.
Endereço: R JUDITE MELO DOS SANTOS,S/N -
Cidade: SAO JOSE - SC
CNPJ: 03.612.312/0004-97**Código:** 12740**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Aquisição de formula infantil fornecidas para o paciente através da A.C.I.P de nº 0900043-63.2015.8.24.0026 para atender as necessidades de Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	12,00	NEOCATE 400G	LATA	182,56	2.190,72

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Criança com alergia à proteína do leite animal (CID K52-2).

Schroeder, 24 de Fevereiro de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2016 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Nr.: 7/2016 Data: 24/02/2016
		Folha: 2/2

24/2/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 24 de Fevereiro de 2016

Valor da Despesa: 2.190,72 (dois mil cento e noventa reais e setenta e dois centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Seara

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 020/2016

Processo Licitatório nº. 020/2016

Edital de Pregão Presencial nº. 013/2016 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 09/03/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de frutas, verduras e legumes. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 24 de fevereiro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

ATA Nº 006/2016 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL 006/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006 DE 02/02/2016

No dia 02 de fevereiro de 2016, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa FM PNEUS LTDA, com sede na Av. Maravilha, nº 833, centro do Município de Maravilha, inscrita no CNPJ sob o nº 81.374.845/0001-49, representada neste ato pelo Sr. Ivo Badia, portador do CPF nº. 642.610.349-72 e RG nº 12R 183.789-2, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa FM PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.374.845/0001-49, aqui representada por seu representante legal, Sr(a). Ivo Badia, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 006/2016 cujo objeto é a possível Aquisição de PNEUS NOVOS e Serviços de Recauchutagem, de primeira Linha de Fabricação, para manutenção da Frota de veículos e Equipamentos Rodoviários oficiais pertencentes a municipalidade. Oferecendo melhores condições de trabalho agilidade e segurança no desempenho das atividades das Secretarias de Saúde, Assistência Social, DMER, Educação, Agricultura, Administração e Gabinete do Prefeito, conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos ou na prestação de serviços é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ ano Unidade Medida	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
01	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 205/75 R16 BORRACHUDO	20	VIPAL	R\$ 205,00	R\$ 4.100,00
02	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 18.4 X 30 BORRACHUDO	10	VIPAL	R\$ 1.128,00	R\$ 11.280,00
03	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 12.4X24 BORRACHUDO	10	VIPAL	R\$ 454,00	R\$ 4.540,00
04	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 1.000 X 20 BORRACHUDO QUENTE	20	VIPAL	R\$ 269,00	R\$ 5.380,00
06	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 17.5 X 25, 20 LONAS BORRACHUDO QUENTE	10	VIPAL	R\$ 830,00	R\$ 8.300,00
08	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 1.000 X 20 BORRACHUDO FRIO	15	VIPAL	R\$ 345,00	R\$ 5.175,00
09	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 1.000 X 20 LISO FRIO	25	VIPAL	R\$ 271,00	R\$ 6.775,00
40	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 10 X 16.5	16	VIPAL	R\$ 439,00	R\$ 7.024,00
				TOTAL	R\$ 52.574,00

1.3 Nos serviços de recauchutagem de Pneus, deverão ser usadas borrachas de ótima qualidade conforme normas do INMETRO e garantia de durabilidade mínima de 6 (seis) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e o que será(ao) pago(s) na possível contratação do serviço ou aquisição dos produtos, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Serão usuários do Registro de Preços todas as Secretarias e o Fundo Municipal de Saúde, vinculados ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte do Edital de Registro de Preços nº 006/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada serviço ou fornecimento dos produtos de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pela prestação do serviço e o fornecimento dos produtos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os serviços e o fornecimento dos produtos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa ou autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os produtos e prestar os serviços, conforme a necessidade das Unidades Administrativas, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Serra Alta, Santa Catarina.

5.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a fornecer os produtos e prestar os serviços, objeto desta licitação, nos locais, datas e horários conforme as determinações do Município.

5.4 - O Município receberá somente os serviços e os produtos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A prestação dos serviços e o fornecimento dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os serviços deverão ser prestados e os produtos entregues sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente, juntamente com uma ficha técnica com as instruções para o uso adequado dos pneus.

6.4 – O fornecedor deverá cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade os serviços contratados;

6.5- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Administração de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.6- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.7- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias consecutivos. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e entregues e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente de 2016.

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito

2.200 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Despesa 2 – DR0001 - 3.3.90.00

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENV. ECON.

03.01 – Departamento da Administração

2.300 – Manutenção da Administração Geral

Despesa 9 - DR0001 - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

05.01 – Departamento da Educação

2.500 – Manutenção Ensino Básico

Despesa 43 - DR0001- 3.3.90.00

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Departamento de Agricultura

2.010 – Assistência ao Produtor Rural

Despesa 65 - DR0001- 3.3.90.00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.

08.01 – Departamento de Transportes

2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes

Despesa 68 - DR0001 - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.900 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Despesa 97 - DR0001 - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Despesa 4 - DR0002 - 3.3.90.00

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independência de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 006/2016 e Edital de Pregão Presencial de nº006/2016 independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC 02 de fevereiro de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

FM PNEUS LTDA
IVO BADIA
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

ROBERTO FLÁVIO PRIOR
CPF: 550.946.609-00

ATA Nº 007/2016 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007 DE 02/02/2016

No dia 02 de fevereiro de 2016, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA, com sede na Rua Prefeito Albino Cerutti Cella, nº 834, centro do Município de Maravilha/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.230.888/0001-86, representada neste ato pelo Sr. Renato Sadi Bauermann, portador do CPF nº. 249.543.819-91 e RG nº 945.881, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA, inscrita no CNPJ nº 83.230.888/0001-86, aqui representada por seu representante legal, Sr(a). Renato Sadi Bauermann, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 006/2016 cujo objeto é a possível Aquisição de PNEUS NOVOS e Serviços de Recauchutagem, de primeira Linha de Fabricação, para manutenção da Frota de veículos e Equipamentos Rodoviários oficiais pertencentes a municipalidade. Oferecendo melhores condições de trabalho agilidade e segurança no desempenho das atividades das Secretarias de Saúde, Assistência Social, DMER, Educação, Agricultura, Administração e Gabinete do Prefeito, conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos ou na prestação de serviços é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ ano Unidade Medida	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
07	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 12 x 16.5 BORRACHUDO QUENTE	10	TIPLER	R\$ 324,00	R\$ 3.240,00
26	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 215/75 R 17.5 RADIAL MISTO LISO	20	TIPLER	R\$ 234,50	R\$ 4.690,00
28	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 235/70 R16 RADIAL BORRACHUDO	10	TIPLER	R\$ 214,00	R\$ 2.140,00
34	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 215/75 R 17.5 RADIAL BORRACHUDO	20	TIPLER	R\$ 249,000	R\$ 4.980,00
				TOTAL	R\$ 15.050,00

1.3 Nos serviços de recauchutagem de Pneus, deverão ser usadas borrachas de ótima qualidade conforme normas do INMETRO e garantia de durabilidade mínima de 6 (seis) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e o que será(ao) pago(s) na possível contratação do serviço ou aquisição dos produtos, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Serão usuários do Registro de Preços todas as Secretarias e o Fundo Municipal de Saúde, vinculados ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte do Edital de Registro de Preços nº 006/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada serviço ou fornecimento dos produtos de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pela prestação do serviço e o fornecimento dos produtos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os serviços e o fornecimento dos produtos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa ou autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os produtos e prestar os serviços, conforme a necessidade das Unidades Administrativas, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Serra Alta, Santa Catarina.

5.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a fornecer os produtos e prestar os serviços, objeto desta licitação, nos locais, datas e horários conforme as determinações do Município.

5.4 - O Município receberá somente os serviços e os produtos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A prestação dos serviços e o fornecimento dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Os serviços deverão ser prestados e os produtos entregues sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente, juntamente com uma ficha técnica com as instruções para o uso adequado dos pneus.

6.4 - O fornecedor deverá cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade os serviços contratados;

6.5- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Administração de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.6- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.7- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias consecutivos. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e entregues e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente de 2016.

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito

2.200 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Despesa 2 – DR0001 - 3.3.90.00

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENV. ECON.

03.01 – Departamento da Administração

2.300 – Manutenção da Administração Geral

Despesa 9 - DR0001 - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

05.01 – Departamento da Educação

2.500 – Manutenção Ensino Básico

Despesa 43 - DR0001- 3.3.90.00

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Departamento de Agricultura

2.010 – Assistência ao Produtor Rural

Despesa 65 - DR0001- 3.3.90.00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.

08.01 – Departamento de Transportes

2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes

Despesa 68 - DR0001 - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.900 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Despesa 97 - DR0001 - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Despesa 4 - DR0002 - 3.3.90.00

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 006/2016 e Edital de Pregão Presencial de nº006/2016 independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

- 11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.
- 11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.
- 11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 02 de fevereiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

RENATO SADI BAUERMANN

REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI

CPF: 418.827.760-20

ROBERTO FLÁVIO PRIOR

CPF: 550.946.609-00

ATA Nº 009/2016 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009 DE 02/02/2016

No dia 02 de fevereiro de 2016, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOL-VE registrar os preços da empresa F. VACHILESKI & CIA LTDA, com sede na Rua Dr. João Caruso, nº 426, Distrito Industrial, município de Erechim/RS, inscrita no CNPJ sob nº 93.388.031/0001-42, representada neste ato pelo Sr. Floriano Vachileski Junior, portador do CPF nº. 532.179.930-04 e RG nº 7042272877 SSP/PC RS para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa F. VACHILESKI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 93.388.031/0001-42, aqui representada por seu representante legal, Sr(a). Floriano Vachileski Junior, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 006/2016 cujo objeto é a possível Aquisição de PNEUS NOVOS e Serviços de Recauchutagem, de primeira Linha de Fabricação, para manutenção da Frota de veículos e Equipamentos Rodoviários oficiais pertencentes a municipalidade. Oferecendo melhores condições de trabalho agilidade e segurança no desempenho das atividades das Secretarias de Saúde, Assistência Social, DMER, Educação, Agricultura, Administração e Gabinete do Prefeito, conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos ou na prestação de serviços é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ ano Unidade Medida	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
05	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 23.1 X 30 BORRACHUDO QUENTE	08	VIPAL	R\$ 1.685,00	R\$ 13.480,00
38	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 20.5 X 25 L 4	04	VIPAL	R\$ 1.720,00	R\$ 6.880,00
				TOTAL	R\$ 20.360,00

1.3 Nos serviços de recauchutagem de Pneus, deverão ser usadas borrachas de ótima qualidade conforme normas do INMETRO e garantia de durabilidade mínima de 6 (seis) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e o que será(ao) pago(s) na possível contratação do serviço ou aquisição dos produtos, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Serão usuários do Registro de Preços todas as Secretarias e o Fundo Municipal de Saúde, vinculados ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte do Edital de Registro de Preços nº 006/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada serviço ou fornecimento dos produtos de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pela prestação do serviço e o fornecimento dos produtos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os serviços e o fornecimento dos produtos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa ou autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os produtos e prestar os serviços, conforme a necessidade das Unidades Administrativas, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Serra Alta, Santa Catarina.

5.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a fornecer os produtos e prestar os serviços, objeto desta licitação, nos locais, datas e horários conforme as determinações do Município.

5.4 - O Município receberá somente os serviços e os produtos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A prestação dos serviços e o fornecimento dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os serviços deverão ser prestados e os produtos entregues sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente, juntamente com uma ficha técnica com as instruções para o uso adequado dos pneus.

6.4 – O fornecedor deverá cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade os serviços contratados;

6.5- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Administração de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.6- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.7- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias consecutivos. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e entregues e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente de 2016.

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito

2.200 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Despesa 2 – DR0001 - 3.3.90.00

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENV. ECON.

03.01 – Departamento da Administração

2.300 – Manutenção da Administração Geral

Despesa 9 - DR0001 - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

05.01 – Departamento da Educação

2.500 – Manutenção Ensino Básico

Despesa 43 - DR0001- 3.3.90.00

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Departamento de Agricultura

2.010 – Assistência ao Produtor Rural

Despesa 65 - DR0001- 3.3.90.00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.

08.01 – Departamento de Transportes

2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes

Despesa 68 - DR0001 - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.900 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Despesa 97 - DR0001 - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Despesa 4 - DR0002 - 3.3.90.00

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 006/2016 e Edital de Pregão Presencial de nº006/2016 independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 02 de fevereiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

F. VACHILESKI & CIA LTDA

FLORIANO VACHILESKI JUNIOR

REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI

CPF: 418.827.760-20

ROBERTO FLÁVIO PRIOR

CPF: 550.946.609-00

ATA Nº 010/2016 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010 DE 02/02/2016

No dia 02 de fevereiro de 2016, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa BELLENZIER PNEUS LTDA, com sede na Rua Aparicio Borges, nº 535, centro, Município de Frederico Westphalen/RS, inscrita no CNPJ sob nº 73.730.129/0001-29, representada neste ato pelo Sr. Herlon Ricardo Sato, portador do CPF nº. 000.407.550-10 e RG nº 6070250409 SSP-PC/RS, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa BELLENZIER PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ nº 73.730.129/0001-29, aqui representada por seu representante legal, Sr(a). Herlon Ricardo Sato, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 006/2016 cujo objeto é a possível Aquisição de PNEUS NOVOS e Serviços de Recauchutagem, de primeira Linha de Fabricação, para manutenção da Frota de veículos e Equipamentos Rodoviários oficiais pertencentes a municipalidade. Oferecendo melhores condições de trabalho agilidade e segurança no desempenho das atividades das Secretarias de Saúde, Assistência Social, DMER, Educação, Agricultura, Administração e Gabinete do Prefeito, conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos ou na prestação de serviços é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ ano Unidade Medida	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
14	PNEU NOVO 1000 R 20 RADIAL MISTO LISO (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	08	Goodyear G686	R\$ 1.344,90	R\$ 10.759,20
24	PNEU NOVO 215/60 R 16 RADIAL (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	10	Goodyear W. SUV	R\$ 433,00	R\$ 4.330,00
31	PNEU NOVO 215/55 R 16 RADIAL (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	10	Goodyear Efficient Gr	R\$ 279,00	R\$ 2.790,00
36	PNEU NOVO 12,4 X 24 10 Lonas	05	Goodyear DTorque II	R\$ 1.045,00	R\$ 5.225,00

					R\$ 23.104,20
--	--	--	--	--	---------------

1.3 – Os Pneus novos deverão atender as normas técnicas da ABNT, deverá possuir a ISO 9001 de qualidade do fabricante, e as normas técnicas vigentes e exigidas pelo INMETRO.

1.4 – Os Pneus novos direcionados ao uso de veículos leves, deverão ter garantia de durabilidade mínima de 25.000Km, os veículos médios deverão ter garantia de durabilidade mínima de 40.000Km, e os caminhões e máquinas pesadas a durabilidade mínima dos pneus deverá ser de 6 (seis) meses.

1.5 – Os Pneus novos direcionados ao uso de veículos leves, deverão ter garantia de durabilidade mínima de 25.000Km, os veículos médios deverão ter garantia de durabilidade mínima de 40.000Km, e os caminhões e máquinas pesadas a durabilidade mínima dos pneus deverá ser de 6 (seis) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e o que será(ao) pago(s) na possível contratação do serviço ou aquisição dos produtos, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Serão usuários do Registro de Preços todas as Secretarias e o Fundo Municipal de Saúde, vinculados ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte do Edital de Registro de Preços nº 006/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada serviço ou fornecimento dos produtos de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pela prestação do serviço e o fornecimento dos produtos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os serviços e o fornecimento dos produtos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa ou autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os produtos e prestar os serviços, conforme a necessidade das Unidades Administrativas, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Serra Alta, Santa Catarina.

5.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a fornecer os produtos e prestar os serviços, objeto desta licitação, nos locais, datas e horários conforme as determinações do Município.

5.4 - O Município receberá somente os serviços e os produtos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A prestação dos serviços e o fornecimento dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os serviços deverão ser prestados e os produtos entregues sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente, juntamente com uma ficha técnica com as instruções para o uso adequado dos pneus.

6.4 – O fornecedor deverá cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade os serviços contratados;

6.5- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Administração de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.6- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.7- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias consecutivos. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e entregues e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente de 2016.

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito

2.200 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Despesa 2 – DR0001 - 3.3.90.00

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENV. ECON.

03.01 – Departamento da Administração

2.300 – Manutenção da Administração Geral

Despesa 9 - DR0001 - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

05.01 – Departamento da Educação

2.500 – Manutenção Ensino Básico

Despesa 43 - DR0001- 3.3.90.00

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Departamento de Agricultura

2.010 – Assistência ao Produtor Rural

Despesa 65 - DR0001- 3.3.90.00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.

08.01 – Departamento de Transportes

2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes

Despesa 68 - DR0001 - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.900 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Despesa 97 - DR0001 - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Despesa 4 - DR0002 - 3.3.90.00

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 006/2016 e Edital de Pregão Presencial de nº006/2016 independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 02 de fevereiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

BELLENZIER PNEUS LTDA
HERLON RICARDO SATO
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

ROBERTO FLÁVIO PRIOR
CPF: 550.946.609-00

ATA Nº 011/2016 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011 DE 02/02/2016

No dia 02 de fevereiro de 2016, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa R.K KASCZUK & CIA LTDA, com sede na Alameda Virgílio Moreira, Bairro Nhapindazal, Município de Irati/PR, inscrita no CNPJ sob nº 22.196.632/0001-05, representada neste ato pelo Sr. Rubens Kruger Kasczuk, portador do CPF nº. 531.671.399-00 e RG nº 4.244.747-1 SESP/PR, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa R.K KASCZUK & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.196.632/0001-05, aqui representada por seu representante legal, Sr(a). Rubens Kruger Kasczuk, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 006/2016 cujo objeto é a possível Aquisição de PNEUS NOVOS e Serviços de Recauchutagem, de primeira Linha de Fabricação, para manutenção da Frota de veículos e Equipamentos Rodoviários oficiais pertencentes a municipalidade. Oferecendo melhores condições de trabalho agilidade e segurança no desempenho das atividades das Secretarias de Saúde, Assistência Social, DMER, Educação, Agricultura, Administração e Gabinete do Prefeito, conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos

produtos ou na prestação de serviços é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ ano Unidade Medida	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
12	PNEU NOVO 205/75 R 16 RADIAL (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	20	Bridgeston Duravis	R\$ 426,00	R\$ 8.520,00
13	PNEU NOVO 235/70 R 16 RADIAL (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	15	Firestone Destinatio	R\$ 455,00	R\$ 6.825,00
21	PNEU NOVO 215/75 R 17.5 RADIAL MISTO (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	20	Bridgeston M814	R\$ 737,00	R\$ 14.740,00
33	PNEU NOVO 215/75 R 17.5 RADIAL BORRACHUDO (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	20	Bridgeston M714	R\$ 745,00	R\$ 14.900,00
42	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17,5 X 17	40	Lefort	R\$ 250,00	R\$ 10.000,00
43	CÂMARA DE AR PARA PNEU 205 X 75 x 16	40	Lefort	R\$ 60,00	R\$ 2.400,00
45	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 X 24	25	Lefort	R\$ 238,00	R\$ 5.950,00
46	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12 X 16,5	25	Lefort	R\$ 80,00	R\$ 2.000,00
48	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1.400 X 24	25	Lefort	R\$ 156,00	R\$ 3.900,00
49	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 X 80 x 18	10	Lefort	R\$ 109,00	R\$ 1.090,00
50	CÂMARA DE AR PARA PNEU 235 X 70 x 16	10	Lefort	R\$ 60,00	R\$ 600,00
51	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23,1 X 30	10	Lefort	R\$ 380,00	R\$ 3.800,00
53	CÂMARA DE AR PARA PNEU 20.5 X 25	10	Lefort	R\$ 290,00	R\$ 2.900,00
				TOTAL	R\$ 77.625,00

1.3 – Os Pneus novos deverão atender as normas técnicas da ABNT, deverá possuir a ISO 9001 de qualidade do fabricante, e as normas técnicas vigentes e exigidas pelo INMETRO.

1.4 – Os Pneus novos direcionados ao uso de veículos leves, deverão ter garantia de durabilidade mínima de 25.000Km, os veículos médios deverão ter garantia de durabilidade mínima de 40.000Km, e os caminhões e máquinas pesadas a durabilidade mínima dos pneus deverá ser de 6 (seis) meses.

1.5 – Os Pneus novos direcionados ao uso de veículos leves, deverão ter garantia de durabilidade mínima de 25.000Km, os veículos médios deverão ter garantia de durabilidade mínima de 40.000Km, e os caminhões e máquinas pesadas a durabilidade mínima dos pneus deverá ser de 6 (seis) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e o que será(ao) pago(s) na possível contratação do serviço ou aquisição dos produtos, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente

a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Serão usuários do Registro de Preços todas as Secretarias e o Fundo Municipal de Saúde, vinculados ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte do Edital de Registro de Preços nº 006/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada serviço ou fornecimento dos produtos de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pela prestação do serviço e o fornecimento dos produtos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os serviços e o fornecimento dos produtos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa ou autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os produtos e prestar os serviços, conforme a necessidade das Unidades Administrativas, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Serra Alta, Santa Catarina.

5.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a fornecer os produtos e prestar os serviços, objeto desta licitação, nos locais, datas e horários conforme as determinações do Município.

5.4 - O Município receberá somente os serviços e os produtos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A prestação dos serviços e o fornecimento dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os serviços deverão ser prestados e os produtos entregues sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente, juntamente com uma ficha técnica com as instruções para o uso adequado dos pneus.

6.4 – O fornecedor deverá cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade os serviços contratados;

6.5- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Administração de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.6- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.7- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias consecutivos. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e entregues e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente de 2016.

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito

2.200 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Despesa 2 – DR0001 - 3.3.90.00

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENV. ECON.

03.01 – Departamento da Administração

2.300 – Manutenção da Administração Geral

Despesa 9 - DR0001 - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

05.01 – Departamento da Educação

2.500 – Manutenção Ensino Básico

Despesa 43 - DR0001- 3.3.90.00

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Departamento de Agricultura

2.010 – Assistência ao Produtor Rural

Despesa 65 - DR0001- 3.3.90.00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.

08.01 – Departamento de Transportes

2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes

Despesa 68 - DR0001 - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.900 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Despesa 97 - DR0001 - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Despesa 4 - DR0002 - 3.3.90.00

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração

Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independência de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 006/2016 e Edital de Pregão Presencial de nº006/2016 independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 02 de fevereiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

R.K KASCZUK E CIA LTDA
RUBENS KRUGER KASCZUK
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

ROBERTO FLÁVIO PRIOR
CPF: 550.946.609-00

ATA Nº 012/2016 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012 DE 02/02/2016

No dia 02 de fevereiro de 2016, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa JOAÇABA PNEUS LTDA, com sede na Rodovia BR 282, KM 392, Bairro Aeroporto, Município de Joaçaba/SC, inscrita no CNPJ sob nº 84.587.245/0010-48, representada neste ato pelo Sra. Ione Suhnel Bess, portadora do CPF nº. 826.311.589-20 e RG nº 382.931 SSP/SC, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa JOAÇABA PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ nº 84.587.245/0010-48, aqui representada por sua representante legal, Sr(a). Ione Suhnel Bess, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 006/2016 cujo objeto é a possível Aquisição de PNEUS NOVOS e Serviços de Recauchutagem, de primeira Linha de Fabricação, para manutenção da Frota de veículos e Equipamentos Rodoviários oficiais pertencentes a municipalidade. Oferecendo melhores condições de trabalho agilidade e segurança no desempenho das atividades das Secretarias de Saúde, Assistência Social, DMER, Educação, Agricultura, Administração e Gabinete do Prefeito, conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos ou na prestação de serviços é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ ano Unidade Medida	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
11	PNEU NOVO 165/70 R 13 RADIAL (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	30	P4 CINT 79T PIRELLI	R\$ 150,00	R\$ 4.500,00
15	PNEU NOVO 1.000 R 20 RADIAL MISTO BORRACHUDO (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	23	TG85 Pirelli	R\$ 1.208,00	R\$ 27.784,00
19	PNEU NOVO 12.5 X 80 R 18 (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	15	PN12 10LON Pirelli	R\$ 952,00	R\$ 14.280,00
20	PNEU NOVO 175/70 R 13 RADIAL (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	30	P400 Pirelli	R\$ 155,00	R\$ 4.650,00
22	PNEU NOVO 1.000X20 RADIAL LISO (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	20	FR85 Pirelli	R\$ 1.160,00	R\$ 23.200,00
23	PNEU NOVO 175/65 R 14 RADIAL (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	30	P4 CINT Pirelli	R\$ 202,00	R\$ 6.060,00
25	PNEU NOVO 195/60 R 15 RADIAL (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	20	88h P7 Pirelli	R\$ 239,00	R\$ 4.780,00
27	PNEU NOVO 23.1/30 12 LONAS GARRADEIRA TM 95 (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	08	TM95 Pirelli	R\$ 3.310,00	R\$ 26.480,00
32	PNEU NOVO 195/55 R 16 RADIAL (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	10	91V P7 CINT Pirelli	R\$ 311,90	R\$ 3.119,00
35	PNEU NOVO 18,4 X 30	05	TM95 10LON Pirelli	R\$ 2.018,00	R\$ 10.090,00

37	PNEU NOVO 16,9 X 28 10 LONAS	08	TM95 Pirelli	R\$ 1.956,00	R\$ 15.648,00
44	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275 X 80 R 22,5	25	QBOM	R\$ 76,00	R\$ 1.900,00
47	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 X 25	25	QBOM	R\$ 196,00	R\$ 4.900,00
52	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 X 28	10	PIRELLI	R\$ 165,00	R\$ 1.650,00
				TOTAL	R\$ 149.041,00

1.3 – Os Pneus novos deverão atender as normas técnicas da ABNT, deverá possuir a ISO 9001 de qualidade do fabricante, e as normas técnicas vigentes e exigidas pelo INMETRO.

1.4 – Os Pneus novos direcionados ao uso de veículos leves, deverão ter garantia de durabilidade mínima de 25.000Km, os veículos médios deverão ter garantia de durabilidade mínima de 40.000Km, e os caminhões e máquinas pesadas a durabilidade mínima dos pneus deverá ser de 6 (seis) meses.

1.5 – Os Pneus novos direcionados ao uso de veículos leves, deverão ter garantia de durabilidade mínima de 25.000Km, os veículos médios deverão ter garantia de durabilidade mínima de 40.000Km, e os caminhões e máquinas pesadas a durabilidade mínima dos pneus deverá ser de 6 (seis) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e o que será(ao) pago(s) na possível contratação do serviço ou aquisição dos produtos, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Serão usuários do Registro de Preços todas as Secretarias e o Fundo Municipal de Saúde, vinculados ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte do Edital de Registro de Preços nº 006/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada serviço ou fornecimento dos produtos de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pela prestação do serviço e o fornecimento dos produtos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os serviços e o fornecimento dos produtos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa ou autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os produtos e prestar os serviços, conforme a necessidade das Unidades Administrativas, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Serra Alta, Santa Catarina.

5.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a fornecer os produtos e prestar os serviços, objeto desta licitação, nos locais, datas e horários conforme as determinações do Município.

5.4 - O Município receberá somente os serviços e os produtos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A prestação dos serviços e o fornecimento dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os serviços deverão ser prestados e os produtos entregues sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente, juntamente com uma ficha técnica com as instruções para o uso adequado dos pneus.

6.4 – O fornecedor deverá cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade os serviços contratados;

6.5- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Administração de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.6- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.7- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias consecutivos. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e entregues e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente de 2016.

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito

2.200 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Despesa 2 – DR0001 - 3.3.90.00

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENV. ECON.

03.01 – Departamento da Administração

2.300 – Manutenção da Administração Geral

Despesa 9 - DR0001 - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

05.01 – Departamento da Educação

2.500 – Manutenção Ensino Básico

Despesa 43 - DR0001- 3.3.90.00

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Departamento de Agricultura

2.010 – Assistência ao Produtor Rural

Despesa 65 - DR0001- 3.3.90.00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.

08.01 – Departamento de Transportes

2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes

Despesa 68 - DR0001 - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.03 – Fundo Municipal de Assistência Social
2.900 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
Despesa 97 - DR0001 - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.01 – Fundo Municipal de Saúde
2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Despesa 4 - DR0002 - 3.3.90.00

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução

do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 006/2016 e Edital de Pregão Presencial de nº006/2016 independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 02 de fevereiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JOAÇABA PNEUS LTDA

IONÉ SUHNEL BESS

REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI

CPF: 418.827.760-20

ROBERTO FLÁVIO PRIOR

CPF: 550.946.609-00

ATA Nº 013/2016 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013 DE 02/02/2016

No dia 02 de fevereiro de 2016, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, com sede na Av. Sete de Setembro, nº 236, centro, Município de Tapejara/RS, inscrita no CNPJ sob nº 88.197.330/0001-60, representada neste ato pelo Sr. Lucas Rech, portador do CPF nº. 971.320.630-49 e RG nº 1078030341 SJS/RS, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 88.197.330/0001-60, aqui representada por seu representante legal, Sr. Lucas Rech, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 006/2016 cujo objeto é a possível Aquisição de PNEUS NOVOS e Serviços de Recauchutagem, de primeira Linha de Fabricação, para manutenção da Frota de veículos e Equipamentos Rodoviários oficiais pertencentes a municipalidade. Oferecendo melhores condições de trabalho agilidade e segurança no desempenho das atividades das Secretarias de Saúde, Assistência Social, DMER, Educação, Agricultura, Administração e Gabinete do Prefeito, conforme descrições

constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos ou na prestação de serviços é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ ano Unidade Medida	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
16	PNEU NOVO 19.5L X 24 (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	15	Condor/R4	R\$ 1.950,00	R\$ 29.250,00
17	PNEU NOVO 12 X 16,5 (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	10	Forerunner/R4	R\$ 650,00	R\$ 6.500,00
18	PNEU NOVO 17.5 X 25 (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	10	Condor/G2	R\$ 2.200,00	R\$ 22.000,00
30	PNEU NOVO 1.400 X 24 BORRACHUDO (Conforme demais especificações no Edital e Proposta da vencedora)	08	Condor/G2	R\$ 1.690,00	R\$ 13.520,00
41	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000 X 20	50	Magnum/ V304	R\$ 72,00	R\$ 3.600,00
54	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 X 24	10	Magnum/ Tr218	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
55	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.40 X 30	10	Magnum/ Tr218	R\$ 230,00	R\$ 2.300,00
				TOTAL	R\$ 78.370,00

1.3 – Os Pneus novos deverão atender as normas técnicas da ABNT, deverá possuir a ISO 9001 de qualidade do fabricante, e as normas técnicas vigentes e exigidas pelo INMETRO.

1.4 – Os Pneus novos direcionados ao uso de veículos leves, deverão ter garantia de durabilidade mínima de 25.000Km, os veículos médios deverão ter garantia de durabilidade mínima de 40.000Km, e os caminhões e máquinas pesadas a durabilidade mínima dos pneus deverá ser de 6 (seis) meses.

1.5 – Os Pneus novos direcionados ao uso de veículos leves, deverão ter garantia de durabilidade mínima de 25.000Km, os veículos médios deverão ter garantia de durabilidade mínima de 40.000Km, e os caminhões e máquinas pesadas a durabilidade mínima dos pneus deverá ser de 6 (seis) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e o que será(ao) pago(s) na possível contratação do serviço ou aquisição dos produtos, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada

pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Serão usuários do Registro de Preços todas as Secretarias e o Fundo Municipal de Saúde, vinculados ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte do Edital de Registro de Preços nº 006/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada serviço ou fornecimento dos produtos de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pela prestação do serviço e o fornecimento dos produtos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os serviços e o fornecimento dos produtos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa ou autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os produtos e prestar os serviços, conforme a necessidade das Unidades Administrativas, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Serra Alta, Santa Catarina.

5.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a fornecer os produtos e prestar os serviços, objeto desta licitação, nos locais, datas e horários conforme as determinações do Município.

5.4 - O Município receberá somente os serviços e os produtos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A prestação dos serviços e o fornecimento dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os serviços deverão ser prestados e os produtos entregues sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente, juntamente com uma ficha técnica com as instruções para o uso adequado dos pneus.

6.4 – O fornecedor deverá cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade os serviços contratados;

6.5- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Administração de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.6- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.7- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias consecutivos. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e entregues e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente de 2016.

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito
2.200 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
Despesa 2 – DR0001 - 3.3.90.00

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENV. ECON.
03.01 – Departamento da Administração
2.300 – Manutenção da Administração Geral
Despesa 9 - DR0001 - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
05.01 – Departamento da Educação
2.500 – Manutenção Ensino Básico
Despesa 43 - DR0001- 3.3.90.00

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.01 – Departamento de Agricultura
2.010 – Assistência ao Produtor Rural
Despesa 65 - DR0001- 3.3.90.00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.
08.01 – Departamento de Transportes
2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes
Despesa 68 - DR0001 - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.03 – Fundo Municipal de Assistência Social
2.900 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
Despesa 97 - DR0001 - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.01 – Fundo Municipal de Saúde
2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Despesa 4 - DR0002 - 3.3.90.00

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 006/2016 e Edital de Pregão Presencial de nº006/2016 independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 02 de fevereiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
LUCAS RECH
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:
VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

ROBERTO FLÁVIO PRIOR
CPF: 550.946.609-00

ATA Nº008/2016 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008 DE 02/02/2016

No dia 02 de fevereiro de 2016, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do RG sob o nº 6011000632 e CPF nº 353.597.570-00, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa BORILLI PNEUS LTDA, com sede na Rodovia RS 463, KM 03, Bairro Industrial, no Município de Tapejara/RS, inscrita no CNPJ sob nº 88.644.877/0001-66, representada neste ato pelo Sr. Renato Borilli, portador do CPF nº. 000.840.060-13 e RG nº 9062967931, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa BORILLI PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ nº 88.644.877/0001-66, aqui representada por seu representante legal, Sr(a). Renato Borilli, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 006/2016 cujo objeto é a possível Aquisição de PNEUS NOVOS e Serviços de Recauchutagem, de primeira Linha de Fabricação, para manutenção da Frota de veículos e Equipamentos Rodoviários oficiais pertencentes a municipalidade. Oferecendo melhores condições de trabalho agilidade e segurança no desempenho das atividades das Secretarias de Saúde, Assistência Social, DMER, Educação, Agricultura, Administração e Gabinete do Prefeito, conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos ou na prestação de serviços é o especificado abaixo:

Item	Especificação	Quantidade estimada/ ano Unidade Medida	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor Total
10	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 12.5 X 80 X 18 BORRACHUDO QUENTE	18	VIPAL	R\$ 473,00	R\$ 8.514,00
29	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 19.5 X 24 12 LONAS	18	VIPAL	R\$ 831,00	R\$ 14.958,00
39	RECAUCHUTAGEM DE PNEUS 14.9 X 28	08	VIPAL	R\$ 895,00	R\$ 7.160,00
				TOTAL	R\$ 30.632,00

1.3 Nos serviços de recauchutagem de Pneus, deverão ser usadas borrachas de ótima qualidade conforme normas do INMETRO e garantia de durabilidade mínima de 6 (seis) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e o que será(ao) pago(s) na possível contratação do serviço ou aquisição dos produtos, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Serão usuários do Registro de Preços todas as Secretarias e o Fundo Municipal de Saúde, vinculados ao Município de Serra Alta/SC.

4.2 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexo Encarte do Edital de Registro de Preços nº 006/2016, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

4.3 - Para cada serviço ou fornecimento dos produtos de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado ao preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.4 - O preço unitário a ser pago pela prestação do serviço e o fornecimento dos produtos será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1 - Os serviços e o fornecimento dos produtos serão requisitados pelo Órgão Central de Compras de forma parcial ou integral, através de nota de empenho de despesa ou autorização de fornecimento, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93.

5.2 - A empresa detentora deverá fornecer os produtos e prestar os serviços, conforme a necessidade das Unidades Administrativas, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Serra Alta, Santa Catarina.

5.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a fornecer os produtos e prestar os serviços, objeto desta licitação, nos locais, datas e horários conforme as determinações do Município.

5.4 - O Município receberá somente os serviços e os produtos que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades descritas na cláusula oitava desta ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - A prestação dos serviços e o fornecimento dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do objeto.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os serviços deverão ser prestados e os produtos entregues sempre acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente, juntamente com uma ficha técnica com as instruções para o uso adequado dos pneus.

6.4 – O fornecedor deverá cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade, espírito de solidariedade e lealdade os serviços contratados;

6.5- O fornecedor deverá permitir a fiscalização e informar a Secretaria de Administração de qualquer ocorrência na execução dos serviços no prazo estipulado nesta ATA, prestando os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.6- O fornecedor deverá arcar com outras despesas tais como, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, etc.

6.7- O fornecedor deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias consecutivos. A contagem para o prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal, que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram prestados e entregues e que atendiam as especificações deste edital.

7.2 - Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores dos municípios.

7.3- O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.4 - Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.5 - As despesas decorrentes da prestação de serviços correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente de 2016.

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito

2.200 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Despesa 2 – DR0001 - 3.3.90.00

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENV. ECON.

03.01 – Departamento da Administração

2.300 – Manutenção da Administração Geral

Despesa 9 - DR0001 - 3.3.90.00

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

05.01 – Departamento da Educação

2.500 – Manutenção Ensino Básico

Despesa 43 - DR0001- 3.3.90.00

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – Departamento de Agricultura

2.010 – Assistência ao Produtor Rural

Despesa 65 - DR0001- 3.3.90.00

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.

08.01 – Departamento de Transportes

2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes

Despesa 68 - DR0001 - 3.3.90.00

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

11.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.900 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Despesa 97 - DR0001 - 3.3.90.00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Despesa 4 - DR0002 - 3.3.90.00

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão da ATA e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço.

Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

8.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não

exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pelo Município de Serra Alta/SC, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da municipalidade. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

8.5. A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

8.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente,

8.7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

8.8. Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.9. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta/SC poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

8.10. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços será realizado na forma do item 16 do Processo de Licitação nº 006/2016 e Edital de Pregão Presencial de nº006/2016 independente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1 - Nos termos do Art. 54, XIII da Lei 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11.1 - A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

11.2 - Integram esta Ata, o edital do Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

11.3 – O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

11.4 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

SERRA ALTA/SC, 02 de fevereiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

BORILLI PNEUS LTDA
RENATO BORILLI
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:
VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

ROBERTO FLÁVIO PRIOR
CPF: 550.946.609-00

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 062-2016

DECRETO Nº 062/2016 DE 23/02/2016

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 51.283,41 (Cinquenta e um mil duzentos e oitenta e três reais a quarenta e um centavos), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente.

05.02.0008.0244.0009.2.033- Atendimento ao Programa PAIF/IGD

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(199)	0.3.00.003552	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3552)	R\$ 15.000,00
3.1.90.00(200)	0.3.00.003252	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (3252)	R\$ 12.000,00
3.3.90.00(201)	0.3.00.003252	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3252)	R\$ 7.000,00

06.03.0026.0782.001.2.042- Conservação de estradas vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(202)	0.3.00.003044	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3044)	R\$ 16.227,95

04.01.0012.0361.006.2.012- Manutenção do Ensino Fundamental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00(203)	0.3.00.003018	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (3018)	R\$ 1.055,46

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º valor R\$ 51.283,41 (Cinquenta e um mil duzentos e oitenta e três reais a quarenta e um centavos), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2015 Decreto 032/2016 de 10/02/2016..

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 23 de fevereiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

Timbé do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 02/2016

Resolução nº. 02/2016

NOMEIA AS COMISSÕES PERMANENTES DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL PARA O ANO 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º - As Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul, para o ano de 2016, obedecido o que estabelece o Art. 27 da Lei Orgânica Municipal, combinado ao disposto pelos Artigos 45, 46 e 47 do Regimento Interno ficam assim constituídas:

I – Comissão Permanente de Justiça e Redação:

- 1- Ver. Maria de Fátima Lodeti Alexandre (PSDB) - Presidente
- 2- Ver. Cassiano Ghellere (PMDB) – Vice-Presidente
- 3- Ver. Walmor Grigio (PP) – Relator
- 4- Ver. Zelindo Polli (PMDB) – Membro

II – Comissão Permanente de Finanças e Orçamento:

- 1- Ver. Fabiano Pelizzari Waterkemper - (PP) – Presidente
- 2- Ver. Gelson Correa (PMDB) – Vice-Presidente
- 3- Ver. Antonio Carminatti (Sem Partido) – Relator
- 4- Ver. Fernando Pizzolo Manenti (PMDB) - Membro

Parágrafo Único – Ocorrendo licenciamento de vereador integrante da comissão fará parte da mesma a vereador substituto, no mesmo cargo ocupado pelo vereador licenciado.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 22 de fevereiro de 2016.

Ver. Marlon Arcaro Panatta
Presidente

Publicada e registrada a presente resolução na Secretaria Geral da Câmara na data supra.

Luiz José Warnier
Agente Legislativo

Timbó

PREFEITURA

EDITAL 03-2016 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES FME

A COMISSÃO TÉCNICA dos programas Bolsa-A atleta e Bolsa-Técnico da Fundação Municipal de Esportes de Timbó (FME), nomeada através da Portaria 1475, de 26 de janeiro de 2015, torna público, em consonância com a Lei Municipal n. 2761, de 19 de dezembro de 2014, c/c o Decreto n. 3742, de 23 de janeiro de 2015, e o Edital Nº 001/2016, o parecer quanto aos pedidos de inscrição para os Programas Bolsa -Atleta e Bolsa-Técnico.

Reitera que o parecer quanto ao pedido atem-se apenas à análise da documentação apresentada, sendo que o recebimento ou não dos valores pleiteados dependerá das etapas seguintes ao processo, que estarão sob supervisão da FME.

NOME	MODALIDADE	NATUREZA DA BOLSA	PARECER
ADILSON DIEGO DOS SANTOS	PARADESPORTO	ATLETA	DEFERIDO
ADRIEL TOMELIN	ATLETISMO	ATLETA	DEFERIDO
ALCIDES SCOZ	TÊNIS DE MESA	TÉCNICO	DEFERIDO
ALEX GELINDO RIBEIRO FERNANDES	PARADESPORTO	ATLETA	DEFERIDO
ALEXANDRE ALEGRI	PARADESPORTO	ATLETA	DEFERIDO
ALEXANDRE TONOLLI	CICLISMO	ATLETA	DEFERIDO
ALINE MITTANK	HANDEBOL	TÉCNICO	INDEFERIDO NÃO APRESENTOU DOCUMENTO DO ANEXO III DO EDITAL Nº 01/2016 DEVIDAMENTE PREENCHIDO
ALISEU FARIA	TIRO ESPORTIVO	ATLETA	DEFERIDO
AMANDA MARTINS CAMARGO	JUDÔ	ATLETA	INDEFERIDO NÃO ATENDE AO ITEM 3.1.5 DO EDITAL Nº 01/2016
BÁRBARA DE MORAES TOGNI DA CRUZ	VÔLEI	TÉCNICO	DEFERIDO
BEATRIZ EWALD	DESPORTO 3ª IDADE	TÉCNICO	DEFERIDO
BRENO LEITE TAKAHASHI	FUTEBOL AMERICANO	ATLETA	DEFERIDO
BRIAN WILLIAM SCHMOEGEL	ATLETISMO	ATLETA	DEFERIDO
BRUNA LAILA LEITEMPERGHER	ATLETISMO	ATLETA	DEFERIDO

NOME	MODALIDADE	NATUREZA DA BOLSA	PARECER
BRYAN CRISTOFOLINI	ATLETISMO	ATLETA	DEFERIDO
CAMILA LUIZA NARDELLI	TÊNIS DE MESA	ATLETA	DEFERIDO
CÂNDIDA GARCIA	JUDÔ	TÉCNICO	INDEFERIDO NÃO ATENDE AO DISPOSTO NO ITEM 3.3 DO EDITAL Nº 01/2016
CARLOS RICARDO GESSNER	PARADESPORTO	ATLETA	DEFERIDO
CARLOS SIDINEI TESKE	BOCHA	ATLETA	DEFERIDO
CLAIR MARIA SARTOR	BOCHA	ATLETA	DEFERIDO
DANIEL STEDILE	FUTSAL	TÉCNICO	DEFERIDO
DIONEI ALEX FERRARI	ATLETISMO	ATLETA	DEFERIDO
DOUGLAS DANIEL DALPIAZ	TIRO ESPORTIVO	ATLETA	DEFERIDO
EDSON RAFAEL HARDT	BOLÃO 16CM	ATLETA	DEFERIDO
EDUARDA PAULINA ROUX	ATLETISMO	ATLETA	INDEFERIDO NÃO ATENDE AO ITEM 3.1.1 ALÍNEA "C" DO EDITAL Nº 01/2016
EMILI ADRIANA STIZ	VÔLEI	ATLETA	DEFERIDO
EMIR JOSÉ FELSKI AGOSTINI	FUTSAL	TÉCNICO	DEFERIDO
ESTER DECKER	ATLETISMO	ATLETA	DEFERIDO
FERNANDA DALPIAZ HENDGES	DESPORTO ESCOLAR	TÉCNICO	DEFERIDO
FRANCESCO MENGARDA	JUDÔ	ATLETA	INDEFERIDO NÃO ATENDE AO ITEM 3.1.5 DO EDITAL Nº 01/2016
GEROLD KRAMBECK	BOLÃO 23CM	TÉCNICO	DEFERIDO
GIAN TELLES	FUTEBOL	ATLETA	INDEFERIDO NÃO ATENDE AO ITEM 3.1.2 ALÍNEA "D" DO EDITAL Nº 01/2016
GIOVANI DE OLIVEIRA FERREIRA	JUDÔ	TÉCNICO	INDEFERIDO NÃO ATENDE AO ITEM 3.1 ALÍNEA "C" DO EDITAL Nº 01/2016

NOME	MODALIDADE	NATUREZA DA BOLSA	PARECER
HELENA RAITZ	BOLÃO 23CM	ATLETA	DEFERIDO
INGO HARBS	TIRO ESPORTIVO	ATLETA	DEFERIDO
ISOLDA LACH PRADA	BOLÃO 23CM	ATLETA	DEFERIDO
IVANETE SCARPA ZICKHUR	BOCHA	ATLETA	DEFERIDO
JAQUELINE LEINA LADEHOFF	TIRO ESPORTIVO	ATLETA	DEFERIDO
JEAN PEDRO ROMINHUK	ATLETISMO	ATLETA	INDEFERIDO NÃO ATENDE AO ITEM 3.1.3 ALÍNEA "D" DO EDITAL Nº 01/2016
JEFFERSON SPERAFICO	ATLETISMO	ATLETA	DEFERIDO
JÉSSICA GABRIELA AP. SOARES SILVA	ATLETISMO	ATLETA	DEFERIDO
JEVERSON BERNARDO DA CRUZ	FUTEBOL	TÉCNICO	DEFERIDO
JOACIR OCHNER	KARATÊ	TÉCNICO	DEFERIDO
JOACIR TASCHENER	PARADESPORTO	TÉCNICO	DEFERIDO
JOÃO ANTONIO DA SILVA ZOMER	ATLETISMO	ATLETA	DEFERIDO
JOÃO CARLOS LUIZ	CICLISMO	ATLETA	DEFERIDO
JOÃO VITOR SILVA FERREIRA	JUDÔ	ATLETA	INDEFERIDO NÃO ATENDE AO ITEM 3.1.5 DO EDITAL Nº 01/2016
JONATHAN BARTH	FUTSAL	TÉCNICO	DEFERIDO
JONATHAN KNOPP	BOLÃO 16CM	ATLETA	DEFERIDO
JOSÉ VOLNEI HANG	BOCHA	ATLETA	DEFERIDO
JULIA DE FREITAS	VÔLEI	ATLETA	DEFERIDO
KARIN WOLTER	BOLÃO 23CM	ATLETA	DEFERIDO
KAROLAINE DE DEUS PADILHA CAMARGO	ATLETISMO	ATLETA	DEFERIDO
KELLY TICIANA SCHUMANN	HANDEBOL	TÉCNICO	INDEFERIDO NÃO ATENDE AO ITEM 3.3 DO EDITAL Nº 01/2016
KIMBERLEY BATISTA DA SILVA SEGUNDO	VÔLEI	TÉCNICO	DEFERIDO
LOURIVAL AGENOR HENKELS	TIRO ESPORTIVO	ATLETA	DEFERIDO
NOME	MODALIDADE	NATUREZA DA BOLSA	PARECER
LUCAS AUGUSTO BRANDÃO	TÊNIS DE MESA	ATLETA	DEFERIDO
LUCAS FERREIRA POVOAS	BASQUETE	TÉCNICO	DEFERIDO
LUCAS KUIPERS	VÔLEI	TÉCNICO	DEFERIDO
LUCAS SCHWARTZ PACHECO	ATLETISMO	ATLETA	DEFERIDO
LUCAS WOLTER HANSEN	TÊNIS DE MESA	ATLETA	DEFERIDO
LUIZ HENRIQUE GUBER	FUTEBOL	ATLETA	INDEFERIDO NÃO ATENDE AO ITEM 3.1.5 DO EDITAL Nº 01/2016
MAGRID BRANDL	BOCHA	ATLETA	DEFERIDO
MAICO RODRIGO VOLTOLINI	BOCHA	ATLETA	DEFERIDO
MÁRCIO RUDOLFO KRAMBECK	BOLÃO 23CM	ATLETA	DEFERIDO
MARIA LUIZA EYNG	ATLETISMO	ATLETA	DEFERIDO
MAURITA KLUG	BOLÃO 23CM	ATLETA	DEFERIDO
MICHELE DOS SANTOS ENGELHARDT	ATLETISMO	ATLETA	DEFERIDO
NILDOMAR BECKER	TIRO ESPORTIVO	ATLETA	DEFERIDO
PAULO MULLER	TIRO ESPORTIVO	ATLETA	DEFERIDO
PAULO SERGIO FERREIRA DE LIMA	FUTEBOL	ATLETA	INDEFERIDO NÃO ATENDE AO ITEM 3.1.2 ALÍNEA "D" DO EDITAL Nº 01/2016
RAHONI REIMAR RADDATZ	TIRO ESPORTIVO	ATLETA	DEFERIDO
RAQUEL JAQUELINE MOSER	GINÁSTICA RÍTMICA	TÉCNICO	DEFERIDO
RENALDO LACH	BOLÃO 23CM	ATLETA	DEFERIDO
RENATO LENZI	BOLÃO 16CM	TÉCNICO	DEFERIDO
RENY RUY ITNER	TIRO ESPORTIVO	ATLETA	DEFERIDO
ROGER FELIPE ZERMIANI	FUTEBOL	ATLETA	INDEFERIDO NÃO ATENDE AO ITEM 3.1.2 ALÍNEA "D" DO EDITAL Nº 01/2016
ROMULO EDER PRETTI	BOLÃO 16CM	ATLETA	DEFERIDO
ROSELI GAULKE DOS ANJOS	BOLÃO 23CM	ATLETA	DEFERIDO
SIMONE CARINE ITTNER	TIRO ESPORTIVO	ATLETA	DEFERIDO
SUELI EWALD NETZKE	BOCHA	ATLETA	DEFERIDO
NOME	MODALIDADE	NATUREZA DA BOLSA	PARECER
SUELI Mª PELLIN LOURENÇO	BOCHA	ATLETA	DEFERIDO

TATIANA ESPÍNDOLA BRANDES	GINÁSTICA RÍTMICA	TÉCNICO	DEFERIDO
THAINARA MILCHERT	ATLETISMO	ATLETA	INDEFERIDO NÃO ATENDE AO ITEM 3.1.1 ALÍNEA "C" DO EDITAL Nº 01/2016
THIAGO BARTH	FUTEBOL	TÉCNICO	DEFERIDO
THIAGO DA SILVA	JUDÔ	TÉCNICO	INDEFERIDO NÃO ATENDE AO ITEM 3.2 ALÍNEA "C" DO EDITAL Nº 01/2016
VALDECIR VESTEWIG	BOCHA	ATLETA	DEFERIDO
VALDIR BRANDT	BOCHA	ATLETA	DEFERIDO
WELYNTHON AUGUSTO SUPTITZ	ATLETISMO	ATLETA	DEFERIDO
WILLIAN DE BORBA	CICLISMO	ATLETA	DEFERIDO
WILLIAN FELIPE ZERMIANI	FUTEBOL	ATLETA	INDEFERIDO NÃO ATENDE AO ITEM 3.1.3 ALÍNEA "D" DO EDITAL Nº 01/2016

Conforme dispõe o item 10 do Edital 01/2016, o prazo para recurso quanto aos termos da listagem prévia será de 02 (dois) dias corridos contados de sua publicação. Os recursos deverão ser protocolizados junto a sede da Fundação Municipal de Esportes – FME (Rua Julius Scheidemantel s/n, Centro, Timbó/SC) em envelope lacrado, direcionado à Comissão Técnica do Programa Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico, que terá o prazo de 02 (dois) dias corridos para deliberação.

Timbó, 24 de fevereiro de 2016.

Comissão Técnica dos Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico da Fundação Municipal de Esportes de Timbó

Jonas Weege
Representante da Secretaria Municipal de Educação

Márcio Elísio
Representante da Fundação Municipal de Esportes

Daniel Agostini Neto
Representante do Clube dos Universitários de Timbó

Flávio Strey
Representante da Associação dos Clubes de Caça e Tiro

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.573 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 4.573 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

HOMOLOGA O RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO REFERENTE AO EDITAL Nº 002/2015 – CARGOS DO ITEM 1.3.4.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público através do Edital nº 002/2015 sob a supervisão de Comissão designada para esta finalidade;

CONSIDERANDO a conclusão dos trabalhos de realização do processo e não havendo pendências quanto a recursos, depois de decorridos os prazos legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Concurso Público realizado através do Edital nº 002/2015, para os cargos do item 1.3.4, em especial a ordem de classificação dos candidatos constante do Anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de fevereiro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

O Município de TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, torna público que serão abertas as inscrições ao Concurso Público para provimento de vagas para cargos públicos efetivos do quadro de pessoal do MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, aos cargos e respectivas vagas, constantes deste Edital, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, e de acordo com as seguintes disposições deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será realizado sob responsabilidade do Município de Três Barras, sito à Av. Santa Catarina, n.º 616 - Centro, Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina mediante contrato celebrado com a empresa Nubes Tecnologia e Serviços Ltda.

1.2. O Concurso Público terá caráter classificatório e envolverá prova escrita objetiva e prova de análise de títulos, diferenciadas por cargo.

1.3. Os cargos, habilitação profissional, carga horária, número de vagas, número de vagas para portadores de necessidades especiais e vencimento, seguem dispostos nos quadros abaixo:

1.3.1. Cargos de Nível Superior (Grupo 01 - Tipo(s) de Prova(s): Objetiva):

Item	Cargo(s)	Habilitação Profissional	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento em R\$
01	Assistente Pedagógico	Portador de diploma de curso superior em Pedagogia.	01	-	40h	2.235,82
02	Médico Cardiologista	Portador de diploma de curso superior em medicina e especialidade e inscrição no órgão fiscalizador da profissão	01	-	20h	4.390,20
03	Médico Clínico Geral	Portador de diploma de curso superior em medicina	CR	-	40h	9.333,99
04	Médico Ginecologista/Obstetra	Portador de diploma de curso superior em medicina e especialidade e inscrição no órgão fiscalizador da profissão	02	-	10h	2.195,10
05	Médico Ortopedista	Portador de diploma de curso superior em medicina e especialidade e inscrição no órgão fiscalizador da profissão	01	-	20h	4.390,20

06	Médico Pediatra	Portador de diploma de curso superior em medicina e especialidade e inscrição no órgão fiscalizador da profissão	CR	-	10h	2.195,10
07	Médico Psiquiatra	Portador de diploma de curso superior em medicina e especialidade e inscrição no órgão fiscalizador da profissão	CR	-	20h	4.609,48
08	Médico Urologista	Portador de diploma de curso superior em medicina e especialidade e inscrição no órgão fiscalizador da profissão	01	-	10h	2.195,10
09	Nutricionista	Portador de diploma de curso superior em Nutrição, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	CR	-	20h	1.376,50
10	Psicólogo	Portador de diploma de curso superior em Psicologia, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	CR	-	20h	1,376,50

1.3.2.

Cargos de Nível Superior (Grupo 02 - Tipo(s) de Prova(s): Objetiva e Títulos):

Item	Cargo(s)	Habilitação Profissional	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento em R\$
11	Professor De Educação Infantil	Portador de diploma de curso superior em Pedagogia.	CR	-	20h	931,58

1.3.3.

Cargos de Nível Médio (Grupo Único - Tipo(s) de Prova(s): Objetiva):

Item	Cargo(s)	Habilitação Profissional	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento em R\$
12	Assistente Administrativo	Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio.	2	-	40h	1.927,10
13	Auxiliar Administrativo	Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio.	10	-	40h	1.376,50
14	Cuidador	Portador de certificado de conclusão de Ensino Médio.	CR	-	40h	963,55
15	Cuidador Escolar	Portador de certificado de conclusão do Curso de Magistério	20	1	40h	963,55

1.

1.1. 1.2. 1.3. Vagas PNE: Vagas Reservadas a Portadores de Necessidades Especiais (vide Item 9 do Edital) -

CR – Cadastro de Reserva

1.4. As atribuições e funções inerentes a cada cargo estão detalhadas no ANEXO IV.

1.5. Os candidatos nomeados nas vagas para cargos públicos estarão subordinados ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Três Barras - Lei Complementar nº 138/2009 e suas alterações, bem como Plano de Carreira dos Servidores do Poder Executivo do Município de Três Barras - Lei Complementar nº 139/2009 e Plano de Cargos do Magistério Municipal de Três Barras - Lei Complementar nº 140/2009 e suas alterações.

1.6. Os valores para inscrição no Concurso Público n.º 01/2016, obedecerão aos seguintes valores:

· R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os cargos de Superior;

· R\$ 40,00 (quarenta reais) para os cargos de Nível Médio e Técnico;

2. DA DIVULGAÇÃO

1. 2. 2.4. A divulgação oficial do Edital de Concurso Público n.º 01/2016 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2. 2.1. 2.4.1. O Edital na íntegra no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Três Barras, sito na Av. Santa Catarina, n.º 616, Centro, Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina; no site oficial do Município: www.tresbarras.sc.gov.br, no site da empresa: www.nubesconcursos.com.br e no Diário dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

2.4.2. A partir da homologação deste evento, todos os atos inerentes a convocação serão efetuados sob responsabilidade exclusiva do Município de Três Barras, observados os trâmites internos de contratação e legislação pertinente.

3. DA INSCRIÇÃO

3. 3.2. Para participar do Concurso Público N.º 01/2016 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar com todos os requisitos necessários a habilitação no cargo, bem como se compromete a acompanhar e tomar conhecimento de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados nos meios definidos no Item 2 deste Edital, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.3. O candidato que se inscrever em cargo para o qual não cumpra os requisitos de habilitação, no momento de sua convocação, independente de seu desempenho nas provas realizadas, estará automaticamente desclassificado, não cabendo direito adquirido, tampouco se vier a obtê-los em prazos posteriores a sua convocação.

3.4. As inscrições serão realizadas somente no período definido no Anexo III.

3.5. As inscrições serão efetuadas pelos seguintes meios:

3.5.1. VIA INTERNET: através do site www.nubesconcursos.com.br. Para inscrever-se, o candidato deverá:3.5.1.1. Acessar o site www.nubesconcursos.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.3 deste edital;

3.5.1.2. Localizar, no site, o "link" correlato ao Concurso Público do Município de Três Barras;

3.5.1.3. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer,

tendo certeza que cumpre todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;

3.5.1.4. Imprimir o boleto bancário e o comprovante provisório de inscrição;

3.5.2. PRESENCIAL: O candidato que não tiver acesso à internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá a seu dispor terminal com internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição, no período acima compreendido, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 13h30min às 16h45min, junto a Prefeitura Municipal de Três Barras, sito à Av. Santa Catarina, n.º 616, Centro, Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina. Esta inscrição pode ser efetuada pessoalmente ou por meio de procurador legalmente constituído.

3.6. Para confirmar a sua inscrição o candidato deve efetuar o pagamento da inscrição através do boleto bancário, quitando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até a data estabelecida no Anexo III.

3.7. Para o pagamento da taxa de inscrição somente poderá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição, não sendo admitidos depósitos em conta, mesmo que identificados. Prestar atenção para o horário bancário.

3.8. O não pagamento da taxa de inscrição até o vencimento previsto no boleto implica na não efetivação da inscrição, com o consequente cancelamento desta.

3.9. O simples pagamento da taxa de inscrição não garante ao candidato a realização da prova, devendo este acompanhar a sua homologação, mediante a publicação da "homologação provisória das inscrições", prevista no Anexo III deste Edital, onde sua inscrição deve constar no rol dos "homologados".

3.10. Para a realização da prova, o candidato deverá emitir a "Ficha de Inscrição", disponibilizada no site www.nubesconcursos.com.br a partir da data prevista no Anexo III para a publicação da "homologação provisória das inscrições", emitida a partir da "Área do Inscrito", disponível neste site, que irá conter todos os dados necessários para a realização da prova.

3.11. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos do presente concurso público.

3.12. O candidato que se inscrever em mais de uma área, terá a inscrição que efetuou o pagamento da taxa confirmada, cancelando a(s) outra(s) inscrição(ões). Efetuando o pagamento de mais de uma inscrição, será deferida apenas a sua última inscrição.

3.13. São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.13.1. Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser realizada diretamente na "Área do Inscrito", no site www.nubesconcursos.com.br ou ainda via protocolo por um dos meios previstos no Item 11.

3.14. Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.

3.15. A Nubes Tecnologia e Serviços Ltda. e o Município de Três Barras não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.

3.16. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado.

3.17. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito no ato de inscrição, com o preenchimento do Anexo II, efetuando o seu protocolo por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

3.18. Do mesmo modo a candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, com o preenchimento do Anexo II indicando o acompanhante que irá permanecer em sala reservada para essa finalidade. Este requerimento deve ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

3.19. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

3.20. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente.

3.21. O ato de homologação e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados conforme cronograma do Anexo III, pelos meios previstos no Item 2 deste Edital, com os nomes dos candidatos habilitados a fazer a prova escrita, em ordem alfabética.

3.22. O candidato que tiver sua inscrição indeferida terá prazo para interpor recurso, definido no Anexo III, após a publicação, que se dará por meio de recurso, previsto no Item 10 deste Edital, que deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

3.23. O Município, por intermédio da empresa organizadora, quando for o caso, procederá à correção e divulgará o resultado no site do Município e da empresa organizadora, no prazo estabelecido no Anexo III.

3.24. É de única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Concurso Público através de veiculação prevista no Item 2 deste Edital.

4. DAS ISENÇÕES

4.4.25. Ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição no Concurso Público 01/2016 do Município de Três Barras os candidatos doadores de sangue e os candidatos de condição hipossuficiente atendidas as condições estabelecidas nos itens seguintes.

4.26. O candidato que requerer o benefício deverá inscrever-se normalmente no Concurso Público entretanto se deferida a isenção não precisará pagar o boleto bancário.

4.27. Para requerer a isenção por doação de sangue o candidato deverá:

4.27.1. Efetuar o preenchimento completo do requerimento de isenção (Anexo V), assinalando a opção "doador de sangue" e anexar ao requerimento o documento expedido pela entidade coletora.

4.27.2. O documento previsto no subitem anterior, deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do Concurso.

4.27.3. Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto neste item, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

4.28. Para requerer a isenção por hipossuficiência o candidato deverá:

4.28.1. Efetuar o preenchimento completo do requerimento de isenção (Anexo V), assinalando a opção "hipossuficiência".

4.28.2. Anexar ao requerimento fotocópia do comprovante de renda (contracheque), caso se encontre empregado; ou

4.28.3. Declaração escrita de que se encontre desempregado acompanhado de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social - CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho, caso se encontre desempregado;

4.28.4. Anexar cópia do número de Identificação Social - NIS atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal;

4.28.5. Anexar declaração informando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº. 6.135, de 2007, podendo ser a disponível no Anexo V deste Edital.

4.29. O requerimento de isenção deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital, até no prazo final estabelecido

para este fim no Anexo III deste Edital.

4.30. A relação das isenções deferidas serão divulgadas no endereço eletrônico www.nubesconcursos.com.br, devendo o candidato verificar o deferimento ou não, na data prevista no Anexo III.

4.31. O Candidato que tiver a sua solicitação de isenção da Taxa de Inscrição INDEFERIDA, poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Isenção, seguindo as disposições do Item 10 deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no Anexo III, por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

4.32. A Nubes Tecnologia e Serviços apreciará o recurso e emitirá o seu parecer até a data prevista no Anexo III, republicando a lista de candidatos isentos nesta mesma data.

4.33. Caso o Candidato tenha seu recurso indeferido, ele deverá acessar o endereço eletrônico www.nubesconcursos.com.br, imprimir a 2ª via do Boleto Bancário até o último dia das inscrições, para efetuar o pagamento da sua inscrição, observando o horário bancário.

4.34. A constatação de falsidade do comprovante de renda ou da declaração referidos no item anterior, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do presente processo, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.

5. DAS DATAS E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

5.35. As provas para os cargos que trata este edital serão realizadas na data prevista no Anexo III, em local a ser definido e publicado, com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.1.

5.36. O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de corpo transparente, seu documento oficial de identificação com foto e seu comprovante de inscrição.

5.37. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.

5.38. As provas objetivas terão a duração conjunta de 03 (três) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.

5.39. O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.

5.40. Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.

b) Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.

c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.

d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico predeterminados.

5.41. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova.

5.42. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo esta em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital; o candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do Concurso Público.

5.43. Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.

5.44. Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios digitais, agendas eletrônicas, pagers, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar.

5.45. Os telefones celulares, pagers e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Concurso Público.

5.46. Será também, eliminado do Concurso Público o candidato que incorrer nas seguintes situações:

a) Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.

b) Tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.

c) Proceder de forma a tumultuar a realização das provas.

d) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.

e) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.

f) Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações.

5.47. Em nenhuma hipótese haverá substituição de folha de respostas, por erro do candidato.

6. DAS PROVAS

6.48. Serão considerados aprovados, os candidatos que obtiverem, no mínimo, 5,00 (cinco) pontos.

6.49. Para os cargos de que trata este edital, a avaliação deste Concurso Público constará de prova escrita objetiva e prova de análise de títulos, variando de acordo com os cargos ofertados.

6.49.1. Para os cargos de Nível Superior (Item 1.3.1 - Grupo 01) e Nível Médio ou Técnico (Item 1.3.3 - Grupo Único), será aplicada prova escrita objetiva de caráter eliminatório e classificatório.

1. 2. 3. 4. 5. 6. 6.1. 6.2. 6.2.1. 6.2.1.1. Esta prova terá 40 (quarenta) questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", sendo 20 (vinte) de Conhecimentos Gerais (Gerais, Atualidades, Português, Matemática e Informática Básica) e 20 (vinte) de Conhecimentos Específicos do cargo distribuídos e avaliados conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA E OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Conhecimentos Específicos	20	0,30	6,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	05	0,20	1,00
Português	05	0,20	1,00
Matemática	05	0,20	1,00
Informática Básica	05	0,20	1,00
Valor total da prova escrita:			10,00

6.49.2.

Para os cargos de nível superior (Item 1.3.2 - Grupo 02), serão aplicadas prova escrita objetiva (eliminatória e classificatória) e prova de análise de títulos (classificatória).

6.49.2.1. A prova escrita objetiva terá 40 (quarenta) questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", sendo 20 (vinte) de Conhecimentos Gerais (Gerais, Atualidades, Português, Matemática e Informática Básica) e 20 (vinte) de Conhecimentos Específicos do cargo distribuídos e avaliados conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA E OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Conhecimentos Específicos	20	0,30	6,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	05	0,20	1,00
Português	05	0,20	1,00
Matemática	05	0,20	1,00
Informática Básica	05	0,20	1,00
Valor total da prova escrita:			10,00

6.49.2.2.

A prova de títulos será composta pela avaliação dos diplomas e/ou certificados, sendo atribuídos pontos, como segue especificado:

PROVA DE TÍTULOS		
FORMAÇÃO	Pontos por Título	Pontuação Máxima
Doutorado	1,0 ponto	1,0
Mestrado	0,5 pontos	0,5
Pós-Graduação (na Área Concluída)	0,3 pontos	0,3
Cursos de aperfeiçoamento na área de Educação, realizados entre Janeiro de 2012 a novembro de 2015	0,05 para cada 50 horas concluídas. O limite de horas a ser validado é de até 200h	0,2

6.49.2.3.

A nota da prova de títulos será o número de pontos obtidos segundo as tabelas expostas no item anterior.

6.49.2.4. A nota da prova de títulos será somada a da prova escrita, sendo contados apenas para efeito de "classificação" e não de "aprovação".

6.49.2.5. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados com nota igual ou superior a 5,0 (cinco) na prova escrita.

6.49.2.6. A classificação final do candidato será obtida por meio da seguinte fórmula:

CLASSIFICAÇÃO = NPE + NPT

Onde: NPE = nota da prova escrita; NPT = nota da prova de títulos

6.49.2.7. Serão pontuados como títulos, Certificados em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste a conclusão do curso.

6.49.2.8. Os candidatos deverão efetuar os seguintes procedimentos para a apresentação dos títulos:

6.49.2.8.1. Preencher o Anexo VIII, numerando e ordenando corretamente os títulos a serem apresentados.

6.49.2.8.2. Todos os documentos referentes à avaliação de títulos deverão ser apresentados em CÓPIAS frente e verso, AUTENTICADAS em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).

6.49.2.8.3. Todas as folhas deverão ser paginadas (Exemplo: 1/5, 2/5,...5/5), de acordo com a ordem do título preenchido no formulário de avaliação de títulos.

6.49.2.8.4. Os títulos devem ser acomodados em envelopes identificados com o NOME DO CANDIDATO, NÚMERO DE INSCRIÇÃO e CARGO, juntamente com o "comprovante provisório de inscrição", emitido na "área do inscrito", após a efetivação da sua inscrição.

6.49.2.8.5. O envelope contendo o formulário de avaliação de títulos devidamente preenchido e assinado, deverá ser protocolado, por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital, até o último dia previsto para as inscrições, definidas no Anexo III deste Edital.

6.49.2.8.6. Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, ou sem o devido acondicionamento em envelopes, ou sem o devido preenchimento do formulário de avaliação de títulos, ou sem a identificação do comprovante provisório de inscrição, ou ainda fora do prazo determinado nos itens anteriores.

6.49.2.8.7. Em relação a Prova de Títulos, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no mesmo prazo previsto no Anexo III deste Edital estabelecido ao recurso de gabarito e questões de prova, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

6.50. Os conteúdos programáticos das provas escritas compreende todas as atividades inerentes ao cargo, além do exposto no Anexo I deste Edital.

1. 2. 3. 4. 5. 5.1. 5.2. 5.3. 6.51. No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:

a) contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

b) contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;

c) não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);

d) for(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

6.52. Serão considerados sem validade, sendo atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões, quando o cartão resposta for rasurado, ou seja, utilizado como "rascunho", utilizado para apor respostas discursivas, independente da motivação ou ainda qualquer outro preenchimento em desacordo com as instruções de preenchimento, que ocasionem a impossibilidade da correção eletrônica da prova.

6.53. Igualmente sem validade, serão considerados os cartões resposta sem a assinatura do candidato ou com a assinatura fora do local indicado, sendo igualmente atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões.

6.54. O gabarito provisório da prova escrita objetiva será divulgado no 1º dia útil posterior ao da aplicação da prova, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

6.55. Em relação ao gabarito provisório divulgado, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

7. DOS RESULTADOS

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 7.1. A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada até a data prevista no Anexo III deste Edital, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital, não sendo fornecida a classificação por telefone.

7.2. Obtendo os candidatos idêntica pontuação final idêntica, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

6. 7. 7.1. 7.2. 7.2.1. Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem

60 anos completos ou mais).

7.2.2. Os candidatos que não estão amparados no Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos.
- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa.
- c) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- d) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- e) Maior idade.

7.2.3. Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

7.2.4. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio público.

7.3. Em relação à classificação provisória divulgada, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

7.4. Após análise dos recursos será publicado o resultado oficial, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

8. DOS CARGOS E DAS VAGAS

8.5. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no item 1.3 deste Edital.

8.6. O candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado no Departamento Pessoal do Município de Três Barras durante todo o período de validade do Concurso Público, sob pena de perda da classificação.

8.7. O candidato aprovado perderá o direito a nomeação nos seguintes casos:

- a) Não comparecendo no prazo estipulado para assumir o cargo;
- b) Desistir formalmente da vaga.

8.7.1. As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município de Três Barras, obedecendo a ordem de classificação.

8.8. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, por meio do site www.tresbarras.sc.gov.br, ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão do Concurso Público a publicação de todos os atos e editais relativos ao Concurso Público, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Concurso Público.

8.9. Não será permitida troca de vagas entre os candidatos.

9. DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

9.10. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

9.11. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 9.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

9.12. Os cargos contemplados e o número de vagas reservadas a portadores de necessidades especiais, estão listados no Item 1.3 deste Edital;

9.13. Os cargos não contemplados com vaga reservada para portadores de necessidades especiais, em função do número de vagas, o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

9.14. O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

9.15. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

9.16. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", efetuando o preenchimento do requerimento de solicitação de vaga especial (Anexo II) junto com o documento abaixo, até o último dia previsto para as inscrições, definido no Anexo III, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11:

a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.

9.17. Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

9.18. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos aos procedimentos neste Edital.

9.19. Para solicitar qualquer tipo de atendimento diferenciado durante a realização da prova, deve ser efetuado o procedimento descrito no Item 3.16 deste edital.

9.20. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de necessidades especiais, integrando a lista única de candidatos.

9.21. Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de necessidades especiais serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

9.22. Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

9.23. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

10. DOS RECURSOS

10.24. Com o intuito de garantir o princípio constitucional da ampla defesa, neste certame serão admitidos recursos em relação:

- a) Às disposições deste Edital;
- b) Ao indeferimento do Requerimento de Isenção;

- c) Ao indeferimento do Requerimento de Condições Especiais para a Realização da Prova;
- d) Ao indeferimento do Requerimento de Vaga Especial;
- e) Ao Gabarito Provisório e Questões de Prova;
- f) Ao Resultado da Prova de Títulos e Tempo de Serviço;
- g) Ao Resultado da Classificação Provisória;

10.25. Para a interposição dos recursos previstos no Item anterior, com exceção ao recurso previsto na alínea "e", deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso, indicando a opção correta, disposto no Anexo VII.

10.26. Para a interposição de recurso em relação ao gabarito provisório e questões de prova divulgados, recurso previsto na alínea "e" do item 10.1, deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso disposto no Anexo VI deste Edital, devendo conter:

- 1) Nome do candidato;
- 2) Número de inscrição;
- 3) Número do documento de identidade;
- 4) Cargo para o qual se inscreveu;
- 5) A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- 6) A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso;
- 7) Preenchimento completo do formulário de recurso - Anexo VI do Edital;
- 8) As referências utilizadas no embasamento, seguindo o padrão da ABNT (NBR 6023).

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 10.1. 10.2. 10.3. 10.3.1. Os recursos previstos neste Item 10.3 somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e com o atendimento completo aos requisitos deste item.

10.3.2. Os recursos apresentados intempestivamente ou ainda sem o preenchimento dos requisitos recursais previstos no item 10.3, serão indeferidos, sem julgamento de mérito. A Banca Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

10.3.3. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada e também as referências, no padrão citado no Item 10.3, também sob pena de sua desconsideração.

10.3.4. A Banca Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos relativos a alínea "e" do Item 10.1, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

10.3.5. Na hipótese de anulação de questão(ões) da prova objetiva, a pontuação equivalente a questão anulada será rateada entre as demais questões do grupo (português, matemática, informática básica, conhecimentos gerais ou conhecimentos específicos), majorando em igual proporção as questões válidas.

10.27. O recurso deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, ou no prazo citado nas disposições relativas ao recurso.

10.28. Inexistindo algum prazo previamente previsto para a interposição de algum dos recursos previstos neste Item 10, deverá ser obedecido o prazo definido na publicação do evento, divulgado pelos meios estabelecidos no Item 2 deste Edital, em prazo nunca inferior a 2 (dois) dias úteis.

10.29. Deverá ser elaborado um recurso por candidato de forma individual para cada tipo de recurso previsto no Item 10.1.

10.30. As respostas dos recursos poderão ser publicadas no site da empresa, ou direcionadas diretamente ao candidato por e-mail ou ainda disponibilizados na área restrita.

10.31. Recursos que não atendam a todas as disposições previstas neste Item 10 deste Edital ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

10.32. A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

11. DOS PROTOCOLOS

11. 11.33. Com o intuito de formalizar todos os pleitos inerentes a este certame, deverão ser protocolados:

- a) O Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição;
- b) O Requerimento de Solicitação de Condição Especial para a Realização de Provas;
- c) O Requerimento de Solicitação de Vaga Especial;
- d) O Requerimento de Atualização de Endereço e Dados de Contato;
- e) Os Documentos Relativo a Prova de Títulos;
- f) Todos os Recursos definidos no Item 10 deste Edital;

11.34. Os requerimentos, previstos nas alíneas "a" a "e" do item anterior devem ser protocolados por meio postal, através do serviço de Sedex, até o último dia previsto para o requerimento, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço: NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. - Comissão do Concurso Público de Três Barras - Rua Timbó, n.º 301 - Sala 601 - Bairro Victor Konder - Blumenau/SC - CEP: 89012-180.

11.34.1. Todos os documentos que não são apresentados em original ou que não podem ter sua autenticidade verificada via internet, deverão ser apresentados com CÓPIAS AUTENTICADAS em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).

11.35. Os recursos, previstos na alínea "f" do Item 11.2 deste Edital, devem ser protocolados por uma das formas abaixo dispostas:

11.35.1. Diretamente no site www.nubesconcursos.com.br, através da área do inscrito, em ambiente restrito, na opção "Recursos", preenchendo de maneira completa o formulário disponível;

11.35.2. Enviando os formulários e documentos dos recursos diretamente para o e-mail tresbarras@nubesconcursos.com.br, com as especificações exigidas para cada item;

11.35.3. Via postal, através do serviço de Sedex, até o último dia previsto para o recurso, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço: NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - Comissão do Concurso Público de Três Barras - Rua Timbó, n.º 301 - Sala 601 - Bairro Victor Konder - Blumenau/SC - CEP: 89012-180.

11.35.4. De forma presencial para o candidato que não tiver acesso à internet ou tenha dificuldade para realizar o protocolo de seu recurso, tendo a seu dispor terminal com internet e pessoal treinado para ajudar no protocolo, no período compreendido para a interposição de recursos, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 13h30min às 16h45min, junto a Prefeitura Municipal de Três Barras, sito à Av. Santa Catarina, n.º 616, Centro, Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina. Este protocolo pode ser efetuado pessoalmente ou por meio de procurador legalmente constituído.

11.36. Para todos os casos que envolvem a remessa de documentos para a empresa organizadora, será considerado, para efeitos de protocolo, a data de postagem do objeto.

11.37. As despesas relativas à remessa postal de documentos ou ainda em relação às cópias de documentos exigidos correrão a expensas do próprio candidato.

11.38. É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento correto dos meios de protocolo, seja do e-mail, seja do endereço de envio postal, sendo que a Nubes Tecnologia e Serviços Ltda. e o Município de Três Barras não se responsabilizam por equívocos cometidos pelo candidato.

11.39. Os prazos e condições de protocolo são estabelecidos, de maneira individual, nos itens relativos a cada pleito passível de protocolização,

11.40. Não serão reconhecidos os protocolos efetuados de maneira diversa a estabelecida neste Item 11 deste Edital, ou ainda, realizados de maneira intempestiva.

12. DO CHAMAMENTO E DA ADMISSÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

12. 12.41. O chamamento dos candidatos aprovados dar-se-á por intermédio do Edital afixado na Prefeitura Municipal e divulgação no site do município e no Diário dos Municípios.

12.42. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

12.42.1. Para fins de admissão serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

a) Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data de nomeação;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

c) Cópia do documento de identidade;

d) Cópia do CPF;

e) Cópia da Certidão de Casamento, se houver;

f) Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);

g) Cópia do Título de Eleitor e certidão de regularidade junto a Justiça Eleitoral;

h) Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;

i) Declaração negativa de acumulação de emprego público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição Federal;

j) Certidão negativa de antecedentes criminais;

k) Comprovante da escolaridade e experiência exigida para o cargo;

l) Comprovação de estar regularmente registrado no respectivo conselho profissional;

m) Ter aptidão física para o exercício das atribuições da função, comprovada por exame médico pré-admissional;

n) Comprovante de residência;

o) Fotografia 3 x 4;

p) Certidão de nascimento dos dependentes;

12.42.2. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Concurso Público.

12.42.3. Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Concurso Público.

12.42.4. O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do Concurso Público.

12.43. Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Três Barras convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

12.44. Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga. O candidato não se manifestando no prazo de 10 (dez) da convocação, considerar-se-á desistência tácita, sendo convocado o próximo classificado.

13. DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

13. 13.45. O Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos, contados da homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração municipal.

13.46. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de Três Barras, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

14. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

14. 14.47. Delega-se competência à Nubes Tecnologia e Serviços Ltda., como banca executora deste concurso, para:

a) Receber e processar as inscrições;

b) Emitir os documentos de homologação das inscrições;

c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas, práticas e de análise de títulos;

d) Apreciar todos os recursos previstos neste edital;

e) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;

f) Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;

g) Atuar em conformidade com as disposições deste edital;

h) Responder, em conjunto com o município de Três Barras eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

14.48. A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público, devidamente nomeada para esse fim.

14.49. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de Três Barras.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15. 15.50. O candidato classificado durante a vigência deste Edital deverá manter seu endereço e número telefônico atualizados.

15.51. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

15.52. O Concurso Público ficará sob responsabilidade da Empresa contratada, com posterior divulgação nos meios previstos no Item 2 deste Edital, até a homologação do evento.

15.53. Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.

15.54. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

15.55. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão do Concurso Público do Município de Três Barras e da Nubes Tecnologia e Serviços Ltda., de acordo com a legislação vigente.

15.56. O Município de Três Barras e a Nubes Tecnologia e Serviços Ltda. não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.nubesconcursos.com.br.

15.57. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) Tornar-se culpado de incorreções ou descortêsias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
- b) Ofender ou ser descortês, em qualquer momento do certame, seja de forma pessoal, física ou eletrônica, com qualquer membro da comissão organizadora do ente que promove o evento ou a empresa organizadora, mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa;
- c) For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- d) For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- e) Ausentar-se da sala de prova, em descumprimento ao disposto no presente Edital;

15.58. O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município.

15.59. O Cônjuge, companheiro(a) ou parente – consanguíneos (em linha reta ou colateral, até o quarto grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau) – de qualquer candidato não poderá servir:

- a) Na banca elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao impedimento;
- b) Como fiscal, na sala ou em ala em que estiver realizando a prova.

15.60. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público os registros eletrônicos a ele referentes.

15.61. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Canoinhas/SC.

15.62. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- b) Anexo II - Requerimento de Vaga Especial ou de Condição Especial para Realização de Prova.
- c) Anexo III - Cronograma do Concurso Público.
- d) Anexo IV - Atribuições Inerente aos Cargos.
- e) Anexo V - Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição.
- f) Anexo VI - Formulário de Recurso de Questão (Gabarito).
- g) Anexo VII - Formulário de Recursos Diversos.
- h) Anexo VIII - Formulário de Avaliação de Títulos.

15.63. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras/SC, 24 de Fevereiro de 2016.

Eloi José Quege

Prefeito do Município de Três Barras

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Assuntos de interesse geral nas esferas: Municipal, Estadual e Nacional, Internacional, amplamente veiculados na imprensa escrita e/ou falada (jornais, revistas, rádio, televisão e/ou sites na internet). Notícias locais, nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época, Exame. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades (UOL, Terra, Globo e similares). História do Município de Três Barras, www.tresbarras.sc.gov.br, História do Brasil e História de Santa Catarina. Informática básica. Lei Orgânica do Município. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

INFORMÁTICA BÁSICA (COMUM A TODOS OS CARGOS, QUANDO REQUERIDO)

Conhecimentos sobre princípios básicos de informática, incluindo hardware, impressoras, scanners e multifuncionais. Conhecimento básico sobre Segurança da Informação. Sistemas Operacionais Microsoft Windows XP e Windows 7 e Windows 8. Teclas de Atalho do Windows e de seus aplicativos. Aplicativos do Microsoft Office 2007 e superiores. Navegador Internet Explorer 9 e superiores. Navegador Google Chrome versão 43 ou superior. Navegador Mozilla Firefox versão 38 ou superior. Noções de segurança na internet. Noções sobre correio eletrônico. História da Informática.

PORTUGUÊS - COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Ortografia a nível Médio; Gramática a nível Médio; Leitura e interpretação de texto. Variações linguísticas. Funções da linguagem. Tipos e gêneros de texto. Coesão e coerência textuais. Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico): emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica e gráfica; pontuação. Fonologia/ fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consoantais e dígrafos. Morfologia: elementos mórficos e processos de formação de palavras; classes de palavras. Sintaxe: termos das orações;

orações coordenadas e subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase. Semântica: denotação, conotação; sinonímia, antonímia, homonímia e parônima; polissemia e ambiguidade. Figuras de linguagem. Incorpora também todo o conteúdo programático definido ao nível fundamental.

MATEMÁTICA - COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Números: naturais, inteiros, racionais e reais. Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum. Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas. Média aritmética simples e ponderada. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Razão e proporção; Regra de três simples e composta. Porcentagem; Juros. Probabilidade. Equações do 2º grau. Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores. Geometria. Incorpora também todo o conteúdo programático definido ao nível fundamental.

PORTUGUÊS - COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

A Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos; Coesão e coerência textuais; Intertextualidade e polifonia; A Língua: norma culta e variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria; Língua padrão: ortografia, acentuação e pontuação; Semântica: denotação e conotação; figuras de linguagem; sinonímia, antonímia, homonímia, parônima; polissemia e ambiguidade; Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras; classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições; Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase; sintaxe de colocação. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Vícios de linguagem. Incorpora também todo o conteúdo programático definido ao nível médio e fundamental.

MATEMÁTICA - COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Noções de lógica: proposições, conectivos, negação de proposições compostas. Conjuntos: caracterização, pertinência, inclusão, igualdade e intervalos. Conjuntos numéricos. Composição de funções. Função inversa. Médias aritméticas e geométricas. Regra de três simples e composta. Juros e porcentagem. Números: naturais, inteiros, racionais e reais. Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum. Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas. Média aritmética simples e ponderada. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Razão e proporção; Regra de três simples e composta. Porcentagem; Juros. Probabilidade. Equações do 2º grau. Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores. Incorpora também todo o conteúdo programático definido ao nível médio e fundamental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA CARGO)

01 - Assistente Pedagógico

Legislação, política e diretrizes curriculares; Ciclos de formação; Currículo escolar; Projeto político-pedagógico; Abordagem do processo do ensino; Democratização da educação; Aspectos teóricos e metodológicos do conhecimento; Saberes da docência e tendências pedagógicas; Planejamento de ensino e avaliação da aprendizagem; Educação de jovens e adultos no contexto do Ensino Fundamental e Médio; Educação, inclusão e pluralidade cultural; Parâmetros curriculares nacionais e temas transversais; Formação do educador: ensino e pesquisa; Educação profissional, cidadania e trabalho; Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função

02 - Médico Cardiologista

Transplante cardíaco. Insuficiência cardíaca congestiva. Embolia pulmonar. Aneurisma dissecante de aorta. Estenose e insuficiência aórtica. Estenose e insuficiência mitral. Testes não invasivos para diagnóstico de cardiopatia isquêmica. Miocardiopatias. Cateterismo intervencionista. Infarto agudo do miocárdio. Endocardite infecciosa. Cardiopatias congênitas cianóticas. Cardiopatias congênitas acianóticas. Tratamento das arritmias cardíacas. Angina estável. Taquicardias supraventriculares. Angina instável. Hipertensão arterial. Taquicardia ventricular. Dislipidemias. Código de Ética. Constituição Federal e Legislação do SUS. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

03 - Médico Clínico Geral

Noções sobre políticas de saúde no Brasil. Lei Orgânica da Saúde. Legislação sobre controle social na saúde. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Saúde da Família: Estratégia do Programa Saúde da Família; Modelos de Atenção a Saúde; Planejamento estratégico como instrumento de gestão e assistência; Sistema de Atenção Básica como instrumento de trabalho da equipe no Programa da Família. Legislação regulamentadora e normatizadora das respectivas profissões; Normas e Manuais Técnicos do Ministério da Saúde referentes a área de atuação. Conhecimento Técnico- Científico: 1. Dor fisiopatologia. 2. Dor torácica. 3. Dor abdominal. 4. Cefaléias. 5. Dor lombar e Cervical. 6. Distúrbios da regulação térmica. 7. Calafrios e Febre. 8. Dores musculares, Espasmos, Câibras e Fraqueza muscular. 9. Tosse e hemoptise. 10. Dispnéia e edema pulmonar. 11. Edema. 12. Cianose, hipoxia e policitemia. 13. Hipertensão arterial. 14. Síndrome de choque. 15. Colapso e morte cardiovascular súbita. 16. Insuficiência cardíaca. 17. Insuficiência coronária. 18. Bradiarritmias. 19. Taquiarritmias. 20. Cateterismo e Angiografia cardíaca. 21. Febre reumática. 22. Endocardite infecciosa. 23. Miocardiopatias e miocardites. 24. Infarto agudo do miocárdio. 25. Cor pulmonale. 26. Parada cardiorespiratória. 27. Constipação. 28. Diarréia e Distúrbios da função ano retal. 29. Aumento e perda de peso. 30. Hematêmese e melena. 31. Hepatite aguda e crônica. 32. Icterícia e hepatomegalia. 33. Cirrose. 34. Distensão abdominal e ascite. 35. Coledocolitíase. 36. Doenças do pâncreas. 37. Líquidos e eletrólitos. 38. Acidose e alcalose. 39. Anemias. 40. Hemorragia e trombose. 41. Biologia do envelhecimento. 42. Problema de saúde do idoso. 43. Diagnóstico e manuseio das afecções mais comuns da pessoa idosa. 44. Avaliação e diagnóstico das doenças infecciosas. 45. Diarréia infecciosa aguda e intoxicação alimentar. 46. Doenças sexualmente transmissíveis. 47. Síndrome de angustia respiratória do adulto. 48. Estado de mal asmático. 49. Doença pulmonar obstrutiva crônica. 50. Tromboembolismo pulmonar. 51. Insuficiência renal aguda. 52. Insuficiência renal crônica. 53. Glomerulopatias. 54. Obstrução das vias urinárias. 55. Lúpus eritematoso sistêmico. 55. Artrite reumatóide. 56. Vasculites. 57. Doença articular degenerativa. 58. Artrite infecciosa. 59. Distúrbios da coagulação. Diabetes mellitus. 60. Doenças da tireóide. 61. Doenças vasculares cerebrais, traumatismo cranioencefálico e raquimedular. 62. Virose do sistema nervoso central: meningites e encefalites. 63. Coma. 64. Doenças ocupacionais. 65. Acidentes do trabalho. 66. Neoplasias. 67. Carências nutricionais. Legislação: Lei nº 8.080, de 19/09/1990 e suas alterações, Lei nº 8.142, de 28/12/1990 e Constituição Federal nos Artigos 196 a 200 sobre o Sistema Único de Saúde (SUS); Ações e Programas do Ministério da Saúde; Lei nº 8.069, de 13/07/1990 sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 10.741, de 01/10/2003 sobre o Estatuto do Idoso; Portaria nº 648, de 28/03/2006 do Ministro da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de

diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF); Portaria MS/GM nº 373, de 27/02/2002, sobre a Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS-SUS; Código de Ética dos Profissionais de Medicina; Normas que regulamentam o exercício profissional de Medicina. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

04 - Médico Ginecologista/Obstetra

Código de Ética Médica. Anticoncepcionais hormonais: diversos tipos e suas interações medicamentosas, efeitos colaterais e contra-indicações. Básico e Ginecologia: Anatomia dos órgãos genitais. Cirurgia Ginecológica: Avaliação clínica e laboratorial pré-operatória; Profilaxia do tromboembolismo; Definição, classificação e tratamento dos prolapso genitais. Cirurgia laparoscópica: indicações. Cistos funcionais do ovário: tratamento. Climatério: Propedêutica básica; Osteoporose; Reposição hormonal-vias de administração, esquemas e indicações; Medidas complementares: exercícios, dieta, etc; Hormônio e câncer. Corrimento genital - diagnóstico diferencial e tratamento. Doença inflamatória pélvica; Abscesso tubo-ovariano/ pelvipéritonite; sepsis. Doença sexualmente transmissível: sífilis; gonorréia, donovanose; AIDS. Endocrinologia do ciclo menstrual. Endocrinologia ginecológica. Fístulas genito-urinárias: classificação e diagnóstico. Ginecologia Geral: Sangramentos anormais nas diferentes idades. Herpes genital. Histerectomias: indicações, técnicas e complicações intra-operatórias; Miomectomias; Ooforectomia; Salpingectomias; Conização e amputação cervical. Histeroscopia: indicações, técnica e complicações. Infecção Genital: Flora vaginal normal. Infecção pelo papilomavírus: diagnóstico e tratamento. Infecções Vaginais: bacterianas, por *Gardnerella*, por tricomonas e por *Candida*. Intercorrências Clínicocirúrgicas no Ciclo Gravídico-puerperal: Hipertensão arterial; Endocrinopatias; Diabetes; Tromboembolismo; Cardiopatias; Hematopatias; Doenças do colágeno; Nefropatias; Infecções urinárias; DST/AIDS; Toxoplasmose; Rubéola; Sífilis. Lesões precursoras do câncer do colo: diagnóstico; Interpretação da citologia oncológica. Massas pélvicas: conduta na adolescente, na idade reprodutiva e na gestação. Mastologia: Exames de imagem = Mamografia e ultrasonografia; Alterações funcionais benignas; Mastalgia; Derrame papilar. Neoplasia genital: Lesões benignas da vulva; Neoplasias benignas da vulva e da vagina; Neoplasias malignas da vulva e da vagina: diagnóstico e tratamento. Neoplasias do colo uterino: epidemiologia, diagnóstico, estadiamento, tratamento cirúrgico. Neoplasias do endométrio: diagnóstico e tratamento; Tumores sólidos e císticos benignos do ovário; Tumores epiteliais do ovário. Obstetrícia Normal: Evolução cronológica do conceito; Duração da gravidez; Assistência pré-natal; Curva de ganho de peso; Curva de altura uterina; Vitaminas; Drogas na gravidez; Imunização; Avaliação da maturidade fetal; Contrações uterinas para diagnóstico de trabalho de parto; Mecanismos do parto; Assistência ao parto; Partograma; Avaliação da vitalidade fetal intraparto; Indução do parto; Puerpério; Lactação; Planejamento familiar no pós-parto. Patologia Obstétrica: Abortamento; gravidez ectópica; Neoplasia trofoblástica gestacional; Inserção baixa da placenta; Descolamento prematuro da placenta; Hiperemese gravídica; Doença hemolítica perinatal; Doença hipertensiva específica da gravidez; Incompetência ístmocervical; Amniorrexe prematura; Gravidez prolongada; Crescimento intra-uterino retardado; Oligoâmnio e polidrâmnio; Rotura uterina; Tocotraumatismo materno e fetal; Infecção puerperal; Mastite; Mortalidade materna; mortalidade perinatal e neonatal; Psicose puerperal; Propedêutica subsidiária em obstetrícia: ultra-sonografia, cardiocotografia, dopplervelocimetria; Perfil biofísico fetal. Puberdade - modificações físicas e hormonais normais; Puberdade precoce; Hemorragia uterina disfuncional; Tensão pré-menstrual. Amenorreia primária e secundária; Síndromes hiperandrogênicas: hirsutismo e acne; Galactorreia; Síndrome dos ovários policísticos; Genitália ambígua. Reprodução Humana: Investigação básica do casal infértil; Fatores femininos e masculinos; Indução da ovulação; Abortamento de repetição; Eficiência dos métodos anticoncepcionais; Métodos anticoncepcionais não hormonais: comportamentais, de barreira, DIU; Anticoncepção cirúrgica- técnicas, indicações, e reversão- implicações legais. Tumores sólidos benignos: fibroadenoma, tumor filóide, papilomas; Cistos da mama; Cirurgia para câncer de mama; Tratamento sistêmico para câncer de mama. Uroginecologia: Métodos para investigações das disfunções do trato urinário inferior; Incontinência urinária de esforço genuína; Instabilidade do detrusor; Cistite crônica intersticial; Tratamento clínico da incontinência urinária; Tratamento cirúrgico da incontinência urinária; Infecções do trato urinário. Constituição Federal e Legislação do SUS. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função. Código de Ética. Constituição Federal e Legislação do SUS. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

05 - Médico Ortopedista

Afeções ortopédicas comuns na infância. Epifisiólise proximal do fêmur. Poliomielite: fase aguda e crônica. Tuberculose osteoarticular. Paralisia obstétrica. Osteomielite aguda e crônica. Piorrite. Ortopedia em geral; branquialgias, artrite degenerativa da coluna cervical; síndrome do escaleno anterior e costela cervical. Ombro doloroso. Lombociatalgias: artrite degenerativa da coluna lombo sacra; hérnia de disco; espondilose. Tumores ósseos benignos e malignos. Fraturas e luxações da coluna cervical, dorsal e lombar. Fratura da pélvis. Fratura do acetábulo. Fratura e luxação dos ossos dos pés. Fratura e luxação do joelho. Lesões meniscais e ligamentares. Fratura diafisária do fêmur. Fratura tanstrocateriana. Fratura do colo do fêmur, do ombro; da clavícula e extremidade superior e diáfise do úmero; da extremidade distal do úmero. Luxação do cotovelo e fratura da cabeça do rádio. Fratura e luxação da Monteggia. Fratura diafisária dos ossos do antebraço. Fratura de Colles e Smith. Luxação do carpo. Fratura do escáfóide carpal. Traumatologia da mão: fratura metacarpiana e falangeana. Ferimento da mão. Tendinite Código de Ética. Constituição Federal e Legislação do SUS. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

06 - Médico Pediatra

Cuidados ao recém-nascido normal e condução da puericultura; Crescimento e desenvolvimento; Aleitamento materno e alimentação complementar; Imunização; Deficiência de ferro e anemias; Tratamento das afeções mais frequentes na infância e na adolescência (doença diarreica, doenças respiratórias, parasitoses, doenças infectocontagiosas, doenças dermatológicas). Icterícia neonatal. Infecções perinatais. Púrpuras, tumores comuns na infância. Doenças de notificação compulsória. Infecções de vias superiores. Infecções de vias aéreas inferiores. Asma brônquica. Patologias alérgicas na infância. Distúrbios hidroeletrólíticos e acidobásico. Terapia de hidratação oral e parenteral. Síndrome da má absorção aguda e crônica. Infecção urinária. Glomerulites e hipertensão arterial. Osteoartrites. Infecções de partes moles. Antibioticoterapia. Doenças parasitárias. Queimaduras. Intoxicações exógenas. Hepatites. Doenças do tecido conjuntivo. Doenças exantemáticas. Mordeduras humanas e por animais. A criança vitimizada. Patologias cirúrgicas comuns na infância. Síndromes nefrótica e nefrítica. Septicemia e choque séptico. Diabetes melitus e cetoadicose diabética. Parada cardiorrespiratória. Insuficiência cardíaca. Cardiopatias congênitas. Malformações congênitas comuns. Convulsão. Políticas de saúde no Brasil, Sistema Único de Saúde (SUS) e municipalização. Conferência Nacional de Saúde: Seção II da Saúde, Capítulo II da Seguridade Social, Título VIII da Ordem Social. Indicadores de saúde gerais e específicos. Situação da saúde no Brasil: Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde: conceitos, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Fundamentação legal e as normas pertinentes ao SUS. Participação popular e controle social. Conselhos de Saúde. Código de Ética. Constituição Federal e Legislação do SUS. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

07 - Médico Psiquiatra

Psicologia médica. Psiquiatria social e comunitária. Interconsulta e psiquiatria de hospital geral. Epidemiologia psiquiátrica. Transtornos mentais orgânicos. Transtornos mentais decorrentes do uso de álcool e drogas. Esquizofrenia. Transtornos do humor. Transtornos ansiosos.

Transtornos alimentares. Transtornos da personalidade. Transtornos mentais da infância e adolescência. Urgências psiquiátricas. Psico-farmacologia. Eletroconvulsoterapia. Noções psicodinâmicas de funcionamento mental. Noções de técnica psicanalítica e psicoterápicas. Noções de psicanálise e modalidades psicoterápicas psicodinâmicas. Desenvolvimento psíquico. Adolescência e conflito emocional. Equipe multidisciplinar e manejobs psicodinâmico de pacientes internados e ambulatoriais. Legislação Básica do SUS (Constituição Federal /88, Seção II - Da Saúde, Lei Federal nº. 8.080, de 19/09/1990 e Lei Federal nº. 8.142 de 26/12/1990). Reforma Psiquiátrica no SUS. Política Nacional de saúde mental. Legislação relacionada aos Centros de Apoio Psicossociais. Transtornos mentais e respectivas terapias; Sociologia aplicada; Psicanálise; psiquiatria geriátrica; psiquiatria hospitalar e comunitária; psiquiatria infantil e geriátrica; psiquiatria forense; terapias biológicas; psicofarmacologia. Código de Ética. Constituição Federal e Legislação do SUS. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

08 - Médico Urologista

Fisiopatologia da obstrução Urinária. Infecção do trato geniturinário. Doenças sexualmente transmissíveis. Litíase urinária. Traumatismos urológicos. Hiperplasia nodular da próstata. Tumores: próstata, pênis, testículo, bexiga, renais e das adrenais. Uropediatria. Infertilidade e Impotência. Uroginecologia. Transplante renal. Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde para a especialidade. Código de Ética. Constituição Federal e Legislação do SUS. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

09 - Nutricionista

Alimentos e nutrientes. Fisiologia e metabolismo da nutrição. Fundamentos básicos em nutrição humana. Microbiologia dos alimentos, saúde pública e legislação. Alimentos dietéticos e alternativos. Produção: administração de serviços de alimentação. Planejamento do serviço de nutrição e dietética; aspectos físicos do serviço de nutrição e dietética; sistema de distribuição de refeições; serviços de alimentação hospitalar. Critérios para elaboração de cardápios. Saneamento e segurança na produção de alimentos e refeições. Gestão de estoque: curva ABC. Controle higiênico sanitário dos alimentos. Análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC). Dietoterapia. Saúde Pública: avaliação nutricional hospitalar e ambulatorial. Dietoterapia nas patologias do tubo gastrointestinal e órgãos anexos (fígado, pâncreas, endócrino e exócrino e vias biliares). Dietoterapia nas patologias renais. Dietoterapia nas patologias cardiovasculares. Dietoterapia na obesidade e magreza. Dietoterapia nas cirurgias digestivas. Dietoterapia na gravidez e lactação. Atenção nutricional ao idoso. Avaliação e internação de exames laboratoriais de rotina. Internação droga - nutrientes. Dietoterapia pediátrica: avaliação nutricional; orientação nutricional nas síndromes diarreicas; orientação nutricional na recuperação do desnutrido, orientação nutricional nas afecções renais, orientação nutricional na obesidade, nas doenças gastrointestinais, nas cirurgias digestivas, nas pneumopatias, nas erosmatos do metabolismo. Terapia nutricional parenteral e enteral. Ética profissional. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função Código de Ética. Constituição Federal e Legislação do SUS. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

10 - Psicólogo

1. Principais correntes da Psicologia. 2. Psicologia Social: raízes da psicologia social moderna, discussões teórico-metodológicas contemporâneas, psicologia social e estudos culturais. 3. Identidades e subjetividades. 4. Grupos: o que são, transversalidade em grupos, processo de socialização e processo grupal. 5. Psicologia Organizacional e Psicologia do Trabalho: definição, histórico, áreas de atuação, função dos psicólogos nas organizações, clima organizacional, a organização como fenômeno psicossocial, qualidade de vida e saúde mental no trabalho. 6. Psicologia do Desenvolvimento: teorias principais. 7. Psicologia Institucional. 8. Psicologia e políticas públicas. 9. Psicologia e juventude/adolescência. 10. Psicologia Social e saúde. 11. Relação da patologia orgânica e aspectos emocionais (psicossomática). 12. Teorias e técnicas psicoterápicas e teorias e técnicas psicoterápicas de fundamentação psicanalítica (infância, adolescência, idade adulta e velhice). 13. O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas (infância e adolescência). 14. Modelos de psicoterapia. 15. Aplicações clínicas das psicoterapias. 16. Avaliação, métodos e técnicas psicoterápicas. 17. Manejo clínico das técnicas psicoterápicas. 18. Conhecimentos gerais e específicos dos conceitos clínicos e terapêuticos fundamentais na psiquiatria e na saúde mental. 19. Modelos de Psicologia do Desenvolvimento, Psicanalítico, Piagetiano, Aprendizagem Social. 20. A equipe multiprofissional na assistência do paciente. 21. Reações emocionais frente ao adoecer (diagnóstico e defesas). Código de Ética do Psicólogo. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função;

11 - Professor de Educação Infantil

A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil. Proposta Curricular do estado de Santa Catarina. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. ECA □ Estatuto da Criança e do Adolescente. Noções de informática básica escolar. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precusores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Temas Transversais. Lei 9394/96 na íntegra e suas resoluções. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

12 - Assistente Administrativo

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Controle da Administração. Correspondência Oficial. Redação Oficial. Formas de Tratamento. Expressões e Vocábulos Latinos de

uso frequente nas Comunicações Administrativas Oficiais. Modelos e/ou Documentos utilizados. Cuidados com o ambiente de trabalho: Noções de segurança e higiene do trabalho. Legislação. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Complementar nº 101/2000. Lei nº 8.429/1992. Lei nº 8.666/1993. Lei nº 10.520/2002. Lei Orgânica do Município. Noções de Informática básica, relacionado a aplicativos Microsoft ou similares. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função

13 - Auxiliar Administrativo

Aspectos gerais da redação oficial; Gestão de Qualidade (Ferramentas e Técnicas); Administração e Organização; Serviços Públicos (Conceitos - Elementos de Definição - Princípios - Classificação); Atos e Contratos Administrativos; Empresa Moderna; Empresa Humana; Relações Humanas e Interpessoais; Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei nº 8.666/93 e alterações promovidas pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98. Higiene e segurança do trabalho; Estrutura Administrativa Municipal. Administração: de materiais, financeira, de recursos humanos, da produção. Planejamento: orçamento, programas, planos e projetos. Gestão: habilidades e competências gerenciais, comunicação e estilos gerenciais. Atendimento ao público. Meios de Comunicação. Abreviações. Agenda. Comunicação e Relações Públicas. Comunicação telefônica. Uso de equipamentos de escritório. Uso de aparelhos de fax e máquinas reprográficas. Noções de uso dos serviços de telefonia. Noções de software de controle de ligações. Noções de arquivamento e procedimentos administrativos. Elaboração e manutenção de banco de dados. Noções de estoque. Meios de transporte. Liderança e poder; motivação. Atas. Ofícios. Memorandos. Cartas. Certidões. Atestados. Declarações. Procuração. Recebimento e remessa de correspondência oficial. Hierarquia. Impostos e Taxas. Requerimento. Circulares. Siglas dos Estados da Federação. Formas de tratamento em correspondências oficiais. Tipos de correspondência. Atendimento ao Público. Portarias. Editais. Noções de protocolo e arquivo. Índice onomástico. Assiduidade. Disciplina na execução dos trabalhos. Relações humanas no trabalho. Formas de tratamento. Decretos. Organograma. Fluxograma. Poderes Legislativo e Executivo Municipal. Leis Ordinárias e Complementares. Constituição Federal Art.º 6º a 11º e art. 39º a 41º. Uso de correio eletrônico. Princípios que regem a Administração Pública. Ética no Serviço Público. Princípios de Arquivologia. Licitações e Contratos: conceitos, princípios, características, fases, lei 8.666 de 21/06/93 e modificações. Lei do Pregão. Lei Orgânica do Município. Noções de Informática básica, relacionado a aplicativos Microsoft ou similares. Manual de redação oficial da presidência da república. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

14 - Cuidador

Definições dos tipos de deficiência; Nota técnica SEESP/GAB nº 19/2010; Programa Educação Inclusiva; Direito a Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Resolução do CNE/CEB nº 4/2009; Decreto nº 3298/1999. As concepções de infância, de família e de sociedade. O Planejamento Pedagógico. Cuidar, brincar e educar. A elaboração do Universo pela criança: as noções de tempo, espaço, objeto e casualidade. O jogo na construção do conhecimento pela criança. Rotinas da creche. O raciocínio infantil: o pensamento racional e pensamento criador. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Referencial Curricular para a Educação Infantil. Lei Federal nº 8.069/90 □ Estatuto da Criança e do Adolescente. A função da educação infantil. O papel do profissional da Educação Infantil. A organização do tempo e espaço na educação infantil. O cuidar e o educar. Relação creche e família. O brincar no espaço educativo. Desenvolvimento infantil. Educação inclusiva. Higiene da criança. Prevenção de acidentes. O cotidiano na Creche: rotina, afetividade, alimentação e cuidados essenciais. Trabalho em equipe. Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental. Procedimentos adequados ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, referente à saúde, alimentação e higiene; A brincadeira de papéis sociais e formação da personalidade; Noções básicas de atendimento ao público; Organização do local de trabalho; Noções básicas de informática básica. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

15 - Cuidador Escolar

Definições dos tipos de deficiência; Nota técnica SEESP/GAB nº 19/2010; Programa Educação Inclusiva; Direito a Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Resolução do CNE/CEB nº 4/2009; Decreto nº 3298/1999. As concepções de infância, de família e de sociedade. O Planejamento Pedagógico. Cuidar, brincar e educar. A elaboração do Universo pela criança: as noções de tempo, espaço, objeto e casualidade. O jogo na construção do conhecimento pela criança. Rotinas da creche. O raciocínio infantil: o pensamento racional e pensamento criador. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Referencial Curricular para a Educação Infantil. Lei Federal nº 8.069/90 □ Estatuto da Criança e do Adolescente. A função da educação infantil. O papel do profissional da Educação Infantil. A organização do tempo e espaço na educação infantil. O cuidar e o educar. Relação creche e família. O brincar no espaço educativo. Desenvolvimento infantil. Educação inclusiva. Higiene da criança. Prevenção de acidentes. O cotidiano na Creche: rotina, afetividade, alimentação e cuidados essenciais. Trabalho em equipe. Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental. Procedimentos adequados ao atendimento à criança de 0 a 6 anos, referente à saúde, alimentação e higiene; A brincadeira de papéis sociais e formação da personalidade; Noções básicas de atendimento ao público; Organização do local de trabalho; Atividades pedagógicas e recreativas diárias realizadas por alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental; Cuidados com a higiene, alimentação, repouso e bem estar das crianças de zero a seis anos de idade; A construção de atividades e valores significativos para o processo educativo das crianças de zero a seis anos de idade; A observação e o registro de aprendizagem e desenvolvimento das crianças; Disciplina e vigilância dos alunos; Controle e movimentação do aluno; Observação e orientação os setores, sobre o comportamento dos alunos; observação e orientação dos setores, sobre o comportamento dos alunos; Primeiros socorros aos alunos; Outras tarefas auxiliares; Telefones de emergência: Pronto Socorro, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros; Sinalização de trânsito, uso do cinto de segurança; Conhecimentos e manuseio de extintor de incêndio de autos; Lei 9394/96 na íntegra e suas resoluções. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Questões relativas às atividades inerentes a função.

ANEXO II - REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

REQUERIMENTO DE VAGA ESPECIAL OU DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

_____, inscrito (a) ao Concurso Público N.º 01/2016 do Município de Três Barras, inscrição n.º _____, concorrendo ao cargo de _____, CPF nº _____ portador do documento de identidade n.º _____, residente e domiciliado na _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____,

CEP: _____, requer a Vossa: (Assinale a sua opção)

() Vaga para Portadores de Necessidades Especiais

Deficiência: _____

CID n.º: _____

Médico: _____ CRM: _____

() Condição Especial para a Realização de Provas

a) () Prova Ampliada

Fonte n.º _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

Especificar: _____

d) () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

e) () Outra Necessidade

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Três Barras/SC, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do (a) Candidato (a)

ANEXO III - CRONOGRAMA CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

1.1. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

| DATA PREVISTA | ATO |
|---|--|
| 22/02/2016 | Publicação do Edital. |
| 23/02/2016 | Prazo para contestação do Edital |
| 24/02/2016 | Publicação do Edital revisado, se for o caso. |
| 24/02/2016 a 24/03/2016 | Período das inscrições. |
| 24/03/2016 | Prazo final para o pagamento da taxa de inscrição |
| 18/03/2016 | Data final para requerimento de isenção (Item 4 do Edital). |
| 21/03/2016 | Publicação do Rol de Inscrições Isentas. |
| 21/03/2016 a 22/03/2016 | Prazo de Recurso contra o Indeferimento do Pedido de Isenção |
| 23/03/2016 | Publicação do extrato de recursos de Indeferimento do Pedido de Isenção e disponibilização de boleto bancário aos indeferidos. |
| 28/03/2016 | Homologação provisória das inscrições. |
| 28/03/2016 a 29/03/2016 | Prazo para recurso contra não homologação da inscrição. |
| 30/03/2016 | Homologação final das inscrições. |
| 10/04/2016 | Data da prova escrita |
| 11/04/2016 | Publicação do gabarito provisório e caderno de provas. |
| 11/04/2016 - 08h00min
à
13/04/2016 17h00min | Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório. |
| 18/04/2016 | Publicação do extrato de recursos, publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória. |
| 18/04/2016 a 25/04/2016 | Prazo para recurso contra a classificação provisória. |
| 28/04/2016 | Homologação do resultado final do Concurso Público N.º 01/2016. |

1.2.

O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial do Concurso Público e da Comissão da Nubes Tecnologia e Serviços Ltda., sendo de total responsabilidade do candidato, acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame, previstos no Item 2 deste Edital.

ANEXO IV - ATRIBUIÇÕES INERENTE AOS CARGOS

01 - Assistente Pedagógico

a) coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica da Unidade Educacional; b) administrar o pessoal e os recursos materiais da escola, tendo em vista o alcance dos objetivos estabelecidos na proposta pedagógica da Unidade Educacional; c) assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos; d) zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes; e) prover meios para a equiparação dos alunos de menor rendimento; f) promover a articulação família/escola/comunidade, criando processos de integração da sociedade com a Unidade Educacional; g) informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução

da proposta pedagógica da Unidade Educacional; h) coordenar, no âmbito da Unidade Educacional, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; i) acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos alunos, em colaboração com os docentes e as famílias; j) elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da Unidade Educacional; k) elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos no sistema ou rede de ensino e da Unidade Educacional, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais; l) acompanhar e supervisionar o funcionamento da Unidade Educacional, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino; m) instituir grupos de trabalho ou comissões encarregadas de estudar e propor alternativas de solução, com intuito de atender os problemas de natureza pedagógica, administrativa e situações emergenciais; n) criar condições para uma participação efetiva do corpo docente, estabelecendo uma unidade de esforços, a fim de que o processo educacional desenvolva-se de forma dinâmica, assegurando a qualidade de ensino.

02 - Médico Cardiologista

I ☐ Realizar exames subsidiários em cardiologia, cardiopatias congênitas; II ☐ realizar exames de insuficiência Cardíaca Congestiva; III ☐ realizar exames de hipertensão pulmonar; IV ☐ realizar exames de aterosclerose; V ☐ realizar exames de doença arterial coronária; VI ☐ realizar exames de arritmias cardíacas, de miocardiopatias e doenças do pericárdio. VII ☐ realizar terapêutica em cardiologia; VIII - atuar na prevenção em cardiologia: (primária e secundária); IX ☐ organizar os serviços de saúde de acordo com as atribuições do cargo público; X ☐ organizar estatísticas de saúde de sua área de atuação (epidemiologia, vigilância sanitária e epidemiológica); XI ☐ expedir atestados médicos; XII ☐ respeitar a ética médica; XIII - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; XIV ☐ guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; XV ☐ apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; XVI - executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

03 – Médico Clínico Geral

Prestar assistência médica preventiva e curativa em ambulatórios, hospitais ou outros estabelecimentos públicos, examinando o paciente segundo as técnicas da semiologia médica, utilizando os instrumentos adequados e disponíveis, diagnosticando e recomendando a terapêutica necessária, encaminhando para nível de maior complexidade de atendimento quando esgotadas as condições diagnósticas e ou terapêuticas; requisitar exames subsidiários; fazer encaminhamento de pacientes e especialidades quando julgar necessário; analisar e interpretar resultados de exames; manter registro sobre os pacientes; atender urgências; prestar pronto atendimento a pacientes externos, sempre que necessário ou designado pela chefia imediata; orientar a equipe multiprofissional nos cuidados relativos à sua área de competência; participar de equipe médico-cirúrgica quando necessário ou designado pela chefia imediata; zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e local de trabalho; comunicar a seu superior imediato qualquer irregularidade; participar de projetos de treinamento e programas educativos; cumprir e fazer cumprir as normas do empregador; propor normas e rotinas relativas à sua área de competência; classificar e codificar doenças, operações e causas de morte, de acordo com o sistema adotado; manter atualizados os registros das ações de sua competência; fazer pedidos de material e equipamentos necessários a sua área de competência; fazer parte de comissões provisórias e permanentes instaladas na secretaria a que pertença; participar de cursos de capacitação, projetos de treinamento e programas educativos; observar as normas do sistema único de saúde; proceder ao registro dos procedimentos realizados segundo a legislação vigente; participar como consultor da junta médica na sua área de competência quando designado; atuar como consultor na sua especialidade para equipe multiprofissional de atendimento domiciliar acompanhando a visita domiciliar, quando necessário; observar as normas administrativas quanto ao preenchimento de laudos, relatórios, fichas de atendimento, requisições de exames subsidiários e documentos afins; dirigir equipes quando designado; observar as normas e designações quanto a local e horário de trabalho; executar outras tarefas correlatas a sua área de competência.

04 – Médico Ginecologista/Obstetra

I - Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; II - assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; III - responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; IV ☐ respeitar a ética médica; V - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; VI ☐ guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; VII ☐ apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; VIII - executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

05 - Médico Ortopedista

I - Prestar assistência médica em ortopedia efetuando os procedimentos técnicos pertinentes à especialidade e executando tarefas afins; II - clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; III - realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade; IV ☐ analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; V - emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; VI ☐ manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; VII - prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; VIII - coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; IX ☐ elaborar programas educativos e de atendimento médico-preventivo, voltado para a comunidade em geral; X - assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; XI ☐ responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; XII ☐ respeitar a ética médica; XIII - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; XIV ☐ guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; XV ☐ apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; XVI ☐ executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

06 - Médico Pediatra

Prestar assistência médica em pediatria efetuando os procedimentos técnicos pertinentes à especialidade e executando tarefas afins; II - clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; III - realizar solicitação de exames- diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade; IV ☐ analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; V - emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; VI - manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento

prescrito e a evolução da doença; VII - prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; VIII - coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; IX - elaborar programas educativos e de atendimento médico-preventivo, voltado para a comunidade em geral; X - assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; XI - responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; XII ☐ respeitar a ética médica; XIII - planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; XIV ☐ guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; XV ☐ apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; XVI - executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

07 - Médico Psiquiatra

I - Realizar atendimento na área de psiquiatria; II- Desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; III - Realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica, acompanhamento dos pacientes; IV - Executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área; V - Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; VI - Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; VII - Participar de programa de treinamento, quando convocado; VIII - Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva; IX - Participar, articulado com equipe multiprofissional, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral; X - Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatorios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros; XI - Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; XII - Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes; XIII ☐ Efetuar a notificação compulsória de doenças; XIV - Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; XV - Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; XVI - Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; XVII - Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades; XVIII - Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; XIX - Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; XX - Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; XXI - Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais; XXII - Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; XXIII - Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; XXIV - Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; XXV - Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; XXVI - Realizar outras atribuições afins.

08 - Médico Urologista

I - Realizar atendimento na área de urologia; II - desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; III - realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica, acompanhamento dos pacientes e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área; IV - Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; V - Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; VI - Participar de programa de treinamento, quando convocado. VII - Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva; VIII - Participar, articulado com equipe multiprofissional, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral; IX - Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatorios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros; X - Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; XI - Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes; XII - Efetuar a notificação compulsória de doenças; XIII - Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; XIV - Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; XV - Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; XVI - Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades; XVII - Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; XVIII - Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; XIX - Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; XX - Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais; XXI - Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; XXII - Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; XXIII - Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; XXIV ☐ Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; XXV - Realizar outras atribuições afins.

09 - Nutricionista

Elaborar e avaliar os cardápios, observando adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas; respeita os hábitos alimentares de cada localidade e a sua vocação agrícola; utilizar produtos da região, com preferência aos produtos básicos e prioridade aos produtos semi-elaborados e os in-natura; elaborar o cardápio, calculando os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela com base em recomendações nutricionais, avaliação nutricional e necessidades nutricionais específicas, definindo a quantidade e qualidade dos alimentos, obedecendo aos Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ); planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias; planejar e coordenar a aplicação de testes de aceitabilidade junto à clientela, quando da introdução de alimentos atípicos ao hábito alimentar local ou da ocorrência de quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados, observando parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos e realizando

análise estatística dos resultados; estimular a identificação de crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para que recebam o atendimento adequado no PAE; elaborar o plano de trabalho anual do Programa de Alimentação Escolar (PAE) do Município, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições; elaborar o Manual de Boas Práticas de Fabricação para o Serviço de Alimentação; desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental; interagir com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no exercício de suas atividades; coordenar, supervisionar e executar programas de educação permanente em alimentação e nutrição da comunidade escolar; articular-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades lúdicas com o conteúdo de alimentação e nutrição; assessorar o CAE no que diz respeito à execução técnica do PAE; participar do processo de avaliação técnica dos fornecedores de gêneros alimentícios, segundo os padrões de identidade e qualidade, a fim de emitir parecer técnico, com o objetivo de estabelecer critérios qualitativos para a participação dos mesmos no processo de aquisição dos alimentos; elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio; orientar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, armazenamento de alimentos, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios da instituição e dos fornecedores de gêneros alimentícios; participar do recrutamento, seleção e capacitação de pessoal do PAE; participar de equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas e eventos; contribuir na elaboração e revisão das normas reguladoras próprias da área de alimentação e nutrição; colaborar na formação de profissionais na área de alimentação e nutrição, orientando estágios e participando de programas de treinamento e capacitação; comunicar os responsáveis legais quando da existência de condições do PAE impeditivas de boa prática profissional ou que sejam prejudiciais à saúde e à vida da coletividade; capacitar e coordenar as ações das equipes de supervisores das unidades da entidade executora; zelar para que, na capacitação específica de merendeiros, assim entendidos os manipuladores de alimentos da merenda escolar, sejam observadas as normas sanitárias vigentes.

10 - Psicólogo

Executar atividades nos campos de psicologia aplicada ao trabalho, da orientação educacional e da clínica psicológica; realizar psicodiagnósticos para fins de ingresso, readaptação, avaliação das condições pessoais do servidor; proceder à análise dos cargos e funções sob o ponto de vista psicológico, estabelecendo os requisitos necessários ao desempenho dos mesmos, efetuar pesquisas sobre atitudes, comportamentos, moral, motivação, tipos de liderança; averiguar causas de baixa produtividade, assessorar o treinamento em relações humanas; fazer psicoterapia breve, ludoterapia individual e grupal, com acompanhamento clínico, para tratamento dos casos; fazer exames de seleção em crianças, para fins de ingresso de instituições assistências, bem como para contemplação com bolsas de estudos; empregar técnicas como testes de inteligência e personalidade, observações de conduta etc.; atender crianças excepcionais, com problemas de deficiência mental e sensorial ou portadora de desajustes familiares ou escolares, encaminhando-se para escolas ou classes especiais; formular hipóteses de trabalho para orientar as explorações psicológicas, médicas e educacionais; apresentar o caso estudado e interpretado à discussão em seminário; realizar pesquisas psicopedagógicas; confecciona e seleciona o material psicopedagógico e psicológico necessário ao estudo dos casos; elaborar relatórios de trabalhos desenvolvidos; redigir a interpretação final após o debate e aconselhamento indicado a cada caso, conforme as necessidades psicológicas, escolares, sociais e profissionais do indivíduo; manter atualizado o prontuário de cada caso estudado, fazendo os necessários registros; manter-se atualizado nos processos e técnicas utilizadas pela Psicologia; executar tarefas afins. Desenvolver trabalhos multiprofissionais ao compor as equipes de referência da Assistência Social (NOB/RH-SUAS). Realizar as atividades de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, Programas, Projetos, Benefícios e Serviços. Atuar em consonância com as diretrizes e objetivos da PNAS e das Proteções Sociais, cooperando para a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social e para a construção de sujeitos cidadãos. Atuar de modo integrado à perspectiva interdisciplinar, em especial nas interfaces entre a Psicologia e o Serviço Social, buscando a interação de saberes e a complementação de ações, com vistas à maior resolutividade dos serviços oferecidos. Atuar de forma integrada com o contexto local, com a realidade municipal e territorial, fundamentada em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Atuar baseado na leitura e inserção no tecido comunitário, para melhor compreendê-lo, e intervir junto aos seus moradores. Atuar para identificar e potencializar os recursos psicossociais, tanto individuais como coletivos, realizando intervenções nos âmbitos individual, familiar, grupal e comunitário. Atuar para favorecer processos e espaços de participação social, mobilização social e organização comunitária, contribuindo para o exercício da cidadania ativa, autonomia e controle social, evitando a cronificação da situação de vulnerabilidade. Manter-se em permanente processo de formação profissional, buscando a construção de práticas contextualizadas e coletivas. Atuar com prioridade de atendimento aos casos e situações de maior vulnerabilidade e risco psicossocial. Atuar nos serviços: socioeducativo-geracionais, intergeracionais e com famílias; sócio-comunitário; reabilitação na comunidade; outros; Benefícios: transferência de renda (bolsa-família e outra); Benefícios de Prestação Continuada - BPC; benefícios eventuais - assistência em espécie ou material; outros. Programas e Projetos: capacitação e promoção da inserção produtiva; promoção da inclusão produtiva para beneficiários do programa Bolsa Família - PBF e do Benefício de Prestação Continuada; projetos e programas de enfrentamento à pobreza; projetos e programas de enfrentamento à fome; grupos de produção e economia solidária; geração de trabalho e renda. Elaborar plano de trabalho em conjunto com a equipe interdisciplinar. Atuar no diagnóstico participando das entrevistas, visitas domiciliares e nas escolas e no atendimento individual das crianças e adolescentes. Fornecer laudos e pareceres de acordo com a necessidade e solicitação do Ministério Público e Poder Judiciário. Prestar escuta qualificada, individual ou grupal, visando à identificação da necessidade dos indivíduos e famílias, promovendo o encaminhamento adequado a cada caso específico, trabalhando com as famílias, as relações interpessoais, objetivando identificar a existência de conflitos individuais e grupais com vista ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos usuários. Engajar-se na luta pela minimização dos casos de violência, através do atendimento ao sujeito vitimizado e seus familiares. Realizar intervenções técnicas pontuais para introduzir ao adolescente a questão da responsabilidade de seus atos. Articular uma rede de programas e serviços presentes no município. Orientar o adolescente e sua família para que encontrem alternativas que possam garantir um futuro digno ao adolescente, por ora em situação de marginalidade. Direcionar o trabalho para a prevenção, e terapêutica como diagnóstico, elaboração de instrumentais como pareceres, relatórios, atendimento direto a adolescentes, crianças, famílias, idosos, priorizando a escuta terapêutica, considerando as situações de sofrimento oriundas do processo socioeconômico ao qual estão expostos os usuários dos serviços do SUAS, além, da articulação com a rede sócio assistencial local. Manter atualizado o prontuário de casos estudados; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão. □

11 - Professor de Educação Infantil

Participar do processo que envolve planejamento, construção, execução e avaliação escolar e institucional da escola; cuidar do bem-estar e da integridade dos educandos; realizar atividades de aprendizagem, lazer, culturais, cívicas e esportivas com os educandos na escola; zelar pela manutenção do equipamento e do material pedagógico da escola; desenvolver outras atividades previstas no regulamento e no regimento escolar, em planos, programas e projetos da escola; elaborar planos, programas e projetos; acompanhar, controlar e realizar a avaliação da aprendizagem; realizar os processos de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais em sala de

aula, supervisionados por especialistas da área; promover atividades e eventos pedagógicos extraclasse; realizar pesquisa educacional e aprimoramento do processo ensino-aprendizagem; participar ativamente da vida comunitária da Unidade Educacional; realizar atividades exigidas pela Unidade Educacional e na Legislação Escolar em seu turno e extraturno. a) participar da elaboração da proposta pedagógica da Unidade Educacional; b) elaborar e cumprir seu plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica da Unidade Educacional; c) zelar pelo ensino e aprendizagem dos alunos; d) estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; e) ministrar os dias letivos e horas estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; f) registrar nos livros de chamada, os conteúdos e as atividades ministradas, a frequência dos alunos e as notas a eles atribuídas nas avaliações, bem como toda e qualquer observação que se fizer necessária; g) efetuar a correção de trabalhos e tarefas escolares, prestando o devido acompanhamento e orientação aos alunos; h) promover e participar de reuniões, grupos de estudo, encontros, cursos, seminários e outros eventos; i) comunicar a Direção e aos Assistentes Pedagógicos da Unidade Educacional às ausências dos alunos, as dificuldades e os problemas que possam vir a surgir em sala de aula; j) comunicar com antecedência ou em tempo hábil, a Direção e/ou a equipe pedagógica, sobre ausências no período das aulas ou faltas, enviando atividades planejadas para serem ministradas aos alunos, avaliando-os posteriormente; k) participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da unidade educacional, com vistas ao melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem; l) estabelecer planos de recuperação de estudos a serem proporcionados aos alunos que obtiverem resultados de aprendizagem abaixo do definido na proposta pedagógica e executá-los em sala de aula, orientando-os durante o processo de recuperação dos conteúdos, ou encaminhá-los para acompanhamento; m) comparecer com pontualidade a Unidade Educacional (onde estiver lotado), conforme seu horário de trabalho;

12 - Assistente Administrativo

Executar trabalhos que envolvam a interpretação e aplicação das leis e normas administrativas; proceder à aquisição, guarda e distribuição de material; examinar processos; redigir pareceres e informações; redigir expedientes administrativos, tais como: memorandos, cartas, ofícios, relatórios; revisar quanto ao aspecto redacional, ordens de serviço, instruções, exposições de motivos, projetos de lei, minutas de decretos e outros; realizar e conferir cálculos relativos a lançamentos, alterações de tributos, avaliação de imóveis, vantagens financeiras e descontos determinados em lei; organizar os cadastros fiscais dos contribuintes sujeitos ao pagamento dos tributos imobiliários, do imposto sobre serviços e taxas de licença; efetuar cálculos e preparar lançamentos de impostos, taxas e contribuições de melhoria, bem como de outras rendas, promovendo a entrega e o controle dos avisos ou guias de arrecadação; promover a atualização dos cadastros fiscais dos contribuintes, mediante o registro das alterações exigidas pela legislação do Município e das informações da Secretaria de Obras e Serviços e do Cartório local; promover a entrega do ☐habite-se☐ relativo a novas edificações, quando autorizado pela Secretaria de Obras e Serviços da Prefeitura; receber e examinar processos de reclamações primárias referente a lançamentos de tributos municipais, bem como pronunciarse sobre a situação fiscal dos contribuintes; fornecer no prazo legal, certidões negativas ou atestados referentes a assuntos de tributação quando solicitado pelos contribuintes; efetuar a baixa e o controle dos pagamentos dos tributos municipais, em fichas ou livros próprios, à vista dos comprovantes respectivos; organizar, inscrever e controlar, na época própria, a Dívida Ativa do Município, mantendo atualizado os registros individuais dos contribuintes devedores da Fazenda Municipal, para fins de cobrança; atualizar periodicamente, os valores venais dos imóveis cadastrados na Prefeitura; fiscalizar o cumprimento das Leis e regulamentos municipais referentes aos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e negociantes ambulantes; notificar preliminarmente, e se for o caso, autuar os infratores das obrigações tributárias e das normas municipais, respeitada a competência expressa de outros órgãos da administração municipal; promover a apreensão de mercadorias, objetos, e animais, quando prevista em Leis e regulamentos, lavrando o respectivo termo ou auto de apreensão; instruir e informar processos sobre autuações e demais assuntos da competência da fiscalização fazendária; exercer outras atribuições correlatas determinadas pelo Diretor da Fazenda, após ouvido o Prefeito Municipal; realizar ou orientar coleta de preços de materiais que possam ser adquiridos sem licitação pública; efetuar ou orientar o recebimento, conferência, armazenamento e conservação de materiais e outros suprimentos; manter atualizados os registros de estoque; fazer ou orientar levantamento de bens patrimoniais; realizar trabalhos datilografados/digitados; preencher e manter sob guarda ficha funcional, cadastro e demais anotações correlatas inerentes à situação funcional do agente público, assim como as informações necessárias e obrigatórias relativas aos concursos públicos, disponibilizando cópia quando solicitado; gerar, executar e enviar arquivos e informações relativas ao quadro de pessoal para os demais órgãos da Administração; controlar margem consignável para empréstimos pessoais dos agentes públicos; elaborar e emitir declarações, carta de apresentação e certidões, quando solicitado; verificar e alterar, quando necessário, os relógios ponto dos diversos órgãos do Município; coordenar, vistoriar e acompanhar a execução de obras de qualquer natureza realizadas no âmbito do Município; elaborar e executar programas, treinamentos, palestras, visando a orientação para acompanhamento às famílias; coordenar e gerenciar os recursos e funcionários; organizar eventos; executar outras tarefas afins; respeitadas as atribuições correlatas ao órgão em que estiver lotado.

13 - Auxiliar Administrativo

Redigir a correspondência e documentos de rotina, observando os padrões estabelecidos de forma e estilo para assegurar o funcionamento do sistema de comunicação interna e externa; redigir portarias, ordens de serviços, editais e demais atos administrativos de natureza simples, seguindo modelos específicos; estudar e informar processo simples, dentro de orientações gerais; recepcionar as pessoas que se dirigem ao seu setor, tomando ciência dos assuntos a serem tratados, para encaminhá-las ao local conveniente ou prestar-lhes as informações desejadas; conferir, anotar e informar expediente que exija discernimento e capacidade crítica e analítica; registrar a tramitação de papéis e fiscalizar o cumprimento das normas referente a protocolo; elaborar quadros, tabelas e mapas estatísticos; marcar entrevistas e reuniões, de acordo com instruções recebidas; assistir reuniões e, quando solicitado, elaborar as respectivas atas; transmitir e encaminhar ordens e avisos; ler, selecionar, registrar e arquivar, quando for o caso, documentos e publicações de interesse da unidade administrativa onde exerce as funções; registrar, sob supervisão, os processos, petições e documentos diversos, segundo normas pré-estabelecidas (ordem cronológica, numérica, por assunto e outros); localizar documentos de plantas arquivadas, para serem juntadas em processos ou atender a solicitações; registrar a frequência do pessoal, fazer anotações nas folhas de ponto e preparar relação mensal de faltas, encaminhando informações à chefia; fazer e atender às chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados e dados de rotina, para obter ou fornecer informações; fazer requisições de material de escritório, registro e distribuição de expedientes e outras tarefas correlatas, seguindo os processos de rotina e seu próprio critério, para cumprir e agilizar os serviços de seu setor em colaboração com a chefia; executar e colaborar com os trabalhos técnicos e/ou administrativos relativos a projetos e atividades; anotar na ficha do servidor, as ocorrências funcionais, a fim de manter atualizado o cadastro de pessoal; elaborar boletins cadastrais, conferir dados cadastrais levantados no campo, calcular áreas e executar outras tarefas auxiliares aos cadastros imobiliários; examinar a exatidão de documentos, conferindo, efetuando registros, observando prazos, datas, posições financeiras, informando sobre o andamento do assunto pendente, e quando autorizado pela chefia, adotar providências de interesse da Prefeitura; auxiliar na realização de estudos de simplificação de tarefas administrativas, executando levantamento de dados, tabulando e desenvolvendo estudos organizacionais; coordenar a preparação de publicações e documentos para arquivo,

selecionando os papéis administrativos que periodicamente se destinem a incineração, de acordo com as normas que regem a matéria; organizar o cadastramento de fornecedores e transmitir informações sobre sua idoneidade, quando for o caso; despachar o material solicitado pelas unidades da Prefeitura através de requisições específicas autorizadas pelas chefias; colecionar as requisições de materiais despachados e a documentação do material recebido, a fim de remetê-las, diariamente, as unidades competentes; colaborar nos estudos para a racionalização do abastecimento de material nas unidades da Prefeitura e manter registros do consumo de cada espécie; executar atividades próprias de departamento de pessoal, calculando folha de pagamento, efetuando registros, preenchendo guias e demais documentos afins; fazer cálculos de indenizações, concessão de vantagens e outros, relativos à movimentação de pessoal; auxiliar no pagamento dos servidores municipais, mantendo atualizadas as fichas, verificando a exatidão dos contracheques, bem como das informações nos processos de diferenças de vencimentos; registrar e manter atualizado o registro de todas as atividades de treinamento, recrutamento e seleção; preparar escalas de trabalho, de férias e folgas de funcionários, baseando-se na legislação pertinente e na orientação de superiores, para atender aos interesses da administração e dos servidores; colaborar na organização e na escrituração dos recursos financeiros e patrimoniais da unidade a que serve; executar trabalhos relativos à administração de material e patrimônio, realizando levantamento e fixando plaquetas, para propiciar o efetivo controle dos bens existentes; executar medidas de proteção ao patrimônio, organizando, controlando e identificando móveis, equipamentos e demais bens existentes, para assegurar o seu perfeito controle; realizar levantamento do estoque de material existente, examinando registros efetuados, para proceder, caso necessário, à sua reposição; realizar as tarefas referentes à secretaria escolar; fazer inscrições para cursos e concursos, seguindo instruções impressas, conferindo a documentação recebida e transmitindo instruções; executar trabalhos auxiliares relativos ao controle interno de tributos municipais; operar e manter em perfeito funcionamento máquinas reprográficas, autenticadoras, calculadoras, datilográficas, computadores, e outras; supervisionar a limpeza e conservação das dependências da unidade em que exerce suas atribuições; zelar pelo equipamento sob sua guarda, comunicando à chefia, imediata, a necessidade de consertos e reparos; colecionar leis, decretos e outros atos normativos de interesse da repartição; receber, classificar, fichar, guardar e conservar processos, livros e demais documentos, seguindo normas e códigos pré-estabelecidos; verificar as necessidades de material da unidade administrativa em que serve e preencher ou solicitar preenchimento de requisições, quando necessário; receber material dos fornecedores e conferir as suas especificações no que se refere à qualidade, com os documentos de entrega; fazer a escrituração dos controles de material e manter atualizados os controles de estoque; emitir a relação de estoque para inventários de material; levantar dados sobre consumo de material; conferir e anotar as ocorrências funcionais nas fichas próprias, zelando por sua atualização; elaborar, nos prazos regulamentares, a documentação necessária para os recolhimentos relativos aos encargos sociais da Prefeitura; controlar os prazos de vencimentos dos salários-família; preparar editais de concurso; elaborar, sob orientação, gráficos, mapas e quadros demonstrativos das atividades de recrutamento e treinamento; executar atividades de tributação, tesouraria, arrecadação, fiscalização e outras de cunho fazendário; elaborar Notas de Empenho, processando o empenho prévio com base nos documentos fiscais; conferir os documentos de suporte, verificando a sua exatidão e veracidade, recusando os que contenham imprecisões, impropriedades, rasuras e outras deficiências; elaborar folhas de pagamento; elaborar escalas de serviços da unidade, coordenando a execução das rotinas diárias; extrair empenho de despesas; fazer cálculos e operações de caráter financeiro; emitir notificações de lançamentos de impostos e registrar pagamento, isenção e perdão destes; fazer levantamento de débitos de contribuintes; preencher mapas de arrecadação de impostos; escriturar créditos, sob supervisão, e fazer cálculos relativos a contas correntes e fichas financeiras; realizar ou orientar coleta de preços de materiais que possam ser adquiridos sem concorrência; operar com terminais eletrônicos e equipamentos de microfilmagem; elaborar boletins de caixa, promovendo conciliações bancárias, conferir os saldos financeiros existentes em conta corrente e caixa, providenciando e arquivando os documentos comprobatórios na forma regulamentar; fazer acompanhamento dos saldos existentes nas dotações orçamentárias, informando ao contabilista sobre a necessidade de suplementações orçamentárias; controlar a concessão de adiantamentos e das respectivas prestações de contas; controlar a concessão de recursos antecipados, convênios, subvenções e as respectivas prestações de contas; executar as atividades rotineiras de contabilidade pública, efetuando os registros necessários e exigidos por lei ou regulamento; colaborar nas diferentes fases de elaboração e execução do orçamento, compilando informações, conciliando dados e acompanhando seu desenvolvimento, para assegurar o correto emprego dos recursos, bem como sua eficiente utilização; executar e acompanhar sistemas e métodos de racionalização e operacionalização dos serviços públicos; executar outras tarefas afins.

14 - Cuidador

Atender aos usuários, em suas especificidades, buscando zelar por sua integridade física, priorizando desenvolvimento físico, intelectual, emocional, oportunizando desta forma o acesso à educação, cultura, recreação, e atividades lúdicas numa visão de educação integral; atender, recebendo-os nos espaços institucionais, colaborando na distribuição das refeições; planejar e desenvolver atividades pedagógicas em oficinas de recreação, lazer, artes e apoio, proporcionando momentos de interação e socialização; resgatar a auto-estima dos usuários deixados aos seus cuidados; motivar mudanças de vida e comportamento; desenvolver habilidades e aptidões; aconselhar; desenvolver atividades em grupo; desenvolver projetos internos junto aos usuários; construir hábitos; trabalhar de forma inclusiva socializando os portadores de necessidades especiais; observar alterações físicas e comportamentais; agir sempre de modo preventivo; demonstrar em atitudes, sensibilidade e paciência; perceber carências afetivas e buscar supri-las; obedecer normas e estatutos; qualificar-se por meio de encontros, palestras, cursos, seminários; dominar noções básicas de saúde; denunciar situações de risco que envolvam pessoas em estado de vulnerabilidade; dominar noções de concepções pedagógicas que possibilitam planejamento de atividades em recreação, artes, atividades lúdicas e apoio escolar, numa visão de educação integral, entre outros.

15 - Cuidador Escolar

Atuar nas unidades de ensino entre outras dependências de prédios e veículos com crianças e adolescentes; Realizar tarefas de cuidar, monitorar e educar as crianças, oportunizando o desenvolvimento das mesmas, atendendo questões específicas relativas aos cuidados; Garantir a segurança das crianças e adolescentes; Proceder e orientar as crianças e adolescentes no que se refere à higiene pessoal, atendendo a faixa etária de atuação; Acompanhar crianças e adolescentes em suas atividades educacionais como passeios, visitas, festas, ônibus; Participar de reuniões administrativas, seminários, encontros, palestras, sessões de estudos e eventos relacionados com a educação; Executar outras tarefas pertinentes que lhe forem delegadas ou correlatas ao cargo de Cuidador Escolar; Atender as necessidades das escolas e Centros de Educação Infantil (CMEI), colocando-se a disposição da equipe gestora, para atuar nas diferentes salas de aula em que sua presença se faça necessária; Responsabilizar-se pelas crianças no período correspondente ao seu turno de trabalho com assiduidade e comprometimento com o horário que lhe foi estabelecido.

ANEXO V - REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

_____ inscrito (a) no Concurso Público N.º 01/2016 do Município de Três Barras, inscrição n.º _____, concorrendo ao cargo de _____, CPF n.º _____ portador do documento de identidade n.º _____, residente e domiciliado na _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da Taxa de Inscrição, conforme Item 4 deste Edital:

(Assinale a sua opção)

1) () DOADOR DE SANGUE

Anexar: Identificação de Doador (Cartão) e comprovante de no mínimo 3 (três) doações nos últimos 12 meses;

2) () HIPOSUFISSIÊNCIA

Anexar: Fotocópia do comprovante de renda (contracheque) ou declaração escrita de que se encontre desempregado acompanhado de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social - CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho, e apresentar cópia do número de Identificação Social ☐ NIS atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal, bem como, informando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n.º. 6.135, de 2007.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Três Barras/SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do (a) Candidato (a)

ANEXO VI - FORMULÁRIO DE RECURSO DE QUESTÃO (GABARITO)

À

Comissão do Concurso Público n.º 01/2016

TRÊS BARRAS/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

Número da Questão: _____.

Transcrição completa da questão, inclusive com as alternativas A à D:

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

Referências Bibliográficas (conforme norma ABNT 6023):

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)

ANEXO VII - FORMULÁRIO DE RECURSOS DIVERSOS

À

Comissão do Concurso Público n.º 01/2016

TRÊS BARRAS/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

Tipo de Recurso:

| | |
|--------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | Cancelamento de Inscrição |
| <input type="checkbox"/> | Indeferimento de Isenção da Taxa de Inscrição |
| <input type="checkbox"/> | Resultado Parcial <input type="checkbox"/> Classificação |
| <input type="checkbox"/> | Resultado Final - Classificação |
| <input type="checkbox"/> | Resultado da Prova Prática |
| <input type="checkbox"/> | Itens do Edital |
| <input type="checkbox"/> | Outros (especificar): |

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

| |
|--|
| |
| |
| |

[illegible]

| Ordem | Instituição | Cidade/UF | Ano de Conclusão |
|-------|-------------|-----------|------------------|
| | | | |

| Ordem | Instituição | Cidade/UF | Ano de Conclusão |
|-------|-------------|-----------|------------------|
| | | | |

| Ordem | Instituição | Cidade/UF | Ano de Conclusão |
|-------|-------------|-----------|------------------|
| | | | |

| Ordem | Instituição | Cidade/UF | Carga Horária | Ano de Conclusão |
|-------|-------------|-----------|---------------|------------------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

CLASSIFICAÇÃO FINAL - CARGOS DO ITEM 1.3.4 - 12/02/2016



Estado de Santa Catarina
Município de Três Barras
Concurso Público n.º 02/2015



CLASSIFICAÇÃO FINAL - CARGOS DO ITEM 1.3.4 - 12/02/2016

| Cargo: 21 - Condutor | | | | | | | | | | | | |
|----------------------|-----------|-------------------------------|----------------|------------|------|------|------|------|------|---------------|------------|--|
| Classificação | Inscrição | Candidato | CPF | DN | AV01 | AV02 | AV03 | AV04 | AV05 | Prova Prática | NOTA FINAL | |
| 1 | 936 | ADRIANO TANANUSKA | 988.218.909-10 | 22/04/1978 | 3 | 5 | NA | 9 | 16 | 9,75 | 9,13 | |
| 2 | 20 | HÉLIO BALAK | 024.591.709-80 | 22/02/1978 | 3 | 5 | NA | 4 | 16 | 10,00 | 8,88 | |
| 3 | 89 | LIRIO ODELLI | 310.794.409-25 | 13/06/1959 | 4 | 3 | NA | 8 | 15 | 9,75 | 8,85 | |
| 4 | 282 | JOÃO FRANCISCO CANANI JUNIOR | 029.319.679-63 | 25/12/1979 | 2 | 5 | NA | 6 | 12 | 10,00 | 8,48 | |
| 5 | 161 | ERNANE HENRIQUE | 506.066.469-49 | 18/12/1963 | 2 | 2 | NA | 7 | 13 | 10,00 | 8,44 | |
| 6 | 479 | ARISTIDES ATAÍDES KACZOROWSKI | 713.060.219-87 | 15/08/1973 | 3 | 4 | NA | 7 | 11 | 10,00 | 8,44 | |
| 7 | 79 | ELIZIO DANIEL KESSIN | 045.040.419-60 | 08/07/1981 | 2 | 5 | NA | 2 | 14 | 10,00 | 8,40 | |
| 8 | 204 | ANDRÉ LEONIDES KESSIN | 053.662.189-69 | 24/10/1984 | 3 | 3 | NA | 5 | 12 | 10,00 | 8,32 | |
| 9 | 78 | SEDIVAL MELLO DE ARAUJO | 684.526.169-53 | 11/12/1974 | 2 | 4 | NA | 5 | 12 | 10,00 | 8,32 | |
| 10 | 76 | VITOR IVANINSKI DOS SANTOS | 936.916.029-91 | 01/05/1975 | 4 | 3 | NA | 6 | 14 | 9,00 | 8,12 | |
| 11 | 184 | ELCIO JEAN ODELLI | 073.709.599-70 | 06/12/1989 | 2 | 4 | NA | 8 | 17 | 8,25 | 8,11 | |
| 12 | 192 | EDENILSON CARLIN DO PRADO | 051.780.689-47 | 13/03/1984 | 2 | 2 | NA | 4 | 13 | 9,75 | 8,05 | |
| 13 | 72 | ANTONIO REINALDO WELK | 845.889.859-49 | 22/06/1970 | 2 | 5 | NA | 4 | 11 | 9,75 | 8,05 | |
| 14 | 709 | RAPHAEL ANTONIO FURTADO | 040.735.679-77 | 27/03/1983 | 2 | 4 | NA | 6 | 14 | 9,00 | 8,04 | |
| 15 | 116 | ANTONIO MARTINHO PEDRO | 713.055.219-00 | 14/01/1971 | 1 | 3 | NA | 6 | 10 | 10,00 | 8,00 | |
| 16 | 928 | ANDERSON RIBEIRO KARVAT | 057.673.599-03 | 29/01/1988 | 2 | 5 | NA | 6 | 13 | 8,75 | 7,85 | |
| 17 | 193 | MARCIO ADRIANO BROZOSKI | 936.926.339-04 | 04/01/1977 | 1 | 3 | NA | 2 | 13 | 8,75 | 7,29 | |
| 18 | 599 | EDERSON LEPINSKI GRITTEN | 034.426.399-13 | 29/05/1981 | 2 | 4 | NA | 6 | 9 | 8,75 | 7,29 | |
| 19 | 167 | OSMAR PEDRO BARBOZA | 682.746.459-87 | 09/02/1967 | 3 | 1 | NA | 8 | 13 | 7,75 | 7,17 | |
| 20 | 242 | MARCIO KICHILESKI | 042.960.349-52 | 30/07/1985 | 1 | 4 | NA | 9 | 14 | 7,25 | 7,15 | |
| 21 | 74 | ODIVAL GODOY | 575.431.949-53 | 27/09/1965 | 4 | 5 | NA | 5 | 10 | 8,00 | 7,12 | |
| 22 | 790 | CLEBERSON FERREIRA | 010.571.969-24 | 17/11/1987 | 3 | 4 | NA | 5 | 12 | 7,75 | 7,05 | |
| 23 | 941 | EDUARDO LEANDRO MAISTROVICZ | 055.518.069-79 | 12/05/1986 | 2 | 2 | NA | 6 | 11 | 7,50 | 6,62 | |
| 24 | 219 | EDNÉIA DE FATIMA LUIZ | 062.523.029-96 | 24/02/1990 | 3 | 4 | NA | 5 | 14 | 6,25 | 6,39 | |
| 25 | 952 | RODRIGO ORTELA DE SOUSA | 076.188.459-99 | 21/12/1989 | 3 | 3 | NA | 3 | 13 | 6,50 | 6,18 | |

NUBES Concursos

Data de Geração: 12/02/2016 13:24 - Folha: 1 de 2

| | | | | | | | | | | | |
|----|-----|------------------------------|----------------|------------|---|---|----|---|----|------|------|
| 26 | 154 | SILVIO DE CARVALHO | 951.911.869-15 | 15/01/1971 | 1 | 5 | NA | 5 | 14 | 5,50 | 5,86 |
| 27 | 11 | DOUGLAS LEIMAR WENDT | 016.591.779-28 | 13/04/1975 | 2 | 4 | NA | 6 | 12 | 5,75 | 5,85 |
| 28 | 259 | DOUGLAS DA SILVA | 701.786.409-30 | 05/11/1972 | 2 | 2 | NA | 5 | 13 | 5,50 | 5,58 |
| 29 | 407 | JOSUE MARTINHO PEDRO | 082.333.559-33 | 19/01/1993 | 3 | 4 | NA | 4 | 12 | 5,00 | 5,32 |
| 30 | 102 | JULIANO CARLOS RIBEIRO HAUTH | 058.961.649-80 | 08/11/1991 | 3 | 3 | NA | 6 | 9 | 5,00 | 5,04 |

Cargo: 22 - Operador de Motoniveladora

| Classificação | Inscrição | Candidato | CPF | DN | AV01 | AV02 | AV03 | AV04 | AV05 | Prova Prática | NOTA FINAL |
|---------------|-----------|---------------------------|----------------|------------|------|------|------|------|------|---------------|------------|
| 1 | 813 | EDER JOSÉ DUBIEL | 005.501.799-17 | 25/03/1982 | 3 | 4 | NA | 5 | 11 | 8,00 | 7,08 |
| 2 | 797 | ALMIR ADUR | 008.026.539-10 | 13/08/1981 | 2 | 4 | NA | 9 | 12 | 7,00 | 6,84 |
| 3 | 434 | UBIRATAN BEZERRA DE SOUZA | 988.679.899-87 | 10/05/1975 | 2 | 5 | NA | 7 | 14 | 5,00 | 5,80 |

Cargo: 23 - Operador de Retroescavadeira

| Classificação | Inscrição | Candidato | CPF | DN | AV01 | AV02 | AV03 | AV04 | AV05 | Prova Prática | NOTA FINAL |
|---------------|-----------|-----------------------------|----------------|------------|------|------|------|------|------|---------------|------------|
| 1 | 15 | REGINALDO TEODORO DUBIELA | 022.319.459-08 | 28/10/1976 | 1 | 5 | NA | 3 | 14 | 10,00 | 8,40 |
| 2 | 489 | SAMUEL CUSTÓDIO DE OLIVEIRA | 024.086.119-11 | 11/04/1980 | 2 | 5 | NA | 3 | 13 | 5,00 | 5,36 |

Cargo: 24 - Operador de Escavadeira Hidráulica

| Classificação | Inscrição | Candidato | CPF | DN | AV01 | AV02 | AV03 | AV04 | AV05 | Prova Prática | NOTA FINAL |
|---------------|-----------|----------------------------|----------------|------------|------|------|------|------|------|---------------|------------|
| 1 | 835 | SAMIR ADUR | 075.562.379-74 | 26/10/1990 | 2 | 2 | NA | 8 | 11 | 10,00 | 8,28 |
| 2 | 235 | SANDRO MAZOROVICZ | 047.761.779-43 | 28/06/1984 | 1 | 5 | NA | 5 | 13 | 7,00 | 6,64 |
| 3 | 250 | MARCIONEI GROSSL | 072.944.159-86 | 08/12/1990 | 1 | 5 | NA | 6 | 10 | 6,50 | 6,06 |
| 4 | 864 | EDEMILSON JOSE DE OLIVEIRA | 008.450.049-21 | 02/11/1984 | 2 | 5 | NA | 6 | 10 | 6,00 | 5,84 |
| 5 | 890 | LUIS CEZAR LOPES | 004.769.689-33 | 10/10/1982 | 2 | 4 | NA | 7 | 13 | 5,00 | 5,60 |

Legenda:
DN - DATA DE NASCIMENTO
NA - NÃO SE APLICA
NC - NÃO CLASSIFICADO (NOTA INFERIOR A 5,00 NA MÉDIA OU PROVA PRÁTICA)
FPP - FALTOU NA PROVA PRÁTICA
AV01 - LÍNGUA PORTUGUESA
AV02 - MATEMÁTICA
AV03 - INFORMÁTICA BÁSICA
AV04 - CONHECIMENTOS GERAIS
AV05 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Trombudo Central

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016.

Data: 24/02/2016.

Objeto: Locação de imóvel comercial, localizado na Avenida Arthur Müller, nº 290, bairro Botafogo, com área construída de 218,93 m², com a finalidade de abrigar a sede da Câmara Municipal de Trombudo Central.

Valor total: R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais).

Contratada: Fabio Müller & Cia Ltda. – ME

Embasamento Legal: Artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/1993, e demais alterações.

Trombudo Central, em 24 de fevereiro de 2016.

Geovana Gessner

Presidente do Legislativo.

Tunápolis

PREFEITURA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2014 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 05/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE A EMPRESA GENTE SEGURADORA S.A

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 05/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE A EMPRESA GENTE SEGURADORA S.A

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de Tunapolis/SC CGC/MF nº 12.273.240/0001-49, com sede á Rua João Castilho nº 111, nesta cidade de Tunápolis – SC, representada neste ato pelo Administrador do Fundo Municipal de Saúde, Exmo. Sr. Bruno José Heberle, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha São Pedro interior deste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 626.965.569-20 doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa GENTE SEGURADORA S.A estabelecida na Avenida Carlos Gomes, na cidade e Município de Porto Alegre, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, representada neste ato pela representante legal Sra. Eliane Zanotto, brasileira, portador do CPF n. 018.478.529-47 e CI n. 3.106.514, residente e domiciliado na cidade e Município de São Miguel Do Oeste, e doravante denominado CONTRATADA resolvem celebrar o presente, para contratação de seguros para veículos do Fundo Municipal de Saúde, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial de nº04/2014 de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais.

Cláusula Primeira PRAZO E VALOR:

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57.

O prazo Contratual fica prorrogado para todo o exercício financeiro de 2016.

Os valores constantes nos itens abaixo não sofreram alterações, permanecendo assim o valor do contrato original.

| Item | Veiculo | Valor Máximo |
|------|---|--------------|
| 002 | Seguro. Fiat Doblo HLX 1.8 Flex 5 passageiros; casco: 100% FIPE; Franquia normal 1; danos materiais R\$ 200.000,00; danos corporais R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00; APO Morte/Invalidez Por ocupante R\$ 30.000,00; Despesas Médicas Hospitalares Por ocupante R\$ 10.000,00; vidros básicos; guincho 550km. | 890,00 |
| 004 | Seguro Renault Logan Sedan Aut. 1.0 05 passageiros; casco: 100% FIPE; Franquia normal 1; danos materiais R\$ 200.000,00; danos corporais R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00; APO Morte/Invalidez Por ocupante R\$ 30.000,00; Despesas Médicas Hospitalares Por ocupante R\$ 10.000,00; vidros completos; guincho 550km; carro reserva 7 dias; | 690,00 |
| 005 | Peugeot 206 Hatch Sensation 1.4 Flex 05 passageiros

Seguro Peugeot 206 Hatch Sensation 1.4 Flex 05 passageiros; casco: 100% FIPE; Franquia normal 1; danos materiais R\$ 200.000,00; danos corporais R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00; APO Morte/Invalidez Por ocupante R\$ 30.000,00; Despesas Médicas Hospitalares Por ocupante R\$ 10.000,00; vidros completos; guincho 550km; carro reserva 7 dias; | 690,00 |
| 008 | Fiat UNO Mille 1.0 FIRE FLEX 5 passageiros
Seguro Fiat UNO Mille 1.0 FIRE FLEX 5 passageiros; casco: 100% FIPE; Franquia normal 1; danos materiais R\$ 200.000,00; danos corporais R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00; APO Morte/Invalidez Por ocupante R\$ 30.000,00; Despesas Médicas Hospitalares Por ocupante R\$ 10.000,00; vidros completos; guincho 550km; carro reserva 7 dias; | 690,00 |

Cláusula Segunda As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 02 de fevereiro de 2016

Bruno Jose Heberle
Gestor do Fundo

GENTE SEGURADORA SA
Contratada

Testemunhas: 1) _____
Cleverson Inácio Kerkoff
CPF: 918.368.409-34

2) _____
Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 33/2016**CONTRATO Nº 33/2016**

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa AUTO MECÂNICA GRIEBELER LTDA- ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente estabelecida na Rua Cararo, 190, Centro, no Município de Tunápolis, SC, inscrito no CNPJ sob o número 72.378.052-0001-07, considerado doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 21/2016 e Pregão presencial nº 15/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO :

1.1 O objeto do presente contrato consiste na PEÇAS ORIGINAIS E FORNECIMENTO DA RESPECTIVA MÃO DE OBRA PARA O CONserto DA RETROESCAVADEIRA 4CX JCB, DO DMER.

| item | qtd. | uni | descrição | preço unit
r\$ | preço total
r\$ |
|------|------|------|---|-------------------|--------------------|
| | | | Peças para conserto da Retroescavadeira 4cx JCB | | |
| 1 | 1 | unid | compressor de ar condicionado | 2.448,00 | 2.450,00 |
| 2 | 1 | unid | flushing sistema de ar condicionado | 180,00 | 180,00 |
| 3 | 1 | unid | carga de gás | 180,00 | 180,00 |
| 4 | 1 | unid | óleo compressor | 60,00 | 60,00 |
| 5 | 1 | unid | filtro secador | 189,00 | 189,00 |
| | | | Total geral das peças | | 3.059,00 |
| | | | mão de obra para conserto da Retroescavadeira 4cx JCB | | |
| 6 | 1 | serv | mão de obra com ar condicionado | | 350,00 |
| | | | Total geral das peças e mão de obra | | 3.407,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1 A contratante pagará a contratada o preço de R\$ 3.407,00(três mil quatrocentos e sete reais), declarados na ata do processo de licitação nº 21/2016.

2.2 O pagamento será efetuado em até 10(dez) dias após apresentação da nota fiscal.

2.3 As faturas somente serão processadas após o conhecimento e liberação das mesmas pela fiscalização do Contratante.

2.4 Os preços contratados não terão reajuste.

2.5 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 As PEÇAS ORIGINAIS E FORNECIMENTO DA RESPECTIVA MÃO DE OBRA PARA O CONserto DA RETROESCAVADEIRA 4CX JCB, deverão ser entregues e executados de forma imediata, na oficina mecânica do Município de Tunápolis, estabelecida na Rua 25 de julho, Centro, devendo ocorrer em até 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento. Todos os custos com transporte até a oficina mecânica, alimentação e outros custos adicionais serão por conta do licitante vencedor.

3.2 A Licitante contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, as peças ou os serviços que vierem a ser recusados sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

3.3. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade das peças obrigando-se a repor aquela que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

3.4 Sempre que a garantia estabelecida pelo fabricante for superior ao prazo mencionado no anexo VI, do edital, esta prevalecerá.

3.5 Serão de exclusiva responsabilidade da Licitante contratada as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal para efetuar a entrega e execução da mão de obra da máquina RETROESCAVADEIRA 4CX JCB; bem como as despesas com frete, seguro, impostos, e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto ora licitado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 O Município obriga-se utilizar as peças e serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 O Contratado obriga-se fornecer as peças e os serviços contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 21/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Envidar todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, prestando toda a assistência técnica necessária ao andamento conveniente dos trabalhos, para a perfeita execução e completo andamento dos serviços;

5.3 Compromete-se em fornecer os objetos deste contrato de boa qualidade e dentro do prazo contratado;

5.4 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.5 Fica estabelecido a obrigação de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

5.6 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (106) do Município de Tunápolis, do de ano de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGENCIA

7.1 O Presente contrato tem sua vigência até dia 31.12.2016 iniciando-se após assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III – declaração de inidoneidade;

IV – multa de 05% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 15 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

Auto Mecânica Griebeler Ltda
Contratada

Testemunhas: 1) _____
Cleverson Inácio Kerkoff
CPF: 918.368.409-34

2) _____
Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 108/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015 ANEXO VI ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 108/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, para o exercício financeiro de 2016.

Aos 23 dias do mês de dezembro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222.

| Item | Especificações do objeto | unit | Qtda | Preço máximo admitido R\$ |
|------|--------------------------|------|-----------|---------------------------|
| 2 | Óleo Diesel S 500 | LT | 420.00,00 | 2,89 |

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 108/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2016.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, localizada no perímetro urbano do Município de TUNÁPOLIS, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2016.

6.2 – As retiradas dos produtos somente poderão ser efetuadas mediante requisição do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo abastecido, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador / motorista do veículo abastecido.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da Ata de Registro de Preços, pré agendada para o dia 04/01/2016 podendo ser válida até doze meses após a homologação.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até 31/12/2016.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2. A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME
Fornecedor Registrado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 108/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015 ANEXO VI ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO DE COMPRA Nº: 138/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 108/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 138/2015

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, para o exercício financeiro de 2016.

Aos 23 dias do mês de dezembro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 138/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos combustíveis constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor Auto Posto Canarinho Ltda EPP, inscrito sob o CNPJ n.º 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis/SC, telefone: (49) 36321108.

| Item | Especificações do objeto | unit | Qtda | Preço unit R\$ |
|------|--------------------------|------|-----------|----------------|
| 1 | Gasolina Comum | LT | 50.000,00 | 3,76 |
| 3 | Óleo Diesel S 10 | LT | 62.000,00 | 3,01 |
| 4 | Álcool Etanol | LT | 6.000,00 | 2,99 |

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 138/2015.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 108/2015.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2.4 O objeto deste Edital, os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, localizada no perímetro urbano da sede do Município, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2016.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O valor do preço unitário do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS:

6.1 Os combustíveis, deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, localizada no perímetro urbano do Município de TUNÁPOLIS, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos apresentado ou em vasilhame para transporte até obras específicas, durante todo o ano de 2016.

6.2 – As retiradas dos produtos somente poderão ser efetuadas mediante requisição do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo abastecido, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador / motorista do veículo abastecido.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da Ata de Registro de Preços, pré agendada para o dia 04/01/2016 podendo ser válida até doze meses após a homologação.

7.2. Esta Ata tem seu prazo de validade até 31/12/2016.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 5 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

8.2. A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Auto Posto Canarinho Ltda EPP
Canisio Thomas
Fornecedor Registrado

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2014 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 06/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 06/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

Pelo presente termo, o Fundo Municipal de Saúde de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, através de seu Gestor Sr. Bruno José Heberle, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha São Pedro interior deste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 626.965.569-20 doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS estabelecida na Avenida Rio Branco, na cidade e Município de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 61.198.164/0001-60, representada neste ato pelo representante legal Sr. Hugo Guilherme Weber, brasileiro, portador do CPF n. 386.540.599-15 e CI n. 822518, residente e domiciliado na cidade e Município de Descanso/SC, resolvem aditiva o contrato que tem por objeto a "contratação de seguros para veículos do Fundo Municipal da saúde de Tunápolis, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial de nº04/2014 de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

Cláusula Primeira PRAZO E VALOR:

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57 para igual período. Os valores constantes nos abaixo sofreram supressão, sem nenhum acréscimo.

| Item | Veiculo | Valor Máximo |
|------|--|--------------|
| 003 | Fiat Ducato Van Minibus 2.8 JTD 16 Passageiros | 2.430,00 |
| 009 | Voyage 1.6 | 880,00 |

Cláusula Segunda As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 02 de fevereiro de 2016.

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

PORTO SEGURO COMP. DE SEG. GERAIS
Contratada

Testemunhas:

1) _____
Cleverson Inácio Kerkoff
CPF: 918.368.409-34

2) _____
Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2014, 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 07/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE A EMPRESA MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 07/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE A EMPRESA MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de Tunápolis/SC CGC/MF nº 12.273.240/0001-49, com sede á Rua João Castilho nº 111, nesta cidade de Tunápolis – SC, representada neste ato pelo Administrador do Fundo Municipal de Saúde, Exmo. Sr. Bruno José Heberle, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha São Pedro interior deste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 626.965.569-20 doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. estabelecida na Avenida das Nações Unidas, na cidade e Município de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 61.074.175/0001-38, representada neste ato pelo representante legal Sr. Ricardo De Almeida, brasileiro, portador do CPF n. 046.872.159-20 e CI n. 8.633.3830, e doravante denominado CONTRATADA, resolvem aditiva o contrato que tem por objeto a “contratação de seguros para veículos do Fundo Municipal da Saúde, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial de nº04/2014 de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais.

Cláusula Primeira PRAZO E VALORES:

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, para igual período, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. Os valores constantes no item abaixo, não sofreram reajuste, permanecendo assim os valores originais do contrato.

| Item | Veiculo | Valor Máximo |
|------|---|--------------|
| 001 | Seguro. Renault Master Minibus 2.5 12 pass., Ano 2009/2010, Placa; casco: 100% FIPE; Franquia normal 1; danos materiais R\$ 200.000,00; danos corporais R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00; APO Morte/Invalidez Por ocupante R\$ 30.000,00; Despesas Médicas Hospitalares Por ocupante R\$ 10.000,00; vidros básicos; guincho 550km; valor Máximo R\$ 3.505,00 | 2.880,00 |
| 006 | Seguro Renault Kangoo Express 1.6 HI AMBULANCIA 3 passageiros; casco: 100% FIPE; Franquia normal 1; danos materiais R\$ 200.000,00; danos corporais R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00; APO Morte/Invalidez Por ocupante R\$ 30.000,00; Despesas Médicas Hospitalares Por ocupante R\$ 10.000,00; vidros básicos; guincho 550km; valor Máximo R\$ 3.700,00. | 2.950,00 |
| 007 | Seguro Renault Master Furgão Longo 2,5 AMBULANCIA 03 passageiros; casco: 100% FIPE; Franquia normal 1; danos materiais R\$ 200.000,00; danos corporais R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00; APO Morte/Invalidez Por ocupante R\$ 30.000,00; Despesas Médicas Hospitalares Por ocupante R\$ 10.000,00; vidros básicos; guincho 550km; valor Máximo R\$ 2.300,00. | 1.900,00 |
| | Total geral | 7.730,00 |

Cláusula Segunda As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 01 de fevereiro de 2016.

Bruno Jose Heberle
Gestor do Fundo

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
Contratada

Testemunhas:

1) _____
Cleverson Inácio Kerkoff
CPF: 918.368.409-34

2) _____
Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 04/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 04/2016

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRICANTE DESTINADO PARA AS MÁQUINAS PESADAS, ÔNIBUS, E VEÍCULOS de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos

constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2016, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município,, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 24/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para aquisição de ÓLEO LUBRIFICANTE, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para fornecer ÓLEO LUBRIFICANTE DESTINADO PARA AS MÁQUINAS PESADAS, ÔNIBUS, E VEÍCULOS constantes do Anexo I do edital licitatório n. 24/2016, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor-Auto Posto Canarinho Ltda EPP, inscrito sob o CNPJ n.º 83.523.407/0001-20, com sede na Rua Caaró, nº 110, centro, no Município de Tunápolis/SC, telefone: (49) 36321108, neste ato representado pelo Sr. Canisio Thomas-sócio administrador.

| Item | Especificações do objeto | unit | Qtda | Preço unit | Preço total |
|------|---|-------|-------|------------|-------------|
| 1 | Óleo Hidráulico 68 de companhia, balde 20 litros, para máquinas PESADAS. Marca: TEXACO | Bal | 50,00 | 189,45 | 9.472,50 |
| 2 | Óleo Hidráulico 15 x 40 para motor diesel alta viscosidade, balde com 20 litros, para máquinas PESADAS. Marca: TEXACO | Bal | 60,00 | 195,00 | 11.700,00 |
| 3 | Óleo lubrificante 10w40 SM semi sintético 1 litro.Marca: TEXACO | litro | 48,00 | 25,00 | 1.200,00 |
| 4 | Óleo lubrificante 5W30 SM sintético 1 litro.Marca: TEXACO | litro | 48,00 | 21,00 | 1.008,00 |
| 5 | Tambor de graxa MGL 12 com 170 Kg.Marca PETROBRAS | Tb | 1,00 | 2.117,00 | 2.117,00 |
| 6 | Óleo Arla 32, acondicionado em tambor de 200 litros. Marca PETROBRAS | Tb | 2,00 | 450,00 | 900,00 |
| | Total geral | | | | 26.397,50 |

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório n.º 24/2016.

2.2. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 18/2016.

2.3 O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DO PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS:

6.1 A entrega dos óleos lubrificantes deverão ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

6.2. Os óleos lubrificantes deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Garagem do DMER, situada na Rua 25 e julho, Centro no Município de Tunápolis, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de até o dia 31/12/2016, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 24/2016, que a originou.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

9. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

10. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Sc,. 19 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Canisio Thomas-sócio administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2016.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº: 01/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ao processo de licitação nº 15/2016.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório.

Aos 18 dias do mês de fevereiro de 2016, o Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240.0001-49, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 15/2016, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº.

8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: RODOMAX Comércio de Pneus, Lubrificantes e Acessórios Ltda-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 20.519.809/0001-31, fone (55) 35441041, e-mail comercial.rodomax@gmail.com, estabelecido na Avenida Pratos,376, sala 01, no Município de Novo Machado-Rio Grande do Sul.

| ITEM | Medicamento | Uni. | Quant. | R\$ Unit. |
|------|--|------|--------|-----------|
| 1 | PNEU NOVO 205X75 R 16 MARCA FALKEN R51 | UNID | 28 | 449,90 |
| 2 | PNEU NOVO 185X70 R 14, MARCA DUNLOP SP | UNID | 24 | 265,95 |
| 3 | PNEU NOVO 175X70 R 14 MARCA DUNLOP SP | UNID | 12 | 267,90 |
| 4 | PNEU NOVO 165X70 R 13 MARCA DUNLOP SP | UNID | 8 | 185,95 |
| 5 | PNEU NOVO 165X70 R 14, MARCA GOODYEAR | UNID | 8 | 294,95 |
| 6 | PNEU NOVO 185X65 R 15, MARCA DUNLOP SP | UNID | 8 | 313,90 |

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 – A entrega dos PNEUS licitados deverá ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE terá prazo de um ano para aquisição total dos produtos licitados. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

2.2 A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

2.5 Imediatamente após a entrega dos PNEUS, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

2.6 Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

2.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do Processo Licitatório nº 15/2016, que a originou.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7. DO PAGAMENTO:

7.1 – O pagamento dos PNEUS serão efetivados em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

7.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

7.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 18 de fevereiro de 2016.

Bruno José Heberle
GESTOR DO FUNDO

RODOMAX
Comércio de Pneus, Lubrificantes e Acessórios Ltda-ME

CONTRATO Nº 34/2016

CONTRATO Nº 34/2016

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa AUTO MECÂNICA JACARÉ LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.244.199-0001-72, estabelecida na Rodovia BR 282, Linha Limeira, Acesso Paraíso, no Município de São Miguel do Oeste-SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 21/2016 e Pregão presencial nº 15/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO :

1.1 O objeto do presente contrato consiste na PECAS ORIGINAIS PARA OS TRATORES DE ESTEIRAS D51(01), D51(02), DO DMER.

| Item | Qtd. | Uni | DESCRIÇÃO | Preço máximo Previs-
to R\$ | Preço Total |
|------|------|------|----------------------|--------------------------------|-------------|
| 1 | 50 | unid | 02090-11270 PARAFUSO | 4,80 | 240,00 |
| 2 | 50 | unid | 02290-11219 PORCA | 2,00 | 100,00 |

| | | | | | |
|---|---|------|----------------------------|--------|----------|
| 3 | 4 | unid | 12Y-72-11210 CANTO | 175,00 | 700,00 |
| 4 | 2 | unid | 12Y-72-11220 LÂMINA 5 FURO | 320,00 | 640,00 |
| 5 | 4 | unid | 12Y7211230 LÂMINA 6 FURO | 375,00 | 1.500,00 |
| | | | TOTAL DO LOTE I | | 3.180,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1 A contratante pagará a contratada o preço de R\$ 3.180,00(Três mil cento e oitenta reais) declarados em ata do Processo 21/2016.

2.2 O pagamento será efetuado em até 10(dez) dias após apresentação da nota fiscal.

2.3 As faturas somente serão processadas após o conhecimento e liberação das mesmas pela fiscalização do Contratante.

2.4 Os preços contratados não terão reajuste.

2.5 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 As peças, para os TRATORES DE ESTEIRAS D51(01), D51(02), deverão ser entregues na garagem do DMER, estabelecida na Rua 25 de julho, centro, devendo ocorrer em até 8(oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento. Todos os custos com transporte das peças até a Garagem do DMER será por conta e risco do Licitante Vencedor.

3.2 A Licitante contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, as peças ou os serviços que vierem a ser recusados sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

3.3. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade das peças obrigando-se a repor aquela que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

3.4 Sempre que a garantia estabelecida pelo fabricante for superior ao prazo mencionado no anexo VI, do edital, esta prevalecerá.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 O Município obriga-se utilizar as peças e serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 O Contratado obriga-se fornecer as peças e os serviços contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 21/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Envidar todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, prestando toda a assistência técnica necessária ao andamento conveniente dos trabalhos, para a perfeita execução e completo andamento dos serviços;

5.3 Compromete-se em fornecer os objetos deste contrato de boa qualidade e dentro do prazo contratado;

5.4 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.5 Fica estabelecido a obrigação de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

5.6 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (106) do Município de Tunápolis, do de ano de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGENCIA

7.1 O Presente contrato tem sua vigência até dia 31.12.2016 iniciando-se após assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da

Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III – declaração de inidoneidade;

IV – multa de 05% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 15 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

AUTO MECÂNICA JACARÉ LTDA-EPP

Prefeito Municipal

CONTRATADA.

CONTRATANTE

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 35.2016

CONTRATO Nº 35.2016

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa GL BOMBAS INJETORAS BELTRÃO LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 01.666.118/0001-16, estabelecida na Avenida Luiz A. Faedo, 1800, Bairro Industrial, no Município de Francisco Beltrão-PR, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 21/2016 e Pregão presencial nº 15/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO :

1.1 O objeto do presente contrato consiste na PEÇAS ORIGINAIS PARA O CONserto DO CAMINHÃO MGA 9864, CAMINHÃO MJK 2132, DO DMER.

| Item | Qtd. | Uni | DESCRIÇÃO | Preço máximo Previsto
R\$ | Preço Total |
|------|------|------|---|------------------------------|-------------|
| 1 | 1 | unid | COROA E PINHÃO | 2.973,76 | 2.973,76 |
| 2 | 1 | unid | CALÇO AJUSTE E JOGO DE ARRUELA | 99,13 | 99,13 |
| 3 | 1 | unid | ROLAMENTO PONTA DO PINHÃO | 198,25 | 198,25 |
| 4 | 16 | unid | PARAFUSO PLANETÁRIA | 9,91 | 158,60 |
| 5 | 1 | unid | RETENTOR PINHÃO | 198,25 | 198,25 |
| 6 | 1 | unid | COROA E PINHÃO CAMINHÃO MJK 2132 | 3.172,01 | 3.172,01 |
| | | | Total geral das peças para os caminhões | | 6.800,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1 A contratante pagará a contratada o preço de R\$ 6.800,00(seis mil e oitocentos reais) declarados na proposta vencedora do Processo de Licitação n. 21/2016.

2.2 O pagamento será efetuado em até 10(dez) dias após apresentação da nota fiscal.

2.3 As faturas somente serão processadas após o conhecimento e liberação das mesmas pela fiscalização do Contratante.

2.4 Os preços contratados não terão reajuste.

2.5 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 As peças, para o CAMINHÃO MGA 9864 e CAMINHÃO MJK 2132, deverão ser entregues na garagem do DMER, estabelecida na Rua 25 de julho, centro, devendo ocorrer em até 8 (oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento. Todos os custos com transporte das peças até a Garagem do DMER será por conta e risco do Licitante Vencedor.

3.2 A Licitante contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, as peças ou os serviços que vierem a ser recusados sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

3.3. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade das peças obrigando-se a repor aquela que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

3.4 Sempre que a garantia estabelecida pelo fabricante for superior ao prazo mencionado no anexo VI, do edital, esta prevalecerá.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 O Município obriga-se utilizar as peças e serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 O Contratado obriga-se fornecer as peças e os serviços contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 21/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Envidar todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, prestando toda a assistência técnica necessária ao andamento conveniente dos trabalhos, para a perfeita execução e completo andamento dos serviços;

5.3 Compromete-se em fornecer os objetos deste contrato de boa qualidade e dentro do prazo contratado;

5.4 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.5 Fica estabelecido a obrigação de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

5.6 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (106) do Município de Tunápolis, do de ano de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGENCIA

7.1 O Presente contrato tem sua vigência até dia 31.12.2016 iniciando-se após assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III – declaração de inidoneidade;

IV – multa de 05% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 15 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

GL BOMBAS INJETORAS BELTRÃO LTDA-EPP
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO DE COMPRA Nº: 40/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 35/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015 ANEXO V ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015.

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO DE COMPRA Nº: 40/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 35/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2015.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para a realização de exames laboratoriais, em pacientes deste município, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório.

Aos 04 dias do mês de janeiro de 2015, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 40/2015, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para a REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 A partir desta data fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso para a REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS constantes do Anexo I do edital licitatório, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor –HCL Laboratório Clínico Ltda – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.611.027/0001-74, estabelecida à Rua Albino Frantz, 148, Centro, no município de Tunápolis – SC, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Hilton Cezar Lamuor, inscrito no CPF nº 544.362.909-30.

| Item | Especificação Produto | Und | Qtidade | Marca | Vlr Un. R\$ | Vlr Total R\$ |
|------|--|-----|---------|-------|-------------|---------------|
| 1 | Análise de urina | Und | 1000 | | 3,70 | 3.700,00 |
| 2 | Antibiograma | Und | 150 | | 4,98 | 747,00 |
| 3 | Cultura de bactérias | Und | 300 | | 5,62 | 1.686,00 |
| 4 | Determinação de fator reumatóide | Und | 200 | | 2,83 | 566,00 |
| 5 | Determinação de tempo de coagulação | Und | 100 | | 2,73 | 273,00 |
| 6 | Tempo e atividade da protrombina (TAP) | Und | 350 | | 2,73 | 955,50 |
| 7 | Velocidade de hemossedimentação (VHS) | Und | 300 | | 2,73 | 819,00 |
| 8 | Determinação de grupos ABO | Und | 50 | | 1,37 | 68,50 |
| 9 | Fator RH | Und | 50 | | 1,37 | 68,50 |
| 10 | Tempo de tromboplastina ativada (KTP) | Und | 450 | | 5,77 | 2.596,50 |
| 11 | Dosagem de ácido úrico | Und | 300 | | 1,85 | 555,00 |
| 12 | PSA total e livre | Und | 600 | | 18,59 | 11.154,00 |
| 13 | Dosagem de bilirrubinas totais e frações | Und | 150 | | 2,01 | 301,50 |
| 14 | Dosagem de colesterol total | Und | 2500 | | 1,85 | 4.625,00 |
| 15 | Dosagem de colesterol HDL | Und | 2500 | | 3,51 | 8.775,00 |
| 16 | Dosagem de colesterol LDL | Und | 2500 | | 3,51 | 8.775,00 |

| | | | | | | |
|-------------|--|-----|------|--|-------|------------|
| 17 | Creatinina | Und | 2500 | | 1,85 | 4.625,00 |
| 18 | Dosagem de fosfatase alcalina | Und | 100 | | 2,01 | 201,00 |
| 19 | Dosagem de glicose | Und | 2500 | | 1,85 | 4.625,00 |
| 20 | Beta HCG | Und | 50 | | 7,85 | 392,50 |
| 21 | Dosagem de proteína c reativa (PCR) | Und | 100 | | 2,83 | 283,00 |
| 22 | Dosagem de triglicerídeos | Und | 2500 | | 3,51 | 8.775,00 |
| 23 | Dosagem de uréia | Und | 2000 | | 1,85 | 3.700,00 |
| 24 | Hemograma | Und | 3000 | | 4,11 | 12.330,00 |
| 25 | Aslo | Und | 100 | | 2,83 | 283,00 |
| 26 | Anti hiv1 + anti hiv2 | Und | 200 | | 10,00 | 2.000,00 |
| 27 | Antitoxoplasma IGG | Und | 150 | | 18,55 | 2.782,50 |
| 28 | Antitoxoplasma IGM | Und | 150 | | 18,55 | 2.782,50 |
| 29 | HBSAG | Und | 200 | | 18,55 | 3.710,00 |
| 30 | VDRL | Und | 150 | | 2,83 | 424,50 |
| 31 | Teste indireto de antiglobulina humana | Und | 30 | | 2,73 | 81,90 |
| 32 | Determinação de curva glicêmica | Und | 10 | | 25,50 | 255,00 |
| 33 | Dosagem de transaminase (TGO) | Und | 1500 | | 2,01 | 3.015,00 |
| 34 | Dosagem de transaminase (TGP) | Und | 1500 | | 2,01 | 3.015,00 |
| 35 | Pesquisa de ovos e parasitas (EPF) | Und | 50 | | 1,65 | 82,50 |
| 36 | Contagem de plaquetas | Und | 500 | | 6,48 | 3.240,00 |
| TOTAL GERAL | | | | | | 102.268,90 |

b) 2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 A empresa a ser contratada deverá prestar o serviço de (coleta) para a realização dos exames de laboratório, em consultório próprio ou locado pelo mesmo, estabelecido no perímetro da cidade de Tunápolis/SC.

2.2 Ainda, em caso da empresa não possuir consultório ou local para a prestação de tais serviços, poderá realizá-los nas dependências da unidade central da Secretaria Municipal de Saúde, sito na Rua Albino Frantz, nº 67, centro de Tunápolis, junto a consultório existente nesta unidade.

2.3 A contratada deverá fornecer os exames por mês, todos encaminhados através de autorização da Secretaria Municipal de Saúde, sendo que serão pagas somente as efetivamente realizadas. Para efetivo controle, a contratada deverá registrar no corpo da própria autorização

de encaminhamento do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, através do seu Gestor, de próprio punho ou com carimbo.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.2 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.2 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não receber a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) houver razões de interesse público.

5.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da homologação do dia 04 de janeiro de 2015 do Processo Licitatório nº 40/2015, até o dia 31/12/2016.

6.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7. DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento será feito pelo FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, em até 10 (dez) dias, após execução do objeto desta licitação, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

7.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

7.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

7.4 Os valores mencionados neste Edital não sofrerão reajuste

7.5 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no site do Município de Tunápolis (www.tunapolis.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9. DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 04 de janeiro de 2016.

GESTOR DO FUNDO

Fornecedor Registrado

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 03/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 01/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 05.2016. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 05/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 03/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 01/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 05.2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, PARA O ANO 2016.

Aos 19 dias do mês de janeiro de 2016, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E FUNDO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF n. 656.321.769/91, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº 05/2016 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para 01/2016, observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município e Fundo, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor :Noar Turismo Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 18.780.623.0001-90, com sede na Rua Cunha Porã,136 D, Bairro Efapi, no Município de Chapecó, telefone: neste ato representado Mauro Alves Ferreira, portadora do RG n.º 3.927.356 e do CPF n.º 0036.115.609-01.

b) Descrição do(s) item(s):

Item Fornecimento e reserva de bilhetes de passagens e serviços de transporte aéreo nacional e internacional. Preço Total R\$ 46.000,00(quarenta e seis mil reais)

2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 01/2016.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº 03/2016 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATÉ 10 DIAS APOS O FORNECIMENTO dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - Automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 11 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

6. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - O prazo de entrega dos bilhetes será de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação do município.

6.2 - O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo de 12 meses a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.3 - Imediatamente após a entrega das passagens aéreas, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A presente Ata terá validade de 12 meses, a contar da data da assinatura da mesma.

7.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitara a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.11 do Edital de Pregão Presencial n.03/2016.

8.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

8.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas

apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

8.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

8.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

10. DO FORO

10.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 03/2016 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

10.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga – SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, de 19 de janeiro de 2016.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal
Contratante

Noar Turismo Ltda ME
Fornecedor Registrado.
Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 41/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 28/2016 REGISTRO DE PREÇO Nº: 08/2016

Processo de Compra Nº.: 41/2016

Pregão Presencial nº: 28/2016

Registro de Preço nº: 08/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, REGISTRO DE PREÇOS da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade, atletas e Outros conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 9h15 do dia 09 de março de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 25 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2014 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 15/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA GENTE SEGURADORA SA.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 15/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA GENTE SEGURADORA SA.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, representado pelo Prefeito Municipal o Sr: Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, empresa GENTE SEGURADORA SA estabelecida na Avenida Carlos Gomes, na cidade e Município de Porto Alegre, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, representada neste ato pela representante legal Sra. Eliane Zanotto, brasileira, portador do CPF n. 018.478.529-47 e CI n. 3.106.514, residente e domiciliado na cidade e Município de São Miguel Do Oeste, resolvem aditiva o contrato que tem por objeto a "contratação de seguros para veículos da Prefeitura Municipal de Tunápolis, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial de nº 07/2014 de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais.

Cláusula Primeira PRAZO E VALOR :

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. Os valores constantes nos itens abaixo não sofreram alterações, permanecendo assim o valor do contrato original.

| Item | Veiculo | Valor Unit (R\$) |
|------|---|------------------|
| 001 | seguro Renault Logan, Sedan Expression 1.6 : casco 100% fipe; franquia reduzida; danos materiais r\$ 200.000,00; danos corporais r\$ 200.000,00 danos morais r\$ 50.000,00; apo morte invalidez por ocupante r\$ 30.000,00; despesas médicas hospitalares r\$ 10.000,00; vidros completo; carro reserva sete dias; guincho 550km. | 390,00 |
| 008 | Ônibus/Iveco Cityclass 30 passageiros seguro iveco onibus cityclass 30 passageiros: casco 100% fipe; franquia normal; danos materiais r\$ 200.000,00; danos corporais r\$ 200.000,00 danos morais r\$ 50.000,00; apo morte invalidez por ocupante r\$ 15.000,00; despesas médicas hospitalares r\$ 10.000,00; vidros básico; guincho 250km. | 5.630,00 |

| | |
|-------------|----------|
| Total geral | 6.020,00 |
|-------------|----------|

Cláusula Segunda As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 02 de fevereiro de 2016

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

GENTE SEGURADORA SA

Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259-60

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2014 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 16/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 16/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, representado pelo Prefeito Municipal o Sr: Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, e de outro lado, empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS estabelecida na Avenida Rio Branco, na cidade e Município de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 61.198.164/0001-60, representada neste ato pelo representante legal Sr. Hugo Guilherme Weber, brasileiro, portador do CPF n. 386.540.599-15 e CI n. 822518, residente e domiciliado na cidade e Município de Descanso/SC, resolvem aditiva o contrato que tem por objeto a "contratação de seguros para veículos da Prefeitura Municipal de Tunápolis, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial de nº 07/2014 de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais.

Cláusula Primeira PRAZO E VALOR:

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. Os valores constantes nos abaixo sofreram supressão, sem nenhum acréscimo.

| Item | Veiculo | Valor Unit(R\$) |
|------|--|-----------------|
| 002 | SEGURO CORSA CHEVROLET/ CLASSIC LS: casco 100% fipe; franquia reduzida; danos materiais r\$ 200.000,00; danos corporais r\$ 200.000,00 danos morais r\$ 50.000,00; apo morte invalidez por ocupante r\$ 30.000,00; despesas médicas hospitalares r\$ 10.000,00; vidros completo; carro reserva sete dias; guincho 550km. | 425,00 |

| | | |
|-------------|---|-----------|
| 003 | Ônibus/15190 48 passageiros.
SEGURO ONIBUS 15190 48 passageiros: casco 100% fiipe; franquia normal; danos materiais r\$ 200.000,00; danos corporais r\$ 200.000,00 danos morais r\$ 50.000,00; apo morte invalidez por ocupante r\$ 15.000,00; despesas médicas hospitalares r\$ 10.000,00; vidros básico; guincho 250km. | 5.534,62 |
| 005 | Marcopolo Ônibus 39 passageiros
SEGURO MARCOPOLO ONIBUS 39 passageiros: casco 100% fiipe; franquia normal; danos materiais r\$ 200.000,00; danos corporais r\$ 200.000,00 danos morais r\$ 50.000,00; apo morte invalidez por ocupante r\$ 15.000,00; despesas médicas hospitalares r\$ 10.000,00; vidros básico; guincho 250km. | 890,00 |
| 010 | Ônibus/15190 46 pass.
SEGURO ONIBUS 15190 46 PASSAGEIROS: casco 100% fiipe; franquia normal; danos materiais r\$ 200.000,00; danos corporais r\$ 200.000,00 danos morais r\$ 50.000,00; apo morte invalidez por ocupante r\$ 15.000,00; despesas médicas hospitalares r\$ 10.000,00; vidros básico; guincho 250km. | 3.450,00 |
| Valor Total | | 10.299,62 |

Cláusula Segunda As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 02 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer PORTO SEGURO COMP. DE SEG. GERAIS
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2014 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 17/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 17/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, aqui representado por seu Prefeito, Sr. Enoí Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, e de outro lado, empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. estabelecida na Avenida das Nações Unidas, na cidade e Município de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 61.074.175/0001-38, representada neste ato pelo representante legal Sr. Ricardo De Almeida, brasileiro, portador do CPF

n. 046.872.159-20 e CI n. 8.633.3830, e doravante denominado CONTRATADA, resolvem aditiva o contrato que tem por objeto a "contratação de seguros para veículos da Prefeitura Municipal de Tunápolis, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial de nº 07/2014 de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais.

Cláusula Primeira :DO PRAZO VALORES E EXCLUSÃO DE ITENS:

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, para igual período, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. Houve acréscimo de valor somente no item 04, por exigência do DETER/SC, solicitando ao Município que o valor APO fosse alterado de R\$15.000,00 para R\$ 25.000,00, sendo desta forma acrescido o valor de R\$70,76(setenta reais e setenta e seis centavos) no item 04, o item 06 permaneceu o mesmo valor sem acréscimo.

| Item | Veiculo | Valor Máximo (R\$) |
|-------------|---|--------------------|
| 004 | SEGURO RENAULT MICRO ONIBUS 16 PASSAGEIROS: casco 100% fiipe; franquia normal; danos materiais r\$ 200.000,00; danos corporais R\$ 200.000,00 danos morais r\$ 50.000,00; apo morte invalidez por ocupante R\$ 25.000,00; despesas médicas hospitalares r\$ 10.000,00; vidros básico; guincho 250km | R\$ 890,76 |
| 006 | SEGURO MARCOPOLO ONIBUS 25 PASSAGEIROS: casco 100% fiipe; franquia normal; danos materiais R\$ 200.000,00; danos corporais R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00; apo morte invalidez por ocupante R\$ 25.000,00; despesas médicas hospitalares R\$ 10.000,00; vidros básico; guincho 250km. | R\$ 770,00 |
| Total Geral | | 1.660,76 |

Cláusula Segunda As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 02 de fevereiro de 2016.

Enoi Scherer MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N. 3104/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.104, De 22 de fevereiro de 2016.

“Fixa o horário para funcionamento das repartições da Administração Pública Municipal de União do Oeste.”

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O horário de Expediente das repartições públicas municipais será das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segundas a sextas-feiras, a partir de 01 de março de 2016.

Art. 2º Excetuam-se do disposto do artigo 1º deste Decreto, os seguintes serviços e unidades da Administração Municipal, nos quais os horários de atendimento serão das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min:

I – os serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde;

II – os serviços prestados pela Secretaria de Assistência Social, incluindo os Programas Sócio Educativos, CRAS e Conselho Tutelar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Art. 4º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 22 de fevereiro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO CANCELAMENTO ITEM PR 12/2016/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE CANCELAMENTO ITEM DO EDITAL PR 12/2016/PMU

Fica cancelado o item de nº 75 pertencente ao lote de nº 06 do referido edital publicado em 12/02/2016, página 681 que tem como objeto a aquisição de suprimentos de informática. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188 ou através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA

Pregoeira

EDITAL PR 13/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016/FMS

Objeto: aquisição de móveis, com medição prévia, com materiais novos, de boa qualidade. Recebimento dos envelopes: até 09h30 do dia 14/03/2016, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h30 do dia 14/03/2016. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta.Pregoeira

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal n.º 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 08 de março de 2016 às 10 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para contratação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva e instalações elétricas para suprir as eventuais necessidades da Administração Municipal de Vargeão ao longo do exercício 2016, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 08/2016. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 24 de fevereiro de 2016.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, realizará no dia 08 de março de 2016 às 9 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de aulas de dança para crianças e adolescentes do município de Vargeão, nas modalidades de dança de rua, jazz, contemporânea e dança livre, com carga horária de 03 (três) horas semanais em dias e horários a combinar; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 07/2016.

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax(49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 24 de fevereiro de 2016.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 059/2016 A Nº 061/2016

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO Contrato nº 059/2016 a nº 061/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ADEVAL BIKE PAPELARIA E BAZER LTDA - EPP

OBJETO: Aquisição parcelada de equipamentos e materiais didáticos pedagógicos a serem utilizados na rede municipal de ensino.
VALOR: R\$ 15.743,16 (quinze mil setecentos e quarenta e três reais e dezesseis centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 003/2016, processo licitatório 003/2016 e Contrato nº 059/2016.

Vargeão, SC, 24 de Fevereiro de 2016.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: GERAÇÃO PAPELARIA E BRINQUEDOS LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de equipamentos e materiais didáticos pedagógicos a serem utilizados na rede municipal de ensino.
VALOR: R\$ 23.427,50 (vinte e três mil quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 003/2016, processo licitatório 003/2016 e Contrato nº 060/2016.

Vargeão, SC, 24 de Fevereiro de 2016.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES & CIA LTDA - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de equipamentos e materiais didáticos pedagógicos a serem utilizados na rede municipal de ensino.
VALOR: R\$ 17.654,40 (dezessete mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 003/2016, processo licitatório 003/2016 e Contrato nº 061/2016.

Vargeão, SC, 24 de Fevereiro de 2016.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.018/2016

DECRETO N.º 018/2016, de 22 de fevereiro de 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.066/2015 de 09 de dezembro de 2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 09.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE 2.038 – BLOCO DE GESTÃO IGDBF

Modalidade 339000.00.03.0035.000033 – Aplicações Diretas R\$ 11.805,98

PROJETO/ATIVIDADE 2.039 – BLOCO DE GESTÃO IGD-SUAS

Modalidade 339000.00.03.0035.0032 – Aplicações Diretas R\$ 3.755,50

Modalidade 339000.00.03.0035.0039 – Aplicações Diretas R\$ 12.643,20

PROJETO/ATIVIDADE 2.042 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PBF

Modalidade 339000.00.03.0065.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.422,10

Modalidade 449000.00.03.0065.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.400,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 22 de fevereiro de 2016

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 22/02/2016

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N.019/2016

DECRETO Nº 019/2016, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a lista de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, para contratação temporária, dos seguintes cargos:

MÉDICO (ESF)

| Inscrição | Nome | Situação | Classificação |
|-----------|---------------------|----------|---------------|
| - | Não Houve Inscritos | - | - |

AUXILIAR DE ENFERMAGEM (ESF)

| Inscrição | Nome | Situação | Classificação |
|-----------|----------------------------------|----------|---------------|
| 001 | Ivete Antunes de Oliveira Santos | Aprovado | 1º |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 25 de fevereiro de 2016.
Melânia Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 26/02/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto
Secretária Municipal de Administração e Finanças

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016.

Melania Aparecida Roman Meneghini, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, TORNA PUBLICO o presente Edital que homologa o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, conforme segue abaixo:

MÉDICO (ESF)

| Inscrição | Nome | Nota | Classificação |
|-----------|---------------------|------|---------------|
| | Não Houve inscritos | | |

AUXILIAR DE ENFERMAGEM (ESF)

| Inscrição | Nome | Nota | Classificação |
|-----------|----------------------------------|------|---------------|
| 001 | Ivete Antunes de Oliveira Santos | 5,0 | 1º |

Vargem Bonita, 24 de Fevereiro de 2016.
Melania Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.783/16

DECRETO Nº 12.783/16, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora CATIA TERESINHA FERREIRA BARAUNA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 005/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora CATIA TERESINHA FERREIRA BARAUNA, inscrita no CPF nº 573.641.339-68, com RG 1.880.128 e no PIS/PASEP nº 180.13138.64-5, detentora da matrícula funcional nº 1272, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 5.985,48 (cinco mil e novecentos e oitenta e cinco e quarenta e oito centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 – Estatuto dos Servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.784/16

DECRETO Nº 12.784/16, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Procurador Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FERNANDA WULFING, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de

provimento efetivo de Procurador Municipal, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.785/16

DECRETO Nº 12.785/16, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.339/16, de 24 de fevereiro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 3.800.000,00 (Três milhões e oitocentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

| | |
|--|--------------|
| 09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura | |
| 01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos | |
| 1.015 – Restauração e Pavimentação de Vias Urbanas | |
| 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0061.0 – Aplicações Diretas | 2.712.583,32 |
| | |
| 09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura | |
| 01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos | |
| 2.052 – Manutenção de Estradas Vicinais | |
| 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0061.0 – Aplicações Diretas | 1.087.416,68 |
| | |
| TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES | 3.800.000,00 |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do provável excesso de arrecadação decorrente de operação de crédito junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A, no valor de R\$ 3.800.000,00 (Três milhões e oitocentos mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de Fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de Fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.786/16

DECRETO Nº 12.786/16, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.340/16, de 24 de fevereiro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

| | |
|--|-------------------|
| 08 – Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social | |
| 01 – Departamento de Saúde | |
| 2.044 – Manutenção do Departamento de Saúde | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.0 – Aplicações Diretas | 100.000,00 |
| | |
| TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES | 100.000,00 |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de Fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de Fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.787/16

DECRETO Nº 12.787/16, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.341/16, de 24 de fevereiro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.598.884,14 (um milhão quinhentos e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e quatro reais e quatorze centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

| | |
|-------------------------------|--|
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |

| | |
|--|------------|
| 1.022 – Construção/Ampliação/Reformas de Unidades de Saúde | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064.9 – Aplicações Diretas | 230.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064.68– Aplicações Diretas | 6.343,34 |
| | |
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2.063 – Atenção Básica | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0064.10– Aplicações Diretas | 18.267,20 |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0064.11– Aplicações Diretas | 106,04 |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0064.12– Aplicações Diretas | 37.485,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064.8– Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| | |
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0065.20 – Aplicações Diretas | 70.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.17 – Aplicações Diretas | 302.122,44 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.59 – Aplicações Diretas | 131.813,05 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.67 – Aplicações Diretas | 19.249,35 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0165.17 – Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0165.59 – Aplicações Diretas | 28.351,12 |
| 3.3.93.00.00.00.00.00.03.0165.17 – Aplicações Diretas | 65.074,03 |
| | |
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2.065 – Vigilância Epidemiológica e Promoção da Saúde | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0066.16– Aplicações Diretas | 100.000,00 |
| 3.1.91.00.00.00.00.00.03.0066.16– Aplicações Diretas | 20.000,00 |
| | |
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2.066 – Vigilância Sanitária | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.15– Aplicações Diretas | 9.882,69 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0049.0– Aplicações Diretas | 25.000,00 |
| | |
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2067 – Programa DST/AIDS | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.18 – Aplicações Diretas | 30.000,00 |
| | |
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2068 – Assistência Farmacêutica | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0067.13– Aplicações Diretas | 54.838,38 |

| | |
|---|--------------|
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0068.0 – Aplicações Diretas | 300.000,00 |
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2069 – Gestão do SUS | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0070.66 – Aplicações Diretas | 5.351,50 |
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2070 – Investimentos em Saúde | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0071.67 – Aplicações Diretas | 5.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0071.67 – Aplicações Diretas | 40.000,00 |
| TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES | 1.598.884,14 |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de Fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de Fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.788/16

DECRETO Nº 12.788/16, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.342/16, de 24 de fevereiro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento de 2016 do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Videira, crédito suplementar no valor de R\$ 9.900.000,00 (nove milhões e novecentos mil reais), a seguinte dotação:

| | |
|--|--------------|
| 21 – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA | |
| 01 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA | |
| 2.078 – MANUTENÇÃO DO INPREVID | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0615.0 – Aplicações Diretas | 9.900.000,00 |
| TOTAL DA DOTAÇÃO | 9.900.000,00 |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta da anulação da seguinte dotação orçamentária, constante na Lei Municipal nº 3.308/2015, de 10 de dezembro de 2015:

21– INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA

| |
|---|
| 01 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA |
| 2.078 – MANUTENÇÃO DO INPREVID |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0615.0 – Aplicações Diretas 9.900.000,00 |
| TOTAL DA DOTAÇÃO 9.900.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de Fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de Fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016 – FMS
ENCERRAMENTO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016-FMS, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE KIT LAINER DA MARCA PROKINETIC, PARA FORNECER AO PACIENTE RICARDO DONADEL, CUMPRINDO O QUE DETERMINA OS AUTOS Nº 0003007-60.2013.8.24.0079, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.
Videira, 24 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0032/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0032/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARCIA APARECIDA FERRANTI GEMELLI
CPF: 030.180.589-09
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 16 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0035/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0035/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: WAGNER FERNANDO BOGONI
CPF: 085.210.869-97
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0040/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0040/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSANGELA SOARES RUBINI
CPF: 502.866.760-87
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0071/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0071/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIAN LUIZA PELLIN BERTUOL
CPF: 008.623.349-18
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 30 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0080/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0080/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIRLEI APARECIDA DAL LAGO CENCI
CPF: 007.439.379-02
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0082/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0082/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SANDRA DE FÁTIMA DE SOUZA
CPF: 649.395.539-49
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0087/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0087/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TEOLINDA PADILHA SCHNEIDER KAUL
CPF: 006.286.219-73
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0108/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0108/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GEISE ELIZANA BRANDINO
CPF: 086.040.899-00
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0109/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0109/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DOUGLAS HENRIQUE PEREIRA
CPF: 077.736.359-35
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0114/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0114/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DOGLAS ANSILIERO
CPF: 047.338.659-37
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0126/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0126/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DILMA RODRIGUES BUENO
CPF: 892.147.819-15
VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2015 até 30 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0128/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0128/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIRROS
CPF: 026.431.479-44
VIGÊNCIA: de 11 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0129/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0129/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: EDINA MARIA MORO
CPF: 960.160.949-00
VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0131/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0131/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DEBORA MARIA GOULART BUDO LORENZZONI
CPF: 392.931.650-15
VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2015 até 21 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0140/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0140/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALICE APARECIDA DA ROSA
CPF: 694.473.309-91
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de janeiro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0142/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0142/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: RAFAELA PIMENTEL DA SILVA
CPF: 096.569.679-09
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de janeiro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0193/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0193/2015
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: MARIDALVA DI DOMENICO CONSONI
 CPF: 575.497.459-00
 VIGÊNCIA: de 04 de março de 2015 até 21 de dezembro de 2016
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0241/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0241/2015
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: VANESSA CRISTINA DA SILVA
 CPF: 094.576.939-30
 VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2015 até 30 de janeiro de 2016
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0251/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0251/2015
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: MARISA CARDOSO VENDAUSEN
 CPF: 056.886.529-42
 VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2015 até 10 de janeiro de 2016
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0281/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0281/2015
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: MARILUCE DA SILVA ALVES DOS SANTOS
 CPF: 048.000.139-17
 VIGÊNCIA: de 01 de junho de 2015 até 01 de março de 2016
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0312/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0312/2015
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: CLAUDETE MEDEIROS
 CPF: 064.061.429-93
 VIGÊNCIA: de 08 de junho de 2015 até 30 de janeiro de 2016
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0319/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0319/2015
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADO: NEUSA CARMAZIO
 CPF: 625.703.079-04
 VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2015 até 05 de fevereiro de 2016
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0339/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0339/2015
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: LUANA CARVALHO DOS ANJOS
 CPF: 006.872.909-02
 VIGÊNCIA: de 08 de julho de 2015 até 28 de março de 2016
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0410/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0410/2015
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: MAIULI KELI DA SILVA
 CPF: 047.825.129-70

VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 até 30 de janeiro de 2016
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0429/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0429/2015
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: ELIANE ANTUNES MOREIRA
 CPF: 059.483.899-10
 VIGÊNCIA: de 11 de setembro de 2015 até 01 de fevereiro de 2016
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0465/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0465/2015
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: CLAUDIA FELCHICHER
 CPF: 070.632.319-01
 VIGÊNCIA: de 03 de novembro de 2015 até 30 de janeiro de 2016
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0474/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0474/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: IVANETE DIAS FERREIRA
 CPF: 038.312.099-36
 OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora ARIANA SCHEYLA TRAGANCIN SOMMER que se encontra em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica" para: "e fica assegurada a contratação da funcionária até 17 de março de 2016, pois se encontra em licença maternidade, conforme portaria nº 0850/15 e mais 01 (um) mês, referente à estabilidade da funcionária até 5º (quinto) mês após o parto".
 VIGÊNCIA: de 02 de junho de 2014 até 16 de abril de 2016
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0584/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0584/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADO: GLÁCIA GUIOMAR PEREIRA DA SILVA
 CPF: 715.865.559-87
 VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2014 até 23 de março de 2016
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LEI Nº 3.339/16

LEI Nº 3.339/16, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.
 Autoriza o Poder Executivo Municipal a Efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 3.800.000,00 (Três milhões e oitocentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

| | |
|--|--------------|
| 09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura | |
| 01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos | |
| 1.015 – Restauração e Pavimentação de Vias Urbanas | |
| 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0061.0 – Aplicações Diretas | 2.712.583,32 |
| | |
| 09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura | |

| | |
|---|---------------------|
| 01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos | |
| 2.052 – Manutenção de Estradas Vicinais | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0061.0 – Aplicações Diretas | 1.087.416,68 |
| | |
| TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES | 3.800.000,00 |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do provável excesso de arrecadação decorrente de operação de crédito junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A, no valor de R\$ 3.800.000,00 (Três milhões e oitocentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

LEI Nº 3.340/16

LEI Nº 3.340/16, DE 24 DE FEVEREIRO 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

| | |
|--|-------------------|
| 08 – Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social | |
| 01 – Departamento de Saúde | |
| 2.044 – Manutenção do Departamento de Saúde | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.0 – Aplicações Diretas | 100.000,00 |
| | |
| TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES | 100.000,00 |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

LEI Nº 3.341/16

LEI Nº 3.341/16, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.598.884,14 (um milhão quinhentos e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e quatro reais e quatorze centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

| | |
|--|------------|
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 1.022 – Construção/Ampliação/Reformas de Unidades de Saúde | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064.9 – Aplicações Diretas | 230.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064.68 – Aplicações Diretas | 6.343,34 |
| | |
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2.063 – Atenção Básica | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0064.10 – Aplicações Diretas | 18.267,20 |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0064.11 – Aplicações Diretas | 106,04 |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0064.12 – Aplicações Diretas | 37.485,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064.8 – Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| | |
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0065.20 – Aplicações Diretas | 70.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.17 – Aplicações Diretas | 302.122,44 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.59 – Aplicações Diretas | 131.813,05 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.67 – Aplicações Diretas | 19.249,35 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0165.17 – Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0165.59 – Aplicações Diretas | 28.351,12 |
| 3.3.93.00.00.00.00.00.03.0165.17 – Aplicações Diretas | 65.074,03 |
| | |
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2.065 – Vigilância Epidemiológica e Promoção da Saúde | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0066.16 – Aplicações Diretas | 100.000,00 |
| 3.1.91.00.00.00.00.00.03.0066.16 – Aplicações Diretas | 20.000,00 |
| | |
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2.066 – Vigilância Sanitária | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.15 – Aplicações Diretas | 9.882,69 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas | 25.000,00 |

| | |
|---|--------------|
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2067 – Programa DST/AIDS | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.18 – Aplicações Diretas | 30.000,00 |
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2068 – Assistência Farmacêutica | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0067.13– Aplicações Diretas | 54.838,38 |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0068.0– Aplicações Diretas | 300.000,00 |
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2069 – Gestão do SUS | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0070.66 – Aplicações Diretas | 5.351,50 |
| 15 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 01 – Fundo Municipal de Saúde | |
| 2070 – Investimentos em Saúde | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0071.67 – Aplicações Diretas | 5.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0071.67 – Aplicações Diretas | 40.000,00 |
| TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES | 1.598.884,14 |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

LEI Nº 3.342/16

LEI Nº 3.342/16, DE 24 DE FEVEREIRO 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Efetuar a Abertura de Crédito Suplementar no Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento de 2016 do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Videira, crédito suplementar no valor de R\$ 9.900.000,00 (nove milhões e novecentos mil reais), a seguinte dotação:

| | |
|--|--|
| 21 – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA | |
|--|--|

| | |
|--|--------------|
| 01 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA | |
| 2.078 – MANUTENÇÃO DO INPREVID | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0615.0 – Aplicações Diretas | 9.900.000,00 |
| TOTAL DA DOTAÇÃO | 9.900.000,00 |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta da anulação da seguinte dotação orçamentária, constante na Lei Municipal nº 3.308/2015, de 10 de dezembro de 2015:

| | |
|--|--------------|
| 21– INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA | |
| 01 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA | |
| 2.078 – MANUTENÇÃO DO INPREVID | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0615.0 – Aplicações Diretas | 9.900.000,00 |
| TOTAL DA DOTAÇÃO | 9.900.000,00 |

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0070/16

PORTARIA nº 0070/16
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 2447/16.
RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora REGIANE APARECIDA JULIANOTTI, Professora – Ensino Fundamental Séries Iniciais, a partir de 21 de setembro de 2016 até 21 de dezembro de 2016, referente ao quinquênio de 05 de fevereiro de 2008 até 04 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de setembro de 2016, revogando as disposições em contrário.

Videira, 17 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0071/16

PORTARIA nº 0071/16

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º. Designar RAQUEL BRUSCHI, brasileira, solteira, inscrito no CPF sob o nº 021.413.429-62, nomeado no cargo de provimento em comissão de Diretora do Departamento de Engenharia, matrícula nº 11.673; MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, solteira, inscrito no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de Engenharia Civil, matrícula nº 15.603; NADIR BIZZOTTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 061.067.029-85, nomeado no cargo de provimento em comissão de Assessor do Departamento de Engenharia, matrícula nº 15.050, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes do Processo Licitatório nº 229/2015, Concorrência nº 03/2015-PMV, sendo contrato administrativo nº CT 10/2016, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A IMPLANTAÇÃO GERAL DA ETAPA 02 DO PARQUE LINEAR RIO DO PEIXE "PRAÇA LARGO DA ESTAÇÃO", COM ÁREA DE 8.600 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, e contrato administrativo nº CT 11/2016, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA ETAPA 02 DO PARQUE LINEAR RIO DO PEIXE "PRAÇA LARGO DA ESTAÇÃO", INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Art. 2º Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 17 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração**PORTARIA Nº 0072/16**

PORTARIA nº 072/16

Revoga a Portaria nº 0040/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 2874/2016;

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a Portaria nº 0040/16, que autorizou o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória – CEVI (salão nobre), pelo SESI

– Serviço Social da Indústria, no dia 25 de fevereiro de 2016, das 17h00mim as 22h00mim, para realização do "Dia do Reencontro – Comemoração de Início do Ano Letivo."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0073/16

PORTARIA nº 0073/16

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2475/2016,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional da servidora IRMA SALETE PEREIRA DOS SANTOS, Atendente de Creche, o qual será computado em dobro, totalizando 116 (cento e dezesseis) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 19/04/1991 a 30/06/1994.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0075/16

PORTARIA nº 0075/16

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2.369/10, e à vista do que consta no Memorando nº 024/16DEPLD,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora FABIANE BERTE, Professor, a partir do dia 15 de fevereiro de 2016 até 13 de junho de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada

a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0076/16

PORTARIA nº 0076/16

Autoriza a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 37.147-5

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Tesouraria, datada de 18 de fevereiro de 2016;

RESOLVE

Autorizar a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 37.147-5, Agência nº 0403-0 do Banco do Brasil S/A, pela servidora IDIANE CAETANO GONÇALVES, com poderes específicos para solicitar saldos e extratos; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos, sendo responsável pela devida prestação de contas nos termos da legislação vigente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0077/16

PORTARIA nº 0077/16

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 2337/2016;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pelo Centro de Educação Profissional SENAC - Videira, no dia 05 de março de 2016, período matutino e vespertino, para a realização de uma ação social em comemoração ao dia da mulher, onde serão oferecidos serviços de manicure e quick massagem gratuita.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em razão da utilização das calçadas e passeios pelo Centro de Educação Profissional SENAC – Videira, quando da realização do evento.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre o referido evento, ficando o Centro de Educação Profissional SENAC - Videira inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Autorizar a utilização de um ponto de energia elétrica para a realização do evento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de fevereiro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0077/16

PORTARIA nº 0077/16

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 2337/2016;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pelo Centro de Educação Profissional SENAC - Videira, no dia 05 de março de 2016, período matutino e vespertino, para a realização de uma ação social em comemoração ao dia da mulher, onde serão oferecidos serviços de manicure e quick massagem gratuita.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em razão da utilização das calçadas e passeios pelo Centro de Educação Profissional SENAC – Videira, quando da realização do evento.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre o referido evento, ficando o Centro de Educação Profissional SENAC - Videira inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Autorizar a utilização de um ponto de energia elétrica para a realização do evento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0090/16

PORTARIA nº 0090/16

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 2956/16 e 3242/2016,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória – CEVI, bem como 300 (trezentas) cadeiras e 05 (cinco) mesas, pelo

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, no dia 24 de fevereiro de 2016, das 19h00min até às 21h30min, para reunião de pais/responsáveis pelos alunos do Curso de Aprendizagem Industrial e Curso Técnico do SENAI/SC.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro, bem como lanches;
- c. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- h. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- i. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- j. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das 300 (trezentas) cadeiras e 05 (cinco) mesas quando da devolução dos mesmos.

§4º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o item 1.2 do edital referente ao Pregão Presencial nº 21/2016 - PMV, o qual tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. Tendo em vista que a alteração não implica nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e no formulário proposta, fica mantida a data de abertura do certame para o dia 15 de março de 2016 às 14h00min, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 0015/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI

CNPJ: 09.069.217/0001-22

OBJETO: A disponibilização ao MUNICÍPIO de serviços de saúde especializados de referência de média e alta complexidade e de medicamentos e suplementos alimentares, mediante a aquisição pelo CIS-AMAVI de referidos bens e serviços nos termos e condições pactuados no presente ajuste, conjugadas as demandas dos Municípios Consorciados.

PRAZO VIGÊNCIA 01/01/2016 a 31/12/2016

VALOR: R\$ 6.600,00 a título de rateio além do valor das aquisições de medicamentos e serviços.

Vitor Meireles - SC, 29 de janeiro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO N º AJG 043/2016

DECRETO Nº AJG 043/2016

DESIGNA SERVIDORA COMO RESPONSÁVEL PELE FISCALIZAÇÃO E LANÇAMENTOS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DE COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada a servidora pública municipal Gabriela Trevisan Cassol, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 5218, inscrita no cpf/mf sob nº 066.522.309-92, portadora da Cédula de Identidade nº 5.563.808, expedida pela SSP/SC, como responsável pela fiscalização e lançamentos de créditos tributários e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 23 de fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 044/2016

DECRETO Nº AJG 044/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.824/2016, de 22.02.2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de até R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), na seguinte programação de despesa:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12.1201.08.244.0801.2026 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

12.1201.08.244.0801.2026.33500000.0100–Trans. Inst.Privadas s/ fins luc. R\$ 270.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será anulado parcialmente a seguinte programação de despesa:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12.1201.08.241.0801.2062 – Programa Leite Bom

12.1201.08.241.0801.2062.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12.1201.08.241.0801.2063 – Cidade do Idoso

12.1201.08.241.0801.2063.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 23 de fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

EXTRATO 6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0095/2014

Extrato 6º Aditivo ao Contrato nº 0095/2014

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras Ltda.

Objeto: Pavimentação Asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária sobre terra, na Rua Porto Alegre no Município de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato acima por mais 90 (noventa) dias, contados a partir de 08 de fevereiro de 2016 vigorando até 07 de maio de 2016, conforme requerimento e justificativa anexos ao termo aditivo.

Xanxerê-SC, 05 de fevereiro de 2016. Ademir J. Gasparini – Pref. Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 0021/2016

Extrato de Contrato nº 0021/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Darci Antônio Zattera e Cia Ltda

Objeto: Contratação da Banda América para acompanhamento musical nos ensaios, apresentação dos Candidatos e Show Baile no Festival da Canção (1º Canta

Xanxerê), nos dias 25, 26 e 27/02/2016, a ser realizado no Golden House Eventos, referente a programação alusiva aos 62 anos do Município de Xanxerê.

Valor total: R\$ 25.000,00 Prazo: de 25 à 27/02/2016

Xanxerê-SC, 22 de fevereiro de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0003/2016

Processo nº 0038/2016 – Inexigibilidade de Licitação nº 0003/2016

O Município de Xanxerê-SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Ademir José Gasparini, justifica a Inexigibilidade de Licitação para contratação da Banda América para acompanhamento musical nos ensaios, apresentação dos Candidatos e Show Baile no Festival da Canção (1º Canta

Xanxerê), nos dias 25, 26 e 27/02/2016, a ser realizado no Golden House Eventos, referente a programação alusiva aos 62 anos do Município de Xanxerê, com a empresa: Darci Antônio Zattera e Cia Ltda, no valor de R\$ 25.000,00. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, art. 25, inciso III.

Xanxerê/SC, 22 de fevereiro de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

LEI Nº AJG 3824/2016

LEI Nº AJG 3824/2016

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 002/2016)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO geral do município de xanxerê E dá outras providências.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, crédito adicional suplementar, no valor de até R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), na seguinte programação de despesa:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12.1201.08.244.0801.2026 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

12.1201.08.244.0801.2026.33500000.0100–Trans. Inst.Privadas s/ fins luc. R\$ 270.000,00

Art. 2º Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior serão anuladas as seguintes programações de despesas:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12.1201.08.241.0801.2062 – Programa Leite Bom

12.1201.08.241.0801.2062.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12.1201.08.241.0801.2063 – Cidade do Idoso

12.1201.08.241.0801.2063.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

22 de Fevereiro de 2016

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 048/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 048/2016

REVOGAR ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

REVOGAR a partir de 17.02.2016 Alteração de Carga Horária para 40 horas semanais concedida a Servidora Publica Municipal a Sra. LEONICE TEREZINHA PEREIRA, brasileira, estado civil solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 17/R 2.424.192 e CPF nº 746.194.899-72, nomeada conforme Decreto nº BLB 089/10 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a revogação a partir de 17.02.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 24 de Fevereiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

PE 009/2016 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2016 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível contratação de Empresa, objetivando a aquisição de material de expediente para o Município de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde, Polícia Militar e Polícia Civil, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 09/03/2016, no site www.cidadecompras.com.br.

Abertura: dia 09/03/2016, às 09:00 horas, no site www.cidadecompras.com.br.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 25 de fevereiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTO,

Prefeito Municipal.

VENCEDORES PE 006-2016 PMXV

CidadeCompras | Vencedores do Pregão

Página 1 de 1

VENCEDORES DO PREGÃO

Prefeitura Municipal de Xavantina
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Prefeitura Municipal de Xavantina

Registro de Preços Eletrônico PE 006/2016 PMXV

MS TRANSPORTES E COMÉRCIO EIRELI - ME - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 23.518.771/0001-70

| Código | Produto | Marca | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
|--------|---|--------------|--------|----------------|---------------|
| 0006 | Carne Moida Bovina, 1ª Qualidade, de Músculo, Congelada, Sem Gordura, de Cor Vermelho-Cereja, Elástica, Firme e Com O... | Sao clemente | 350 KG | R\$ 12,98 | R\$ 4.543,00 |
| 0008 | Carne de Peito de Frango Congelada, Com Coloração Característica, Picado Em Filé, de Primeira Qualidade, Com Aspecto | sadia | 350 KG | R\$ 15,32 | R\$ 5.362,00 |
| 0012 | Feijão Preto, de 1ª Qualidade, Tipo I Comum, Embalado Em Pacote Plástico, Atóxico, Transparente e Resistente, Embalag... | 2000 | 200 KG | R\$ 5,47 | R\$ 1.094,00 |
| | | | | Total | R\$ 10.999,00 |

Supermercado Panisson Ltda. - me - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 03.945.492/0001-86

| Código | Produto | Marca | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
|--------|---|---------------------|---------|----------------|---------------|
| 0001 | Abacaxi Perola In Natura, Maduro, Frutos de Tamanho Médio, Aroma e Sabor da Espécie, Uniformes, Sem Ferimentos Ou Def... | real | 350 UN | R\$ 7,77 | R\$ 2.719,50 |
| 0002 | Acelga, de 1ª Qualidade, Com Maços de Aproximadamente 2kg Cada, Isenta de Partes Pútridas, Devidamente Embalada Em Sa... | real | 200 MÇO | R\$ 6,86 | R\$ 1.372,00 |
| 0004 | Batata Inglesa, Lavada, Grupo 1, Deve Apresentar As Características de 1ª Qualidade, Classificada, Bem Formada, Com C... | real | 500 KG | R\$ 5,93 | R\$ 2.965,00 |
| 0005 | Caqui, Fruta de 1ª Qualidade, Bem Formados, Com Coloração Própria Em Adequado Grau de Maturação, Livre de Danos Mecân... | real | 300 KG | R\$ 5,88 | R\$ 1.764,00 |
| 0007 | Carne Bovina Iscas, 1ª Qualidade, Congelada, Sem Gordura, de Cor Vermelho-Cereja, Elástica, Firme e Com Odor Agradável... | frigorlaste | 300 KG | R\$ 15,99 | R\$ 4.797,00 |
| 0009 | Cebola, Desenhada, de 1ª Qualidade, Bem Formada, Com Coloração Própria, Livre de Danos Mecânicos, Fisiológicos, P... | real | 350 KG | R\$ 7,44 | R\$ 2.604,00 |
| 0010 | Cenoura, Deve Apresentar As Características de 1ª Qualidade, Bem Formadas, Com Coloração Própria, Superfície Lisa, Se... | real | 270 KG | R\$ 5,47 | R\$ 1.476,90 |
| 0011 | Chuchu, Deve Apresentar As Características de 1ª Qualidade Bem Formadas, Com Coloração Própria Com Superfície Lisa, L... | real | 150 KG | R\$ 4,99 | R\$ 748,50 |
| 0013 | Filé de Tilapia Carne de Peixe Preparada do Corte Denominado Filé. Produto Elaborado Com Matérias-Primas Seleccionadas... | peixe vivo pescador | 200 KG | R\$ 32,47 | R\$ 6.494,00 |
| 0014 | Flocos de Cereais de Milho, Com Sabor Natural, Recobertos Por Açúcar, Embalagem de 500 G, Apresentar Amostra. | parati | 350 UN | R\$ 9,91 | R\$ 3.468,50 |
| 0015 | Mamão Formosa, Novo, de 1ª Qualidade, Grau Médio de Amadurecimento, Com Casca Sã, Sem Rupturas. Tamanho Médio, Pesand... | real | 600 KG | R\$ 4,39 | R\$ 2.634,00 |
| 0016 | Melancia, Redonda, Graúda, de Primeira, Livre de Sujidades, Parasitas e Larvas, Com Tamanho e Coloração Uniformes, De... | real | 600 KG | R\$ 1,95 | R\$ 1.170,00 |
| 0017 | Melão Amarelo, de Primeira Qualidade, Livre de Sujidades, Parasitas e Larvas, Tamanho e Coloração Uniformes, Devendo | real | 400 KG | R\$ 4,93 | R\$ 1.972,00 |
| 0018 | Manga, Deve Apresentar As Características de 1ª Qualidade, Bem Formadas, Estar Em Perfeitas Condições de Conservação | real | 200 KG | R\$ 4,89 | R\$ 978,00 |
| 0019 | Orégano, Embalagem de 100g. Validade Mínima de 1 Ano No Ato da Entrega. Apresentar Amostra. | apti | 50 UN | R\$ 5,99 | R\$ 299,50 |
| 0020 | Ovos, de Galinha - Frescos, Inspecionados, Classificação Especial Com Peso Mínimo 55g A Unidade. Embalagem Primária, | real | 40 DZ | R\$ 4,87 | R\$ 194,80 |
| 0021 | Tempero Verde, Cebolinha e Salsa, Maço Com Peso Mínimo de 100g, Fresco, Não Murcha, Com Coloração Própria. | real | 300 MÇO | R\$ 2,99 | R\$ 897,00 |
| 0022 | Tomate, Semimaduro, Deve Apresentar As Características de 1ª Qualidade, Bem Formado, Limpo, Com Coloração Própria, Su... | real | 600 KG | R\$ 6,66 | R\$ 3.996,00 |
| | | | | Total | R\$ 40.550,70 |

Valor Total: R\$ 51.549,70

file:///C:/Users/Emerson/AppData/Local/Temp/Vencedores_79056.html

24/02/2016

VENCEDORES PE 007-2016

CidadeCompras | Vencedores do Pregão

Página 1 de 1

VENCEDORES DO PREGÃO

Prefeitura Municipal de Xavantina
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Prefeitura Municipal de Xavantina

Registro de Preços Eletrônico PE 007/2016 PMXV

EQUIPE TEATRAL PILIQUINHA - Tipo: Ltda - LC123: Sim - Documento 22.101.768/0001-94

| Código | Produto | Marca | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
|--------|--|------------|-------|----------------|--------------|
| 0007 | Criação e Apresentação Teatral Com Grupo Corporativo Com Temática Acerca do Tema: Violência Doméstica, Prevenir O Sur... | piliquinha | 2 SVÇ | R\$ 2.815,00 | R\$ 5.630,00 |
| Total | | | | | R\$ 5.630,00 |

Leila Andréia Cosmann - Tipo: MEI - LC123: Sim - Documento 11.761.183/0001-84

| Código | Produto | Marca | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
|--------|--|-------------------------------|-------|----------------|---------------|
| 0004 | Prestação de Serviços Para Ministrar Aulas de Teatro, Com Utilização de Recursos Cênicos (figurinos, Objetos, Cenário... | Meninas Arteiras Cia de Artes | 9 MÊS | R\$ 2.044,00 | R\$ 18.396,00 |
| Total | | | | | R\$ 18.396,00 |

Mega Escola de Informática Ltda - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 07.813.903/0001-30

| Código | Produto | Marca | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
|--------|---|-------|-------|----------------|---------------|
| 0001 | Prestação de Serviços de Pintura Em Mdf Com Fornecimento de Todo O Material Que Os Alunos e Profissional Utilizarão N... | MEGA | 9 MÊS | R\$ 1.620,00 | R\$ 14.580,00 |
| 0002 | Prestação de Serviço Para Ministrar Aulas Pintura Em Vidro, Incluído Deslocamento, Todo Material do Curso e Mão de Ob... | MEGA | 9 MÊS | R\$ 1.976,00 | R\$ 17.784,00 |
| 0003 | Prestação de Serviço de Capacitação Para Equipe do Cras. A Realização da Capacitação e Orientação Para Aprimoramento | MEGA | 9 MÊS | R\$ 1.487,00 | R\$ 13.383,00 |
| 0005 | Prestação de Serviços Para Ministrar Aulas de Capoeira, Incluído Deslocamento, Oficina de Capoeira Ensina A Dança E C... | MEGA | 9 MÊS | R\$ 1.265,00 | R\$ 11.385,00 |
| 0006 | Prestação de Serviços Para Ministrar Aulas de Informática, Incluído Deslocamento. O Curso de Informática É Direcionad... | MEGA | 9 MÊS | R\$ 1.500,00 | R\$ 13.500,00 |
| Total | | | | | R\$ 70.632,00 |

Valor Total: R\$ 94.658,00

file:///C:/Users/Emerson/AppData/Local/Temp/Vencedores_79130.html

24/02/2016

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Processo Licitatório n. 24/2016

Pregão n. 013/2016

O município de Xaxim através de seu Prefeito torna público a anulação da licitação supra.

Justifica-se a presente anulação, considerando que a administração constatou, após lançamento de Edital, que não houve alunos inscritos para fazer uso do transporte em questão;

Assim, o parecer da Procuradoria-geral do município, com a concordância do prefeito municipal, é de que o processo Licitatório em voga DEVE SER ANULADO, visto que a Administração Pública detém a prerrogativa de anular ou revogar seus próprios atos (Súmula 473 do STF).

Xaxim (SC), 24 de fevereiro de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 001/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 032/2016

O Município de Xaxim – SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a doação de bens imóveis não remunerada de incentivos econômicos, através da Doação com Encargos de bens públicos, visando o desenvolvimento econômico e social do Município, mediante a implantação ou ampliação no Município de unidade produtiva, conforme descrição completa no edital, autorizada pela Lei Municipal n. 4141/2015. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 28 de março de 2016, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 25 de fevereiro de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Decreto 123

DECRETO Nº 123/2016

AUTORIZA A LIBERAÇÃO DO LOTE OFERECIDO EM GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DE PROPRIEDADE DE "CARLOS ALBERTO DA ROSA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IdacirAntonioOrso, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 9º 'caput' da lei 6.766/79, Decreto nº 445/2014 e Decreto nº 450/2014; e ainda,

Considerando a vistoria realizada junto ao Empreendimento, dando

conta da execução parcial das obras de infraestrutura;

DECRETA:

Art. 1º. Fica liberado da garantia que se refere o Decreto nº 450/2014, o lote do desmembramento de solo de propriedade de CARLOS ALBERTO DA ROSA, aprovado pela Lei nº 3.568/2011 e que está caucionado em favor da Administração Pública Municipal de Xaxim:

I – Da quadra 575 – lote: 25, matrícula no CRI nº 12.891;

Art. 2º. A liberação referida no artigo anterior dar-se-á automaticamente por força do presente Decreto.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 22 de Fevereiro de 2016.

IdacirAntonioOrso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

De acordo

LuisAntonioCipriani

Procurador Geral do Município

Decreto 124

DECRETO Nº 124/2016

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal Nº 2.248, de 20 de dezembro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes Membros Efetivos e respectivos Suplentes, os quais representarão o Poder Público do Conselho Municipal do Idoso:

a) Representante da Secretaria da Mulher, Juventude e Terceira Idade:

Titular: Idione Marcia Faé

Suplente: Roberta Dalla Vale

b) Representante da Secretaria Municipal da Educação e Cultura:

Titular: Juliano Cacciatori

Suplente: Catiane Brunetto

c) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

Titular: Luciane Marchetti Bortolanza

Suplente: Luanda Boschetti

d) Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Tania Maria Graciani

Suplente: Manoela Arienti Orlandin

e) Representante da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer:

Titular: Eduardo Roncaglio

Suplente: Tiago Paz

f) Representante dos Grupos de Idosos do Interior do Município:

Titular: Arlindo Giroto

Suplente: Aldo Cenci

g) Representante dos Grupos de Idosos dos Bairros:

Titular: Valdomiro Leite

Suplente: Genir Sartor

h) Representante dos Grupos de Idosos do Centro:

Titular: Valderes A. C. Roncaglio

Suplente: Valdir Zilli

i) Representante dos Clubes de Serviço:

Titular: Esperança Sbaraini

Suplente: Pedro Alvaro

j) Representante das Instituições Religiosas:

Titular: Delma Negri

Suplente: Terezinha Marchetti

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal do Idoso terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos a critério das entidades a qual representa, por igual período.

Art. 3º Os Conselheiros não serão remunerados, uma vez que se trata de órgão de apoio ao Setor do Idoso, sem vínculo empregatício, constituindo-se em prestação de serviço relevante ao Município.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo Municipal marcará data para dar posse aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, que imediatamente se reunirão, sob a presidência do Conselheiro mais idoso, com a finalidade da eleição da diretoria, composta por: Presidente, Vice Presidente, Secretário Geral e Vice Secretário.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de fevereiro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Associações

AMAUC

ATA Nº 03.2015 – ATA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA GESTÃO 2016

ATA nº 03.2015 – ATA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA GESTÃO 2016

Às nove horas do dia vinte e um do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, tendo como local o gabinete da Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos dos Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal do Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade - Abrigo Institucional, para a realização da assembleia geral, com a seguinte pauta: I - eleição a diretoria do Consórcio para a gestão 2016, nos termos do art. 17 do Estatuto Social; II - Estabelecer o contrato de rateio para o exercício de 2016; III – Assuntos gerais. A reunião foi presidida pela Prefeita Laci Grigolo - Presidente do Consórcio, que inicialmente agradeceu a presença de todos e convidou a senhora Simara Poganski - Secretária Municipal de Ação Social de Seara para secretariar a reunião. Ato contínuo passou para o primeiro item da pauta, abrindo espaço para elaboração da chapa. Em comum acordo foi constituída a chapa única, com a seguinte nominata: Presidente: Laci Grigolo - Prefeita de Seara, brasileira, casada, professora, identidade nº 1870.996 SSP/SC, CPF nº 982.428.739-68, residente e domiciliada à rua Albino Sordi nº 69, - centro - CEP 89.770.000 - Seara-SC; Vice-Presidente: Mauro Junes Poletto - Prefeito de Xavantina, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, identidade nº 2.697.343-0 SSP/SC, CPF nº 827.815.679-49, residente e domiciliado na Linha das Palmeiras, interior, 89.780.000 - Xavantina; Secretária: Janete Paravizi Bianchin - Prefeita de Arvoredo, brasileira, casada, assistente social, identidade nº 2.694.279-8 SSP/SC, CPF nº 798.515.849-91, residente e domiciliada à Avenida do Comércio nº 311, centro, 89.778.000 - Arvoredo - SC. A chapa única foi

declarada eleita, nos termos do § 1º do art. 17 do Estatuto Social. De acordo com o art. 17 caput, a nova diretoria assume automaticamente em 1º de Janeiro, para o mandato de 1 (um) ano, encerrando em 31 de dezembro de 2016. Em seguida passou para o segundo item da pauta. Ficou acertado que o valor constante no contrato de rateio firmado para o exercício de 2015 será repassado ano de 2016, uma vez que até o momento não foi aberta a conta bancária. Havendo necessidade de novo aporte de recurso para o exercício de 2016, este será estabelecido em assembleia geral. Nos assuntos gerais, a Presidente comunicou que o edital para a contratação do pessoal será publicado no início de mês de janeiro de 2016, sendo que o trabalho de administração do processo, inclusive elaboração e aplicação das provas será de responsabilidade da AMAUC. Para auxiliar nos trabalhos e responder aos recursos que porventura existirem, será formada uma Comissão, composta por servidores dos municípios consorciados. Em relação à locação do imóvel para funcionamento do Abrigo Institucional, a Presidente comunicou que todas as providências foram tomadas e que o processo de escolha do imóvel está em fase final, aguardando a manifestação da Comissão encarregada da análise das propostas. Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu _____, Simara Poganski, secretária ad hoc, lavrei a presente ata que vai assinada por quem de direito.

Laci Grigolo Janete Paravizi Bianchin
Prefeita Municipal de Seara Prefeita Municipal de Arvoredo

Mauro Junes Poletto Roberto Kurtz Pereira
Prefeito Municipal de Xavantina OAB/SC 22.519

AMAVI

EXTRATO CONTRATO Nº 08/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2016

Credenciante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI.

Credenciada: Fundação Osny José Gonçalves Televisão Bela Aliança.

Objeto: Credenciamento da prestação de serviços de comunicação pela CREDENCIADA de veiculação de informações institucionais da AMAVI, com periodicidade mensal, sendo 9 (nove) inserções de 30 (trinta) segundos cada, ou 12 (doze) inserções de 15 (quinze) segundos cada ou 2 (duas) reportagens de até 5 (cinco) minutos cada, conforme especificado no Edital de Chamamento Público nº 01/2016.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA o valor de R\$ 2.080,50 (dois mil oitenta reais e cinquenta centavos) por veiculação mensal.

Vigência: até 31 de dezembro de 2016, a contar de sua assinatura. Data de Assinatura: 24/02/2016.

Assinam: Silvio Venturi, Presidente da AMAVI e Rubens Gonçalves, representante legal da Fundação Osny José Gonçalves Televisão Bela Aliança.

Consórcios

ARIS

DELIBERAÇÃO Nº 005/2016 - DISPÕE SOBRE REAJUSTE DAS TARIFAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

DELIBERAÇÃO n. 005/2016

Dispõe sobre a autorização para o reajuste das tarifas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e dos preços dos serviços complementares no município de Itapoá.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício n. 08, recebido em 12 de Fevereiro de 2016, na qual a empresa Itapoá Saneamento Ltda. requer a autorização de reajustamento no Plano Tarifário e nos valores de Serviços Complementares; e considerando o parecer técnico 027/2016, vem DELIBERAR:

1. Fica autorizada a concessionária ITAPOÁ SANEAMENTO LTDA. a promover o reajuste com base nas cláusulas 16.3; 19.1; 19.2; 19.3; 19.4; 19.5; 19.6; 19.7; 19.8; 19.9; 19.10; 19.11 do Contrato Administrativo 48/2012 de Concessão para Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do

Município de Itapoá – SC;

2. Fica autorizada a concessionária ITAPOÁ SANEAMENTO LTDA. a promover o reajuste considerando o Parecer Técnico 027/2016 e o Parecer Jurídico datado de 23 de fevereiro de 2016;

3. Fica autorizada a concessionária ITAPOÁ SANEAMENTO LTDA. a promover o reajuste de 10,71% sobre o Plano Tarifário, reposição inflacionária de acordo com o IPCA do período de Fevereiro de 2015 a Janeiro de 2016, de forma linear em cada faixa de consumo, e na Tabela de Serviços Complementares.

4. Os novos valores de tarifas e serviços complementares somente terão eficácia após 30 (trinta) dias contados da sua efetiva publicação pela ARIS e divulgação aos usuários pela ITAPOÁ SANEAMENTO LTDA em jornal de veiculação no município e no site da empresa. Deve a Concessionária publicar de forma permanente em seu site a tabela tarifária em vigor

5. Ressalta-se, que deve a Concessionária respeitar integralmente a Estrutura Tarifária existente na proposta comercial vencedora.

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2016.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

CIGA

Extrato de Contrato n. 142 - Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara

EXTRATO DE CONTRATO Nº 142/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara

CNPJ: 01.613.101/0001-09

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 07/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

VALOR: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 29 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 143 - Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara

EXTRATO DE CONTRATO Nº 143/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara

CNPJ: 01.613.101/0001-09

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 09/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a

serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 144 - Câmara Municipal de Caçador

EXTRATO DE CONTRATO Nº 144/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Caçador

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Caçador

CNPJ: 00.284.689/0001-23

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 22/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 3.726,00 (três mil e setecentos e vinte e seis reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 145 - Prefeitura Municipal de Cunha Porã

EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Cunha Porã

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cunha Porã

CNPJ: 83.021.147/0001-95

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 38/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados

de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 01 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 146 - Prefeitura Municipal de Rio Fortuna

EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Rio Fortuna

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rio Fortuna

CNPJ: 82.926.585/0001-30

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.770,00 (sete mil e setecentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 147 - Prefeitura Municipal de São Martinho

EXTRATO DE CONTRATO Nº 147/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Martinho

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Martinho

CNPJ: 82.836.818/0001-03

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 148 - Prefeitura Municipal de Cunhataí

EXTRATO DE CONTRATO Nº 148/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Cunhataí

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cunhataí

CNPJ: 01.612.116/0001-44

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 07/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão

dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 3.420,00 (três mil e quatrocentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 558 - Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo

EXTRATO DE CONTRATO Nº 558/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo

CNPJ: 95.780.441/0001-60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 11.130,00 (onze mil e cento e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA**EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2016 - LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Leites e Suplementos Alimentares, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Curitiba, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Itá, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Videira e o Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

CIRÚRGICA VITÓRIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - Ata nº AT16CIMCATARINA0121;

CIRÚRGICA VITÓRIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - Ata nº AT16CIMCATARINA0122;

CIRÚRGICA VITÓRIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - Ata nº AT16CIMCATARINA0123;

CIRÚRGICA VITÓRIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - Ata nº AT16CIMCATARINA0124;

CIRÚRGICA VITÓRIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - Ata nº AT16CIMCATARINA0125;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0126;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0127;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0128;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0129;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0130;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0131;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0132;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0133;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0134;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0135;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0136;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0137;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0138;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0139;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0140;

MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0141;

MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0142;

MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0143;

MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0144;

MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0145;

MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0146;

MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0147;

MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0148;

MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0149;

MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0150;

MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0151;

MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0152;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0153;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0154;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0155;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0156;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0157;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0158;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0159;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0160;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0161;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0162;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0163;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0164.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 05 de 16 de março de 2015, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 01.02.2016 à 31.07.2016. PAL nº: 0001/2016. Pregão Eletrônico nº: 0001. Registro de Preços nº: 0001.

Fraiburgo (SC), 24 de fevereiro de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0018/2015 - PNEUS E CORRELATOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0018/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Brunópolis, Caçador, Curitiba, Fraiburgo, Frei Rogério, Iomerê, Itá, Lebon Régis, Monte Carlo, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0693;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0694;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0695;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0696;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0697;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0698;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0699;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0700;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0701;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0702;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0703;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0704;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0705;

JOAÇABA PNEUS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0706.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, Resolução 05 de 16 de março de 2015, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 02.02.2016 à 31.03.2016. PAL nº: 0022/2015. Pregão Eletrônico nº: 0018. Registro de Preços nº: 0019.

Fraiburgo (SC), 24 de fevereiro de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0026/2015 - MEDICAMENTOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0026/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Arroio

Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Curitiba, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiã, Iomerê, Irani, Itá, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0165;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0166;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0167;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0168;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0169;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0170;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0171;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0172;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0173;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0174;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0175;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0176;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0177;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0178;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0179;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0180;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0181;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0182;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0183;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0184;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0185;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0186;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0187;
 A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0188;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0189;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0190;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0191;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0192;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0193;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0194;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0195;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0196;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0197;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0198;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0199;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0200;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0201;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0202;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0203;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0204;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0205;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0206;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0207;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0208;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0209;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0210;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0211;
 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0212;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0213;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0214;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0215;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0216;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0217;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0218;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0219;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0220;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0221;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0222;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0223;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0224;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0225;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0226;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0227;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0228;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0229;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0230;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0231;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0232;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0233;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0234;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0235;
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT16CIMCATARINA0236;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0237;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0238;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0239;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0240;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0241;
 CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

[illegible]

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0277;
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0278;
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0279;
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0280;
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0281;
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0282;
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0283;
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0284;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0285;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0286;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0287;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0288;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0289;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0290;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0291;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0292;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0293;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0294;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0295;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0296;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0297;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0298;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0299;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0300;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0301;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0302;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0303;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0304;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0305;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0306;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0307;
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0308;
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0309;
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0310;
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº

[illegible][illegible]

[illegible][illegible]

[illegible]

LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0487;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0488;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0489;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0490;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0491;
LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT16CIM-CATARINA0492;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0493;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0494;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0495;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0496;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0497;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0498;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0499;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0500;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0501;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0502;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0503;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0504;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0505;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0506;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0507;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0508;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0509;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0510;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0511;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0512;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0513;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0514;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0515;
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0516;
MERCOS SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0517;
MERCOSOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - Ata nº AT16CIMCATARINA0518;

| | |
|---|--|
| PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARI-NA0554; | |
| PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARI-NA0555; | |
| PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARI-NA0556; | |
| PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARI-NA0557; | |
| PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARI-NA0558; | |
| PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARI-NA0559; | |
| PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARI-NA0560; | |
| PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARI-NA0561; | |
| PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - Ata nº AT16CIMCATARI-NA0562; | |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0563; | |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0564; | |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0565; | |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0566; | |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0567; | |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0568; | |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0569; | |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0570; | |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0571; | |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0572; | |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0573; | |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0574; | |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0575; | |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0576; | |
| PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0577; | |
| PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0578; | |
| PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0579; | |
| PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0580; | |
| PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0581; | |
| PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0582; | |
| PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0583; | |
| PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0584; | |
| PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0585; | |
| PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0586; | |
| PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0587; | |
| PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0588; | |

[illegible][illegible]

AT16CIMCATARINA0669;
 SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0670;
 SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0671;
 SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT-16CIMCATARINA0672;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0673;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0674;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0675;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0676;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0677;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0678;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0679;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0680;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0681;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0682;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº

AT16CIMCATARINA0683;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0684;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0685;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0686;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0687;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0688;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0689;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0690;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0691;
 VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT16CIMCATARINA0692.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14 de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 01.02.2016 à 31.05.2016. PAL nº: 0032/2015. Pregão Eletrônico nº: 0026. Registro de Preços nº: 0029.

Fraiburgo (SC), 24 de fevereiro de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI

ATA 23ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CIMVI

Ata da 23ª Assembleia Geral Ordinária do CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito do Município de Indaial, sito à Avenida Getúlio Vargas, 126, Centro, Município de Indaial, às onze horas, conforme Registro de Presença, reuniram-se os Prefeitos para a 23ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Contrato de Programa/Convênio; 2) Apreciação de Contas - Exercício de 2015; 3) Alteração da sede do Consórcio; e 4) Assuntos Gerais. O Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, saudou os presentes e, constatando quórum legal, deu por aberta a Assembleia. Ato contínuo passou-se diretamente a ordem do dia, item 1) Contrato de Programa/Convênio - passada a palavra para o Dr. Luiz Claudio Kades, Assessor Jurídico do CIMVI, o mesmo informou que não há necessidade de formalização do contrato de programa entre o CIMVI e os municípios associados, tendo em vista a ressalva contida no artigo 19 da Lei nº 11.107 de 06 de abril de 2005, o qual dispõe que suas disposições não se aplicam "aos convênios de cooperação, contratos de programa para gestão associada de serviços públicos ou instrumentos congêneres, que tenham sido celebrados anteriormente a sua vigência", que é o caso do atual convênio de cooperação, o qual foi firmado em 25 de março de 2003. Além disso, os Prefeitos manifestaram-se no sentido de que é de interesse público a manutenção do atual convênio de cooperação firmado entre o CIMVI e os municípios consorciados para tratamento e disposição final de resíduos sólidos (manutenção do Aterro Sanitário). Desta forma, o Assessor Jurídico informou, ainda, que, diante disso, o prazo original de vigência do convênio fica restabelecido, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2018 sendo formalizado, para tanto, o Nono Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação. Item 2) Apreciação de Contas - Exercício de 2015

- apresentado os resultados do exercício e do parecer do Conselho Fiscal, em conformidade com o § 3º, do art. 39 do Estatuto do Consórcio, deliberou-se por homologar a decisão do Conselho Fiscal em aprovar as contas do exercício de 2015. Item 3) Alteração da sede do Consórcio - considerando-se que as atividades do Consórcio Público encontram-se voltadas, em sua maioria, para o Aterro Sanitário, e que o escritório do Consórcio Público está instalado em tal local, deliberou-se por unanimidade por promover à alteração da sede do Consórcio Público para a Rua Tupiniquim, nº 1.070 - Zona Rural, CEP 89.120-000, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina. Item 4) Assuntos Gerais: a) Revisão Geral Anual - Exercícios 2013, 2014, 2015 e 2016 - deliberado por unanimidade que ficam referendadas as revisões gerais anuais concedidas nos exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016 na forma das Resoluções de nº 080/13, 088/14, 119/15 (alterada pela Resolução nº 128/15) e 145/16, respectivamente, e seus anexos, cujo critério de reajuste aplicado corresponde ao INPC (IBGE) acumulado no período de janeiro a dezembro do ano anterior; b) Alteração do Regulamento de Quadro de Pessoal - foi apresentada à Assembleia proposta de alteração do artigo 52 e de seu § 1º, ambos do Regulamento de Quadro de Pessoal do Consórcio Público, a qual, depois de lida, foi aprovada por unanimidade na forma que segue:

"(...)

Art. 52 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no Estatuto do Consórcio Público e neste regulamento, será concedido aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, no valor estipulado pela Diretoria do CIMVI, respeitado o valor máximo diário previsto no art. 52-C do Estatuto do Consórcio Público.

§1º - Para fins de concessão do auxílio previsto neste artigo, será considerado a quantidade de dias úteis de cada mês.

(...)”

c) Operação do Aterro Sanitário – A Serrana Engenharia que executa os serviços de operação do aterro, apresentou interesse em renovação do contrato, vigente até 30 de junho de 2016, solicitando restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro com a majoração do custo do serviço em 9,41% (nove inteiros e quarenta e um centésimo por cento), juntando para tal planilha de composição de custos de operação do aterro sanitário. Informou-se à Assembleia que estão sendo promovidos estudos para levantamento dos custos com a operação do Aterro Sanitário a fim de verificar qual opção melhor atende ao interesse público; até o presente momento, os estudos vem apontando que a contratação direta de serviços de maquinário mostra-se mais vantajosa que a em vigor, a contratação dos serviços de operação do aterro sanitário junto à empresa especializada, contudo, referida alternativa resultaria na necessidade de criação, por parte do Consórcio Público, de um emprego público de Coordenador de Operação para gerenciar os serviços. Assim que os estudos forem concluídos, os resultados serão apresentados à Assembleia para deliberação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, deu por encerrada a Assembleia, da qual eu, Patricia Barbaresco, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada, e vai assinada por quem de direito.

| | |
|-------------------------------|--|
| Hartwig Persuhn
Presidente | Patricia Barbaresco
Agente Administrativo |
|-------------------------------|--|

LICITAÇÃO Nº 002/2016 - ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ- CIMVI
ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2016

Às 09h15min do dia 24/02/2016, no escritório do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, situado na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, cidade de Timbó, realizou-se sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes, contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial em referência, com o objetivo de aquisição de materiais e contratação de serviços de execução de cerca. Presentes a pregoeira Patricia Barbaresco, bem como a equipe de apoio:

| |
|-----------------|
| Equipe de Apoio |
| JAMES SCHMITT |

Que esta subscrevem designados pela Resolução nº 144-16 publicada no Diário Oficial dos Municípios. Presentes também, os representantes das sociedades empresárias licitantes, conforme relação abaixo:

| |
|---|
| Empresas Participantes (Credenciadas) |
| ESSENCIAL CONST. E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME |
| CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP |

Representadas respectivamente por seus representantes:

| |
|-------------------------------|
| Representantes (Credenciados) |
| FERNANDO GANDIM |
| CELSO RICARDO DE OLIVEIRA |

Dando início à sessão, o pregoeiro recebeu os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação. Em seguida o pregoeiro abriu os envelopes contendo as propostas de preços e realizou a classificação das empresas, cujos valores foram os seguintes:

Item: 00001 – ARAME DE AÇO OVALADO LISO – 2,4 X 3 MM ZINCAGEM TRIPLA

| Fornecedor | Proposta |
|---|----------|
| ESSENCIAL CONST. E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME | 0,56 |
| CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 0,56 |

Item: 00002 – ARAME FARPADO – FIOS 1,6 MM, 350 KGF, ZINCAGEM TRIPLA

| Fornecedor | Proposta |
|---|----------|
| ESSENCIAL CONST. E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME | 0,64 |
| CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 0,49 |

Item: 00003 – ARAME GALVANIZADO RECOZIDO – BITOLA 14 BWG

| Fornecedor | Proposta |
|---|----------|
| ESSENCIAL CONST. E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME | 0,39 |
| CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 0,24 |

Item: 00004 – ESTICADORES OLHAL X OLHAL PARA ARAME ¼ (M6) GALVANIZADO

| Fornecedor | Proposta |
|---|----------|
| ESSENCIAL CONST. E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME | 5,18 |
| CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 5,18 |

Item: 00005 – TELA TRANÇADA COM 60 CM, MALHA 3 CM, FIO 14 GALVANIZADO

| Fornecedor | Proposta |
|---|----------|
| ESSENCIAL CONST. E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME | 23,10 |
| CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 18,88 |

Item: 00006 – MOURÕES DE EUCALIPTO PRESERVADO/TRATADO – 3M X Ø 0,25 M

| Fornecedor | Proposta |
|---|----------|
| ESSENCIAL CONST. E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME | 97,86 |
| CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 75,60 |

Item: 00007 – MOURÕES DE EUCALIPTO PRESERVADO/TRATADO – 3M X Ø 0,15 M

| Fornecedor | Proposta |
|---|----------|
| ESSENCIAL CONST. E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME | 55,23 |
| CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 31,25 |

Item: 00008 – MOURÕES DE EUCALIPTO PRESERVADO/TRATADO – 2,5M X Ø 0,15 M

| Fornecedor | Proposta |
|---|----------|
| ESSENCIAL CONST. E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME | 31,50 |
| CELSE RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 27,00 |

Item: 00009 – MOURÕES DE CONCRETO – ALAMBRADO – FCK 21 MPA CA-60 3,0 M

| Fornecedor | Proposta |
|---|----------|
| ESSENCIAL CONST. E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME | 26,32 |

Item: 00010 – MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA CERCA

| Fornecedor | Proposta |
|---|----------|
| ESSENCIAL CONST. E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME | 26,80 |
| CELSE RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 23,60 |

Submetidas as propostas de preços ao crivo dos representantes das licitantes, nenhuma falha foi observada em relação as mesmas. Em continuidade ao certame abriu-se a fase de lances verbais e de negociação direta com as licitantes classificadas conforme os critérios estabelecidos no Edital, ficando determinados os seguintes valores finais.

| Item | Vencedor | Valor final |
|------|---|-------------|
| 01 | CELSE RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 0,52 |
| 02 | CELSE RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 0,49 |
| 03 | CELSE RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 0,24 |
| 04 | CELSE RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 4,70 |
| 05 | CELSE RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 18,88 |
| 06 | CELSE RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 75,60 |
| 07 | CELSE RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 31,25 |
| 08 | CELSE RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 26,00 |
| 09 | ESSENCIAL CONST. E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME | 26,00 |
| 10 | CELSE RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI EPP | 17,40 |

Ato contínuo procedeu-se a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação das licitantes, estando todas em conformidade com o edital.

Consultados pelo pregoeiro sobre o interesse em interpor recurso, nenhuma empresa manifestou-se. Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão às 09h55min. Lavrei a presente ata que após lida, será por todos assinada.

| Assinantes | |
|---------------------|------------|
| Comissão do Pregão | Assinatura |
| JAMES SCHMITT | |
| PATRICIA BARBARESCO | |

REGULAMENTO DE QUADRO DE PESSOAL CIMVI - CONSOLIDADO 2016

REGULAMENTO
DO
QUADRO DE PESSOAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ
CIMVI

2016

REGULAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

TÍTULO I
DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este Regulamento dispõe sobre o Regime Jurídico e Previdenciário dos Servidores Públicos do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, bem como disciplina os empregos públicos e demais direitos, deveres e disposições específicas aplicadas aos recursos humanos do Consórcio Público.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste regulamento, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo, emprego ou função pública.

Art. 2º - Emprego público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a servidor, criado pelo Protocolo de Intenções e ratificado por lei, com denominação própria, em número certo e salário pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

§ 1º - Função pública é a atribuição ou conjunto de atribuições que se confere a cada categoria profissional ou individualmente a determinados servidores de serviços eventuais.

§ 2º - As funções permanentes do Consórcio Público devem ser desempenhadas por titulares de empregos públicos ou por servidores efetivos recebidos por cessão dos Municípios consorciados, e, as transitórias, por servidores designados, admitidos ou contratados precariamente.

Art. 3º - Os salários dos empregos públicos corresponderão aos valores básicos, fixados no Protocolo de Intenções e ratificados por lei.

§ 1º - O valor dos salários será alterado anual e uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CIMVI, em face da Revisão Geral Anual.

§ 2º - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 3º - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 4º - É proibida a prestação de serviços gratuitos salvo os casos previstos em lei e/ou no Protocolo de Intenções e no Estatuto do Consórcio Público.

Art. 4º - Os empregos públicos são considerados efetivos ou em comissão.

§ 1º - Os empregos efetivos são aqueles cujo provimento se dá em caráter permanente.

§ 2º - Os empregos em comissão são aqueles cujo provimento se dá em caráter provisório, destinado às funções de chefia, direção ou assessoramento e regidos pelos critérios de confiança dos superiores hierárquicos.

§ 3º - O aumento do número de vagas, o reajuste ou reenquadramento salarial e a criação de novos empregos públicos depende de prévia deliberação da Assembleia Geral, da alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Público, de ratificação legislativa editada por todos os Entes consorciados e do aditamento ao Contrato de Consórcio, para posterior incorporação neste regulamento.

§ 4º - A contratação de profissionais para os empregos de que trata este regulamento, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificativa da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembleia Geral.

Art. 5º - Quadro é o conjunto de empregos de carreira, empregos isolados, funções gratificadas e empregos em comissão integrantes da estrutura de pessoal do Consórcio Público.

CAPÍTULO II DO REGIME JURÍDICO

Art. 6º - Os servidores públicos ocupantes de emprego público efetivo ou em comissão terão suas relações de trabalho com o Consórcio Público disciplinado pelo Regime Jurídico Trabalhista ou da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 1º - Aplica-se aos servidores submetidos a este regime jurídico as disposições legais da Consolidação das Leis do Trabalho aprovadas pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/05/1943, e alterações posteriores, e as disposições próprias da Constituição Federal e deste Regulamento.

§ 2º - Os servidores efetivos dos Municípios consorciados recebidos em cessão pelo Consórcio Público, na forma deste regulamento, permanecerão no seu regime jurídico originário.

CAPÍTULO III DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Art. 7º - Aplica-se aos servidores públicos do CIMVI o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, na forma da Constituição Federal e da legislação específica (Lei nº 8.213/91).

Parágrafo Único - Os servidores efetivos dos Municípios consorciados recebidos em cessão pelo Consórcio Público, na forma deste regulamento, permanecerão no seu regime previdenciário originário.

TÍTULO II DO PROVIMENTO, SUBSTITUIÇÃO E VACÂNCIA

CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º - São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares, se for o caso, e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego público, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho;

V - Idade mínima de 18 (dezoito) anos, completados até a data da posse;

VI - aptidão física e mental;

VII - possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIMVI em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na forma estabelecida no § 2º deste artigo.

§ 1º - As atribuições do emprego público podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma deste Regulamento.

§ 2º - Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de emprego público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma estabelecida no Edital, para as quais serão

reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Art. 9º - O provimento dos empregos públicos far-se-á por ato do Presidente do Consórcio Público, ou por preposto investido de tais prerrogativas.

§ 1º - São formas de provimento de empregos públicos:

I – nomeação ou contratação;

II - reversão; e

III - reintegração.

§ 2º - Os empregos em comissão serão providos exclusivamente por nomeação.

SEÇÃO II DA NOMEAÇÃO OU CONTRATAÇÃO

Subseção I Das Disposições Preliminares

Art. 10 - A nomeação far-se-á em comissão, inclusive na condição de interino, para empregos em comissão vagos.

§ 1º - Prescinde de concurso público a nomeação para emprego de provimento em comissão.

§ 2º - A nomeação do servidor público para emprego de provimento em comissão determina, no ato da posse, o seu afastamento do emprego público efetivo de que for titular.

§ 3º - A designação para exercício de função gratificada recairá, exclusivamente, em servidor efetivo.

§ 4º - O servidor ocupante de emprego em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro emprego de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período de interinidade.

Art. 11 - A contratação, quando se tratar de provimento de emprego público efetivo, depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo Único – A contratação para atender necessidade temporária de excepcional interesse público dependerá de prévia classificação em processo seletivo.

Subseção II Do Concurso Público

Art. 12 - Os concursos para a seleção de candidatos aos empregos públicos efetivos do CIMVI serão realizados quando a Diretoria julgar oportuno e reger-se-ão pelas normas contidas nesta Subseção.

Parágrafo Único – A Comissão Especial de que trata o artigo 16, mediante autorização do Presidente do Consórcio Público, poderá contratar instituição especializada ou confiar a uma instituição de ensino, a elaboração, aplicação e correção das provas.

Art. 13 - O concurso público será de provas (escrita e/ou prática) ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, desde que expressamente previsto no Edital, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento de “preço público” fixado neste regulamento, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§ 1º - O concurso público terá validade de até dois anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Diretoria.

§ 2º - A aprovação em concurso não cria direito à nomeação e/ou contratação, mas esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

Art. 14 - A abertura de concurso público se dará por edital, cujo extrato será publicado na imprensa local por 02 (duas) vezes, disponibilizado em site da internet e afixado em mural público de fácil acesso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a última divulgação e a primeira etapa/prova a ser realizada, de que constem:

I – o número de vagas oferecidas, denominação dos empregos públicos e respectivos salários e/ou remuneração;

II – o tipo de concurso, se de provas (escrita e/ou prática) ou de provas e títulos, e, se for o caso, os títulos exigidos;

III – as condições para inscrição e provimento do emprego público;

IV – tipo, natureza e programa das provas;

V – a forma de julgamento das provas e dos títulos;

VI – os limites de pontos atribuíveis a cada prova e aos títulos;

VII – os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;

VIII – o prazo das inscrições;

IX – a forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;

X - A época da:

a) realização das provas, constando o dia, horário e local;

b) publicação nominal das inscrições homologadas com o número da inscrição;

c) publicação dos aprovados por ordem de classificação, constando o número da inscrição e o nome do candidato.

XI – o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, a contar de sua homologação, prorrogável por igual período.

§ 1º - O extrato do edital, de que trata o caput deste artigo, deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – denominação dos empregos públicos, número de vagas disponíveis, carga horária semanal e respectivos salários e/ou remuneração;

II – período e local das inscrições;

III – a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações relativas ao concurso.

§ 2º - Os prazos do edital poderão ser prorrogados a juízo da Comissão Especial, através de publicação no jornal em que se tenha divulgado o extrato do edital.

§ 3º - Os editais de concurso público do CIMVI serão subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

§ 4º - Será encaminhada cópia do edital de concurso público para conhecimento em todos os Entes consorciados mediante divulgação pelos meios regulamentares.

§ 5º - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores – internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial e em jornal de circulação regional.

§ 6º - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderá ser apresentada impugnação ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no sítio que o Consórcio Público manter na rede mundial de computadores – internet.

Art. 15 - Poderão candidatar-se aos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Consórcio Público todos os cidadãos que atendam aos requisitos previstos no art. 8º deste regulamento, sendo exigida comprovação no ato da posse.

§ 1º - As inscrições dos candidatos serão efetuadas pela Comissão Especial e/ou por quem ela designar, no horário e dentro dos prazos fixados no edital do concurso.

§ 2º - O pedido de inscrição deverá ser preenchido sem emendas ou rasuras pelo próprio candidato, em formulário especial fornecido pela Comissão Especial e/ou disponibilizado na internet.

§ 3º - Cada candidato não poderá se inscrever para mais de um emprego público em cada Concurso, e as provas deverão ser realizadas simultaneamente para todos os empregos oferecidos.

§ 4º - Não será permitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, devendo todos os documentos serem apresentados por ocasião do preenchimento da ficha de inscrição, se for o caso.

§ 5º - Os requisitos relativos à escolaridade e/ou formação técnica ou profissional, a inscrição na entidade profissional competente e os demais requisitos ou habilitações exigidas, deverão ser comprovados no ato da posse, sob pena de revogação do ato de provimento e desclassificação do candidato, além da convocação do sucessor imediato na ordem de classificação, para assunção da vaga.

§ 6º - A declaração falsa ou inexata de dados constantes da ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos ou graciosos, determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes.

§ 7º - O pedido de inscrição implicará no conhecimento e na aceitação de todas as disposições deste regulamento e do respectivo edital.

§ 8º - A inscrição em concurso será feita pelo próprio candidato ou por procurador, com poderes especiais legalmente investidos.

Art. 16 – Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade

competente designará Comissão Especial composta de 03 (três) servidores do CIMVI, facultada, em caso de necessidade, a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes Consorciados.

§ 1º - Dos servidores mencionados no "caput" deste artigo, dois (2) deverão ser ocupantes de emprego de carreira e de hierarquia superior ou igual a do emprego a ser preenchido e um (1) será indicado pelo sindicato de classe com jurisdição no Município sede do Consórcio Público.

§ 2º - A Comissão Especial deverá fiscalizar a duplicação das provas, se for o caso, tomando as medidas necessárias à manutenção do sigilo.

§ 3º - A Comissão Especial poderá, a seu critério e justificadamente, antes da homologação final, suspender, alterar, anular ou cancelar o concurso, não assistindo aos candidatos o direito à indenização.

§ 4º - Os casos omissos no edital serão resolvidos pela Comissão Especial.

Art. 17 – Na hipótese prevista no parágrafo único do artigo 12 deste regulamento, a instituição deverá indicar três membros de seu quadro de colaboradores para constituir Comissão Técnica que se responsabilizará pela elaboração, aplicação e correção das provas, bem como pelo assessoramento no julgamento de eventuais recursos relacionados às provas.

Parágrafo Único - A Comissão Técnica poderá ser auxiliada por funcionários efetivos do CIMVI ou de qualquer um dos Entes Consorciados, na qualidade de fiscais de prova.

Art. 18 – As provas deverão conter questões objetivas e de aplicação prática no desempenho do emprego público a que se refere o concurso.

§ 1º - Todas as provas são de caráter eliminatório.

§ 2º - A cada matéria corresponde uma prova em separado.

§ 3º - Cada membro da Comissão Especial ou Técnica corrigirá as provas e todos eles atribuirão graus a elas.

§ 4º - Tendo sido elaboradas por entidade especializada, as provas serão enviadas a esta entidade para a correção ou serão corrigidas por pessoas especialmente designadas, sob a fiscalização da Comissão Especial.

§ 5º - As provas serão avaliadas de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, observando-se o critério de escore bruto, e terão caráter eliminatório e classificatório.

§ 6º - O grau de cada prova será a média aritmética dos graus atribuídos pelos examinadores, em conformidade com o Edital.

§ 7º - O Edital de Concurso Público fixará, em sendo o caso, a nota mínima a ser atingida em cada prova e a nota mínima geral a ser atingida no concurso para fins de eliminação e/ou classificação de candidato.

§ 8º - Cada matéria terá um peso próprio, estabelecido no edital, o qual possibilitará a determinação da média ponderada e, consequentemente, a aprovação ou reprovação do candidato.

Art. 19 - As provas serão realizadas em dia, hora e local conforme previsão estabelecida no Edital.

§ 1º - Os candidatos deverão estar no local, com antecedência mínima de vinte (20) minutos, portando obrigatoriamente o original da Carteira de Identidade e/ou Cartão de Identificação e caneta esferográfica azul ou preta, se for o caso.

§ 2º - O candidato que se recusar a fazer qualquer prova ou que se retirar do recinto durante a realização de qualquer delas, sem autorização da Comissão Especial e/ou Técnica, ficará automaticamente eliminado do concurso.

§ 3º - Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, eliminando-se o candidato faltoso.

§ 4º - Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão do concurso:

I – comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao concurso, bem como consultar livros ou apontamentos, bem como qualquer equipamento eletrônico, salvo as fontes informativas que forem autorizadas pelo Edital ou pela Comissão Especial ou Técnica.

II – ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais, na companhia de fiscal.

Art. 20 – Expirado o prazo para solução das questões, as provas serão recolhidas e desidentificadas pelo órgão encarregado do concurso, sendo entregues incontinenti à Comissão Especial ou Técnica, que terá prazo de 05 (cinco) dias para correção das mesmas.

Parágrafo único - Tendo sido elaboradas por entidade especializada, as provas serão enviadas a esta entidade para a correção ou serão corrigidas por pessoas especialmente designadas, sob a fiscalização da Comissão Especial.

Art. 21 – A identificação das provas será feita pelo órgão encarregado do concurso em ato público, na presença da Comissão Especial e a divulgação dos resultados será feita imediatamente após, sendo obrigatória sua posterior publicação no órgão de imprensa oficial.

§ 1º - Não será permitido qualquer tipo de identificação nas provas que possibilite aos examinadores a identificação dos candidatos.

§ 2º - Será dada vista das provas aos interessados, dois dias úteis após o término do concurso, no local em que se encontrem.

Art. 22 – Tratando-se de prova de títulos, a Comissão selecionará aqueles que atendam às exigências do edital ou que com elas guardem relação, atribuindo graus a eles na forma estabelecida, e rejeitará os demais.

Art. 23 - O local de prova será fiscalizado por elementos designados pela Comissão Especial, vedado o ingresso de pessoas estranhas.

Art. 24 - Terminadas as avaliações das provas e dos títulos, serão divulgadas as notas por prova e a média final de cada candidato.

Art. 25 - No prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação referida no artigo anterior, o candidato poderá requerer revisão fundamentada da nota atribuída às provas e dos pontos atribuídos aos títulos.

Parágrafo Único - Feita a revisão, será publicado com todas as eventuais alterações, o resultado final do concurso.

Art. 26 - Quando, na realização do concurso, ocorrer irregularidade insanável ou preterição de formalidade substancial que possa afetar o seu resultado, qualquer candidato poderá recorrer ao Presidente do Consórcio Público que, mediante decisão fundamentada, proferida no prazo máximo de 10 (dez) dias, poderá anular o concurso, parcial ou totalmente, promovendo a apuração de responsabilidade dos culpados.

Parágrafo Único – O recurso previsto neste artigo poderá ser interposto até 03 (três) dias após a publicação do resultado final do concurso.

Art. 27 - Compete ao Presidente do Consórcio Público, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da publicação do resultado final, a homologação do concurso, à vista do relatório apresentado pela Comissão Especial.

Art. 28 - Terá preferência para a contratação, em caso de empate na classificação, sucessivamente, o candidato:

I - que tiver obtido melhor grau na matéria de peso mais elevado, estabelecida no edital.

II - que tiver maior idade, considerando-se a data de nascimento.

III - que tiver maior número de dependentes, observada a legislação previdenciária.

§ 1º - Os critérios de desempate de que trata este artigo será aplicado sucessivamente na ordem dos incisos anteriores, prevalecendo o critério do inciso I sobre o do inciso II e o deste sobre aquele do Inciso III, sucessivamente.

§ 2º - Após a aplicação dos critérios acima, se persistir o empate de candidatos, decidir-se-á a favor daquele que tenha maior número de dependentes.

Art. 29 - Aos candidatos serão assegurados amplos meios de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais, homologação do concurso e contratação de candidatos.

§ 1º - Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão Especial.

§ 2º - Dos recursos deverá constar à justificativa do pedido, em que se apresente sua razão, sendo, liminarmente, indeferidos os que não contenham fatos novos ou que se baseiam em razões subjetivas.

§ 3º - Interposto o recurso, o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, e no caso de não provimento do recurso, as provas serão anuladas e desconsideradas.

§ 4º - Os recursos deste artigo poderão ser interpostos até 2 (dois) dias após o cumprimento de cada fase.

Art. 30 - Os pedidos de revisões de provas serão dirigidos à Comissão Especial, circunstancialmente fundamentados e instruídos com comprovante do pagamento do preço público recursal, cabendo a esta decidir sobre eles.

§ 1º - O prazo para o pedido de revisão das provas e títulos previsto neste artigo é de 2 (dois) dias após a publicação da média final.

§ 2º - Feita a revisão será publicado, com todas as eventuais alterações, o resultado final do concurso.

Art. 31 – Fica instituído preço público para inscrição em Concurso Público do CIMVI, destinado a remunerar o custo do serviço para elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, nos seguintes valores:

I - R\$ 60,00 (sessenta reais) para os empregos que exigem nível superior; e

II - R\$ 40,00 (quarenta reais) para os empregos que exigem nível médio.

§ 1º – Ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público os candidatos doadores de sangue, atendidas as condições estabelecidas nos parágrafos seguintes.

§ 2º – Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto no parágrafo anterior, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

§ 3º – A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição.

§ 4º – O documento previsto no parágrafo anterior, deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

§ 5º – Os valores previstos nos incisos I e II do caput deste artigo serão atualizados anualmente pelo mesmo percentual aplicado na revisão geral das remunerações, ou seja, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

Art. 32 – Fica instituído preço público para recurso de revisão de provas em Concurso Público do CIMVI, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido no “caput” do artigo anterior para a inscrição do candidato.

Parágrafo Único – O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

Subseção III

Da Posse e do Exercício

Art. 33 - Posse é a investidura no emprego público, e se dá com a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades e direitos inerentes ao emprego público efetivo ou em comissão, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - A posse ocorrerá no prazo de quinze (15) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais quinze (15) dias, a requerimento do interessado.

§ 2º - Em se tratando de servidor já integrante do quadro de pessoal do Consórcio Público ou de Município consorciado em outro emprego público ou cargo e que esteja em gozo de licença ou em qualquer outro afastamento legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 3º - Só haverá posse nos casos de provimento de emprego público por nomeação ou contratação efetiva.

§ 4º - A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 5º - No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, no caso de emprego público em comissão, e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, ou da condição de aposentado por qualquer regime previdenciário.

§ 6º - Tornar-se-á, automaticamente, sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 34 - A posse em emprego público efetivo dependerá de prévia inspeção por junta médica oficial ou médico assistente.

§ 1º - Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício do emprego público, e tiver cumprido os demais requisitos estabelecidos em lei ou regulamento.

§ 2º - Compete a Diretoria dar posse ao empregado efetivo, bem como proporcionar treinamento e fiscalizar o exercício funcional dos integrantes do quadro de pessoal, zelando pela pontualidade, assiduidade e eficiência dos empregados e colaboradores do Consórcio Público.

Art. 35 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do emprego público ou da função de confiança.

§ 1º - O exercício das funções do emprego público terá início dentro de até cinco (5) dias, contados da data:

I - da publicação oficial do ato, no caso de reintegração ou aproveitamento;

II - da posse nos demais casos.

§ 2º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se não ocorrerem a posse e o exercício nos prazos previstos neste Regulamento.

Art. 36 - O início, a interrupção e o reinício do exercício, serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo Único - Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentamento individual.

Art. 37 - O exercício de emprego em comissão ou função de confiança exigirá do seu ocupante dedicação integral ao serviço, tendo que cumprir sua jornada regular de trabalho e podendo ser convocado fora dela sempre que houver interesse do Consórcio Público.

Subseção IV**Do Contrato de Experiência e da Avaliação de Desempenho**

Art. 38 - Ao entrar em exercício, o servidor contratado para emprego de provimento efetivo será submetido a contrato de experiência, por noventa dias, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação especial para o desempenho das funções do emprego público, observados os seguintes fatores:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - disciplina;

IV - capacidade de iniciativa;

V - produtividade e qualidade de trabalho;

VI - responsabilidade; e

VII - eficiência.

§ 1º - A avaliação especial de desempenho para fins de acompanhamento do contrato de experiência se processará antes do término do prazo deste.

§ 2º - O afastamento do exercício do emprego efetivo não suspende o prazo do contrato de experiência, exceto nos casos previstos em Lei.

Art. 39 - A avaliação dos servidores em contrato de experiência será realizada pelo Diretor Executivo do Consórcio Público, apurando-se o preenchimento, pelo avaliado, dos fatores mencionados no artigo anterior.

§ 1º - De posse da avaliação, o órgão de pessoal emitirá parecer concluindo a favor ou contra a confirmação do servidor em experiência, conforme alcance ou não a pontuação mínima de 70% (setenta por cento) do total possível.

§ 2º - Se o parecer for contrário à permanência do servidor, lhe será dado conhecimento deste, para efeito de apresentação de defesa escrita, no prazo de dois (02) dias.

§ 3º - O órgão de pessoal encaminhará o parecer e a defesa ao Presidente do Consórcio Público, que decidirá pela exoneração ou manutenção do servidor.

§ 4º - Se o Presidente considerar aconselhável a exoneração pelo término do contrato será comunicado ao servidor quando do último dia de serviço; caso contrário, o contrato do servidor passará a vigor por prazo indeterminado, ao final do prazo de experiência, sem prejuízo da manutenção de um sistema de avaliação periódica de desempenho.

§ 5º - A apuração dos requisitos mencionados no "caput" deste artigo deverá processar-se de modo que a exoneração, se houver, seja feita quando findo o período de experiência.

Subseção V**Da Inexistência de Estabilidade**

Art. 40 - O servidor habilitado em concurso público e empossado em emprego de provimento efetivo, sob este regime, não adquirirá estabilidade no serviço público, contudo sua exoneração, por iniciativa do Consórcio Público, deverá ser justificada, sem prejuízos das indenizações estabelecidas em lei acaso se processe antes ou posteriormente ao término do período de contrato de experiência.

§ 1º - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

§ 2º - O servidor será demitido:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – por justa causa, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º - O servidor poderá ser exonerado nas hipóteses previstas em Lei e/ou neste regulamento, inclusive por desempenho insuficiente, após procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Subseção VI**Da Reabilitação Profissional e da Readaptação Funcional**

Art. 41 – Observada a legislação trabalhista e previdenciária, o servidor poderá sofrer reabilitação profissional e readaptação funcional.

§ 1º - Readaptação funcional é a investidura do servidor em funções de outro emprego público, cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a qualificação funcional e com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção por junta médica oficial.

§ 2º - A readaptação decorrerá de processo de reabilitação profissional, de responsabilidade da Previdência Social. Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado, na forma da Lei.

§ 3º - Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar mudança de emprego público, aumento ou redução do salário do servidor.

SEÇÃO III DA REVERSÃO

Art. 42 - Reversão é:

I - o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

II - o retorno do servidor readaptado ao desempenho das funções do emprego público efetivo, quando atestada a plena recuperação da capacidade laborativa para tais atividades.

§ 1º - A reversão de que trata o Inciso I do caput deste artigo far-se-á no mesmo emprego público anteriormente ocupado, ou naquele resultante de sua transformação.

§ 2º - Encontrando-se provido o emprego público, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 3º - Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado setenta (70) anos de idade.

SEÇÃO IV DA REINTEGRAÇÃO

Art. 43 - Reintegração é a reinvestidura do servidor no emprego público anteriormente ocupado ou naquele resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, se for o caso.

§ 1º - Encontrando-se provido todas as vagas do emprego público o ocupante da última vaga será reconduzido ao eventual emprego público de origem, caso tenha se exonerado de outro emprego junto ao Consórcio Público para assunção deste último ocupado, sem direito a indenização, ou exonerado sem justa causa, com pagamento das indenizações de lei.

§ 2º - Na hipótese de o emprego público originário ter sido extinto, o servidor beneficiado pela reintegração será exonerado, com pagamento das indenizações de lei.

CAPÍTULO II DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 44 - Em caso excepcional, atendida a conveniência do serviço, o titular de emprego de direção, chefia ou assessoramento poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, para outro emprego da mesma natureza, até que se verifique a nomeação, designação ou reassunção do titular, e, nesse caso, só perceberá a remuneração correspondente a um emprego, cabendo ao servidor a opção.

Parágrafo Único - A reassunção ou vacância do emprego faz cessar, de pronto, os efeitos da substituição.

CAPÍTULO III DA VACÂNCIA

Art. 45 - A vacância do emprego público decorrerá de:

I - rescisão ou extinção do contrato temporário;

II - exoneração;

III - demissão;

IV - falecimento.

§ 1º - A demissão será aplicada ao servidor, por justa causa, a bem do serviço público, em virtude de processo administrativo disciplinar ou sentença judicial transitada em julgado.

§ 2º - A exoneração de emprego público efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

§ 3º - A exoneração de ofício dar-se-á:

- I - quando não satisfeitas às condições do contrato de experiência;
- II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido;
- III – por insuficiência de desempenho, aferida em avaliação periódica.

§ 4º - A exoneração de emprego em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á:

- I - a juízo da autoridade competente; ou
- II - a pedido do próprio servidor.

TÍTULO III DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I DO SALÁRIO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 46 – Salário é a retribuição pecuniária pelo exercício do emprego público, com valor fixado no Protocolo de Intenções do Consórcio Público e ratificado por lei dos Municípios consorciados.

§ 1º - O valor dos salários será alterado uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CIMVI, no mês de janeiro de cada ano, após deliberação da Assembleia Geral do Consórcio Público, em face da Revisão Geral Anual, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 2º – Remuneração é o salário do emprego público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas neste regulamento ou em lei.

§ 3º – O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego.

§ 4º – A carga horária regular do emprego público poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), de comum acordo e mediante Resolução, com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 5º – Os descontos autorizados e as consignações em folha de pagamento não poderão ser superiores a trinta por cento (30%) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 6º - O salário do emprego público efetivo acrescido das vantagens de caráter permanente é irredutível.

§ 7º - As reposições e indenizações ao erário, em valores atualizados, tornar-se-ão objeto de desconto, em parcelas mensais não excedentes da décima parte da remuneração.

§ 8º - Os prejuízos causados pelo servidor aos bens públicos ou as multas de trânsito recebidas no uso de veículos do Consórcio Público serão de responsabilidade do servidor o qual se incumbirá de seu pagamento integral, e acaso arcadas pelo CIMVI no interesse de seus serviços deverão ser objeto de reposição ou indenização ao erário na forma do parágrafo anterior.

§ 9º - O servidor em débito com o erário, que se exonerar ou que for demitido, terá o prazo de sessenta (60) dias para quitar o débito, sob pena de cobrança judicial.

Art. 47 - Perderá o salário ou remuneração do emprego público efetivo o servidor:

- I - quando no exercício de emprego ou cargo em comissão;
- II - quando no exercício de mandato eletivo, ressalvado o de Vereador, havendo compatibilidade de horário.

Parágrafo Único - Nos casos mencionados no caput deste artigo, quando exercidos na área de atuação do Consórcio Público, o servidor poderá optar pela remuneração do emprego público efetivo de que for titular, sem ônus para o CIMVI.

Art. 48 - O servidor perderá:

- I – a remuneração correspondente a carga horária não cumprida por atraso e/ou saída antecipada durante o mês, salvo se autorizada sua compensação;
- II - a remuneração do dia e o repouso remunerado imediatamente posterior, se não comparecer ao serviço, salvo motivo justificado;
- III - a remuneração do emprego público durante o afastamento por motivo de gozo de benefício previdenciário por doença ou acidente, pagos pela Previdência Social;
- IV - a remuneração total durante o afastamento por motivo de prisão criminal ou civil, e/ou cumprimento de pena judicial que não determine

a demissão.

CAPÍTULO II DAS VANTAGENS

Art. 49 - Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I – indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III – gratificações;

IV – adicionais.

§ 1º - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

§ 2º - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Estatuto do Consórcio Público ou neste regulamento, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

§ 3º - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 4º - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou deste regulamento, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

SEÇÃO I DAS INDENIZAÇÕES

Art. 50 - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, devidamente autorizado pela Diretoria do Consórcio Público, observado o limite de ¼ do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro;

II – Revogado; (Revogado pela Resolução nº 128 de 2015)

III – Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana’

IV – Vale transporte ao empregado que necessitar de transporte público para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa;

V - Auxílio alimentação para ressarcimento de despesas com alimentação do próprio empregado.

§ 1º - Revogado. (Revogado pela Resolução nº 128 de 2015)

§ 2º - Revogado. (Revogado pela Resolução nº 128 de 2015)

§ 3º - Revogado. (Revogado pela Resolução nº 128 de 2015)

§ 4º - Na hipótese do empregado receber:

I - Revogado. (Revogado pela Resolução nº 128 de 2015)

II - adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

§ 5º - Os adiantamentos de viagem serão requeridos de forma não cumulativa e em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64. (Redação dada pela Resolução nº 128 de 2015)

§ 6º - Aplica-se o disposto nesta subseção, e seus regulamentos, aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente.

Art. 51 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado que necessitar para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

§ 1º - Todo servidor deverá preencher declaração contendo seu endereço residencial e as linhas de transporte coletivo utilizadas para o

deslocamento previsto neste artigo, possibilitando-se a aquisição, fornecimento e controle do vale transporte, ou declarar expressamente sua renúncia ao benefício.

§ 2º - Qualquer alteração nas informações prestadas na forma do parágrafo anterior, devem ser comunicadas imediata e formalmente ao Consórcio Público, sob pena de responsabilidade.

Art. 52 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no Estatuto do Consórcio Público e neste regulamento, será concedido aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, no valor estipulado pela Diretoria do CIMVI, respeitado o valor máximo diário previsto no art. 52-C do Estatuto do Consórcio Público. (Redação dada pela Resolução nº 148 de 2016)

§ 1º - Para fins de concessão do auxílio previsto neste artigo, será considerado a quantidade de dias úteis de cada mês. (Redação dada pela Resolução nº 148 de 2016)

§ 2º - O valor do auxílio alimentação será reajustado na mesma data da revisão geral anual das remunerações dos empregados do Consórcio Público, respeitando-se o valor máximo diário estabelecido pelo Estatuto do CIMVI.

§ 3º - O valor do auxílio alimentação mensal será proporcional no caso de empregado que cumpra jornada de trabalho inferior àquela estabelecida regularmente para o emprego público de que seja titular.

§ 4º - Será deduzido do auxílio alimentação mensal, mediante redução proporcional no valor do auxílio do mês posterior:

I - o (s) dia(s) em que o empregado faltar injustificadamente ao trabalho (art. 48, II) ou estiver suspenso disciplinarmente;

II - o(s) dia(s) em que o empregado faltar ao trabalho por motivo de prisão criminal ou civil.

§ 5º - O auxílio alimentação será concedido através de cartão eletrônico, recarregável mensalmente, para ressarcimento de despesas com alimentação, e terá caráter indenizatório, não sendo considerado como verba salarial para quaisquer efeitos.

§ 6º - O empregado não terá direito ao auxílio alimentação durante o período que estiver afastado do emprego público por:

I - licença sem remuneração;

II - licença para atividade política;

III - motivo de gozo de benefício previdenciário por doença ou acidente, pagos pela Previdência Social;

IV - motivo de prisão criminal ou civil, e/ou cumprimento de pena judicial que não determine a demissão.

§ 7º - O Consórcio Público deverá se inscrever no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT do Ministério do Trabalho para manutenção do presente benefício, bem como poderá, mediante resolução, estabelecer participação dos empregados no custeio do auxílio alimentação, nos limites da Lei.

SEÇÃO II DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art. 53 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei, no Estatuto do Consórcio Público ou neste regulamento, poderão ser deferidas aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II - gratificação complementar, na forma estabelecida no § 5º do artigo 45 do Estatuto do Consórcio Público;

III - adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - adicional de férias, na forma da Lei;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - adicional noturno, na forma da Lei;

VII - adicional por qualificação.

Parágrafo Único - O adicional por qualificação será disciplinado no Capítulo dedicado ao desenvolvimento funcional (art. 98), neste regulamento.

Subseção I Da Gratificação Natalina

Art. 54 - A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano e beneficiará a todos os empregados do Consórcio Público.

§ 1º - A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será considerada como mês integral para os efeitos deste artigo.

§ 2º - A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano, compensada a importância que, a título de adiantamento, o empregado houver recebido.

§ 3º - Entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o Consórcio Público pagará, como adiantamento da gratificação, de uma só vez, metade do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior.

§ 4º - O Consórcio Público não estará obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os seus empregados.

§ 5º - O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.

§ 6º - Ocorrendo a extinção do contrato de trabalho antes do pagamento de que trata o § 2º deste artigo, o Consórcio Público poderá compensar o adiantamento mencionado com a gratificação devida, e, se não bastar, com outro crédito de natureza trabalhista que possua o respectivo empregado.

§ 7º - As contribuições devidas à Previdência Social, que incidem sobre a gratificação salarial referida neste artigo, ficam sujeitas ao limite estabelecido na legislação da Previdência Social.

§ 8º - A gratificação será proporcional:

I - na extinção dos contratos a prazo, entre estes os de experiência, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro; e

II - na cessação da relação de emprego, ainda que verificada antes de dezembro.

§ 9º - As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos neste artigo.

§ 10 - Ocorrendo rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho, o empregado receberá a gratificação devida nos termos deste artigo, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão.

Subseção II

Da Gratificação Complementar

Art. 55 - Os servidores efetivos recebidos em cessão, na forma do Estatuto do Consórcio Público, permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral e através de resolução, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem. (Redação dada pela Resolução nº 128 de 2015)

§ 1º - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no caput deste artigo, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIMVI efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes, se for o caso.

§ 2º - O valor da gratificação complementar de que trata este artigo poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Diretor Executivo.

Subseção III

Do Adicional por Serviço Extraordinário

Art. 56 - O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho do servidor.

§ 1º - Serão permitidos serviços extraordinários somente para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.

§ 2º - A contagem de horas extras do servidor em pernoite fora da sede a serviço deverá ocorrer reduzindo-se o tempo mínimo de oito horas de descanso.

§ 3º - O serviço extraordinário prestado pelo servidor integrará, pela média do valor dos serviços realizados, nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina e das férias relativas ao emprego público de que for titular.

Subseção IV

Do Adicional de Férias

Art. 57 - Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, adicional de um terço da remuneração correspondente ao período de férias.

Subseção V

Do Adicional pelo Trabalho Insalubre ou Perigoso

Art. 58 - Os servidores efetivos ou temporários que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, perceberão adicionais de insalubridade ou de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral, calculados sobre o salário mínimo.

§ 1º - O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

§ 2º - O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos de deram causa a sua concessão.

§ 3º - A concessão do adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas far-se-á em obediência às situações estabelecidas na legislação específica.

Subseção VI

Do Adicional Noturno

Art. 59 - O adicional devido ao servidor efetivo ou temporário, pelo serviço noturno, prestado no horário entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, corresponderá ao valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

CAPÍTULO III DAS FÉRIAS

Art. 60 - O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1º - Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze meses de exercício.

§ 2º - É vedado levar a conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3º O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período, podendo ser parcial, a pedido do servidor.

§ 4º - Na exoneração do servidor será devida à remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido, e a indenização será calculada com base na remuneração do mês em que ocorreu a exoneração ou a aposentadoria.

§ 5º - É facultado ao servidor converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, desde que requeira com, pelo menos, quinze dias de antecedência do seu início.

§ 6º - No cálculo do abono pecuniário será considerado o valor do adicional de férias previsto no artigo 57.

§ 7º - As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Art. 61 - O servidor terá direito a férias na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos quando não houver faltado ao serviço mais de cinco dias;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) à 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) à 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) à 32 (trinta e duas) faltas.

§ 1º - No cálculo das férias, será considerado o período aquisitivo.

§ 2º - O período de férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

§ 3º - As faltas de que trata este artigo, são as injustificadas.

Art. 62 - Não terá direito a férias o servidor que no curso do período aquisitivo:

I - permanecer em gozo de licença, com percepção de remuneração ainda que parcial, por mais de 30 (trinta) dias.

II - tiver percebido da Previdência Social benefício de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.

§ 1º - A interrupção de prestação de serviços deverá ser anotada na ficha prontuário do servidor.

§ 2º - Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o servidor, após o implemento de qualquer das condições previstas neste artigo, retornar ao serviço.

Art. 63 - As férias serão concedidas pela autoridade competente, a requerimento do servidor, em época que melhor consulte aos interesses do Consórcio Público, e nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito.

§ 1º - É facultado a autoridade competente conceder as férias em mais de um período.

§ 2º - Os membros de uma mesma família terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim desejarem.

§ 3º - O servidor estudante terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

§ 4º - As férias concedidas após o vencimento de dois períodos aquisitivos serão pagas em dobro com todos os adicionais, inclusive o de férias.

§ 5º - É facultado a autoridade competente conceder férias coletivas, desde que mantido os serviços essenciais.

§ 6º - No caso do parágrafo anterior, ao servidor que não tiver um período completo as férias serão proporcionais iniciando-se então, novo período aquisitivo.

Art. 64 - Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso, serão computados na remuneração que servirá de base de cálculo das férias.

§ 1º - Se, no momento das férias, o servidor não estiver percebendo as mesmas vantagens do período aquisitivo, ou quando o valor deste não tiver sido uniforme, será computada a média duodecimal recebida naquele período, após a atualização das importâncias a pagar, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos de salários supervenientes.

§ 2º - No cálculo das férias, não serão levados em consideração às indenizações e auxílios pecuniários.

Art. 65 - No caso de término de contrato ou exoneração, o servidor terá direito a remuneração relativa ao período incompleto de férias, observado o disposto nos artigos anteriores deste Capítulo, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de exercício ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Parágrafo Único - Em caso de término de contrato, exoneração ou demissão o servidor terá direito às férias vencidas e as proporcionais, esta última ainda que não tiver completado 12 (doze) meses de exercício no emprego público.

CAPÍTULO IV DAS LICENÇAS E AFASTAMENTOS

SEÇÃO I DAS LICENÇAS

Art. 66 - Conceder-se-á licença ao servidor:

I - para serviço militar obrigatório;

II - para atividade política.

Art. 67 - Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo Único - Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do emprego público de for titular.

Art. 68 - O servidor efetivo ou temporário terá direito a licença, sem remuneração, durante período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º - O servidor candidato a cargo eletivo na área de atuação do Consórcio Público, onde desempenha a sua função, e que exerça emprego ou cargo de direção, chefia ou assessoramento, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2º - A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os salários do emprego público efetivo, somente pelo período de três meses.

SEÇÃO II DOS AFASTAMENTOS

Art. 69 - O servidor não poderá ausentar-se do serviço para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem vencimentos, sem prévia

autorização do Diretor Executivo do Consórcio Público.

§ 1º - O afastamento do exercício do emprego público efetivo será permitido para:

I - exercer emprego ou cargo de provimento em comissão no Consórcio Público ou na administração Federal, Estadual ou Municipal, respectivas Autarquias, Fundações e entidades paraestatais;

II - concorrer a mandato eletivo, na forma da legislação específica;

III - exercício de mandato eletivo, na forma da legislação específica;

IV – as hipóteses previstas no art. 473 da CLT;

V - realizar estágios especiais ou cursos de atualização e aperfeiçoamento de interesse do Consórcio Público e afins ao emprego público que ocupa, quando autorizado pelo Diretor Executivo;

VI – gozo de licença paternidade, maternidade ou à adotante.

§ 2º - O servidor efetivo investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal ou estadual, ficará afastado do emprego;

II - investido no mandato de Prefeito ou Vice-Prefeito, será afastado do emprego, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, sem ônus ao Consórcio Público;

III - investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu emprego, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do emprego, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, sem ônus para o Consórcio Público.

§ 3º - No caso de afastamento do emprego, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.

CAPÍTULO V DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 70 - É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos em defesa de direito ou de interesse legítimo.

§ 1º - O direito de requerer prescreve:

I - em cinco anos, quanto aos atos de demissão ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em cento e vinte dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

§ 2º - A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pelo Consórcio Público.

§ 3º - O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

§ 4º - Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

§ 5º - O requerimento e o pedido de reconsideração de que trata o parágrafo anterior deverão ser despachados no prazo máximo de cinco dias úteis e decididos dentro de trinta dias.

§ 6º - Caberá recurso:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - das decisões sobre recursos sucessivamente interpostos.

§ 7º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, se houver.

§ 8º - O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de trinta dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

TÍTULO IV DOS DEVERES E DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DA ACUMULAÇÃO

Art. 71 - Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de empregos públicos, cargos ou funções.

§ 1º - A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

§ 2º - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º - Considera-se acumulação proibida a percepção de salário ou vencimento de emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os empregos públicos ou cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

§ 4º - O servidor vinculado ao regime desta lei que acumular lícitamente dois empregos públicos efetivos, quando investido em emprego de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os empregos públicos.

§ 5º - O servidor não poderá exercer mais de um emprego em comissão, exceto no caso previsto no artigo 44, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

§ 6º - Verificada, em processo administrativo, acumulação irregular de emprego público ou cargo, o servidor será demitido de um destes e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

CAPÍTULO II DOS DEVERES

Art. 72 - São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei:

I - Respeitar o regime ou horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto, inclusive comunicando imediatamente qualquer impossibilidade de comparecimento ao serviço por motivo de doença ou acidente;

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Diretor Executivo e demais Chefes, exceto quando manifestamente ilegais;

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, lealdade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços;

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas;

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado;

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados;

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço;

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços;

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Diretor Executivo;

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal;

XI - atender com presteza:

- a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

XII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

XIII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

XIV - manter atualizado seus dados cadastrais junto ao Consórcio Público.

Parágrafo Único - A representação de que trata o inciso XIII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado a ampla defesa.

CAPÍTULO III

DAS PROIBIÇÕES

Art. 73 - Ao empregado é especialmente proibido:

- I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios;
- II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou despreço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário;
- III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego;
- IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados;
- V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares;
- VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço;
- VII - Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros;
- VIII - Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários;
- IX - Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.
- X - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- XI - recusar fé a documentos públicos e/ou opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- XII - cometer a pessoa estranha ao Consórcio Público, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;
- XIII - manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau civil;
- XIV - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio, e, nessa qualidade, transacionar com o Consórcio Público;
- XV - cometer qualquer das condutas tipificadas no art. 482 da CLT;
- XVI - comparecer no trabalho em estado de embriaguez ou sob efeito de qualquer outra droga capaz de afetar a consciência;
- XVII - praticar usura sob qualquer de suas formas;
- XVIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

CAPÍTULO IV**DAS RESPONSABILIDADES**

Art. 74 - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

§ 1º - A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

§ 2º - A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho de emprego público ou função.

§ 3º - As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

§ 4º - A reparação de eventual prejuízo é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 5º - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

§ 6º - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

§ 7º - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 75 - São penalidades disciplinares:

I – advertência.

II – repreensão.

III – suspensão.

IV – demissão.

§ 1º - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Diretor Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

§ 2º - A pena de repreensão será aplicada pelo Diretor Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

§ 3º - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

§ 4º - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Diretor Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

§ 5º - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

§ 6º - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

§ 7º - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, sem efeitos retroativos, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 8º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

§ 9º - O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 76 - Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o servidor será notificado, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias contados da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por três servidores públicos e, simultaneamente, indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1º - A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º - A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indiciamento em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se vista do processo na repartição, observado o disposto no artigo 87.

§ 3º - Apresentada à defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o

processo à autoridade instauradora para julgamento.

§ 4º - No prazo de cinco dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, aplicando-se, quando for, o caso o disposto no § 1º do art. 89.

§ 5º - A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro emprego público ou cargo.

§ 6º - Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º - O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º - O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições dos Títulos IV e V deste regulamento.

Art. 77 - Para os efeitos deste regulamento, entende-se por:

I - abandono de emprego público: a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

II - inassiduidade habitual: a falta ao serviço, sem causa justificada, por cinco dias, intercaladamente, durante o período de doze meses.

Parágrafo Único - Na apuração de abandono de emprego ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 76, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de emprego, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a cinco dias intercaladamente, durante o período de doze meses;

II - após a apresentação da defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de emprego, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 78 - As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Presidente do Consórcio Público, as de demissão;

II - pelo Diretor Executivo, nos casos de advertência, repreensão e suspensão.

Art. 79 - A demissão do emprego público incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em emprego, cargo ou função pública do Consórcio Público e dos Municípios consorciados, inclusive das suas Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas.

Parágrafo Único - A demissão no caso de falta grave com danos ao Erário implica na indisponibilidade dos bens do servidor para garantia do ressarcimento, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 80 - A ação disciplinar prescreverá:

I - em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão;

II - em dois anos, quanto à suspensão;

III - em um ano, quanto à repreensão;

IV - em cento e oitenta dias, quanto à advertência.

§ 1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º - Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas, também, como crime.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º - Interrompido o curso da prescrição, esta recomeçará a correr, pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

TÍTULO V

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 81 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa.

§ 1º - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 2º - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

§ 3º - A sindicância será conduzida por Comissão Especial ou Permanente designada pelo Presidente do Consórcio Público, composta por até três servidores, a qual adotará o procedimento sumário a que se refere o art. 76, com a indicação da materialidade, instrução e notificação para defesa, e, após a apresentação da defesa, elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos e indicará o respectivo dispositivo legal, remetendo o processo à autoridade competente para julgamento e/ou aplicação da sanção.

Art. 82 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência, repreensão ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

§ 1º - O prazo inicial para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, a critério da autoridade competente.

§ 2º - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias ou de demissão do emprego, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

CAPÍTULO II

DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 83 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 84 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

§ 1º - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três servidores, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 2º - A comissão terá como secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 3º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 4º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

§ 5º - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 6º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 7º - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

§ 8º - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações

adotadas.

Art. 85 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

SEÇÃO I DO INQUÉRITO

Art. 86 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

§ 1º - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

§ 2º - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

§ 3º - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 4º - É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 5º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 6º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

§ 7º - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

§ 8º - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 9º - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

§ 12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§ 13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

§ 15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

§ 16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

Art. 87 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 3º - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

§ 4º - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 5º - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

§ 6º - Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte à publicação do edital.

§ 7º - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 8º - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

Art. 88 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

SEÇÃO II DO JULGAMENTO

Art. 89 - No prazo de vinte dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º - Reconhecida pela comissão à inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

§ 4º - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

Art. 90 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§ 1º - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o servidor de responsabilidade.

§ 2º - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

§ 3º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 4º - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma deste regulamento.

§ 5º - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 91 - O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo Único - Ocorrida a exoneração de que trata o § 3º, inciso I, do art. 45, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

SEÇÃO III DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 92 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

§ 4º - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

§ 5º - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

§ 6º - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

§ 7º - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 8º - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

§ 9º - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 93 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

§ 2º - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

§ 3º - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

TÍTULO VI

DO QUADRO DE EMPREGOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO E DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

CAPÍTULO I

DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 94 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio Público os contratados para ocupar os empregos públicos previstos no Protocolo de Intenções, no Estatuto e neste regulamento, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas na forma da lei.

§ 1º - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º - O Diretor Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto no Estatuto do CIMVI, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

§ 3º - Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIMVI.

§ 4º - Os empregados não poderão ser cedidos, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

§ 5º - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores efetivos, na forma e condições da legislação de cada um, observado o disposto no Estatuto do Consórcio Público e neste regulamento.

CAPÍTULO II

dos empregos públicos DE CONFIANÇA

Art. 95 - O CIMVI terá os seguintes empregos públicos de confiança em sua estrutura funcional:

| Nº de Empregos | Denominação do Emprego | Carga Horária Semanal | Salário/mês |
|----------------|------------------------|-----------------------|--------------|
| 1 | Diretor Executivo | 40 h | R\$ 9.726,19 |
| 8 | Gestor de Serviços | 40 h | R\$ 4.863,09 |

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o "caput" deste artigo são de livre nomeação e exoneração, regidos pelo critério de confiança e obrigados ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderão ser convocados a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

§ 2º - A nomeação será feita pelo Presidente do CIMVI, após regular aprovação da escolha pela Assembleia Geral do Consórcio Público, ao qual compete dar posse e fiscalizar o exercício funcional, observadas as disposições do Estatuto e deste regulamento.

CAPÍTULO III dos empregos públicos PERMANENTES

Art. 96 - O CIMVI terá os seguintes empregos públicos permanentes em sua estrutura funcional:

| Nº de Empregos | Denominação do Emprego | Carga Horária Semanal | Salário/mês |
|----------------|---------------------------------------|-----------------------|--------------|
| 09 | Agente Administrativo | 40 horas | R\$ 2.167,88 |
| 01 | Agente Controle Interno | 20 horas | R\$ 1.851,49 |
| 01 | Contador | 20 horas | R\$ 1.851,49 |
| 01 | Engenheiro Químico | 20 horas | R\$ 3.163,94 |
| 01 | Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental | 20 horas | R\$ 3.163,94 |
| 09 | Médico Veterinário | 20 horas | R\$ 2.929,58 |

(Quadro alterado pela Resolução nº 128 de 2015)

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o "caput" deste artigo serão acessados, na forma deste regulamento, por meio de:

I - concurso público no caso de provimento efetivo;

II - processo seletivo no caso de contratação temporária.

§ 2º - Os atos de nomeação e posse, e os de contratação serão expedidos pela Diretoria, observados os procedimentos legais.

§ 3º - Além do pessoal referido neste artigo e no antecedente, o Consórcio Público poderá receber servidores efetivos que lhe forem colocados à disposição, nos termos do Estatuto.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES E DESCRIÇÕES DOS EMPREGOS

Art. 97 – Os empregos públicos de que tratam os Capítulos I e II deste Título tem as seguintes atribuições e descrições:

I – Para o emprego de DIRETOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gerenciamento e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIMVI.

II – Para o emprego de GESTOR DE SERVIÇOS:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar a execução de todas as atividades operacionais exercidas pelo Consórcio Público; Relatar e prestar contas aos consorciados e à Diretoria das ações executadas pelo Consórcio Público; Zelar pelo cumprimento da legislação, apontando alternativas sustentáveis para a execução dos serviços; Dar cumprimento às metas e ações estabelecidas nos contratos firmados pelo Consórcio Público; Promover e integração dos Entes consorciados e a defesa das ações integradas, ressaltando a eficiência dos serviços e/ou programas desenvolvidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIMVI.

III – Para o emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar os serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Ensino médio completo.

IV – Para o emprego de AGENTE CONTROLE INTERNO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar a fiscalização, controle e auditoria dos atos do Consórcio Público; Elaborar relatórios de controle interno; Prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão; Instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis ao Consórcio Público; Executar os demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de Ciências Contábeis, Direito ou Administração.

V – Para o emprego de CONTADOR:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; Exercer o controle e registro de contratos e convênios, compras e licitações; Examinar e elaborar processos de prestação de contas; Auxiliar na elaboração do plano de aplicação e da proposta orçamentária; Examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; Exercer o controle da liquidação das despesas e elaborar os pagamentos; Informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio; Elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais, de execução orçamentária ou financeiros; Prestar informações da área contábil e realizar serviços de assessoramento superior e gerencial à Diretoria; Orientar o registro e controle do patrimônio; Promover a observância das normas e preceitos da contabilidade pública; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

VI – Para o emprego de ENGENHEIRO QUÍMICO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços em sua área de atuação, bem como em serviços afins ou correlatos; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

VII – Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/ AMBIENTAL: (Emprego renomeado pela Resolução nº 128 de 2015)

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e correlatos; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

VIII – Para o emprego de MÉDICO VETERINÁRIO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Conforme Lei nº 5.517, de 23 de Outubro de 1968 – Capítulo II; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

IX – Emprego extinto pela Resolução nº 128 de 2015.**X – Emprego extinto pela Resolução nº 128 de 2015****CAPÍTULO V****DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL**

Art. 98 - O desenvolvimento funcional do servidor efetivo ocorrerá na forma deste Capítulo, através do adicional por qualificação.

§ 1º - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

§ 2º - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá apresentar requerimento e comprovar o atendimento, cumulativo, das seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II – ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

§ 3º – Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto se para exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

§ 4º - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do parágrafo anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

§ 5º - O cumprimento dos requisitos de que trata este artigo, dentro do período aquisitivo considerado, será apurado em processo administrativo próprio, devidamente instruído, sendo que os efeitos financeiros do benefício, acaso concedido, serão estabelecidos no ato administrativo expedido.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

CAPÍTULO I DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 99 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração inicial para ele prevista.

§ 2º - A contratação de que trata este artigo, será precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos.

Art. 100 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e demais disposições do Estatuto do Consórcio Público e deste Regulamento.

§ 1º - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

§ 2º - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o parágrafo anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

Art. 101 - O pessoal contratado nos termos deste Capítulo não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de emprego em comissão ou de confiança.

Parágrafo Único - A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 102 - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos deste Capítulo serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias, assegurada a ampla defesa.

Art. 103 - O contrato formado de acordo com este Capítulo extinguir-se-á, sem direito a indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado.

§ 1º - A extinção do contrato por iniciativa do Consórcio Público contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

§ 2º - A extinção do contrato, no caso do inciso II, será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias, ficando a critério do Consórcio Público contratante a dispensa deste prazo.

Art. 104 - O tempo de serviço prestado em virtude de contratação temporária, nos termos deste Capítulo, será computado para todos os efeitos.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA DE ESTÁGIO

Art. 105 - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

§ 1º - O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II - em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

§ 2º - A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I - R\$ 486,31 (quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta e um centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - R\$ 726,54 (setecentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 3º - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o parágrafo anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais.

II - auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III - período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

§ 4º - O valor da bolsa-estágio será revisado em janeiro de cada ano pelos mesmos índices aplicados à revisão geral anual da remuneração dos servidores do Consórcio Público.

Art. 106 - O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo a responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 107 - O "Dia do Servidor Público" será comemorado em 28 de outubro.

§ 1º - Caberá ao Presidente do Consórcio Público estabelecer ponto facultativo na data de que trata o "caput" deste artigo, se necessário.

§ 2º - Por conveniência ou necessidade de serviço a comemoração da data de que trata o "caput" deste artigo poderá ser antecipada ou postergada em alguns dias.

Art. 108 - A jornada normal de trabalho no Consórcio Público será:

I - de 8 (oito) horas diárias para o serviço administrativo, cujo desempenho seja atribuído a servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

II - de 4 (quatro) horas diárias para os serviços cujo desempenho seja atribuído a servidores com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º - A jornada de trabalho prevista neste artigo é do número de horas imposta ao servidor, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos neste regulamento, sempre com redução ou aumento de remuneração e de comum acordo entre as partes.

§ 2º - Observado o disposto no inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal, a Administração poderá estabelecer jornadas especiais de trabalho, plantões ou escalas.

Art. 109 – O Consórcio Público poderá ter servidores de sobreaviso ou e em escala de revezamento, para executarem serviços essenciais, serviços imprevistos ou para substituições de outros servidores que faltem à escala organizada.

§ 1º - Considera-se de "sobreaviso" o servidor que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço.

§ 2º - Cada escala de "sobreaviso" será, no máximo, de vinte e quatro horas.

§ 3º - As horas de "sobreaviso", para todos os efeitos, serão contadas à razão de 1/3 (um terço) do salário normal.

§ 4º - Considera-se "em escala de revezamento" o servidor que ficar nas dependências do serviço público, executando atividades ou aguardando ordens.

§ 5º - A escala de revezamento será, no máximo, de doze horas de serviço por trinta e seis horas de descanso.

§ 6º - Quando, no estabelecimento ou dependência em que se achar o servidor, houver facilidade de alimentação, às doze horas de escala de revezamento, a que se refere o parágrafo anterior, poderão ser contínuas. Quando não existir essa facilidade, depois de seis horas de prontidão, haverá sempre um intervalo de uma hora para cada refeição, que não será, nesse caso, computada como de serviço.

Art. 110 - Para todos os efeitos previstos neste regulamento, os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados por médico do serviço público de saúde (SUS).

§ 1º - Em casos especiais, atendendo a natureza da enfermidade o Presidente do Consórcio Público poderá designar uma junta médica para proceder ao exame, dela fazendo parte obrigatoriamente, um médico do Município sede do CIMVI.

§ 2º - O atestado médico apresentado pelos servidores poderá ter sua validade condicionada a ratificação posterior pelo serviço de medicina ocupacional do Consórcio Público.

Art. 111 - Contarão por dias corridos os prazos previstos nesta lei.

Parágrafo Único - Computar-se-á no prazo o dia inicial prorrogando-se para o primeiro dia útil o vencimento que incidir em sábado, domingo ou feriado.

Art. 112 – Este Regulamento entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau, SC, em 10 de Julho de 2014.

| | |
|---|--|
| Hartwig Persuhn
Presidente do CIMVI
Prefeito de Doutor Pedrinho | Nicanor Morro
Prefeito de Apiúna |
| Moacir Polidoro
Prefeito de Ascurra | Jean Michel Grundmann
Prefeito de Benedito Novo |
| Sergio Almir dos Santos
Prefeito de Indaial | Rolf Nicolodelli
Prefeito de Pomerode |
| Fernando Tomaselli
Prefeito de Rio dos Cedros | Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio |
| Laércio Demerval Schuster Junior
Prefeito de Timbó | Luiz Cláudio Kades
Assessor Jurídico da AMMVI / CIMVI OAB/SC 17.692 |

RESOLUÇÃO Nº 145 DE 15 DE JANEIRO DE 2016 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO NO TEXTO ANTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 145, DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a revisão geral anual dos salários dos empregados do CIMVI, na forma do Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo § 1º do art. 45, § 5º do art. 46, § 1º do art.

52 e art. 87 do Estatuto do CIMVI; e

Considerando a garantia estabelecida pelo Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando-se o disposto nos artigos 31, caput e § 5º, 46, § 1º, 95, caput, 96, caput, e 105, §§ 2º e 4º, do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, estabelecido pela Resolução nº 98, de 10/07/2014;

Considerando que a revisão geral anual ocorre pela aplicação do INPC (IBGE) acumulado no período posterior ao utilizado na última revisão, até o mês de dezembro, inclusive, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro do ano de referência;

Considerando que o CIMVI tem adotado para a administração de seu quadro de pessoal, os mesmos parâmetros gerais utilizados na política salarial dos Municípios consorciados;

Considerando a aprovação da proposta de revisão geral anual aos empregados e colaboradores neste exercício pela Diretoria Executiva do CIMVI e a aplicação das demais normativas internas;

Considerando a exigência de rigoroso controle no gasto para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e à efetiva gestão das despesas do Consórcio Público;

RESOLVE:

Art. 1º - O salário dos empregados do CIMVI será revisto no mês de janeiro de 2016, na forma do inciso X, in fine, do art. 37 da Constituição Federal, sem distinção de índices, conforme estabelecem o § 5º do art. 46 e § 1º do art. 52 do Estatuto do Consórcio Público e § 1º do artigo 46 do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, instituído pela Resolução nº 98, de 10/07/2014.

§ 1º - Para o exercício de 2016 a revisão geral das remunerações de que trata o "caput" deste artigo, será correspondente a 11,28% (onze inteiros e vinte e oito centésimos por cento), correspondente ao INPC (IBGE) acumulado no período de janeiro a dezembro de 2015, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro do corrente.

§ 2º - A revisão geral se estende ao salário de todos os empregados, do quadro permanente, de confiança ou contratados temporariamente, bem como ao valor da bolsa-estágio, sem distinção de índices, conforme Anexo Único integrante desta.

Art. 2º - O preço público instituído pelo art. 31, caput, do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, instituído pela Resolução nº 98, de 10/07/2014, para inscrição em Concurso Público do Consórcio Público, destinado a remunerar o custo do serviço para elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, ficam atualizados para os seguintes valores:

I - R\$ 70,93 (setenta reais e noventa e três centavos) para os empregos que exigem nível superior; e

II - R\$ 47,29 (quarenta e sete reais e vinte e nove centavos) para os empregos que exigem nível médio.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa Anual.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro de 2016.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbó, 15 de janeiro de 2016.

Hartwig Persuhn

Presidente

ANEXO ÚNICO

| Empregos Públicos de Confiança
(art. 50 do Estatuto e art. 95 do RQP) | | | |
|--|------------------------|-----------------------|--------------------|
| Nº de Empregos | Denominação do Emprego | Carga Horária Semanal | Salário/mês
R\$ |
| 1 | Diretor Executivo | 40 hs | 11.497,60 |
| 8 | Gestor de Serviços | 40 hs | 6.676,80 |

| Empregos Públicos Permanentes
(art. 51 do Estatuto e art. 96 do RQP) | | | |
|---|-------------------------|-----------------------|--------------------|
| Nº de Empregos | Denominação do Emprego | Carga Horária Semanal | Salário/mês
R\$ |
| 9 | Agente Administrativo | 40 hs | 2.562,71 |
| 1 | Agente Controle Interno | 20 hs | 2.188,69 |
| 1 | Contador | 20 hs | 2.188,69 |

| | | | |
|--|---------------------------------------|-------|----------|
| 1 | Engenheiro Químico | 20 hs | 3.740,18 |
| 1 | Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental | 20 hs | 3.740,18 |
| 9 | Médico Veterinário | 20 hs | 3.463,13 |
| Estagiário / Bolsa-estágio
(§ 13 do art. 46 do Estatuto e art. 105, § 2º, do RQP) | | | R\$ |
| 3º grau (4hs/d=20hs/s) | | | 574,88 |
| 3º grau (6hs/d=30hs/s) | | | 858,86 |
| Auxílio-Alimentação
(Art. 52-C do Estatuto do CIMVI) | | | R\$ |
| Valor máximo diário | | | 26,50 |

RESOLUÇÃO Nº 148 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 148, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

Altera o Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo § 1º do art. 45 do Estatuto do CIMVI; e

Considerando-se o disposto no artigo 52-C do Estatuto do CIMVI e artigo 52, caput e § 1º do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, estabelecido pela Resolução nº 98, de 10/07/2014, já alterada pela Resolução nº 128, de 22/05;

RESOLVE:

Art. 1º - O caput do art. 52 e seu §1º, ambos do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, estabelecido pela Resolução nº 98, de 10/07/2014, já alterada pela Resolução nº 128 de 22/05/2015,

passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 52 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no Estatuto do Consórcio Público e neste regulamento, será concedido aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, no valor estipulado pela Diretoria do CIMVI, respeitado o valor máximo diário previsto no art. 52-C do Estatuto do Consórcio Público.

§1º - Para fins de concessão do auxílio previsto neste artigo, será considerado a quantidade de dias úteis de cada mês. ”

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó - SC, em 18 de fevereiro de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

CIS/AMUREL

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 29/2016 - CDI

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 29/2016.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: CDI - IMAGEM LTDA. - ME

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia, Mamografia Bilateral, Densitometria Óssea e Tomografia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009 e 002/2009).

Data da Assinatura: 14/01/2016.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Manoel José Carvalho Fernandes pelo Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 38/2016 - PNEUMOCLINICA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 38/2016.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: OTOPEUMOCINICA LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consulta especializada de pneumologia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2012).

Data da Assinatura: 27/01/2016.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Marcelo Costa pelo Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO 01/2016 - SÃO MARTINHO**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Rateio nº. 01/2016

Município: São Martinho

Consórcio: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: A definição das responsabilidades econômicas-financeiras por parte do consorciado, bem como, estabelecer a forma de repasse de valores correspondentes

à parte de responsabilidade do MUNICÍPIO, para realização das despesas do Consórcio Público, inclusive as despesas a serem realizadas com os serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Assinantes: José Schotten e Andréia Steiner Cardoso pelo Município, e Antônio Felipe Sobrinho pelo Consórcio.

CODEPLAN

ATA 001/2016

ATA 01/2016

1ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, às quinze horas, reuniram-se na sede do Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte – CODEPLAN, em Mafra/SC, os representantes dos municípios que compõem o Consórcio. Estiveram presentes: o Presidente do CODEPLAN e prefeito de Três Barras, Sr. Elói José Quege; o prefeito de Bela Vista do Toldo, Sr. Gilberto Damaso da Silveira; o prefeito de Canoinhas, Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria; o prefeito de Irineópolis, Sr. Juliano Pozzi Pereira; o prefeito de Monte Castelo, Sr. Aldomir Roskamp; o prefeito de Papanduva, Sr. Dario Schicovski; o prefeito de Porto União, Sr. Anízio de Souza; o vice-prefeito de Porto União, Sr. Aloísio Salvatti; o Secretário de Agricultura de Major Vieira, Sr. Hélio Schroeder e o engenheiro ambiental de Major Vieira, Sr. Sinézio Lepchack; o secretário da ADR de Mafra, Sr. Abel Schroeder; o Secretário Executivo da Amplanorte, Sr. Helio Daniel Costa; o presidente da Amplanorte, Sr. Wellington Roberto Bielecki; o Assessor Jurídico da Amplanorte, Sr. Douglas Antônio Conceição; a contadora da Amplanorte, Elaine Cristina Eckel e a Auxiliar Administrativo da Amplanorte, Bruna Rissi. O Presidente do CODEPLAN, Elói, deu as boas vindas a todos e comentou a necessidade de abraçar as situações que a Amplanorte e o CODEPLAN poderão proporcionar aos municípios como por exemplo a elaboração da Instrução Normativa sobre o SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária), ou seja, proporcionar ao pequeno produtor a oportunidade de comercializar seu produto não somente no seu município, mas também nos municípios vizinhos. Hélio Daniel esclareceu a todos sobre aprovação do recurso a ser repassado pela União ao Consórcio para estruturação do SUASA, onde o contrato de repasse foi assinado em 28/12/2015 com cláusula suspensiva. Expôs aos presentes a planilha dos itens a serem adquiridos com o recurso, os quais estão descritos no projeto aprovado. O Prefeito de Canoinhas, Luiz Alberto relatou a sugestão de Fernando Freiberger, Veterinário do Ministério da Agricultura, sobre a estruturação deste projeto. Hélio Daniel expôs os valores referentes ao convênio, onde R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) é o repasse da União e R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais) é a contrapartida do Consórcio, valor o qual deve ser rateado entre os municípios consorciados e solicitou para que a contabilidade de cada município proceda com as adequações orçamentárias para ser possível repassar este

valor ao Codeplan. Seguindo a pauta, Hélio Daniel falou sobre a vaga de Coordenador Técnico Administrativo do CODEPLAN, que encontra-se em aberto, e que pode ser ocupada pelo Secretário Executivo da Amplanorte, o qual prestaria serviço para o Consórcio, porém não acumularia um segundo salário e sim apenas continuaria a receber a mesma remuneração mensal da Amplanorte, conforme previsão no Protocolo de Intenções, ou podendo ainda ser indicado o nome de outra pessoa para preenchimento da referida vaga. Luiz Alberto sugeriu a indicação do Secretário Executivo da Associação nesta função onde todos concordaram. Daniel apresentou a contadora da Amplanorte, que foi selecionada por meio de Processo Seletivo realizado no final de 2015, a qual também apesar de ser funcionária da Amplanorte será cedida ao CODEPLAN via convênio para realização dos trabalhos contábeis. Da mesma forma foi sugerido a disponibilização do Assessor Jurídico da AMPLANORTE, Sr. Douglas Antônio Conceição para prestar serviços ao Consórcio e ainda a Sra. Bruna Rissi como controlador interno todos via convênio sem remuneração prezando fundamentalmente pelo princípio da economicidade da entidade e por consequência dos municípios. Hélio Daniel salienta que vale a pena o esforço nesse momento enquanto o CODEPLAN ainda está se estruturando e que deve efetivamente ter a concordância do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC. Esgotada a ordem do dia o Presidente agradeceu a todos pela presença, solicitando ao Coordenador Técnico Administrativo a lavratura da presente ata para fiel registro que vai assinada por mim e pelo Presidente.

HÉLIO DANIEL COSTA

Coordenador Técnico-Administrativo do CODEPLAN

ELÓI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Presidente do CODEPLAN

CIRSURES**EXTRATO DE CONTRATO CIRSURES - 001/2016**

CONTRATO Nº: 001/2016

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de destinação e tratamento final dos resíduos sólidos urbanos coletados no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 02/01/2016

Vigência: Início: 02/01/2016 – Fim: 31/12/2016

Valor: R\$ 279.248,75 (duzentos e setenta e nove mil e duzentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos)

EXTRATO DE CONTRATO CIRSURES - 004/2016

CONTRATO Nº: 004/2016

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ORLEANS

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de destinação e tratamento final dos resíduos sólidos urbanos coletados no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 02/01/2016

Vigência: Início: 02/01/2016 – Fim: 31/12/2016

Valor: R\$ 299.195,09 (duzentos e noventa e nove mil e cento e noventa e cinco reais e nove centavos)

EXTRATO DE CONTRATO CIRSURES - 006/2016

CONTRATO Nº: 006/2016

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de destinação e tratamento final dos resíduos sólidos urbanos coletados no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 02/01/2016

Vigência: Início: 02/01/2016 – Fim: 31/12/2016

Valor: R\$ 194.930,13 (cento e noventa e quatro mil e novecentos e trinta reais e treze centavos)

EXTRATO DE CONTRATO CIRSURES - 007/2016

CONTRATO Nº: 007/2016

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de destinação e tratamento final dos resíduos sólidos urbanos coletados no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 02/01/2016

Vigência: Início: 02/01/2016 – Fim: 31/12/2016

Valor: R\$ 249.329,24 (duzentos e quarenta e nove mil e trezentos e vinte e nove reais e vinte e quatro centavos)

EXTRATO DE CONTRATO CIRSURES - 008/2016

CONTRATO Nº: 008/2016

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no galpão de triagem anexo ao aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 02/01/2016

Vigência: Início: 02/01/2016 – Fim: 31/12/2016

Valor: R\$ 53.770,56 (cinquenta e três mil e setecentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos)

EXTRATO DE CONTRATO CIRSURES - 009/2016

CONTRATO Nº: 009/2016

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no galpão de triagem anexo ao aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 02/01/2016

Vigência: Início: 02/01/2016 – Fim: 31/12/2016

Valor: R\$ 62.732,28 (sessenta e dois mil e setecentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos)

EXTRATO DE CONTRATO CIRSURES - 011/2016

CONTRATO Nº: 011/2016

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ORLEANS

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no galpão de triagem anexo ao aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 02/01/2016

Vigência: Início: 02/01/2016 – Fim: 31/12/2016

Valor: R\$ 63.332,28 (sessenta e três mil e trezentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos)

EXTRATO DE CONTRATO CIRSURES - 014/2016

CONTRATO Nº: 014/2016

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no galpão de triagem anexo ao aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 02/01/2016

Vigência: Início: 02/01/2016 – Fim: 31/12/2016

Valor: R\$ 179.234,24 (cento e setenta e nove mil e duzentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos)

EXTRATO DE CONTRATO CIRSURES - 025/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS
DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento – CPLJ

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: 025/2016

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Contratado: CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA

CNPJ: 01.961.633/0001-29

Processo Licitatório n.º 001/2016

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de operação no aterro sanitário em todo o seu perímetro: O edital contempla os seguintes serviços: A prestação de serviços de 1.560 (um mil, quinhentos e sessenta horas) de trator esteira, 1.140 (um mil, cento e quarenta horas) de retro-escavadeira e 1.140 (um mil, cento e quarenta horas) de caminhão truck basculante traçado.

Vigência: 01.03.2017

Valor do contrato: R\$ 468.508,20 (Quatrocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e oito reais e vinte centavos).

Editais de Notificação

Ouro

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8771 231/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - ELETRONICO - 282310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8771 231/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa | N.Auto | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|------------|------------|------------|---------------|-------------|
| AAK1966 | 8771037845 | 22/06/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| ABK7213 | 8771025146 | 02/02/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| ABK7213 | 8771030870 | 28/03/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| ABZ2305 | 8771058896 | 12/02/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| ABZ2305 | 8771040324 | 30/06/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| ACQ5560 | 8771044467 | 25/08/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| ADM2391 | 8771044422 | 21/08/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| AEU5175 | 8771045496 | 05/09/2011 | 74630 | 218 * II | 127.69 |
| AEU5175 | 8771058925 | 10/02/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| AEU5175 | 8771050807 | 18/11/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| AEU5175 | 8771050814 | 19/11/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| AEZ6093 | 8771059755 | 23/02/2012 | 74630 | 218 * II | 127.69 |
| AFP5129 | 8771028707 | 07/03/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| AGC8447 | 8771049319 | 30/10/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| AHA2237 | 8771037643 | 19/06/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| AIC1805 | 8771033817 | 24/04/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| AJG4125 | 8771048819 | 11/10/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| AJX6145 | 8771028671 | 05/03/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| ALN2282 | 8771024409 | 31/01/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| AMC0774 | 8771027671 | 26/02/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| APF2811 | 8771052659 | 03/12/2011 | 74630 | 218 * II | 127.69 |
| AXS0250 | 8771043239 | 28/07/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| BCJ0111 | 8771047959 | 08/10/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| BGJ2633 | 8771060294 | 04/03/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| BHM3411 | 8771030872 | 28/03/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| BJN8561 | 8771046649 | 20/09/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| BPG4668 | 8771045540 | 08/09/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| BRP5165 | 8771045614 | 13/09/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| BUO6349 | 8771057961 | 22/01/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| CAS1454 | 8771044371 | 19/08/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| CBG8170 | 8771058829 | 06/02/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| CBG8170 | 8771058944 | 11/02/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| CBR5156 | 8771034946 | 15/05/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| CBR5156 | 8771034949 | 15/05/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| CFP6565 | 8771058017 | 17/01/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| CHI4161 | 8771049295 | 29/10/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| CKS5005 | 8771055866 | 30/12/2011 | 74630 | 218 * II | 127.69 |
| CMR4086 | 8771033974 | 02/05/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |

| | | | | | | | |
|---------|------------|------------|-------|-----|---|----|--------|
| CRG9958 | 8771046677 | 22/09/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| DKN7771 | 8771060242 | 29/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| DMT1868 | 8771047902 | 06/10/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| GSD3372 | 8771035260 | 24/05/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| GWA8244 | 8771050874 | 13/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| GWX5900 | 8771030752 | 26/03/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| IBG8598 | 8771052673 | 04/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| ICD5868 | 8771047898 | 05/10/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| ICD5868 | 8771058917 | 10/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| IDG4356 | 8771047915 | 06/10/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| IFK7755 | 8771024923 | 30/01/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| IFK7755 | 8771024958 | 31/01/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| IGU0459 | 8771047968 | 08/10/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| IHN3284 | 8771048206 | 18/10/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| INU4767 | 8771058016 | 17/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| JLX1470 | 8771033821 | 24/04/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| KCP9091 | 8771030820 | 25/03/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| KIX3157 | 8771061103 | 11/03/2012 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| LIF3192 | 8771031907 | 12/04/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LWS1077 | 8771055890 | 31/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LWS2223 | 8771052791 | 28/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LWT4853 | 8771048156 | 16/10/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LWV0283 | 8771058759 | 03/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LWY4505 | 8771031389 | 31/03/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LWY4505 | 8771035296 | 26/05/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LXA3565 | 8771055951 | 01/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LXC6591 | 8771036498 | 31/05/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LXD6529 | 8771049080 | 05/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LXD6529 | 8771049092 | 07/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LXK2689 | 8771054228 | 17/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LXK9741 | 8771041125 | 17/07/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LXS9453 | 8771026356 | 09/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LXU2221 | 8771052667 | 03/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LXV7516 | 8771040349 | 02/07/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LXW9731 | 8771033970 | 02/05/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYA1337 | 8771027558 | 26/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYA1337 | 8771027710 | 27/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYC0459 | 8771027678 | 26/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYD8498 | 8771044334 | 16/08/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYG3122 | 8771033747 | 21/04/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYG3856 | 8771031514 | 08/04/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYI6158 | 8771055703 | 23/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYK0822 | 8771037641 | 19/06/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYN7474 | 8771033816 | 24/04/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYQ0120 | 8771033883 | 27/04/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYS1872 | 8771036784 | 06/06/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYT7515 | 8771050899 | 14/11/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| LYT7515 | 8771049249 | 26/10/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYT8333 | 8771058745 | 02/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYW4594 | 8771045421 | 01/09/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYY7104 | 8771028652 | 04/03/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LYY7104 | 8771028776 | 11/03/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LZA7968 | 8771058777 | 04/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LZB7952 | 8771025138 | 07/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LZL9330 | 8771050858 | 12/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LZL9726 | 8771026507 | 15/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LZM4030 | 8771042895 | 28/07/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LZO4952 | 8771052668 | 03/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LZW6392 | 8771024334 | 02/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LZW9607 | 8771058218 | 29/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LZY5155 | 8771060182 | 21/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| LZY5155 | 8771056205 | 10/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MAC2868 | 8771058840 | 07/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |

| | | | | | | | |
|---------|------------|------------|-------|-----|---|-----|--------|
| MAC2868 | 8771037832 | 21/06/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MAH3228 | 8771055760 | 25/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MAH3228 | 8771055766 | 25/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MAJ9409 | 8771040304 | 29/06/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MAK4560 | 8771050799 | 16/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MAL5792 | 8771048848 | 17/10/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MAP8366 | 8771055755 | 25/12/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MAY4894 | 8771025279 | 07/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MAY4894 | 8771026346 | 08/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MAY4894 | 8771029717 | 06/03/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MAZ6703 | 8771037649 | 19/06/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MAZ8625 | 8771037726 | 16/06/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MBC5306 | 8771046623 | 27/09/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MBC8850 | 8771029741 | 10/03/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MBD9135 | 8771041149 | 18/07/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MBH9500 | 8771032587 | 10/04/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MBK3325 | 8771060283 | 03/03/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MBS9299 | 8771046892 | 02/10/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MBW4244 | 8771053046 | 09/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MBW4244 | 8771035249 | 24/05/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MBY5951 | 8771034029 | 30/04/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MBZ7323 | 8771044421 | 21/08/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MCB3681 | 8771025195 | 04/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MCB8372 | 8771048122 | 15/10/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MCB8372 | 8771042830 | 24/07/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MCB8901 | 8771055940 | 01/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MCB9416 | 8771059029 | 15/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MCD4167 | 8771053076 | 11/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MCF3380 | 8771031869 | 10/04/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MCG6137 | 8771034967 | 16/05/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MCP3037 | 8771054191 | 14/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MCP4820 | 8771056319 | 08/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MCT5837 | 8771031404 | 01/04/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MCY2254 | 8771030748 | 25/03/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MCY4843 | 8771058865 | 09/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MCY4843 | 8771056424 | 13/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MCY4843 | 8771050919 | 15/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MDD9677 | 8771049074 | 04/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MDE3245 | 8771037628 | 15/06/2011 | 74710 | 218 | * | III | 574.61 |
| MDE4650 | 8771046693 | 23/09/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MDQ8117 | 8771032586 | 09/04/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MDT4926 | 8771043408 | 08/08/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MDV4738 | 8771056252 | 04/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MDX2176 | 8771051045 | 22/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MDX4925 | 8771043238 | 28/07/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MDX4925 | 8771032612 | 16/04/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MDX7059 | 8771058980 | 12/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MDX7839 | 8771041113 | 17/07/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MDX7839 | 8771041121 | 17/07/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MEC0787 | 8771045511 | 06/09/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MEC3142 | 8771037809 | 20/06/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MEI9187 | 8771048193 | 17/10/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MEJ7681 | 8771050831 | 21/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MEN6102 | 8771041031 | 13/07/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MEX3307 | 8771046751 | 25/09/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MEX3307 | 8771061117 | 12/03/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MEY9706 | 8771059763 | 24/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFA2904 | 8771059022 | 15/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFB3366 | 8771049396 | 03/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFE6585 | 8771053079 | 11/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFF5550 | 8771040499 | 10/07/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MFH3548 | 8771052715 | 24/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFH3548 | 8771056274 | 05/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |

| | | | | | | | |
|---------|------------|------------|-------|-----|---|----|--------|
| MFH3548 | 8771055833 | 29/12/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MFH3548 | 8771045655 | 15/09/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MFH3548 | 8771058871 | 09/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFH3548 | 8771058148 | 26/01/2012 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MFI0964 | 8771034011 | 23/04/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFI6014 | 8771044471 | 25/08/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFL6080 | 8771057954 | 19/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFL6080 | 8771058047 | 19/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFP7799 | 8771025246 | 06/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFP7799 | 8771025247 | 06/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFR0251 | 8771030075 | 21/03/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFV8477 | 8771046618 | 25/09/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFW0885 | 8771059677 | 18/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFW0885 | 8771059695 | 19/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MFV8981 | 8771056208 | 10/01/2012 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MGG3143 | 8771045551 | 09/09/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MGK0135 | 8771042966 | 01/08/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MGN7645 | 8771047971 | 08/10/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MGV5088 | 8771034773 | 06/05/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MGV5375 | 8771046842 | 30/09/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHC5926 | 8771052744 | 26/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHG5773 | 8771056320 | 08/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHI1621 | 8771061078 | 10/03/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHI5233 | 8771049282 | 28/10/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHI5386 | 8771061297 | 18/03/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHL1338 | 8771026426 | 11/02/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MHM4695 | 8771037917 | 26/06/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHP3216 | 8771042998 | 02/08/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHP6225 | 8771027640 | 24/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHP8447 | 8771031973 | 16/04/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MHY7826 | 8771024410 | 31/01/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIC4473 | 8771058173 | 27/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIH1332 | 8771058812 | 05/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIH8353 | 8771044204 | 17/08/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MIK6137 | 8771037857 | 23/06/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIM4053 | 8771043186 | 07/08/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MIM4053 | 8771046866 | 01/10/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIN3031 | 8771045486 | 05/09/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MIN6775 | 8771042926 | 30/07/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIN6775 | 8771042931 | 30/07/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIQ4939 | 8771051033 | 21/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIT3757 | 8771058117 | 23/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIX7813 | 8771052743 | 26/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIZ0791 | 8771058766 | 03/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MJC1645 | 8771050828 | 21/11/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MJJ4149 | 8771052946 | 04/12/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MJQ0988 | 8771057949 | 18/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MMK9977 | 8771056346 | 09/01/2012 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MMV7918 | 8771026475 | 13/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 30 DE JANEIRO DE 2016.

ANDREA BARETA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8771 232/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - ELETRONICO - 282310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8771 232/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa | N.Auto | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|------------|------------|------------|---------------|-------------|
| AGI6169 | 8771048163 | 16/10/2011 | 74630 | 218 * II | 127.69 |
| ALU9166 | 8771055924 | 01/01/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| ANK9787 | 8771055994 | 21/12/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| AOY4241 | 8771052960 | 05/12/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| BHM3411 | 8771033908 | 28/04/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| BPF2146 | 8771058098 | 22/01/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| CRU6776 | 8771058740 | 03/02/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| CRU6776 | 8771058782 | 04/02/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| DIB2889 | 8771047911 | 06/10/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| HSE3963 | 8771036834 | 09/06/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| IBF3736 | 8771040358 | 02/07/2011 | 74630 | 218 * II | 127.69 |
| IHX5450 | 8771048166 | 16/10/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| JZD1350 | 8771055742 | 24/12/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| LWZ9203 | 8771027680 | 26/02/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| LXD6529 | 8771045804 | 14/09/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| LXD6529 | 8771050811 | 19/11/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| LXV7973 | 8771048169 | 16/10/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| LYY0228 | 8771036813 | 08/06/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| LZC9308 | 8771045585 | 11/09/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| LZZ7103 | 8771053084 | 11/12/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MBD9946 | 8771036831 | 09/06/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MBI8918 | 8771059718 | 20/02/2012 | 74630 | 218 * II | 127.69 |
| MBJ3408 | 8771033868 | 26/04/2011 | 74710 | 218 * III | 574.61 |
| MBL6365 | 8771061222 | 18/03/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MBZ6472 | 8771045582 | 11/09/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MCM9180 | 8771031426 | 03/04/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MCM9180 | 8771025235 | 06/02/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MDZ5999 | 8771058109 | 23/01/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MEA2226 | 8771054231 | 17/12/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MEC0787 | 8771056417 | 13/01/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MEC0787 | 8771061163 | 15/03/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MEP5209 | 8771057938 | 16/01/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MFH0812 | 8771056459 | 15/01/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MFM7786 | 8771033887 | 27/04/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MFM7786 | 8771042975 | 01/08/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MGM2468 | 8771041151 | 18/07/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MGO4868 | 8771027655 | 25/02/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MGO9337 | 8771059779 | 25/02/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |

| | | | | | | | |
|---------|------------|------------|-------|-----|---|----|--------|
| MGS1754 | 8771048231 | 19/10/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHB7368 | 8771028605 | 02/03/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHB7368 | 8771034001 | 20/04/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHC7204 | 8771031480 | 06/04/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHE9826 | 8771027653 | 25/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHP6599 | 8771045639 | 14/09/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MHP8447 | 8771027616 | 23/02/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MHY8445 | 8771058009 | 17/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIB1286 | 8771058201 | 28/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIH0792 | 8771053075 | 11/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIH0792 | 8771054215 | 16/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIX2676 | 8771053044 | 09/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MJJ4622 | 8771061174 | 10/03/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MJJ4622 | 8771060162 | 04/03/2012 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MJY4559 | 8771060232 | 29/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MLC1205 | 8771061101 | 11/03/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 06 DE FEVEREIRO DE 2016.

ANDREA BARETA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8771 233/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - ELETRONICO - 282310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8771 233/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa | N.Auto | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|------------|------------|------------|---------------|-------------|
| AEH0652 | 8771052750 | 26/11/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| BOF5543 | 8771043219 | 24/07/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| KFM3795 | 8771055824 | 28/12/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MAS2050 | 8771058095 | 22/01/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MBW5264 | 8771061188 | 17/03/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MEA8135 | 8771045723 | 18/09/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MEB1638 | 8771057967 | 24/01/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MET2784 | 8771047865 | 03/10/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |

| | | | | | | | |
|---------|------------|------------|-------|-----|---|----|--------|
| MFV6484 | 8771027601 | 22/02/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MGG8427 | 8771030082 | 21/03/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |
| MGG8427 | 8771037743 | 17/06/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHI3514 | 8771058185 | 28/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MHZ8659 | 8771046646 | 20/09/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIB7317 | 8771058920 | 10/02/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MIP2303 | 8771042950 | 31/07/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MJB6868 | 8771056289 | 06/01/2012 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MJB6868 | 8771054217 | 16/12/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MVD1293 | 8771034875 | 11/05/2011 | 74550 | 218 | * | I | 85.12 |
| MVD1293 | 8771028775 | 11/03/2011 | 74630 | 218 | * | II | 127.69 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 13 DE FEVEREIRO DE 2016.

ANDREA BARETA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8771 234/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - ELETRONICO - 282310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8771 234/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

| Placa | N.Auto | Data Infr. | Infr/Desd. | Enquadramento | Valor Multa |
|---------|------------|------------|------------|---------------|-------------|
| AWI0888 | 8771045510 | 06/09/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| CSW2966 | 8771058927 | 10/02/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| IFP3985 | 8771058090 | 22/01/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| KFM3795 | 8771055823 | 28/12/2011 | 74630 | 218 * II | 127.69 |
| MEP7856 | 8771031390 | 31/03/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MGV0088 | 8771035141 | 28/05/2011 | 74550 | 218 * I | 85.12 |
| MPW1348 | 8771055970 | 02/01/2012 | 74550 | 218 * I | 85.12 |

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

OURO/SC, 20 DE FEVEREIRO DE 2016.

ANDREA BARETA
DIRETORA DE TRANSITO